

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 239

ABRIL - JUNHO

1958

Conf. Panamericanus
H 214
Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

CLAUDIO GANNS

CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1958-1959

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

2.º Vice-Presidente

MINISTRO DR. ALFREDO VALLADÃO

3.º Vice-Presidente

DR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENEZES FILHO

1.º Secretário

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

2.º Secretário

DR. MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Orador

DR. PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT

Tesoureiro

ALMIRANTE CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 239

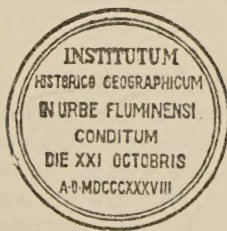
ABRIL - JUNHO

1958

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958

REVISTA
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR

Barão do Rio Branco

PHOCION SERPA

BENEMÉRITO DA PÁTRIA

«Somos, na verdade, um povo que tem dado inequívocas provas do seu amor à paz e de sua longaminidade para com os mais fracos.

«Anelamos merecer o afeto, não a desconfiança ou o temor dos nossos vizinhos».

BARÃO DO RIO BRANCO.

Ao Leitor.

A composição desta pequena biografia obedeceu a vários intuitos.

Vale, porém, acima de todos, por uma homenagem de alma e coração, destinada a proclamar, ainda uma vez, os méritos de um varão da nossa raça que, por seus inumeráveis dotes de civismo, mereceu da Pátria por êle engrandecida, o título de cidadão benemérito.

Não é, nem pretende ser um trabalho diferente dos seus congêneres, pois, aparecendo posteriormente a tantos outros, nacionais e estrangeiros, em que a investigação demorada e judiciosa se emparelha à competência e ao renome dêsses autores, em nada se avanteja aos demais, sob o ponto de vista de informações ou notícias que lhe pudessem dar cunho de originalidade.

Não pretende ser, igualmente, o estudo perfeito, definitivo, intangível, de um assunto que, pela extensão, magnitude e permanente atualidade, haverá de atrair sempre, através do tempo e das gerações, a curiosidade e o entusiasmo de muitos outros rebuscadores e exegetas, os quais, na constância do aplauso rei-

terado e crescente admiração pelo grande homem, darão a Rio Branco a contemporaneidade de tôdas as épocas.

Isso explicará a perenidade do seu nome e justificará o seu maior padrão de glória.

A diplomacia não é apenas uma das modalidades da arte política de bem governar os povos, nem tão pouco uma simples feição administrativa, da carreira pública.

Ela requer outros e nobres atributos.

Sob êsse aspecto, Rio Branco se nos apresenta como um precursor, antecipando-se de muito, ao seu tempo e aos seus antecessores.

Rio Branco, justo é reconhecê-lo e proclamá-lo, elevou a diplomacia do seu tempo como poucos outros, enobrecendo-a e dignificando-a com irmaná-la ao estudo minucioso, assíduo, sem desfalecimentos, de problemas, que sòmente na aparência, poderiam parecer estranhos e incompatíveis à finalidade de quantos se destinam à carreira diplomática.

Serviu-a à luz da ciência e temperando-a de arte, não do anacrônico artifício com que a ironia secular procurou defini-la, assemelhando-a à hipocrisia dourada dos espíões oficiais, mas, ao revés disso, fortalecendo-a pela sinceridade das atitudes, dignificando-a pela verdade histórica exibida à consciência e julgamento dos tribunais a cujas decisões, prèviamente, se submetia, na tranquilidade dos que não duvidam da Justiça.

A austeridade de sua conduta pública, Rio Branco conquistou-a, inegavelmente, pela sinceridade dos seus propósitos, pelo respeito com que sempre se houve perante o direito próprio e alheio. Tudo isso já foi dito e de vários modos explicado, de maneira inconfundível e superior, por todos quantos lhe examinaram a vida laboriosa e os feitos excelentes.

Ressentia-se, entretanto, a coletânea já enriquecida por inúmeras biografias e ensaios eruditos que compõem o panegírico do eminente cidadão, de um livro simples, de páginas correntias, em estilo direto e claro, escoimado de divagações históricas, as quais, de irrecusável valor e indiscutível alcance para os estudiosos, aborrecem e afastam o leitor comum. Em outras palavras, Rio Branco tem sido, até agora, assunto de privilegiados: historiadores, políticos, comentadores e críticos de nossa evolução social, e, se alguma vez chegou à compreensão do grande público, isto se fez através de fatos isolados, sempre belos, sem dúvida, mas incapacitados por si sós, de oferecerem à coletividade, na sua inteireza e integridade, o retrato instantâneo e imediato do nosso grande patricio.

O presente ensaio pretende alcançar essa finalidade. Seu intento primordial está, todo êle, no desejo, ou melhor, na intenção de colocar diante do público a figura humana e tangível de um dos grandes obreiros da pátria. O respeito e o amor às personalidades de eleição só se fixam, realmente, na alma das nacionalidades, através do conhecimento exato dos serviços que lhes devemos.

Assim sendo, êste livro foi todo êle realizado sem outra preocupação, e esta só, lhe basta: colocar a vida, os feitos, o profundo sentido brasileiro e americanista, da obra levada a bom têrmo pelo gênio político de Rio Branco, ao alcance, compreensão e natural reconhecimento de todos os seus concidadãos.

Ao luxo de citações intercalares, preferiu o autor, intencionalmente, dissolvê-las e associá-las ao próprio texto, no intuito de facilitar-lhe a leitura, cativando, prendendo a atenção dos leitores que, dêsse modo, poderão adquirir, sem a interferência de notas de ao pé das páginas, uma noção correntia, real, do preclaro estadista, cujo esforço de realizações que o dignificaram, e ao Brasil, pode ser resumido nesta fórmula singela, mas eloquente: — Amar à Pátria, servi-la com destemor e abnegação, sem menosprezo aos povos do Continente ou do Mundo!

CAPÍTULO I

ORIGEM E FORMAÇÃO — 1845-1868

José Maria da Silva Paranhos Júnior, incorporado à nossa história sob o título de Barão do Rio Branco, pertence, pela constância do patriotismo revelado sempre em sua vida, à nobilitante família dos verdadeiros grandes homens do Brasil.

Rio Branco é, sem contestação, um dos legítimos e autênticos heróis de nossa raça, orgulho da nacionalidade, porque suas conquistas provieram do Direito e da Justiça, que foram as armas de que sempre se valeu, para defender palmo a palmo a unidade e a integridade territorial brasileiras.

Vários são os seus méritos, mas o traço mais saliente de sua personalidade, aquêle que, desde o primeiro instante, o revelou à compreensão, ao entusiasmo e respeito de seus concidadãos, foi, sem dúvida, o inconfundível patriotismo que o caracteriza.

Seus dotes de espírito, de inteligência e cultura proporcionaram-lhe renome e glória, elevando-o à mesma plaina dos nossos homens representativos e, através dêsses merecimentos, Rio Branco pode rivalizar com os estadistas mais famosos do seu tempo, não só do Brasil, mas do próprio Continente americano.

Descendendo de família estreitamente ligada à Monarquia, criando-se e adquirindo personalidade à sombra do trono imperial, Rio Branco revelou o mérito excepcional de não subordinar, jamais, o seu amor ao Brasil, às imposições de qualquer regime político.

Principiou a servir à terra do seu berço, nos tempos da realeza, mas, sobrevindo a República, não desertou o seu posto, porque, acima das contingências humanas que nascem e desaparecem com as organizações políticas, Rio Branco sobrepunha, esplendorosa e eterna, a imagem imperecível da Pátria!

Compreende-se, por isso, que a glorificação com que o aquinhoaram em vida os seus concidadãos, e ainda agora se repete com igual fervor, transcorridos trinta e três anos do seu desaparecimento, ao celebrarmos o centenário de nascimento do inconfundível varão, não foi, não poderia ser nunca, a auréola efêmera de um prestígio illusório, floração ocasional de uma época.

Essa láurea perene profundou raízes subterrâneas na alma nacional, transmitiu-se de pais a filhos na sucessão de uma herança inviolável, e dia a dia reverdece em primaveras de júbilo, amadurecidas ao calor do patriotismo brasileiro, unindo o passado ao presente, irmanando as horas de hoje à perpetuidade das eras remotas que hão de vir, com o mesmo alvorço de outrora.

Somos, neste lance da História, um dos marcos da posteridade.

Revivemos agora épocas já transpostas, quando, em unanimidade esplêndida, pelo pensamento e pela emoção, vibrava em aplausos uníssonos a alma dos nossos antepassados, uns já mortos, outros ainda vivos e encanecidos, proclamando e abençoando os feitos de Rio Branco.

Repetimos à nossa vez, os de uma outra geração, aquela mesma vibração irresistível do sentimento nacional, que se estremeia em ímpetos de irrefreável patriotismo, em palpitações que vinham vindo dos confins e semfins da ourela extrema do solo brasileiro, rumorinhando em vagas sucessivas, empolando-se, ampliando-se, fremindo para, súbitamente, estrondear em exclamações de júbilo aos pés do Benemérito da Pátria, como se a própria Terra, a Terra mater, a Terra ubertosa do Brasil, cujos lindes se fixaram definitivamente, — sem sangue, sem ódios nem maldições, — se erguesse, humanizando-se, vindo ao encontro do vencedor, para beijá-lo na fronte e envolvê-lo num halo de apoteose, nas dobras do seu amor imortal!

* * *

Para bem compreendermos em toda a sua extensão a vida, a formação inicial, os pendores de inteligência, o aurorecer desse

patriotismo, e possamos ter noção exata e de conjunto, no tempo e no espaço, de uma personalidade tão digna de nossa reverência, é indispensável recuarmos às suas origens, investigando o passado.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, fluminense de boa têmpera, como outrora se dizia, ou, como se diz hoje, carioca da gema, é natural desta cidade do Rio de Janeiro, que era então a capital do Império, e onde êle nasceu aos vinte dias do mês de abril do ano de 1845.

A casa onde veio à luz o primogênito do Visconde do Rio Branco, é aquela mesma que ainda agora podemos contemplar no logradouro público que tomou o nome de «rua 20 de Abril», e se chamava, outrora, Travessa do Senado, em cujo frontespício, mais tarde, a gratidão do povo brasileiro, antecipando-se à justiça histórica, faria inscrever um brazão comemorativo, com êstes dizeres:

Em 20 de abril de 1845

Neste local nasceu

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS JÚNIOR
(BARÃO DO RIO BRANCO)

Que pelo talento, saber e
patriotismo
dilatou o território da Pátria
do Norte ao Sul
e no govêrno
elevou-a, engrandeceu-a
e nobilitou-a.

1909

Tinha, naquele tempo, o número oito, mudado, posteriormente, para quatorze, e ali residia José Maria da Silva Paranhos com a sua família, isto é, com a sua espôsa Teresa de Figueiredo Rodrigues Faria. Êle nascido na cidade do Salvador, na província da Bahia, e ambos oriundos de sangue portugueses.

A vida do futuro Visconde do Rio Branco, órfão de pai e mãe, em tenra idade, iniciou-se através de enormes dificuldades. Apesar disso, conseguiu vencer, pela pertinácia e pela inteligência reveladas desde cedo, todos os impecilhos da adversidade, conquistando o pergaminho de engenheiro militar, em obediência aos próprios penhores, e por vocação ainda, o respeito e a fama de professor com que era acatado na capital do Império.

Daí, dessa obscuridade, tirou-o um dia o Imperador D. Pedro II escolhendo-o pelos seus méritos, para dirigir os destinos da

afamada Escola Central de Engenharia, que tantos nomes ilustres daria à nacionalidade.

O Visconde do Rio Branco se consorciara por essa mesma época, indo o casal residir na casa já referida, da Travessa do Senado, onde nasceu o primogênito e, seguidamente, viram a luz os seus outros filhos: Maria Honorina, Amélia, Augusta e João Honório, que alcançaram idade madura, além de Pedro Maria, Luíza e Alfredo falecidos, respectivamente, aos onze, dezesseis e vinte anos.

A capital do Império, nesses recuados tempos, era o informe embrião que ninguém suspeitaria se pudesse transformar, no correr dos dias, nesta formosa cidade de que hoje nos envaidecemos.

Era, então a cidade do *tempo do rei*... recortada de vielas e becos, alagada de pântanos, e alumiada a azeite. A população se recolhia com as primeiras sombras da noite, e os raros habitantes que se aventuravam fora de horas por aquêles sítios, caminhavam em fila, à maneira dos silvícolas, uns adiante dos outros, com um escravo à frente, seguido do chefe da família e, vindo após êste, a mulher, os filhos e as mucamas.

As ilustrações de alguns artistas estrangeiros que por aqui passaram ou entre nós se deixaram ficar, a exemplo de Debrét e Rugendas, perpetuaram dessa época, e dos seus costumes, imagens indelévels e curiosas, que podem ser vistas, ainda agora, nas coleções arquivadas no Museu Nacional das Belas Artes.

A família do futuro visconde, de costumes severos, obedecia, em tudo, à pragmática da época, limitando-se às raras visitas que entre si trocavam as pessoas da sociedade e aos clássicos chás com que se brindavam, de longe em longe.

José Maria, que era então o pequenino *Juca* do tratamento da intimidade doméstica, faz menção de tudo isso nos seus rascunhos de escritor incipiente.

Chegado à idade escolar, o menino se iniciou nas primeiras letras, com o seu próprio pai. Foi matriculado, em seguida, em colégio das proximidades de sua casa e, aonde ia e de onde regressava, pontualmente, em companhia do próprio progenitor que deveria ser, mais tarde, em setembro de 1875, Diretor da Escola Central de Engenharia.

José Maria revelou-se, matinalmente, um curioso dos assuntos históricos, aprendendo línguas com facilidade e, com grande afoiteza também, exibindo-se nas traquinadas próprias de sua idade.

Ao lado do pai e da mãe, teve, igualmente, grande influência na sua educação, o seu tio materno, Bernardo de Figueiredo Faria.

Em 1856, atingiu José Maria os onze anos de idade, e da escola primária, passou-se para o semi-internato do Colégio de Pedro II, bacharelando-se em letras em 1862. Nessa mesma data, aos 17 anos, ingressa na Academia de Direito de São Paulo, dando os primeiros passos, simultâneamente, no aprendizado das letras jurídicas e na prática do jornalismo, sem deixar de tomar parte, também, nas *estudantadas* que caracterizavam a vida acadêmica, da Paulicéia.

Aí tem, entre outros, como condiscípulos e amigos, Rodrigues Alves, Joaquim Nabuco e Hermano Silva Ramos, aos quais, mais tarde, caberia papel de realce na vida política e cultural do país.

Pode-se asseverar que nenhum dos seus cursos transcorreu regularmente por ter de acompanhar o pai, a quem o govêrno confia diferentes incumbências, no estrangeiros (*).

Devemos recordar que, ainda assim, vencendo as constantes instabilidades que lhe eram impostas pelos encargos paternos, José Maria sempre dispõe de tempo suficiente para se dedicar aos estudos de sua predileção. Em 1864 dá início à publicação de *Episódios da Guerra do Prata* e completa a *Biografia do comandante da Imperatriz*, capitão de fragata Luís Barroso Pereira.

Uma das feições do seu patriotismo resume-se na constância com que se dedicou, desde os primórdios da juventude, ao estudo e às pesquisas dos fatos históricos.

Seus arquivos, relacionados a êsses assuntos, começam justamente na idade escolar e, durante a sua existência, êle os vai crescendo, aumentando e avolumando de tal modo, que se constituem, por fim, no remate de sua vida, uma das mais ricas e abundantes fontes de informações em que se podem abeberar os estudiosos e especializados na matéria.

Dotado do senso, da intuição, de um inequalável amor aos fatos, assuntos e referências por menores que parecessem aos olhos de outrem, por mais desvaliosos na opinião alheia, êle os recolhia e, mais do que isso, os estudava e anotava como quem, movido pelo

(*) O Visconde do Rio Branco esteve no Rio da Prata por quatro vêzes:

- em 1851, como 1.º Secretário do Marquês de Paraná;
- em 1858, como Chefe da Missão Especial a Assunção;
- em 1864-1865, em Missão Especial ao Uruguai e à Argentina;
- em 1869-1870, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, em missão em Assunção.

Nas diferentes épocas José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, tinha respectivamente — 14, 19 e 24 anos.

A referência é extraída do livro *Reminiscências do Barão do Rio Branco* por seu filho o Embaixador Raul do Rio Branco que, *in fine*, acrescenta, textualmente: «Não me recordo se meu Pai o acompanhou em tôdas as viagens. É possível, pois o visconde não gostava de separar-se da mulher e dos filhos».

Nota do Autor da Biografia.

destino misterioso, enceleirava armas que deveria brandir no futuro, empregando-as na defesa dos direitos nacionais, postos em dúvida.

A atmosfera desses dias estava impregnada dos arroubos da mocidade, que se deixava contaminar pelo programa da libertação dos cativos. O movimento alastrava-se por todos os pontos, no ensaio dos primeiros passos para a emancipação dos escravos. Castro Alves, de lira em punho, desferia, como predestinado, a nota mais profunda e humana do seu estro, alvoroçando os moços, «fazendo penetrar na alma livre, do Brasil, o travo doloroso e desatinado de uma queixa que a poesia divinizava”.

As primeiras faúlhas da enorme fogueira que viria depois e em cujas chamas o país se lavaria do nefando pecado, lavravam, já, em São Paulo, no Rio, no Recife e no Ceará.

José Maria, de regresso do estrangeiro, retorna ao curso jurídico, ingressando na Faculdade do Recife, em 1865, e aí conquistando a carta de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, no ano seguinte.

Durante êsses dois últimos anos assiste, na capital pernambucana, aos entusiasmos da propaganda em favor da libertação dos escravos, testemunhando, igualmente, sem tomar partido, à contenda rumorosa em que se empenharam, pública e ruidosamente, Castro Alves e Tobias Barreto, que entre si disputavam o cetro da poesia, naquela hora que ficaria assinalando uma das fases mais promissoras das letras brasileiras.

Desinteressado, na aparência, dos debates que lhe ferviam em torno, José Maria prossegue, silenciosamente, no programa a que se impusera, e aproveita os intervalos do estudo jurídico para se dedicar à História.

A História, na sua feição mais ampla, constituiu o enlêvo, a absorvente paixão do seu espírito, durante a existência inteira.

Ao terminar o bacharelado jurídico, conclui, também, uma tese de História, isto é, o esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Serro Largo, um dos heróis do Passo do Rosário, morto em fevereiro de 1827.

Por êsse trabalho é aquinhoado com o maior prêmio da época, ingressando no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos vinte e um anos de idade.

Terminados os estudos de Direito, dispondo de sólidos cabedais de humanidades adquiridos no Colégio de Pedro II, onde se distinguira pelos seus conhecimentos de latim e filosofia, estava o jovem bacharel perfeitamente apto para a vida pública.

Qual seria, entretanto, o programa de sua vida?

Ele mesmo o ignorava.

Sua disposição de momento o empolgou por uma viagem à Europa. Contava, para isso, com a importância de doze contos de réis que a sorte pusera em suas mãos, através de um bilhete de loteria, premiado no Recife.

Obtido o consentimento paterno, embarcou para o Velho Mundo, onde permaneceu durante alguns meses do ano de 1867.

CAPÍTULO II

PARLAMENTAR E JORNALISTA — 1868-1875

José Maria regressou ao Brasil, de volta da Europa, em 1868.

A viagem fôra breve, mas, nem por isso, desaproveitada.

Percorreu, de relance, várias capitais e algumas cidades famosas; esteve na França, na Alemanha, na Bélgica, e, por toda a parte aonde ia, procurava visitar, de preferência, as bibliotecas e os museus históricos, na ânsia de satisfazer a curiosidade do seu espírito, sempre voltado para o passado.

Retornando, porém, à Pátria, não tem ainda um programa de vida, e não sabe em que empregar o tempo.

Sua ambição de historiador, entretanto, o ampara nessa primeira encruzilhada ainda indecisa, do destino, e José Maria resolve publicar a monografia que lhe abrija as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essas credenciais o encaminham para o magistério, e êle aceita, nesse ano de 1868, a nomeação de professor de História e Geografia do Colégio de Pedro II, em cujos meios deixara fama de estudioso e turbulento...

Sua passagem pelo magistério devia ser breve; êle mesmo verificara que essa não era a sua vocação, e se decidiu abrir mãos do cargo, em que esteve apenas por três meses.

Tentou, logo depois, sem melhor fortuna, ingressar na magistratura, tendo sido nomeado Promotor Público, para Nova Friburgo, na então província do Rio de Janeiro. Êsse novo cargo, também, não o satisfaz, e êle o abandona quase imediatamente.

Os observadores superficiais teriam pressagiado e naturalmente suposto, que o jovem bacharel devia ser, como tantos outros, um simples doutor em Direito, à espera de uma sinecura, fiado exclusivamente no prestígio paterno.

Os que assim o analisavam, estavam, contudo, iludidos.

As ambições de José Maria da Silva Paranhos, embora ainda não definidas, eram muito altas e dignas.

Malogrando-se no magistério e na magistratura, José Maria voltou os olhos para a política. Decidiu-se por ela, esteve em

Mato Grosso, em viagem de propaganda à sua candidatura, sendo eleito, a final, deputado à Assembléia Geral, para a legislatura de 1869 a 1872, e reeleito, depois, para o período de 1872 a 1876.

É certo que a sua passagem pela Câmara não foi excepcional, mas deixou ali as provas mais evidentes de uma conduta bem equilibrada, merecendo aplausos dos próprios colegas da opposição.

O fato culminante dêsse tempo era, sem dúvida, a discussão em tórno do problema dos filhos da mulher escrava, tema levado à Câmara pelo Gabinete chefiado por seu pai.

Os ânimos políticos se irritaram e José Maria da Silva Paranhos apaixonou-se pela grande tese liberal e humana, defendida pelo seu progenitor.

O momento parecia oportuno para que o jovem político firmasse os seus créditos perante o país.

Aliando-se a Gusmão Lôbo e ao padre João Manuel, José Maria da Silva Paranhos funda, com êles, um jornal, *A Nação* e o novel parlamentar se revela um hábil publicista.

O próprio imperador acompanha com entusiasmo a ação parlamentar e o denêdo dêsse «perfeito jornalista» de pouco mais de vinte anos, do mesmo modo que os velhos chefes dos partidos dominantes não escondem sua admiração pelo equilibrio que José Maria mantém na tribuna e no periodismo.

Na Assembléia Legislativa, na imprensa, nas conferências politicas, escreveu Pandiá Calógeras, nenhum auxiliar mais inteligente, perspicaz e valoroso teve o Visconde do Rio Branco.

Por mais de uma vez, na sua longa, fecunda e luminosa carreira politica, José Maria da Silva Paranhos haveria de invocar a imagem paterna, para confessar e acentuar que êle tinha sido sempre o modêlo em que se inspirara para os atos de sua vida pública.

A ação parlamentar e jornalística em que se empenhara decididamente, iria ter, entretanto, uma solução de continuidade, antes da vitória final.

Aceitara seu pai a incumbência que lhe confiara o govêrno, de chefiar a Missão Especial ao Prata, destinada a «solver a complicada situação consecutiva à guerra da Triplíce Aliança e proceder à liquidação do passivo da luta».

Nomeado secretário da Missão, José Maria embarca, (1869-1870), para o Paraguai.

Êsse encargo seria para êle um deslumbramento, não tanto pela situação official, mas, justamente, diante da oportunidade de examinar, com os próprios olhos, o cenário da luta.

O desenrolar dêsses acontecimentos deixara funda impressão em seu espirito de rapazola, não sômente pela ação politica e diplo-

mática desenvolvida por seu pai, durante o conflito, ou ainda pela atitude que nêles assumira seu tio, o brigadeiro Antônio da Silva Paranhos, que lutara em Aquidaban e Cerro-Corá, mas, também, pela sua insaciável curiosidade de historiador inato.

Uma das ambições reveladas na sua adolescência, era a de escrever a *História Militar do Brasil*, promessa não esquecida pelo grande Capistrano de Abreu que por mais de uma vez a reclamou daquele que podia e devia executá-la.

Os assuntos de ordem militar o empolgavam desde os tempos da infância, e enquanto durou a guerra do Paraguai, de 1865 a 1870, «acompanhou de perto os movimentos dos nossos exércitos, os reveses e as vitórias, o avanço e o recuo do inimigo, a atitude das potências que formavam a triplíce aliança, as investidas das nossas fôrças navais, procurando dominar a esquadra de Lopes. . . »

Suas investigações, a respeito de tudo quanto se relacionava à *História Militar do Brasil*, se iniciam nos bancos escolares, e, desde então, não perdia o ensejo de inquirir e interrogar, a respeito de tudo, «os veteranos que tinham a honra de freqüentar a casa do pai».

Alcançado o cenário que, de longe, o fascinava, José Maria investiga-o e observa-o com a agudeza incansável de um apaixonado, ou como êle mesmo diria, a propósito de tais coisas, «com aquela curiosidade do caçador vivaz à caça muito arisca. . . »

Em virtude da influência social e política que o visconde desfrutava então, pôde, em diversos ensejos, ouvir e falar a várias personalidades eminentes: Caxias e Osório, Andrade Neves e outros, sem esquecermos o seu tio paterno, Silva Paranhos, também oficial do Exército, os quais haviam tomado parte saliente nas lutas do Sul.

Dessa viagem recolheu informações preciosas que, somadas aos documentos, mapas, fotografias, tudo enfim quanto lhe poderia ser útil, voltou com as mesmas personalidades eminentes: Caxias e Osório, Andrade Neves e outros, depois, consigo, ao regressar ao Brasil, na intenção de lhes dar utilidade, em momento propício.

Adquirindo, assim, conhecimentos exatos, da guerra, e cedendo aos seus pendores naturais, de historiador, fêz publicar na *Illustration*, de Paris, como representante dessa revista, nos anos de 1865 a 1870, uma série de artigos, em que resenhava as batalhas, esclarecendo-as por meio de mapas desenhados, especialmente e por êle mesmo, ao fim que os destinava, contando-se entre êsses documentos os encontros em Riachuelo e Uruguaiana, a rendição de Estigarribia e o assalto da cavalaria a São Borja.

A vocação matinal de que dera provas inúmeras, desde a infância justifica, plenamente, os atos da adolescência e, mais

tarde, o ardor na defesa dos problemas cujas raízes estavam profundamente entrelaçadas à consciência do estudioso da nossa História.

Esse devotamento ao passado, razão primordial de suas convicções, foi, sem contestação, a alavanca com que José Maria da Silva Paranhos Júnior haveria de construir o ciclo do seu destino.

Sua carreira pública, em quaisquer dos ciclos por ele atravessados, marca-se pela irresistível atração dos acontecimentos que, muito mais fortes que as decisões humanas, o conduziram à tribuna política, levando-o ao jornalismo e às curiosidades históricas, antes de o fixarem, definitivamente, no pôsto para que fôra predestinado.

É possível que se haja malogrado, por isso, o grande historiador vaticinado por todos quantos, às primícias dos seus talentos de pesquisador incomparável, profetizaram nêle o continuador de um Vicente do Salvador, ou um êmulo muito maior que Varnhagen; mas, a verdade é que, falhando às profecias que, de todo não se realizaram, a Paranhos Rio Branco não sobrou tempo para escrever o volume prometido, porque deveria, êle mesmo, forjar com os seus feitos uma das páginas mais fulgurantes da História do Brasil.

Não foi, é certo, o historiador que prometera e ambicionara ter sido, mas constituiu-se um dos capítulos vivos, dessa mesma história.

Ao regressar do Paraguai, inicia-se para Silva Paranhos uma nova era de inúmeras conquistas e satisfações.

Venciam as armas aliadas, na guerra do Prata; estava vitoriosa a lei que êle ajudara a defender no Parlamento.

O Moço fidalgo com exercício na casa imperial, distinção com que fôra galardoado nesse ano de 1871, devia ter a ilusão de que encontrara, a final, o rumo seguro de sua existência.

Imagine-se o garbo, a elegância, a distinção dêsse rapazola de vinte e seis anos, ao penetrar nos salões dourados da côrte, precocemente calvo, barba e bigodes escuros, abotoado num redingote talhado segundo os preceitos da etiqueta.

Assim o vemos, ainda agora, manuseando-lhe a fotografia dêsse tempo.

Começam então, nesse período de sua vida, os seus primeiros desejos de ingressar na carreira consular.

Ao título de Moço fidalgo vêm juntar-se o de Cavaleiro da Real Ordem Militar Portuguesa de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 1873, e, em 1874, os da Legião de Honra da República Francesa e de Oficial da Ordem da Coroa da Itália.

Essas honrarias não lhe satisfazem as ambições. Prossegue nos estudos históricos e publica, em 1875, *Anotações à Guerra*

da *Tríplice Aliança*, de Schneider. Reingressa no jornalismo, indo ombrear, nas colunas da imprensa livre, com Quintino Bocaiúva, Francisco Otaviano, Saldanha Marinho, José de Alencar... colaborando no *Diário do Rio*, *A Nação*, *O Globo*, *A Reforma*, *Dezesseis de Julho*...

Em 1875, o Dr. José Maria da Silva Paranhos recebe o título de Visconde do Rio Branco, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à pátria.

Coroava-se com um brazão o lidador intemerato, que se batera pela liberdade dos nascituros, embora a Monarquia não se apercebesse de que êsse era o primeiro passo para outros empreendimentos que deveriam destruí-la.

Em pós a lei do ventre livre, viria a campanha em favor da libertação dos cativos, cuja sementeira fôra lançada pelo gênio de Castro Alves, a partir de 1865. Foram os seus cantos que mudaram a alma nacional, levando o país à vitória decisiva, diriam, mais tarde, Ferreira Viana e Afrânio Peixoto.

Os debates em torno da emancipação dos nascituros duraram cinco meses a fio, e a 28 de setembro de 1871 o projeto é transformado em lei, sancionada pela princesa Isabel, regente do Império, em substituição ao imperador que estava ausente, na Europa.

A vitória da grande causa emancipadora enfraqueceu a unidade do Partido Conservador, combatido, daí por diante, sem trêguas, pela oposição chefiada por Paulino de Sousa. Essa efervescência política durou de 1871 a 1875, quando o Visconde do Rio Branco resolveu abandonar o poder.

Silva Paranhos, cujo mandato, na Câmara, se prolongou por mais quatro anos, pois foi reeleito para o novo período de 1872 a 1875, assistiu, de perto, ao combate, às investidas e, finalmente, à substituição do gabinete presidido por seu pai.

Desiludido da política, ou melhor, enfadado das questiúnculas dos partidos que se revejavam no poder, Silva Paranhos decidiu-se pela carreira consular.

Procurou, por todos os meios ao seu alcance, obter o pôsto que era, por assim dizer, o sonho dourado dos seus anelos.

São dessa época os protestos, as queixas, as exortações com que pede, pleiteia, quase exige um consulado.

O consulado transforma-se, para Silva Paranhos, em idéia fixa.

No seio da família, ou nos círculos de amigos, exaspera-se contra os que poderiam ajudá-lo e o desamparam, murmurando que o seu próprio padrinho, o Barão de Cotegipe, amigo de seu pai, e que dispõe do poder, abandona-o, sem dar um passo em seu favor!

Qualquer coisa íntima, insuspeitável, sussurra-lhe à consciência, intimando-o, norteando-o, arrastando-o, tenazmente, para a carreira ardentemente ambicionada.

Contentava-se Silva Paranhos, com um pôsto modesto, longe dos alvoroços políticos, onde, na quietude de uma biblioteca, pudesse dar expansão aos seus ideais de historiador.

Ele experimentava dentro de si mesmo, essa invencível atração pela História pátria, em cujo filão indevassado, seu espírito, por certo, haveria de adquirir as luzes com que se abalançaria redimi-la de supostos erros, traçando para o seu país as fronteiras definitivas, agindo com a perícia e o entusiasmo de um artista predestinado que, à fôrça do sonho e do gênio, extrai do mármore bruto e informe as linhas incorruptíveis de uma estátua formosa!

Quem poderia suspeitar então, que o ingresso de Silva Paranhos na carreira consular devia ser a chave miraculosa com que ele abriria de par em par as portas da immortalidade!

CAPÍTULO III

O CÔNSUL — 1876-1899

A vida de um homem não será apenas o espaço de tempo que vai do berço à sepultura. Mede-se a vida de um cidadão conferindo-a pela extensão dos seus ideais, pelos trabalhos executados e, mais do que tudo, pela tenacidade dos seus propósitos em servir à coletividade e à Pátria.

Avaliada ao metro do patriotismo, a vida de Silva Paranhos é, não só das mais extensas, mas, igualmente, das mais opulentas e invejáveis.

Ele possuía, entre outras muitas qualidades, a virtude de saber querer e saber esperar. Alcançou assim o direito de servir ao Brasil, no pôsto que era uma aspiração inata de sua consciência.

Preparou-se para êsse intento desde a meninice, por imitação natural ao exemplo paterno, e em chegando à juventude e depois à maturidade espiritual, verificou, repassando os cabedais pacientemente enceleirados, que não desperdiçara o tempo, nem deveria intimidar-se diante das dificuldades que se antepunham às suas aspirações.

O desejo de conquistar um consulado aflorou-lhe ao pensamento desde 1867, aos vinte e dois anos de idade, e a partir de então, não teve mais um instante de sossêgo.

Em vão tentou enganar-se, aceitando, como sabemos, uma cadeira de professor, um lugar na magistratura ou tomando parte ativa nos debates políticos, ingressando na Câmara e esgrimindo a pena de jornalista.

Fôra tudo inútil e efêmero.

Várias causas teriam concorrido para dificultar-lhe o ingresso na carreira consular, mas ninguém o ignora hoje, que o opositor mais sério e invencível deveria ser, justamente, D. Pedro II.

Quais seriam, porventura, as falhas, os defeitos, os pecados imperdoáveis do Moço fidalgo, cujas reminiscências o anulavam perante o soberano, incompatibilizando-o, no seu entender, para o pôsto desejado?

Silva Paranhos, em várias oportunidades, não dera provas públicas e suficientes de sua cultura, do seu amor ao estudo e do seu patriotismo?

Não era, além disso, um homem bem nascido, descendente do varão exemplar, cujos serviços ao Império o haviam elevado à dignidade de visconde?

Tudo isso se murmurava na côrte e as explicações que também se segredavam em desabono de Paranhos Rio Branco, dando razão ao monarca, ou criticando-o pela severidade excessiva e injustificável, apontavam sempre o mesmo motivo — a vida boêmia do filho do visconde!

Diziam... o que sempre se diz...

Paranhos Rio Branco, na verdade, não estava isento de culpa.

A maledicência e o despeito, entretanto, cerravam o cenho e carregava nas tintas desabonadoras, passando à enumeração dos atos, dos fatos, ao diz-que-diz, ao ouvi dizer, aos constas, a tôda essa mexericaria que não é apenas o apanágio das côrtes, mas o ambiente comum dos agrupamentos sociais.

Tiradas, porém, as coisas a limpo, que resta de tudo isso?

Aquilo que os nossos avós qualificavam de *rapaziadas*: O namôro público às atrizes em voga; as palestras nos cafês; atitudes impertinentes, mas inofensivas ou alterações que cindiam o silêncio daquelas noites monótonas e tranquilas do Império.

O futuro Barão do Rio Branco foi sempre um espírito inquieto, uma personalidade cheia de vida e de vivacidade.

Certa vez, na meninice, a mãe o prendeu por uma corda, amarrando-o ao pé da mesa, na sala de jantar! Era um traquinhas.

No Colégio de Pedro II deixara lembranças de sua irreverência, mas dera provas de estudioso e de aplicado. Na Paulicéia, estudante de Direito, tomara parte nas algazarras e brejeirices tradicionais da época e, certamente, fizera o mesmo no Recife, nos dois últimos anos do curso jurídico.

Vêmo-lo, ainda hoje, contemplando-se uma fotografia dos seus vinte e poucos anos, na plenitude da virilidade, trajando calças côr de alecrim, *croisé* elegantemente bem talhado, a calva precoce

admiravelmente compensada por uma barbinha atrevida, que lhe dava ao rosto claro, ao nariz levemente aquilíneo e aos olhos vivos, o aspecto original de um mosqueteiro indígena.

Era, então, descontados os últimos retoques da puberdade recente, o mesmo tipo esbelto e varonil, dos seus dias de homem, em cujo olhar transparecia sempre aquela fortaleza de espírito que foi um dos traços evidentes de sua expressiva personalidade.

Assim era o Moço fidalgo e, outros não poderiam ser os pecados que o desprestigiavam na opinião e teimosia do soberano.

Essa má vontade, porém, vinha de longe, mas Paranhos Rio Branco não se conformava nem se intimidava, insistindo por todos os meios ao seu alcance, na conquista de sua aspiração.

Ele não ignorava que o imperador teria vetado, intimamente, o seu ingresso na Assembléia Legislativa, em 1868, e que, não vira com bons olhos a sua escolha para Secretário da Missão ao Prata, em 1869.

Impertinente e de má vontade para comigo, — repetia o filho do visconde, mostra-se, contudo favorável para com outros. Paranhos Rio Branco aludia, justamente despeitado, a um parente de Francisco Otaviano e ao filho do Visconde de Itajubá, aquinhoados em postos de merecimento, por força exclusiva dos padrinhos que os amparavam.

Cansado de esperar, mas não desiludido de alcançar o seu intento, apela, em carta, para o seu padrinho, escrevendo ao Barão de Cotegipe, pedindo-lhe que intervisse junto ao soberano, e nesse documento expõe, abertamente, as suas máguas; a mágua de se ver excluído do número daqueles que obtiveram condecorações, ao regressar do Rio da Prata, quando, diz ele: «não houve secretário e adido que não fôsse aquinhoado», a mágua de se ver preterido sempre, por uma idiosincrasia inexplicável do Imperador.

Mas Silva Paranhos, apesar de tudo, não desanima, acrescentando: «Isso me convence que o Imperador há de opor-se; mas estou persuadido de que V. Excia., querendo, vencerá mais essa campanha, tranquilizando-me de uma vez para sempre, depois de tantos anos de indecisão e de espera...»

Para conseguir o consulado, ele lança mãos de todos os recursos da amizade. Dirige-se, também, a Gusmão Lôbo, seu companheiro de jornalismo, seu amigo e amigo do Barão de Cotegipe, pedindo-lhe que escrevesse «duas linhas» ao amigo comum, porquanto, explicava confidencialmente àquele: «... a esta nomeação prende-se a solução de outros assuntos importantíssimos para mim... se perco essa oportunidade de consertar a minha vida, estou perdido para sempre...»

Essas linhas denunciam o seu estado de espírito, a sua inquietação, a verdadeira angústia de sua alma, porque, êle o sabia, avizinhava-se o período da regência, com a anunciada viagem do imperante à Europa, e então «surgirá candidato, que possa ter por si, se já não tem, a boa vontade do Sr. Conde d'Eu...», acrescentava na carta ao Barão de Cotegipe.

Há, ainda, nesse mesmo documento, um período de ouro, e é aquêlê, certamente, em que Paranhos Rio Branco mostra ainda uma vez a inteireza do seu caráter e a inflexibilidade de sua personalidade.

Êle sabe, êle tem a convicção e as provas de que Pedro II oporá resistências à sua pretensão, e, possivelmente, êle poderá vencer na ausência do imperador. Isso, porém, o mortifica, porque ao digno filho do visconde sempre repugnaram os atos que não estivessem escorados na Justiça e no Direito. Nas linhas finais, ao concluir a carta, confessa ao Barão de Cotegipe: «V. Excia. há de, além disso, convir que é para constranger, a certeza de que eu não possa obter uma nomeação destas senão na ausência do Imperador...»

Por essas palavras se dirigia Paranhos Rio Branco ao Barão de Cotegipe, mas o próprio visconde, seu pai, diante da recusa do imperador, sentiu-se profundamente ferido em seu amor próprio, e tomando da pena, vasou no papel as suas amarguras, dirigindo-se a Cotegipe nestes têrmos: «Um bacharel em Leis pode ser adido de 1ª classe sem outro título; e ninguém dirá, com razão, que deva valer menos para um lugar de Cônsul, que nossa Lei dispensa de qualquer exame. Sou amigo do Barão de Santo Ângelo, e não lhe desejo mal algum: mas o que era êle quando foi para Lisboa? Professor da Academia de Belas Artes. É por ventura habilitação consular? Os seus serviços como cônsul são distintos? Só em nossa terra o ter sido deputado da Nação é um título de inferioridade ou exclusão!... Meu filho não pode ser cônsul em Liverpool, onde esteve um almirante, e depois o Sr. Belchior, porque deve ser político... O diabo leve tal política, como ela é compreendida na mais alta de nossas regiões...»

Cotegipe não se deu por vencido, à primeira recusa do imperador. Voltou ao assunto, mas sem resultado algum. Passam-se os dias. O imperador viaja para a Europa, subindo ao trono a Princesa Isabel.

Cotegipe, entretanto, insistiu nos seus propósitos, reduzindo-os a uma exposição de motivos em que solicita e justifica a nomeação de Silva Paranhos. Nesse documento lê-se o seguinte: «A quem proponho eu? O bacharel formado José Maria da Silva Paranhos, deputado por duas legislaturas, ex-secretário da Missão Especial no Rio da Prata, cargo mais elevado que o de cônsul.

«As suas habilitações são superiores às de qualquer dos apontados. Os seus serviços, na Câmara e na imprensa, são notórios.

«Ainda agora os está prestando na publicação da História da Guerra do Paraguai; suas anotações a esta obra revelam grande estudo e talento. No tempo da mesma guerra escreveu, e fez imprimir, à sua custa, nos jornais da Europa, repetidos artigos em defesa da causa do Brasil. Já não é moço, passa dos trinta anos; e, quando o fôsse, o seu juízo prudencial o coloca a par dos velhos. Pôsto que os serviços dos pais não aproveitem aos filhos, contudo se êstes têm mérito, aquela circunstância deve pesar no ânimo de um govêrno justo».

O elogio rápido, sintético, mas eloqüente, valia, também, por um desafio à justiça da soberana. A princesa submeteu-se, sem subterfúgios, à vontade do ministro, lavrando-se, imediatamente, o decreto de nomeação de Silva Paranhos para Cônsul Geral do Brasil, em Liverpool.

Essa porfia durara por espaço de um decênio e se rematou, a final, como nunca o desejou Silva Paranhos, isto é, na ausência de Pedro II.

Durante um quarto de século, de 1876 a 1901, permaneceu Silva Paranhos no estrangeiro. Nesse longo período, uma vez apenas e, assim mesmo por alguns dias sômente, esteve no Brasil, cumprindo o dever filial de acompanhar e dar sepultura a seu pai, falecido a 1 de novembro de 1880, no Rio de Janeiro.

Exilando-se, voluntariamente, da pátria, nenhum outro filho a extremeceu mais e melhor, nem dignamente haveria de servi-la, do que êle.

Êsse entresenhado e distante consulado, onde tantos anos viveu, Silva Paranhos o transformou, paciente e amorosamente, em um nobre santuário da pátria, e, nesse ambiente estrangeiro, ao pé da biblioteca de preciosos volumes que sômente se referiam no Brasil, erigiu um autêntico e luminoso altar, em cujos degraus, quase esquecido dos seus patrícios, afervorava o espírito, aprimorando-se nos conhecimentos históricos, sem se aperceber, sequer, das surpresas que lhe preparava o destino.

Dai, dêsse isolamento, as primeiras notícias que nos chegam do cônsul são as que se reportam à publicação da segunda parte do livro *A guerra da Triplíce Aliança*, e a distinção que lhe confere o rei da Bélgica, incluindo-o na Ordem de Leopoldo, em 1876.

Fixando a mulher e os três filhos, em Paris, Silva Paranhos atravessa, constantemente, a Mancha, visitando a família e aproveitando a permanência em França, para percorrer-lhe as bibliotecas, as livrarias, os museus e até as bancas dos vendedores de

folhetos das margens do Sena, onde, aqui e ali, vai adquirindo tudo quanto possa aumentar e enriquecer o admirável arquivo que tamanhos serviços lhe prestaria depois.

Revê, nas suas infundáveis caminhadas pelos *boulevards* parisienses, os antigos sítios de boêmia que conhecera na sua primeira viagem à França, (1867-1868) verificando então, que o Café Tortoni, o Café Anglais, a Maison D'Or e tantos outros já não possuíam, como outrora, o mesmo prestígio nem a mesma clientela.

Desiludido, saudoso dêsses belos tempos, consolava-se da tristeza da realidade, ensinando aos filhos: «É preferível não ressuscitar o que passou, conservando na nossa memória as imagens que a lembrança reteve».

Vai, também, em companhia do primogênito, em 1885, render homenagens a Victor Hugo, acercando-se do catafalco imponente, armado no Arco do Triunfo aos despojos do famoso e celebrado poeta francês. Explica a seu filho a beleza e o sentido daquilo que assistiam; mostra-lhe a multidão apinhada; faz o elogio da obra do grande morto e entremeia aos versos que recita, de vários poetas franceses, estrofes de Gonçalves Dias, para ensinar-lhe, com êsses exemplos, a nobreza imortal da poesia.

Anteriormente, em 1879, recebe e acolhe seu velho pai enfêrmo, que se destina à Europa, em busca de melhoras para a saúde.

Percorre, com o visconde, os consultórios médicos dos mais afamados especialistas; acompanha-o à Itália e, apesar de tudo, vai visitar, sozinho, os locais históricos, êsses memoráveis campos de batalha do Trasimene e de Cannes, reconstituindo através da memória, as lutas romanas, relembrando a grandeza artística da Itália, a partir dos áureos dias da Renascença. Aproxima-se do Vesúvio, vai a Capri e Pompêia, ressuscita, de cor, os clássicos latinos e o século de Augusto.

Os fatos históricos exercem sobre êle um extraordinário fascínio, encantam-no, deslumbram-no!

Mas, a vida é inexorável.

Regressa a Paris; os padecimentos paternos se agravam; sobrevém, afinal, o inevitável.

A morte do pai interrompe-lhe, por algum tempo, o exílio voluntário; viaja para o Rio de Janeiro; cumpre aqui os seus últimos deveres filiais e, de regresso a Paris, leva consigo a velha mãe, que se faz acompanhar de antigos fâmulos, antigos e dedicados serviçais que, no estrangeiro, lhe dariam com a presença, a ilusão da terra distante.

A família vai residir, então, no Boulevard Saint-Michel, onde, tempos depois, aparece o Imperador D. Pedro II, em visita à viúva do seu ex-ministro e digno Presidente do Conselho.

Viram-se pela última vez. Nessa mesma casa, transcorrido um pequeno prazo, falecia a mãe de Paranhos Rio Branco.

Com êsse gesto de gentileza e cortesia, apagam-se, dissolvem-se, cicatrizam-se na alma de Paranhos Rio Branco antigos ressentimentos, aquelas máguas de outrora, quando êle vivia sonhando com um consulado e a teimosia de Pedro II se interpunha, inexplicavelmente, às suas legítimas ambições.

Agora, como no passado, era êle mesmo, o próprio monarca que lhe ia reconhecendo os serviços, estimulando-o, publicamente e à distância, enobrecendo-lhe com títulos e dignidades, concedendo-lhe a comenda da Ordem da Rosa, em 1881, e, em 1883, elevando-o a dignitário da mesma Ordem.

As atividades do cônsul e do historiador justificam todos êsses atos com que o cumula o govêrno, e a sua personalidade vai, assim, se engrandecendo perante o país.

Os serviços do consulado tomam-lhe tôdas as horas disponíveis, mas Paranhos Rio Branco multiplica o tempo diminuindo as horas de repouso e de sono.

Desfrutando invejável saúde, substitui à mesa de trabalho os monótonos papéis burocráticos pelos alfarrábios e documentos, e aí se deixa ficar, até madrugada alta, organizando as páginas da História.

E dêsse modo se explicam inúmeras contribuições do seu aturado esforço, ou melhor, de uma dedicação incansável à especialidade, da qual se revelara apaixonado desde os tempos escolares.

Entremeando aos deveres do cargo oficial as cogitações dos seus pendores pessoais, Paranhos Rio Branco escreve a monografia intitulada *Le Brésil*, para a *Grande Encyclopédie*, publicada sob a direção do erudito Émile Levasseur; atende ao convite do nosso patricio Santana Neri, realizando, em menos de quinze dias, a monumental *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, ao mesmo tempo que faz imprimir as primeiras páginas das *Efemérides Brasileiras*.

Invariável em suas preocupações de bem servir à pátria, afadiga-se em outro gênero de trabalhos, tudo diligenciando para que o Brasil se faça representar, condignamente, na famosa Exposição de Paris, onde a nossa terra, realmente, haveria de conquistar lugar preeminente.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apela para os seus bons officios e para a sua dedicação, e a Paranhos Rio Branco é confiada a representação do Instituto no memorável Congresso de Americanistas, onde o nosso país, por seu intermédio, conquista novos louros.

Empreende, oficialmente, uma viagem à Rússia e aí, obtém novas distinções e recebe, para o Brasil, inesquecíveis homenagens, juntando aos seus títulos o de Grande Oficial da Ordem Imperial de Santo Estandislaw, que lhe concede o Csar, em 1884, elevando-o o Imperador D. Pedro II, nesse mesmo anno, à categoria de Conselheiro do Império.

Documentando sua excursão, como delegado do Brasil à Exposição de S. Petersburgo, Paranhos Rio Branco escreve e publica, a respeito, um excelente trabalho de propaganda, editado sob o título *Le Brésil à l'Exposition de St. Petersbourg*.

Todos esses trabalhos o recomendam à admiração de ilustres personalidades estrangeiras, entre as quais se enumeram: Elysée Réclus, Levasseur, Jules Dumontier, René Donay, Alexandre Petit, o rabino Mossé...

A esse último se associa, e escreve com elle a biografia do Imperador D. Pedro II; a Réclus, que o admira pelos seus notáveis conhecimentos de Geografia, ficará reconhecido à lembrança de um dos títulos que mais o lisonjearam, o de membro correspondente da Royal Geographical Society, de Londres.

Em sua casa, em Paris, iam ter os brasileiros ilustres, de passagem pela França, a exemplo de Eduardo Prado, ou ali domiciliados, no exercício de cargos públicos, o Visconde de Cavalcanti, o Visconde de Araguaia, os Barões de Albuquerque, de Estrêla e de Santana Neri...

Os assuntos habituais das palestras giravam sempre em torno de fatos históricos, em que elle se fazia admirar pela excelência da memória e pela riqueza e vastidão dos conhecimentos em relação à matéria.

Rui Barbosa e Capistrano de Abreu não lhe poupam encômios, Paranhos Rio Branco é, na opinião deles, um erudito de pólpa; Eça de Queirós, na *Revista de Portugal*, exalta-lhe a competência, enquanto Eduardo Prado, entre os muitos gabos com que lhe reconhece os méritos, pinta-o, em poucas palavras, nesta pequena frase: «O que elle sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa»...

Adquirindo fama no estrangeiro, e mais conhecido ali que em seu próprio país onde, com raras exceções, fora das teias officiaes, quase todos o ignoram, a *Société Française des Amis des Arts* o incorpora, num gesto de homenagem, em 1886, aos seus quadros, inscrevendo-o no número dos seus sócios fundadores, ao mesmo tempo em que o governo francês o distingue com o título de Oficial de Instrução Pública, de França.

A monarquia reconheceu, a final, ainda uma vez, e seria a última, que o filho do visconde era, realmente, uma personalidade que honrava o Brasil, pela sua capacidade cultural e pelo seu ininterrupto patriotismo.

E no ano de 1888, José Maria da Silva Paranhos recebe o título de Barão do Rio Branco, com o qual passaria à história.

Poucos meses depois, proclamava-se a República.

O novo regime que, para muitos, lhe seria o encerramento da vida pública, ofereceria a Rio Branco esplêndidas oportunidades para servir ainda mais e melhor à sua pátria.

CAPÍTULO IV

NA ALVORADA REPUBLICANA — 1890-1892

A transformação da Monarquia em República era, para muita gente, no decorrer do ano de 1888, uma possibilidade remota e, na opinião de muitos outros, pouco provável.

Ainda em 1889, durante e após os acontecimentos mais expressivos, até a última hora, o próprio Visconde de Ouro Preto não se conformara nem se convencera da realidade, persuadindo-se de que tudo aquilo voltaria à calma, desde que se mudasse o ministério.

Assim não pensava Rio Branco. Para ele, desde quando estivera na Corte, por ocasião da morte do visconde, que se convencera de que a transformação política era questão decidida, dependendo apenas de oportunidade, e que se verificaria de um momento para outro.

Dois fatos fundamentais, em sua observação, seriam capazes de abreviar e precipitar os acontecimentos: a questão militar, latente, prestigiada pela figura do General Deodoro e a saúde precária, do soberano.

A perspicácia da observação levou-o ao prognóstico da gravidade daquele momento histórico, que passava despercebido de quantos estavam mais próximos do trono.

Dessas convicções há uma prova irrefutável.

Retornando ao consulado de Liverpool, um de seus auxiliares solicitou-lhe a atenção para o estoque de papel oficial, timbrado, que precisava ser renovado.

Rio Branco determinou a providência, advertindo-o, porém, mais ou menos, nestes termos:

— Renove o estoque, mas faça imprimi-los com este título : *Consulado Geral do Brasil*, em substituição ao timbre atual: *Consulado Geral do Império do Brasil*.

O funcionário permaneceu indeciso, e Rio Branco o esclareceu:

— É possível que o Império desapareça. Se isso acontecer, eu sentirei bastante, porque será um salto no desconhecido, e,

possivelmente, a desordem e a ruína. Trata-se, porém, de um acontecimento que poderá ocorrer de um momento para outro e o meu dever de funcionário zeloso é o de evitar despesas supérfluas. O papel timbrado, como indiquei, servirá para agora e para depois...

Esse flagrante, recolhido por um dos seus filhos, vale por um depoimento histórico e demonstra, à evidência, a certeza de que estava possuído Rio Branco, em relação aos rumos políticos de sua pátria.

A proclamação da República se fez como êle a esperava, mas, nem por isso o livro de uma visível tristeza. Era natural e humano que assim acontecesse. Nascido e criado no regime monárquico, descendendo de um varão ilustre do Império, era razoável que levasse à conta de injustiça e ingratidão a sorte imposta ao velho soberano.

Êle que, pessoalmente, nada devia ao imperador, e que poderia até incriminá-lo de injusto, tanto se opusera sempre e tenazmente às aspirações do início de sua vida pública, doía-se daquilo que, em suas convicções cívicas, tomava o aspecto de uma cruel ingratidão para com um brasileiro digno do respeito e veneração do seu povo.

Passando-se à outra esfera de cogitações, o que Rio Branco temia, diante da transmutação violenta operada na política brasileira, era, antes de tudo, a possibilidade das lutas intestinas que poderiam culminar na mutilação do território pátrio, ensejando o desmembramento da unidade nacional.

Quanto a si mesmo, o que lhe parecera razoável e provável era, sem alternativas, o afastamento inevitável do pôsto em que se encontrava, pela impossibilidade, sem quebra da própria dignidade, de aderir ao novo regime.

Supôs, assim, que havia tocado o limite extremo da vida pública, muito embora o fortalecesse a convicção de que: «Um diplomata não serve a um govêrno determinado; serve, através de governos que se sucedem e às vêzes se contradizem, ao país, que é, para o patriota, uma entidade permanente e sagrada».

Apesar dêsse íntimo raciocínio, considerou-se, inapelavelmente, incompatibilizado para continuar a exercer funções que dependiam de confiança recíproca, e seu primeiro pensamento, nessa emergência, fixou-se no Brasil. Delineou, desde logo, um novo programa de vida, arquitetando o plano de se estabelecer no interior do Estado de São Paulo, repartindo-se entre a lavoura e os estudos históricos.

Premido pelas circunstâncias, na indecisão do rumo a seguir, não quis deliberar sozinho. Lembrou-se do imperador; foi ao encon-

tro do Visconde de Nioac, que acompanhara até a Europa o velho rei deposto e exilado. Expôs-lhe a situação; pediu-lhe que intervisse junto ao ex-monarca, decidido a acatar-lhe o conselho.

A resposta não se fêz demorar, e o conselho transmitido a Rio Branco deve ser incluído entre as expressões mais nobilitantes do civismo, e amor de Pedro II ao Brasil.

«Diga ao Rio Branco — respondeu-lhe o ex-soberano por intermédio do Visconde de Nioac, — que êle é um bom servidor do país, ao qual terá talvez ocasião de prestar serviço. Deve ficar no seu pòsto, no que depender dêle, pois poderia cair em mãos menos dignas, que se aproveitassem do momento. Que continue a trabalhar pelo Brasil. Eu passo, o Brasil fica...»

Rio Branco, naturalmente, exultou, na íntima satisfação de se ver elogiado por aquêlê mesmo soberano que, no fastigio do poder, sempre se interpusera às suas ambições.

E assim permaneceu à frente do Consulado, aguardando a palavra do novo govêrno inaugurado no Brasil, mantendo em seus atos o mesmo zêlo anterior, assumindo, entretanto, uma attitude que era, a um tempo, de independência e discreção.

Êsse modo de agir influiria, certamente, na direção de sua vida, daí por diante.

Mas o que êle não poderia imaginar, nem ninguém seria capaz de prever, é que, sobrevindo a República, uma nova era, muito mais fecunda e extraordinária, abrir-se-ia diante de sua existência.

Os primeiros passos da República brasileira ressentiram-se, como se sabe, de inúmeras dificuldades. Eram os escolhos inevitáveis a uma transformação politica geral, decidida a transformar por completo a fisionomia das instituições até então vigentes no país. Os descontentamentos lavraram no próprio partido republicano, entre elementos da mesma seita.

Deodoro da Fonseca, que assumira o poder em 1889, viu-se forçado a transferi-lo, pouco depois, ao seu substituto legal, Floriano Peixoto, em 1891.

Rio Branco recebe, então, a primeira prova de confiança dos novos dirigentes da Nação, através do convite que lhe é endereçado para assumir a *Superintendência do Serviço de Imigração*, com sede em Paris, do qual se afastara, resignando ao cargo, o Conselheiro Antônio Prado.

O Cônsul Geral em Liverpool assumirá, desde êsse momento, as obrigações dos dois encargos, escolhendo para um de seus auxiliares ao jovem Domicio da Gama, que seria um dos seus melhores amigos e companheiro da vida inteira, e a quem conhecera por ocasião da Exposição Universal de Paris, em 1889. Per-

tencendo ao quadro de colaboradores da *Gazeta de Notícias*, entre os quais avultavam Machado de Assis, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Max Nordau, Valentim Magalhães e muitos outros, o jovem escritor recebera de Ferreira de Araújo, inolvidável estimulador da literatura brasileira, a incumbência de representar aquêlê jornal no grande certame internacional.

Conservou, também, o novo Superintendente, no serviço sob sua direção, o seu amigo, o Barão de Santana Neri, cujos merecimentos o haviam acreditado, de há muito, nos meios intelectuais parisienses.

São dessa época as reuniões da colônia brasileira no célebre Restaurant Durand, da Rue Royale, em Paris, nas quais se encontravam Silva Paranhos, Eduardo Prado, Domicio da Gama, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Silveira Martins e tantos, tantos outros.

Funcionários, emigrados políticos, ou simples viajantes, reuniam-se todos para palestrar acêrca dos últimos acontecimentos da política brasileira.

Numa dessas tertúlias, Silva Paranhos daria aos seus comensais, a notícia que Rodolfo Dantas lhe transmitira em carta, da fundação do *Jornal do Brasil*, para o qual contava, já, com a colaboração de vários patricios e também de alguns estrangeiros de reconhecida notoriedade, entre os quais se incluíam Edmundo D'Amicis, Max Leclerc, Paul Leroy Beaulieu... A Silva Paranhos solicitava Rodolfo Dantas uma contribuição histórica. Atendendo ao amigo, Silva Paranhos iniciou, através do novo órgão da imprensa brasileira, as publicações das *Efemérides*, escritas, quase sempre, de improviso, à simples anotação de uma data que fazia borbulhar da pena do historiador, as admiráveis informações acumuladas na memória.

Mas não só nos cafés e restaurantes se reuniam êsses comensais de Rio Branco. Comumente se encontravam, também, na própria residência do Cônsul e Superintendente, à Rue de Rennes, onde, por mais de uma vez, a palavra conciliadora e refletida do dono da casa interferira, apaziguando as iras e arrebatamentos do fogoso, intempestivo e extraordinário tribuno Gaspar da Silveira Martins.

Ao seu pessimismo, que se abeberava na paixão política, opunha Rio Branco argumentos extraídos, sem rancor, da observação dos fatos e dos homens.

Êle reconhecia e proclamava que, cada país, verdadeiramente independente, deve escolher por si mesmo a fórmula de suas próprias instituições políticas. Criticava, através dos fatos, a improriedade do parlamentarismo inaugurado no Brasil, por imitação à

Inglaterra, e justificando os dotes pessoais do ex-imperador, não deixava de acentuar que essas instituições não demoraram em se corromper, desacreditando-se e ao próprio monarca, perante a opinião pública.

Passava em revista a ação de alguns homens de Estado, e com orgulho se referia ao Visconde do Rio Branco, «que governou o país em condições políticas, financeiras e militar às vêzes bem árduas, mas nunca deixou a descoberto a pessoa do soberano».

A constituição do Império, acrescentava, não tinha tido completo êxito, deu, contudo, ao Brasil anos de paz interna e de prosperidade.

Silveira Martins julgava a política brasileira pelos acontecimentos mais próximos, e se referia, com desilusão, à ditadura inaugurada recentemente.

Rio Branco, porém, possuía o mérito de se colocar, invariavelmente, acima de questiúnculas e paixões partidárias, era o seu senso inato, de historiador, que lhe impunha reflexão a idéias e julgamentos, e o ponto de vista em que se colocou diante de Pedro II, ao inventariar-lhe o reinado, vale por um exemplo de magnífica retidão espiritual.

Afastado da ebulição política, por temperamento e pela distância, prosseguiu, com o mesmo zelo, à frente das atribuições que lhe haviam confiado, continuando, em suas vigílias, a dedicar-se à História Pátria.

Conferiu-lhe o Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico Pernambucano, em 1890, o título de sócio honorário, e em 1892, Rio Branco dá à estampa a primeira edição das *Efemérides Brasileiras*.

O ambiente propício à inteligência de Rio Branco, era o seu gabinete de trabalho, eram as suas vigílias fecundas, o seu amor incansável ao documento histórico, justificando-se, plenamente, a opinião de Joaquim Nabuco ao asseverar que êle «não servia para épocas de revoluções ou agitações...»

O temperamento de Rio Branco refletia a sua organização idealmente construtora, da qual ofereceu provas a vida inteira.

CAPÍTULO V

O VENCEDOR DAS MISSÕES — 1893-1901

Convidado pelo presidente Floriano Peixoto e aceitando, sem vacilações, a difícil tarefa de defender, em pleno regime republicano, os direitos territoriais do Brasil, ameaçados por um litígio com a República Argentina, Rio Branco vai ingressar, vitoriosamente, na carreira diplomática brasileira.

A situação da política interna, nessa primeira fase da República, não poderia ser mais tormentosa e ingrata.

A estabilidade do novo regime estava em jôgo e as instituições pareciam periclitár diante da guerra civil. A ação de Floriano Peixoto, porém, correspondeu às imposições do momento e à sua tenacidade e patriotismo devemos, incontestavelmente, o sairmos vitoriosos dessa encruzilhada inçada de perigos e contratempos.

Rio Branco, de longe, acompanhava o desenrolar dos acontecimentos, e visando, exclusivamente, o bem estar e a dignidade da pátria, escrevia a Rui Barbosa, primeiro detentor da pasta da Fazenda, nas alvoradas da República: «Faço os mais ardentes votos para que V. Excia. e seus colegas terminem com a maior felicidade e a possível prontidão, a grande obra de reconstrução em que estão empenhados».

Inteirado da crise política que ameaçava lançar o país nos desatinos de uma carnificina inglória, entre irmãos, acrescentava, nesse mesmo documento, que é um dos espelhos do seu patriotismo: «A questão hoje . . . não é mais entre Monarquia e República, mas entre República e anarquia...»

E o seu desejo, os seus votos de brasileiro, os anelos do seu espírito culminam no fêcho da carta memorável, quando, textualmente, escreve: «Que o novo regime consiga manter a ordem, assegurar como o anterior, a integridade, a prosperidade e a glória do nosso grande e caro Brasil e ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram nossos pais, é o que sinceramente desejo».

A questão de limites com a República Argentina assumia as proporções de uma contenda inesperada e acabrunhadora, aumentando o desassossêgo geral.

O govêrno brasileiro, arquivando a convenção firmada por Quintino Bocaiúva, então Ministro das Relações Exteriores, e que, por isso, abandonara o cargo, sugeriu fôsse a questão submetida ao arbitramento internacional, nos têrmos do Tratado de Buenos Aires, datado de 7 de setembro de 1889, no qual tinha sido indicado para árbitro, Grover Cleveland, Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte.

O plenipotenciário brasileiro, já credenciado para essa missão, era o Barão Aguiar de Andrade. Inesperadamente, entretanto, a morte súbita dêsse diplomata, traz novas dificuldades ao govêrno, preocupado em restabelecer a ordem perturbada com o desencadeamento da guerra civil.

A questão apasiona a opinião pública; há apreensões no seio do próprio governo e Floriano Peixoto se preocupa diante da nova indicação de um homem que estivesse, de fato, à altura dos nossos interesses em jôgo.

Dirige-se, para isso, a Sousa Correia, ministro do Brasil em Londres, e de Sousa Correia recebe a indicação confidencial, nestes termos: «Temos homem e êle não é senão o Barão do Rio Branco». A sugestão do ministro encontra repercussão no apoio decidido de um amigo íntimo de Floriano Peixoto, o deputado José Avelino Gurgel do Amaral, e, naturalmente, pela memória do chefe do Governo, teria relanceado a imagem do jovem secretário do Visconde do Rio Branco, com quem êle se defrontara por ocasião da guerra do Paraguai.

Fêz-se o convite e lavrou-se o decreto de 5 de abril de 1893, nomeando o Barão do Rio Branco Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial nos Estados Unidos da América do Norte.

Muitas das linhas demarcadoras de nossas fronteiras, entre as quais podem ser enumeradas as que se relacionam com a Venezuela, o Peru, a Bolívia, Uruguai e Paraguai tinham sido examinadas ao tempo do Império, cabendo ao Visconde de Ouro Preto celebrar o Tratado de Arbitramento com a República Argentina.

Datavam de 1888 as negociações para solucionar os casos da Guiana Francesa e os dos Campos do Pirara, com a Inglaterra.

Partindo para Washington, Rio Branco, impenitente estudioso dos nossos assuntos históricos, possuía opinião formada quanto aos direitos legítimos do Brasil, na questão do Prata.

Instalou-se o representante do Brasil na cidade de Nova York, buscando na metrópole, local propício ao maior recolhimento, e aí, durante noites e dias seguidos, retocou, poliu e aprimorou o trabalho que deveria ser lido perante o grande árbitro, o Presidente democrata Grover Cleveland.

A defesa argentina estava confiada, nesse pleito memorável, a Estanislau Zeballos, figura preeminente nos círculos portenhos, personalidade de sólida cultura, jurisconsulto notável, publicista e professor de Direito Internacional na Universidade de La Plata.

Rio Branco não possuía nenhuma dessas credenciais, era apenas um desconhecido estudioso da história, afastado do Brasil há muitos anos, vivendo na Europa, de onde embarcara para a América do Norte para se medir com um homem da projeção continental de Estanislau Zeballos.

Rio Branco, contudo, vivendo embora longe do Brasil, afevorara-se no culto de sua história, com tamanha constância e

pertinácia que poderia desafiar, em patriotismo, aos mais zelosos dos seus patrícios.

Lendo velhos infólios, compulsando mapas raros, decifrando anacrônicos roteiros, ou traçando, pacientemente, no silêncio do gabinete, antigos ou imaginários caminhos, que a sua visão reconstituía, Rio Branco ia fundindo, linha a linha, para o seu deslumbramento, a imagem fisiográfica da formosa terra dos seus antepassados.

A imagem do Brasil, como êle a viu, na sua integridade definitiva, ninguém a contemplou assim, sem um deslize, sem uma falha, sem a mais leve solução de continuidade, nos lindes e fronteiras com os demais países da América.

Êle tinha, por assim dizer, o instinto, a intuição, a preciência do que era nosso, daquilo que seria, sem contestação possível, o milímetro de solo pátrio, por maiores que fôsem os intrincados das barreiras e convizinhanças da terra estrangeira!

A erudição, servida por memória peregrina, disciplinada na observação e no trabalho, não vacilou jamais.

Espírito prático, objetivo, adquiriu na sua especialidade o gênio da concisão clareada pela certeza do que afirmava.

Nascera historiador, como tantos outros nascem para a poesia ou para a mecânica.

Os depoimentos constantes, inúmeros, de muitos dos seus patrícios, capazes de compreendê-lo, estimá-lo e julgá-lo, poderiam, reunidos, constituir um grosso volume. Capistrano de Abreu, entre outros, louva-lhe os méritos de historiador e geógrafo, de sabedor profundo de coisas e fatos brasileiros; Clóvis Devilaqua vê em Rio Branco «um notável diplomata em qualquer país do mundo»; Euclides da Cunha depõe nestes têrmos: «é o único grande homem vivo desta terra... é lúcido, é genial, é trabalhador e traça na universal chateza dêstes dias uma linha superior e firme de estadista».

Em 1893, todavia, ainda não conquistara o louvor público, permanecendo apenas no raro conhecimento das *élites*.

O laudo do Presidente americano iria desvendá-lo, repentinamente, ao povo brasileiro.

Descendente, em se tratando da História, de um Frei Vicente do Salvador, — que é, cronologicamente, o pai da História do Brasil, — ou de um Varnhagen, — Rio Branco, pelo seu senso inato, entronca-se aos grandes homens da nossa raça, filiando-se à progênie de um Ladário, de um Ouro Preto, de um Capanema, de um Visconde do Rio Branco, e tantos mais, pregoeiros conscientes e entusiastas dos processos de arbitramento, nas plagas da América.

As raízes da sua formação diplomática remontam ao passado longínquo, para se entroncarem nas aspirações do vice-rei Luís de Vasconcelos, de um Veiga Cabral e de Róscio, que ressurgiriam depois, balizando as condutas daqueles que, a partir de 1857, — Coteigipe, Teixeira de Melo, Cabo Frio, Niterói, Jaguari, Rio Branco, Nabuco e tantos mais, aconselhavam o juízo arbitral.

Rio Branco sentia-se prêso a essa linhagem espiritual e política, e para ela revocava as láureas da vitória, que não era sua apenas, mas a resultante de esforços continuados de longa série de portugueses e brasileiros que o anteciparam no tempo e nos serviços à pátria comum.

Rio Branco permaneceu por espaço de dois anos nos Estados Unidos; transferindo-se, às vésperas do pleito, de Nova York para Washington.

Findo êsse prazo, na manhã de 5 de fevereiro de 1895, data gloriosa para o calendário político da nossa história diplomática, recebeu o convite para comparecer perante o Presidente americano.

Chegara, finalmente, o instante decisivo. Acompanhado de Domicio da Gama, Olinto Magalhães e de um de seus filhos, dirigiu-se à Casa Branca, sede do governo dos Estados Unidos.

A cena foi simples e rápida. O Presidente, de pé, no seu gabinete de trabalho, tinha à sua direita o representante argentino, e à esquerda o representante brasileiro. O Secretário de Estado, Gresham, a um aceno de Cleveland, iniciou a leitura do laudo arbitral, em voz pausada e clara, concluindo a sentença pelo reconhecimento do bom direito do Brasil à reivindicação de suas fronteiras com a República Argentina, incorporando-se assim, definitivamente, ao território nacional, uma área de trinta mil seiscentos e vinte e dois quilômetros quadrados.

A notícia dessa primeira vitória diplomática vencida com as armas do Direito e da Justiça, manejadas dignamente pelo Barão do Rio Branco, chegou imediatamente, ao Brasil, que estava então, sob a presidência de Prudente de Moraes.

O regozijo dos nossos patricios alcançou o delírio, em manifestações populares que enchiam as ruas, irrompendo na imprensa e nas casas do Parlamento. Por todos os recantos do território pátrio o nome de Rio Branco foi celebrado com entusiasmo e patriotismo.

Convidado, insistentemente, pelos seus patricios, a vir receber na sua terra, as homenagens do povo brasileiro, Rio Branco escusou-se, polidamente, alegando as obrigações que o reclamavam na Europa.

Regressou, de novo, a Paris, reencetando com a pontualidade de sempre, os deveres que o prendiam à Superintendência geral do

serviço de imigração, uma vez que se havia exonerado dos encargos do Consulado, na mesma data em que se proclamara, em Washington, o laudo favorável ao Brasil.

A memória apresentada ao Presidente Cleveland, foi publicada em 1894, em inglês, e por essa mesma época a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro fêz chegar às mãos de Rio Branco o título de seu sócio correspondente, tendo igual procedimento a Sociedade de Geografia de Paris, em 1897, e, no ano seguinte, a Royal Geographical Society, de Londres.

Cumulado de gentilezas, atenções e homenagens, Rio Branco é eleito membro efetivo da Academia Brasileira de Letras em 1898, recebendo, na mesma data, as credenciais de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Missão Especial na Suíça, com que o honrava a confiança do Presidente Campos Sales.

Com a vitória de Washington, Rio Branco adquiriu, daí por diante, o título natural de mediador do Brasil nas questões de litígios de nossas fronteiras.

Foi, por assim dizer, o candidato único, espontâneo, de todos os governos republicanos, o advogado sem rival e sem competidores.

Esse novo problema confiado à competência de Rio Branco, e em que eram partes contra nós a Inglaterra e a França, datava de mais de dois séculos, e passou à História sob o designativo de Questão do Amapá.

A região em litígio serviu de cenário a vários crimes, e durante épocas seguidas proporcionou às partes litigantes um sem número de sobressaltos e aborrecimentos que pareciam insanáveis.

A imprensa brasileira, constantemente, através de várias gerações, expunha em suas colunas notícias de conflitos, selvagens e desmandos que irritavam e exasperavam o nosso povo, sem que os governos de então encontrassem remédio que solucionasse, de uma vez, a irritante e permanente questão.

A resolução de D. João VI, perfilhada pelos seus conselheiros de invadir a Guiana Francesa, depondo o governador Vitor Hughes, pela expedição comandada pelo Tenente Coronel Manuel Marques, em 1809, vingou até 1817, data em que Portugal decidiu restituí-la à França. Aparentemente, estava solucionado o assunto, mas, na verdade, apenas procrastinada a solução definitiva, que viria depois.

Em 1898, aventureiros e soldados franceses da guarnição de Caiena, relatam as crônicas, alvoroçados pela cobiça das minas de ouro descobertas na região, invadiram o território contestado, dando ensejo a conflitos que ameaçavam a paz entre os países limitrofes.

Esses fatos determinaram aos interessados, o Brasil e a França, a obrigatoriedade de acertarem um *modus vivendi*, declarando-se neutra a facha de terra compreendida à margem direita do rio Oyapoc e à esquerda a do Araguari.

A situação, entretanto, não se modificou, e pouco depois se agravava com as lamentáveis ocorrências da intervenção armada levada à têrmo pela guarnição francesa, em território brasileiro, da qual resultaram mortes e prisões.

Os incidentes do Amapá tocaram profundamente o patriotismo do Barão do Rio Branco, adepto fervoroso do arbitramento, e assim veio a ser escolhido para árbitro o Presidente do Conselho Federal Suíço.

A exemplo do que fizera em Washington, Rio Branco se impôs o trabalho material de reunir e dispor os elementos históricos antecipadamente recolhidos durante os seus intermináveis estudos, dar-lhes forma definitiva, afeiçoando-os à defesa dos nossos interesses em jôgo, publicando-os, depois, em 1899, sob o título «Frontières entre le Brésil et la Guyanne Française».

Os estudos de referência à Guiana Inglesa, a que se dedicara desde 1895, estavam igualmente prontos.

Decidiu-se, entretanto, pelo caso exclusivo da Guiana Francesa, tendo sido indicado Joaquim Nabuco para mediador junto ao governo inglês.

Rio Branco não podia compreender o afastamento de Joaquim Nabuco das lides diplomáticas, e o seu desejo era vê-lo integrado, pela sua cultura e pelos seus talentos, ao serviço do Brasil.

O Presidente Campos Sales e Olinto Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, aplaudiram a sugestão, encarregando-se Rio Branco de vencer os escrúpulos do seu ilustre amigo.

Joaquim Nabuco cedeu, por fim, tendo sido nomeado Ministro Plenipotenciário em Londres, encarregando-se da questão com a Guiana Inglesa, sujeita ao arbitramento de Vitor Emanuel III, rei da Itália, esse mesmo que acaba de renunciar os seus direitos ao trono, em 1944.

Confiada a questão da Guiana Inglesa à habilidade de Joaquim Nabuco, dedicou-se Rio Branco inteiramente, como era do seu feitio, à organização meticulosa da documentação que lhe poderia ser indispensável no caso sob sua responsabilidade.

No momento oportuno, transportou-se para Berna onde desembarcou em junho de 1899.

Recomendando-se por si mesmo e contando, além disso, com a prestimosa amizade do Ministro Lardi, que representava a Suíça, na França, por espaço de quase meio século, e que o credenciara,

particularmente, ao govêrno do seu país, Rio Branco conquistou, num relance, as boas graças e simpatias sociais de todos os círculos da invejável Confederação Helvética.

Travou aí relações amistosas com Virgílio Rossel, jurista de renome, a quem confiou as funções de consultor, o qual, entre outros merecimentos, possuía também o de se haver familiarizado com a língua portuguesa.

A redação da Memória, porém, reservou-a Rio Branco para si mesmo, dispensando, nesse trabalho, a colaboração de estranhos, incumbindo-se, êle próprio, de tudo, desde a organização de mapas cartográficos, ilustrativos da matéria, aos documentos, aparentemente mais inexpressivos.

Era êsse o seu método de trabalho e dêle não abria mãos.

Minucioso, exato e objetivo, Rio Branco orgulhava-se de conhecer, como raros outros homens, bibliotecas e arquivos da Europa Ocidental, muitos dos quais freqüentava, pessoalmente, ou dêles se inteirara através de informações obtidas de pessoas competentes e merecedoras de crédito.

Nisso repousava o seu fundamentado orgulho de especialista.

Procurara, além disso, associar aos seus métodos de trabalho a colaboração de especialistas indispensáveis, a exemplo de Louis Troupé, hábil cartógrafo, que lhe fôra recomendado pelo seu amigo o editor Delagrave, e o cubano Suarez, do qual Rio Branco afirmava «que era um verdadeiro rato de biblioteca...» Suarez, por seu turno, costumava gabar-se por estas palavras: «com as indicações do Barão do Rio Branco, não trabalho às cegas» e, disse daria provas, em várias oportunidades.

Está nesse caso, exatamente, a confirmação de suas habiliidades, concorrendo para clarear e ratificar uma única asserção da Memória de Rio Branco, que estava ainda em suspenso, fato êsse que preocupava desmedidamente a vaidade do seu autor.

Faltava-lhe entretanto, a documentação indispensável.

Rio Branco tinha a convicção de que o documento existia e, para tal fim, determinou a Suarez que o fôsse pesquisar nos arquivos de *Simancas*. Por êsse nome se designa a célebre biblioteca de Valladolid, na Espanha, situada em um castelo fortificado, onde, desde os meados do século XVI, são conservados os arquivos de Castela.

A notícia do achado não se fêz esperar, sendo a *memória* transmitida a Rio Branco, telegraficamente, e logo em seguida confirmada em cópia fotográfica.

Rio Branco exultou e durante dois dias e duas noites, sem cessar, examinou-a minuciosamente, de lentes em punho, copian-

do-a e fazendo intercalar, entre as razões já concluídas, o argumento inestimável e irrefutável.

A célebre memória, da autoria do Padre Pfeil, em que se faz a descrição da embocadura do Iapoque ou Oiapoque, e que confirmava, ponto por ponto, as asseverações do nosso erudito patricio, foi anexada, em *fac simile*, ao atlas apresentado pelo Barão do Rio Branco.

Concluída assim a exposição de motivos, com que pleiteava em favor dos nossos direitos, Rio Branco pôde, enfim, repousar, dizendo: «Está terminado o que depende de mim, peço a Deus que o árbitro desempenhe sua missão com a mesma consciência de Cleveland. Julgo ter empregado sem desfalecimentos tôdas as forças de que disponho, na defesa do Brasil».

A vitória do Direito e da Justiça coroaria, ainda uma vez, de louros imarcescíveis a figura e os feitos do nosso grande patricio.

No dia 1 de dezembro do ano de 1900, penetrava na residência do Barão do Rio Branco, em Berna, o Sr. Grafina, emissário do Conselho Federal Suíço.

O plenipotenciário brasileiro, rodeado da família, dos seus auxiliares e vários amigos, o recebeu no centro do salão, junto à mesa onde repousava o busto do Visconde do Rio Branco.

Aí se pronunciou a sentença arbitral favorável ao Brasil, pela qual ficava definitivamente encerrada a secular questão do Amapá.

A notícia foi transmitida, incontinenti, ao govêrno do Brasil, e as explosões de júbilo popular irradiaram do Rio de Janeiro para todos os pontos do país.

Em reconhecimento aos serviços extraordinários prestados pelo Barão do Rio Branco à Pátria, o Congresso Nacional, a 31 de dezembro dêsse mesmo ano, aprovava a Lei n.º 754, conferindo-lhe o título de Benemérito Brasileiro.

Uma subscrição pública, realizada no Estado de São Paulo, vai sagrá-lo em bronze, destinando-se, parte da coleta, à medalha comemorativa da campanha de 1893-1895, sendo autor dêsses trabalhos o escultor francês Félix Charpentier, cuja arte pode ser admirada no formoso monumento levantado à glória de Rio Branco, em uma das praças do Rio de Janeiro, onde, outrora, existia o histórico morro do Castelo.

Êsses fatos, por si sós, dariam extraordinário realce à personalidade do Barão do Rio Branco, ao findar o ano de 1900, mas nêle ainda se inscreve o aparecimento das «Anotações à obra de Elisée Reclus sobre o Brasil», com que o fecundo engenho do historiador ainda uma vez se recomendava à gratidão nacional.

A Comissão comemorativa do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil inclui o seu nome entre os dos seus sócios fundadores efetivos.

Finda a missão de Rio Branco, na Suíça, o governo o incorpora, daí por diante, à carreira da diplomacia, nomeando-o Ministro do Brasil em Berlim.

As homenagens iniciadas em 1900 prosseguem em 1901, inaugurando-se então, pomposamente, o seu busto em bronze, na gloriosa e veneranda Faculdade de Direito de São Paulo, entre ruidosas manifestações da mocidade acadêmica.

Transportando-se, mais tarde, ao Brasil, Rio Branco conquistaria novas lãureas, «engrandecendo a grandeza do Brasil», na justa expressão com que o celebrou o entusiasmo do Conde de Afonso Celso.

CAPÍTULO V

O CHANCELER — 1902-1912

A ascensão do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves à presidência da República, para governar o Brasil no quadriênio 1902-1906, marcou para o nosso país um dos períodos mais fecundos de nossa vida administrativa e política, a partir de 1889.

Reuniu em torno de si, o novo presidente, uma falange de verdadeiros grandes homens, decididos a colaborar com êle na reconstrução material e social do Brasil, o que permitiria à nossa pátria, um sem número de vitórias, dentro e fora do país.

Inaugurava-se, sob os auspícios do respeitável estadista, uma nova era de admiráveis empreendimentos que, daí por diante, fixariam o seu nome no respeito e na gratidão dos seus patrícios.

Confiada a Saúde Pública à incontestável capacidade administrativa do jovem e ainda obscuro Osvaldo Cruz, glorificado mais tarde com o título de saneador do Rio de Janeiro; colocando à frente da Prefeitura do Distrito Federal o notável engenheiro Francisco Pereira Passos, que seria secundado por Paulo de Frontin, uma das expressões mais legítimas da engenharia nacional, Rodrigues Alves, inspiradamente, lembrou-se de Rio Branco, convidando-o para assumir a pasta das Relações Exteriores.

Êsse convite surpreendeu, naturalmente, o nosso Ministro em Berlim, e Rio Branco, nesse sentido, respondendo a Rodrigues Alves, escreve uma carta que ficará como modelo de sinceridade, através da qual se espelham os traços mais sensíveis de sua individualidade.

Rio Branco, em todos os tempos de vida pública, demonstrara, à sociedade, a sua falta de interesse pelas agitações e lutas, nas assembleias ou comícios, preferindo sempre, ao invés disso, o ambiente repousado dos gabinetes de estudo. Nascera para o convívio sereno dos livros, para a tranquilidade das bibliotecas, para as misteriosas curiosidades da História.

Nos debates em que tomou parte, na Câmara, quando representante da província de Mato Grosso, não logrou reputação especial; êle mesmo se reconhecia incapacitado para êsses torneios oratórios. Era, em tudo, como seu pai, de quem Joaquim Nabuco afirmara como justiça, «que não serviria para épocas de revolução ou de agitação». Nascera predestinado a estadista, não possuía as virtudes e os arroubos do parlamentar.

Nas razões apresentadas a Rodrigues Alves, confessava, de ânimo sereno e sem falsa modéstia: «Vivo no estrangeiro desde 1876, tendo então deixado o Brasil com o propósito de me não envolver, nem mesmo em tempos relativamente calmos, como eram aquêles, na questão da nossa política interna».

Suas cogitações pairavam acima dos partidos, muito acima das camarilhas e paixões pessoais, e só assim pôde prestar «serviços de alguma relevância» ao país, porque, êle mesmo o confirmava, «defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas sim da nação inteira».

Assim se escusava perante o presidente eleito, e diante da insistência de Rodrigues Alves, que se não conformava com as razões expostas, lembrou a possibilidade do ministério, que lhe era oferecido, ficar absolutamente isolado das influências da política interna.

O presidente concordou, acedeu, e diante da promessa, Rio Branco assumiu, em 1902, a pasta das Relações Exteriores.

O desembarque do Barão do Rio Branco, a 1 de dezembro de 1902, no Rio de Janeiro, se fez entre entrepitosas manifestações de tôdas as classes sociais. O govêrno e o povo o receberam com as honras de um triunfador, os estudantes o aclamavam como a um esplêndido herói.

Encanecido a serviço da pátria, a figura do Rio Branco, aos 57 anos de idade, impunha-se pelos traços viris de uma personalidade que, à primeira vista, se destacava das demais. A cabeça magnífica, povoada de raros cabelos, ostentava a atitude dos belos modelos da estatuária antiga.

Penetrando na intrincada trama da política internacional, pela mão de Rodrigues Alves, em 1902, Rio Branco seria, a contar dessa data, o detentor sem competição nem competidores, do bastão da política externa do Brasil, até o fim de sua existência.

Através do Império, a orientação diplomática brasileira contava no seu acervo páginas de incontestável esplendor, mas o antigo fastígio foi empalidecendo e, se é certo que os seus créditos convalesciam sob a orientação de Carlos de Carvalho, não há nenhuma dúvida de que esplendeu e ressurgiu, de maneira incomparável, diante do prestígio e do discórdio do triunfador das Missões, segundo o julgamento de Pandiá Calógeras.

Os primeiros atos e as disposições do governo Rodrigues Alves dissiparam, como por encanto, as pesadas nuvens que se haviam amontoado ao findar o quadriênio de Campos Sales.

O sucessor de Prudente de Moraes recebera uma difícil herança política, mas não vacilou, por todos os meios ao seu alcance, em restaurar as finanças nacionais.

Dessa boa orientação financeira se beneficiou o governo de Rodrigues Alves, que pôde enfrentar, assim, a campanha contra a febre amarela, e modificar, profunda e benéficamente, a fisionomia urbana, dando à capital da República o aspecto de uma verdadeira cidade civilizada.

A questão acreana, entretanto, ameaçava a paz continental, e foi essa a primeira dificuldade que se deparou a Rio Branco ao assumir a pasta das Relações Exteriores.

A nação inteira tinha os olhos fixos nesse novo ministro.

Mas a visão clara e decidida, a compreensão extraordinária do eminente grande homem, não mentiriam às esperanças e à confiança do povo brasileiro.

O fantasma da guerra se desfez perante o Direito e a Justiça, e um ano após o seu ingresso nas Relações Exteriores, Rio Branco podia anunciar à nacionalidade mais um dos seus feitos, anexando à configuração geográfica da pátria duzentos mil quilômetros quadrados de território, na região acreana.

O célebre Tratado de Petrópolis se lhe não aumentou o prestígio, assegurado já, na opinião pública, pelos inesquecíveis serviços incorporados à tradição do país, aureolou-o para sempre na veneratione de todos os brasileiros.

A espontânea manifestação popular realizada a 20 de fevereiro de 1904, traduzia de modo inequívoco, e por mais uma vez, o entusiasmo e o grau de estima em que o envolviam os seus patrícios.

Colocado à testa da política exterior do Brasil, Rio Branco era não só uma promessa, mas a inquebrantável certeza de uma paz duradoura e digna, oferecida ao seu e aos demais países da América do Sul.

Com ele e por ele nossa política diplomática se fortalecia e engrandecia cada vez mais, tanto é certo que, na mesma proporção

com que mantinha a confiança do seu país, no interior, Rio Branco ia somando, parcela a parcela, a amizade, a confiança e o reconhecimento dos demais povos, vinculando-os ao tradicionalismo pacifista que, em tôdas as épocas de nossa história, orientou e fêz a grandeza do Brasil.

O reconhecimento, pelo Brasil, em 1904, da independência da República do Panamá, precedeu de dois meses o laudo do rei da Itália, solucionando a pendência com a Guiana Inglesa, confiada a Joaquim Nabuco.

As aspirações de Rio Branco não se esgotariam, entretanto, com o esforço por êle dispendido, no afã de regularizar todos os pontos em litígio, ainda existentes, na demarcação de nossas fronteiras.

Essa seria uma preocupação do historiador, do geógrafo e do patriota, mas as aspirações do seu patriotismo diplomático levaram-no a desejar lançar a barra de suas conquistas muito mais além, muito mais adiante, no espaço e na própria história.

O que êle aspirava, legítimamente, para o país, era uma situação privilegiada, que nos assegurasse no Continente, por força do prestígio que conferisse ao Brasil o bastão de *leader*, entre os povos sulamericanos.

Do seu longo trato com os povos estrangeiros, adquiriu ou aprimorou a aguda perspicácia de um sociólogo, associando-a admiravelmente às qualidades inatas de diplomata, e pôde, assim, prever, antecipadamente, a preeminência que estaria reservada, no futuro, à portentosa República do Norte.

Tratou assim, sem perda de tempo, de elevar à categoria de Embaixada a antiga Legação Brasileira em Washington, conseguindo daquele país a reciprocidade do mesmo ato para com o Brasil, em 1905.

Seis meses após, reunia-se no Rio de Janeiro, o Terceiro Congresso Científico Latino Americano, certame êsse em que se congregaram representantes de todos os países da América, acontecimento de grande repercussão política, social e científica, para o Brasil.

Nesse mesmo ano de 1905, graças aos esforços e à ação diplomática do Barão do Rio Branco, criava-se no Brasil o primeiro cardinalato, tendo sido elevado à dignidade de Príncipe da Igreja, o arcebispo D. Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque.

A presidência de Rodrigues Alves não se encerraria, entretanto, sem outros fatos dignos de menção, na vida diplomática do Brasil, pois, ao findar o ano de 1906, reunia-se na capital do país a Terceira Conferência Internacional Americana.

Dêsse congresso de notáveis, cuja reunião no Rio de Janeiro tamanho entusiasmo receberia do idealismo do Barão do Rio Branco, surgiu a Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos. Idealizava-se assim, por inspiração do Congresso de Jurisconsultos, a constituição de um Tribunal incumbido, por deliberação tácita das nações ali representadas, de dirimir as questões que por acaso pudessem surgir entre os países das Américas. Quaisquer mal entendidos, daí por diante, deveriam ser examinados e decididos à luz do Direito, ou melhor, do *bom direito*, na própria expressão consagrada pelo seu idealizador. Antecipava-se, por êsse fato, no Brasil e por inspiração de um dos seus filhos, o mesmo objetivo com que se criaria alguns anos depois, após a conflagração de 1914-1918, a Liga das Nações.

O processo do arbitramento, como medida acauteladora da paz, foi sempre, invariavelmente, o ponto de honra, fundamental, do insigne Chanceler brasileiro, orientador e executor da inquebrantável política de fraternidade, dignidade e aproximação continental, cuja tradição herdamos do Império, se manteve na Monarquia e se fortaleceu, cada vez mais, na República.

Pacifista por índole, pacifista por educação e convicções, Rio Branco poderia repetir, proclamando o sentimento da própria nacionalidade: «Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra, colossais...»

Isso, porém, não impedia ao seu gênio político de se interessar pelo equipamento e dignidade de nossas forças armadas, que êle desejava fôsem mantidas em igualdade de condições às dos demais países da América. Trabalhou assim, incansavelmente, para a melhoria do Exército Nacional e da Marinha de Guerra, certo de que «para sermos realmente fortes devemos ter navios de guerra tão poderosos como os que existem nas outras marinhas...» Desta sorte, mantinha bem vivo, no seu tempo, os mesmos fundamentos dos nossos verdadeiros homens de Estado, a partir de José Bonifácio.

Êsse programa político o impôs à admiração e respeito do seu povo, consolidando, no estrangeiro, os créditos culturais do Brasil.

Desde que empunhou o bastão da política internacional, ninguém poderia compreender o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sem a presença de Rio Branco. Sucedendo a Rodrigues Alves, em 1906, o Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena o conservou no seu pôsto, e o infatigável Chanceler prossegue a lista interminável de bons serviços ao país. As sociedades sábias da América, a exemplo do Ateneu, de Santiago do Chile; da Academia Nacional de História, de Caracas; da Sociedade Jurídico

Literária, de Quito, distinguem-no com títulos e honrarias, ao mesmo tempo em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o acolhera, na juventude, o elege seu presidente, aos 62 anos de idade, em 1907.

O fato culminante dessa época será a Conferência da Paz, em Haia, onde o Brasil se fêz representar por uma delegação condigna, chefiada pelo genial Rui Barbosa, cognominado depois a «Águia de Haia», em virtude do esplendor com que, no Velho Mundo, exaltou os méritos jurídicos e culturais do Brasil. Distinguido por seus pares, na memorável assembléia, Rui Barbosa dirige-se em carta ao Chanceler Rio Branco e encarecendo-lhe a ação, confessa: «Certamente, o nosso país não teria recebido esta homenagem, se não tivesse a velar pelos seus interesses, na pasta do Exterior, o ministro providente e infatigável, cuja vida parece alimentar-se do amor de sua pátria». A verdade é que um e outro se completavam, conjugando esforços para a vitória da mesma causa. Ao regressar ao Brasil, na culminância do seu esplendor intelectual, Rui Barbosa, uma das figuras mais prestigiadas em Haia, poderia proferir, conscientemente desvanecido: «Vi, reunidas, tôdas as nações do mundo, e aprendi a não me envergonhar da minha!»

A ação de Rio Branco prossegue ainda. Celebra o Tratado de limites com o Peru; subscreve inúmeras convenções de arbitramento, assinaladas nesse ano de 1909, em que êle é elevado à presidência perpétua do Instituto Histórico.

Ao presidente Afonso Pena que sucumbe em meio do seu período governamental, sucede Nilo Peçanha, elevado da vice-presidência à suprema magistratura do país.

A política interna pressagia outros rumos à vida da nação, há murmúrios e descontentamentos mal sopitados, no seio das agremiações partidárias, mas no meio de tudo isso a pasta do Exterior permanece inacessível às contingências e paixões do momento. Rio Branco, de tal modo se impusera ao respeito da política nacional, que seria impossível substituí-lo, sem provocar o descontentamento e as iras do próprio povo brasileiro. Sob sua direção e orientação sem descontinuidade, vamos aumentar ainda, através da diplomacia, o mealheiro de benefícios que não sòmente enriqueciam o Brasil, mas honravam a própria civilização americana. Aos tratados anteriores somam-se novos tratados de arbitramento, em que figuram, também, os povos da Europa. A guerra entre o Peru e o Equador parece iminente, mas a mediação do Brasil não se faz esperar. Lá iremos, a Quito e a Lima, e ainda uma vez, Rio Branco procura conjurar o conflito, associando os designios pacifistas do Brasil às iguais intenções dos Estados Unidos e da Argentina.

A estrutura moral e política da diplomacia mantida pelo grande Chanceler evidenciava as profundas raízes de um panamericanismo sem precedentes, em todos os tempos da nossa História.

Rio Branco revelou-o, ainda uma vez, no caso da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, com o Uruguai, concedendo a êsse país o condomínio dessas águas limítrofes, fato êsse que o recomendou à gratidão e ao respeito contemporâneos. O presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, proclamava-o nestes termos: «Atos dessa natureza não sômente obrigam a gratidão à República Oriental do Uruguai, mas enaltecem no conceito universal, à nação que os realiza, rendendo fervoroso culto aos princípios do direito e da justiça internacionais».

Nas Publicações do Instituto Internacional da Paz, comentando a solução dada ao caso, pelo Barão do Rio Branco, o autor do trabalho, após enumerar os feitos pacíficos do nosso eminente Chanceler, põe em evidência o tratado da lagoa Mirim, frizando o sentimento de solidariedade internacional, que isso representava, concluindo, textualmente: — «C'est là un fait sans précédent dans l'histoire».

É que a ambição suprema de Rio Branco repousava na consolidação da paz americana, sonhando para a América, que «vira sempre grande, gloriosa e respeitada no cenário do mundo», um futuro ainda mais glorioso e promissor, não cessando de proclamar que «ela haveria de continuar a ser o teatro de ações e acontecimentos dignos de figurar com honra nas páginas da História, e aos vindouros estaria reservada a inestimável alegria de vê-la ainda maior do que a vemos, como uma das mais poderosas, adiantadas e influentes da humanidade...»

Assistido por essa ambição, o infatigável obreiro não se aquieta jamais, sob os louros recolhidos, e graças ao seu descortínio, o Brasil conquista um lugar preeminente na Conferência Internacional Americana, de Buenos Aires, em 1910. Nessa mesma data assinamos os artigos declaratórios de demarcação de limites com a República Argentina.

Alcançamos, afinal, os pródromos da sucessão presidencial de Nilo Peçanha. As facções políticas preparam-se para a luta, uma luta que pressagiava tormentas inglórias para a nação.

O nome de Rio Branco é invocado como candidato capaz de conciliar os ânimos extremados. Rui Barbosa apela para êle, e Rio Branco, fiel a si mesmo, nos propósitos de não interferir, jamais, na política interna do Brasil, responde à consulta nestes termos: «Meu pai completou a sua carreira neste mundo aos 61 anos de idade. Eu já tenho mais de 64. Estou velho e cansado para entrar agora nas lides da política interna, saindo da vida de retraimento que há tantos anos vou levando, e de que apenas me tenho

desviado ocasionalmente e a contragosto, para cumprir deveres de cortesia internacional no desempenho de cargos que me têm sido confiados».

Rio Branco, porém, manteve-se inflexível em suas convicções, várias vezes reiteradas por êle mesmo de não querer, jamais, tomar parte nas competições da política interna do Brasil.

Ao seu idealismo patriótico bastavam as possibilidades de ser útil à Pátria através da diplomacia, em cujas páginas memoráveis e imperecíveis o gênio dêsse incansável e fecundo lidador deixou os traços de uma indelével personalidade.

Vem, enfim, a campanha civilista, chefiada pelo conselheiro Rui Barbosa, cujos discursos empolgavam o país, de extremo a extremo, numa excepcional vibração de civismo, e que, somente se repetiria dois lustros depois, com os sucessos do ano de 1930, quando a alma nacional se ergueu, de novo, de norte a sul do Brasil, decidida a reintegrá-lo na posse de si mesmo, desmantelando as oligarquias políticas que entravavam o progresso nacional, por mentirem ao programa dos republicanos de 1889.

Ainda uma vez, contudo, as regenerações apregoadas pelo candidato civilista seriam postas à margem, assumindo o poder, em 1911, o marechal Hermes Rodrigues da Fonseca que, felizmente, manteve as tradições encontradas no Itamarati.

Rio Branco, apesar de envelhecido, não desertou o pôsto que de direito lhe pertencia, e oferecendo aos seus patrícios um raro exemplo de patriotismo, porfiou no programa a que se impusera, cumprindo assim as determinações de sua própria consciência, de consagrar-se ao serviço de nossa terra enquanto lhe restasse um alento de energia.

Seus dias estavam contados; a morte viria em breve, abatê-lo naquele mesmo gabinete do Palácio Itamarati, de onde, através de um decênio de canseiras e vigílias incontáveis, se alteara na admiração do seu povo e no respeito do continente americano.

No dia 3 de fevereiro do ano de 1912, a notícia de que o Barão adoeecera atravessou a cidade como um relâmpago, e o povo brasileiro, de um a outro extremo da pátria imensa, engrandecida por êle, em sua grandeza, fraternizou-se no mesmo sentimento de piedosa tristeza, diante do irreparável que se prenunciava.

Durante vários dias, a fio, a Nação aguardou espectante e ansiosa os boletins médicos, e como que se uniu, espiritualmente, rondando as portas do Itamarati, abeirando-se do seu leito, fazendo quarto, velando a agonia de um dos seus filhos mais queridos e prestimosos, àquele grande obreiro da Paz que, pela sua invariável conduta, conquistara o nobilitante brazão de Benemérito da Pátria.

Sobreveio, finalmente, o desenlace, e Rio Branco, serenamente, cerrou os olhos em cuja luz pairou, sem dúvida, nos últimos lampejos da vida que se lhe extinguia, a imagem radiosa, engrandecida, de um Brasil eterno, sem ódios nem rivalidades, próspero e feliz, entre os povos da América e do mundo.

E a mão infalível da História traçou naquelas paredes que lhe assistiram as vigílias e os derradeiros instantes de vida, estas palavras com que se inauguravam os louvores à sua imortalidade:

«Nesta sala, que foi por muitos anos o seu gabinete de trabalho, faleceu, a 10 de Fevereiro de 1912, o grande Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco».

E no último lance, nimbado já pelo esplendor da posteridade, Rio Branco teria ouvido, nos penetrais da imortalidade, a oração com que o reconhecimento de sua terra o beatificara no agiológio dos seus numes tutelares, murmurando-lhe pela voz de Olavo Bilac:

«Paranhos do Rio Branco! abençoado seja o teu cérebro, porque a tua inteligência restituiu ao Brasil os brasileiros que estavam em sua pátria! abençoado seja o teu coração, porque a tua tolerância conseguiu o que a força somente poderia conseguir pelo morticínio e pela sangueira! abençoada seja a tua mão, porque ela teve a fortuna de assinar, três vêzes, os tratados que salvaram e mantiveram a integridade do solo brasileiro! abençoado seja o sangue que te anima o corpo, e que depois de ter nutrido o cérebro de um Libertador, veio nutrir o cérebro de um Reivindicador! abençoado seja o teu estudo, porque as tuas vigílias frutificaram em bens para a comunhão! abençoado seja o teu exemplo, porque êle vem restaurar nos corações timoratos a antiga e robusta fê nos destinos da nossa nacionalidade! abençoada seja a nobre coragem, com que arriscaste em uma nova campanha a tua popularidade, porque quiseste, com isso, colocar acima das satisfações do teu amor próprio a satisfação dos teus deveres de Brasileiro! através dos tempos, perdurando no caminho e na gratidão das gerações, abençoado seja o teu nome, Paranhos Rio Branco, pelo bem que fizeste à tua terra e à tua gente, pelo teu amor da Paz, pela glória que a Inteligência Brasileira conquistou, concentrada na tua inteligência vitoriosa!»

Essa, a grande voz, a voz da Pátria que o saudava nos degraus da imortalidade.

Assim, vive e viverá na gratidão dos seus patrícios, na perpetuidade e consumação dos séculos, a memória sagrada de Rio Branco, um dos padrões de orgulho da nossa raça, cuja vida foi nobre e cujos ensinamentos presidiram e presidirão sempre os destinos gloriosos do Brasil.

CAPÍTULO VII

O APÓSTOLO DA PAZ

De todos os títulos com que se enobrecem os feitos, a ação e a figura singular de Rio Branco, — e êles se contam por inúmeros, — o mais legítimo, o mais belo de todos, aquêlê que, justamente, o glorifica e o perpetuará, indefinidamente, na memória e reconhecimento da posteridade, é, sem contestação, o de *Apóstolo da Paz*.

O pendor que, desde cedo, demonstrara pelos assuntos históricos; sua atuação, ao lado do Visconde, seu pai, ao pleitear na tribuna e na imprensa, pela vitória da Lei do Ventre Livre; as Missões e os Tratados de Arbitramento em que se houve com a dignidade de um paladino; a orientação por êle infundida à diplomacia brasileira, tudo isso se resume, afinal, no amor da Pátria, traço evidente de sua grande personalidade.

Sem êsse sentimento que era, nêlê, o símbolo da pujança do espírito, a razão de ser de sua integridade espiritual e moral, de que se abeberara no lar onde nascera e se criara, predestinando-se à vida pública, as suas conquistas, por inigualáveis que tivessem sido, seriam efêmeras e transitórias.

Irrompendo da penumbra para a glória, Rio Branco deveria conquistar, repentinamente, a admiração e o respeito dos seus patrícios, em virtude dessa intuição instintiva e misteriosa com que os cidadãos predestinados se revelam à nítida compreensão das turbas.

É que o povo, sem que o pudesse explicar, justificando-se de sua própria admiração, pressentiu nêlê o homem capaz de realizar as suas íntimas aspirações e transformou-o, através da imaginação, na autêntica figura de um herói.

Rara vez, na história política de uma nacionalidade, as classes sociais, em todos os seus matizes, prosseguindo por atalhos diferentes e insuspeitados, alcançariam ritmar seus anelos e aspirações, unindo-se, integrando-se, fraternizando-se num só pensamento e nos mesmos louvores, em tórno de uma só personalidade.

Essa unanimidade nós a conhecemos, ao tempo de Rio Branco pelo milagre do seu gênio político, pela irradiação das virtudes cívicas de sua incomparável personalidade.

É que à benemerência dos seus feitos, aos anseios dos seus propósitos, à decisão e ideação permanentes, de um decidido programa de tranqüilidade e prosperidade da Pátria e, por igual, da América, Rio Branco, — o extraordinário defensor do pacifismo sulamericano, — aliou sempre, sem desfalecimento, conscientemente, a convicção profunda de que, somente pela força do Direito e da Justiça, as nações se fortalecem no respeito de sua gente e crescem e se alteiam na admiração dos outros povos.

As forças armadas, no seu entender, e dêsse ponto de vista nos deu provas exuberantes e decisivas, mereceram também o seu carinho e preocupação, deviam constituir o arnês inviolável, diante do qual esbarrassem e esmorecessem os possíveis agressores da soberania nacional.

Em dado momento de sua vida pública, Rio Branco, antevendo profeticamente o futuro, que é hoje a realidade dos nossos dias, perguntava a um diplomata sul americano, referindo-se à integridade das Américas:

«Sabemos nós, por acaso, que surpresas nos reserva o futuro?

Vastos são os nossos territórios desabitados... e não são poucos os cobiçados...»

Sua convicção, ao imaginar uma agressão estrangeira, no sentido de conquistas imperialistas, era a de que a América, como um só homem, conjugando suas forças, se erguesse, marchando lado a lado para o mesmo destino e para a mesma glória.

Não estava e nunca esteve em seus propósitos isolar o Brasil dos demais povos do Continente; sua aspiração, ao contrário disso, era irmaná-los, fraternizá-los à coesão dos mesmos sentimentos de liberdade e de independência.

Esse foi sempre o seu grande pensamento político.

Retornando à Pátria, depois de longo afastamento, errando, peregrinando de país em país, os louros das vitórias que conquistara longe de sua terra, refloriram e se multiplicaram em outros tantos triunfos, através dos quais se consagraria na admiração e na popularidade dos seus patrícios.

Poucos homens, a exemplo de Rio Branco, — não só na nossa, mas na observação dos estrangeiros que conviviam conosco, desfrutaram, em nosso país, de tamanha e permanente popularidade.

O povo o aplaudia quando, ainda de longe, das terras ignotas em que vivia, projetava sobre a Pátria o esplendor de suas vitórias.

E essa admiração, ao invés de esmorecer à proximidade e ao contato do homem, assumiu depois, nas horas de sua agonia e no

momento culminante do seu trespasse, as proporções de uma calamidade coletiva, e, por fim, de luto nacional, em que as próprias coisas da cidade do seu berço e de sua glória se associaram, justificando as homenagens que lhe devíamos.

«E quando o grande Brasileiro seguiu para a derradeira morada, — escreveu um de seus panegiristas, — foi todo o povo que o levou numa dessas marés irresistíveis que mudam os préstitos fúnebres em cortejos triunfais».

É que «o povo o amava, — prosseguia o escritor, — e o ama, porque sente que havia entre a sua alma humilde e a alma radiosa do seu superhomem um sentimento comum que, apesar de tôdas as distâncias, as irmanava: o amor da pátria».

O povo o respeitava e benqueria, pressentindo, irresistivelmente, que no coração do grande homem que dilatara os lindes de nossa terra, enfrentando pleitos renhidos e difíceis, pulsava e floria o mesmo sentimento do amor da Pátria, profundo e imortal, à atração do qual os humildes e anônimos se fraternizam e confundem, irmanando-se às personalidades mais eminentes perante o reconhecimento da História.

O historiador e o geógrafo que, paciente e amorosamente, traçava e reconstituía com as suas próprias mãos a configuração de nossas balizas territoriais, estudando velhas crônicas, folheando mapas anacrônicos, caminhando, em imaginação, por vetustos roteiros, sentia, aspirava em todos êles, — desde os tempos remotos da descoberta, da conquista e da colonização, — o delicioso e inconfundível perfume da terra virgem e privilegiada onde nascera. E ao prestígio dêsse sentimento estampou no escudo de suas aspirações o lema definitivo do programa de sua vida, fundindo assim, no bronze da perene imortalidade, o distintivo do *Ubique patriae memor*, o mais legítimo dos seus títulos de cidadão. Nessa divisa se estampam e revelam, à luz meridiana da posteridade, o espelho de sua alma, a coloração inconfundível do seu patriotismo construtor, em uma palavra, a verônica estelar do seu excelente espírito.

A suprema aspiração de Rio Branco, revelada na constância de sua grande obra, era a prosperidade do seu povo, a dignidade de sua terra, sem malquerenças, sem invejas nem ódios mesquinhos para com as demais nações do Continente.

O seu sonho maior pode ser sintetizado na confraternização dos povos americanos, ou, como êle mesmo o proclamara na Terceira Conferência Internacional Americana, por estas expressões textuais: «Os nossos votos são por que desta Conferência resulte, confirmada e definida em atos e medidas práticas de interesse comum, auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional. Já é dela um penhor

êsse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o mesmo serviço do ideal ao progresso na paz».

Assim pensava Rio Branco, e nesse mesmo ritmo de pensamento estava firmado o programa da política do Brasil, porque, como êle mesmo o assinalara: «O dever do estadista, e de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódio e rivalidades internacionais. Nem população densa, nem dureza de vida material, podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam êste nosso continente da América. Repúblicas limítrofes, a tôdas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte, promotora desta Conferência...»

Êsse o espírito tutelar, invariável, da política internacional brasileira, nascida no Império, prosseguida na República, e que, para glória nossa, se mantém e perpetua em nossos dias, nas lides diplomáticas do Itamarati, na irrevogável decisão de cumprir, à risca, as tradições pacifistas do nosso país.

Dando o exemplo dessa paz permanente e pela qual se fortalecera na confiança das nações do Continente, o Brasil atingiu, sob Rio Branco, o esplendor de que ainda hoje e sempre nos orgulharemos.

Razões inestimáveis assistiam ao supremo magistrado que ora dirige os destinos de nossa Pátria, ao proclamar, em síntese, os feitos de Rio Branco: «Êle, apontando para o mapa do Brasil, poderá repetir a frase de Tácito diante das planícies de Roma — eis o meu poema».

O Senhor Getúlio Vargas interpretou, fielmente, nessa frase, o pensamento do Brasil.

Êsse poema de infinita e maravilhosa grandeza, Rio Branco o escreveu, à semelhança do grande Anchieta, no coração da própria terra, retificando-lhe as fronteiras, dissipando remotas divergências, aplainando, pacificamente, terríveis dificuldades, mostrando, enfim, àqueles que se decidiram competir conosco, a legitimidade do nosso bom direito assegurado em velhos mapas em que se estampava a fisiografia da terra que herdáramos dos primitivos conquistadores.

Para adquirir essa convicção inabalável, consumiu Rio Branco uma existência inteira, e, longe da Pátria, nunca lhe esteve mais próximo e dentro do seu destino senão, quando, isolado no seu pôsto de Cônsul, ou diante de côrtes e magistrados estrangeiros, revidava aos seus opositores, provando com documentos irrespon-

díveis, legítimos e claros, o bom direito do Brasil, de que se fez o lidador sempre vitorioso!

Sua armadura de paladino de causas justas e dignas tornou-se inviolável e invencível, e ao acrescentar à Pátria os milhões de quilômetros quadrados que a reintegravam na sua grandeza, alinhando nessas fronteiras longínquas, os invisíveis mas irreductíveis soldados do Direito e da Justiça, Rio Branco cresceu, avultou na admiração dos seus patricios, imortalizando-se na glorificação com que o Brasil há-de celebrá-lo na eternidade dos seus dias de nação livre e independente.

Ao norte, ao sul, ao centro, por todo este vasto território que abrange um terço da configuração geográfica da América, a memória, os feitos, as vitórias e triunfos que conquistamos por intermédio da ação e do pensamento do grande paladino, estarão sempre presentes na alma e no reconhecimento de seu povo.

Sua presença, materializada nas obras que o engrandeceram, nos exemplos de sabedoria com que nos edificou no respeito próprio e alheio, valerá, através dos tempos, para orgulho do Brasil, como um padrão legítimo do nosso destino, perante os povos do Continente.

Poderemos dizer hoje, e aspiramos repetir no futuro, com o mesmo fervor e igual sentimento de anelos pacifistas, as palavras modelares com que Rio Branco se dirigiu aos representantes estrangeiros, os quais, depois de assistirem aos trabalhos do Congresso Internacional de História Americana, não teriam dúvida em afirmar: «...Que viram uma bela terra habitada por um bom povo; terra generosa e farta, povo laborioso e manso como as colméias em que sobra mel.

«Não há aqui quem alimente inveja contra os povos vizinhos, porque tudo esperamos no futuro; nem ódios, porque nada sofremos deles no passado. Um grande sentimento nos anima: o de progredir rapidamente sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa dos direitos alheios...»

A essa voz suave, mansa, profunda e eloqüente, do digno varão, responderá a própria voz da Pátria, murmurando-lhe à beira do monumento onde repousam suas cinzas sagradas, a nênia do eterno reconhecimento, com que a Poesia glorifica os heróis de sua estirpe:

«Tu cantarás, na voz dos sinos, nas charruas,
no êsto da multidão, no tumultuar das ruas,
no clamor do trabalho e nos hinos da paz!
E, subjugando o olvido, através das idades...
dentro do coração da Pátria viverás!»

NOTA

A bibliografia do Barão do Rio Branco é rica e numerosa. Basta recordar que os seus trabalhos foram iniciados em 1862, aos dezessete anos de idade, e prosseguidos, infatigavelmente, até o fim de uma existência de 67 anos. Não seria possível, assim, enumerá-los ao menos, nos seus títulos, em uma publicação como esta, de finalidades previstas e com espaço material, previamente fixado.

A mesma ressalva se fará quanto aos escritos de referência ao eminente brasileiro, abrangendo um número respeitável de publicações.

Merecem, contudo, anotação especial, as obras que mais de perto nos auxiliaram na confecção dêste resumo biográfico: *História do Brasil, pelo Barão do Rio Branco*, publicada por José Bernardino Paranhos da Silva; *O Segundo Rio Branco*, da autoria de Aluizio Napoleão; e *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, por seu filho Raul do Rio Branco; tôdas editadas no Rio de Janeiro, respectivamente, em 1930, 1940 e 1942, e a cujos autores, por dever de justiça, gratidão e honestidade, deixamos consignados, aqui, o nosso reconhecimento.

* * *

Êste trabalho foi escrito em 1944 e conservado inédito até agora.

O ENSINO ARTÍSTICO (*)

ADOLFO MORALES DE LOS RIOS FILHO

PRIMEIRA PARTE

ÉPOCA DE ADAPTAÇÃO IMITATIVA

(Ou do Brasil Pré-Histórico)

CAPÍTULO I

O VALOR DO TESTEMUNHO ARQUEOLÓGICO SOB O ASPECTO GRAFO-ESTÉTICO

Sumário: 1) Inscrições Brasilicas: gravadas, pintadas e mistas; seu significado. 2) Inscrições Sul-Americanas; inexistência de processos gráficos para a transmissão do pensamento; sua identidade simbólica com as Brasilicas.

1) *Inscrições Brasilicas: gravadas, pintadas e mistas; seu significado.*

Sem pretender tratar da arqueologia brasileira, lógico e necessário se torna apreciar, muito embora sinteticamente, as manifestações artísticas primárias dos habitantes da região do globo que depois dos descobrimentos espanhóis e lusitanos se tornou conhecida como terra de Santa Cruz, de Vera Cruz e do Brasil.

(*) O Dr. Morales de los Rios Filho contribuiu para o 3.º Congresso de História Nacional (1938) com uma tese sobre: «Ensino Artístico — Subsídio para a sua história (1816-1889)», que está publicada no 8.º volume dos respectivos anais (ed. 1942).

Agora completa aquele estudo com a presente contribuição, que examina o mesmo tema desde os começos do Brasil, até 1815. Ambos reunidos formam assim um consciencioso exame da nossa formação artistica da colônia e do Império.

C.D.

Com relação às expressões de arte dos aborígenes antes do século XVI, recordar-se-á a existência de inscrições lapidares pré-históricas em nossa terra. Essas inscrições, tidas por muitos arqueólogos como provas da existência de grupos humanos extintos, são de naturezas diversas; gravadas nos rochedos, ou *litoglifos*; pintadas nos rochedos, ou *petrografias*; e, simultaneamente, gravadas e pintadas.

Os *litoglifos* eram sulcos ou covinhas rasas feitos com machados, raspadores ou estiletes de pedra. Em muitos lugares foram achadas nas superfícies planas dos rochedos marcas arredondadas ou sulcos demonstrativos da existência de tais instrumentos rudimentares. As marcas arredondadas provinham do aplainamento e polimento dos machados e estiletes; os sulcos estreitos e compridos, resultaram da feitura e amolação do fio dos machados ou da ponta dos estiletes. As petrografias eram feitas por meio de tintas: vermelha (anato ou argila) e amarela (argila). Parece que a pintura, rudimentaríssima, era geralmente feita com os dedos ou com pedaços de pau. Houve, além, não poucos litoglifos pintados. Nesse caso, a pintura estava colocada no interior dos sulcos.

Tais litoglifos e petrografias representavam, além de figuras humanas: círculos concêntricos, volutas, espirais, sinais circulares, pontos, linhas sinuosas, quadrados e retângulos, grêgas, traços complicados, figuras de animais, pássaros, canoas, utensílios domésticos, máscaras e figuras de mascarados, cabeças de indígenas ornadas de cocares, desenhos representativos do sol, da lua e das estrêlas, mão e pé de homem, pata de onça. A figura humana — conforme já observaram diversos etnógrafos — é sempre representada de frente. Isso estabelece — segundo Hartt — uma diferença com os desenhos geralmente de perfil dos índios norte-americanos. O desenho é quase sempre infantil. Dir-se-ia feito por infantes de nossos dias. O corpo é, não poucas vezes, uma simples linha; a rigidez dos ombros, braços e pernas é constante. Os ângulos formados pelo corpo e braços são, por via de regra, retos. As mãos e os pés só têm três dedos e, estes, irradiantes. Isso não quer dizer que não houvesse desenhos de mãos e de pés com quatro ou cinco dedos. Mas, segundo Hartt, a explicação da quase generalização do desenho de três dedos nos pés e mãos, provém talvez do fato de muitas tribos de brasílicos não poderem contar além de três ou quatro. A representação da cabeça era mais cuidada. Os olhos, o nariz e a bôca apresentavam diversas formas. As orelhas eram sempre omitidas. Os toucados de plumas não deixavam de aparecer bastantes vezes.

Não muito freqüentemente aparece a representação da flora. Uma dessas poucas representações florais foi encontrada por João Severiano da Fonseca junto à lagoa de Gaíba, ao norte de Co-

rumbá (Estado de Mato Grosso). Ali, no hoje conhecido maciço como *Letreiro da Gaíba* êle encontrou *fôlhas de palmeiras, no mesmo gênero das de quase tôdas as encontradas nas itacoatiaras do Brasil (Viagem ao redor do Brasil).*

No Cassiquiare, em São Gabriel (no Rio Negro, na ilha de Pedra (do mesmo Rio), nos rios Trombetas, Cuminá e Uapês, na cachoeira de Jurupari, na serra do Ereré, na cachoeira de Aracoara (no Alto Japurá), no rio Madeira, na ilha dos Martírios (no Araguaia), em Itamaracá (no Rio Tocantins), na Pedra Lavrada (na Paraíba), na Serra do Anastácio (na Bahia), na citada lagoa de Gaíba (em Mato Grosso), bem como no Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, — êsses litoglifos e petrografias abundavam, desafiando a curiosidade e a interpretação de sábios arqueólogos e de homens de ciência que visitaram êsses lugares ou percorreram essas regiões. O erudito Alfredo de Carvalho descreveu tais manifestações do homem primitivo do Brasil na Revista do Instituto Histórico e Arqueológico Pernambucano. Também já antes tinham realizado estudos sôbre o mesmo assunto inúmeros historiadores, artistas, cientistas, etnólogos e arqueólogos, como Manuel Aires de Casal, Alexandre de Humboldt, Mme. Coudreau, Conde Ermano Stradelli, Ch. Fr. Hartt, C. Fred. Phil. von Martius, Frans Keller Leusinger, Ferreira Pena, Raimundo José da Cunha Matos, Augusto de Saint-Hilaire, Henry Koster, Conde Francis de Castelnau, Karl von den Steinen, Domingos Jaguaribe, Carlos von Koseritz, Max Schmidt, Paul Ehrenreich, Monsenhor Camilo Passalacqua, Ladislau Netto, Hermann von Ihering, Jean Baptiste Debret, John C. Branner, Tristão de Alencar Araripe, Carlos von Koseritz, Jaime Reis, Rufino Teotônio Segurado, Henrique Cancio, João Severiano da Fonseca e Manuel de Araújo Pôrto Alegre.

Em 1921, o acadêmico e historiador Gustavo Barroso escreveu um trabalho, sôbre *Os Machadéos do Sertão*, publicado na *Ilustração Brasileira*. Confirma que: *Em todos os sertões do Nordeste se encontram nos talhados de pedras das serrotas ou nas rochas à beira dos rios, inscrições estranhas, profundamente gravadas, revelando a existência de uma pictografia indígena anterior à colonização, até hoje ainda não estudada de modo completo e eficaz. Expliando a natureza das estranhas gravuras, o autor escreveu: Umas sômente se aprofundam na rude face dos granitos e dos sienitos; outras logo chamam a atenção pela berrante côr vermelha do «enduit» com que as entupiram. Nivelando a profundeza dos traços com a superfície rugosa das pedras há uma espécie de rebôco encarnado, feito de urucu misturado a outras substâncias, de tão forte coloração que a chuva e o sol não conseguem fazer desbotar; tão duro que à ponta de faca mal se conseguem arrancar diminutas par-*

celas. Reproduzindo inscrições do Brasil, da Escóssia, da Gália, da Argentina, da Bretanha, da Índia e de monumentos antigos, Gustavo Barroso chegou à conclusão de que as misteriosas e até hoje indecifráveis inscrições não são fantasias pessoais de um gravador qualquer, mas símbolos de uma concepção religiosa ou ideográfica, para cuja decifração não possuímos a chave.

O geólogo Dr. Luciano Jaques de Moraes encontrou, e fotografou, na excursão científica realizada em 1924 à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, inúmeras inscrições: sinais lineares, figuras de aves, lagartas, centopéias, pequenos furos semi-esféricos (agrupados, espalhados ou associados a outras figuras). Essas inscrições são conhecidas como *letreiros*. Informa que os sertanejos da região do Cariri atribuem as marcas humanas observadas numa rocha a passadas de Nossa Senhora, a Virgem Maria. Isso faz lembrar a conhecida lenda de *Sumé*, corruptela de São Tomé, que atribui as marcas de pés encontradas em rochas do Brasil à passagem do Santo.

Reina, entretanto, o mistério sobre a verdadeira origem das inscrições lapidares de nossa terra. Uns, nelas desejaram ver uma origem fenícia. Entre esses se enfileirou Onffroy de Thoron, filólogo francês, o qual, em sua obra *Antiguidade da Navegação do Oceano* proclamou a influência linguística dos fenícios no Amazonas, demonstrada nas inscrições ali existentes. Tratando o assunto, Rocha Pombo escreveu, no *Correio da Manhã* (15 de outubro de 1931), um estudo sobre *Os fenícios na América* em que assinala que Onffroy de Thoron demonstrou, fundado em livros antigos e em provas filológicas, ter sido a América conhecida de antigos povos do planeta e particularmente dos fenícios. Disse, a seguir, que o autor procurou estabelecer que o famoso país de *Ofir*, de onde *Salomão* recebia ouro, não era outro senão a parte da vertente do Amazonas banhada pelo rio Japurá ou Yapurá atual.

A profunda convicção do autor não deixa perceber que ele sinta quanto, de si mesma, tem de audaciosa semelhante tese. A descoberta que fizemos — afirma ele seguro — do caminho que seguiam os navios de *Salomão* e do rei *Tiro*, através dos mares, há 2880 anos para chegar à América, será nesta Memória demonstrada de maneira irrefutável.

E valendo-se da história e da filologia, dando provas de profundo conhecimento de algumas línguas antigas, tais como a hebraica e a quichua, busca assinalar, no alto Amazonas, as paragens onde eram situados aquêles países de *Ofir*, de *Parvaim* e de *Tarschisch*, de que fala a Bíblia, como sendo as terras longínquas exploradas pelas expedições do rei-poeta.

Concordante com a migração de fenícios e gregos, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos estudou, por sua vez, o assunto a fundo e organizou a monumental obra *Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica especialmente do Brasil*. E o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas confirma a tese. Recordaremos que nosso falecido colega Dr. Raul Lessa de Saldanha da Gama, arquiteto e professor da Escola Nacional de Belas Artes, estudando certas marcas visíveis no Pão de Açúcar, da Baía de Guanabara, concluiu que eram fenícias. Não esqueçamos, entretanto, que o grande Ladislau Neto não admitiu jamais a existência de inscrições fenícias no Brasil.

Abordada, como foi, em linhas anteriores, a questão de migrações fenícias e grêgas — e por que não romanas? — deparamo-nos com a existência ou não da Atlântida. Nessa questão não entraremos, por difícil, alheia, ao assunto desta obra e faltar-nos competência; mas dentre o muito que, a propósito, tivemos a oportunidade de ler, recordaremos, com tendência para aceitar a hipótese, que os técnicos de um navio do cabo submarino inglês verificaram ao consertar o condutor — que repousara no fundo do Atlântico, entre a África e a América — que o mesmo tinha incrustado em seu envoltório não pouco material de origem vulcânica. Outro fato, também favorável a hipótese, é a existência do mar de sargaço. E por fim, recordaremos que num livro sobre assunto relativo à América pré-colombiana, de um grande homem venezuelano ou colombiano, Cuervo Marques, vimos diversas estampas e dentre essas nos ficou na lembrança a de uma estátua de sacerdote com indumentária egípcia. E surpresa ainda maior se tornou, ao verificarmos que Cuervo Marques assegurava que o material de que estava feita a estátua era um granito inexistente em seu país.

Foi também para achar a origem da civilização primeva do Brasil numa cidade oculta do interior — cuja lendária existência corre mundo desde a segunda metade do século passado, — que o Coronel inglês P.H. Fawcett se embrenhou pela densa floresta e até hoje não mais voltou ao rio das Mortes...

2) *Inscrições Sul-Americanas; inexistência de processos gráficos para a transmissão do pensamento; sua identidade simbólica com as Brasileiras.*

Tendo Alfredo de Carvalho, digno representante da alta cultura brasileira, chegado, a propósito de sinais e figuras gravadas ou pintadas em rochedos do Brasil, às seguintes conclusões: 1ª *Que nenhum dos povos primitivos da América Meridional possuiu processos gráficos para a transmissão do pensamento;* 2ª *Que é insustentável a hipótese da existência de semelhante processo em época*

anterior à chegada dos primeiros Europeus; 3ª Que ficam desta arte encerrado o problema (das inscrições lapidares) e cortadas de vez as asas à fantasia dos imaginosos adeptos de uma antiquíssima civilização perdida no solo brasileiro. — Claro é que colocou a solução do problema nos devidos termos.

Mais meritórias se apresentaram essas conclusões, ao constatar-se, por expressa declaração daquele eminente pernambucano, que êle primeiro pensara justamente o contrário, baseado nos trabalhos de Hartt e de Branner, divulgados pelas traduções de J.B. Regueira Costa. E explica, no trabalho *Pré-histórica Sul-Americana* (Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, junho 1909, n.º 76), sua nova attitude.

Longo seria acompanhar Alfredo de Carvalho na erudita explanação com a qual pretendia refutar as impugnações que S. Brito e Armínio de Melo Franco apresentaram a um seu trabalho sobre o assunto, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 10 de junho de 1908.

Limitemo-nos, pois, a um resumo: Para poder explanar suas proposições, o autor estuda os povos primitivos da América Meridional. Dêsses, aquêlê que constituiu o primeiro núcleo cultural foi o dos Chibchas, que habitaram no território da atual Colômbia, formando — dizemos nós — verdadeira muralha humana de opposição à descida dos agrupamentos humanos do istmo que hoje constitui a América Central. Afastados de quaisquer influxos estranhos, os Chibchas criaram peculiaridades próprias: mitológicas, políticas, filológicas, arquitetônicas e escultóricas. Praticavam artes e ofícios mecânicos. Dedicavam-se à agricultura. E viviam em cidades. Não obstante essa evidente cultura e adiantamento, o autor ficou obrigado a concluir: *Entretanto, êste povo relativamente civilizado, não possuía nenhum processo gráfico para a transmissão do pensamento, conforme é atestado por todos os autores especiais, antigos e modernos, desde Bernardo de Lugo até Vicente Restrepo.*

O segundo núcleo cultural estudado foi o que em épocas afastadíssimas existiu num planalto situado à margem direita do Alto Rio Madalena, não muito distante do território dos Chibchas, mas de existência muito anterior. Nas ruínas monumentais subsistentes dessa civilização, chamadas pelos espanhóis pelo nome de *San Agostin*, não existiu — afirma Alfredo de Carvalho — o mínimo vestígio conducente à suposição de terem os seus autores possuído qualquer processo gráfico para a transmissão do pensamento. E o terceiro núcleo estudado foi o dos Incas, englobando nessa denominação os antigos peruanos dos planaltos Aimarás e Quechuas. Prova, assim, baseado na opinião de Garcilaso de la Vega (*Comentarios Reales*, Lisboa, 1608) e de José de Acosta (*Historia*

Natural y Moral de las Indias, Sevilha, 1590), que os índios peruanos não possuíam antes da invasão dos Espanhóis nenhuma espécie de escrita, *nem letras, nem caracteres, nem cifras, nem figuras semelhantes às da China e do México*.

Descartada, definitivamente, a hipótese dos litoglifos e petrografias existentes em abundância na maior parte da América do Sul, onde situados estiveram aquêles núcleos humanos, de representarem processos gráficos de expressão de idéias ou de transmissão do pensamento, verificar-se-á que o mesmo ocorreu na terra dos brasis.

CAPÍTULO II

AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DOS ARUAQUES

Sumário: 1) *Sua superioridade estética.* 2) *Observações indispensáveis.*

1) *Sua superioridade estética*

Entretanto, nenhuma das incipientes manifestações artísticas antes mencionadas poderá ser comparada a do núcleo artístico da ilha do Pacoval, no lago de Arari da ilha de Marajó. Constitui êsse centro de arte, de relativa importância, a expressão da arte dos Aruaques, habitantes daquela região em tempos anteriores aos descobrimentos espanhóis e lusitanos. Um monte artificial ou necrotério, sômente descoberto em 1870, encerrou no seu bôjo objetos cerâmicos os mais diversos: urnas funerárias (ou igaçabas), ídolos, vasos (antropomorfos ou ornamentados), cabeças (estilizadas, ornamentadas ou caricaturais), tangas, maracás, louça variada de barro (pratos, potes, púcaros; prova do cosimento de alimentos), — revelando que os primitivos ceramistas do Pacoval, formaram um centro de trabalho de cerâmica que grande desenvolvimento atingiu. Os empíricos aprendizes de mestres desconhecidos mas não desprovidos de valor, chegaram à estilização, nos cerrâmios, de formas humanas, e de mamíferos (como as antas e os abutres), répteis (como os saurios), vertebrados (tal como os batráquios), primatas (como os símios), insetos (como as abelhas), aracnóides (como os escorpiões) e jabotis, ou tartarugas terrestres.

As formas dos vasos, a imitação, nêles, do traçado da vimaria, os desenhos geométricos e quase sempre simétricos; a representação de grêgas, meandros e cruces; as figuras em relêvo, pintadas ou gravadas; — em contraste com a ausência da representação da natureza e, daí, absoluta indiferença pela flora, tão esplendorosa naquela região e até numa parte da própria ilha de Marajó — faz logo pensar que essa tribo, incontestavelmente superior, pro-

vinha, não do alto Peru, como, às vezes, se tem afirmado, mas do mar, isto é, do mar dos Caraíbas ou de regiões visinhas ao mesmo. E isso está hoje esclarecido, como se verá mais adiante.

2) Observações indispensáveis

Observe-se, entretanto, que se de um lado havia objetos e coisas delicadamente feitos, de outro lado apareciam os grosseiramente manufaturados. A explicação do fato é que nas tribos indígenas a arte da olaria era preferentemente praticada pela mulher. E, esta, sem tórno, mas superpondo roletes ou cilindros de argila sobre um disco do mesmo material e moldando com as mãos, com um pau ou com uma concha, construiu peças estruturalmente perfeitas e, até mesmo, graciosas ou originais. Era essa a obra da mulher paciente, cuidadosa e constante. Quando, porém, o homem se metia a obreiro, era o contrário o que ocorria: a obra era grosseira.

A ornamentação — revelação de uma fase de expressão artística — é de grande gosto, o sentido decorativo domina a composição, e a estilização, não poucas vezes admirável, merece ser observada. A cópia e a repetição quase que não existem, pois somente são repetidas as cruzes, os meandros e as grêgas. Mas, mesmo assim, engastadas em composição que nada tem entre si de comum.

Pode-se dizer que na arte cerâmica dos Aruaques o memorialismo interpretou a coisa vista e que o simbolismo teve a seu serviço uma estilização de caráter verdadeiramente superior. Seria exagerado dizer que essas obras são filhas, provêm da *escola aruaqueana*? E seria por ventura desacertado classificar essa escola como *simbolista*? ou *estilística*? Responda quem compreender a relativa facilidade que há de adotar um *estilo* e a extrema dificuldade que se apresenta ao pretender realizar uma *estilização*. Lembremo-nos sempre que um *estilo* de arte é a expressão artística e integral de uma mesma ordem de coisas; a construção completa de uma realidade através do espaço e do tempo; a resultante de esforços e tendências individuais uniformes; a ordenação de coisas afins.

Ao passo que a *estilização* é criação particular, interpretação unipessoal, sintetização, seleção qualitativa. Na *estilização* não há, como no *estilo*, tendência unitária, convergência. Ao contrário, a tendência é particularista, a visão não fica restringida a limites; é uma visão interpretativa absolutamente livre num vasto campo de liberdade. Não se julgue, porém, que na *estilização* exista divergência entre todos os modelos, objetos ou coisas de determinada época ou manufaturados por uma dada geração ou tribo.

Não; na própria estilização existe entre composições originais o denominador comum que é o *ritmo*; a acentuada expressão de um movimento ordenado. E não se diga que as obras estilizadas dos aruaques estão desprovidas de ritmo. Esse ritmo superior lhe foi dado pela mulher que iniciou com suas mãos uma arte que se tornaria superior se não ocorresse a chegada do homem branco.

E este é o momento de explicar ao leitor porque não consideramos essa arte como exclusivamente *marajoara* e também porque não concordamos com essa atual e generalizada denominação. E as razões são as seguintes: primeira de vez que os restos cerâmicos se achavam na ilha do Pacoval, a denominação acertada seria *arte do Pacoval*, ou *arte pacovalense*; segunda — depois da cópia feita por Martius das inscrições de Araracoara, no rio Japurá, é evidente a identidade entre os mesmos e as da ilha do Pacoval. Logo isso prova que a arte dos Aruaques não esteve somente concentrada na citada ilha. Procedentes, como geralmente se admite, da ilha de Guadalupe, nas Antilhas, os Aruaques, diante da invasão dos brasileiros Caraíbas se transportaram para as terras da América Meridional atualmente conhecidas como das Guianas. De lá irradiaram por toda a bacia do Amazonas — já livre dos Caraíbas e muito pouco afetada pelos Tupis, sempre costeiros — e marginando pela esquerda o Rio-Mar, o transpuseram defronte da embocadura do Tapajós, que percorreram até as nascentes. A zona de sua irradiação foi, portanto, enorme.

Entretanto, os Aruaques não tiveram, nas demais tribos brasileiras concorrentes sérios em matéria de arte. Algumas outras tribos limitaram-se a manufaturar uma cerâmica rudimentar, uma vimaria pouco desenvolvida e variados e interessantes ornamentos plumários. Mas nada disso pode ser considerado como testemunho de manifestação artística superior de arte ameríndia, como deixaram os Chibchas, os Aimarás-Quichuas, os Aztecas e os Mayas.

Os motivos decorativos dos Aruaques têm impressionado a inúmeros artistas, mormente estrangeiros. Dentre esses lembraremos, A. Herborth, da Universidade de Strasburgo, que esteve no Brasil em 1927, e muito desenhou e escreveu sobre o aproveitamento dos motivos indígenas nas construções artísticas. Outro notável artista, que também soube valorizar, pela palavra, pelo pincel e pela construção, a arte dos Aruaques, foi Teodoro Braga.

E lembraremos que quem achou na América do Sul cerâmica semelhante à do Pacoval foi o naturalista norte-americano Arthur H. Fisher, da Academia de Ciências Naturais de Filadelfia. Declarou ele, de passagem por esta Capital, em agosto de 1926, que encontrara no Equador cinco exemplares de cerâmica com o mesmo desenho aplicado na grande ilha da foz do Rio-Mar.

SEGUNDA PARTE

ÉPOCA MISTA: EMPÍRICA E PRÉ-ACADÊMICA

CAPÍTULO I

PERÍODO DE PREPARAÇÃO EMPÍRICA

(De antes da descoberta da América até 1697)

Sumário: 1) *Para começar...; da Escola de Sagres à de Matemáticas de Madrid.* 2) *Os pioneiros Jesuítas.* 3) *As aulas de belas artes da Irmandade de São Lucas de Lisboa.* 4) *A Primeira Missão Artística no Brasil e a Arte em Pernambuco.* 5) *De onde provinham os mestres das obras dos Reis e os pensionistas de Arquitetura.* 6) *As maiores escolas práticas de Arquitetura em Portugal e a vinda de um de seus arquitetos ao Brasil.* 7) *A Aula de Fortificação e a Arquitetura Militar de Lisboa e sua influência no Brasil.*

1) *Para começar...; da Escola de Sagres à de Matemáticas de Madrid.*

Com a Escola de Sagres, D. Henrique de Portugal havia lançado, em 1416, os fundamentos de uma excepcional escola de náutica, de matemática, de arquitetura naval e de desenho. Quem nela detinha os conhecimentos da ciência, mormente da astrologia e da geografia, era o *cosmógrafo*. Colaborando no desenho dos *portulanos*, êle iria intervir na feitura das *rotas* das navegações, no debuxo dos *mares-oceanos*, no contôrno das *terras* de além-mar. Conhecedor da geometria, guardou ciosamente o prestígio que daí lhe adveio. E, assim, mais tarde — como será visto em outras páginas dêste estudo — o cosmógrafo ensinaria a ciência da geometria aos *arquitetos do Rei*, aos *pensionistas de arquitetura*...

Mas a conquista do mundo ultramarino lusitano é devido, além, ao Rei providente D. Diniz, que mandara plantar em Leiria o pinhal fornecedor de lenhos e mais lenhos para as construções navais. O arquiteto naval português ao preceder cronologicamente o arquiteto civil e lançando ao mar os meios de transporte que haveriam de — ao trazer de fora de Portugal as especiarias da Ásia e as riquezas da América — permitir a eclosão da arquitetura, substitui a *galera* pela *caravela*. A *galera* não podia afrontar as vagas montanhosas dos oceanos revoltos e tenebrosos. Na *caravela* resistia-se melhor ao encapelado elemento aquático, avistava-se mais depressa as terras que ficavam no rumo das Índias, vogava-se com mais segurança na direção da América. No seu bôjo seguiam os homens incumbidos de difundir, em quase ignotas paragens, a fé cristã. No seu branco velame, inchado pelo vento, dominava a esplêndida Cruz de Cristo. Esteticamente bela, a

caravela traria, também, no recortado de seu madeirame, no ornato de seus camarins, no bronze decorado de suas lombardas, nas véstias variadas e multicores de seus tripulantes e nela própria, a arte da Europa. A caravela não surgiu, portanto, como obra do acaso. A necessidade foi que a criou. Criada, foi tornada útil e bela: condições primaciais do que é perfeito em arquitetura. Participou de arrojadas expedições marítimas, que também não foram obra do acaso. Pero Nunes, cientista português dos quinhentos, assim o assinalou. Foi dessa forma, e continuaria sendo, que a geometria e o desenho irmanados andaram. O reflexo dessa irmandade e a sua benéfica influência se fizeram sentir no Brasil através das *Aulas de Fortificação*. A prova será encontrada mais adiante.

Não menor importância teve, exercendo enorme influência na península ibérica, a fundação, em Madrid, da *Escola de Matemática*. Esse acontecimento, verdadeiramente transcendental, foi devido a uma idéia de Juan de Herrera, arquiteto-mor de Felipe II, autor do famoso Mosteiro de São Lourenço do Escorial. Transmitida essa idéia ao Rei, acertadamente denominado por Diego de San José de *El Abogado del Diablo*, foi pelo mesmo aceita e posta em execução. E assim, a 1 de outubro de 1582 — pouco tempo depois de colocada a última pedra da igreja do Escorial, fato ocorrido a 23 de junho do mesmo ano — tiveram lugar as primeiras nomeações para aquêlê estabelecimento de ensino, dentre cujas múltiplas e importantes finalidades também estava a da divulgação da matemática, da geometria, da perspectiva, da topografia e do desenho. O primeiro nomeado é Herrera, a quem coube a direção. Depois é um português: João Batista Labanha, cosmógrafo e perito em outras coisas, inclusive na topografia. Pedro Ambrósio de Onderiz, espanhol, discípulo de Labanha, fica incumbido das traduções. E assim surgem, traduzidas, a *Geometria* e a *Perspectiva e Especulária* de Euclides; os *Esféricos* de Teodósio; e os *Equiponderantes* de Arquimedes.

Procurando melhorar a aprendizagem de canteiros e alvanéis, a instituição divulga as ciências necessárias à construção e torna conhecidas as normas mais usuais da edificação, ou *pragmáticas*.

Na instituição, livros não faltaram. Lá foram conhecidas, dentre outras: as *Medidas del Romano*, de Diego de Sagredo, notável porque nela procurou corrigir os erros provenientes da má ou caprichosa imitação do romano; os *Diez Libros de Arquitectura*, de autoria do florentino Leão Batista Alberdi, na tradução de Lozano, artífice em Madrid; os livros de Vitruvio, traduzidos por Miguel de Urrea; a *Arquitectura* de Sebastiano Serlio Bolognesi, na tradução de Villalpando; e as *Cinco Ordens*, de Vignola, traduzidas por Patrício Caxesi. E mesmo sem êstes, não haveria falta

de livros na instituição, porquanto Herrera — que possuía espírito e preparo universal — possuía biblioteca de mais de 400 livros, dos mais raros e úteis.

Em 1583, ficava criada a cátedra de arquitetura, necessidade imposta pelo generalizado desconhecimento dessa arte e também pelo progressivo desenvolvimento das cidades, mormente de Madrid. Depois, Cristobal de Rojas ensina fortificação e, instado por Herrera, escreve seu *Tratado de Fortificación*.

Na importante escola hauriram preciosos conhecimentos ou receberam decisiva influência muitos dos arquitetos espanhóis que foram prestar seus serviços em Portugal como *aprendizes de arquitetura*, ou no papel primacial que lhes cabia em razão do título de *arquiteto*, ou, ainda, como construtores, projetistas, pintores, decoradores ou paisagistas. Seus nomes ou sobrenomes — como é o caso da família dos Frias — os de seus descendentes, sucessores ou discípulos, figuram indissolúvelmente ligados às grandes fábricas arquitetônicas portuguesas citadas neste estudo.

Do exposto, o leitor verá quanto o passado construiu, embora lentamente, para que surgissem pela ação dos governos, necessidades das terras descobertas e talento de não poucos homens, os aprendizados, os canteiros de trabalho e as escolas que haveriam de contribuir para que numa longa época de empirismo se alicerçasse outra época de preparação para o academismo, e que, por fim, surgisse a época acadêmica ou néo-clássica.

2) Os pioneiros Jesuítas

Coube aos Jesuítas a primasia de terem sido no Brasil os mestres de tudo quanto necessitava a gente e a terra. Educadores, cientistas, literatos, construtores e artistas — eles exerceram com estoicismo e constância a ingente mas nobre tarefa do pioneiro.

Não poucos Padres e Irmãos coadjutores exerceram ofícios mecânicos, como os de pedreiro, carpinteiro, ferreiro, torneiro, oleiro, alfaiate. O Padre Diogo Jacome fêz, por si, um tórno movido a pé. O ofício de tecelão era praticado pelo Irmão Vicente Rodrigues. O Padre José de Anchieta fazia alpargatas. E praticando as artes mecânicas, muitos deles formaram os primeiros carpinteiros, os pedreiros incipientes, os rudimentares ferreiros, os primitivos tecelões, os simplórios oleiros e, até, as índias alfaiates e costureiras. E compreende-se que os jesuítas assim procedessem, pois não podendo tudo fazer, um pouco de tudo ensinavam aos ameríndios. Esses não desdenhavam, por sua vez, a aprendizagem de outros ofícios mais difíceis, como os de pintor e dourador ou de artes tal como a escultura, a torêutica e a entalhadura. Os discípulos dos jesuítas progrediam, se aperfeiçoavam e, assim, ensinavam a outros

ameríndios. O Padre Serafim Leite — a quem se deve a magistral *História da Companhia de Jesus no Brasil*, obra na qual tanta revelação há relativamente à arte e aos artistas dos primitivos tempos do Brasil — diz: *Os ofícios mecânicos estimavam-se muito no Brasil*.

Havia falta de *oficiais*. E por isso vem para o Brasil, no século XVI, mais jesuítas conhecedores de artes e ofícios. Assim, o Padre Francisco Pires, entalhador consumado, trabalha, em meiado daquele século, o pau vermelho empregado na igreja de N.S. da Assunção, em Ilhéus. O introdutor da indústria da cerâmica (telha, ladrilho e louça) foi, no fim daquele século, o Irmão Amaro Lopes, oleiro do Colégio da Bahia. Por sua vez, o Irmão Mateus Nogueira, ferreiro, fez naquele mesmo século coisas notáveis no Colégio de São Vicente e em São Paulo. E no catálogo dos jesuítas vindos ao Brasil em 1570, e que se incluíram entre os 40 mártires, estavam, além do pintor Irmão João de Maiorga, aragonês, alguns Irmãos carpinteiros e telheiros. No catálogo de 1600 relativo aos Padres e Irmãos da Província Jesuítica do Brasil — criada por Santo Inácio de Loiola, a 9 de julho de 1553 — figuram Irmãos pedreiros e carpinteiros (Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*).

Para aumentar o número de *oficiais*, os jesuítas enviaram para a Europa alguns naturais para aprender artes e ofícios. É o caso do Irmão E. Cipriano, que foi mandado em 1552 de São Vicente para aprender no Colégio de Coimbra. Talvez ali fôsse — como alguns mandados pelo Padre Manuel da Nóbrega — para tornar-se bom oficial (José de Anchieta, *Cartas*).

Se os *mestres* eram os Padres e Irmãos Coadjuutores, os *aprendizes* eram os ameríndios possuidores de maiores aptidões. Com o tempo e o aperfeiçoamento, se tornavam *oficiais*. E, assim, os obreiros, propriamente ditos, foram os ameríndios das aldeias jesuíticas. O Padre Serafim Leite informa que desde 1575 se *assinalava o emprêgo de trabalhadores escravos, por conta dos Padres, por não bastarem os livros* (*História da Companhia de Jesus no Brasil*, II). Depois é que os jesuítas empregaram o negro. Foi o que aconteceu na região circundante do Rio de Janeiro.

Passando às belas artes verificar-se-á, pelo que informa o Padre Serafim Leite, que a *primeira amostra da pintura no Brasil achamo-la em 1552, por ocasião da festa do Anjo Custódio, enlaçando logo, num só efeito, a dupla influência portuguesa e indígena. Na Festa do Anjo Custódio, fizeram os Padres e os meninos do Colégio uma breve entrada às aldeias dos arredores da Bahia. Como de costume, levaram a cruz alçada, mas desta vez pintaram nela a Jesus Menino, visto que eram os meninos, que a conduziam, e sob a forma de Anjo, por ser dia do Anjo Custódio. Para simbo-*

lizar a soberania de Jesus, conquistador daqueles sertões, em lugar de cetro uma espada, elemento indígena: e a cruz «ia tôda pintada de pluma da terra, mui fermosa».

Parece, segundo Manuel Querino, que entre 1568 e 1580 chegou à cidade de Salvador um artista encarregado de ensinar desenho no colégio dos Jesuítas.

Na prática das belas artes se destacaram como artistas: o Padre Manuel Álvares, pintor de fama, chegado à Bahia em 1560; Irmão João de Maiorga, já citado, a quem se atribui a tela de N. S. de São Lucas, da igreja do Colégio da Bahia; o Padre Afonso Brás, que trabalhou como arquiteto no Espírito Santo e no Rio de Janeiro; o Padre Antônio Pires, que também trabalhou na qualidade de arquiteto na construção dos primeiros Colégios de Pernambuco e da Bahia. Mas, segundo informa o Padre Serafim Leite, no século XVI, *o homem dado expressamente como arquiteto profissional é Francisco Dias, Irmão, que já tinha trabalhado na construção da célebre igreja de S. Roque, em Lisboa. Veio de propósito para dirigir os serviços de construção no Brasil, e evitar que se succedessem planos a planos, conforme ao gosto pessoal, e nem sempre competente dos Superiores.* Completa o Padre Serafim Leite essa informação com outra não menos valiosa, qual seja que se devem ao Irmão Francisco Dias não só o plano do Colégio da Bahia, como também os planos da maior parte das edificações jesuíticas do último quartel do século XVI.

Entalhadores e escultores notáveis existiram no Colégio dos Jesuítas da Bahia, no século XVII; o Irmão João Correia, português, entalhador e estatuário (1659); e de 1665 a 1670; Irmão João Manuel, português, entalhador e escultor; Irmão Luís Manuel, português, insigne entalhador; Irmão Domingos Rodrigues, português, escultor, decorador, dourador e pintor; Irmão Domingo Trigueiros, português, chegado moço à Bahia, discípulo dos Irmãos escultores.

Em 1683 havia no Colégio da Bahia alguns excelentes entalhadores e marceneiros. Nessa ocasião é que foram feitas as obras de cascos de tartaruga da Sacristia. Tais artistas foram: os Irmãos Luiz Manuel, Mateus da Costa e Domingos Xavier (de Portugal), Cristóvão de Aguiar (do Rio de Janeiro) e Manuel de Sousa (da Bahia). O mestre era o primeiro acima mencionado. No começo do século XVIII os artistas do Colégio eram o Irmão Coadjutor Francisco Coelho (pintor) e os Irmãos Antônio Nunes e João Gonçalves (entalhadores) e o Padre Euzebio de Matos (pintor), ao qual se faz referência mais adiante.

Com relação aos artistas pictoriais, diz o Padre Serafim Leite *que houve sempre no Brasil algum Irmão pintor em exercício.* Por isso cita os Irmãos pintores da Bahia: Belchior Paulo (1587-1619). Inácio Lagot (1619-?), Domingos Rodrigues (1657-1706), Car-

los Belville (1708-1730), Francisco Coelho (1720-1759), todos chefes de oficina. E nós recordaremos o antigo Frei e Padre Jesuíta Eusébio de Matos Guerra, mestiço jamais saído da Bahia, irmão de Gregório de Matos, o poeta de veia satírica, que foi o primeiro brasileiro a despontar. É, por isso, geralmente considerado como o precursor nacional da pintura. Desapareceu em 1692, depois de ter vivido setenta e dois anos. Ignoram-se os seus discipulos, como se desconhece muita coisa de sua ação como pintor.

Em outros pontos da Capitania da Bahia, não faltaram, também, artistas jesuítas de notória capacidade. Assim: no Seminário de Belém da Cachoeira intervém o Irmão Carlos Belville, francês de Ruão, pintor, arquiteto e estatuário, que esteve naquela Capitania entre 1717 e 1722. Foi ao voltar do Oriente Português, Macau e China, para sua terra natal, que arribou ao pôrto de Bahia, e na igreja do Seminário deixa flagrantes provas da influência da arte oriental no meio brasileiro. Parece que o próprio fundador do Seminário, Padre Alexandre de Gusmão, também fêz excelentes artefatos de retábulo em tartaruga e várias peças da sacristia. No Seminário de N.S. da Conceição, (instalado em casa própria — 1756), trabalharam nas respectivas obras; o Irmão Francisco do Rêgo, arquiteto; o Irmão João Mazzi, pedreiro; e o Irmão João Rubiati, carpinteiro. E nas obras da Casa e Igreja do Noviciado da Anunciada, na Giquitaia (1759), o Irmão Carlos Belville muito coadjuvou o Padre José Aires. Nelas igualmente trabalharam; o Irmão Jácome Antônio Barca, arquiteto; os Irmãos Domingos Xavier, João Gonçalves, Antônio Nunes, Lourenço Chaves, Clemente Martins, carpinteiros e entalhadores; e talvez o já referido Irmão Francisco Coelho, pintor, pois muito trabalhou na Bahia, com êxito, naquela época.

E se passarmos para o Rio de Janeiro verificar-se-á que fundada no morro da Cara do Cão, em 1565, pelo Padre Jesuíta Gonçalo de Oliveira, a primeira casa igreja que existiu na região, sob a invocação de São Sebastião, em breve seria ela substituída por outra. Esta também tendo ficado estragada, pela precaridade do material e deficiência da mão de obra, deu lugar à obra definitiva, inaugurada em 1588, na reitoria do Padre Inácio Tolosa. As obras da igreja e do colégio foram levadas a efeito, no Morro do Castelo, sob a direção do Padre Afonso Brás, disse encarregado por ser grande carpinteiro. Em 1604 foram feitas pinturas nas paredes da entrada e estátuas vindas da Europa povoaram os altares.

Não foi essa, entretanto, a primeira igreja construída pelos jesuítas no Brasil. A primasia coube à igreja de N. S. da Ajudo, em Pôrto Seguro, na Bahia. Também parece que as pinturas da igreja de Santo Inácio, do Rio de Janeiro, não foram as primeiras a

serem vistas, porquanto Fernão Cardim informa que em 1584 existia na igreja de N.S. da Ajuda um maravilhoso retábulo pitórico da Anunciação. Teria vindo êsse retábulo de Portugal?

Mas não foi só nas belas artes que os jesuítas produziram e ensinaram. Como engenheiros, êles fizeram, ajudados pelos ameríndios: caminhos em direção a Goiás; o *Caminho do mar*, entre Santos e São Paulo de Piratininga; levadas para engenhos; importantes obras hidráulicas, como as da Fazenda de Santa Cruz (na Capitania do Rio de Janeiro) e do canal de Camboapina (na Capitania do Espírito Santo); os guindastes dos Colégios — conhecidos como *guindastes dos Padres*, — situados à beira-mar e de que são exemplos os do Rio de Janeiro e da Bahia; e concorrem para a construção de fortificações na Bahia, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte, onde o Forte dos Reis Magos foi planejado e construído por um antigo engenheiro militar espanhol, o Padre Gaspar de Samperes.

3) *As aulas de belas-artes da Irmandade de São Lucas, de Lisboa.*

Pela influência que possam ter exercido as *aulas* estabelecidas em 1609 pela Irmandade de São Lucas, de Lisboa, na formação de artistas vindos ao Brasil, mencionamos o fato como subsidio cronológico e também para de alguma sorte estabelecer desde aquela data um certo sincronismo entre as coisas do ensino artístico de Portugal e as do Brasil.

Aquela iniciativa estava inspirada na obra realizada pelas Confrarias de São Lucas, que tinham existido nas cidades de Roma, Veneza e Florença, em 1290 e 1339, para congregar os artistas pintores. Essas corporações foram fundidas numa única em 1386, o que permitiu que no século XV fôsse a mesma convertida na *Universidade das Artes*. No ano de 1577 a instituição foi substituída, por ordem do Papa Gregório XIII, pela *Accademia di San Luca*, destinando-se ao ensino da pintura e da escultura e, como câmara sindical, à realização de perícias artísticas. Desde então gozou de prestígio universal, sendo aspiração máxima dos artistas de todos os países poder freqüentá-la, o que foi permitido a partir do século XVII.

A escolha do nome de São Lucas para a instituição, baseia-se em que o inseparável companheiro de São Paulo, autor de um *Evangelho* e do *Ato dos Apóstolos*, era pintor e como tal foi tomado para padroeiro pelos pintores religiosos. A tradição atribui a êsse evangelista, natural da Antióquia e falecido 70 anos depois de J.C., cuja profissão era a de médico, a autoria de um retrato da Virgem.

Sabido é que as aulas da Irmandade de São Lucas, de Lisboa, permitiram, com as demais iniciativas que lhe seguiram em matéria

de ensino artístico, que dois séculos depois (1836) pudesse ser organizada a *Academia Real de Belas Artes* de Portugal.

4) *A Primeira Missão Artística no Brasil e a Arte em Pernambuco.*

Foi com a vinda do Príncipe holandês Maurício de Nassau que, pela primeira vez, artistas se inspiraram na paisagem brasileira. Seis foram os pintores que fizeram parte de seu séquito, como componentes da primeira missão artística chegada ao Brasil. À frente de todos se destacava Frans Post: que foi o primeiro a reproduzir as paisagens, as plantas, os frutos e as aves e animais de nossa terra. De 1637 a 1644 — período de tempo em que o Príncipe esteve em Pernambuco —, Post muitíssimo produziu. Ao seu lado se destacaram outros pintores de merecimento: Zaccarias Wagner e E.A. van Eckhout. Por sua vez, Pieter Post, irmão de Frans era arquiteto. Nessa qualidade fez tôdas as obras arquitetônicas da efêmera Corte, inclusive o Palácio de Friburgo, no Recife.

Não se sabe se os pintores holandeses deixaram discípulos. É de crer que, em nove anos de permanência em Pernambuco, alguns tivessem formado. Mas admitindo-se que os pintores holandeses não deixaram discípulos, êles realizaram obra meritória, pois revelaram pictôricamente aos nativos e aos portugueses os cambiantes, esplendores e fantasias da terra brasiliense. Revelaram-na, também, por meio de sua arte, à Europa que, desconfiada, olhou para côres e nuances, luzes e sombras totalmente desconhecidas. Foi, assim, que a Europa recebeu através da palhêta dos mestres holandeses a primeira lição da magia colorística tropical.

Já dos arquitetos holandeses não se poderá dizer que deixaram de formar arquitetos, pois a arquitetura dos casarões do Recife e as das *casas grandes* do nordeste, posteriores à retirada dos mesmos, apresentam sobrados, torreões ou águas furtadas que muito lembram — mais simplificadas, é claro —, as construções holandesas do Recife, que eram, por sua vez, simplificações construtivas da arquitetura solarenga de Flandres.

O fato concreto é que Pernambuco foi nos séculos XVII e XVIII um centro de pintores. São de 1709 os painéis que representam a *Batalha das Tabocas* e as duas *Batalhas dos Guarapes*, existentes na Câmara Municipal de Olinda, em Pernambuco. E são datados de vinte anos depois, diversos painéis da igreja de São Cosme e São Damião, da cidade de Igaruçu, no mesmo Estado. Isso prova que em Pernambuco havia muito tempo que se praticava a pintura de caráter histórico; pintura, essa, que exige conhecimento da história, isto é, cultura, e preparação no

desenho da figura, no da paisagem e no de perspectiva. Dentre os artistas pintores daquele século, prováveis autores dessas obras e de muitas outras feitas também em templos, devem ser citados: Rita Joana de Sousa, natural de Olinda (1696-1719); Antônio Splanger Aranha, recifense verdadeiramente notável, pois era pintor, escultor, músico, escritor dramático, historiador (autor da *História da Guerra Holandesa*), e autor de outros livros aparecidos em 1753; Simão Gomes dos Reis, nascido em 1731, apontado por Rackzynski como sendo o mestre do pintor lusitano José Antônio Narciso; José Pinhão de Matos, também recifense, que esteve em Lisboa, onde faleceu em 1734, e que executou os panoramas de Lisboa e Goa; João de Deus Sepúlveda e Francisco Bezerra, decoradores da igreja de São Pedro, no Recife; Antônio de Sepúlveda, que restaurou em 1736 o retrato de *Fernandes Vieira*, existente na Câmara do Recife, tendo sido o progenitor de quatro pintoras de nomes Teresa, Lucinda, Verônica e Luciana; Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, franciscano ilustre, nascido em Jaboatão, termo do Recife, em 1695, gravador e iluminador, cronista-mor da Ordem, autor do *Orbe Seráfico Novo Brasilico* (cuja primeira parte foi publicada em Lisboa em 1761, e cuja segunda parte, sob o título de *Novo orbe seráfico brasilico*, sòmente foi conhecida em 1858 devido ao Instituto Histórico), pregador gongórico (*Jaboatão místico em correntes sacras dividido* — Lisboa, 1758), poeta e historiador (*Catálogo genealógico*), que faleceu, ao que parece, depois de 1768; e, por fim, o Padre João Ribeiro Pessoa de Melo e Montenegro (1766-1817), educado em Portugal, revolucionário republicano, vítima da Realeza, professor da primeira aula oficial de desenho de Olinda (1800) e autor das figuras que deveriam ilustrar a obra *Flora Pernambucana* do botânico e entomologista Manuel de Arruda Câmara, que está infelizmente perdida.

5) *De onde provinham os mestres das obras do Rei e os pensionistas de arquitetura.*

Aos oficiais e aprendizes genuinamente americanos, industriados pelos jesuítas, viriam juntar-se os *mestres e oficiais*, civis, provenientes de Portugal, da Espanha, da Galiza, das Canárias, dos Açores, da Itália, da Índia. Por isso, já no século XVI tinham chegado ao Brasil, a par de fortificadores militares, alguns *mestres das obras do Rei*. Tal era a denominação dos primitivos arquitetos leigos que vinham da metrópole exercer sua missão por ordem da Coroa. Assim, o mestre Luís Dias veio ter ao Brasil por ordem de D. João III, em 14 de janeiro de 1549, para tratar das fortificações. Foi empregado na Bahia. Seu título foi o de *mestre das obras da fortaleza*. Além de fortificações fêz a Casa da Audiên-

cia e Câmara, Casa da Alfândega, armazens; tudo de cal, rebocado e com telhado. O mesmo Rei envia para o Brasil ao mestre Lopo Machado e nomeia, pelo alvará de 22 de julho de 1557, a Pero de Carvalhais, pedreiro, morador na cidade do Salvador, para exercer o cargo de *mestre das obras* da mesma cidade. Francisco Gonçalves, pedreiro, residente em Lisboa vem, em 1571, para o Rio de Janeiro na qualidade de *mestre das obras* de fortificação mandadas fazer pelo Rei D. Sebastião. E Alexandre Italiano vai para a Bahia, em 1588, na companhia do governador Francisco Giraldes.

Para melhor compreender o que viria a ocorrer no Brasil em matéria de arquitetura e do respectivo ensino é curioso e também necessário apreciar, embora sucintamente, o ensino da arquitetura em Portugal. De começo não havia ali ensino oficial de arquitetura. Eram as oficinas e os canteiros de trabalho que exerciam a missão de formar, praticamente, os arquitetos. Somente no Reinado de Felipe II é que foi criada a *Cadeira de Arquitetura*. O Estado proporcionava uma *pensão*, ou *tença*, de 20\$000 réis anuais, para que os aprendizes de arquitetura pudessem levar a efeito seus estudos. Depois de os realizarem é que poderiam exercer a especialidade. Foi o espanhol Felipe Tércio o primeiro mestre oficial de arquitetura em Portugal, a quem sucedeu o patricio Nicolau de Frias. Além da arquitetura, propriamente dita, que os pensionistas estudavam com um *mestre das obras do Rei* — tal é o caso de Nicolau de Frias, — eles deviam aprender *geometria* com o cosmógrafo-mor do Rei, de que serve de exemplo o notável João Batista Labanha.

O primeiro documento que faz referência a *pensionistas* é de 1598, mas, já em 1594, Diogo Marques Lucas preencheu uma *praça de aprender arquitetura civil*. O número de pensionistas era de três.

O citado documento de 1598 se refere a Francisco de Frias, que talvez fôsse filho ou irmão de Nicolau de Frias. Mas o fato concreto é que Francisco de Frias veio ao Brasil em 1603 para cuidar das fortificações. Gozou de grande reputação pela sua atividade na defesa do Maranhão contra os franceses. O lugar vago de *pensionista* deixado por Francisco de Frias foi preenchido, por ordem régia de 10 de maio de 1602, por Henrique de França, cavaleiro fidalgo da Casa Real Portuguesa. Outro dos *pensionistas de arquitetura* foi Diogo Pais, nomeado em 1624. Cinco anos depois veio para o Brasil, em companhia de Matias de Albuquerque, com o posto de capitão de infantaria com exercício de engenheiro militar. Serviu em Pernambuco e nas capitanias do norte, sendo em 1647 nomeado para servir na cidade do Salvador. No *Regimento dos mestres arquitetos dos paços reais*, de 16 de janeiro

de 1689, consta, no que se refere ao ensino da arquitetura, o seguinte: *Capítulo VII. Os Arquitetos Mestres serão obrigados a ter muito cuidado de ensinar a arquitetura civil aos Aprendizizes, que lhe forem cometidos para aprender, e farão que elles saibam, e vão todos os dias tomar lição; e quando faltem a isso os que tem praça de aprender, darão conta ao Provedor, para que lhes não passe certidão para haverem de cobrar os seus ordenados; e também o informarão da sufficiência de cada um, para que o Provedor possa saber o seu préstimo; e assim os levarão a tôdas as medições, e avaliações, e mais funções a que forem os ditos Mestres, para que aprendam a melhor forma delas, e melhor saibam a prática. No capítulo IX, determinava-se que os arquitetos eram obrigados a ensinar aos que tivessem praça de aprender arquitetura e que seriam quatro.*

Por sua vez o Tribunal da Real Casa das Obras, tão antigo quanto o Reino, também ordenara que o respectivo arquiteto ensinasse a quatro aprendizes. Isso, foi confirmado por alvará de 1754. O príncipe D. João mandou a José Manuel de Carvalho e Negreiros que fizesse para aquêlê fim um tratado de arquitetura civil, o qual parou por sua morte, indo já no principio do 8.º tomo (José Silvestre Ribeiro, pág. 153, Tomo I, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal* 1871).

E tendo sido criada, em 1773, na Universidade de Coimbra a cadeira de *Desenho e Arquitetura*, o Marquês de Pombal participava ao Reitor, pelo aviso de 15 de dezembro daquele ano, que a mesma não fôsse preenchida até que voltasse de Bolonha o português que ali fôra para aprender. Portanto não convinha que um tal Romano Stopani, indicado pelo Reitor para a regência interina, fôsse nomeado por tratar-se de pessoa incapaz e assim melhor seria não começar o estudo dessas artes com um mau mestre.

Com o decorrer do tempo, houve em Portugal algumas dezenas de *pensionistas*. Alguns receberam a *praça de arquitetos*, outros foram nomeados *mestres de obras* e houve um que foi designado como *arquiteto dos paços* de Salvaterra, Almeirim e Mosteiro da Batalha.

Aliás, o título de *arquiteto* foi empregado desde remotos tempos em Portugal. Assim, Pedro Fernandes Tôrres foi, no fim do século XVI, *Arquiteto de El-Rei*. No século seguinte, Felipe II nomeia seus arquitetos (*meu arquiteto*) a quase todos os componentes da família Frias: Nicolau de Frias, *que era o chefe de uma família de arquitetos* (segundo informa Sousa Viterbo), Teodósio

de Frias (filho de Nicolau), Luís de Frias (filho de Teodósio), Teodósio de Frias, o Moço (segundo filho de Luís). E é bem possível que Francisco de Frias (já antes citado e vindo ao Brasil), bem como Eugênio de Frias, completassem a família de arquitetos. A respeito dêste último milita a circunstância de ter preenchido em 1611 a vaga de *pensionista* deixada por Henrique de França, quando êste foi nomeado para uma praça de engenheiro do Reino de Nápoles. Ora, como Eugênio de França preencheria em 1602 a vaga de *pensionista* deixada por Francisco de Frias e como Felipe II sempre distinguiu com cargos e honrarias aos arquitetos da família Frias, — não será absurdo admitir que tanto Francisco como Eugênio de Frias fôssem da mesma família artística.

Em 1642 já havia quem exercesse em Portugal as *funções de praça de Arquiteto dos paços da Ribeira*. Tal é o caso do mestre das obras Jerônimo Rodrigues. Por sua vez, João Antunes foi *Arquiteto Real e Arquiteto das Ordens Militares* (1697). *Arquiteto civil e militar* das Ordens Militares de Santiago da Espada e de São Bento de Avis, foi o título outorgado a João Batista Barros (1715). Por sua vez, Mateus Vicente de Oliveira chegou a ser, além de sargento-mor, *Arquiteto da Sereníssima Casa e Estudo do Infantado do Grão Priorado do Crato e da S. Igreja de Lisboa e Arquiteto do Senado da Câmara de Lisboa* (1778). E 2.º *Arquiteto dos Reais Paços* (1778) e, depois (1801), *Arquiteto Geral*, foi o caso do sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros José Manuel de Carvalho e Negreiros, de cuja pessoa nos ocupamos mais adiante.

Também se concedia em Portugal ao *fortificador* o título de *arquiteto militar*. E isso se explica visto como a arte de fortificar recebia a designação de *arquitetura militar*.

O curioso é que, ao que nos conste, não veio ao Brasil nenhum *Arquiteto Mor* como aconteceu com aquêle, chamado João Batista Cairato, enviado à Índia em companhia do Vice-Rei D. Duarte. Coube, entretanto, ao Rei D. João V referir-se em documento público ao título de *arquiteto* no Brasil, porquanto pela carta régia de 3 de janeiro de 1736 confirmava José Berlinque Bersane no *ofício de arquiteto e pintor das obras da ribeira da cidade do Salvador da Bahia*.

Depois é que aparece em documentos oficiais a designação de *Arquiteto Régio* relativamente a Antônio José Landi, de cuja personalidade nos ocupamos em outras páginas. Com a chegada da Côrte Portuguêsa é que o título de *Arquiteto Régio* ou *Arquiteto Real* fica difundido no Brasil.

6) *As maiores escolas práticas de Arquitetura em Portugal e a vinda de um de seus arquitetos ao Brasil.*

Uma das mais importantes escolas práticas de arquitetura de Portugal foi incontestavelmente a *Batalha*, o célebre monumento de D. João I. Foi ali que trabalharam ou que surgiram os maiores arquitetos da metrópole: Afonso Domingues, Huguet, Martim Vasques, João Afonso, Fernão de Évora, Guilherme, Mateus Fernandes (I), João Rodrigues, João de Arruda, Mateus Fernandes (II), Mateus Fernandes (III), João Pires, Francisco Nunes, Juan de Castillo, Miguel de Arruda, Antônio Gomes, Dionísio de Arruda, Antônio Mendes, Baltasar Álvares, Mateus do Couto, Manuel do Couto, Custódio Vieira, Carlos Mardel, Miguel Ângelo Blasco, Pedro Guálter da Fonseca e José Manuel de Carvalho e Negreiros. Dos acima mencionados, um esteve no Brasil: Miguel Ângelo Blasco.

Em outras grandes obras do Reino também houve núcleos de aprendizagem arquitetônica. Assim nos Jerônimos (século XVI) houve arquitetos do valor de Diogo Boitoca Juan de Castilho e Diego de Torralva; no Convento de Cristo, em Tomar, prototipo da arquitetura Manuelina, resplandece a figura de Juan de Castillo; na Torre de Belém, outro bellissimo exemplar do estilo Manuelino, com acentuada influência indiana, erguida no tempo do Rei D. Manuel, avulta a capacidade de Garcia de Rezende. Depois, e seria um nunca acabar de exemplos, a Sé de Leiria e a reconstrução da Sé de Viseu, demonstram a orientação técnico-artística de Juan de Moreno, natural de Salamanca. Na Sé de Miranda se destaca, como orientador de arquitetos, o espanhol Gonzalo de Torralva, irmão de Diego de Torralva. No Palácio Real de Mafra, característico do estilo D. João V, pompeia a arte de João Francisco Ludwig (Ludovice). No Pôrto, são as igrejas dos Clérigos e da Misericórdia que servem de moldura para os ensinamentos do arquiteto toscano Nicolau Nazoni. E no Palácio Real da

Ajuda os arquitetos que ensinam no canteiro de trabalho foram José da Costa, Antônio Francisco Fabri e Caetano Fabri.

7) *A Aula de Fortificação e Arquitetura Militar de Lisboa e sua influência no Brasil.*

Essa utilíssima *Aula*, instituída, no ano de 1647 em Lisboa, por D. João IV, que assim satisfazia as solicitações das Côrtes de 1641, haveria de influir proveitosamente nos assuntos ligados à arquitetura e à engenharia do Brasil. Dela saíram inúmeros engenheiros fortificadores que, vindos para o Brasil, nêle construíram um rosário de mais de 200 importantes fortificações, difundindo os bons preceitos da arte de construir, ensinando a trabalhar a pedra como cantaria, fazendo arcos e abóbadas de alvenaria de pedra ou de tijolo, levantando aquartelamentos, desenhando os acidentes naturais e as coisas que deviam ser edificadas, medindo terras e marcando-lhes os limites, fazendo mapas, estabelecendo rumos, difundindo o conhecimento do desenho, ensinando caligrafia, fixando contornos, vistas e aspectos. Dela provieram alguns homens de valor que serviram no Brasil. Assim, Nicolau de Abreu Carvalho, matriculado na mesma em 1706, achava-se em 1723 no Brasil, quando foi nomeado a 28 de abril, pelo Rei D. João V, sob proposta do Vice Rei Fernando César de Meneses, capitão de infantaria com exercício de engenheiro da Praça da Bahia. Em 1746, a 17 de março, era promovido a tenente do Mestre de Campo General Engenheiro da referida Praça. E a 17 de dezembro de 1757, o Rei D. José I o promovia a tenente-coronel de infantaria com exercício de engenheiro. Contava, pois, 51 anos de serviço. Outro oficial que parece ter sido discípulo da mesma, pois cursou os estudos militares da Côte e da Província do Alemtejo, foi Manuel Alves Calheiro, nomeado a 16 de setembro de 1760, por carta patente do Rei D. José I, sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro na Capitania do Grão Pará. E dentre os professôres da mesma se destacou José Lane, engenheiro português, tradutor da obra *Arquitetura militar* de Antoni.

A instituição foi mais tarde substituída pela *Aula de Engenharia*, onde estudou em 1773 um natural do Brasil, o tenente Antônio Albino do Amaral. O Arquivo Militar do Exército Brasileiro possui, de sua autoria, um *Plano da Vila de S. Antônio do Recife de Pernambuco* (1775).

CAPÍTULO II

PERÍODO DE PREPARAÇÃO PRÉ-ACADÊMICA

(1698-1815)

Sumário: 1) A «Aula de Fortificação do Rio de Janeiro e o estudo do desenho». 2) A «Aula de Fortificação e Artilharia da Bahia» e o ensino da Geometria. 3) Uma escola militar no Pará. 4) O colapso da ação dos Jesuítas em matéria de arte: em 1759 no Brasil, e em 1767 nas Missões. 5) A conversão da «Aula de Fortificação» em «Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro» e a restrição, conseqüente, da aprendizagem do desenho. 6) Um livro de brasileiro sobre arquitetura: 1770. 7) Uma aula de geometria em São Paulo. 8) A «Aula Militar» em substituição à «Aula do Regimento» e suas transcendentais conseqüências: nova ampliação do ensino do desenho e início dos estudos de engenharia no Brasil. 9) A «Academia do Nu», de Lisboa. 10) A «Aula Pública de Desenho de Lisboa» e sua bem provável influência no Brasil. 11) A «Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho» de Lisboa e a conseqüência dessa criação: a «Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro», onde se iniciaram os estudos oficiais de arquitetura civil. 12) A «Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa para Oficiais de Infantaria». 13) As instituições escolares oficiais de Pernambuco: «Aula de Fortificação», «Academia Militar» e «Aula de Geometria». 14) Militares portugueses e estrangeiros a serviço, no Brasil, da engenharia e da arquitetura. 15) As Escolas da Bahia. 16) O Grupo de Artistas Fluminenses. 17) Retrato de uma época. 18) Aulas ou Aprendizados? 19) O brasileiro Manuel Dias de Oliveira, a «Real Casa Pia» de Lisboa e a «Academia Portuguesa de Roma». 20) A «Aula Pública de Desenho e Figura do Rio de Janeiro». 21) A Aula de Pintura de Manuel da Cunha. 22) Viagens ao Estrangeiro. 23) O desenho, a geometria descritiva e a arquitetura civil na «Academia Real Militar». 24) A «Aula Pública de Desenho» da Cidade do Salvador. 25) O aprendizado das artes em outros pontos do Brasil. 26) O elemento de transição. 27) A idéia de fundação, em 1813, da «Academia de Desenho e Arquitetura Civil e Militar» e de outras Academias de Artes. 28) A iniciativa de Garção Stockler.

1) A «Aula de Fortificação do Rio de Janeiro» e o estudo do Desenho.

Conforme se provará neste estudo, o ensino militar ministrado no Brasil contribuiu de maneira decisiva para divulgar o conhecimento da construção, da arquitetura e da engenharia. Sua origem deve ser procurada na antes referida *Aula de fortificação e arquitetura militar* de Lisboa.

Portugal, sempre preocupado com a defesa da costa e do território do Brasil, necessitava aumentar as fortificações. Mas para isso deveria obter primeiramente quem as levantasse e, depois, quem as guarnecesse. Com êsse propósito tem início em 1698, na cidade do Rio de Janeiro, as lições ministradas pelo Capitão Engenheiro Gregório Gomes Henriques aos artilheiros

e condestáveis da Praça. Aproveitava-se, dessa maneira, o elemento autóctone, porquanto Portugal não podia fornecer todo o pessoal que era necessário ao dito serviço militar. Aconteceu, porém, que aquêlê capitão engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro, que nela servia desde 1694, foi exonerado do cargo naquele mesmo ano de 98, em vista de haver cometido *tais erros que mereceu ser prêso* (Sousa Viterbo, *Dicionário dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portuguezes*).

A iniciativa não foi, entretanto, posta à margem, porque no ano seguinte, 1699, dia 15 de janeiro, o Rei de Portugal D. Pedro II criava uma *Aula de Fortificação* no Rio de Janeiro. O mesmo fazia no Reino de Angola. Nessa aula, em que se ensinaria a desenhar e a fortificar, seriam matriculados *três discípulos de partidos, os quais serão pessoas de capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos dezoito anos de idade*. O Governador e Capitão General do Rio de Janeiro Artur de Sá e Meneses instalou a aula nas próprias fortificações da cidade, mas teve de lutar com a falta de material e de livros. Ensinaram na aula: o já citado Gregório Gomes Henriques, e depois da partida dêste, em 1701, para a Colônia do Sacramento, o Mestre de Campo do Têrço da Praça do Rio de Janeiro Francisco de Castro Morais. Com o decorrer do tempo, o ensino prático fica ampliado. A *Aula* preencheu tão bem sua missão que, em 1730, foi feita uma reclamação ao Conselho Ultramarino, solicitando casa adequada para o desenvolvimento do ensino. Pela Ordem Régia de 19 de agosto de 1738 do Rei D. João V de Portugal, a *Aula* passa a ser considerada como curso regular e de específica finalidade, sendo nomeado *mestre* da mesma o Sargento-Mor do Têrço de Artilharia José Fernandes Pinto Alpoim.

A concomitante criação do citado Têrço e transformação da Aula, naquele ano, decorria da situação tensa existente entre Portugal e a Espanha, havendo, pois, necessidade urgente de prover a defesa do litoral. Os alunos seriam obrigatoriamente os oficiais e soldados do Têrço, sendo permitida, outrossim, a matrícula de civis. E o curso completo era realizado em cinco anos.

O citado mestre da Aula, José Fernandes Pinto Alpoim, era brasileiro, pois nascera na Colônia do Sacramento no fim do século XVII, isto é, em 1698. Engenheiro de valor, foi o autor do projeto e da construção, em 1740, do Hospício dos Barbadinhos no Rio de Janeiro (situado no lugar do atual quartel de polícia à rua Evaristo da Veiga); projetou em 1743 a Casa dos Governadores da Capitania de Minas Gerais, na antiga Vila Rica, hoje Outro Prêto (construída pelo progenitor do *Aleijadinho*, o mestre de obras português Manuel Francisco Lisboa; é onde hoje está instalada a Escola de Minas e Metalurgia); e executou

as obras do aqueduto da Carioca em 1745. Escreveu para uso de seus alunos de Aula uma obra a que deu o título de *Exame de Bombeiros*, composta de dez partes (naqueles tempos eram chamados *tratados*), sendo os quatro primeiros dedicados à geometria, a uma nova trigonometria, à longimetria e à altimetria. Consta que foi o primeiro livro impresso no Brasil, muito embora traga a indicação de ter saído, em 1746, da oficina de Francisco Martinezabal em Madrid. Essa falsa indicação decorria — é de crer — da proibição de haver tipografias e de serem editadas obras no Brasil. Dois anos antes, Alpoim fizera editar em Lisboa um livro: *Exame de Artilheiros*.

Pelo seu merecimento, Alpoim passou de sargento-mor de artilharia a sargento-mor engenheiro, chegando, depois, a brigadeiro. Constituiu, com o Bispo D. Frei Antônio de Destêrro e o Chanceler da Relação João Alberto Castelo Branco, a Junta Governativa que dirigiu os destinos do Rio de Janeiro de 1 de janeiro de 1763 — ocasião em que ocorreu o falecimento de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela — até 19 de outubro do mesmo ano, quando tomou posse D. Antônio Álvares da Cunha, 1.º Conde da Cunha, dos cargos de 9.º Vice-Rei do Brasil (o primeiro a residir nesta cidade) e de Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro.

2) A «Aula de Fortificação e Artilharia» da Bahia e o ensino da Geometria.

Alguns autores nacionais tem afirmado que naquele mesmo ano de 1699, em que fôra criada a Aula de Fortificação do Rio de Janeiro, também tinha sido criada na Bahia uma aula da mesma espécie. Apesar das pesquisas feitas, não nos foi dado encontrar nas coleções de leis daquela época qualquer referência sobre o assunto. Uma informação mais precisa foi achada nas *Efemérides* do Barão do Rio Branco. E assim se constata que foi criada na Bahia, em virtude de carta régia de 11 de janeiro de 1699, uma *escola de artilheiro prático e de arquitetura militar*. Por sua vez, foi na obra de Sousa Viterbo, *Dicionário dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Portuguezes*, que deparamos com valiosas informações sobre oficiais do exército português que serviram na *Aula de Fortificação* instalada naquela cidade. Assim, Gaspar de Abreu, discípulo da *Aula de Fortificação* de Lisboa, nomeado, em 1711, capitão engenheiro da praça da Bahia, regeu a referida *Aula*. Em 1716 foi promovido a sargento-mor engenheiro com a condição de continuar a lecionar. Dois anos depois falecia, sendo substituído por Gonçalo da Cunha Lima, ex-discípulo daquela aula e ajudante de engenheiro da praça. Promovido Cunha Lima a capitão, foi substituído por Antônio de Brito Gramacho, capitão

de infantaria com exercício de ajudante de engenheiro (1720), e que lecionou, assim, na referida aula. Um dos discípulos da mesma foi João Batista Barreto, nomeado ajudante de engenheiro da mesma praça em 28 de maio de 1715. Na carta patente, o Rei D. João V assinalava ter o mesmo se *aplicado com muita intelligência na arquitetura militar*. Por sua vez, José Antônio Caldas, official engenheiro português, achava-se na Bahia em 1755, quando foi nomeado, no dia 21 de agosto, para acompanhar o governador da ilha do Príncipe, *onde iria desenhar as fortificações que ali se julgassem necessárias*. Exerceu tão a contento do Govêrno essa missão, que foi promovido a capitão engenheiro e nomeado, a 3 de abril de 1761, por carta patente do Rei D. José I, para ensinar na *Aula militar* da cidade da Bahia. A referida carta patente foi integralmente transcrita por Sousa Viterbo, que a encontrou no Arquivo do Conselho Ultramarino (liv. 36 de Offícios, fol. 108v.). Dessa cópia reproduziremos a parte que diretamente interessa a esta obra, a saber: *Hei por bem lhe fazer mercê de o nomear (como por esta nomeio) no pôsto de capitão engenheiro com o mesmo sôldo que forão André de Brito Gramacho, e Nicolau de Abreo de Carvalho, e gozará de tôdas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas, que em razão dêle lhe pertencerem, com obrigação porém de ditar na Aula militar da sobredita cidade da Bahia defenças de praças, expugnação delas e Geometria especulativa, tôdas as vêzes que não houver official determinado por mim que haja de ter êste exercíciio. Pelo que mando ao meo V. Rei)*. Pelos consideranda da referida carta patente verifica-se que quando Caldas foi enviado para a ilha do Príncipe, isto é, em 1755, já existia a aula militar, porque dizia o Rei que, em virtude da resolução de 21-8-1755 fôra *servido ordenar ao V. Rei da Bahia escolhesse um engenheiro dos melhores que houvesse na Aula militar daquela cidade*. Em 1767 a referida Aula ainda existia, porquanto entre os nove trabalhos topográficos organizados por Caldas e existentes no Arquivo Militar do Exército Brasileiro, há um relativo à barra e rio do Espírito Santo, na Capitania do mesmo nome, então governada pelo Conde de Azambuja. Pois bem, pela transcrição literal que faz Sousa Viterbo do título dessa planta, verifica-se que foi *tirada*, isto é: feita, por Caldas, *com exercício de Engenheiro e Lente da Aula Régia de Fortificações da B^a*, foi a mesma copiada por um ajudante seu: *Joam de Afonça Bitencourt, Praticante com Partido na mesma Aula, o qual acompanhou ao d.^o Lente nesta delig^o B^a 10 de 8br^o de 1767*. Do que ficou escrito nas linhas acima, verifica-se não só a existência no ano de 67 daquela aula, como também que Caldas a denomina de *Aula Régia de Fortificações da Bahia*. Concluiremos estas observações ao chamar a atenção do leitor para o fato que Caldas ali *ensinou geometria especulativa*, o que poderemos interpretar como sendo

geometria teórica. A 13 de outubro de 1768, Caldas era promovido a sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro.

Entretanto, o oficial do Exército Brasileiro Adailton Sampaio Pirassinunga, que tem versado assuntos ligados ao ensino militar, escreveu na *Revista Militar do Brasil* (Ano XXVI, nº 2, Abril a Junho de 1936) que uma *Aula de Fortificação e Artilharia* fôra posta a funcionar em 1774 na Bahia. Fôra seu criador o Governador e Capitão General D. Manuel da Cunha Meneses, feito mais tarde Conde de Lumiar. É, pois, o caso de saber: esta aula, devidamente ampliada, teria sido sucessora da outra? Ou teria havido solução de continuidade entre o funcionamento de ambas? Pela declaração de A.S. Pirassinunga conclui-se que houve solução de continuidade. De qualquer maneira, o fato concreto é que teve curta duração, o que se explica, pois os oficiais e praças que nela deveriam ser matriculados tiveram de seguir, uns para o sul com os seus regimentos, e outros foram mobilizados nas célebres obras de fortificação levadas a efeito para defender a cidade do ataque da frota espanhola, cuja chegada era a todo momento anunciada. Deixou, assim, de ter a Bahia um valioso estabelecimento militar e de divulgação da geometria e do desenho.

3) *Uma escola militar no Pará.*

Florêncio Manuel de Bastos, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, foi nomeado em 1767 por D. José I para servir no Grão Pará. Informa Sousa Viterbo que Bastos era criatura obrigada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês do Pombal, *que foi quem fundou uma escola militar nos estados do Grão Pará*. Diz, mais, o proveto historiador português que: *É de crer que Bastos fôsse um dos discípulos dela*. E transcreveu a carta copiada do Arquivo do Conselho Ultramarino, *Papéis do Brasil*, número de ordem 488. Ora, sabendo-se que Francisco Xavier de Mendonça Furtado fôra, a partir de 1751, Governador e Capitão General do Grão-Pará e Maranhão, deduz-se que a referida escola foi fundada naquela época. Teria ela contribuído para a difusão do conhecimento do desenho e da arquitetura?

4) *O colapso da ação dos Jesuítas em matéria de arte: em 1759 no Brasil, e em 1767 nas Missões.*

Até que pelo alvará de 3 de setembro de 1759 os Jesuítas foram obrigados a retirar-se de Portugal e seus domínios, eles tinham perseverado na tarefa de ensinar, no Brasil, aos ameríndios não só múltiplas artes mecânicas (alvenaria, cantaria, carpintaria, ferraria, fundição, gravura de metal, trabalho de bronze, douração, to-

rêutica, relojoaria, fiação, tecelagem, tapeçaria), como trabalhos especializados (os relativos às esferas astronômicas e à gnomônica, ou construção de relógios de sol) e, também, belas artes. A êsse respeito muita coisa ficou dita em páginas anteriores.

Controvérsias houve no Brasil, um século depois, a respeito de terem os ameríndios sido ou não os aprendizes dos filhos espirituais de Loiola. Não faltou, assim, quem admitisse a hipótese de haverem sido negros escravos os que trabalharam nas Missões do Paraguai. De fato, François-Eugène Garay de Monglave, literato francês, que esteve no Brasil em 1814 e em Portugal em 1819, escreveu, em sua *Histoire des missionnaires*, que os aprendizes dos Jesuítas nas Missões tinham sido negros escravos instruídos na Itália. A opinião dêsse ilustre francês, fundador do Instituto Histórico da França (1833), suscitou no Brasil controvérsias. E foi para esclarecer êsse assunto que o Instituto Histórico Brasileiro sorteou, na sessão de 27 de fevereiro de 1841, um tema do teor seguinte: *Onde aprenderam e quem foram os artistas que fizeram levantar os templos dos jesuítas em Missões e fabricaram as estátuas que ali se acham colocadas? N.B. A pessoa que tratar desta questão deverá ter em vista a opinião do Sr. Monglave, que pretende que êsses artistas eram negros, escravos dos Jesuítas, que êstes mandavam instruir na Itália.*

Êsse tema foi desenvolvido, na sessão do Instituto de 17 de março de 1842, pelo sócio efetivo Desembargador Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, bahiano ilustre, intelectual de alto valor, magistrado, político e diplomata. A explanação foi publicada na *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico* (Tomo Quarto, págs. 65 a 80, ano de 1842). Depois de um erudito estudo sobre a ação dos Jesuítas que se tornaram grandes artistas na Europa, Silva Pontes prova que os Jesuítas sempre procuraram aproveitar as aptidões naturais dos ameríndios para quaisquer artes e ofícios. E traz a respeito o testemunho de autores como o Padre Charlevoix (exarado em sua *História do Paraguai*) e do Padre João Daniel (no *Tesouro do Amazonas*). Abundando em outras considerações, as mais acertadas, o autor do estudo chegou às seguintes conclusões: *Parece-me portanto que, à vista dos fatos coligidos, cujo número seria suscetível de considerável aumento, se necessário fôsse, posso dar por demonstrado que os Jesuítas cultivavam as artes liberais ou mecânicas; que os indígenas da América são dotados de um talento especial para umas e outras; que em consequência do método seguido pelos Missionários da Companhia na conversão e civilização das nações bárbaras, é mui provável que lançassem mão do ensino das artes, cujos segredos possuíam, para converter e civilizar os bárbaros americanos; que esta conjectura se torna em fato certo e verificado pela história; que, existindo na América*

mestres das artes entre os Jesuítas, e habilíssimos oficiais delas entre os seus neófitos, é igualmente mui provável que êstes, dirigidos por aquêles, fôsssem os construtores dos templos das Missões do Paraguai; que entre uns e outros se devam também provavelmente encontrar os artistas, autores das estátuas achadas nos mesmos templos; que esta conjectura toma da mesma sorte o caráter de certeza «ex vi» do testemunho dos mesmos Jesuítas, principalmente quando se considera que êles desviavam cuidadosamente os Índios do trato e comunicação de profanos; e que sem ofender a delicadeza de um erudito como o Sr. Monglave, será lícito discordar da sua opinião, assim pelas razões expostas, como porque os Jesuítas nunca tiveram negros escravos nas Missões do Paraguai.

A hipótese aventada por Monglave, isto é, da possibilidade da ida de negros, escravos dos Jesuítas, a Roma, a fim de se aperfeiçoarem nas artes também pode ser refutada à vista do livro *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus*, escrito pelo Padre Jesuíta Pablo Hernandez. Nessa obra, de subido valor, se estuda tudo quanto diz respeito aos povos das antigas missões do Paraguai.

O mesmo corre com o livro do Cônego João Pedro Gay: *História da República Jesuítica do Paraguai*. O Cônego Gay, francês, viveu durante algum tempo no Rio de Janeiro e foi vigário (1849) da igreja paroquial de São Francisco de Borja de Missões, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Não menos valiosa é para o estudo daquelas missões a obra do historiador riograndense Dr. Aurélio Pôrto: *História das Missões Orientais do Uruguai*. E subsídios interessantes, a respeito do mesmo assunto, são encontrados no livro *O Rio Grande do Sul* de Wolfgang Hoffmann Harnisch, e em *Pôrto Alegre, Biografia de uma cidade*.

Foi em 1609 que teve lugar a criação da Província Jesuítica do Paraguai. E os três primeiros Jesuítas que lá foram ter, em 1588, João Saloni (catalão), Manuel de Ortega (espanhol) e Tomás Filds (irlandês) eram, provenientes da Província Jesuítica do Brasil.

Iniciada no século XVII, a obra dos Jesuítas se estendeu nas Missões até parte do século XVIII, isto é, de 1610 a 1767. Foi nesse ano que, por decreto de 2 de abril, o Rei Carlos III da Espanha expeliu os Jesuítas do Reino e das respectivas colônias. No ano seguinte o Governador de Buenos Aires D. Francisco de Paula Bucareli y Ursua punha em execução as ordens recebidas de Madrid.

Como é sabido essas missões, povos, doutrinas ou reduções, chegaram a ser em número de trinta e três. Estendiam-se: de oeste a leste, desde a margem oriental do Rio Paraguai até o limite

ocidental do bosque de Ijuí (no atual Rio Grande do Sul); de norte a sul, desde a grande curva formada pelo rio Tebicuari-guaçu, até a margem ocidental do rio Uruguai, em região fronteira ao rio Ibicuí. Desta sorte, a missão mais septentrional foi Santa Maria da Fé; a meridional foi Iapeiu; a ocidental, Santo Inácio Guaçu; e a mais oriental, Santo Ângelo. Concentradas tôdas estavam, pois, em região rica, abundantemente servidas de volumosos rios, verdadeiras estradas de comunicação entre elas e o Rio da Prata, e convenientemente isolada. Tôdas estavam na zona de influência da Espanha fixada pela linha divisória do tratado de Tordesilhas. A maioria ocupava terras que hoje pertencem à Argentina, outras estavam em porções do Paraguai, prôpriamente dito, e sete ficavam situadas ao oriente do Rio Uruguai, no território do atual Estado do Rio Grande do Sul, a saber: São Borja, Santo Ângelo, São Luís, São Miguel, São Lourenço, São Nicolau e São João. Eram conhecidas pelos espanhóis, em conjunto, como *Sete Doutrinas* ou *Doutrinas do Tapé*. Tapé queria dizer grande povo. Só em 1801 é que tem lugar a sua definitiva incorporação ao Brasil, sob a generalizada denominação da *Sete Povos* ou *Comarca das Missões*. E, assim, o Paraguai também teve o *Distrito de Misiones* e a Argentina o *Território Nacional de Misiones*.

O Padre Hernández, com o intuito de provar quão numerosas e valiosas eram as artes e ofícios ensinados aos índios guaranis nas missões, escreveu: *En el Inventario del pueblo de los Santos Mártires encontramos detallados los oficios y utensilios para*: «*Herreria, Plateria, Sombrereria, Torneria, Arperia (fábrica de arpas e instrumentos músicos), Retablistas, Carpinteria, Barrileros, Carreteros, Albañiles, oficina de teja, Rosanieros, Curtidores*». Confessa o Padre Hernández que essa relação, copiada do Padre Cardiel, era a mais completa que tinha visto. E acrescenta que o Padre Cardiel também fizera referência a douradores.

Os guias dos guaranis eram os próprios padres Jesuítas, e quando entre eles não havia quem possuísse aptidões, procuravam trazer da Europa os que competentes fôssem no mister. Êsses eram os Irmãos coadjutores. Assim, nas artes e ofícios, seu aprendizado e divulgação se notabilizaram: o Irmão Carlos Franck, perito ferreiro e proveto mecânico; o Irmão Salvador Conde, bordador; o Irmão João Wolf, carpinteiro; o Padre Francisco Molina, chileno, emérito na fundição do bronze para sinos e na feitura de ornatos de metal para as igrejas; o Padre Andrés de la Rúa, que em 1627 estabeleceu em Itapúa, teares para fazer roupas de algodão. Por sua vez, o Padre Antônio Sepp (outrora barão e fidalgo do Burgo de Kaltesregg, no Tirol), excelente músico, foi fabricante de instrumentos de música e soube extrair das pedras do território de São João o ferro necessário ao preparo de ferramentas dos ofícios mecânicos. A impressão de catecismos, orações e cânticos foi

obra do Padre José Serrano. E a imprensa, pròpriamente dita, foi montada por um Irmão coadjutor de nacionalidade alemã.

Do exposto nas linhas anteriores não se pode deduzir que os Irmãos, peritos em artes e ofícios ou mesmo em belas artes se limitassem a ensinar, pois, segundo escreve o Padre Hernández êsses coadjutores *ayudaban à los Padres y los indios con el ejercicio de sus respectivas profesiones*. Já com o ensino da música não ocorria o mesmo, pois eram geralmente padres os que a divulgavam. Tal é o caso dos Padres Florian Ponke e João Fecha.

Além das artes e ofícios mecânicos, os Jesuítas desenvolveram a agricultura (plantando milho, mandioca, batatas, algodão, cana de açúcar, trigo, frutas, tabaco e cultivando artificialmente a árvore da erva mate) e a criação (gado vacum e lanar). E dentre os peritos nesses assuntos havia homens do valor do Padre Segismundo Aperger, famoso pelos seus conhecimentos de botânica. Aliás, o seu renome em assuntos de medicina não era menor.

Para o exercício das belas artes os Jesuítas também traziam da Europa os irmãos coadjutores especialistas em arquitetura, escultura, pintura. Em petição dirigida, em 1632, ao Padre Geral Múcio Vitelleschi se tornava patente a necessidade de virem da Europa para as Missões alguns irmãos coadjutores e dentre êsses um deveria ser pintor *para hacer los retablos de iglesias y casas*. Mas além da vinda de homens aptos, também se solicitava o envio de livros e utensílios. Pelo que o referido padre geral informava, em 1634, a respeito de uma carta recebida do irmão Cardenosa, o seguinte: *El libro de architectura y dibujos que pide, procuraré que vayan en la primera ocasión*.

Os missionários provieram primeiro da Espanha. Depois é que vieram de outros países. Mas isso só foi a partir de 1703, quando a Espanha autorizou que um têrço das expedições fôsse constituída de missionários estrangeiros. Em 1707 o Rei da Espanha autorizou que dita proporção passasse a dois terços, sendo vassalos seus, do Papa ou de nações submetidas à Coroa. A média de cada expedição era de quarenta a sessenta missionários, e havia uma cada seis anos.

Além dos antes mencionados, não poucos outros homens notáveis foram encaminhados e empregados nas Missões. No século XVIII foi diretor das construções o antes citado irmão coadjutor Carlos Franck, que também se destacou como escultor, pintor e especialmente como arquiteto. Bartolomé Cardenosa — antes citado —, arquiteto, foi considerado perito em *fábricas de edificios*. O Irmão José Brasanelli foi outra notabilíssima figura entre os artistas missionários. Nascera em Milão a 6 de janeiro de 1659. Estudou em Roma com os mais ilustres arquitetos e escultores da época, ingressando na Companhia de Jesus a 6 de dezembro de 1680. Devia ter chegado nas Missões em 1691. Num catálogo

de 1703 figura como *statuarius architectus*: estatuário — arquiteto. Fêz, como arquiteto, as catedrais de Itapúa, Loreto e São Borja (hoje inexistente). Na qualidade de escultor executou, entre outras obras, a estátua de São Borja que existe na igreja de N.S. da Conceição do Passo-de-São Borja, isto é, a igreja matriz.

Outro milanês que empregou sua grande competência nas Missões foi o Irmão João Batista Primoli. Nascera em Milão, a 10 de outubro de 1673. Ingressou na Companhia a 11 de janeiro de 1716 e chegou ao Rio da Prata em 1717. Era excelente arquiteto de profissão, tendo dirigido, antes de dirigir-se às Missões, os mais importantes edifícios da época. Sua capacidade de compositor de arquitetura ficou primeiro consagrada em Buenos Aires. Ali prosseguiu, a partir de 1729, as obras da Igreja de Santo Inácio, ou Igreja do Colégio dos Jesuítas, fêz a fachada e as torres da Catedral, erigiu o hoje histórico *Cabildo*, a Igreja da Mercê, a da Recoleta Franciscana e a de Nossa Senhora de Belém (atualmente paróquia de São Telmo). Em Córdoba trabalhou na Catedral (começada em 1680 e somente terminada em 1783, isto é, depois da expulsão dos Jesuítas) e no colégio e igreja dos Jesuítas (cujas obras levaram quase cem anos, tendo sido suspensas em 1690). Em 1735 estava em São Miguel e durante nove anos, à frente de mil obreiros, erigiu a majestosa e famosa igreja de feição jesuítica, cujas ruínas foram há poucos anos preservadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico. Voltando a Buenos Aires, exerceu o cargo de inspetor de edificações religiosas e dentre elas a de Nossa Senhora de Lujan. Em 1744 estava novamente nas Missões, dirigindo as obras da igreja da Trindade. Vindos da Europa também figuraram, durante o século XVIII, mais outros Jesuítas como construtores e arquitetos. Assim o Irmão coadjutor João Krauss (de Pilsen, na Boêmia) foi o autor da segunda igreja de Santo Inácio, ou do Colégio dos Jesuítas, em Buenos Aires, inaugurada a 31 de julho de 1772. Esclareça-se, pois, que a primitiva capela foi demolida em 1661, para dar lugar à primeira igreja, inaugurada no ano seguinte. Coube igualmente a Krauss difundir o uso da cal (material inexistente nas Missões) e do tijolo em Buenos Aires, trabalhar nas obras da igreja de São Tomé, construir a casa do Noviciado em Córdoba e levantar com o já referido Padre Sepp a igreja de São João, nas Missões. E os demais foram: o Irmão André Bianchi (italiano, auxiliar de Primoli, e autor da igreja do Pilar de Buenos Aires), José Smith e Antônio Forcada.

Mas um arquiteto de origem americana também trabalharia nos povos jesuíticos. Tal foi o Padre Roque González de Santa Cruz, natural de Assunção, oriundo de nobre família do Paraguai. Autor da reedificação do povo de Santo Inácio, aproveitou a

ocasião para substituir os miseráveis galpões onde viviam em promiscuidade os ameríndios, pelos edificios dispostos em quadras, à moda espanhola, isto é, edificações dispostas em torno de grandes áreas ou pátios. Praticando por intuição a carpintaria e a alvenaria, chegou, com aquela concepção e a construção da nova redução, a arquiteto. E a planta dessa redução ficou servindo dali por diante de modelo. Coube-lhe levantar, também, as reduções de Conceição, São Xavier e Iapeiu (território argentino), manter estabelecida a de São Nicolau de Piratini e iniciadas a da Candelaria, as duas de Assunção do Ijuí, e a de Todos os Santos do Caró. Foi o primeiro mártir da diocese de Buenos Aires.

E parece que o Padre Antônio Ruiz de Montoya, Procurador da Província Jesuítica do Paraguai, autor da obra *Conquista espiritual del Paraguai* —, também se dedicou à arquitetura, porquanto o Dr. Rodolfo García escreveu, em nota exarada à pág. 23 do apêndice do livro *História da República Jesuítica do Paraguai*, do Cônego João Pedro Gay, que: *O padre Antônio Ruiz de Montoya achando-se em Lorêto, traçou as plantas das igrejas de Lorêto e de Santo Inácio-miri, e por falta de mestres, que os guairemos lhe arrebataram ensinou aos índios êsses serviços.*

A afirmação do douto historiador e acadêmico contradiz — em relação à igreja de Lorêto — a afirmação quase generalizada entre historiadores argentinos que dito templo fôra projetado, como ficou dito em linhas anteriores, por Brasanelli.

Os guaranis que desejavam dedicar-se à pintura, e eram julgados com as aptidões necessárias, freqüentavam *estúdios*, onde um mestre, senhor da arte, que tinha o título de *Alcaide*, lhes ministrava os segredos da pintura.

Dentre os pintores, trabalharam na arte e a ensinaram aos guaranis, os seguintes, que foram os mais notáveis: Assim, Irmão coadjutor Bernardo Rodriguez, espanhol, foi o autor da célebre imagem de Nossa Senhora-a-Conquistadora. O Irmão coadjutor Luís Verger (ou Berger, segundo alguns autores), francês, estava considerado como homem verdadeiramente notável, pois além de pintor era escultor, músico (violinista), professor de dança, conhecedor de assuntos de prataria e prático na medicina. Chegado na expedição de 1616, fêz logo no ano seguinte a escultura da imagem da Imaculada Conceição que serviu para inaugurar a nova igreja da Conceição; pintou um quadro para a igreja de São Carlos; um outro dos Sete Arcanjos, que figurou no templo da redução assim também denominada, na comarca do Taioba (nome do principal daquele território), próximo aos campos de Guarapuava, no hoje Estado do Paraná; e foi o autor da imagem da Virgem dos Milagres do templo dessa invocação em Santa Fé (1653). E na missão de

Santo Inácio Guaçu ensinou aos guaranis a pintura e a música. Outro pintor foi o Irmão coadjutor José Grimau, que trabalhou, entre outros lugares, em São Miguel (1745) e em São Luís (1749).

Na escultura, a obra dos artistas seguia diversas diretrizes. Já desde o realismo ascético e doloroso do *imaginário* espanhol Alonso Cano (1601 — 1667), de que é exemplo o magistral São Pedro de Alcântara da Igreja do Pilar de Buenos Aires (1732), até o realismo dos corpos nus do modelo italiano, como servem de prova o insuperável Jesus Crucificado da acima citada igreja do Pilar de Buenos Aires e o retrato de São Gregório Magno do Museu de La Plata. Essas são diretrizes puramente européias. Mas havia obras que se filiavam à diretriz autóctone. Feito sem observação dos modelos europeus, o realismo escultural dos guaranis plasmou nas suas imagens e retratos características tais que não só as feições, os ornatos e até mesmo os detalhes tem o sêlo da raça dos obreiros. Assim, notabilíssimo pela feição ameríndia que apresenta é a *Cabeça de Cristo* (século XVIII) que pertence ao colecionador argentino Alfredo González Garaño. Não menos digno de justo apreço como modelo de arte jesuítica-guarani, na sua expressão, posição das mãos e original estilização das madeixas do cabelo e da túnica e capa, é a estátua em madeira da Virgem Maria, existente no Museu Júlio de Castilhos. O material empregado pelos guaranis nas suas esculturas foi a madeira. E a policromia e a douração completaram sempre a obra dos escultores e entalhadores. E já que nos referimos à entalhadura apontemos, pela sua feição autóctone guarani, a obra ornamental, com o anagrama da Virgem, que pode ser visto no Museu de La Plata. Por sua vez, serve de exemplo de pintura feita por guaranis a tela *A virgem e o menino* (século XVIII), de propriedade do historiador e crítico de arte argentino Enrique A. Peña.

Entre os Inacianos que colaboraram na construção da igreja dos jesuítas de Córdoba, deve ser mencionado o Padre Felipe de Lemer (ou Lemor), hábil engenheiro, construtor do madeiramento de cedro das abóbadas, tarefa que consumiu doze anos. Esse notável jesuíta belga, sabia trabalhar com a madeira porque fôra construtor naval na Inglaterra, Portugal e Brasil. Muitíssimo contribuiu, também, para a feitura de móveis hoje vulgarmente conhecidos como *coloniais*, tanto aqui como na Argentina e que na realidade são D. João V.

Com as ricas madeiras do Paraguai puderam os Jesuítas e os guaranis criar e difundir os belos modelos de mobiliário que hoje são disputados a preço de ouro pelos colecionadores. O cadeirame da Catedral de Córdoba e a coleção de móveis de Antônio Barreto, em Buenos Aires, servem de exemplos, na Argentina, de tais obras em madeira.

Diga-se, por fim, alguma coisa sobre os edifícios missionários existentes no atual território argentino. Santo Inácio é o antigo templo jesuítico cujos restos ainda se encontram melhor conservados. Observa-se nas ruínas do edificio dos armazens, como coisa notável, o funcionalismo do arco e do portal de entrada. Outros lugares das missões da Argentina onde ainda podem ser observados vestígios daquele esplendoroso passado artístico, são Candelária, Santana, Lorêto, Santo Maria-a-Maior, Corpus, Apóstolos e São José. E no Paraguai ainda podem ser apreciados bastantes elementos arquitetônicos nos lugares das antigas reduções de Itapuá, Trindade (a que está em melhor estado), Jesus e São Cosme. A igreja de São Cosme e São Damião fôra fundada em 1634 na região jesuítica do Tape, no Brasil, proximidades do rio Igai. Devido as incursões dos bandeirantes paulistas foi transferida para a margem do rio Paraná, unida à redução de Candelária e depois novamente mudada para o extremo septentrional daquele rio. A feição de suas decorações em madeira é indígena. Notável é o pórtico de pilares monolíticos de pedra, com os cantos chanfrados e de mais de três metros de altura. Esses prismas, com base moldurada e capitel cúbico, também moldurado, evidenciam até onde chegou o trabalho de cantaria dos guaranis sob a direção de mestres jesuitas.

5) *A conversão da «Aula de Fortificação» em «Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro» e a restrição, conseqüente, da aprendizagem do desenho.*

Em 1767, a *Aula de Fortificação* sofreu transformação, passando a denominar-se *Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro*. Isso decorria da modificação da estrutura das tropas do Brasil. Instalada, até então, nas próprias fortificações da cidade, a Aula passou daquele ano em diante a funcionar junto à tropa de artilharia sediada na zona militar do Rio de Janeiro. Sente-se, com essa providência, que a fortificação passava para segundo plano, ocupando a artilharia o primeiro. A conseqüência imediata dessa providência foi a diminuição do valor da aprendizagem do desenho, pois tal estudo ficou circunscrito ao campo da artilharia.

6) *Um livro de brasileiro sobre arquitetura, em 1770.*

Matias Aires Ramos da Silva de Eça, natural de São Paulo (1705) escreveu um livro, inédito até que veio a falecer, sob o título de *Problema de Arquitetura Civil*. Foi publicado por seu filho Manuel Inácio Ramos da Silva de Eça, em Lisboa, no ano de 1770. Apareceu uma 2ª edição em 1777-78. Tem mais de 600

páginas, estando dividido em duas partes: *Por que razão os edificios antigos tinham e têm mais duração que os modernos? E êstes por que razão resistem menos ao movimento da terra quando treme?* Entretanto, conforme comenta com acêrto Luís Camilo de Oliveira Neto, na apresentação do livro de Ernesto Ennes: *Dois Paulistas Insignes, José Ramos da Silva e Matias Aires Ramos da Silva de Eça* —, «As questões relativas à construção dos edificios foram simples pretexto de que se aproveitou Matias Aires para divulgar ao público da língua portugueza, tudo que chegara ao seu conhecimento e as conclusões dos seus estudos e das suas experiências, sobre fenômenos naturais». Tais estudos e experiências puderam ser realizadas por Matias Aires, clássico e moralista, autor das *Reflexões sobre a vaidade dos homens* ou *Discursos morais sobre os efeitos da vaidade* (Lisboa, 1752, 1761, 1778 e 1786, e Rio de Janeiro, 1921), em virtude dos conhecimentos de física e de matemática que aurira durante cinco anos de permanência em Paris. Voltado para as questões fisico-naturais, satisfazia, com as experiências e verificações que realizou, seu espirito eminentemente científico, divulgando ao mesmo tempo o que de novo havia sobre a matéria na França, e preparando-se com vasto cabedal de cultura para poder exercer o cargo de Provedor da Casa da Moeda de Lisboa, onde substituiu o progenitor e se manteve até 1761, isto é, dois anos antes de seu falecimento. Teria o *Problema de Arquitectura* sido conhecido no Brasil daqueles tempos?

7) Uma aula de geometria em São Paulo

Uma tentativa de criação de aula de geometria teve lugar em São Paulo no ano de 1770. Assim, D. Luís Antônio de Sousa, Governador daquela Capitania, se dirigiu a 26 de novembro aos Padres Menores da Mesa Definidora da Província de Santo Antônio dos Reformados, dizendo que já representara ao Padre Provincial Frei Inácio de Santa Rita Quintanilha sobre a grande falta que havia de pessoas competentes em geometria. Propunha, pois, para implantar êsse novo ensino, que fôsem concedidos os indispensáveis privilégios ao Padre Frei José do Amor Divino Duque, nomeado para o cargo. A aula passaria a funcionar no convento dos referidos padres. No ano seguinte (1771), a 17 de setembro, o governador fazia conhecida, por meio de *bando*, sua determinação de abrir a aula de geometria, declarando que tendo sido afixados editais desde 23 de janeiro para a matrícula de alunos na referida escola e fixada a abertura da mesma para o mês de agosto, nela deveriam inscrever-se os que, preparados em contas, fôsem *militares em quem se descobrir agilidade para se aplicar a esta Arte, como também todos os estudantes e pessoas*

conhecidamente curiosas. E se de um lado prometia-se grande vantagem aos que se inscrevessem, qual fôsse a isenção do recrutamento forçado, por outro lado ameaçava-se com castigo a todo aquêle que faltar em cumprir esta determinação logo em continente se lhe sentará praça, por se considerar como vadio, inútil à República e desprezador do serv^o de sua Mag. Pelo térmo de vereança de 2 de janeiro de 1772, do escrivão da Câmara, em que se declara *não haver mais que despachar*, parece que os dois oficiais da Câmara, o procurador e o juiz ordinário nada puderam providenciar sobre êsse assunto relativo ao bem comum e ao progresso das artes.

8) *A «Aula Militar» em substituição à «Aula do Regimento» e suas transcendentais conseqüências: nova ampliação do ensino do desenho e início dos estudos de Engenharia no Brasil*

A já citada providência tomada para converter a *Aula de Fortificação* em *Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro* e a conseqüente restrição feita ao ensino de desenho, haveria de forçosamente ter caráter transitório, pois com o decorrer do tempo constatar-se-ia quão desacertada fôra. Dessa forma não poderia causar surpresa que, em 18 de setembro de 1774, dita *Aula* ficasse acrescida do ensino da *engenharia militar*, denominação que então se dava ao estudo e planejamento das fortificações. Lógico era que o estabelecimento mudasse de nome. Assim foi, pois daí por diante teve a denominação de *Aula Militar do Regimento de Artilharia*. Coube então a missão de *lente* ao Tenente-Coronel Antônio Joaquim de Oliveira, vindo especialmente de Portugal. Ficava obrigado a ensinar arquitetura militar a seus *aulistas praticantes*, escolhidos pelo 11.^o Vice-Rei do Brasil D. Luís d'Almeida, Portugal, Soares, Alarcão, Essa, Melo, Pereira, Aguilar, Fiel de Lugo, Mascarenhas, Silva, Mendonça e Lencastro, 2.^o Marquês do Lavradio e 5.^o Conde de Avintes. Pelo que antes ficou exposto, se verifica que a *Aula Militar* atenderia a duas finalidades: formar artilheiros e preparar os oficiais técnicos de engenharia. É, portanto, daquela data que deve ser considerado o início do ensino de engenharia em nossa Pátria.

De tão valioso estabelecimento de ensino saíram oficiais que nos seus trabalhos revelaram extraordinário valor. Exemplos típicos foram: Alexandre Elói Portelli, que chegou em 1801 a coronel do corpo de engenheiros; e Antônio de Sousa Coelho, ajudante de engenheiro. Ambos eram portugueses e auxiliaram o patricio sargento-mor e, depois, Brigadeiro Francisco João Róssio, inspetor das fortificações desta cidade, nas importantes obras realizadas pelo mesmo para a defesa do pôrto. Também deve ser recordado

Antônio Rodrigues Montesinho, distinguido por ser dos melhores *aulistas* com a promoção a 2.º tenente e ingresso no Real Corpo de Engenheiros.

9) *A «Academia do Nu», de Lisboa.*

Devido à iniciativa do pintor Cirilo Volkmar Machado foi fundado esse útil estabelecimento de ensino artístico, cuja abertura teve lugar a 16 de maio de 1780. Nela ensinaram desenho e estudos do nu os artistas Francisco Vieira Lusitano e Inácio de Oliveira Bernardes, cabendo a Simão Caetano Neves o ensino da perspectiva, da geometria e da arquitetura. Foi diretor da mesma o pintor Pedro Alexandrino de Carvalho (1730-1810), o *Fra presto* português, também conhecida pela designação de *pintor dos frades*. A instituição sofreu bastantes vicissitudes, tendo sido fechada duas vezes, e reaberta, conforme se verá mais adiante como parte integrante da *Real Casa Pia*. Quantos naturais do Brasil a teriam frequentado?

10) *A «Aula Pública de Desenho de Lisboa» e sua bem provável influência no Brasil.*

Pelo alvará de 23 de agosto de 1781, a Rainha de Portugal D. Maria I, mandou estabelecer na capital do Reino uma *Aula Pública de Desenho*, subordinada à Real Mesa Censória. Foi seu fundador o Intendente de Polícia Diogo de Pina Manique. Foi Joaquim Manuel da Rocha (1730-1786), o primeiro professor de *figura nua dessa aula*. Como foi forçosamente nela que estudaram muitos dos naturais do Brasil, idos à Metrópole, necessária e curiosa é a revelação de como a mesma fôra organizada.

Constituída de duas cadeiras, com um professor e um substituto cada uma, eram as mesmas classificadas como de *Desenho de História*, ou de *Figuras*, e de *Desenho de Arquitetura Civil*. A cadeira de desenho, cuja metodologia estava prefixada detalhadamente no referido alvará, visava o *que mais amplamente se entende, da imitação de tôdas as produções da Natureza, assim animadas como inanimadas*. A cadeira de arquitetura civil constituía, pela sua organização, uma verdadeira academia, pois o respectivo professor tinha que ensinar: a aritmética e a geometria elementar; as proporções das cinco ordens de arquitetura; a *distribuição das peças de qualquer edifício principiada por uma simples casa, dali a uma grande, a um Palácio, a uma Praça, um Convento, um Templo, segundo a habilidade que nêles (discípulos) achar; lembrando-se sempre de unir, quanto fôr possível, o cômodo com o majestoso, regular e agradável*; as noções de construção; o desenho da decora-

ção; e, por fim, a perspectiva. Os professores e substitutos gozavam dos *Privilégios de Nobres*. Os alunos eram *ordinários*, ou matriculados, e *extraordinários*, ou de frequência livre. O pior de tudo é que o Chanceler Mor do Reino, a quem cumpria fazer publicar o alvará tinha o sobrenome de *Enserrabodes*: Antônio Freire de Andrade Enserrabodes.

Quantos filhos do Brasil teriam passado pela aula pública de desenho de Lisboa? Não se sabe até hoje. Mas o que se pode afirmar é que o notável José da Costa e Silva lá ensinou arquitetura. Em Lisboa, onde gozou de justo renome, êle fêz os edificios do *Real Teatro de São Carlos e do Erário Novo*. Depois veio para o Rio de Janeiro. E os que ainda duvidarem dêsse fato podem ler no *Jornal de Belas Artes* (Lisboa, Impressão Régia, 1816) o seguinte a respeito de seu paradeiro: *hoje na côrte do Rio de Janeiro*.

11) A «*Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*» de Lisboa e a consequência dessa criação: a «*Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro*», onde se iniciaram os estudos oficiais de arquitetura civil

Para suprir a falta da *Aula de Engenharia* de Lisboa, suprimida pelo Alvará de 5 de agosto de 1779, foi criada naquela cidade pela Rainha D. Maria I, pela lei de 2 de janeiro de 1790, a *Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho*. Entre os homens eminentes que nela lecionaram se contou o francês Louis André Dupuis (ou du Puis), que antes servira no exército imperial da Rússia como tenente coronel de infantaria com exercicio de engenheiro. Além do cargo de diretor dos estudos da aula de desenho da Academia, exerceu, por ser também gravador, a função de regente de gravura da *escola de gravado*, anexa à mesma.

O excelente resultado obtido com o ensino ministrado na *Aula Militar* do Rio de Janeiro, pois os antigos *aulistas* demonstraram no exercicio de suas funções real capacidade técnica, bem como a criação da citada *Academia Real* de Lisboa, constituíram fatores que fatalmente haveriam de contribuir para a melhoria do ensino militar no Brasil. Assim, em virtude de carta enviada, em 1792, pelo 13.º Vice-Rei do Brasil D. José Luís de Castro, 2.º Conde de Resende, a D. Martinho Melo e Castro, Ministro de D. Maria I, a *Aula Militar do Regimento de Artilharia* foi transformada na *Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho da Cidade do Rio de Janeiro*. Talvez fôsse Joaquim Correia da Serra o inspirador dessa iniciativa. Considerado como homem de valor, era irmão do eminente Abade Correia da Serra. Fizera um *estudo seguido das Ciências Matemáticas, da Mecânica, da Arquitetura Civil e Militar, e das artes do desenho*, estivera na Itália muitos anos.

para adquirir maiores luzes instruindo-se debaixo (sic) dos melhores mestres e dera provas de seu preparo, assim em prática como teoricamente, no exame a que foi submetido, de ordem da Rainha D. Maria I, por um conhecedor: o Dr. Miguel Franzini. O requerimento em que Correia da Serra solicitava a mercê do pôsto de capitão de infantaria com exercício de engenheiro, e do qual extraímos as linhas acima grafadas, foi copiado por Sousa Viterbo na Torre do Tombo. A petição foi despachada favoravelmente, porquanto a carta patente de 1 de fevereiro de 1784 assim o evidencia. Acrescente-se que, desde 1780, Joaquim Correia da Serra e o irmão Abade já prestavam relevantes serviços na Academia do Nu de Lisboa, fundada naquele ano por iniciativa de Cirilo Volkmar Machado. A 13 de outubro de 1789, Joaquim Correia da Serra era promovido pela Rainha Dona Maria ao pôsto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro, para servir durante seis anos na Capitania do Rio de Janeiro. A 27 de novembro de 1797 atingia o pôsto de tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, ficando, porém, a respectiva confirmação fixada para quando voltasse ao Reino. Sendo *Desenhador, Arquitecto Civil e Militar* (Volkmar Machado), e tendo servido no Rio de Janeiro aos Vice-Reis Luis de Vasconcelos e Sousa (Conde de Figueiró) e ao Conde de Resende, é de presumir que valiosa tivesse sido sua atuação como profissional. Não teria êle colaborado nas obras levadas a efeito pelo Conde de Resende nesta cidade? Não teria sido êle — repetimos — o inspirador da transformação da *Aula Militar do Regimento de Artilharia na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*?

A Real Academia ocupava parte da Casa do Trem de Artilharia (depois Arsenal de Guerra), ao lado do quartel do Regimento de Artilharia, ou seja, na Ponta do Calabouço. Os respectivos *Estatutos* determinavam que o ensino seria subdividido entre o *Curso Matemático* e os *Exercícios Práticos*. O *Curso Matemático* abrangia seis anos, sendo que os cinco primeiros eram destinados ao estudo do desenho, da matemática, da artilharia e da fortificação, e o último, isto é, o 6.º ano, compreendendo os seguintes estudos: a arquitetura civil e o corte de pedras (hoje conhecido como estereotomia) e de madeiras (ou fitotomia), os materiais de construção, a construção de caminhos ou calçadas (as estradas de hoje), a hidráulica e a arquitetura das pontes, portos, canais, comportas e diques. Os *Exercícios Práticos*, estabelecidos, assim, pela primeira vez entre nós e mantidos até a atualidade em nossas escolas de engenharia, eram realizados fora do recinto escolar. Os do 6.º ano tinham lugar na obra que estivesse sendo dirigida pelo lente, na ocasião. Ali os alunos se exercitavam na construção. Observe-se que já é evidente a transformação que, para melhor,

apresenta o currículo escolar e que a inovação do ensino oficial da *arquitetura civil* e da construção correspondente deve ser assinalada como importantíssima. Esse foi, por conseguinte, o marco inicial dos estudos oficiais de arquitetura no Brasil.

Assinale-se, também, que pela primeira vez foi tornada obrigatória a prestação de exames, por meio de arguições, no fim de cada ano letivo. Por sua vez, havia exame de admissão para os candidatos. Assim, aos que se candidatavam à *profissão* de engenheiro era exigida, além de constituição robusta, vista perfeita e mão firme (condições também essenciais do bom desenhista), o conhecimento da matéria ensinada no 1.º ano, ou seja o Curso Matemático do Belidor. Aliás as obras do engenheiro Bernard Forest de Belidor, professor da Escola de La Fère: *Novo Curso de Matemáticas, Sumário de um Curso de Arquitetura civil e hidráulica, A ciência dos engenheiros na direção dos trabalhos de fortificação e de arquitetura civil, Arquitetura hidráulica e O Bombardeio francês ou o Novo método de lançar bombas com precisão*, foram aqui muito conhecidas e estudadas. E como eram escritas em francês, exigia-se dos alunos que demonstrassem, durante os três primeiros anos do curso, o regular conhecimento da língua. Todo o enorme esforço para proporcionar ensino era realizado por dois *lentes* (um para os cinco primeiros anos e o outro para o 6.º ano) e quatro *substitutos* para cada um deles. O primeiro *Lente* era obrigatoriamente o comandante do Regimento de Artilharia. O outro *lente* era nomeado pelo Rei, podendo o Vice-Rei fazer a respectiva indicação. Cabia aos *substitutos*, como a própria designação o indica, substituir os *lentes* em seus impedimentos, ajudá-los nas lições especulativas ou nos exercícios e encarregarem-se das lições de desenho, que duravam uma hora e um quarto nas segundas, quartas e sextas. Informe-se, como detalhe de alto valor, que o desenho era especializado, isto é, peculiar a cada ano do currículo escolar. Os alunos se dividiam em três classes: *militares* (oficiais, inferiores e praças dos Regimentos), *partidistas do número e particulares*. No seu primeiro ano de funcionamento (1793), a *Real Academia* teve 73 alunos.

12) *A «Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa para Oficiais de Infantaria.*

Em 1795 a *Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro*, era desdobrada, sendo criada, assim, a *Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa para Oficiais de Infantaria*. Isso constituía uma consequência do resultado infrutífero da inclusão de oficiais de infantaria na citada *Real Academia*.

O título da respectiva regulamentação era a seguinte: *Estatutos da Nova Academia de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa, erigida para os Officiais de Infantaria da Cidade do Rio de Janeiro. Ano de 1795*. Esse valioso documento faz parte das coleções do Arquivo Nacional, não tendo data do dia, mas assinalado o mês, que é o de novembro.

A matrícula no estabelecimento era obrigatória para os oficiais de infantaria e cadetes. O curso tinha a duração de dezoito meses, assim subdividido: os seis primeiros meses para a aritmética (ensinado pelo *Tratado de Bezout*); os seis meses seguintes para o aprendizado da Geometria (pelo Curso de Belidor); e os seis meses finais para o estudo da fortificação (livro adotado: *Elements de fortification* de Guillaume Leblond). Durante todo o curso havia ensino de desenho (pelo *Tratado de Buchotte*) e da língua francesa. Cada uma dessas *matérias* (designação que precedeu, portanto, a tão divulgada denominação de *cadeira*) era leccionado pelo *lente* privativo, inovação que já representava um grande passo para a especialização dos docentes. Essa medida visava abolir o professor politécnico ou enciclopédico, o que até então não fôra possível em virtude do pequeno número de capacidades para o magistério. As lições tinham lugar três vezes na semana, pela manhã, sendo uma hora destinada ao desenho. Quando tinham lugar os exercícios práticos o *mestre de desenho* deveria ensinar *o modo prático de representar as diversas configurações do terreno e de tirar as plantas militares*. Aquela denominação de *mestre* dada aos professores de desenho, em lugar da de *lente*, evidência que desde tempos bem afastados o desenho foi colocado em nossos programas de ensino em segundo plano. De tal maneira se arraigou na mente dos dirigentes da instrução oficial e do próprio país ser tal estudo o menos importante dos ensinamentos primário, secundário e superior que até bem poucos anos passados não havia em nossas Escolas de Engenharia *Cadeiras de Desenho*, mas simplesmente *Aulas de Desenho*. Por sua vez, a designação de *mestre de desenho* perdurou até bem depois de proclamada a República. Tudo isso constituía uma consequência da escravidão: o desenho constituía atividade mecânica e quem somente exercia essa atividade era o escravo. Logo: não sendo o desenho atividade essencialmente cerebral, era de categoria inferior. Esqueciam-se, porém, os que raciocinavam dessa errônea maneira de que não pode haver desenho de composição sem intervenção do cérebro...

- 13) As instituições escolares oficiais de Pernambuco: «Aula de Fortificação», «Academia Militar» e «Aula de Geometria».

Esparsos e certamente incompletos são os subsídios que conseguimos colher sobre as instituições militares de Pernambuco

que proporcionaram naquele tempo, ensinamentos de desenho, de engenharia ou de arquitetura.

Sabe-se que em 1719 funcionava no Recife uma *Aula de Fortificação*, pois João de Macedo Côrte Real, que fôra nomeado, a 18 de fevereiro de 1707, sargento-mor engenheiro daquela Capitania, quando foi elevado, a 23 de março de 1719, ao pôsto de tenente-general de artilharia (acumulando os proventos de sargento-mor-engenheiro), lecionava na aula, como é prova a carta patente do Rei D. João V, que diz: *estando atualmente lendo na aula de fortificação com grande aproveitamento*.

Depois, a 1 de março de 1788, são aprovados pelo Governador Geral da Capitania D. Tomás José de Melo os estatutos da *Academia Militar em que se ensinem aquelas partes mais essenciaes do Curso Matemático de Belidor e Bezout, que necessário seja para qualquer ação do real serviço*.

E por odem régia de 1795 fica criada na cidade do Recife uma *Aula de Geometria*, sendo encarregado de lecionar a matéria o Capitão de infantaria Dr. Antônio Francisco Bastos. Funcionava no quartel do Regimento de Artilharia. Em 1809 a aula ficou acrescida da cadeira de cálculo integral, mecânica e hidrodinâmica. Com essa providência visava-se preparar os estudantes de artilharia e engenharia da Capitania. O citado Capitão Bastos passava, com a patente de sargento-mor de infantaria, a lecionar a nova disciplina, sendo substituído nas funções que até então exercera pelo lente Joaquim Inácio Lima.

14) *Militares portugueses e estrangeiros a serviço, no Brasil, da engenharia e da arquitetura.*

Estamos convencidos, em virtude de atenta observação dos processos técnicos e artísticos empregados, de que o progresso da construção, da arquitetura e da engenharia do Brasil, bem como a divulgação dos respectivos ensinamentos, também foi devido aos *fortificadores* ou *arquitetos militares* oriundos de Portugal.

Alguns não tinham cursado escolas, mas vieram servir como oficiais de infantaria *com exercício de engenheiro*. Isso ocorria em virtude dos serviços prestados nas praças-fortes de Portugal, onde tinham adquirido uma prática tão grande que supria de alguma sorte a indispensável teoria. Serão citados, pois, os nomes dos que, em tal situação, maior destaque tiveram. Assim, Cristóvão Álvares, serviu — de 1620 a 1654 — como engenheiro na Capitania de Pernambuco, prestando relevantes serviços contra os holandeses. Um engenheiro francês, Felipe Guitau, que foi servir em Portugal, veio em 1653 para o Brasil em companhia do Conde de Atouguia para exercer o cargo de engenheiro, com o título de

capitão honorário. Permaneceu três anos, sendo que durante algum tempo esteve empregado nas fortificações do Rio de Janeiro. Outro francês, Pedro Garcim (ou Gracim), tendo servido como engenheiro na reconquista do Brasil contra os holandeses, no reinado de D. João IV, foi por proposta de Francisco Barreto, *Mestre de Campo do Estado do Brasil*, nomeado capitão engenheiro para servir na Capitania de Pernambuco (1654). Por sua vez, Felipe Carneiro de Alcaceva (ou Alcaçova) prestou relevantes serviços na Capitania do Rio de Janeiro durante 17 anos, chegou em 1700 ao posto de capitão engenheiro, e muito se distinguiu não só pela perícia na arquitetura militar, como também pelos conhecimentos que possuía de náutica e habilidade na feitura de instrumentos e de cartas de marear. E mais os seguintes: Luís Xavier Bernardo, capitão engenheiro, em 1716, da Capitania da Paraíba; Pedro Gomes de Figueiredo, capitão de infantaria com exercício de engenheiro, presta serviços a partir de 1723 na Colônia do Sacramento; Gregório Rebelo Guerreiro Camacho, cavaleiro fidalgo, aluno da Aula de Fortificação de Lisboa (1749), ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, foi membro da comissão de demarcação de limites que em 1753 foi para o Pará e depois ao Rio Negro em companhia do Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, primeiro comissário da demarcação; José Maria Cavagna, italiano, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, membro da missão científico-militar vinda ao Brasil em 1750, mereceu ser sucessivamente promovido até sargento-mor, servindo durante seis anos na Capitania do Rio de Janeiro; D. Miguel de Blasco, nomeado, em 1765, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, para servir no Rio de Janeiro (Sousa Viterbo aventa a hipótese de ser filho de Miguel Ângelo Blasco); João da Costa Ferreira, capitão de infantaria com exercício de engenheiro, em 1788, que serve em São Paulo; João Vasco Manuel de Braun, Governador de Macapá (1788), sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro; e Ricardo Franco de Almeida Serra, que serviu em Mato Grosso, tendo atingido, em 1790, o posto de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro. Outros militares mereceram ingressar no Real Corpo de Engenheiros, como: Jacinto Desidério Cony, segundo-tenente do regimento de artilharia do Rio de Janeiro (1799) e, depois, capitão daquele Real Corpo; Francisco das Chagas Santos, sargento-mor em 1800, prestando serviço na capitania do Rio Grande de São Pedro, tenente-coronel (1804) do referido Corpo; Hugo Fournier de la Clair (ou simplesmente Hugo Fournier), francês, naturalizado português (1792), aproveitado, em 1803, no Real Corpo, mandado servir no Pará, major em 1822, autor de um *Plano do arsenal de marinha da cidade do Grão-Pará*. E outros estão citados em páginas deste estudo.

Alguns se especializaram. Esse foi o caso de José Pais Estevens, nomeado capitão de infantaria honorário para servir como engenheiro na Capitania de Pernambuco, considerado *grande escrivão* (caligrafo) e *grande riscador de plantas e desenhos*, segundo informa Sousa Viterbo. Outro, especialista em hidráulica, foi José Carlos Conti, com exercício no Rio de Janeiro em 1816, e que deixou um projeto ora guardado no Arquivo Militar do Exército: *Planta topográfica do terreno compreendido entre Andaraí Grande e o Campo de Santana, por onde devem conduzir-se as águas do Rio Maracanã a entrar no Rio Comprido e dêste ao Chafariz do dito Campo pelo Aqueduto que se acha já em parte construído pelo Tenente Coronel Hidráulico José Carlos Conti*. As constantes controvérsias suscitadas entre Portugal e a Espanha, motivadas pela incerta caracterização dos limites entre a colônia lusa e as colônias hispânicas da América, haveriam de provocar persistente mau estar e freqüentes lutas sangrentas. Por isso, assinado, a 16 de janeiro de 1750, o tratado de limites entre as Côrtes de ambos os países, o corolário seria o envio de uma comissão mista que, resolvendo a questão, fixasse definitivamente tais limites no próprio terreno. Desta sorte, o Rei D. João V fez organizar numerosa comissão científico-militar, composta de distintos oficiais portugueses, de alguns não menos ilustres estrangeiros e de peritos especializados na qualidade de astrônomos, desenhistas e cirurgiões. E assim figuraram na mesma portugueses, alemães, venezianos, francêss, suíço, paduano, piemontês, bolonhês, genovês, placentino e italiano. Os de maior reputação passam a ser mencionados. O chefe era o coronel de infantaria com exercício de engenheiro Miguel Ângelo Blasco, natural de Gênova. Era homem de vasto preparo, cientista e afeito ao estudo de gabinete. Com tudo isso ganhou o sôldo mensal de 123\$000 e o anual de 1:483\$200! Prestou tão relevantes serviços no sul que chegou a marechal de campo dos Reais Exércitos (12 de outubro de 1763). Voltando para o Reino, estava nomeado, a 7 de setembro de 1763, arquiteto das Águas Livres. E no ano seguinte, a 30 de janeiro, era — como já ficou dito antes — arquiteto da Batalha. O Arquivo Militar do Exército Brasileiro possui, de sua autoria, diversos mapas e trabalhos aquarelados, dentre os quais um feito em colaboração com o colega José Custódio de Sá e Faria, no ano de 1752, relativo à *Planta da Barra do Rio Grande de S. Pedro*. O mais interessante é que seu nome está grafado no mesmo da seguinte maneira: *D. Miguel Angelo de Blasco*.

Como colega de pôsto de Blasco figurou, na dita comissão, Sebastião José da Silva. E na qualidade de sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro aqui chegara, na citada comissão, alguém que muito renome deixaria no Brasil e no Rio da Prata: José Custódio de Sá e Faria. Era português. Per-

cebia 52\$000 por mês, 624\$000 por ano. Sá e Faria, possuidor de grande preparo, dominava, com pleno conhecimento de causa, a arquitetura. São provas evidentes de sua valia como arquiteto inúmeras obras. A mais conhecida é a igreja da Cruz dos Militares, erigida em 1780, na antiga Rua Direita, hoje 1.º de Março, na cidade do Rio de Janeiro. A primorosa fachada, de granito da Carioca, é do mais puro e verdadeiro estilo jesuítico, pois obedece aos cânones adotados na igreja de Jesus, em Roma. Em 1766, já coronel e Governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, fêz o projeto do majestoso templo do Viamão. Outras obras daquela região sulina lhe são atribuídas. Quem o diz é Wolfgang Hoffmann Harnisch, em sua obra *O Rio Grande do Sul*, ao escrever: *De acôrdo com certas observações de Alcides Cruz, atribuem-se ao Coronel José Custódio de Sá e Faria as plantas de outras igrejas no Rio Grande do Sul. Se assim fôr, devem ser de sua autoria as plantas para a igreja de Taquari e talvez as da igreja de Triunfo, cuja construção se iniciou em 1764, ano em que o governador da capitania tomou posse do cargo.* Depois, Sá e Faria projeta a catedral de Montevidéu, levando, assim, cada vez mais para o Sul a influência da arquitetura portuguesa. E em Buenos Aires intervém na reforma da planta do convento de São Francisco e faz um projeto de fachada para a Catedral, que não teve materialização.

Tal como aconteceu a Sá e Faria, outros militares também se dedicaram à arquitetura, difundindo assim os respectivos ensinamentos. Surgem à memória, em primeiro lugar, os nomes dos que serviram em Minas Gerais: Luís Manuel de Azevedo e Pedro Gomes Chaves. O capitão de infantaria com exercício de engenheiro Luís Manuel de Azevedo depois de servir nas obras do Palácio de Mafra e na Província do Alentejo, permaneceu algum tempo na Capitania de Minas Gerais, de onde acabou vindo, em 1738, para o Rio de Janeiro. Por sua vez, Pedro Gomes Chaves, cujo nome não pode ser esquecido como de grande relêvo, fôra proposto, em 1709, para sargento-mor engenheiro da Praça da Bahia, tendo antes servido nas Províncias do Alentejo, Beira e Trás-os-Montes com grande aceitação dos generais, possuindo, ademais, capacidade e préstimo. Depois, vêmo-lo na Capitania de Minas Gerais, projetando a igreja do Pilar e a matriz de Ouro Preto e influindo, certamente, para que não poucos templos (como o de São Francisco de Ouro Preto) apresentassem corucheus que mais parecem pontas de lanças, coberturas de campanários que se assemelham e capacetes, buzínates tal e qual canhões e até mesmo granadas flamejantes... Talvez essa influência nitidamente militar não se originasse exclusivamente de Pedro Gomes Chaves, podendo pois em parte caber ao antes citado e não menos competente Luís Manuel de Azevedo. E deve-se recordar o já antes citado

sargento-mor engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim, que, projetando, em 1738, o palácio novo dos governadores, em Ouro Preto, deu ao mesmo caráter bem militar.

Por sua vez, Antônio José Landi veio, no ano de 1753, para o Pará, como desenhista da comissão de *demarcação dos confins da América*. Era bolonhês, naturalista e arquiteto, e fôra contratado pelo Govêrno de D. João V para aquela missão juntamente com o desenhista Ponzoni e os Drs. Ângelo Brunelli e Miguel Ciera. Sua atuação como arquiteto em Belém do Pará foi extensa e notável. Mereceu, por isso, o título de *Arquiteto Régio*. Dentre suas principais obras arquitetônicas devem ser mencionadas: o retábulo da capela-mor da Catedral, os projetos da igreja de Santa Ana e da capela de São João, a fachada dos armazens da Companhia Geral do Comércio, e o projeto do palácio do Governador e Capitão General Fernando da Costa Ataíde Teive, mandado edificar por D. José I em 1771. Também foi o autor do projeto de monumento a ser erigido naquela cidade ao referido Rei de Portugal. A realização de tão importantes obras arquitetônicas implicaria forçosamente na preparação, por parte de Landi, de inúmeros obreiros, mestres de obras e desenhistas naquela região do norte do país.

Outro ilustrado e distinto engenheiro também dedicado à arquitetura foi o sueco Jacques Funck. Contratado para servir a Portugal, recebeu ordem de embarcar, em 1767, com destino à Capitania do Rio de Janeiro com o pôsto de brigadeiro de infantaria com exercício de engenheiro, e inspetor geral dos corpos de artilharia sediados no Brasil. Na cidade do Rio de Janeiro muito trabalhou, desenhando e projetando inúmeras obras. Dentre os seus projetos se destacou o que se refere ao acréscimo do Arsenal do Trem (feito em 1770) e o relativo ao novo chafariz da praça do Carmo (executado em 1780).

E concluiremos, esta sumária descriminação da vida dos militares dedicados à arquitetura, com os nomes dos que trabalharam no Rio de Janeiro até 1816, a saber: brigadeiro Francisco João Róssio, exímio como fortificador, autor do projeto do templo de N. S. da Candelária, feito no estilo *barroco classicista*; Marechal de campo João Manuel da Silva, que fêz o projeto do *Real Teatro de São João*, no largo do Róssio (no lugar do atual teatro João Caetano); engenheiro do Exército João da Silva Moniz, autor da *Varanda da Aclamação de D. João VI* e da igreja paroquial do Sacramento, e continuador das obras da igreja de São José.

Dedicados aos assuntos de urbanotécnica houve alguns militares. Assim, Teodósio Constâncio Chermont, capitão de infantaria (1760) do regimento da cidade de Belém do Grão-Pará, foi em 1780 primeiro comissário das demarcações do Rio Negro, com

o pôsto de coronel de artilharia com exercício de engenheiro, o que constituiu caso singular. Trabalhou em urbanotécnica, como prova a *Planta geral da cidade do Pará em 1791*. E também se dedicou à arquitetura, como fica demonstrado com a *Planta e aparato do Quartel Militar para a Guarnição da nova Casa da Pólvora, edificado por Ordem do Ilmo. e Exmo. Sr. D. Francisco de Sousa Coutinho, do Conselho de S. Mag Fmª seu Governador. e Capitão General das Capitanias do Pará e Rio Negro, no sítio do Aurá*. Foi feita em 1792, estando aquarelada.

Servindo ao Vice Reis Luís de Vasconcelos e Sousa e Conde de Resende, se destacou no Rio de Janeiro, o capitão do Real Corpo de Engenheiros José Correia Rangel de Bulhões. Muito desenhou, destacando-se entre os seus trabalhos urbanotécnicos: a *Descrição e plano do arrabalde da Cidade do Rio de Janeiro, que fica entre a estrada de Mata Cavalos, e a rua do Lavradio (1796)*; e *Plano feito por ordem de Conde de Resende Vice Rei do Estado do Brasil. No qual se mostram as Ruas abertas sobre o terreno compreendido neste Plano, conhecido em outro tempo por Pantanaes de Pedro Dias (1796)*; e o *Plano da vila de Santos (1798)*. Organizou, ademais, planos militares, cartas topográficas, um *Mapa botânico* para uso do Vice Rei Luís de Vasconcelos e os figurinos aquarelados da guarnição do Rio de Janeiro (1783).

Coube, por sua vez, ao capitão do Real Corpo de Engenheiros Rufino José Felizardo e Costa organizar, em 1810, uma *Planta da imperial cidade de São Paulo*.

Não se julgue, porém, que todos os que prestaram serviços de arquitetura ou de engenharia eram portugueses ou estrangeiros a serviço de Portugal. Havia, também, naturais do Brasil, como aliás já ficou dito em outras páginas. Acrescentaremos a seguir, pois, mais alguns nomes de destaque. Assim, João da Silva Feijó, nascido no Rio de Janeiro em 1760 e aí falecido, fêz parte do Real Corpo de Engenheiros, foi secretário do govêrno das ilhas do Cabo Verde, serviu no Ceará (de cuja Capitania organizou diversas cartas topográficas) e tinha tão grande valor como naturalista que foi escolhido para sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. Outro caso típico foi o de Antônio Gomes Barbosa, cabo de esquadra de um regimento estacionado no Recife, que obtém licença em 1764 para ir a Portugal a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos, visto ter-se aplicado à engenharia. O mais curioso é que a licença, de dois anos, não lhe traria nenhuma vantagem material ou militar, pois explicito ficou que a mesma seria *não vencendo tempo nem sôlido*. Depois, cabe mencionar a personalidade invulgar de Francisco Vilela Barbosa, nascido no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1769 e não em Portugal, conforme

afirmou Sousa Viterbo. Foi 2.º tenente da Real Armada Portuguesa, lente da Real Academia de Marinha de Lisboa, sendo transferido em 1802 para o Real Corpo de Engenheiros. Em 1823 já era major, tendo solicitado baixa para ficar coerente com a proclamação da Independência. Vindo para o Brasil, foi nomeado coronel do Imperial Corpo de Engenheiros. Daí por diante sua trajetória se tornou cada vez mais brilhante. Foi senador do Império, conselheiro de Estado, sete vezes ministro da Guerra, três vezes ministro dos Estrangeiros e uma vez ministro do Império. Fêz parte do grupo de plenipotenciários que tratou em Portugal da Independência do Brasil. Coube-lhe, também, ser um dos redatores da Constituição do Império do Brasil, e proclamar a maioria de D. Pedro II. E mereceu os títulos de 1.º Visconde com grandeza e 1.º Marquês de Paranaguá .

15) *As Escolas da Bahia*

Tendo sido a Cidade do Salvador a primeira sede governamental do Brasil, claro é que ali existiu, durante algum tempo, o maior empório comercial e industrial. Sòmente a importância dos engenhos concentrados no Recôncavo era fator decisivo para o desenvolvimento da que foi a primeira capital do Vice-Reinado. Onde há riqueza, bem estar, desafôgo, progresso, gente abastada —, existe, arte. Nada é, pois, de estranhar que lá surgissem os primeiros artistas verdadeiramente dotados de valor.

Manuel Querino, o finado artista e historiador bahiano, admittiu a hipótese de que possuindo a Metrópole, no século XVI, artistas como José de Avelar Rebelo e Cláudio Coelho, um dêsses ou algum contemporâneo fôsse o precursor, leigo, do estudo do desenho no Brasil. A hipótese não é descabida, pois os tão numerosos e afamados artistas da Bahia não formariam os aprendizados e não constituiriam as *escolas*, mencionadas a seguir, sem que houvesse focos de ensino do desenho, do estudo das proporções, do conhecimento da anatomia, da apreciação e valorização do colorido, de divulgação do bom gosto. Um dêsses focos foi, incontestavelmente, o implantado pelos artistas jesuítas. Isso já foi apreciado em páginas anteriores.

Depois surgem, naquela terra de gente de talento, outros artistas que haveriam de igualmente contribuir, com as suas obras, exemplos e ensinamentos para a difusão da arte e da respectiva aprendizagem. Assim, frei Agostinho de Santa Maria, da Ordem Beneditina, se impõe como escultor na cidade do Salvador (1630). Outro frei, Luís de Jesus, é admirado, no comêço do século XVIII, como hábil entalhador das grades de jacarandá do convento de São Francisco.

Mas é com Chagas, o *Cabra*, primeiro escultor leigo baiano, — cronologicamente considerado —, que surge no meado do século XVIII a escola naturalista de escultura da Bahia. Adotando essa orientação, muitos escultores depois se destacaram: João de Abreu Santana, Félix Pereira, Manuel Inácio da Costa, Feliciano de Aguiar e Bento Sabino dos Reis. Êste último (falecido em 1846, com mais de oitenta anos de idade) foi o virtual chefe dessa severa escola realística de escultura de sua época: fins do século XVIII e século XIX. Deixou muitos discípulos, dentre os quais cumpre mencionar Francisco de Assis Machado Peçanha e Domingos Pereira Baião (1825-1871). Por sua vez, Manuel Inácio da Costa (falecido em 1849, com quase noventa anos de idade), que se notabilizou pelo vigor, beleza e realismo que imprimia às suas produções, foi discípulo de Félix Pereira (falecido em fins do século XVIII). Dentre os discípulos de Manuel Inácio da Costa se destacou Antônio Machado Peçanha. Outro escultor baiano, daquele período, que formou discípulos foi Antônio de Sousa Paranhos (1786-1854). Com êle aprenderam Aurélio Rodrigues da Silva (1834-1896) e Basílio Antônio Rodrigues Setúbal (nascido em 1836).

No século XVIII quem funda uma escola de pintura na cidade do Salvador é José Joaquim da Rocha, artista mineiro ali chegado depois de 1770, vindo de Portugal, onde estudara. A partir de 1775 êle, que também era homem de letras, é o mestre da escola. Ali prepara alunos que lhe seguem as diretrizes, principalmente na pintura de tetos de igrejas à feição romana, isto é, com ousadas perspectivas arquitetônicas. Dentre os mesmos, se destacaram: Veríssimo de Sousa Freitas, Manuel José de Sousa Coutinho, José Teófilo de Jesus, Antônio Joaquim Franco Velasco, Luís Gomes Tourinho, Nunes da Mota, Antônio Pinto e Antônio Dias. Formou escola porque orientou seus discípulos segundo os cânones aprendidos na Europa. E como sempre teve muito trabalho, os aproveitou para levá-los a cabo. Além de pintores, também formou decoradores e estofadores. Dos antes citados discípulos de José Joaquim da Rocha houve um: José Teófilo de Jesus, que estudou a expensas do mesmo em Lisboa com Pedro Alexandrino de Siqueira, Vieira Lusitano e Pompeu Battoni. Isso lhe permitiu ser um dos maiores pintores do século XIX naquela Província do Império. Mas, contrariamente ao procedimento dos outros discípulos de José Joaquim da Rocha, não ensinou a ninguém o que aprendera, criando — segundo Manuel Querino — *a escola do egoismo, a tenda do monopólio, ocultando todo o seu saber, de modo que na sua longa existência de quase 80 anos, não deixou, sequer, um discípulo que lhe tivesse aproveitado as lições.*

16) O Grupo de Artistas Fluminenses.

Frei Ricardo do Pilar, natural de Colônia, na Flandres, que professou a 24 de maio de 1695 no mosteiro de São Bento, foi o precursor, nas terras fluminenses, em matéria de pintura. Aqui teria chegado, vindo de Portugal, onde tantos artistas flamengos permaneciam, com a incumbência de pintar para o mosteiro. Nêle, onde começou a trabalhar em 1663, viveu mais de trinta anos, tendo falecido a 12 de fevereiro de 1700. Na sacristia do mesmo, pode-se ver o painel representando o *Salvador*, obra essa que é a mais importante que produziu. Deixou, além da mesma, algumas outras para o próprio mosteiro do Rio e outras para os mosteiros da Bahia, Santos e São Paulo. Dificil é de compreender que não tivesse deixado discípulos, depois de tão longa vida. Votado ao anonimato, é bem provável que dentro do mosteiro tivesse ensinado a sua arte a outros irmãos de clausura. Porque fora dali não se revelou com tanta aptidão, nem com a mesma técnica. Os pintores fluminenses que o sucederam ficaram, no seu valor artístico, muito aquém de sua mestria.

José de Oliveira Rosa, ou simplesmente José de Oliveira, é, entretanto considerado como o chefe do grupo de pintores fluminenses do século XVIII e primeiro quartel do século XIX. Não dizemos que foi o chefe da *Escola fluminense de pintura* — como queria Manuel de Araújo Pôrto-Alegre — porquanto *escola* significa identidade de orientação, conjugação de esforços num determinado sentido, uniformidade de técnica, aspirações idênticas e ideologia comum. Nada disso existiu na tal *escola fluminense*. Melhor seria denominar aos artistas contemporâneos do último período colonial de *grupo fluminense*. Ficariam, assim, reunidos todos os fluminenses que produziram obras num determinado espaço de tempo, em moldes outros que não os portugueses. José de Oliveira Rosa pode ser considerado, pois, pelo seu valor e técnica, não um chefe de *escola*, mas o chefe do *grupo*. Foi êle, o primeiro pintor nacional que se fêz notar nesta cidade. São de sua autoria: as primorosas pinturas da Capela Real e Imperial; as, muitíssimas, de outras Igrejas; a decoração da *Sala de Audiências* do Paço dos Vice-Reis e a da *Casa de Armas* da Fortaleza da Conceição, e os painéis da Capela das Relíquias da Igreja de São Bento. É de crer que deixasse bastantes discípulos. Um dêles, claramente identificado, foi o excelente cenógrafo João Francisco Muzzi. Foi discípulo que honrou o mestre. Outro discípulo seu foi o pintor João de Sousa. Já houve quem afirmasse que José de Oliveira Rosa, ou *Mestre Rosa* (segundo Manuel de Araújo Pôrto-Alegre), fôra discípulo de Frei Ricardo do Pilar. Hoje já está verificado que não é exato. Também está verificado, depois das pesquisas de D. Nair Batista, conservadora do Museu Histórico

Nacional, que José de Oliveira não foi o autor da pintura do teto da Igreja de São Francisco da Penitência, no Morro de Santo Antônio. O autor dêsse trabalho foi Caetano da Costa Coelho. A êste cabe, pois, a elogiosa apreciação de Manuel de Araújo Pôrto-Alegre, quando, referindo-se à magnífica pintura, disse: *A ciência da perspectiva, a valentia do claro-escuro, e uma riqueza de imaginação poética, formam o apanágio daquela grande obra.*

Além de José de Oliveira, se fazem notar, no século XVIII, no Rio de Janeiro, bastantes artistas plásticos. Assim, o citado Caetano da Costa Coelho, que também era dourador, foi o autor das pinturas do teto da sacristia da Candelária e da citada nave da Igreja de São Francisco da Penitência. O pintor João de Sousa, tido, outrossim, como arquiteto, ensinou a Leandro Joaquim (pintor, arquiteto e cenógrafo) e a Manuel da Cunha (pintor). Êste aperfeiçoou seus conhecimentos em Lisboa, por ordem de seu senhor, pois nascera escravo. Raimundo da Costa e Silva, hábil pintor, escultor e notável toreuta, especialista em presepes, aprendeu com seu progenitor. Por sua vez, José Leandro de Carvalho, pintor, especialista no retrato, aprendeu com o pardo mestre Manuel Patola, com oficina na Rua dos Pescadores. Alguns autores dizem que êle fôra discípulo de Leandro Joaquim e de Raimundo da Costa e Silva. Deixou discípulos, dentre os quais se destacaram seu filho, que tinha o mesmo nome e era exímio em pintar flôres, e o cenógrafo Francisco Inácio de Araújo Lima. Faleceu a 8 de novembro de 1833. Manuel Dias de Oliveira, pintor e gravador — de cuja vida são dadas informações em outras páginas — veio de sua terra natal (Santana de Macacu) aprender torêutica com mestre Valentim da Fonseca e Silva, mas deixou-se empolgar pelas obras de José Leandro de Carvalho. Por fim, deve ser citado o escultor Francisco Solano. Depois dêsses é que aparecem os pintores: Domiciano Pereira Barreto, Antônio Alves, José Vidal, José Gonçalves (*O Aleijadinho*), José Gentil e Francisco Pedro do Amaral.

Por sua vez, os aprendizes de trabalhos de arquitetura tiveram excelentes mestres em não poucos engenheiros fortificadores, como os antes citados, e, também, naqueles outros engenheiros militares que aqui realizaram importantes obras, como: o brigadeiro Francisco João Róssio; o sargento-mor José Custódio de Sá e Faria; o brigadeiro Vicente José Velasco Molina (autor da reedificação da igreja de Santana, 1785); e o marechal de campo João Manuel da Silva. E muito de arquitetura difundiram, igualmente, padres e frades provetos na matéria. Sirva de exemplo. Frei Domingos da Silva, autor da capela mor de São Bento,

Nas grandes obras de talha dos templos aprenderiam, certamente, não poucos entalhadores, sob as vistas de mestres como

Freis José da Conceição e Simão da Cunha, grandes obreiros de São Bento (1733-36) e de toreutas como Martinho Pereira de Brito, que também ali colaborou em 1743. E não deve ser esquecido, como grande mestre dourador do mesmo templo, o já antes mencionado Caetano da Costa Coelho, contemporâneo do anterior.

Por sua vez, Manuel da Costa, cenógrafo do Real Teatro de São João (depois São Pedro de Alcântara, hoje João Caetano), forma diversos cenógrafos. O maior deles foi Francisco Pedro do Amaral.

17) *Retrato de uma época*

Durante os trezentos e poucos anos de Brasil-Colônia e Vice-Reino, predominaram, nas artes, os artistas empíricos. Uns autóctones, como ficou assinalado em linhas anteriores, outros estrangeiros ao meio ameríndio, principalmente portugueses.

Mas os artistas plásticos daqueles templos, desprovidos de cultura, abandonados e menosprezados, tinham de forçosamente vegetar. Pintavam e esculpiam sem modelos. Muitos nem conheceram o que fôsse um mestre. Com tintas fabricadas por eles, com tabatinga ou nas exíguas fôlhas de papel selado pelo Erário, os pintores, escultores e arquitetos respectivamente fizeram obras dignas do maior aprêço. O escôpo que os guiava era a realização de um ideal: tornarem-se artistas consagrados. E o meio que lhes serviu para obter êsse fim foi o ambiente religioso da época. Assim, a arte colonial, de cunho acentuadamente eclesiástico, muito desenvolvida pelas riquezas acumuladas em virtude da exploração agrícola da terra, do trabalho das minas e da criação de gado, tem a servi-la não poucos homens de extraordinário valor.

Entretanto, compreender-se-á que tendo a sua atividade quase adstrita aos trabalhos eclesiásticos, nossos artistas tivessem sua originalidade nas composições bastante limitada. Houve exceções, é claro. E a regra se aplica mais aos pintores, gravadores e escultores de figuras e de ornatos, do que pròpriamente aos arquitetos, aos quais se devem bastantes concepções originais e não poucas felizes adaptações.

Com o decorrer do tempo, o retrato é o gênero mais praticado na pintura. Os personagens retratados são o Capitão-General, o Vice-Rei, o Comandante das Armas, o Bispo, o Provedor da Irmandade, o Rei, a Rainha Esta é a única das mulheres a ser retratada *Et pour cause*

A orientação adotada na aprendizagem de qualquer das belas artes consistia na adaptação imitativa. Adaptação negra e mulata ao que fazia o mestre branco; adaptação branca ao praticado pelo mestre branco; adaptação ao visto, o que redundava em imitação; cópia servil primeira, para depois surgir a imaginação criadora;

adaptação ao que se fazia em Portugal; e adaptação ao desejo do cliente, o grande personagem —, o que significava, as mais das vezes, renúncia, e, não poucas vezes, retorno. Quando porém esses fatores, que compeliavam, não se faziam sentir, o progresso era evidente. Sentia-se o avanço na direção das boas normas, patenteado numa melhor estruturação das linhas e traçados, no aprimoramento da ornamentação. A *adaptação creoula*, como denominou Araújo Viana a êsse esforço, em que o atavismo, o meio e o isolamento tanto atuavam —, teve sempre que estar prêsa ao ponto de vista lusitano, do qual não se apreciava o horizonte ameríndio. E os que iam a Roma ou a Lisboa, dali vinham adaptados, em sua maioria, aos estilos ornamentais dos séculos XVII e XVIII.

Isentos de culpas estão os artistas nativos daqueles tempos. Agiam coerentemente. Quem mandava era a Igreja. E depois a Realeza. Por sua vez, as populações brasílicas estavam impregnadas de misticismo religioso. Dentre dessas duas esferas de influência é que êles — os artistas — tinham que exercer a sua abnegada missão. E se alguns não alçaram vôo mais alto, culpa não lhes coube de que a capela não se convertesse em matriz, nem que as fortes côres lusas jamais pudessem ser integralmente desterradas pelo tão apreciado claro-escuro de outras escolas, ou então que as angustiosas imagens esculpidas à Alonso Cano pudessem ser substituídas por outras de aspecto menos sofredor.

Se *escolas* não houve, em geral, não faltaram *maneiras*, oriundas de círculos de influência. E da *maneira* surgia o *caráter*, e, daí, a *personalidade*.

Do exposto verifica-se que durante aquela época não pequenas foram lutas que os artistas tiveram de travar, nem menores foram as misérias que os assaltaram. Como vicejar a arte se não havia ambiente para que ela vivesse fora das órbitas de influências antes mencionadas?

As melhores construções — os *solares*, as *casas-grandes* — eram simples. Nelas, arquitetos e pintores, faziam o essencial. Nada para o supérfluo. E o supérfluo era o ornamental. O esculptor, êsse nem punha a mão em coisa alguma que dissesse respeito à casa, propriamente dita.

O artista não era considerado como um homem de arte, mas como um artifice, um oficial. Era tão operário como o canteiro, o carapina ou o trolha. Por isso nem instrução elementar possuía na maioria das vezes. E o operário era somente aquêlê que pertencia ao elemento servil. Negros e mulatos — afora os artistas holandeses, os engenheiros militares, os frades capuchos, beneditinos e franciscanos, e os jesuítas foram os nossos primeiros artistas.

Sòmente, pouco a pouco é que os pauperíssimos, ignorados, maltratados e menosprezados artífices, puderam impor-se, com as obras feitas para as igrejas, e obter pelo consenso geral o título de *mestres*. E na qualidade de *mestres* repetiram o que tinha acontecido com êles: formaram discípulos.

Empíricos embora, iletrados não poucos, prosseguiram — os discípulos — na tarefa de propagar a arte pelo infindo Brasil. Explorados ou assalariados, êles não perderam durante a longa jornada da existência a chama sagrada que ardia dentro das suas almas brancas, mas sinceras, pelas belas-artes. Foi dessa forma que surgiram e se mantiveram vivazes os núcleos de arte que foram, durante o período colonial, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. E, assim, os *mestres*, passam a especializar-se. Eram *mestres arquitetos*, *mestres escultores* e *mestres pintores*.

Não faltou, é verdade, quem às vêzes olhasse para os artistas brasílicos e lhes dispensasse proteção. É o caso de Duarte Coelho, em Olinda, no século XVII; são os Cavalcanti e os Albuquerque, de Pernambuco, em fins do século XVI e começos do XVII; é a sociedade do Distrito Diamantino, em começos do século XVIII, tendo à frente o Conde de Assumar; é, também, Felisberto Caldeira Brant, o contratador de diamantes, no Tijuco, nobre de estirpe, neto de D. João III, Duque de Brabante; é a famosíssima mulata Chica da Silva, a poderosa amante do rico Desembargador João Fernandes de Oliveira, de Minas Gerais. E foram, outrossim, cidades que para seu progresso lançaram mão dos artistas autodidatas. Sejam apontadas: Vila Rica, sob o govêrno do Marquês de Barbacena, ao findar o século XVIII; a cidade do Salvador na primeira metade do século XVIII e até a transferência, em 1763, da sede do Vice-Reinado para o Rio de Janeiro; e o Rio de Janeiro sob a ação imediata, progressista e bem orientada do Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa.

18) *Aulas ou Aprendizados?*

Frequente é encontrar em livros de história da cidade da Carioca a assertiva de que houve na mesma *aulas* particulares de arte no fim do Vice-Reinado. Tem-se dito, pois, que existiu a de mestre Valentim da Fonseca e Silva, outra de José de Oliveira Rosa e a bastante problemáticamente lecionada pelo pintor João Gomes Batista, no período decorrido entre a sua volta da Europa e sua definitiva ida para Minas Gerais.

Não cremos, entretanto, que salvo a aula particular de Manuel da Cunha e a aula oficial de Manuel Dias de Oliveira, aqui hou-

vesse outras *aulas*, propriamente ditas. Havia, conforme era hábito naqueles tempos, o *aprendizado* das belas-artes e dos ofícios elementares. Os *mestres* aceitavam quem trabalhasse com êles, mais na qualidade de aprendizes do que como discípulos. Era, aliás, uma das conseqüências do pauperismo do povo, na sua maioria escravo. O *mestre* se utilizava, portanto, dos aprendizes, tirava todo o partido dêles; era um explorador. Começava-se como varredor, servente, misturador de tintas, lavador de pincéis... Depois, a aprendizagem, daqueles que não possuíam vocação ou propensão acentuada para a arte, se baseava na adaptação imitativa: cópia de um motivo, ampliação ou redução de outro. Isso quando o mestre era de bom caráter, ameno e ensinava alguma coisa. Se, ao contrário, era iracundo e, portanto, imprestável, o aprendiz tinha que roubar com os olhos: via como o mestre fazia e reproduzia. Era um aproveitador. Imagine-se a cordialidade existente entre *mestres e aprendizes*!

Trabalho, não faltava. Os *mestres* sabiam que sempre havia, porquanto, como já se disse, a igreja e a nobreza aí estavam para proporcioná-lo. Mas como não havia tradição artística, não formaram — como, aliás, já antes assinalamos — *escola*, no verdadeiro sentido do termo. Havia esforços e tendências mais ou menos paralelas e às vezes, um pouco convergentes: a ligeira influência que a *maneira*, o *processo* ou o *caráter* do mestre deixava na alma ou no lápis, no pincel ou no escroto do aprendiz. E, assim, os aprendizes sabiam que tinham muito que esperar para chegar a mestres...

Mestre Valentim da Fonseca e Silva, que fôra discípulo, como entalhador, do mestre Luís da Fonseca Rosa, autor das obras de talha da igreja do Carmo (1768) —, encarregado de grandes trabalhos durante a governança de Luís de Vasconcelos e Sousa (isto é, de 1779-1790), haveria de constituir, com os seus auxiliares, um aprendizado de primeira ordem, pois penetra na técnica do desenho em Lisboa e era, incontestavelmente, homem de grandes qualidades. Aí estão suas obras escultóricas, a concepção paisagística do Passeio Público (concluída em 1783), o plano de urbanização em que a mesma ficou integrado e seus trabalhos de caráter arquitetônico —, para provar a sua valia como artista poliforme e de talento. Deveria, portanto, ter deixado inúmeros discípulos. Infelizmente, a tradição oral sòmente guardou o nome de três: Francisco de Paulo Borges, Simeão José de Nazaré (notabilíssimo *imaginário*) e Brás de Almeida. E o tempo dirá, pela boca de eruditos no assunto, se Martinho Pereira de Brito, exímio na torêutica, contemporâneo de mestre Valentim, foi ou não seu discípulo.

- 19) O brasileiro Manuel Dias de Oliveira, a «Real Casa Pia» de Lisboa e a «Academia Portuguesa» de Roma.

Manuel Dias de Oliveira, homem de excepcional valor, nascido a 22 de dezembro de 1763, na vila de Santana de Macacu, encontrou um benfeitor que apreciando-lhe o talento, fêz que com êle partisse para a cidade do Pôrto. Falecendo seu protetor logo após à chegada a Portugal, Manuel Dias de Oliveira conseguiu do Intendente de Polícia de Lisboa, o famoso Desembargador Diogo Inácio de Pina Manique sua matrícula na Real Casa Pia, fundada em 1780 pelo mesmo. Compreendendo diversas e valiosas instituições, a Casa Pia possuiu uma aula de desenho, aberta a 23 de abril de 1781 pelo professor Antônio Fernandes Rodrigues, Também, a Academia do Nu, que fôra extinta, ali foi restabelecida em 17 de outubro de 1785.

A Real Casa Pia tornou-se, assim, a fonte que devia abastecer de alunos a Academia Portuguesa de Roma. Criada esta por Dom João V, com o fim de constituir um centro de aperfeiçoamento de pintura, arquitetura, escultura e gravura para os súbditos que se destacassem pela vocação artística, foi instalada em Roma no Palácio Cimarra, que pertencera ao Cardeal Di Pietro. Foi seu primeiro diretor o notável pintor e gravador napolitano Paulo de Matteis, antigo discípulo de Luca Giordano, e autor, entre outras valiosas obras de pintura, da colossal cúpola do *Gesu Nuovo*, posteriormente destruída. Entre os alunos da mesma, naquela época, podem ser apontados Francisco Vieira de Matos e Inácio de Oliveira Bernardes. Vieira de Matos conhecido como *Vieira Lusitano*, estudou em Roma com Trevisani. Também foi gravador. Grande parte de suas obras desapareceu no terremoto de Lisboa (1775). Oliveira Bernardes (1695-1781), destacou-se como artista multiforme, pois em Lisboa foi arquiteto civil, arquiteto decorador e pintor.

Mas no dia 3 de julho de 1760 a Academia fechava as portas, pois, em virtude do cisma religioso, as relações entre Portugal e a Santa Sé ficaram interrompidas e todos os portugueses se retiraram daquela cidade por ordem do Ministro D. Francisco de Almeida e Mendonça. Em 1785 foi reaberta, com vinte alunos, sob a direção do artista Labruzzi. E como Pina Manique muito se interessasse pela mesma, pois a considerava como complementar da Real Casa Pia, escolheu, incumbido que fôra pela Rainha D. Maria I, entre os mancebos que tinham propensão para as belas artes, e mereciam, portanto, estudar em Roma não só o nosso patricio Manuel Dias de Oliveira, para, estudar *pintura*, como também os que vão a seguir mencionados, destinados à mesma especialidade: José Alves de Oliveira, Bartolomeu Antônio Calisto, José da Cunha Taborda, Domingos Antônio de Siqueira e Arcângelo

Fuschini. Para estudar *escultura* indicou a João José de Aguiar; para o estudo da *arquitetura* a escolha recaiu em Joaquim Fortunato de Moraes e Sebastião José Vicente Nogar; para a especialidade de *abridor de estampas* foi designado João Caetano Rivara, e para a de *abridor de camafeus e cunhos* foi escolhido José Antônio do Vale.

Melhores não poderia ter sido os colegas de Manuel Dias de Oliveira na Academia Portuguesa de Roma. Assim, Domingos Antônio de Sequeira, ex-aluno de desenho da Academia do Nu, protegido pela Casa dos Marialva, tornou-se grande pintor, tendo sido agraciado com o título de *Pintor da Côrte*. Os quadros e cartões: *São Bruno em adoração* e *Egas Moniz ante o rei de Leão* (existentes no Museu de Arte Antiga de Lisboa), bem como *Ascensão do Senhor*, *Adoração dos Magos*, *Noite de Calvário* e o *Juízo Final* (no Palácio dos Duques de Palmela), atestam sua capacidade, seu alto valor; José da Cunha Taborda destacou-se, igualmente, pelos seus trabalhos pictóricos, sendo notável a tela *Aclamação de D. João IV*, existente no Palácio da Ajuda. Também Arcângelo Fuschini e Bartolomeu Antônio Calisto chegaram a ser pintores de renome, tendo trabalhado no Palácio e no Mosteiro de Mafra. Por sua vez, João Caetano Rivara, português, discípulo de Francesco Bartolozzi em Lisboa, se notabilizou na difícil arte da gravura, sendo o mestre da Régia Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária, do Arco do Cego, em Lisboa. Ali formou, entre outros mais, dois discípulos, Paulo dos Santos Ferreira Souto e Romão Elói de Almeida; vindos como êle para o Brasil por ocasião da transmigração da Côrte Portuguesa. Os três foram os primeiros gravadores da Impressão Régia, fundada no Rio de Janeiro.

E contemporâneo, em Roma, de Manuel Dias de Oliveira foi Francisco Vieira, o *Portuense*, ou *Vieira Portuense*, notabilíssimo artista nascido no Pôrto em 1765, que chegou a ser pintor da Real Câmara. Autor de muitas obras que vieram ter ao Brasil com a Côrte Portuguesa. Por onde andarão?

Em Roma, Manuel Dias de Oliveira teve como mestre o notável Pompeu Gerolamo Battoni. Parece que lá permaneceu dez anos, aperfeiçoando-se na pintura e tornando-se, também gravador. Fechada novamente a Academia em 1798, em virtude da invasão dos Estados Pontifícios pelas tropas francesas, êle partiu para Gênova, onde curtiu miséria. E daquele pôrto conseguiu transportar-se para Lisboa, de onde embarcou para o Rio de Janeiro.

20) A Aula Pública de Desenho e Figura, do Rio de Janeiro

Evidenciado ficou em páginas anteriores que, além do aprendizado feito nas próprias oficinas dos mestres autoditatas ou nos canteiros de trabalho, não houve no Rio de Janeiro aula oficial

de desenho até quase findar o século XIX. Sòmente a 20 de novembro de 1800 é que uma carta régia determinou que se fundasse nesta cidade a *Aula Pública de Desenho e Figura*. Coube a iniciativa dessa fundação ao Chanceler da Relação Luís Beltrão de Gouveia de Almeida, que solicitara à Còrte de Lisboa, por officio de 31 de julho daquele ano, que tal valioso empreendimento fòsse levado a cabo. Segundo revela Fidelino de Figueiredo, em seu magistral livro *Últimas Aventuras*, o Chanceler Beltrão era homem de extraordinário valor. Estudou em Coimbra e exerceu diversos cargos públicos no Brasil: provedor da fazenda dos defuntos e ausentes; Ouvidor de Capitania; Fiscal e Intendente dos diamantes do Serro Frio; e Chanceler da Relação do Rio de Janeiro (2 de julho de 1798). Foi membro do Conselho Ultramarino. E a Còrte de Lisboa, que muito o estimava, fê-lo, a 20 de julho de 1800, Fidalgo Cavaleiro. No Arquivo Histórico Colonial e na biblioteca da Academia de Ciências, de Lisboa, existem valiosos memoriais que êle dirigira a D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Junto a um dêsses trabalhos guardado no Arquivo Colonial, está apenso um apontamento que se refere à aula de desenho, do teor seguinte: *Para se mandar lavrar uma Carta Régia ao novo Vice-Rei ordenando-lhe q. louve no Real Nome na Junta o zêlo e inteligência com que tem obrado o Chanceler nas luminosas cartas que tem feito subir à Real Presença, e de que se tem seguido tanta vantagem à Real Fazenda; que igualmente S.A.R. manda criar essa cadeira de Desenho (que) êle propõe, e nomeia o mesmo artista q. aponta, e q. manda remeter ao Vice-Rei cópia da carta q. o mesmo Chanceler fêz subir à Real Presença p. q. êle tome em consideração os outros importantes objetos propostos pelo mesmo Chanceler. Ao Chanceler se lhe há de remeter cópia da Carta Régia quando baixar da Real assinatura como prova da justiça de S.A.R.*

Por sua vez, no *Índice dos officios dirigidos para a Còrte pelo Vice-Rei D. Fernando José de Vasconcelos de 15 de outubro de 1801 a 19 de agosto de 1806*, que figura no volume II, pág. 272, das *Publicações do Arquivo Público Nacional*, consta o officio do dia 5 de novembro de 1801: *Respondendo à Carta Régia de 20 de novembro de 1800 mandando louvar o Chanceler desta Relação, criando uma aula de desenho e figura e nomeando para regê-la o artista Manuel Dias de Oliveira.*

Assim, de acòrdo com a sugestão do Chanceler, a aula foi entregue à competência do já antes mencionado pintor e gravador Manuel Dias de Oliveira, cognominado de *Brasiliense* e de *Romano*. O cognome de *Brasiliense* talvez lhe fòsse dado em Lisboa para assim ficar diferenciado dos colegas lusos, e o de *Romano* sabido é que lhe coube pela sua grande permanência em Roma.

Nomeado diretor e professor da aula de desenho e figura do Rio de Janeiro, recebeu o título oficial de *Professor Régio de Desenho e Figura*. Dava suas lições na própria residência, na casa da Rua do Rosário que fazia esquina com a Rua dos Ourives (atual Miguel Couto), fronteira à igreja do Hospício (atual de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte). É onde hoje se acha a loja de ferragens da firma Freitas Couto.

Como funcionaria essa aula? Procuremos reconstitui-la de acôrdo com os usos, costumes e recursos da época. A sala de estudo deveria de estar no rez do chão porque as casas de sobrado eram poucas e mais caras. Três vãos haveria sôbre à rua: um de entrada, ou porta, e duas de iluminação, ou janelas. Sala de feitio retangular, com porta para o corredor da entrada. No recinto de uns quatro metros de largura por seis ou sete de comprimento, se amontoariam os oito ou dez discipulos e mais o professor. Os discipulos haveriam de subdividir-se em dois grupos: um, maior, constituido de filhos de escravos ou de mestiços; outro, menor, formado de filhos de gente de prol, com *queda* para o desenho. Os componentes do primeiro grupo iriam por vontade própria ou por imposição de seus responsáveis para aprender a trabalhar; os componentes do segundo grupo iriam para passar o tempo. As aulas de desenho deveriam funcionar pela manhã, bem cedo. E às de figura, à noite, sob a luz de mortijas candeias pendentes do teto. O material seria rudimentar; carvão, lápis, miolo de pão, esfuminho, pastas de papelão (sôbre as quais se colocariam a fôlha de papel prêsa por percevejos de cabeça de madeira). O desenho, prôpriamente dito, seria feito sôbre rudimentares mesas. E quando se tratasse de desenho de figura copiava-se a estampa trazida da Europa ou feita pelo professor. Começar-se-ia, certamente, fazendo *bôcas*, *narizes*, *olhos*, *orelhas*. Quando o aluno revelasse capacidade em reproduzir essas partes da cabeça, passar-se-ia à *cabeça*, prôpriamente dita, e, depois, aos *corpos*. Surgiria fatalmente, assim, a distinção e, portanto, a divergência entre os alunos. Os que desenhassem partes do corpo humano, ou *elementos* (segundo designação da época) seriam menosprezados pelos que copiassem *corpos*. A isso se chamava, pretensiosamente, de *academias*. Essas eram assim bem diferentes das ensinadas nas escolas da Europa, pois lá a *academia* provinha de uma interpretação da figura humana real. Certamente, Manuel Dias de Oliveira Brasiliense conseguia de vez em quando alguns *modelos* naturais para suas lições de figura. Como, entretanto, os modelos eram por via de regra muito feios, praticava-se o que está descrito em outra página desta obra: convertia-se o feio em bonito. Os desenhos de seus alunos, existentes na Biblioteca Nacional, são relativos sômente a figuras humanas copiadas de

estampas. O mesmo não se pode dizer do desenho de osteologia, pois ossadas de escravos não faltavam...

Embora Manuel Dias de Oliveira fôsse essencialmente um pintor de gênero, bom decorador, miniaturista e gravador (água-fortista) —, dedicou-se à sua tarefa de professor de desenho de figura, introduzindo no Rio de Janeiro o estudo do nu masculino e, portanto, da anatomia artística e da osteologia. Talvez tivesse deixado bastantes discípulos. Entretanto, sômente são conhecidos até agora os nomes de Manuel José Gentil (hábil retratista e perito miniaturista), Clemente de Magalhães Bastos (notável no desenho de figura, de osteologia e de composição decorativa) e Francisco Pedro do Amaral (que chegou a ser grande artista).

Deixe-se constatado que por ocasião da fundação da aula oficial de desenho e figura do Rio de Janeiro, havia em Lisboa, segundo Balbi, a *Aula Régia de Desenho e Arquitetura Civil* (dependente do Erário Régio, funcionando no Convento dos Caetanos), e a *Aula Régia de Escultura*. Ambas fecharam suas portas em 1820.

E também informar-se-á ao leitor, como subsidio interessante, que a fundação da *Aula* do Rio de Janeiro foi posterior à inauguração em 1799, na cidade de Buenos Aires, da Academia de dibujo. Essa iniciativa, devida ao licenciado Manuel Belgrano, que na ocasião exercia o lugar de secretário do Consulado do Comércio, teve caráter officioso e, não, official. Nisso se diferenciou da *Aula* do Rio de Janeiro. Obteve grande successo, pois nela se inscreveram mais de sessenta alunos. E o mestre foi Juan Antônio Gaspar Hernandez, comumente conhecido como *Don Juan Antônio*. Nada ganhava o mestre e nada custava ao Erário espanhol a manutenção da Academia. Por isso mesmo o Govêrno espanhol ordenou, a 26 de julho de 1804, o fechamento da mesma. Melhor sorte teve a *Aula* do Rio de Janeiro, que subsistiu além de 1822, quando Manuel Dias de Oliveira foi jubilado e substituído pelo colega lusitano Henrique José da Silva.

21) *A Aula de Pintura de Manuel da Cunha*

A iniciativa official em matéria de ensino artístico despertou o interêsse do antes citado Manuel da Cunha; um dos mestres fluminenses de pintura que teve influencia do fim do século XVIII ao começo do XIX. Tendo estudado pintura em Lisboa, por conta da família do Cônego Januário da Cunha Barbosa, da qual fôra escravo, também recebeu lições de João de Sousa. Sendo figurista, muito pintou para conventos, capelas e igrejas, tendo retratado benfeitores da Santa Casa de Misericórdia e levado a efeito o retrato, magistral, em corpo inteiro do Conde de Bobadela, que se acha no Conselho Municipal. Manteve em sua casa, à Rua

de São Pedro (desaparecida com a abertura da Avenida Presidente Vargas), uma aula de pintura para doze discípulos. Ao falecer, a 27 de abril de 1809, quantos alunos teria formado?

22) *Viagens ao estrangeiro*

Raríssimos foram os artistas brasílicos que tiveram a ventura de ir aperfeiçoar seus estudos no estrangeiro. Conhece-se a ida a Lisboa de mestre Valentim da Fonseca e Silva; já ficou dito que Manuel Dias de Oliveira estudou no Pôrto, Lisboa e Roma; é fato conhecido que Manuel da Cunha permaneceu algum tempo, praticando, em Lisboa; e que o mesmo ocorreu com João Gomes Batista. Quais dêsses teriam estudado na aula pública de desenho de Lisboa?

23) *O Desenho, a Geometria Descritiva e a Arquitetura Civil na «Academia Real Militar»*

A Academia Real Militar do Rio de Janeiro, criada a 4 de dezembro de 1810 — em substituição à Real Academia da Artilharia, Fortificação e Desenho e à Academia de Aritmética Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa —, foi inaugurada a 23 de abril de 1811 e definitivamente instalada, a 1 de abril de 1812, no edifício do Largo de São Francisco cuja construção fôra iniciada para sede da Catedral Metropolitana. Sua finalidade era a de ensinar as ciências militares e matemáticas, bem como proporcionar a aprendizagem do desenho. Havia uma cadeira de geometria descritiva (no 2.º ano) e de desenho (nos 2.º e 4.º anos). E foram, assim, nomeados: o 2.º Tenente José Vitorino dos Santos e Sousa, para lente de geometria descritiva; o Capitão do Real Corpo de Engenheiros João José Ferreira de Sousa, para lente de desenho; e o 2.º Tenente do mesmo Corpo Roberto Ferreira da Silva, para substituto do lente de desenho. No 6.º ano do curso se estudava a arquitetura civil, o que constituiu, em matéria de ensino dessa especialidade, a continuação da iniciativa que tanto êxito obtivera na citada Real Academia. Foi incumbido de lecionar a disciplina o sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros Francisco Cordeiro da Silva Tôrres e Alvim.

24) *A «Aula Pública de Desenho» da Cidade do Salvador*

Antônio da Silva Lopes, artista português, ex-primeiro substituto da Academia do Nu, de Lisboa, inaugura, em 20 de maio de 1813, como professor e primeiro diretor, a *Aula Pública de Desenho* da cidade do Salvador. Não obstante as deficiências pedagógicas do professor, a aula teve grande número de discípulos.

Dêses, nenhum veio a ser artista de relêvo. Em compensação, não poucos excelentes desenhistas dali saíram. Tais foram: Fortunato Cândido da Costa Drumond, Cornélio Ferreira França, Manuel Antônio Pires, Frederico José da Silva, Duarte Batista e Silva, Manuel José da Silva Antunes, Francisco Xavier Carnide e José Antônio da Silveira. O lamentável foi que Batista e Silva e Carnide, tendo empreendido viagens para Portugal a fim de aperfeiçoarem seus conhecimentos, naufragassem, ambos, sendo que o primeiro nas costas de Moçambique. Cinco anos depois de fundada, a aula passaria a ser de *Desenho e Figura*.

25) *O aprendizado das artes em outros pontos do Brasil*

Do que anteriormente ficou dito, evidenciado está que até 1816 — ano da chegada da Missão Artística Francesa — geralmente não se praticava no Rio de Janeiro outro método que o empírico para a preparação técnico-artística dos aprendizes que desejassem algum dia chegar a *mestres* de pintura, de escultura, de torêutica, de arquitetura.

O mesmo ocorrera, desde o século XVIII, no território das Minas Gerais. Os artistas de maior valor formavam os seus aprendizes. Aulas, pròpriamente ditas, não é de crer que existissem pelos mesmos e anteriores motivos expostos. Admite-se, hoje, que Antônio Francisco Lisboa, o *Aleijadinho* (1738-1814) —, aprendera rudimentos de arte com seu progenitor, o carpinteiro lusitano Manuel Francisco Lisboa, e que adestramento como ornamentista entalhador tivera com seu tio Antônio Francisco Pombal. Igualmente se aceita que não poucos conhecimentos culturais lhe provieram do contato tido com João Gomes Batista. Êste artista português fôra discípulo de desenho, em Lisboa, de Francisco Vieira de Matos, o *Lusitano*, e aprendera gravura de metais, na Casa da Moeda daquela cidade, com o artista francês Antoine Mangin, não se sabendo se durante a sua longa permanência em Vila Rica (1752-1784), como abridor de cunhos da Casa de Fundição (Casa dos Contos), formara alunos de desenho ou de gravura. É de crer que o *Aleijadinho* ensinara a muita gente: quer na torêutica (de que executou inúmeras obras); quer na arte arquitetônica (de que realizou trabalhos sem conta: projeto da Igreja de São Francisco de Assis de São João de El-Rei, projeto da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto, portadas, janelões, sobreportas, púlpitos, capelas-mores); ou quer na escultura, no já famoso centro de trabalho escultórico do Santuário de Congonhas do Campo. Possuiu três escravos, por êle instruídos na arte do entalhe, sendo que o de nome Maurício, que muito o ajudara, tivera notável capacidade técnica. Mas o seu auxiliar mor foi o de nome Tomás Maria. Entretanto, tem-se

certeza que o pintor José Joaquim Viegas de Meneses teve muitos discípulos; que outros artistas, toreutas e oficiais foram formados nos canteiros de trabalho de: Manuel da Costa Ataíde (que pintou as igrejas de São Francisco de Assis de Ouro Prêto e de Matosinhos de Congonhas), do proveto Antônio Francisco Pombal (autor da capela mor da matriz de Ouro Prêto e construtor da igreja do Pilar), do mestre Jacinto Barbosa Lopes (que concluiu a matriz de Mariana), do mestre de obras português José Pereira Arouca (construtor de São Francisco de Assis de Mariana), do mestre luso Antônio Gonçalves Bracarena (construtor da matriz do Caeté), de Francisco de Lima Cerqueira (construtor de São Francisco de Assis de São João de El-Rei), de João Francisco de Oliveira (construtor da matriz de Ouro Prêto), de Antônio Coelho da Fonseca (que terminou a matriz do Ribeirão do Carmo), de Manuel Francisco Lisboa (já referido, autor da Matriz de N. S. da Conceição de Antônio Dias e da primeira Casa de Misericórdia da antiga Vila Rica).

E, por fim, outros artistas mineiros receberiam a influência do mestre José Ferreira dos Santos (autor do projeto da igreja do Carmo de Ouro Prêto e de inúmeras obras de Mariana, como a igreja de São Pedro dos Clérigos), ou do Dr. Antônio Ferreira de Sousa Calheiros (projetista da rotunda e graciosa igreja do Rosário de Ouro Prêto, e da casa do Aljube da Sé e Igreja de São Pedro, em Mariana. A eclosão e desenvolvimento atingido pelas belas artes, propriamente ditas, em Minas Gerais, ocorreu *quando Vila Rica foi centro de luzes, único em todo o Brasil*, no acertado dizer do historiador Diogo de Vasconcelos. Foi, pois, a partir de 1720 que surge a arquitetura monumental de Minas Gerais, representada por inúmeros e ricos templos, dentre os quais se destacam os antes mencionados.

Sòmente em 1817, a 7 de março, é que uma carta régia criou em Vila Rica uma aula oficial de desenho. Mas o esquisito é que a aula era também de história...

E as obras de artes levadas a efeito nos conventos e igrejas do Pará, Maranhão, da Paraíba do Norte e de Pernambuco atestam que houve mestres — embora empíricos — que souberam enobrecer a arte e formar não poucos discípulos de incontestável valor, pois os trabalhos realizados comportaram, na maioria dos casos, espaços de tempo superiores aos da idade normal de uma criatura e revelaram a continuação de uma tendência, a observância de preceitos comuns, a permanência de expressões, a conservação de ritmos.

26) O Elemento de Transição

Francisco Pedro do Amaral constituiu, no Rio de Janeiro, um dos derradeiros discípulos dos *mestres* coloniais. Ele representou

o elemento de transição entre os empíricos *mestres* e os *professôres* da Missão Artística Francesa, pois, iniciando-se na arte com José Leandro de Carvalho, continuou sua aprendizagem com Manuel Dias de Oliveira e terminou sua preparação artística com Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine-Taunay. Desejou ser substituído da cadeira de desenho da *Aula Pública de Desenho e Figura*, para o que fez um trabalho, que apresentou ao Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal. Não obteve o lugar. Com a chegada dos missionários franceses, viu-se aproveitado. Fundador, como se verá adiante, da *Sociedade de São Lucas*, para congregar os pintores residentes no Rio de Janeiro, êle chegou a ser, pelo seu talento, cenógrafo, decorador, paisagista, escultor, dourador e arquiteto.

27) *A idéia de fundação, em 1813, da «Academia de Desenho e de Arquitetura Civil e Militar» e de outras Academias de Artes*

Francisco Agostinho Guillobel, natural da França, mas naturalizado português, chegou ao Rio de Janeiro em 1811, empregado como maquinista e fiel do ouro, prata e cobre da Casa da Moeda, idealizou, em 1813, uma praça monumental, com uma estátua equestre do Príncipe D. João, para comemorar a vinda do mesmo ao Brasil.

Tal idéia estava consubstanciada numa minuciosa exposição ao Ministro de Estrangeiros. Verifica-se, assim, que além da citada praça, a ser feita no Campo de Santana, haveria oito edifícios cercados de quatro ruas, em cujas extremidades quatro grandiosas portas de ferro. Os oito grandes edifícios que rodearam as estátuas deviam comportar um total de dezesseis subdivisões, que o autor chamava de *salas*. Entre as mesmas havia as seguintes ligadas às belas artes: 6.^a Sala, *Academia de Desenho e de Arquitetura Civil e Militar*, 7.^a Sala, *Academia de Pintura*; 8.^a Sala, *Academia de Modelar* (seria uma Academia de gravura?); 9.^a Sala, *Academia de Escultura*.

O autor da exposição, revelou a par de vasta cultura, um alto sentido arquitetural e urbanístico e o desejo de dotar o Rio de Janeiro de um grandioso conjunto arquitetônico. Talvez da concepção de Francisco Agostinho Guillobel de criar escolas de arte no Brasil, decorresse a idéia do Conde da Barca de contratar a Missão Artística Francesa. Entre a concepção de um e a realização de outro mediarão somente três anos. De qualquer maneira, Francisco Agostinho Guillobel foi, incontestavelmente, o precursor.

Deixou um filho que lhe honrou o nome: Joaquim Cândido Guillobel, que foi brigadeiro, engenheiro militar, arquiteto (discípulo de Grandjean de Montigny), professor de desenho descritivo e arquitetura na Academia Militar, desenhista exímio, autor de

inúmeros desenhos de homens e coisas do Rio de Janeiro (que o Tenente inglês Chamberlain surrupiou e apresentou como próprios em suas obras *Views in south America*), heraldista perfeito e projetista de obras de arquitetura, como deixamos patente em nossa obra *Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira*. J. C. Guillobel foi progenitor do Almirante Cândido Guillobel (que foi Ministro da Marinha) e avô do ex-Ministro da Marinha Almirante Renato Guillobel.

28) *A iniciativa de Garção Stockler: Escola Real de Belas Artes.*

Outra tentativa para a integral organização do ensino artístico teve lugar em 1816, quando o ilustre General Francisco Borja Garção Stockler apresentou ao Conde da Barca, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, um *Projeto sobre o modo de organizar e estabelecer a instrução pública no Reino do Brasil*. O vasto e sistemático plano dividia a educação em quatro graus, sendo que no segundo estava prevista a divulgação dos conhecimentos indispensáveis aos artistas. Os estabelecimentos de ensino desse grau seriam chamados *Institutos*, e os professores receberiam a denominação de *instituidores*. Mas o curioso é que, logo a seguir, o estabelecimento de ensino artístico era chamado de Escola Real de Belas Artes. Nêle ensinar-se-ia: o *desenho*, a *pintura*, a *escultura*, a *arquitetura civil*, a *gravura* e a *música*.

UM GRANDE NOME DO IMPÉRIO

LEOPOLDO ANTÔNIO FEIJÓ BITTENCOURT

O GOVERNO CONSTITUÍDO NO BRASIL E O CONSELHO DOS PROCURADORES DAS PROVÍNCIAS. (*)

Os homens (os diplomatas) observam o Andrada, curiosos e decepcionados de não poderem influir na sua inesgotável vontade que sempre ganha terreno. As mulheres (isto é, a inglesa Mary Graham e a princesa Leopoldina) o compreenderam logo. Isto, na ocasião em que se elaborava a Independência.

Duas idéias seriam pois lançadas no Brasil com a política andradina: o poder monárquico e o federalismo. O poder atribuído a D. Pedro, a que Mary Graham chama poder *monárquico*, era «alguma coisa entre o Presidente americano e o Soberano limitado da Inglaterra» — diz ela. O presidencialismo de fato, os Estados Unidos herdaram da monarquia inglesa; é poder igual ao do monarca para que haja quem mostre a relação que tem com a monarquia, considerando-o como sendo uma das formas de governo monárquico.

De federação, a América do Norte é o grande exemplo. Pois o «governo será administrado de um modo análogo aos Estados Unidos da América do Norte», dirá mais tarde D. Leopoldina a Shoefer, dias antes de se proclamar a Independência. Ninguém, melhor que essas duas mulheres, sintetizaram a política de José Bonifácio.

O Andrada pensava em organizar as classes conservadoras tal qual já aconselhara Villanova Portugal, e, para isso, ainda criaria a Ordem do Cruzeiro. Insistia em afirmar que era necessário interessar no governo as antigas famílias e os homens ricos brasileiros que detestavam e temiam os demagogos: «eram (pois) eminentemente aristocráticos»!

Mary Graham aponta os fazendeiros como sendo o elemento social em quem de fato quis se apoiar José Bonifácio.

(*) Capítulo de um trabalho em preparação, que não chegou a ser revisto pelo autor.

Os fazendeiros representam a organização rural, são também províncias: e com elas é que o Andrada queria então contar.

O «Poder monárquico» em que fala Mary Graham, de fato se exerceria entre entidades federadas, entre as províncias. Não seria um poder absoluto. De comêço um poder sem nome. Um poder de monarca adaptado aos elementos sociais existentes. Monárquico lhe chama a inglesa preceptora de D. Maria da Glória: mas a primeira constituição que teve o Brasil lhe deu o nome de poder moderador para que a denominação ficasse consagrada.

O Poder *monárquico* seria pois exercido primeiramente com o Conselho de Procuradores das províncias, e José Bonifácio logo se refere a êsse órgão politico, muito antes que Ledo ou José Clemente Pereira (observa Tavares de Lira) aludissem à curiosa instituição. — «Conhecendo as disposições do Imperador e as desordens das Assembléias Constituintes, escreveu José Bonifácio, lembrei-me de criar com os procuradores gerais um Conselho de Estado, em que servissem de mediadores entre o povo e o Soberano, até que o Brasil livre de inimigos e facções pudesse constituir-se».

Jamais José Bonifácio admitiria uma assembléia nacional soberana imperando no país. Essa soberania de uma assembléia êle repeliaria mais tarde contrapondo-lhe a do Imperador, e diria dêsse aglomerado de legisladores de última hora: — «dá ensejo aos povos de julgar os atos do Govêrno e de intervir diretamente nos negócios governativos; mas do mesmo modo que muitas coisas excelentes em teoria não dão bom resultado na prática, assim também é possível que coisas locais e secundárias, como as distâncias, o pouco contato entre os eleitores enfraqueçam as más tendências de um poder assim constituído».

O Conselho dos Procuradores das Províncias de fato punha, face a face, o monarca e a nação. A concepção de José Bonifácio se caracteriza pela repulsa a uma politica tumultuária, oriunda do seio da multidão. Mas dirá Mareschal que a organização politica do Andrada «n'a point l'air de viser à la monarchie absolue»; e faria que o povo fôsse às eleições. — Para conquistar a popularidade (admitia o austriaco) é que José Bonifácio consentiria nessa interferência do povo. O diplomata absolutista ao extremo não comprehendia como de fato trouxesse equilibrio a atuação do povo no govêrno... — Conselho de anfitriões! dirá Mareschal se manifestando desfavorável ao Conselho de Procuradores das Províncias.

Quando Dom Pedro, inspirado pelo Andrada criou aquêlê conselho, deu-lhe então a seguinte competência, que o caracteriza:

«1.º aconselhar-me tôdas as vêzes, que por mim lhe fôr mandado, em todos os negócios mais importantes, e difíceis; 2.º examinar os grandes projetos de reforma, que se deverão fazer na admi-

nistração geral, e particularmente, e planos, que lhe parecerem mais urgentes, e vantajosos e zelar cada um de seus membros pelas utilidades de sua província respectiva». Orientar a ação do monarca; mas nunca interpor-se ou sobrepor-se a ela.

Com o Conselho de Estado, criado mais tarde para ser ouvido em todos os negócios, «em que o Imperador, se propunha a exercer qualquer das atribuições próprias do poder moderador» (art. 124, Const. de 1824), o poder monárquico se destacava entre os órgãos de governo, intervinha junto a eles, impunha-se a eles. A Constituição do Império deu pois forma novamente a um poder que o Imperador já exercera com o conselho dos procuradores das províncias. Veio por fim o diploma nacional chamar «chave de tôda a organização politica», a êsse poder, que foi «delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da nação, e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sôbre a manutenção da independência, equilibrio e harmonia dos mais poderes politicos». (Art. 98, Const. de 1824).

O Conselho de Procuradores das Províncias, dirá T'avares de Lira, é o esboço, é o primeiro ensaio do Conselho de Estado. De fato a mesma politica é que se instituiu com êsses dois órgãos de governo. Representaram ambos, sucessivamente, a reaparição de uma força tradicional, que já era a das províncias, posta entre os novos órgãos de governo, entre os elementos politicos então existentes, dando-lhes comedimento e estabilidade. Os dois conselhos são a mesma coisa, têm quase que a mesma competência. Dêsse poder que elas são se pode dizer o que escreveu Orlando: «tem antes o seu fundamento unicamente em razão de ordem geral e se confirma em qualquer forma de Estado».

Na República êle reapareceu como sendo a politica dos governadores.

Instituindo a monarquia no Brasil e salvando com isso a tradição monárquica portugêsa (como queria Tomás Antônio) José Bonifácio era entretanto um remodelador. Era o estadista que já antecipava a idéia de poder moderador, e é também um dos que primeiro aventam a idéia de federação, no Brasil. Fôra municipalista em Portugal, no Brasil havia de estar inclinado para o regime federal, uma vez que a província no Brasil se desenvolveu e tomou grande expressão e uma vez que, na sua origem, município, e província, e Estado membro da federação, se confundem na mesma federação social e autonomia local.

José Bonifácio, criando o Conselho dos Procuradores das Províncias, que se tornaria no Conselho de Estado, firmou o Direito Constitucional Brasileiro, em um dos seus aspectos principais. Durante a monarquia êsse poder moderador. Na República a federação e o presidencialismo: na federação já se aproximava o

Conselho de Procuradores das Províncias, e do presidencialismo falava a princesa Leopoldina. Sim: os destinos políticos da América.

A êsse brasileiro, tradicionalmente monarquista, e reformador do regime a que dava a melhor organização condizente com a América, não compreendia muito Mareschal que, como bom representante, no Brasil, da Santa Aliança, de visão política reacionária à Revolução francesa, via no Andrada um amigo de novidades e um espírito aventureiro, sem originalidade. «Êsse projeto de Conselho de Regência não é (informa o diplomata) tão pouco uma idéia do Sr. Andrada, apareceu num folheto de um médico há alguns meses, e o ministro adotou-a sòmente porque pareceu-lhe ser muito popular e porque era um meio de satisfazer o amor próprio e a ambição de muitos indivíduos, promovendo-se dêsse modo a união das diferentes províncias entre si». Varnhagen diz que Tomás Antônio é o primeiro a pensar em um Conselho assim, dando cada uma das províncias, de um a três representantes, conforme o seu tamanho, e «todos com tratamento de excelência», reunidos em um Conselho de Estado. Tobias Monteiro encontra-lhe origem mais remota e recolhe os nomes de outros que na época se referiram a um conselho igual ao dos Procuradores. «Deve-se ligar a idéia dêsse Conselho à origem mais remota (escreve êsse historiador), pois já em 1811, criticando o sistema de govêrno do Brasil, sustentava o *Correio Brasiliense* que as cidades e províncias deviam ter seu govêrno municipal e os governadores um conselho, ao qual estivessem ligados para as suas decisões de importância».

O que Mareschal traduzia era opinião precipitada de quem se encerra dentro de um ponto de vista estreito e que tinha como objetivo luta sem trêguas por um absolutismo sem concessões. Interferência do povo, direitos do povo postos em face do govêrno sempre houve para não se chegar a tanto estremando-se em um absolutismo hiperbólico e reacionário às idéias revolucionárias francesas de 1789. Era preciso afastar-se dêsse extremismo, e o Andrada o fazia voltando em parte à tradição com o Conselho dos Procuradores. Tavares de Lira cita a Sousa Bandeira que escreveu a respeito dos conselhos em Portugal:

«A Ordenação Afonsina fala nos Conselhos do Rei, a que D. Sebastião, em 1569, e D. João IV, em 1645, deram regimento. Coelho da Rocha menciona os Conselhos ou Cúrias nas primeiras épocas da monarquia portugüesa, como sobrevivência dos godos. A existência de um núcleo de cidadãos tirados do clero, da nobreza e depois também dos legistas, que aconselhavam os reis nas ocasiões difíceis, encontra-se a cada passo na história lusitana...» Logo, os conselhos consultivos eram a tradição.

A significação que um Tomás Antônio encontrava em uma instituição assim, talvez estivesse na prática tradicional que o país tinha dos conselhos consultivos.

O Conselho dos Procuradores das Províncias, representando imemorial experiência, relacionava-se inteiramente com o poder que subsistia com o Príncipe e que se conservava com a monarquia ao entrar êle em contato com o povo. O Andrada, criando o novo órgão de governo, caminhava para a realidade de sempre, passando então por cima de uma revolução para estalar, latente, chegando então, zeloso da tradição de que não queria se desinteressar, a uma solução louvável.

É preciso dizer que, convocando-se êsse conselho, não se seguiu a revolução, e de modo algum se tomou o caminho dela. Fêz-se o que já se fazia na monarquia portuguesa.

O episódio político que provocou a reunião dêsse conselho, é focalizar a política luso-brasileira. Mas no momento se praticou aquilo que reza das tradições portuguesas. Conselho consultivo como êste, já propusera um Vilanova Portugal, já era da monarquia, já houvera no velho reino e não se confundia com a nuvem de pó levantada pela multidão a se dizer a soberania nacional, e a encobrir todo o passado político do país.

O próprio Dom João VI ordenara:

«hei por conveniente mandar convocar a esta côrte os procuradores que as Câmaras da cidade e vilas principais que tem juizes letrados elegerem», — era neste caso a convocação de elementos sociais apurados, e não a soberania nacional que o rei convocava.

Ora podia o príncipe Regente escrever a seu pai, o rei Dom João VI, comunicando que, para êle governar, convocara um conselho de procuradores das províncias, igual aos conselhos que sempre houve em Portugal e em que vinham cessar as divergências politicamente o povo e a Coroa.

«Dou parte (escreve D. Pedro a seu pai em 16 de fevereiro de 1822) que tendo anuído, como era minha obrigação, às respeitadas representações do Brasil, e sendo nelas exigida a criação de um conselho de estado, convenci-me que assim como atendia quanto à minha ficada, também devia anuir quanto à criação do dito conselho, visto ser de utilidade pública». (Carta 22). Escrevendo a respeito, Melo Moraes dirá: «José Bonifácio em um dos seus eloqüentes discursos pediu que o Príncipe houvesse por bem de convocar um conselho de procuradores das províncias para tomar parte na deliberação dos negócios do Estado» (*História do Brasil Reino e Brasil-Império*, pág. 235). O que informa Melo Moraes confirma os termos da carta de D. Pedro. Tavares de Lira apre-

ciando a questão da autoria da idéia do Conselho de Procuradores das Províncias, cita o discurso recitado por José Bonifácio quando se deparou com o Príncipe a 26 de janeiro pedindo em nome dos paulistas que D. Pedro ficasse no Brasil. E então, é que havia pois se referido a este Conselho.

Pedia que D. Pedro convocasse «para reunir tôdas as províncias dêste reino em um centro comum de união e de interesse recíprocos... uma junta de procuradores gerais ou representantes, legalmente nomeados pelos eleitores de paróquia, juntos em cada comarca, para que nesta Côrte e perante vossa alteza real o aconselhem e advoguem a causa das suas respectivas províncias».

Escreve Rio Branco em nota à História da Independência de Varnhagen: — «A idéia partiu de Joaquim Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e General Nóbrega. Resolveram, no clube de que faziam parte, que o Senado da Câmara do Rio de Janeiro tomasse a iniciativa de propor ao Príncipe a criação dêsse Conselho de Procuradores de Províncias. Reunida a Câmara em sessão pública, no dia 8 de fevereiro, sob a presidência de Clemente Pereira, foi aceita a proposta dêste e aprovada uma representação, que logo subiu à presença do Príncipe». — Mas não precede o que diz êsse Paranhos. «Para mim (conclui Tavares de Lira) a precedência cabe a José Bonifácio...» (Rev. do Inst. Hist., tomo especial. Ano da Independência. Págs. 231, 234). e lembra que, antes de os Ledo, os José Clemente, os Januário, os General Nóbrega, se reunirem em clubes, José Bonifácio já chegara de São Paulo com a idéia formulada, e expressa no discurso que dirige ao príncipe por ocasião do Fico. Ainda nesse caso do conselho de Estado, acrescenta Tavares de Lira a respeito da colaboração, que José Bonifácio foi buscar com êsses políticos para pôr em prática as suas idéias. «Ninguém desconhece o fato que o próprio Varnhagen confirma: — «Marchavam com o Ministério, mais ou menos de acôrdo, Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira, ajudando-o muito ambos, aquêle na redação de alguns trabalhos e este como guarda avançada para, como presidente do Senado da Câmara, pedir ao Govêrno as decisões de maior transcendência, que, às vêzes, apesar do mesmo Govêrno, deviam ser tomadas, livrando ao mesmo Govêrno da responsabilidade e iniciativa, e passando-a tôda ao povo, com o seu direito de petição já garantido pelas bases juradas da Constituição». (Ob. cit., páginas 233-234).

Representaram-se os municípios por intermédio de procuradores reunidos todos em um conselho consultivo, e partir-se daí para elaborar uma constituição, é idéia antiga. De muito antes daquele momento. E de fato abraçada por Villanova Portugal, e também por D. Pedro. Foi pois a idéia contraposta à insurreição, que trouxe à Lisboa as Côrtes Gerais de 1820.

«Tomás Antônio... se apegava (escreve Oliveira Lima) a idéia das Côrtes serem sòmente consultivas, pelo menos com relação à ex-colônia, não se efetuando reforma alguma ou mudança no Brasil sem ser examinada a proposta por pessoas das províncias do novo Reino: no que afinal se punha de acôrdo, aparente se não real, com a proposição de Palmela de congregar no Rio de Janeiro, a fim de aplicar as bases fundamentais da Constituição livremente concedida pelo soberano, os procuradores das Câmaras municipais do Brasil». (Oliveira Lima. Dom João VI no Brasil, pág. 1.117).

Neste caso, as municipalidades seriam consultadas, nos seus procuradores, como havia de fazer D. Pedro dirigindo-se diretamente às câmaras municipais ao outorgar a carta de 1824. A idéia de procuradores, e de um órgão consultivo por êles constituído tal qual o príncipe decretou que tósse o Conselho de Procuradores das Províncias, já estava pois na mente do filho de D. João VI, antes mesmo que o Andrada propusesse a criação dêsse órgão.

«O Príncipe Real (lembra então Oliveira Lima), êsse é que revelando o seu temperamento, que o tornaria a negação do regime que veio a personificar, dava sem reбуço à expressão — Côrtes Consultivas — um sentido diferente daquele que lhe emprestava Palmela. Numa nota do seu próprio punho se lê: «Lei nenhuma terá vigor sem ser proposta pelo Rei em Côrtes as quais devem ser consultivas, quero dizer terem o direito de discutirem a proposta Real, a qual depois decidida pela pluralidade de votos será sancionada pelo Rei — a êste competindo portanto a iniciativa e a sanção». (*Ob. cit.*, págs. 1.117-1.118). Corresponhia pois a isso o Conselho de Procuradores das Províncias, que José Bonifácio veio a propor. Mas comenta Oliveira Lima o escrito do príncipe: «Dir-se-á que na libérrima Inglaterra apenas os projetos ministeriais têm probabilidades de serem convertidos em leis e que as propostas de iniciativa parlamentar raramente logram subir à régia sanção: é porém ocioso encarecer quanto nesse país tem o tronc politicamente mergulhado na sombra gigantesca da representação nacional, da qual é o gabinete a mera delegação executiva». Mas naquela sombra, em que de fato se ocultava o princípio de iniciativa, o príncipe então vislumbrava, receioso da política do tempo como todo Bragança, a salvação em um mar de naufrágios e cerração.

Assim se vêem pois as afinidades entre as idéias de José Bonifácio criando um Conselho de Procuradores das Províncias e as de D. Pedro que desejava o rei tivesse a prerrogativa da sanção e da iniciativa no projeto de lei, querendo as Côrtes em Portugal fôssem Côrtes Consultivas, conforme declarava sem reбуços: sim, Côrtes consultivas como o Conselho de Procuradores das Províncias!

Essas, de fato, foram, até a data do Fico, as idéias de D. Pedro, que, com o praticar na política, pôde ir além aceitando

uma constituinte de que muito tiveram de convencê-lo, mas da qual se desfez depois voltando às velhas idéias tradicionais, suas e de José Bonifácio. Entretanto de começo êle não dava um passo além dessa idéia de reunir, em um órgão consultivo, os procuradores dos governos locais. E muito menos que o príncipe, não seria o Andrada a dar êsse passo.

Mas teve José Bonifácio de aceitar uma constituinte, que pediram. Conformou-se com eleger deputados, o que não era do seu agrado, embora fôsse da aceitação do príncipe, a mudar de opinião.

Ora José Bonifácio conhecera, na França, o Terror. Tinha experiência das revoluções. E sabia que até mesmo o Terror se caracteriza pela reação ao perturbado estado de coisas insustentável. Também sabia que se atravessava no Brasil, como no mundo inteiro, um período de turbação. Ora não atalhou José Clemente Pereira dizendo que José Bonifácio era «o único homem apontado para dirigir a revolução... porque reunia vasto saber, imaginação viva, atividade sem igual e intrepidez, remarcável?» (Tobias Monteiro. *Elab. da Ind.*, pág. 779). Dirigir a revolução! Sim; transpô-la, como se transpõe um abismo.

Que momento era aquêlo? Que época era aquela? Que homens haviam de vencer naquela ocasião? Os que soubessem reagir! E como haviam de proceder os que soubessem reagir! Dizia então Tomás Antônio: «Ê pois isto o que há de fazer, Polícia e mais Polícia...» Nunca duas inteligências estiveram mais acordes nas idéias que José Bonifácio e o ministro de D. João VI, a ponto de um parecer continuador da tradição e da política do outro. A ação policial lembrada por Tomás Antônio é que José Bonifácio teria pois em mente. Mas o caso é que no Brasil tinha de se proceder a uma eleição.

Entre os seus manuscritos o Andrada deixou pois um, intitulado *Lembranças e Providências*, que traduz como êle encarava atento a situação. Escrevera: «Primeiro: Foi-me denunciado que no dia 13 uma grande força de europeus deviam ajuntar-se armados em certo lugar e atacar os brasileiros. Que êstes conjurados contam com os milicianos europeus que estão com armas e munições».

Pelo que êle diz, as forças européias, ainda estavam no Brasil; logo o documento é de 1822, confirmando a data que trás no final. Ora, José Bonifácio suspeitava da conspiração mais treda, mais hedionda, que se queria lançar.

«Segundo. Que a serem (diz êle) os ditos conjurados menos felizes, projetam proclamar a liberdade dos escravos e armá-los para bem da sua causa».

«Terceiro. Além dos Clubes de que já temos notícias, denunciaram-me as casas seguintes que devem ser espiadas com tropas armadas de repente os congregados — estão as seguintes casas: 1.^o a do negociante que partiu para a França, José Marcelino Gonçalves na rua dos Pescadores 2.^o na mesma rua da Botica ou casa de um Roque tal onde se juntam às vêzes quase 40 pessoas, 3.^o outra na rua da cadeia».

«Como é de nosso dever vigiar pela tranqüilidade pública e pela conservação do Estado debaixo da sagrada e rigorosa responsabilidade, eu vou expor a V. Excia. os remédios que me ocorrem. Em primeiro lugar aumentar o número de espias secretas dos secretários e dos dinheiros da Policia. 2.^o Fazer conduzir a depósitos seguros as armas dos Regimentos de Milicias, que tem maior número de caixeiros e que estão marcadas pela opinião pública. 3.^o Assaltar as casas onde há os ditos clubes uma vez verificados, prender os congregados e apreender todos os seus papéis e correspondências, para serem examinados por uma comissão de membros presidida por um ministro de Estado, composta de dois militares honrados e dois magistrados corajosos e patriotas que formarão uma junta interina de segurança pública. «Quarto. Depor e surpreender todos os chefes suspeitos ou Empregados de qualquer repartição e categoria que forem suspeitos na opinião pública. «Quinto. Nomear para juizes do crime extraordinários e interinos alguns sujeitos e bacharéis honrados e animosos que vigiem pela segurança e sossêgo públicos nos bairros que lhe forem cometidos, vista a incapacidade ou suspeita dos atuais que além destes são poucos».

Mas no Brasil processar-se-iam eleições! O Andrada sempre recebeu as situações que elas trazem. Já lhe parecia que os piores conspiradores estavam atentos, prontos a perturbarem tudo, caso não satisfeitos com o resultado das urnas.

José Bonifácio queria passar à frente da ameaça social, para lhe cortar o passo. E escrevia:

«Sexto. Eu requeiro que para o dia 18 das eleições se poste em baixo da Ladeira uma guarda capaz e bem municada com o tribulo de guarda de honra, para vigiar sôbre a entrada do povo para o local das eleições e conservar a ordem na sessão. «Sétimo. Que se introduzam espias seguros na sala ou local das Eleições para darem conta do que lá se poderá propor contra e por sossêgo público e fora do único fim a que se dirige a sessão, que se ordene ao ouvidor Presidente que logo que se trate de outros assuntos que não seja a mera execução do Decreto, que dissolva a junta eleitoral e dê tudo por nulo e acabado. «Oitavo. Finalmente requeiro que neste dia tôdas as tropas de linha, artilharia e cavalaria, e as Milicias sem suspeita estejam postadas e debaixo de armas nos sítios mais adequados da cidade desejando que na Praça da Cons-

tuição em que eu moro se poste tôda a divisão dos Leais Paulistanos, 10 de Abril de 1822».

É de supor que o Andrade estivesse com a segurança pessoal ameaçada. Mas preparava êle a sociedade contra a mashorca. E duas idéias nítidas são por êle postas em confronto: de um lado a revolução ameaçadora querendo desorganizar o país; e de outro, a sociedade que tinha o que salvar, daí pois a sua alusão constante despertando os elementos honrados para que estivessem a seu lado. Havia dramaticidade no quadro que descrevia. Por fim um postscriptum, no que escreveu:

«P.P. Também me denunciaram o coronel de Estado Maior... por ser energúmeno e inimigo de S.A.R. e do Ministério». Terminou com uma reverente referência a D. Pedro, e com a denúncia do teor a incompatibilizar o Príncipe com os agitadores.

Varnhagen admirado com a ação policial do Andrada dirá que êle era «de índole naturalmente boa» mas como que se viciou a ser rigoroso quando no exercício da Intendência de Policia da cidade do Pôrto.

Os historiadores como o autor da *Elaboração da Independência* afirmarão de José Bonifácio: «Quando ministro revelavam os seus atos a obsessão da espionagem, desconfiança a respeito de quem quer que não fôsse da sua grei, acompanhadas de rancor, incompreensível em natureza bondosa».

Porém é ocasião de citar de novo aquêl trecho de Latino Coelho a abonar a ação do Andrada:

«Não é porém factível equilibrar... a sociedade, quando rotos por largo tempo os vínculos morais, sem que à gente acostumada à soltura dos costumes e das Leis pareça draconiano e severissimo o que apenas é justo e salutar».

O Andrada teve pois de reprimir a «soltura dos costumes e das leis». Quem assim justifica em parte os atos de José Bonifácio, foi liberal. Armitage ao compor uma história do Brasil, depois que Evaristo entrou em luta com José Bonifácio, é que traçou então páginas reveladoras da vivacidade de homem de boa conversa, engenhoso nas ironias, e que não demorou em desferir contra os Andradas a mordacidade: «possuiam vistas extensas, e intenções patrióticas; porém dominados pelo mesmo espírito de independência e de ambição, que os levava a principios republicanos enquanto o seu país estivera sujeito ao sistema colonial, tornaram-se arbitrários e intolerantes, quando empregaram o poder». A êsse extremo de se tornar revolucionário chegou Antônio Carlos; mas a sua carreira politica já de comêço é muito diferente da carreira de José Bonifácio.

Em conclusão: — No Brasil salvou-se a monarquia com algo da tradição portuguesa expressa no poder moderador que se exerceria com o Conselho de Estado. Pode-se ter interrompido, por alguns lapsos de tempo a tradição que representava êsse conselho: pouco importa! Põe-no em prática José Bonifácio. Mas aquêlê conselho dos Procuradores das Províncias traiu logo o Andrada, traiu a si mesmo, traiu ao que devera ser, quando pede uma constituinte, que pretenderia ser a soberania nacional.

Mas Dom Pedro I o retomou sob sua proteção, e a constituição por êle outorgada, em 1824, o reconstituiu com o nome de Conselho de Estado: palavras novas; justificação feita com o que leram em Benjamim Constant. Mas na verdade uma instituição tradicional portuguesa estava lançada no Brasil.

Abdicando Pedro I, se desfaz de novo o Conselho de Estado, e mandou-se embora todos os conselheiros.

Porém reconstituindo-se a política do país, e já havendo partidos, os conservadores restauram o Conselho de Estado, em que se instalam, para estabilizar a política brasileira. Os conservadores, nas posições que tinham; os liberais como sendo uma natural opposição a êsse partido a se manter com as posições que tomaram, tornando-se num poder, algum dia objeto de acusação de Tomás Nabuco, e do constante combate dos liberais a quererem, com Teófilo Otoni à frente, a extinção do Conselho de Estado.

AINDA O GLOBO DE BEHAIM

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

Nascendo e crescendo na segunda metade do século XV, viveu Martim Behaim numa época favorável à formação espiritual de sua forte personalidade. A mecânica, a física, a química ainda não embruteciam, como hoje, a espécie humana, reduzida a peça de seus aparelhos.

Nesse meio século começou a multiplicar os livros uma imprensa dotada de tipos móveis e o refúgio de gregos ilustrados e ilustres na Europa ocidental, tomada Constantinopla pelos Turcos, enriqueceu de helenismo as grandes inteligências.

Nuremberg teve sua primeira tipografia em 1470 e em 1476, quando Regiomontano foi para essa interessante cidade, o seu célebre *Calendarium* teve na Itália duas edições, uma latina e outra italiana (1). Estava então Behaim nos seus dezessete anos.

De posse das tabuas de declinação do sol aperfeiçoadas com as frações do grau por Regiomontano, compreendeu Behaim que não era a Europa central o teatro próprio para sua atividade, mas no extremo ocidental o Reino português, e que seu destino era, servindo a um grande príncipe, navegar no Atlântico.

Adaptou o astrolábio ao mastro grande do navio; mas o maior serviço que prestou à navegação com sua técnica está em ter utilizado as Tábuas do Regiomontano calculando com precisão as latitudes.

Vêmo-lo em Lisboa em contato com os médicos de D. João II, os judeus José Vizinho e mestre Rodrigo, dois físicos entendidos, como os de sua época, em astrologia médica, acompanhando o sol pelos signos do Zodíaco, para assinalarem conjunções tidas como causa de moléstias, sem tábuas de medir latitudes como as de Regiomontano.

(1) Giuseppe Fumagalli, *Bibliografia* (Manuali Hoepli), Milano, 1916, pág. 133.

Por êsses conhecimentos astrológicos foram considerados por D. João como as pessoas mais aptas para compreenderem o que Behaim ia explicar-lhes.

Está claro que os dois clínicos não entraram com coisa alguma **nessa** conferência, ou aula, que os historiadores mais tarde transformaram, ridiculamente, numa junta de sábios astrônomos, pondo nela, porque três eram poucos, tôdas as competências enfronhadas em leituras do *Almagesto* (2).

Tanto valor deu D. João à técnica exposta por Behaim, pelo seu alcance nas expedições marítimas, que confiou a Behaim uma das duas caravelas que deviam ir descobrir a passagem para o mas das Índias pelo sul da África, dado a Diogo Cão (*Jacobus Canus*) o comando da outra.

Partiram de Lisboa no ano de 1424, não se diz o mês, e assentaram os padrões de Portugal no cabo da Boa Esperança no dia 18 de janeiro de 1485.

* * *

Ainda que desajeitado e cheio de incongruências e infantilidade, é muito interessante o capítulo da *Décadas* em que João de Barros supõe descoberto por Bartolomeu Dias o cabo da Boa Esperança.

Transcrevo-o e critico dividido em partes aliquantas.

«E também lhe pareceu (a D. João II) que, prosseguindo os seus navios a costa que iam descobrindo, não podiam deixar de dar na terra onde estava o Prazo promontório, fim daquela terra».

Ê o *Prasum promotorium* de situação incuta.

* * *

«Assim que, conferindo tôdas estas coisas, que o mais acendiam em desejo do descobrimento da Índia, determinou de enviar logo, neste ano de 1486, dobrados navios por mar e homens por terra, para o fim destas coisas que lhe tanta esperança davam. Armados dois navios de té 50 tonéis cada um e uma navêta para levar mantimentos sobressalentes, por causa de muitas vêzes desfalecerem os navios dêste descobrimento, com que se tornam para o Reino, partiram no fim de agôsto do dito ano».

O Globo de Behaim, para a expedição de 1484, dá sòmente duas caravelas com provisões para três anos, dada a incerteza do tempo necessário e da distância a percorrer nessas embarcações

(2) V. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1953), vol. 219, pág. 81.

mais ligeiras. Até na verossimilhança, não só na verdade histórica, o Globo supera as *Décadas*.

* * *

«A capitania da qual viagem (D. João) deu a Bartolomeu Dias, cavaleiro de sua casa, que era um dos descobridores desta costa, o qual ia em um navio de que era pilôto Pero de Alenquer e mestre Leitão. E João Infante, outro cavaleiro, era capitão do segundo navio, pilôto Álvaro Martins e mestre João Grego. E em a nau que levava mantimentos ia por capitão Pero Dias, irmão de Bartolomeu Dias, do que era pilôto João de Santiago e mestre João Alves, todos, cada um em seu mister, muito expertos».

* * *

«E, pôsto que Diogo Cão tenha descoberto por duas vêzes trezentos e setenta e cinco léguas de costa do cabo de Catarina té o cabo chamado do Padrão, todavia, passado o rio do Congo, começou Bartolomeu Dias seguir a costa té chegar onde ora se chama a Angra do Salto. Por razão de dois negros que Diogo Cão ali salteou. Os quais el Rei, por êle Bartolomeu Dias já ensinados do que haviam de fazer, mandava tornar àquele lugar. E assi levou quatro negras dest'outra costa de Guiné, a primeira das quais deixou na Angra dos Ilheus, onde assentou o primeiro padrão, e a segunda na Angra das Voltas, e a terceira morreu, e a quarta na Angra dos Ilheus da Cruz, com duas que ali tomaram, que andavam mariscando, e não as quizeram trazer, porque mandava el Rei que não fizessem força nem escândalo aos moradores da terra. A causa de el Rei mandar lançar esta gente por tôda aquela costa, vestidos e bem tratados, com mostra de prata e ouro e especiarias, era porquê, indo ter a povoado, pudessem notificar de uns em outros a grandeza de seu Reino e as coisas que nêle havia, e como por tôda aquela costa andavam seus navios e que mandava descobrir a India e principalmente com príncipe que se chamava Preste João, o qual lhe diziam habitar naquela terra, tudo a fim que pudesse ir ter esta fama ao Preste e fôsse azo pera êle mandar de lá de dentro donde habitava a esta costa do mar, porque pera tôdas estas coisas os negros e negras iam ensinados, e principalmente as negras, que, como não eram naturais da terra, ficavam com esperança de tornarem aos navios per ali e as trazerem a êste Reino. Que entretanto elas entrassem pelo sertão e aos moradores notificassem estas coisas e aprendessem muito bem as que pudessem saber das que lhes eram encomendadas e pudessem ficar seguras, porque, como eram mulheres, com que os homens não tem guerra, não lhes haviam de fazer mal algum».

As infantilidades da tirada estariam melhor em páginas das *Mil e uma Noites*, onde se figura que em tôda a Ásia falam a mesma língua. As negras de Guiné iam entender-se em bantu com os pretos do Congo, para descobrirem o paradeiro do negus etiope, como se D. João, que mandou Afonso de Paiva pelo Egito, como conta o próprio João de Barros, não soubesse de que lado estava a Abissínia (3).

* * *

«Além de assentarem padrões, que levavam, nas distâncias do comprimento da costa que lhes bem parecia e eram postos em lugares notáveis, assi como o primeiro chamado Santiago no lugar a que puseram o nome de Serra Parda, que era em altura de vinte e quatro graus e cento e vinte léguas do derradeiro que pôs Diogo Cão. Punham também os nomes aos cabos, angras e mostras da terra que descobriam, ou por razão do dia que ali chegaram, ou por qualquer outra causa, como a Angra a que ora chamam das Voltas, que per as muitas em que então ali andaram lhe deram este nome, Angra das Voltas, onde se «Bartolomeu Dias deteve cinco dias com tempo que não lhe deixava fazer caminho; a qual angra está a vinte e nove graus da parte do Sul».

Descoberta a passagem para a Índia pelos cabos do sul, era lógico e muito psicológico o desejo de D. João de assinalar, dando-lhes nomes, os acidentes geográficos da costa que ia ser freqüentada por seus navios, marcando também com padrões o litoral africano. Encarregou de tudo isso Bartolomeu Dias, que reservou um padrão para o ponto que atingisse explorando a costa sôbre o mar das Índias.

Ao mesmo tempo (1486) mandou D. João dois portugueses ao Oriente, para estudarem os reinos, as terras e os mares, para onde fôsse e por onde houvesse de passar sua frota.

* * *

«Partidos daqui, na volta do mar, o mesmo tempo os fêz correr treze dias com as velas a meio mastro, e como os navios eram pequenos e os mares já mais feios e não tais como os da terra de Guiné, pôsto que os da costa da Espanha em tempo de tormenta eram mui feios, êstes houveram por mortais. Mas, cessando o tempo que fazia aquela fúria do mar, vieram demandar terra pelo rumo de leste, cuidando que corria a costa de norte a sul em geral, como té ali trouxeram. Porém, vendo que por alguns dias cortavam sem dar com ela, carregaram sôbre o rumo norte, com que vieram ter a uma angra a que chamaram dos Vaqueiros,

(3) Bantu e não banto, como leio num dicionário ortográfico (*bantou* em francês).

per as muitas vacas que viram andar na terra guardadas por seus pastores. E como não levavam língua que os entendesse, não podiam haver fala dêles, antes, como gente espantada de tal novidade, carearam seu gado para dentro da terra...»

Disse-me Gago Coutinho que raramente nas proximidades do cabo da Boa Esperança venta de norte a sul e por isso os navegantes em veleiros se afastavam da costa, procurando, além de sôpro de sueste, uma contra-corrente atmosférica, para chegarem ao cabo. Creio que, já estudada a direção mais constante dos ventos, partiu Bartolomeu Dias de Angra das Voltas, que dessa navegação circular recebeu provàvelmente o nome (4).

* * *

«Correndo mais avante a costa já per novo rumo, de que os capitães iam contentes, chegaram a um ilhéu que está a uns trinta e três graus e três quartos da parte do sul, onde puseram o padrão chamado da Cruz, que deu nome ao ilhéu, que está da terra firme pouco mais de meia légua».

O ilhéu da Cruz está na baía d'Algoa formada pelos cabos Recife e Padrão, cujo nome faz supor engano em João de Barros, pondo no ilhéu o padrão e não no cabo.

* * *

«E, porque neste (o ilhéu) estavam duas fontes, muitos lhe chamaram penêdo das Fontes. Aqui, como a gente vinha cançada e mui temerosa dos grandes mares que passaram, tôda a uma vez começou a se queixar e requerer que não fôsem mais avante, dizendo como os mantimentos se gastavam para tornar a buscar a nau que deixaram atrás com os sobressalentes, a qual ficava já tão longe que quantos a ela chegassem seriam todos mortos à fome. Que assás era de uma viagem descobrir tanta coisa e que já levavam a maior novidade que daquele descobrimento levaram: acharem que a terra só corria quase em geral para leste, devendo parecer que atrás ficava algum grande cabo, o qual seria melhor conselho tornarem de caminho a descobrir. Bartolomeu Dias para satisfazer aos queixumes de tanta gente, saiu em terra com os capitães e officiais e alguns marinheiros principais e que dissessem a verdade do que lhes parecesse que deviam fazer por serviço del Rei e tudo concordaram que se tornasse para o Reino, dando as razões de cima, das quais pareceres mandou fazer um ato, em que todos assinaram. Porém, como seu desejo era ir avante e sômente quis fazer êste cumprimento à obrigação de seu ofício e regimento del Rei, porque

(4) Estando Angra das Voltas a 29.º de latitude sul, dista do cabo da Boa Esperança umas 100 léguas sômente.

lhe mandava que as coisas de importância consultasse com as principais pessoas que levava, pediu a todos, quando veio aí assinar a determinação em que assentaram, que houvessem por bem correrem mais dois ou três dias a costa e quando não achassem coisa que não os obrigasse prosseguir mais avante, que então faziam de volta, o que lhe foi concedido. Mas no fim destes dias que pediu não acharam mais que chegar a um rio que está a trinta e dois graus e dois terços. E porque João Infante, capitão do navio *São Pantaleão*, foi o primeiro que saiu em terra, houve o rio o nome que ora tem do Infante, donde se tornaram, por a gente tornar a repetir seus queixumes. Chegados ao ilhéu da Cruz, quando Bartolomeu Dias se apartou do padrão que ali assentou, foi com tanta dor e sentimento como se deixara um filho desterrado pera sempre, lembrando-lhe com quanto perigo de sua pessoa e de toda a gente vieram somente aquêlo efeito, por lhe Deus não conceder o principal».

O descobrimento da passagem para a Índia, que lhe atribue João de Barros, era fato menos importante! É que êle não ignorava, como a equipagem, quem o fizera quase dois anos passados. Contrariava-o ter ido na sua exploração além dos cabos tão pouco adiante.

* * *

«Partidos dali, houveram vista daquele grande e notável cabo encoberto per tantas centenas de anos, como aquêlo que quando se mostrava não descobria somente a si, mas a outro mundo de terras. Ao qual Bartolomeu Dias e os de sua companhia, por causa dos perigos e tormentas que ao dobrar dêle passaram, lhe puseram nome Tormentoso e mas el Rei...»

Do cabo das Agulhas não se fala.

«Bartolomeu Dias, depois que notou dêle o que convinha à navegação e assentou um padrão chamado São Felipe, porque o tempo não lhe deu lugar de sair em terra (5), tornou a seguir sua costa em busca da nau de mantimentos, à qual chegaram havendo nove meses que dela eram partidos. E de nove homens que ali ficaram eram vivos três somente...»

Continuando a navegação, foram encontrar-se na ilha do Príncipe com Duarte Pacheco Pereira, que ali estava enfermo.

João de Barros termina o capítulo enumerando os padrões postos na África por Bartolomeu Dias e afirmando que o último foi o do ilhéu da Cruz. Parece ter-se esquecido de que teria sido

(5) Como e onde pôs o padrão, se não foi a terra?

pôsto depois no cabo da Boa Esperança, onde o tempo não lhe permitiu «sair em terra» (6).

* * *

João de Barros ignorava a verdadeira história do descobrimento do rio Congo e dos cabos mais austrais da África, fielmente narrados no Globo de Nuremberg. Não viu por isso que nesse descobrimento anterior do sul africano estava a razão de ser da incumbência confiada a Bartolomeu Dias de estudar os acidentes geográficos da costa além de Guiné e marcá-la com padrões de pedra, não só no litoral sobre o oceano Atlântico, mas também no sobre o Índico até onde chegasse.

Narra as fábulas que ouviu sobre tão importante acontecimento obscurecidas pelo segredo que D. João impunha a seus marinheiros para não despertar a cobiça em outros governos. As Ordenações do Reino infligiam a pena de degrêdo ou a de morte a quem divulgasse o que devesse guardar em segredo em razão do officio (7).

Esse mistério projetado sobre os atos e os atores heróicos dessa época foi nocivo à história, favorecendo a criação de fábulas aceitas e transmitidas por João de Barros aos historiadores que repetem o que leram nas Décadas.

* * *

Em notas escritas nos lugares por onde passaram as duas caravelas na sua rota de Lisboa ou cabo das Agulhas (Cabo Ledo, *Capo leto*), mostra-nos Behaim no Globo de Nuremberg como foram descobertos os cabos mais austrais da África.

Vende mar a leste — nordeste de uma costa que não corria mais de norte a sul, voltou do cabo das Agulhas, considerando cumprida a sua missão, que era achar a passagem para a Índia pelo sul da África. Pôs no Globo esse *finis terrae*.

Entretanto, não é por esse cabo somente que acaba no Globo a terra africana, mas por um grande golfo formado por elle, a oeste, e uma comprida península a leste, seguida de uma ilha, que atingem a latitude do cabo. Essa chanfradura no sul da África lembra a do golfo de Tarento na Itália e a suposta península corresponde ao salto da bota itálica.

Por que, depois de considerar fim da África o cabo de onde voltou, fê-la Behaim terminar por um gôlfo irreal? Como se

(6) João de Barros e Diogo da Costa, *Da Asia*, Nova edição oferecida a S.M.D. Maria I, Rainha Fidelíssima. Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica. Ano MDCCCLXXVIII. Vol. I. pág. 181. Encontra-se no Gabinete Português de Leitura.

(7) Filipinas, V, 9; Manuelinas, V, 80; Afonsinas; I, 59.

explica o aparecimento no Globo dessa excrescência peninsular que falseia a verdade geográfica?

No Globo se conserva a direção real da costa a partir do cabo das Agulhas, no rumo leste-nordeste, como Behaim a vira, mas o longo paredão de uma estreita península o separa do oceano Indico.

Há como que uma contradição entre a história e a geografia do Globo, entre o que Behaim viu em 1485 e o que desenhou em 1492 erradamente. A causa dêsse erro deve estar nas informações ou mal prestadas por Bartolomeu Dias ou mal entendidas por Behaim, pela falta de esclarecimentos necessários.

Em 1485 descobriu Behaim o cabo das Agulhas, o cabo Ledo; em 1486 foi mandado Bartolomeu Dias explorar a costa além dêsse cabo.

Por essa exploração Behaim teve notícia da existência de um golfo além do cabo das Agulhas. Mal informado, pensou que esse cabo era um dos formadores do golfo. Foi-lhe dito que além de um cabo que transformou numa longa península, para pôr na latitude de outro, havia uma ilha. Era o ilhéu da Cruz, que êle não quis omitir e pôs perto da ponta.

Mas o golfo de que lhe falaram era a baía d'Algoa, entre o cabo Recife, de que Behaim fêz uma península, e o cabo Padrão, onde parece que Bartolomeu Dias assentou o padrão que nas *Décadas* se diz ter sido pôsto no ilhéu da Cruz, deslocado no Globo.

Se o sul da África fôsse como está no Globo, Behaim teria começado no cabo Ledo, hoje das Agulhas, o descobrimento da passagem de um oceano para outro, mas só Bartolomeu Dias haveria atingido, além da península figurada, o oceano Indico.

Behaim devia estar disso convencido em 1492 quando fabricou seu Globo e transformou em península o cabo Recife, e daí talvez provenha a usurpação histórica de sua glória conquistada no cabo Ledo, não por haver dobrado uma excrescência terrestre que não existe.

MINAS, FAZENDAS E OUTROS BENS DE ALVARENGA PEIXOTO E BÁRBARA HELIODORA

MIGUEL COSTA FILHO

Os bens móveis, imóveis e semoventes de Alvarenga Peixoto, fazendas agro-pecuárias, engenho, lavras minerais, escravos, gados, mobiliários, livros, alfaías e outros objetos, domésticos e de uso pessoal, são relacionados em algumas peças do processo a que respondeu com as mais pessoas envolvidas ou suspeitas na Conjuração Mineira (1).

Tendo sido, durante um triênio, juiz em Cintra, anos depois de se formar em leis (1769) na Universidade de Coimbra, o poeta fluminense tardou a voltar para o Brasil, o que só se deu no primeiro semestre de 1776.

No entanto, foi curta a sua permanência no Rio de Janeiro, terra de seu nascimento.

Nomeado Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, na Capitania de Minas Gerais, partiu logo para São João del Rei, cabeça da divisão judiciária que lhe cumpria administrar. A 19 de agosto daquele ano, tomou posse do alto cargo.

Duas vezes, portanto, exerceu a magistratura, função a que o habilitava o diploma que alcançara, mas que parecia não exercer grande atração sobre seu espírito, pois no novo cargo judiciário ficou três anos apenas.

Abandonou-o, ou melhor, demitiu-se em 1780, para se dedicar à mineração, à agricultura, à fabricação de açúcar, aguardente e outros produtos, e à criação.

Teria talvez a ambição de se enriquecer, de se tornar um homem poderoso pela fortuna, pelos haveres realizados, pelo volume dos grandes negócios que fizesse.

Quiçá a sua mente esclarecida já o incompatibilizasse com o exercício de uma função judiciária em que teria de entrar em

(1) *Autos de devassa da Inconfidência Mineira*, Ministério da Educação, 1937, vols. I e V.

choque, como freqüentemente acontecia, com o Governador e Capitão-General da Capitania, ou o tornaria, naqueles tempos de absolutismo, simples juguete nos braços das autoridades executivas.

Não desejaria ser opressor do povo, não desejaria oprimir a terra em que nascera e cantara em seus versos:

«Os ternos laços do pátrio berço!
Bárbara terra, mas abençoada!»

Agricultor, senhor de engenho, mineiro, criador, nem assim deixou de exercer funções oficiais, pois, se tornou oficial de cavalaria da milícia, Coronel do 1.º Regimento de Cavalaria da Campanha do Rio Verde, onde passou a morar.

Nesta, isto é, na Freguesia de Santo Antônio do Vale de Piedade da Campanha do Rio Verde, estava situada a sua principal propriedade, a Fazenda ou Engenho dos Pinheiros.

Havia nesse estabelecimento as casas de um engenho de cana (fabricava açúcar e aguardente), paiol e moinho, horta, roças e canaviais, cinqüenta bois de carro, três bestas muares e 40 porcos e uma tenda de ferreiro.

Muitas das terras em que estavam situadas as lavras mineiras eram contíguas daquelas terras agrícolas e de criação, pois, segundo se verifica no auto de seqüestro respectivo, umas e outras se compreendiam naquela mesma propriedade territorial, que tinha o nome genérico de Fazenda dos Pinheiros ou Engenho dos Pinheiros.

Esse documento menciona as dimensões da fazenda: três léguas de comprimento e légua e meia de largura. Mas, essas dimensões, segundo é de crer, não dizem respeito tão somente à fazenda propriamente dita, pois, ao mencioná-la com tais dimensões, reza o documento relativo à divisão, efetuada a requerimento de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, espôsa do poeta, que pedira a separação da metade a que tinha direito de acôrdo com a lei: «Uma Fazenda de cultura chamada os Pinheiros com três léguas de comprido, e légua e meia de largo, titulada... Tôdas as terras, e águas minerais, e serviços de regos que se acham dentro da dita Fazenda chamada dos Pinheiros, que... Outras mais terras altas minerais...» (2)

A discriminação, dessas e outras terras com minas localizadas fora daquela fazenda, abrange cêrca de três páginas e meia do volume impresso.

(2) Id., I, 419-423.

Não temos exato conhecimento de como e com que meios: Inácio José de Alvarenga Peixoto se tornou proprietário de tôdas essas terras, de duas fazendas com engenho, lavouras e criações, numerosas minas de ouro, com regos e serviços adequadamente montados, cêrca de cento e trinta escravos (3) e grande número de cabeças de gado.

As terras da fazenda da Campanha eram tituladas com uma carta de sesmaria. Com relação às terras minerais, umas foram compradas, cedidas ou concedidas; de outras, não se diz como foram parar nas mãos do ex-ouvidor da Comarca.

Além da Fazenda ou Engenho dos Pinheiros, possuía ainda Alvarenga Peixoto outra, na Comarca de Vila Rica.

Menciona-a o processo dos Inconfidentes, ora como Fazenda da Paraopeba (4), ora como Engenho Paraopeba (5).

A ela se referiu Bárbara Heliodora, na petição em que requereu se lhe desse a meação de direito, nos seguintes termos: «...fazenda da Paropeba sita na Comarca de Vila Rica que por Ordem do mesmo seu marido se rematou na Real Fazenda, a quem ainda se está devendo o seu produto» (6).

Sabemos agora não só como se tornou propriedade de Alvarenga Peixoto essa fazenda ou engenho, situado não muito longe da própria sede da Capitania, mas também o motivo por que deixou de ser mencionada e descrita entre os bens seqüestrados ao ex-ouvidor da Comarca do Rio das Mortes: arrematara-a o poeta, mas não dera entrada nos cofres públicos à quantia estipulada no leilão como o valor da mesma. Perdera-a, portanto, em face da nova situação que se criara com a sua prisão.

As demais alusões à fazenda da Paraopeba são motivadas pela necessidade legal de computar, avaliar e dividir os escravos que o casal nela possuía e que evidentemente nada tinham a ver com a arrematação de que fôra objeto a propriedade territorial.

Nela estivera Alvarenga pouco antes de, pela última vez, deixar Ouro Preto, aonde fôra rever os amigos e combinar o

(3) De acôrdo com o certificado do Capitão Domingos Rodrigues Barreiros, couberam a Alvarenga Peixoto 67 escravos (Id. I, 413-418). Depois do seqüestro nasceram três meninos (Id. 423-424).

Bárbara Heliodora recebeu na divisoã 63 escravos (Id. V. 392-396 e 400-401).

As peças do processo que mencionam o valor de cada escravo e as que os descrevem não coincidem perfeitamente quanto à quantidade dos mesmos.

(4) Id., I, 417 (Paraopeba). Id., V, 366 (Paropeba), 400 e 412 (Parahupeba) e 420 (Parohupeba).

(5) Id., V, 375 (Parahupeba).

(6) Id., V, 366.

levante, consoante o depoimento, aliás, o segundo, que prestou no dia 14 de janeiro de 1790, dizendo ter ido «para a Paraopeba, aonde esteve o resto do mez de Janeiro, e todo o mez de Fevereiro» (7).

Em outra peça do processo, intitulada «Estado das famílias dos réus seqüestrados», encontram-se algumas informações curiosas sobre os haveres do casal.

De Bárbara, cujo marido estava prêso, passível de pena de morte, com quatro filhos, um do sexo feminino, Maria Efigênia, de 12 anos, a decantada Princesa do Brasil, e três do sexo masculino, José Eleutério, de 4 anos, João Damasceno, de 3 anos, e Tristão, de 2 anos, está escrito que não esperava receber nada dos pais, «porque êstes não têm que lhe deixar» (8).

Pouco adiante, há uma referência à Fazenda de Paraopeba, que, de acôrdo com a informação de Luís Antônio Bernardes de Carvalho, de São João del Rei, e datada de 2 de março de 1791, fôra comprada «para» Alvarenga Peixoto, mas se achava arrematada em nome de seu sôgro, José da Silveira e Sousa, que era assim responsável por ela, perante a Fazenda Real.

Parece haver má redação nesse trecho do documento, porque se, como nêle se afirma e em outra peça do processo se ouviu da própria espôsa de Alvarenga, a fazenda fôra arrematada «para» êle, não podia tê-lo sido em nome de seu sôgro. Êste, pelo contrário, é que a arrematou em nome de seu genro. A sua responsabilidade era limitada e não é provável que tenha ficado com a Fazenda ou Engenho de Paraopeba, para si, já que, segundo se viu também no documento em que se fala no «estado das famílias dos réus seqüestrados», não tinha ou melhor os pais de Bárbara Heliodora, certamente por não possuírem fortuna, não tinham o que lhe deixar.

Que não era boa a situação financeira do casal parece fora de dúvida.

Essa mesma peça do processo, escrita por uma pessoa moradora em São João del Rei, de onde eram e onde viviam os sogros do poeta, encerra uma informação que mostra serem realmente embaraçosas as condições materiais em que se via Bárbara Heliodora, ausente o marido, com quatro filhos, três dos quais ainda muito pequenos, sem experiência de negócios, como tudo indica: «São porém tantas as dividas dêste casal, que se duvida bem que reduzido êle a dinheiro, ainda pela melhor estimação, basta para pagamento daquellas em que não ha duvida».

(7) Id., IV, 147.

(8) Id., III, 143.

Ainda, para cúmulo, o final dessa frase dá a entender que dívidas falsas estariam sendo apresentadas contra o poeta, que não poderia ser ouvido nesse capítulo...

Foi êsse um dos aspectos dignos de nota das perseguições sofridas naquela quadra calamitosa pelos Inconfidentes e suas famílias.

* * *

Os bens móveis e semoventes do casal foram avaliados em 13:579\$710, cabendo em consequência a Bárbara Heliodora, na meação, 6:789\$855 (9).

Contudo, o valor total dos bens sequestrados a Alvarenga Peixoto, conforme a avaliação feita pelos peritos, atingia a importância de 42:063\$155.

É o que se pode verificar no chamado «Quadro demonstrativo do produto das arrematações dos bens sequestrados, das despesas feitas, das existências em ser, das despesas pagas e dos depósitos em cofre» (10).

Tôda essa importância entra na categoria ou coluna das «existências em ser», havendo, na coluna denominada «No cofre e em depósito», a quantia de 636\$793.

O antigo magistrado, ex-Ministro (tratamento a que fazia jus), figura em posição predominante, no que tange à posse de bens, em face dos outros Inconfidentes que eram também abastados ou havidos como tais: Cláudio Manuel da Costa, Padre Carlos Correia de Toledo, Padre José da Silva de Oliveira Rolim e Domingos de Abreu Vieira.

O poeta maior dos três supostos autores das «Cartas Chilenas» aparece na fila dos «Seqüestros» com 9:154\$540.

Vem a seguir o primeiro daqueles clérigos cujos bens seqüestrados foram calculados em 7:679\$815, enquanto o revolucionário diamantinense de batina comparece com a soma total de 5:453\$973.

O valor dos bens seqüestrados a Gonzaga foi orçado em apenas 845\$900, a que se reuniram 1\$087 da coluna «Acresc. em praça».

Superou-o ligeiramente o Cônego Luís Vieira, que era também um dos vultos mais notáveis da Capitania pela inteligência e pela cultura. 900\$320 — eis a quantia que se lhe atribui.

O mais pobre de todos era Joaquim José da Silva Xavier. Tiradentes, aliás, vem logo abaixo do cantor de Marília, sendo computados os bens que lhe seqüestraram em 803\$226.

(9) Id., V, 389.

(10) Id., 433.

Voltando ao antigo juiz, não há dúvida de que era conceituado como homem de posses.

É assim que, de Alvarenga Peixoto, se diz, em certo passo, do processo dos Inconfidentes, que «tinha grandes Lavras», na Campanha do Rio Verde (11). Essa referência é feita na chamada «Lista das pessoas que se acham presas em consequência das notícias de que se premeditava uma conjuração...», anexa ao ofício dirigido em 11 de dezembro de 1789 pelo Desembargador José Pedro Machado Coelho Tôrres ao Vice-Rei sobre a devassa em realização.

Ao contrário do ilustrado Cônego Luís Vieira, que possuía uma vultosa biblioteca, aliás, a maior da colônia, quase 600 volumes, Cláudio Manuel da Costa, a quem se seqüestraram 377 volumes, e Tomás Antônio Gonzaga, do qual se acharam 83 livros, Alvarenga Peixoto tinha poucos livros, tendo sido encontrados em sua casa (ou nas suas casas) apenas 18 tomos, sendo sete das obras de Voltaire, sete da obra (provavelmente obras) de Metastásio, três da obra (obras?) de Crébillon e um da Miscelânea do Padre Menoch (12) ou Padre Manuel (13), que admitimos fôsse do Padre Menot, pregador francês, cognominado *Língua de Ouro*.

Entre os objetos mencionados nos autos de seqüestro dos bens de Alvarenga Peixoto, incluem-se imagens e quadros que parecem atestar os sentimentos religiosos do casal. Alvarenga entremearia as leituras dos seus poetas com a dos sermões e evangelhos de Menot.

Nenhuma obra jurídica, nenhum volume de leis figurava na estante daquele Inconfidente, que fôra Juiz de Fora em Portugal e Ouvidor no Brasil...

Que destino tiveram as fazendas, engenhos e minas, escravos e criações de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliadora depois daqueles episódios e acontecimentos que a história consagrou com o nome de Inconfidência Mineira?

É o que vamos referir em seguida, mais ou menos pormenorizadamente, tanto quanto nos permitem fazê-lo alguns documentos manuscritos, escapos à destruição que tem sido a norma entre nós, por inadvertência, ignorância ou propósito.

Feita a meação dos bens do casal, ato em que serviram de avaliadores o Capitão Luís Antônio de Araújo Alvares e o Tenente

(11) Id., VI, 396.

(12) Id., V, 355.

(13) Id., I, 412 e V, 370 e 403.

José Caetano Ferreira de Sampaio (14), a metade que coube a Alvarenga Peixoto ficou sob a responsabilidade do respectivo depositário, prèviamente nomeado, Francisco Xavier Pereira, que ficou igualmente incumbido de «administrar a fábrika seqüestrada ao dito Doutor Inácio José de Alvarenga tanto na fazenda do Engenho como nas lavras» (15).

Conhecem-se algumas contas de Francisco Xavier Pereira relativas a parte do periodo dessa sua administração (16).

Anos depois, já morto o poeta, João Rodrigues de Macedo, que fôra seu amigo e compadre, arrematou a metade daquelas propriedades que a Justiça seqüestrara ao Inconfidente, ainda antes de sua condenação (17).

Fê-lo, aliás, a pedido da viúva de Alvarenga Peixoto, conforme provam as cartas de Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, datadas de 18 de fevereiro e 10 de abril de 1795, e dirigidas a João Rodrigues de Macedo, e a dêste, do dia 19 de março do mesmo ano respondendo à primeira, e as de Luís Antônio Branco Benevides de Carvalho ao Contratador, de 8 e 15 de abril também de 1795 (18).

Vinham de longa data as relações de Alvarenga Peixoto com João Rodrigues de Macedo.

Já em 1779, isto é, cêrca de dez anos antes da prisão do Inconfidente e quando o poeta ainda exercia as funções de Ouvidor da Comarca, êste, em carta ao Contratador, proclamava «a sua grandeza de coração, conhecida de todos e que a tantos tem feito felizes», falando em uma compra de negros que lhe fizera e em dívida que contraíra com o comerciante português (19).

As transações comerciais entre os dois persistiram seguramente até aquêlê dia inesquecível de 1789 em que o poeta, de volta de Ouro Prêto, foi procurado em sua casa de São João del Rei por uma pessoa que ia da parte do Tenente Antônio José Dias Coelho.

(14) Id. V, 388.

(15) Id., V, 414-415.

(16) Anuário da Inconfidência, II, 31-36.

(17) «Processo relativo ao produto dos bens de Inácio José de Alvarenga Peixoto, devedor ao Coronel Joaquim Silvério dos Reis por créditos de direitos das entradas», 1797. B.N., S.Ms., Minas Gerais, 1-9-29. Nesse códice, diz-se ter sido feita partilha dos bens do casal, cuja meação, acrescenta, rematou João Rodrigues de Macedo.

(18) «Bárbara Heliodora», Guerino Casasanta, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, IV, 201-204.

(19) B.N., S.Ms., «Minas Gerais», II-31-31, 15.

Diversos manuscritos remanescentes dos velhos arquivos mineiros nos dão essa convicção.

Em um dêles, verifica-se que mais ou menos um ano antes de sua prisão, Inácio José de Alvarenga Peixoto dirigiu-se por escrito a João Rodrigues de Macedo, pedindo entregar ao portador oito arrobas de ferro, duas arrobas de aço, duas peças de baeta azul e duas bruacas de sal. Dando o motivo do pedido, diz que «a casa ficou nua e destituída de tudo» (20).

A Biblioteca Nacional, que recebeu uma parte da vultosa documentação, durante longos anos, guardada na Casa dos Contos, possui, em sua Seção de Manuscritos, originais e rascunhos de correspondência trocada entre João Rodrigues de Macedo, de um lado, e Bárbara Heliodora e outras pessoas, do outro lado, sobre os negócios do engenho, fazenda e lavras, que passaram a pertencer aos dois, em consequência dos fatos já referidos.

Essas cartas demonstram à saciedade que o compadre de Alvarenga Peixoto, a partir do dia em que se tornou sócio da célebre são-joanense a quem se deu o cognome de Heroína da Inconfidência, entrou a exercer papel preponderante na administração daquelas propriedades, que estavam situadas em território hoje pertencente aos municípios de Campanha e São Gonçalo de Sapucaí. João Rodrigues de Macedo, pode-se afirmar, com toda segurança, em face das cartas que escreveu a ou recebeu de sua comadre (muito poucas, aliás, existem ainda), como também aos ou dos feitores ou prepostos de qualquer espécie dos dois, era o verdadeiro administrador de tais propriedades, o real dirigente dos negócios de ambos como proprietários da Fazenda dos Pinheiros e daquelas «grandes lavras» em que o poeta republicano e abolicionista procurara debalde encontrar a riqueza amicionada.

Como exemplo, podemos citar a carta escrita em Vila Rica, a 27 de agosto de 1795, a Francisco José Alves Nogueira, na qual João Rodrigues de Macedo faz algumas recomendações sobre a disposição dos escravos nos serviços. Parecia-lhe que bastavam trinta «pessoas escolhidas» para o trabalho das roças. Todos os negros, diz, dispensáveis na roça, deviam ir para a lavra, cujos regos mandava conservar bem limpos (21).

(20) Id., 1-9-31. A que casa se refere? Seria o fornecimento destinado ao próprio Alvarenga Peixoto ou ao portador?

(21) Id., 1-33-12-12.

Manda plantar cana e também café. É essa, aliás, a primeira referência que vimos sobre a plantação da rubiácea na fazenda que pertencera a Alvarenga Peixoto.

Teria sido iniciada pelo atilado comerciante português?

Outra carta do antigo Contratador ao Guarda-Mor José de Bastos de Oliveira, também datada de 27 de agosto de 1795, entre outras determinações, encerra uma respeitante à criação de gado, que, de certo, se desenvolvera, desde que João Rodrigues de Macedo se pusera à frente de sua gestão. Naquele ano, queria se fizesse a aquisição de cem cabeças de gado bovino (22).

Uma carta do feitor Lúcio José Monteiro, sem data, a João Rodrigues de Macedo, dá conta do que se passava na fazenda.

Um extenso canavial, que daria uns cento e cinquenta barris de aguardente, estava debaixo de mato. Havia outros pequenos canaviais mais novos que, se não se tomassem providências, poderiam cair na mesma situação (23).

Isso dá idéia de que a fazenda estivera abandonada ou, pelo menos, descurada.

A carta, aliás, dá a entender que isso realmente acontecera, pois, alude adiante ao «antigo e deplorável estado em que a achamos» (a roça).

Teria sucedido essa coisa quando a fazenda, por ordem da Justiça, prêso Alvarenga Peixoto e seqüestrados os seus bens, fôra administrada, como vimos, por Francisco Xavier Pereira?

Tratamos mais largamente do engenho de cana existente na Fazenda dos Pinheiros em trabalho intitulado *O engenho de Bárbara Heliodora* (24).

Quanto às lavras, que constituíam sem dúvida a parte mais importante do patrimônio formado por Alvarenga Peixoto, e bem de ver que na correspondência de João Rodrigues de Macedo é o que ocupa e preocupa mais detidamente.

Escreveu e recebeu sobre elas compridas cartas recomendando o que se devia fazer ou cientificando-o do que se fizera. Nas épocas oportunas eram acompanhadas de quadros que os prepos- tos de João Rodrigues de Macedo e Bárbara Heliodora organiza- vam, relacionando as «apurações» das lavras.

Vê-se por êles que as cotas do comerciante português eram as maiores, seguindo-se as de Bárbara. Ifigênia, filha do casal,

(22) Id.

(23) Id.

(24) *Brasil Açucareiro*, ns. de abril, maio e junho de 1958.

também figura em alguns mapas demonstrativos das «apurações», o mesmo acontecendo a prepostos e outras pessoas, que, provavelmente, tinham «serviços» nas lavras de João Rodrigues de Macedo e Bárbara Heliodora (Anexo I).

Em outros artigos publicados no *Brasil Açucareiro*, mostramos, à meia luz de outros documentos, a figura humana de João Rodrigues de Macedo, procurando entrever, nas sombras do passado, o seu perfil de mercador dinâmico e capaz, que abarcava com os seus negócios diversas Capitanias e atingia a metrópole, a sua influência na vida administrativa e política da Capitania de Minas Gerais, o seu prestígio na sociedade colonial durante o último quartel do século XVIII e os primeiros anos da centúria seguinte.

Não voltaremos ao assunto, mesmo porque o seu nome e a sua pessoa só nos interessam aqui por ter sido o sucessor de Alvarenga Peixoto na metade de seus bens e em consequência sócio de Bárbara Heliodora.

Mas, parece interessante salientar que João Rodrigues de Macedo, ao atender ao apêlo comovente da viúva do poeta, a fim de arrematar a parte dêste, revelou não sòmente a persistência de sua amizade com uma família que os acontecimentos políticos haviam tornado desgraçada, mas incontestável coragem moral.

Isso é tanto mais de notar quanto é certo que houve quem — os infames sempre se revelam em horas tais — procurasse envolver na trama da conspiração a espôsa de Alvarenga Peixoto e o próprio João Rodrigues de Macedo não escapou a suspeitas no curso do processo. Fortemente protegido, entre outros, pelo Governador da Capitania, a quem, cremos que, mais tarde, emprestou dinheiro, consoante é lícito concluir de um documento existente na Biblioteca Nacional, e pelo Desembargador José Caetano César Manitti, que funcionou como Escrivão da Devassa, o esperto comerciante conseguiu livrar-se, sem entretanto, convencer de sua inocência o Desembargador José Pedro Machado Coelho Tôres, nomeado para proceder à devassa pelo Vice-Rei e Capitão-General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa.

Muito tempo depois, já no fim da sua vida, quando a sua instável fortuna declinava visivelmente e as dificuldades financeiras o atormentavam de todos os lados, isso lhe foi lembrado em carta particular por Basílio de Brito Malheiro do Lago, um dos três sinistros delatores da Inconfidência Mineira, em uma carta particular que achamos conveniente transcrever (Anexo II).

Ao morrer João Rodrigues de Macedo, os seus herdeiros, aliás, seus sobrinhos, não tendo êle deixado descendentes e sendo solteiro, de acôrdo com o seu testamento, receberam as três partes das lavras da Campanha. Eram êles o Alferes Antônio José Fernandes de Macedo, o Capitão Jerônimo e Antônio Joaquim Rodrigues de Macedo (25).

Entre os muitos documentos da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional escritos pelo poeta ou a êle respeitantes, vimos um processo em que o Padre Joaquim Barbosa Ferreira, como testamenteiro de João Marques da Eira pede pagamento de 566\$447 na conta do produto dos bens de Alvarenga. O despacho (datado de 1813?) reza que, tendo João Rodrigues de Macedo arrematado os bens do Inconfidente e sendo aquêlê devedor à Real Fazenda de avultadíssima quantia, proveniente dos contratos dos dizimos e entradas da Capitania, todos os seus bens, «que não eram mais do que os adquiridos pelos mesmos contratos, estavam hipotecados ao dito pagamento da Real Fazenda e como da informação do escrivão do Contencioso consta que êle no ato da arrematação desonerou o Real Fisco do pagamento a diversos credores de Alvarenga na quantia de 19:852\$505 reis, deve a Real Fazenda ser primeiro indenizada de igual quantia antes de se pagar a outro algum credor do Fisco» (26).

Não temos informação do que se passou nas antigas propriedades de Alvarenga Peixoto, após a morte de seu compadre, em 1807.

Afirma o Dr. Guerino Casasanta, no seu já referido trabalho, que era relativamente boa a situação de Bárbara Heliodora em 1814 e que em 1815 possuía ela quinze escravos na Boa Vista, segundo um documento a que alude.

Tendo vivido os últimos anos de sua vida em São João del Rei (27), terra de seu nascimento, Bárbara faleceu na então vila dêsse nome em 1819.

(25) B.N., S.Ms., *Minas Gerais*, II, 36, 5.

(26) Id., I-9-29.

(27) «Notícia de São João del-Rei», Augusto Viegas, Belo Horizonte Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1942, pág. 98, nota 61. O autor diz que, em três têrmos de batismo, datados, respectivamente de 1795, 1797 e 1802, a viúva de Alvarenga Peixoto declarou residir em São João del Rei.

ANEXO I

Nomes	Junho de 1796	Julho de 1796
Isgoto	134	221
Rego	69	72
Barboza	16	25
Nogr. ^a	21	25
Silveira	97	105
Ribr. ^a	41	50
Lucio	21	25
Freitas	66	75
Bastos	169	155
Efigenia	84	100
Pedro	21	25
Ribr. ^o	84	45
An. ^{to} X. ^{er}	18	17
Coelho	84	98

Nomes	Junho de 1796	Julho de 1796
D. Barbora	573	812
Macedo	1.589	1.988
Macedo	302	301
D. Barbora	238	142
Rego	98	82

Os serviços que sao das Catas das Cabras dedois mezes que he Junho eJulho de 1796 OServiços da Cata do Baú.

ANEXO II

Naõ pensava q. um.º sahise desta uila sem medar o meu Dinh.º q. atanto tempo tem retido em seu poder; naõ. imagine q. eu estou imganado com um.º asim como está aescoria mais vil de Portugal q. uem p.ª esta terra, enela cuidam quesam grandes omens; porem naõ hẽ asim sam os mesmos q. eram q.º de lá vieram, e se os Senhores geraais pela sua fidalguia, e urbanidade lhes dam huã. Com fiança, que nunca nasua terra teriam Com ountimo Criado q. lá tinham estes senhores, naõ. Hẽ p.ª que um.ºº imaginem q. tam bom hẽ Pedro Como seu amo. Mande me ja imtregar o meu Dinh.º, ou aliás memande dizer q. mo naõ. quer dar, pois com ese desengano, Cuidarei em ocobrar, seja na espesia que for; menos pelos meynos ordinarios daJustisa, q. esta hẽ couza que ja se acabou no Mundo. Vm.º hẽ o Omem que mais tem prejudicado Sua Magestade nas Minas; pois os milhares de cruzados q. lhe deve, hẽ imposivel nunca poder=lhos pagar, nem por si, nem pelos seus fiadores João Carn.º da S.ª que todos tinham tanto como um.º tinha q.º rematou os Contratos; e se El Rey por morte de um.º naõ. per der mais de hũ milham eu quero ser feyto pedasos pelas Ruas de V.ª Rica; um.º sabe isto tam bem como eu osei: mas asuaConta hẽ, ir Comendo bem, bebendo milhor, e prostituhindo se puder a terra toda, acusta

do Cabedal que de El Rei tem em seu poder; euer se pode hir inganando os Ex.^{os} Senhores generais com mizurinhas afetadas, e fingindose bom Omem, e despois de morto, lá se avenham com o q. ficar; mas a Culpa não atem um.^{co} tem na quem depositou nasua mam tanto Cabedal desua Magestade.

Ora, pois, se um.^{co} por sua morte adeficar devendo milhons a El Rei, fique=lhe devendo mais sinco mil Cruzados quetem meus em seu poder, emandemos logo em tregar, eacabamse todas estas Comtruversias; eo q. um.^{co} ade estar gastando Com os filhos dos seus Companheyros, aquem um.^{co} da ua Cama emeza, que foram sentensiados aforca eum.^{co} escapou dela eu bem sey pelo que; não fasa eses gastos epague=me a mim que careso mais que ninguem.

Deos g.^o aum.^{co}

Uila Rica 14 de Feur.^o de 1800

Criado deum.^{co}

Bazilio de Br.^o Malhr.^o do Lago

(B.N., S.Ms., M.G., II-31, 31, n. 7)

CURSO TEODORO SAMPAIO

Comemorando a passagem do centenário de nascimento de Teodoro Sampaio, o Instituto Histórico, de quem êle foi sócio benemérito, promoveu no ano de 1955, na sua sede, uma série de conferências relativas aquêl illustre brasileiro, constitutivas do «Curso Teodoro Sampaio» freqüentado por numerosos estudiosos de nossa história.

Iniciou o curso, o então governador de S. Paulo, Dr. Lucas Nogueira Garcez que falou a 7 de janeiro, sôbre o «engenheiro»; D. Heloísa Alberto Tôrres, que dissertou a 24 de maio, sôbre o «etnógrafo e linguista»; a seguir o prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, a 28 de junho, sôbre o «geógrafo»; o Dr. Wanderley Pinho, a 11 de julho, sôbre o «Historiador» e, finalmente, encerrando o curso o Prof. Pedro Calmon, a 28 de de julho, sôbre o «Homem, o escritor e o sábio».

Na impossibilidade de recolher desde logo tôdas essas valiosas contribuições, a Revista do Instituto lamenta só poder publicar neste número, as que obteve até agora, reservando porém para outra oportunidade a publicação das demais, quando os seus autores as enviarem para êsse fim.

Foram acrescentadas à presente edição duas transcrições de Virgílio Corrêa Filho sôbre o mesmo assunto.

C.D.R.

TEODORO SAMPAIO

(Engenheiro — 7-1-1855)

PROF. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ

Meritória iniciativa a de Vossa Excelência, Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a de comemorar o centenário do nascimento de Teodoro Fernandes Sampaio, através de uma série de conferências no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Comemorações análogas, por decisão de seu illustre e benemérito Presidente Perpétuo, êste Sodalicio, das mais altas expressões de nossa cultura, promoveu em memória de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. Teodoro Fernandes Sampaio pode, sem desdouro, figurar ao lado dêsses dois vultos imortais da nossa nacionalidade.

Quem poderia pressentir que aquêl pequenino mestiço, quase negro, que veio à luz, no dia 7 de janeiro de 1855, na Sacristia da Capela do Engenho Canabrava, na velha e tradicional cidade baiana de Santo Amaro, filho de Domingas da Paixão do Carmo,

escrava do Visconde de Aramaré, e segundo constava, do cura da Igrejinha da Casa Grande do Engenho, viria a se colocar honrosamente na galeria das grandes personalidades brasileiras?

Pouco, ou quase nada, se sabe, a respeito dos pais de Teodoro Sampaio, nem mesmo se a alforria da mãe ocorreu antes ou depois do nascimento do grande engenheiro. Talvez não por vergonha de sua origem, mais por discrição e por bondade de coração, a exemplo de Luís Gama, que, no dizer de um seu biógrafo — Sud Menucci — «o precursor do Abolicionismo» — «por pura misericórdia filial, generosamente lhe cobriu o nome com o manto do silêncio e levou a tal ponto o seu escrúpulo nessa negativa piedosa que nem mesmo aos amigos mais íntimos nunca fez a mínima confidência nem permitiu a menor alusão a respeito». Mas, há indícios de que ao pai, sacerdote que alguns identificaram como sendo padrinho, pai adotivo ou simplesmente protetor, deveu Teodoro Sampaio não apenas a sua libertação como se tivesse nascido de «ventre livre» mas também o amparo que recebeu na infância e na juventude. Com o pai deve ter feito as primeiras letras; tirou preparatórios no Colégio São Salvador, na época, tradicional estabelecimento de ensino na Côrte, dirigido pelo notável orador sacro baiano Monsenhor José Joaquim Fonseca Lima; matriculou-se depois na Escola Politécnica, então denominada Escola Central onde recebeu o pergaminho de engenheiro civil em 1877 aos vinte e dois anos de idade.

Em 1878 e 1879 trabalhou no pôrto de Santos, iniciando as suas atividades de engenheiro, atividades que iriam se desenvolver por mais de cinquenta anos, de profundo labor técnico, científico e patriótico.

É para essa grande vida de engenheiro que mais particularmente pedirei a atenção do seletor auditório, de vez que outros aspectos das atividades intelectuais do insigne patricio serão examinados, neste mesmo recinto, com autoridade e brilho muito maiores que os do modesto orador desta tarde, pelos eminentes Professores Heloisa Alberto Tórres, Diretora do Museu Nacional, que se incumbirá da Etnografia e Fábio de Macedo Soares Guimarães, Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, a quem caberá examinar-lhe a obra de geógrafo.

Sim, porque Teodoro Sampaio deixou provas cabais de sua capacidade polimorfa de homem de estudo, dotado de força de vontade e de lúcida inteligência. Foi nos últimos tempos, uma das expressões mais completas de intelectual em nosso país. Na conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia a 15-10-1941, Pimenta da Cunha, que foi amigo íntimo de Teodoro Sampaio, na fase final de sua existência, demonstrou com o testemunho presente de sua obra variada e ainda quase

completamente inédita, que o grande baiano foi «engenheiro, geógrafo, cartógrafo, urbanista, historiador, filólogo, tupinólogo, arquiteto, sociólogo, político, literato e artista. A sua obra é tódia informada de puro patriotismo e de sã brasilidade, pelo que se torna preciso dar-lhe a mais ampla divulgação, para merecer ser conhecida pelos brasileiros de norte a sul, pois interessantes e úteis são os ensinamentos que nela se encontram sôbre a nossa terra e a nossa gente».

«Ne sutor ultra crepidam...»

Que os doutos falem do sábio patricio. Examine o engenheiro modesto, a imensa obra do engenheiro insigne.

Depois do início da vida profissional em Santos, vamos encontrar, ainda em 1879, Teodoro Sampaio com menos de vinte e cinco anos, como engenheiro da Estrada de Ferro da Bahia, cargo que exerceu algum tempo.

Em 1879, trabalhou como membro da Comissão Hidráulica do Império, que vinha de ser criada por iniciativa do grande Cansação de Sinimbu, sob a chefia do notável engenheiro norte-americano William Milnor Roberts, ao qual Teodoro Sampaio posteriormente sempre se referiria como sendo o «nosso Mestre de saudosa memória». Foi, nessa Comissão, um dos melhores auxiliares da importante expedição que tinha como finalidade principal explorar e estudar a bacia do São Francisco e as de outros grandes rios do interior brasileiro que despejam suas águas na costa oriental.

Chamado por Orville A. Derby, que chefiava a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, retorna ao Sul do País e inicia uma série de importantes trabalhos de exploração, entre os quais merece especial referência os relativos aos rios Itapetininga e Paranapanema, efetuados em 1886.

Da longa e dificultosa viagem de estudos que realizou através dêsses rios, apresentou vasto relatório, inserindo levantamentos e plantas, além de observações que revelam a cada instante, a cultura, os conhecimentos e o bom-senso do engenheiro, do geógrafo e do geólogo.

Logo na apresentação da «Exploração dos Rios Itapetininga e Paranapanema» — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889, fol. obl. de 14 pág. e 26 mapas» — situa de maneira magistral o conceito de aproveitamento econômico integral do curso d'água: — «Não me limitei unicamente a colher dados sôbre as condições de navegabilidade do rio, consegui também reunir informações de algum valor sôbre a capacidade agrícola da região dentro do vale, o seu povoamento, a ocupação do solo, grau de adiantamento e força do comércio que aí se desenvolve, as vias de comunicação e o

problema das ligações dos nossos centros administrativos com as remotas terras do vale do Paraguai».

Com exceção do aproveitamento hidrelétrico, na época ainda desconhecido entre nós — é de se lembrar que a indústria elétrica nasceu em Nova York em fins de 1882, com a primeira estação termoeletrica construída por Tomas Edison, seguida, ainda no mesmo ano, pela usina hidrelétrica de Appleton, Wisconsin, E.U.A. — tudo está previsto para a «mise-en-valeur» do curso d'água, com a mesma orientação hoje seguida pelos maiores especialistas norte-americanos e europeus. As diretrizes adotadas pela «Tennessee Valley Authority», que realizou o mais gigantesco aproveitamento econômico de curso d'água, até hoje conhecido, não diferem, a não ser em assuntos especializados, desconhecidos em 1886, da orientação seguida pelo ilustre engenheiro baiano. Nessa expedição dá Teodoro Sampaio provas, mesmo no domínio da Engenharia, do seu espírito polimorfo. Projeta, desenha e faz construir, na então pequena Vila de Itapetininga, os dois batelões «com o comprimento de 9,50 m., largura de 1,30 m., altura 0,60 m. e 0,22 m. de calado, comportando cerca de uma tonelada de carga e cinco homens de tripulação», adestra caboclos ignorantes para tripular os barcos, faz êle próprio os levantamentos topográficos, sejam os do tipo expedito «executados a bússola, micrômetro de Loujol, e também com o cômputo do tempo e avaliação da velocidade da marcha nos pontos em que isso se tornou possível», sejam os levantamentos de maior precisão nos pontos mais convenientes. «nos saltos e cachoeiras mais importantes, além da planta especial procedia-se a um nivelamento com o nível de Gurley, e as mais das vezes com um pequeno eclímetro». Determina as posições astronômicas e geodésicas com «um teodolito de Casella, aproximando até 30" de grau e dois cronômetros regulados no Imperial Observatório do Rio de Janeiro. Procede a sondagens ao longo do rio, levanta seções transversais nos sítios mais favoráveis, calcula, de trechos em trechos, a vazão do rio e de seus afluentes principais, determina as velocidades da corrente pelo molinete de Woltmann. E não é só. Monta em cada pouso um pequeno observatório meteorológico com barômetro, aneróide, termômetros e psicrômetros. E, em Itapetininga, instala um observatório meteorológico, que funcionou continuamente durante toda a duração da expedição — quatro meses e cinco dias! — adestrando o seu operador. Reune todos os dados e observações e êle próprio faz os desenhos e os mapas com uma precisão invejável! Merecem ser vistas as 26 planchas que acompanham o Relatório! Trouxe, para exhibir, duas cadernetas originais de caminhamento topográfico realizado no interior de São Paulo para a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, nas quais poderão os presentes observar o capricho, a precisão, a riqueza de pormenores! Em uma delas, na última

página há mesmo um «croquis» do «Morro do Lopo ou Pedra de Guarayuva, visto da Fazenda de Manuel Felisbino de Oliveira», em que até os dons artísticos podem ser apreciados.

O Relatório é ainda um exemplo admirável de simplicidade e concisão. Sóbrio, sem adjetivos supérfluos, dir-se-ia escrito, não por um afro-brasileiro, mas por um discípulo de Pascal, por um monge de Port-Royal. Não posso me furtar a transcrever alguns trechos do seu importante trabalho. Assim, falando sôbre os caracteres gerais do Vale do Paranapanema, diz magnificamente:

«O vale do Paranapanema, como todo o território da província de S. Paulo, à exceção da pequena nesga do litoral banhada pelo Atlântico, faz parte da grande bacia hidrográfica do Prata, de que é êle um tributário de ordem secundária. Afluente do Paraná, que no tríplice sistema do Prata representa a artéria maior, o Paranapanema tem os seus caracteres essenciais moldados nas feições peculiares desta parte da bacia. O Paraná, na parte em que é todo brasileiro, é um rio de terras altas. O grande planalto ou chapada que constitui o Brasil meridional abrangendo parte das províncias de Minas, Goiás, Mato Grosso e quase todo o território de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina, na média altitude de 650 metros, tem no curso do Paraná o eixo dêsse admirável sistema fluvial para onde confluem de um lado o Tietê, o Paranapanema, o Ivaí e o Iguaçu, que descem do oriente, e de outro o Pardo, o Ivinheima e Iguatemi, que vêm do poente.

«A constituição orográfica desta parte do país, onde as serras mais altas, margem oriental do grande planalto que vai descaindo para o interior, quase se erguem sôbre o mar ou dêle distam menos de um grau, trás ao seu sistema hidrográfico feição muito particular e característica. Os seus rios nascem quase sôbre o Oceano e dêle se apartam em rumo diametralmente oposto, para, após longo percurso, pelo interior do continente trazerem-lhe o tributo das suas águas».

Ainda:

«O Paranapanema é pois um vale de terras altas que, desde as cabeceiras onde atinge pròximamente a altitude de 800 metros, descai pouco a pouco até a de 258, vencendo numa distância direta de cêrca de 660 quilômetros a diferença total de nível de 542 metros.

«As suas terras apresentam-se com o caráter geral de uma grande planície, onde tôdas as desigualdades do relêvo são antes devidas à erosão das águas, ao trabalho lento e constante das correntes fluviais, do que a qualquer outra perturbação atribuída às convulsões da crosta terrestre».

A um engenheiro encanta sempre a exequibilidade financeira de um projeto. Às vêzes, levado por um entusiasmo momentâneo,

o técnico se afasta da realidade, devanêia, abandona inconscientemente o «terra a terra» e entra a sonhar, planejando coisas grandiosas, mas... utópicas, irrealizáveis. Que de bom-senso, de objetividade, de sentido das possibilidades financeiras se contém, no mesmo Relatório, no exame dos tipos de melhoramentos mais adequados para a navegação do Paranapanema, quando o grande baiano fixa as seguintes bases:

- 1.º) Alterar o menos possível as condições naturais do rio;
- 2.º) Modificar o quanto se puder o sistema de navegação, para adaptá-lo às feições peculiares do mesmo rio.

Não há preocupação de erudição em citar as grandes obras realizadas na Europa, não há o exagêro de se preconizar para o rio brasileiro, projetos grandiosos elaborados para o Reno ou o Danúbio.

Pura e simplesmente uma solução prática, simples e econômica. Vale a pena acompanhar no original o pensamento do engenheiro:

«Em consequência propomos e projetamos êstes melhoramentos, dentro dos seguintes limites: largura dos canais a abrir 16 metros, profundidade mínima no tempo da vasante 0,60 m., velocidade máxima nas cachoeiras 10 quilômetros por hora.

«Os vapores deverão ser do mesmo tipo adotado para a navegação do Mogi-Guaçu, roda à pôpa, calado de 0,40 m., largura inferior, 5,50 m., comprimento menor de 25 metros, dispondo de máquinas capazes de desenvolver até 7 quilômetros por hora quando rebocarem lanchas carregadas contra correntezas do limite acima indicado. Estas máquinas ao desenvolver esta fôrça não farão mais de 38 rotações por minuto. Para tornar mais segura a subida dos vapores nas cachoeiras em que aquêle limite fôr excedido, adaptar-se-á à proa de cada vapor um guincho especial, movido pelo vapor da máquina, mordendo uma cadeia sôlta ao longo da corredeira. Esta cadeia, firmemente prêsa na parte superior da cachoeira, termina em baixo por uma corrente mais fina que se prende a uma pequena bóia.

«No ato de subir toma-se esta extremidade da corrente com um «croke», e, passando-a ao guincho que se faz funcionar imediatamente, pode-se imprimir ao vapor a velocidade de três quilômetros por hora nas mais fortes correntezas.

«Quando se tratar de uma corredeira em curva, onde há já duas ou mais cadeias, toma-se a extremidade da segunda antes de se lançar à água a primeira.

Para melhoramento das cachoeiras, além dos trabalhos de desobstrução, se adotará a construção de muros toscos de enrocamento, ou estacadas, já no fechamento dos pequenos braços, já

como diques para encaminhar as águas, já finalmente como portões, provocando estreitamentos que produzam elevação do nível nos pontos em que isso fôr mister. Estas obras deverão ser construídas com as pedras do leito do rio provenientes do arrazamento de rochedos que embaraçam o canal, ou com material que se puder extrair das margens vizinhas, principalmente madeira, que é um dos mais abundantes.

Em outra das suas publicações: «Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema Boletim n.º 4 da Comissão Geográfica e Geológica de S. Paulo 1890» a agudeza de suas observações econômicas dá-lhe um quê de profeta em períodos como os seguintes:

«A grande lavoura de S. Paulo desdenha em geral as terras baixas, porque o café aí não vinga ou não produz na mesma proporção da zona do Oeste. Grande êrro êsse de uma lavoura que só conhece uma cultura única, e que além dos riscos a que deve estar sujeita por qualquer moléstia superveniente ao café, está na inteira dependência da importação de produtos forasteiros quando o solo natal os pode ter melhores e talvez com menor dispêndio e esforço.

«Entretanto uma lavoura nunca é verdadeiramente grande senão quando multiplica os seus produtos, adaptando-se ao solo e ao meio».

.....

«Os campos, como acabamos de ver, ocupam a maior área dentro do vale, serão acaso hoje e sempre um vastíssimo território apenas utilizável pela indústria pecuária? Eis a questão que os entendidos ainda não resolveram. A lavoura, por ventura, poderá contar com os terrenos campestres como uma reserva do futuro? Creio que sim. O fato de um terreno não produzir naturalmente senão uma gramínea áspera, ou uma palmeira anã, ou um arbusto atrofiado e retorcido não depõe de modo algum quanto à sua capacidade agrícola, pode sim revelar-lhe a pouca aptidão natural, mas a total imprestabilidade é que não.

«Os campos são na realidade reservas do futuro, serão um dia o teatro de uma lavoura mais inteligente e racional, quando o coeficiente da população relativa deixar de ser uma fração para se tornar o representativo de muitas dezenas de entes humanos por quilômetros quadrados do nosso território. Então os campos que representam tantos mil quilômetros de terras abertas e desimpedidas, com superfície igual ou quase nivelada, com uma temperatura branda e clima saudável, serão de fato, como solo eminentemente arável, o teatro de uma poderosa cultura intensiva.

«A irrigação será talvez necessária em algumas paragens, mas ainda aí os campos do sul se acham nas mais favoráveis condições. Alguns dos numerosos afluentes do Paranapanema poderão ser então represados e as águas armazenadas e levantadas, distribuídas pelos processos mais adequados ao beneficiamento do solo. O emprêgo dos poços artesianos nas regiões mais elevadas, onde a água não abunda na superfície, como tantas vêzes sucede nestas paragens, teria também todo cabimento».

Examinemos agora o engenheiro em outro setor das atividades profissionais.

Em 1905, Teodoro Sampaio volta à Bahia e logo recebe do Governo daquele Estado a incumbência de projetar as obras de saneamento da Capital. Devota-se inteiramente à missão de dotar a Capital de seu Estado natal de um abastecimento de água potável e de uma rede de esgotos, à altura de seu progresso. Alarma-se, com a situação existente; a cidade já com cerca de 200.000 almas, no que dizia respeito ao abastecimento d'água estava praticamente na mesma situação do período colonial. A poluição ocasionada pelo impróprio destino final dos esgotos atingira às raias da calamidade pública. Durante meses a fio, o grande engenheiro, agora já com quase cinquenta anos, organiza os projetos, orienta a opinião pública, conquista, depois de lutas imensas, o apoio do Conselho Municipal e consegue levar a cabo mais um empreendimento que, por si só, bastaria para legar seu nome à posteridade.

A publicação: «Saneamento da cidade da Bahia» estampada nos ns. 27, 28 e 30 da Revista Politécnica de São Paulo em 1909, dá-nos conta, não apenas de seu preparo técnico no setor da engenharia sanitária, mas também, de sua fibra de lutador e de seu espírito público.

É interessante observar que no projeto de abastecimento d'água, atentando às condições peculiares topográficas, dividiu a rede de distribuição em três zonas altimétricas, prática hoje corrente em casos análogos.

Foi dos primeiros a adotar nos serviços de abastecimento a filtração do tipo hoje comumente denominado «filtração lenta».

Algumas das represas construídas estão em serviço até hoje. Para garantia de pressões mínimas disponíveis na rede previu «chateaux d'eau», numa técnica muita semelhante a que os especialistas em engenharia sanitária ainda seguem.

Para evitar a poluição ocasionada pelo lançamento «in natura» dos esgotos, aconselhou o tratamento biológico, hoje universalmente difundido e aperfeiçoado, mas que na época era praticamente desconhecido entre nós.

Em suma, demonstrou mais uma vez a sua capacidade profissional, o seu preparo e a sua curiosidade intelectual.

A morte o encontrou rijo e lúcido. aos 83 anos de idade, empenhado em escrever as suas memórias em que poria em evidência fatos e vultos da Monarquia e da República, com as quais conviveu, e trabalhando numa História da Bahia.

Dêle disse com justiça um de seus biógrafos — Plínio Ayrosa:

«Sem dispor, jamais, de nenhum dos muitos elementos fortes que às vêzes apoiam os homens na escalada da glória e da riqueza; sem jamais pensar em abaixar-se ante os poderosos para subir e vencer e sem jamais ocultar as suas idéias para captar as simpatias alheias, veio da humildade de um bêrço sombrio e foi para as sombras de um túmulo humilde sem ter maguado a ninguém, sem a ninguém ter negado espaço no atropêlo da vida e sem a ninguém ter deixado de dar tudo quanto pudera dar.

«Mesmo nos instantes em que o mais severo dos homens percebe não ser possível manter a serenidade, e mesmo ante as arremetidas dos imbecis que fâcilmente podem ser sustadas e anuladas com uma palavra própria e oportuna, êle manteve a serenidade e preferiu calar-se, menos para dar exemplo de educação e de elevação mental, mas para ser coerente com seu próprio temperamento e para não se afastar da linha elegante e alta de sua conduta habitual».

Antônio Osmar Gomes, em artigo publicado no *Jornal do Comércio* — Rio, em 9-11-1941 sintetiza a grandeza da vida de Teodoro Sampaio:

«Diante dêle, no trato amigo com êle, a gente não lhe via a côr da epiderme porque só lhe sentia a forte atração, o suave encanto e a bondade comunicativa de um espirito elevado, de um coração sincero, de uma inteligência privilegiada».

DISSE.

TEODORO SAMPAIO (*)

(Geógrafo — 7-1-1855)

ENG.º FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

Início esta aula do «Curso Teodoro Sampaio», que me coube desenvolver, por honrosa incumbência recebida do Senhor Presidente Perpétuo dêste glorioso Instituto, com perfeita consciência da minha responsabilidade. Preocupa-me, não o assunto em si mesmo — *Teodoro Sampaio, geógrafo* — que é dos mais fascinantes, mas o dever de manter esta preleção no alto nível das demais, confiadas a figuras eminentes das ciências e das letras de nosso país. Atenua, entretanto, os meus naturais temores a feliz idéia, que tiveram os organizadores do curso, ao dar a essas preleções a despretensiosa denominação de «aulas». É, pois, uma singela aula, e não uma substanciosa e elegante conferência, que peço terdes a bondade de ouvir.

Quando recebi o honroso convite para focalizar, na complexa personalidade que ora estudamos, o geógrafo, interpretei-o apenas como uma demonstração da amizade e da temerária confiança do Presidente desta casa. Tive depois a grata surpresa de saber, numa das apreciadas crônicas do meu colega e amigo Virgílio Corrêa Filho, que, ao escolher-se o responsável por esta tarefa, fôra levado em conta um ligeiro ponto de contato que possui com o homenageado de hoje: o fato de ser um engenheiro, que se dedica à Geografia.

Esta circunstância realmente serve-me de auxílio para compreender a personalidade de Teodoro Sampaio, num dos seus aspectos. Mas não é suficiente, dada a multiplicidade de suas facetas. Foi, aliás, muito feliz o plano delineado para êste curso, entregando a diversos especialistas o estudo de tais facetas: o engenheiro, o etnógrafo e linguísta, o geógrafo, o historiador e, finalmente, o homem, na bela síntese que fará Pedro Calmon. Sòmente num curso poder-se-á estudar personalidade assim multi-forme.

(*) Curso Teodoro Sampaio — Conferência do Engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, no Instituto Histórico a 28 de julho de 1955.

Não é fácil, entretanto, dissecá-la, pois todos êsses aspectos parciais se entrosam em perfeita harmonia. Teodoro Sampaio era realmente um erudito, como raro se encontra, dominando simultaneamente numerosas especialidades. Em cada uma de suas obras surgem, a cada passo, referências aos mais diversos campos da ciência. Estava, por conseguinte, em excelentes condições para dedicar-se à geografia, que é uma ciência de síntese, justamente por possuir aquela condição, que tanto surpreendera Capistrano de Abreu.

Em carta a João Lúcio de Azevedo, assim se expressava Capistrano, sobre o geógrafo: «Grande parte desta semana estive-mos juntos no Instituto e na Biblioteca Nacional. Conhecia, de ouvir dizer, seu talento de topógrafo no campo, que quase instantaneamente traçava um mapa, deixando apenas detalhe a corrigir. Apreciei-o agora na interpretação de mapas e roteiros antigos da Bahia: *é assombroso*» (1). Êsse único adjetivo assume as proporções de uma consagração, sabido que o velho mestre de nossa história era severo na crítica e parcimonioso em elogios.

Na presente aula procurarei limitar-me, tanto quanto possível, ao que mais se salienta, como geográfico, em sua obra. Suponho já conhecidas as aulas anteriores, bem como os traços gerais de sua vida, tão bela e harmoniosa.

À primeira vista pareceria inexata a afirmação de ser a Geografia a sua principal atividade. Sua profissão era a de engenheiro, formado em 1877, aos 22 anos de idade, na primeira turma da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que antes era a Escola Central. Mas muitos dos seus trabalhos, rotulados na época como de engenharia, eram, na realidade, de caráter essencialmente geográfico. É que não existia ainda a profissão de geógrafo, que só muito recentemente, com a fundação das primeiras Faculdades de Filosofia (desde 1934) e sobretudo após a criação do Conselho Nacional de Geografia (em 1937), começou a ser admitida, embora ainda aguarde seu reconhecimento legal, pela administração pública centralizada. Os trabalhos geográficos eram outrora considerados simples ramo da engenharia.

É bastante significativo que o primeiro trabalho científico escrito e publicado pelo engenheiro baiano fôsse um estudo sobre a geografia e a geologia da província de São Paulo. Não tive a oportunidade de examiná-lo pessoalmente, mas devo a informação à gentileza de J. Romão da Silva, o devotado biógrafo de Teodoro Sampaio. Foi um artigo publicado a 6 de outubro de 1877 no jornal *A Tribuna de Sorocaba*.

(1) *Correspondência de Capistrano de Abreu* — Edição organizada por José Honório Rodrigues — M.E.S. — Instituto Nacional do Livro — Rio, 1954 — Vol. II — pág. 165.

Dois anos depois, como engenheiro da chamada Comissão Hidráulica do Império, sob a chefia do americano William Milnor Roberts, realizou Sampaio sua primeira grande excursão de estudos, da qual resultaria o diário de viagem, mais tarde publicado sob o título *O rio São Francisco e a Chapada Diamantina* (2), um dos seus melhores trabalhos geográficos. Foi também como engenheiro da recém-criada Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, dirigida pelo grande geólogo Orville Adalbert Derby, que êle realizou a exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema, em 1886, de que resultou valioso relatório e, quatro anos mais tarde, uma obra de real caráter geográfico, intitulada *Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema* (3).

Sampaio realizou uma longa série de trabalhos realmente de engenharia, na sua vida profissional, tais como os de saneamento em São Paulo e na Bahia e os de construção civil, nessa última cidade. Mas as suas primeiras obras, embora com o título de engenheiro, foram dedicadas à Geografia. Sua produção científica, neste mesmo campo, continuou, durante os momentos de lazer, até idade avançada e essa foi a forma exclusiva pela qual elaborou seus numerosos trabalhos de história, etnografia e linguística. Mas a Engenharia e a Geografia foram as atividades que exerceu como profissional.

Quando o jovem engenheiro iniciou os primeiros passos como geógrafo, entrava justamente a geografia brasileira numa nova fase de desenvolvimento, no último quartel do século XIX, caracterizada por pesquisas sistemáticas realmente científicas, a cargo de instituições públicas de caráter permanente. Tivera o país, nos três quartéis precedentes, uma fase de grande atividade quanto às explorações geográficas, mas empreendidas por iniciativas isoladas, nas quais exerceram o papel mais saliente numerosos sábios europeus, dentre os quais Eschwegge, Martius, Saint-Hilaire e tantos outros.

Em 1865 iniciara-se o chamado «período americano», dedicado especialmente a estudos geológicos e de Geografia Física, com a famosa expedição Thayer (do nome do milionário que a subvencionou) chefiada por Louis Agassiz, mas cuja maior in-

(2) Theodoro Sampaio — *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina — Trechos de um Diário de Viagem* — in Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras. — Vol. 167 — 1933 — págs. 285 a 460.

(3) Th. S. — *Relatório sobre os Estudos Efetuados nos Rios Itapetininga e Paranapanema* — 1889 — Reeditado pela Revista do Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo — Vol. II, n.º 3 — 1944 — págs. 222 a 271 — Th. S. — *Considerações Geográficas e Econômicas Sobre o Vale do Rio Paranapanema* — in Boletim da Comissão Geográfica do Estado de São Paulo, n.º 4, 1890.

fluência em nossos estudos deve-se a Charles Frederic Hartt, que se empolgou pela terra brasileira e aqui voltaria repetidas vezes até o final de seus dias.

Com a expedição Morgan de 1870, Hartt trouxe consigo alguns discípulos, cuja figura principal era Orville Derby, o futuro mestre dos geólogos brasileiros.

Do imenso acêrvo de observações acumuladas, resultariam, na década de 70, duas obras fundamentais para o conhecimento do Brasil: a *Geologia e Geografia Física do Brasil*, de Hartt, que Capistrano de Abreu, com o seu agudo senso geográfico, reconheceria como o primeiro livro com critério realmente científico sobre a geografia física do Brasil; e o *Manual de Geografia e Estatística do Brasil*, de Johan Eduardus Wappaeus, em 1871, a mais completa compilação dos conhecimentos sobre a geografia brasileira adquiridos até então, e, por assim dizer, descoberta ainda por Capistrano, que promoveu a tradução do seu primeiro volume, 13 anos depois, com o título de *A Geografia Física do Brasil refundida*. A obra de Wappaeus constituiu um marco proeminente da evolução de nossa geografia, tal como a Corografia Brasilica de Aires do Casal o fôra no comêço do século.

A situação estava já madura para iniciar-se nova fase de estudos mais metódicos e sistemáticos, com a criação de serviços oficiais permanentes com tal finalidade. O ano de 1875 seria o início desse período, com a fundação de duas instituições da maior importância. É então que Hartt organiza a Comissão Geológica do Império, com Orville Derby, Herbert Smith, John Casper Branner e outros; por feliz coincidência, é nesse mesmo ano criada, sob a direção de Claude Henry Corceix, a Escola de Minas de Ouro Preto, a «alma mater» de brilhantes geólogos brasileiros, de cuja primeira turma se destacaram Luís Felipe Gonzaga de Campos e Francisco de Paula Oliveira.

Não importa que a Comissão Geológica tivesse vida efêmera, extinta que foi dois anos depois, por medida de economia (as nossas famosas «medidas de economia», que quase sempre incidem sobre o essencial, poupando o supérfluo) e que, logo após, apenas com 38 anos de idade, falecesse o seu diretor, Hartt, que Eusébio de Oliveira chamaria «Fundador da Geologia do Brasil». Mas a semente estava lançada e o acêrvo de observações não se perderia, pois o Museu Nacional, sob a direção esclarecida de Ladislau Neto, deu-lhe guarida, confiando-o a Orville Derby, a quem entregou o cargo de diretor da seção de Geologia e Mineralogia.

Fixando-se definitivamente no país, e adotando mesmo a cidadania brasileira, Derby tornar-se-ia um verdadeiro chefe de escola, orientando várias gerações de geólogos, em sua maioria

egressos da Escola de Minas. Teodoro Sampaio seria um dos seus discípulos diletos.

Se dou ao desenvolvimento da Geologia tão grande importância para o progresso da Geografia pátria, a ponto de escolher para um dos marcos de sua evolução o início de dois centros da estudos geológicos, é porque estou certo que o edifício geográfico só poderia erguer-se sobre os alicerces da Geologia. É sobre esta base que seria possível tentar a correta interpretação do relevo do país, com os estudos de Geomorfologia, hoje em pleno florescimento.

Foi justamente em 1875 que Teodoro Sampaio, ainda estudante da Politécnica, iniciaria sua vida profissional, como desenhista do Museu. Aí iria iniciar sua longa convivência com Derby, decisiva para a sua formação. Com o jovem mestre, apenas quatro anos mais velho, faria a sua primeira grande viagem, no rio São Francisco, dele recebendo orientação e estímulo, nos seus primeiros passos como geógrafo de campo. «Sem prejuízo da tarefa que me fôra então distribuída na Comissão», diria em seu diário de viagem, «procurei sempre acompanhar o ilustre geólogo nas suas várias excursões, algumas apartadas do nosso verdadeiro caminho, e confesso que não pouco deve o meu espírito ao gênio operoso, culto e superior desse notável homem de ciência, com cuja amizade me honro e me desvanço» (4). E chegaria mesmo a afirmar: «Gênio amigo, êle foi pai do meu espírito» (5).

É realmente tocante a fraternal amizade que uniu os dois cientistas, mormente pelo fato de um deles provir de um país onde é tão intenso o preconceito racial, sendo o outro um homem de cor, da mais humilde origem. Tão grande era a confiança que Derby depositava em Sampaio que, ao organizar em 1886 a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, impôs-lhe abandonar a Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, onde então trabalhava, para com êle vir colaborar, em companhia de Gonzaga de Campos, Francisco de Paula Oliveira e outros construtores da Geografia pátria. Aí permaneceria Sampaio até 1890, quando passou a outras missões mais diretamente ligadas à profissão de engenheiro. O valor de um homem de ciência resulta, em grande parte, dos mestres que orientaram a sua formação e dos seus companheiros de trabalho. Melhores não poderia ter o nosso geógrafo.

É difícil, já o dissemos, examinar as qualidades do geógrafo, separadas de tôdas as outras que compõem a sua harmoniosa personalidade. Tereis a ventura de conhecer, na última aula deste

(4) Vide ref. 2, pág. 301.

(5) J. Romão da Silva — *Vida e Obra de Teodoro Sampaio* — in *Jornal do Comércio*, 19-6-1955.

curso, a análise de suas facetas humanas, feita por mão de mestre. Mas não poderei deixar de analisá-las, se quiser compreender o homem de ciência. Em «ultima ratio», as qualidades morais são inseparáveis das intelectuais e são elas que plasmam o cientista.

Não foram apenas a inteligência e a erudição de Sampaio, mas também suas virtudes, que faziam o seu encanto pessoal, tantas vezes proclamado pelos seus contemporâneos. E num geógrafo essas virtudes são essenciais.

Como ciência de observação, a Geografia exige dos seus cultores perfeita objetividade, exatidão e, sobretudo, amor à verdade. Tudo isso resume-se na chamada probidade científica, que nada mais é que um reflexo da simples probidade pessoal. Inúmeros são os testemunhos da escrupulosa honestidade de Sampaio, em sua vida privada, e é esta mesma honestidade que transparece em tôdas as suas observações como geógrafo de campo. Preocupava-se sempre em manifestar o grau de precisão dos dados coligidos, separando cuidadosamente o que resultara de observações pessoais diretas e o que provinha de informações alheias. Assim se expressa, por exemplo, na introdução da monografia *Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema*: «Os dados em que nos apoiamos para escrever esta notícia são aliás de valor desigual: aquêles por nós mesmo colhidos durante as viagens empreendidas, os que nos foram fornecidos por colegas da Comissão em estudos de caráter geológico e as informações de pessoas de critério que visitaram territórios que não pudemos atingir» (6). Essa mesma discriminação da origem dos dados é mantida no texto da obra. Num de seus trabalhos, mais de natureza arqueológica, *Inscrições lapidares indígenas no vale do Paraguaçu*, chega a ser encantador o escrupulo de tornar bem claros os limites de suas observações, antes de concluir pela inexistência de inscrições em certa gruta que visitou: «Nas suas paredes não se nos depararam sinais ou inscrições, como procurávamos. É bem verdade que não as examinamos tão minudentemente quanto era mister, a descobrir-lhes no sub-solo os restos e os sinais do homem de outro tempo. É possível que ao estudo e à investigação mais aturados se deparem sinais inequívocos da presença do homem primitivo nestes lugares. Eu não os encontrei; mas também não percorri tôdas as galerias e recessos que a essas grutas se ligam» (7). Outro explorador, que não um

(6) Th. S. — *Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Rio Paranapanema* (vide ref. nº 3), pág. 3.

(7) Th. S. — *Inscrições lapidares indígenas no vale do Paraguaçu* — in *Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia* — Bahia — 1918 — Vol. II — pág. 8.

verdadeiro cientista, diria pura e simplesmente que não havia inscrições.

Juntando à probidade sua tão conhecida modéstia, Sampaio sempre distinguia cuidadosamente o que era resultado da observação e o que decorria de opinião pessoal, nas tentativas de interpretação. Nisto faz lembrar o preceito tão insistentemente repetido por um grande mestre da Geografia: «Primeiro descreva, depois interprete».

Sampaio era um verdadeiro geógrafo de campo e não o que os americanos chamam de «arm-chair geographer» (geógrafo de gabinete). Suas melhores obras (*O rio São Francisco e a Chapada Diamantina* e *Observações geográficas e econômicas sobre o vale do rio Paranapanema*) são as que resultaram de seus próprios trabalhos de campo. Na primeira, poder-se-ia supor que as mais agudas observações fôsem devidas a Derby, com quem viajou ao longo do São Francisco; mas o trecho que inclui a Chapada Diamantina, desde Carinhanha até São Félix, percorreu-o êle sozinho (naturalmente com alguns subalternos), aos 25 anos de idade, espantando-nos a madureza de que dá mostras. A outra obra resultou da exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema, como chefe da turma exploradora, da qual faziam parte os engenheiros Francisco de Paula Oliveira e João Frederico Washington de Aguiar. O vale do Paranapanema apenas começava a ser povoado por arrojados pioneiros e no seu trecho final, a partir da confluência do Tibagi, estava na posse exclusiva dos indígenas Caiuás, sempre em guerra com os povoadores. Como verdadeiro geógrafo, Sampaio não se limitou aos trabalhos topográficos e hidrográficos, mas empenhou-se em reunir informações sobre a geografia humana e econômica do vale, tendo em vista principalmente avaliar as suas possibilidades.

Suas descrições eram sempre dotadas de clareza e simplicidade, sem as pompas da linguagem de Euclides da Cunha, mas num estilo que muito faz lembrar Saint-Hilaire, o mais notável dos exploradores do nosso território.

Ouçamos a descrição que faz do *canyon* do São Francisco, a jusante de Paulo Afonso:

«O trecho do rio, que acabávamos de percorrer, para cima do Pão de Açúcar, é, de fato, um estreito canhão de margens escarpadas, altas e pedregosas, onde o gnais e o micachisto predominam e dão à paisagem êsse tom áspero e enegrecido das regiões estéreis e quase despidas de vegetação.

«A população, nesse trecho, é, por isso, mais rara; as culturas quase que desaparecem e, se acaso existem, ficam por detrás dos morros de acesso difícil.

«A nota pitoresca não perdeu contudo em efeitos, talvez mesmo tenha ganho alguma coisa mais, nessa cena da natureza, em que não raro o belo sobreleva ao útil.

«E subimos a corrente como quem percorre um extenso corredor, semeado de obstáculos, e em que raro se descobre uma aberta por onde a vista se estende surpreendendo o aspecto da região mais vizinha» (8).

Era assim a sua prosa: simples, clara e elegante, embora certamente sem a linguagem técnica dos geógrafos atuais; mas é notável a concisão com que, nesse pequeno trecho, informa o leitor sobre o relêvo, a geologia, a vegetação e a ocupação do solo.

É provável que sua formação de engenheiro muito tenha contribuído para a exatidão e concisão de linguagem, a par dos dons inatos de escritor, que tanto surpreenderam seu amigo Eduardo Prado.

Outra de suas qualidades, a sua extrema bondade, que se refletia nas relações com outros homens, pela cortesia e tolerância, relacionava-se também com uma qualidade essencial aos que se dedicam à Geografia Humana: a compreensão. Todo aquêle que tentar o estudo do homem em suas relações com o meio, e como modificador e criador da paisagem, fará sempre obra imperfeita e inçada de erros, se intolerante e escravo de preconceitos. O verdadeiro antropogeógrafo é, por dever de ofício, um compreensivo.

A leitura dos seus trabalhos revela-nos a cada passo essa qualidade de Teodoro Sampaio, mais um traço que o aproxima de Saint-Hilaire. Graças a ela, pôde êle atravessar os sertões do São Francisco sem maiores dificuldades, mesmo quando se encontrou numa área infestada por jagunços, em franca rebelião contra as autoridades locais. Por tôda a parte conquistou amizades e fez jus à hospitalidade. Em Caetité, por exemplo, foi acompanhado, na partida, por numeroso séquito de maioresais da terra, até certa distância da cidade, que êle declara deixar «pungido de saudade». Em Santa Isabel, próximo ao Paraguaçu, encanta-se com a hospitalidade sertaneja, oferecida por um morador local, que assim elogia: «Por seu intermédio, a hospitalidade é uma virtude que enobrece e que encanta; enobrece e exalta a quem, como êle, tão galhardamente e tão perfeitamente a praticava; encanta e cativa a quem, como nós, a recebíamos» (9).

Mesmo quando, por exceção, deparava com alguém que não o tratava com a consideração devida, não se agastava e antes pro-

(8) Vide ref. nº 2, págs. 299 e 300.

(9) Ibid., pág. 445.

curava compreender. Assim sucedeu na vila de Curralinho, onde um vendeiro negou-lhe hospitalidade em sua casa: «Negou-me o bom homem o favor peremptoriamente, ajuntando que isso não era costume do lugar, que todo o mundo que ali pousava, dormia no rancho, fôsse como fôsse, que o juiz de direito de tal lugar ali pousara havia pouco... Ouvindo-se falar ao bom do vendeiro, aquilo era mesmo uma delícia para juizes de direito e professores em trânsito pelo Curralinho» (10). Nenhum azedume ou revolta, mas antes uma boa dose de senso de humor.

Admira-nos ainda em Teodoro Sampaio sua atividade incansável, seu empenho em cooperar, servir, em suma. Em 1916, realizou-se na Bahia o V Congresso Brasileiro de Geografia, de que Sampaio foi o Presidente, bem como da sua Comissão Organizadora. Já aos 61 anos e sob o pêso da responsabilidade da organização do Congresso, fêz entretanto questão de apresentar várias teses, tôdas inéditas e principalmente oriundas de trabalhos de campo. É assim que meses antes, iniciou uma série de excursões pelo recôncavo e mesmo mais para o interior, a fim de realizar observações geográficas e atualizar os mapas existentes. Uma dessas excursões é relatada em interessante carta dirigida a Max Fleiuss (11). Como fruto dessa atividade apresentou nada menos de cinco memórias e cartas geográficas: *Movimentos sísmicos na Bahia de Todos os Santos*, *A carta hidrográfica da Bahia de Todos os Santos e seus arredores*, *A planta geral da cidade do Salvador*, *Inscrições lapidares indígenas no vale do Paraguaçu*, e *Denominações geográficas indígenas em tôrno da Bahia de Todos os Santos*, além de uma outra, de caráter mais geral, como trabalho de gabinete, que tratava *Do estudo e cadastro da força hidráulica dos rios brasileiros e da nacionalização de seus águas* (12).

Onze anos mais tarde, já em idade avançada (72 anos), o nosso geógrafo ainda aproveitava o veraneio numa ilha da Bahia de Todos os Santos, para realizar observações *in loco*, de que resultou a monografia *A ilha de Madre de Deus* (13) oferecida a seu querido Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, de que era Presidente. Era sempre o mesmo trabalhador infatigável, exemplo para os geógrafos brasileiros das novas gerações.

Deixando agora de parte essas ligeiras referências à sua personalidade de geógrafo, examinemos a contribuição que trouxe para o progresso da geografia nacional.

(10) Ibid., pág. 455.

(11) Max Fleiuss — *Recordando* — in *Jornal do Comércio*, 23-3-1941.

(12) Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia — Bahia — 1918.

(13) Th. S. — *A Ilha de Madre de Deus na Bahia de Todos os Santos* — in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — n.º 53 — 1927 — págs. 343 a 363.

Em tôdas as suas obras encontram-se contribuições valiosas, especialmente as que decorreram de trabalhos de campo. São até hoje dignas de leitura suas admiráveis descrições, acompanhadas de excelentes croquis, traçados rapidamente no local, e que provocaram a admiração de Orville Derby e Capistrano. A êle se deve a primeira descrição do vale do Paranapanema, bem como da longa sessão transversal, que fêz, da Chapada Diamantina.

Considerando, entretanto, assuntos mais específicos, parece-nos que a sua maior contribuição, na época, diz respeito à correta representação do relêvo brasileiro. Dominava, então, a confusão habitual entre serra e divisor de águas, idéia errônea que tivera sua época no século XVIII, quando o geógrafo francês Buache imaginava cadeias de montanhas em torno de tôdas as bacias fluviais, desenhando, por exemplo, uma cordilheira entre as bacias do Vístula e do Dnieper, na Rússia Ocidental, onde no entanto se situam os conhecidos pântanos de Pripet, numa vasta planície. No Brasil essas idéias se impuseram durante muito tempo e a elas se devem muitas serras absolutamente fictícias que figuram em nossas cartas, como a famosa «serra das Vertentes», entre o São Francisco e o rio Grande, a qual Hartt, em seu livro de 1870, já qualificara de *mítica*. Devemos mesmo reconhecer que êsses conceitos ainda não foram erradicados de nosso meio e têm a aceitação de muitos cartógrafos e engenheiros. No meu tempo de estudante de engenharia ainda se ensinavam, por exemplo, uns «princípios» de Brisson, engenheiro hidrógrafo francês do início do século XIX, pelos quais se pretendia deduzir da hidrografia o relêvo, e que, no entanto, sômente são válidos em determinadas circunstâncias. É em consequência dêsses erros que muitos se espantam de haver serras atravessadas por cursos d'água e a ignorância dêsse fato tem causado não poucas questões de limites.

Teodoro Sampaio, desde o seu primeiro trabalho, ao descrever a Chapada Diamantina, investe vigorosamente contra tais errôneos conceitos. Assim inicia êle a descrição do relêvo da Chapada: «As montanhas aqui se dispõem em três cordilheiras paralelas, na direção geral de sul-sueste para nor-noroeste, que corta obliquamente a linha de divisão das águas da bacia do São Francisco e das que correm diretamente ao Atlântico, linha de divisão das águas sinuosa e irregular, no rumo geral de nordeste» (14). Assim também se expressa quando comenta a carta que elaborou, em complemento ao diário de viagem: «Posso dizer que fiz trabalho propriamente meu; e, sem querer depreciar alheios trabalhos sôbre o mesmo assunto, julgo que êsse mapa representa, de fato, um passo adiante no progresso cartográfico referente às regiões centrais do Brasil».

(14) Vide ref. n.º 2, pág. 416.

«É bem digno de nota a representação orográfica aí tão diversa do que se vê em outras cartas publicadas. As montanhas e serranias não se figuram aí como linhas de relêvo, acompanhando paralela mente os cursos d'água principais, como errôneamente se costuma figurar, mas, ao contrário, como enrugamentos em sentido transverso aos rios...» «Os rios afluentes do São Francisco, rios temporários quase todos, correndo sôbre a Chapada, guardam também a mesma direção geral daquelas linhas de cumiadas. Não assim, porém, os rios da vertente direta do Atlântico, rios perenes, e mais volumosos que aquêles outros, os quais cortam transversalmente as ditas serranias e descem da Chapada, onde têm nascimento, por vales estreitos e gargantas que são verdadeiros *cañons*, em alguns lugares até subterrâneos» (15).

A preocupação de representar corretamente a orografia manifestou-se também no «Atlas dos Estados Unidos do Brasil» (16), publicado em 1908 e que êle modestamente destinou às escolas primárias. Nesta obra é feito largo uso de perfis transversais para melhor compreensão do relêvo, o que constituía novidade nos nossos atlas didáticos, sômente uns vinte anos depois novamente usada pelo Padre Geraldo Pauwels.

É certo que o «Atlas» está hoje obsoleto, mas constituiu inegável progresso quando foi publicado.

No capítulo sôbre «Orografia do Brasil», componente do «Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico» (17), organizado por êste Instituto em 1922, Teodoro Sampaio faz a síntese dos conhecimentos sôbre o relêvo, adquiridos até então. Naturalmente, grandes progressos houve depois de sua publicação e hoje êsse capítulo é pouco consultado. Mas é digna de nota a sua preocupação de salientar o verdadeiro aspecto de muitas serras do interior, na realidade simples bordas de chapadas, às quais Deffontaines proporia mais tarde a denominação de *semi-serras*.

Outra grande contribuição do geógrafo foi a sua reação contra o optimismo fantasista que sempre dominou no país em relação à terra e que mais tarde seria chamado «ufanismo». Como reverso da medalha, dominava o pessimismo em relação ao homem, sintetizado na célebre frase de Buckle.

As qualidades já mencionadas de Sampaio — objetividade, culto à verdade e sereno equilíbrio — o levariam a uma atitude realista, que sômente agora começa a generalizar-se em nossas elites.

(15) Ibid., págs. 458 e 459.

(16) Th. S. — *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* — Reis & Cia. — Bahia — 1908.

(17) *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — Rio de Janeiro, 1922.

Na obra *O rio São Francisco* já se observam muitas manifestações desse equilibrado realismo, não obstante o entusiasmo e encantamento pelas belezas naturais. De quando em quando, surgem afirmações categóricas, como as seguintes: «O Brasil, em verdade, é mais habitado do que se pensa e menos rico do que se presume» (pág. 319); «Como é belo esse Brasil central que tão poucos conhecem e de que nós brasileiros tão ingenuamente nos ufamamos, exagerando os recursos!» (pág. 376).

Seu realismo, entretanto, aliado ao espírito compreensivo, nada tinha de amargo e é às vezes com leve ponta de ironia que êle se refere às fantasias dos habitantes, como no trecho seguinte: «Disseram-nos os moradores ribeirinhos que na Serra do Brejo há ouro em abundância, não nos explicando, porém, por que prodígio de desinteresse o não buscavam. A isso calavam-se como que rendidos a um fatalismo inexplicável. Mas a lenda das grandes riquezas escondidas nas entranhas da serra continua a correr mundo a escaldar a imaginação do ingênuo sertanejo, trazendo-lhe visões, encantamentos, fazendo-lhe ouvir ruídos misteriosos, perceber clarões que súbito se formam e se expandem por sobre a cumiada dos montes». (pág. 338).

É sempre a lenda do Sabarabucu a escaldar a imaginação dos brasileiros, desde o primeiro século da colonização!

Seu artigo *O sertão antes da conquista* — (Século XVII), publicado em 1899 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, é um excelente estudo de Geografia Histórica, no qual analisa a atitude dos colonos, face ao sertão desconhecido. Aí encontramos as raízes do ufanismo, expostas com a máxima clareza (18).

Os colonos sempre acreditaram «nos tesouros escondidos nos sertões e todos murmuravam por se não darem os passos para descobri-los».

«Estavam todos na firme crença de que, sendo esta terra contígua com a do Peru, de que a não dividia mais que uma linha imaginária indivisível, tendo lá os castelhanos descoberto tantas e tão ricas minas, cá nem uma passada davam por isso...» (pág. 81) Ouvem-se hoje em dia afirmações muito semelhantes, tratando-se de petróleo, por exemplo.

Explica Teodoro as origens de muitas noções errôneas sobre a natureza do hinterland, tais como as descrições de Simão de Vasconcelos, segundo o qual «todo o sertão está feito um bosque, entalhado como um canteiro, da mesma natureza com suas águas»

(18) Th. S. — *O Sertão antes da Conquista* (Século XVII) — In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Vol. V — 1899-1900 — págs. 79 a 94.

(pág. 83). A ignorância, ainda hoje tão corrente do verdadeiro caráter da vegetação do interior, predominantemente campestre e não florestal, originou-se, segundo suas palavras, «do fato de se ter primeiro atravessado o continente pelo vale do Amazonas e de se terem feito as primeiras entradas exatamente na região em que a mata litoral tinha mais larga expansão, penetrando pelos vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do rio Doce...» (pág. 83) Era a mesma «fachada florestal enganadora» a que mais tarde aludiria Pierre Deffontaines. O êrro estava na extrapolação para o interior, dos conhecimentos referentes ao litoral ou, como afirmara Sampaio, o de «concluir do todo pela parte».

Menciona ainda o geógrafo e historiador a constante desconfiança dos habitantes coloniais quanto aos obstáculos que retardavam a descoberta das sonhadas riquezas das terras ocidentais. «Era crença em voga entre os colonos haver um *que* de misterioso impedindo o descobrimento das riquezas do sertão...» (pág. 90) Hoje alegam-se obstáculos de outra ordem, mas a atitude mental é no fundo a mesma.

Apesar do seu realismo, o sábio não usa de rudeza contra tais fantasias e, com espírito compreensivo, nelas encontra até vantagens. «Sonhos, quimeras, ficções inumeráveis, tudo é vão e praticamente incompreensível, e todavia é com isso que o mundo caminha», assim conclui o seu instrutivo artigo.

O anti-ufanismo de Sampaio não descamba jamais para o pessimismo. Sempre manteve o geógrafo sua crença no futuro do Brasil, na capacidade do brasileiro. Muitos anos depois, ao pronunciar o discurso inaugural, como Presidente do V Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade do Salvador, sintetizava em curta frase o seu pensamento: «O meio terreno é difícil, havemos de convir, mas nós vamos dêle triunfando» (19).

A condição para êsse triunfo seria, antes de tudo o perfeito conhecimento da terra e do homem e assim exortava os participantes do V Congresso: «Dos nossos rios estudemo-lhes as correntes com que apertar ainda mais, pelo intercâmbio, o laço nacional; estudemo-lhes as quedas d'água a captar forças para as nossas indústrias nascentes; façamos com a Geologia o inventário das riquezas com que sonhamos, seja dissipando-nos de vez, para sempre, uma miragem, seja confirmando, em realidade tangível, os tesouros sôbre que temos dormido até agora...» (20)

Sampaio não era um teórico, indiferente às realizações práticas. Considerava a Geografia uma disciplina de alto valor, como o conhecimento da realidade, servindo de base aos projetos de empre-

(19) Vide ref. n.º 12, vol. II, pág. 913.

(20) Ibid., pág. 914.

endimentos úteis ao país. Era o que hoje alguns chamariam de *Geografia aplicada*, base do planejamento regional.

São freqüentes suas referências ao aproveitamento dos recursos naturais. Já em sua primeira viagem era esta a sua preocupação dominante. Aponta (para citar apenas um exemplo) as possibilidades da cachoeira da Timbora, no Paraguaçu, assim se expressando: «Se algum dia o progresso de minha terra despertando mais vivaz, quiser aproveitar para os vários misteres industriais, para os transportes, para a iluminação e para tantas outras aplicações, a grande força hidráulica dos rios, a cachoeira da Timbora, antes mesmo da de Paulo Afonso, será de certo a primeira de que se há de lançar mão como a mais próxima da capital, e a que mais vantagens poderá trazer à zona rica e povoada do nosso recôncavo» (21). Notemos que isso foi escrito em 1880, quando pouco se pensava na utilização da energia hidráulica para aqueles fins. Seu vaticínio muito se aproximou da realidade futura, pois o aproveitamento se deu apenas pouco mais a jusante, na cachoeira das Bananeiras, no mesmo rio Paraguaçu.

Voltaria mais tarde, no V Congresso de Geografia, em 1916, a focalizar mais diretamente o tema, com a já mencionada memória sobre *O estudo e cadastro da força hidráulica dos rios brasileiros e a nacionalização de suas águas*. Faria então uma estimativa do potencial hidráulico do país, certamente inferior ao que hoje conhecemos, aliás conforme ele mesmo previa, ao recomendar que se efetuassem estudos regulares, visando o cadastro dessas forças. Já então pugnava pela industrialização, «o alvo a atingir pelas nações fortes» e mostrava que as quedas d'água eram a grande fonte de energia com que poderíamos contar, compensando a nossa deficiência em carvão mineral. Seu agudo senso geo-econômico já o fazia apontar o rio Paraíba do Sul como «a nossa mina mais rica de hulha branca, pela proximidade dos mercados e pela facilidade de transporte em linhas férreas» (22), o que só recentemente se tem reconhecido, com os últimos estudos da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura.

Pugnando pela nacionalização dessas fontes de energia a fim de «resguardá-las como legítimo patrimônio nacional», foi um precursor do futuro Código de Águas.

Como geógrafo prático, apelou insistentemente para a criação de departamentos geográficos estaduais, apontando sempre o exemplo de São Paulo, com a sua Comissão Geográfica e Geológica, a que ele emprestara decisiva colaboração. Desejando propor ao governo da Bahia, a criação de um departamento com esta finalidade,

(21) Vide ref. nº 2, págs. 456 e 457.

(22) Vide ref. nº 12, vol. I, pág. 403.

Bernardino José de Sousa solicitou a Teodoro Sampaio, em 1911, algumas notas sobre a sua organização. Dois dias depois recebia do mestre um anteprojeto, no qual, além do levantamento da carta, eram previstos também estudos geográficos, geológicos e etnográficos, com uma série de sugestões de ordem prática (23).

Outra grande contribuição de ciência aplicada refere-se ao aproveitamento agrícola dos nossos campos. Sempre dominou no Brasil a convicção de que as áreas de vegetação campestre, seja de campinas, seja de cerrados, são impróprias para a agricultura, sendo a pecuária a sua vocação natural. No trabalho, já tantas vezes aqui citado, *Considerações geográficas e econômicas sobre o vale do rio Paranapanema*, Sampaio, depois de demonstrar como eram extensas as formações de cerrados ao sul do rio Tietê, ao contrário do que tantas vezes se afirma ainda hoje, passa a discordar, com admirável clarividência, da crença dominante e aponta para o futuro agrícola das regiões campestres. Vale a pena transcrever suas afirmações, embora já o tenha feito o eminente engenheiro Lucas Garcez, na aula inaugural deste curso. Valem como profecia, que apenas hoje começa a confirmar-se: «Os campos, que, como acabamos de ver, ocupam a maior área dentro do vale (do Paranapanema), serão acaso hoje e sempre um vastíssimo território apenas utilizável pela indústria pecuária? Eis a questão que os entendidos ainda não resolveram. A lavoura, por ventura, poderá contar com os terrenos campestres como uma reserva do futuro? Creio que sim. O fato de um terreno não produzir naturalmente senão uma gramínea áspera, ou uma palmeira anã, ou um arbusto atrofiado e retorcido não depõe de modo algum quanto à sua capacidade agrícola; pode sim revelar-lhe a pouca aptidão natural, mas a total imprestabilidade é que não».

«Os campos são na realidade reservas do futuro; serão um dia o teatro de uma lavoura mais inteligente e racional, quando o coeficiente da população relativa deixar de ser uma fração para se tornar o representativo de muitas dezenas de entes humanos por quilômetros quadrados do nosso território. Então os campos que representam tantos mil quilômetros de terras abertas e desimpedidas, com superfície igual ou quase nivelada, com uma temperatura branda e clima saudável, serão de fato, como solo eminentemente arável, o teatro de uma poderosa cultura intensiva» (24)

Cinquenta e nove anos depois, o grande geógrafo Leo Waibel, uma das maiores autoridades mundiais de Geografia agrária, levanta a mesma questão nos seguintes termos: «A maioria dos

(23) Bernardino José de Sousa — *Em torno da Carta Geográfica da Bahia* — in *Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. I, pág. 72.

(24) Vide ref. n.º 6, pág. 17.

brasileiros acha talvez a idéia de cultivar e colonizar os campos inteiramente louca. Seria qualquer coisa como aconselhá-los a andar sobre a água ou nadar na terra. São coisas contra a natureza, que simplesmente não podem ser feitas. O conceito de que os campos não podem ser cultivados se baseia na crença de que o seu solo é pobre demais para a agricultura». E perguntava o mestre: «O uso dos campos para terras de pastagens resultará de condições naturais ou econômicas? Será uma lei natural ou econômica? Deve ser necessariamente assim, ou isto representa apenas um estágio no desenvolvimento da agricultura brasileira? (25).

Após dois anos de observações, em longas viagens no sul do país, e especialmente depois de verificar os excelentes resultados obtidos pelos colonos holandeses de Carambeí, no Paraná, em plena zona campestre, bem como em outras colônias semelhantes, Waibel pôde afirmar: «Das observações e fatos relatados na segunda parte deste trabalho, chego à conclusão de que os campos dos planaltos do sul do Brasil podem ser cultivados e colonizados, se forem aplicados métodos agrícolas intensivos e se fôr assegurado um mercado para produtos comerciais compensadores» (26).

Esta conclusão, da mais alta importância para o futuro da agricultura brasileira, era a confirmação da profecia de Teodoro Sampaio, fruto de sua admirável intuição. Não é preciso mais para consagrar o geógrafo.

Impossível é, nesta simples aula, examinar toda a obra geográfica do sábio baiano. Mas não devo omitir uma referência especial a um dos seus livros mais justamente apreciados e que lhe serviu de credencial para a admissão neste egrégio Instituto: «O Tupi na Geografia Nacional» (27). Trata-se de uma obra de caráter essencialmente lingüístico, mas que só poderia ser elaborada por um geógrafo e que tem por principal objetivo servir à Geografia.

Os topônimos de origem tupi são geralmente admiráveis definições, sintéticas e expressivas, do caráter dos acidentes a que se aplicam. Os nomes de montanhas, rios, enseadas, etc. indicam imediatamente as suas características marcantes e confirmam fatos que hoje ainda podem ser observados. A compreensão do seu significado tem, nesses casos, pelo menos, um valor ilustrativo.

Há nêles, entretanto, um interesse todo especial quando se referem a aspectos que foram modificados pela ação do homem. O to-

(25) Leo Walbel — *Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil* — in Revista Brasileira de Geografia (Conselho Nacional de Geografia, I.B.G.E.), ano XI, n.º 2, 1949 — págs. 198 e 199.

(26) Ibid., pág. 208.

(27) Th. S. — *O Tupi na Geografia Nacional* — 3ª edição — Bahia — 1928.

pônimo passa então a constituir o que Everardo Backheuser denominou um «fóssil glótico» e torna-se um auxiliar inestimável para a reconstituição da paisagem primitiva. Em Fitogeografia é sempre da mais alta importância o conhecimento da vegetação original da qual freqüentemente não resta o menor vestígio. A toponímia antiga serve então de guia para essa reconstituição, juntamente com outros elementos informativos.

Esse método teve origem na Alemanha e foi pela primeira vez aplicado na América por Leo Walbel (que novamente tenho que mencionar), cujos resultados foram publicados em 1943 num artigo intitulado «Nomes de lugares como um auxílio para a reconstituição da vegetação original de Cuba» (28). No Brasil foi utilizado pelo nosso competente colega Orlando Valverde, com a colaboração de Dora Romariz e Raife Tauile, no «Mapa da vegetação original das regiões Central, Sul e da Mata, do Estado de Minas Gerais», apresentado ao Congresso Internacional de Geografia de Lisboa, em 1949 (29).

Eis aí um exemplo da utilidade de uma obra como o *O Tupi na Geografia Nacional*, que pareceria ser, à primeira vista, de simples caráter especulativo, um devaneio de sábio em suas horas de lazer. (Do mesmo gênero publicou ainda Sampaio um artigo denominado «Da evolução histórica do vocabulário geográfico no Brasil» (30), em resposta à crítica de José Veríssimo e a já mencionada memória *Denominações geográficas indígenas em torno da Bahia de Todos os Santos*).

Em sua copiosa bibliografia é certo que também se encontram trabalhos de categoria inferior, e que não devo deixar de mencionar, pois não faço aqui um panegírico, mas sim uma análise da sua contribuição para o progresso da ciência. Estão nesse caso o livro *O Estado da Bahia* (31), assim como os três capítulos sobre Orografia, Hidrografia, e Minerais e Constituição Geológica, que fazem parte do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico.

(28) Leo Walbel — *Place Names as an Aid in the Reconstruction of the Original Vegetation of Cuba* — in *The Geographical Review*, vol. XXXIII, n.º 3, 1943 — New York — págs. 376 a 396.

(29) Orlando Valverde, Dora Romariz e Raife Tauile — *Mapa da vegetação original das regiões Central, Sul e da Mata, do Estado de Minas Gerais* — in *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie*, Lisbonne, 1949 — tomo II — págs. 831 a 847.

(30) Th. S. — *Da evolução histórica do vocabulário Geográfico no Brasil* — in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* — vol. VIII, 1903 — págs. 150 a 158.

(31) Th. S. — *O Estado da Bahia* — Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas — Bahia — 1932.

São obras de compilação, elaboradas segundo metodologia hoje abandonada pelos geógrafos, com excesso de listas de acidentes e de dados estatísticos, sem a necessária correlação. Mas, de tudo que produziu espontaneamente, como resultado de suas próprias observações, há sempre muito de aproveitável mesmo na atualidade. (Observo, mais uma vez, que não cheguei a mencionar tôdas as suas obras geográficas para não sobrecarregar ainda mais esta já demasiado longa explanação).

Não devo, finalmente, omitir uma conseqüência indireta da atividade geográfica de Sampaio. Refiro-me à sua influência sobre Euclides da Cunha, particularmente na elaboração de *Os Sertões*. Essa influência é declarada pelo próprio geógrafo, em discurso proferido no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, dedicado à memória de Euclides (32). Sampaio forneceu-lhe notas sobre as terras do sertão que êle percorrerá nos seus primeiros anos de vida profissional e também cópia do mapa, por êle mesmo traçado e então inédito, referente a Canudos e vale superior do Vasa Barris, tendo sido outra cópia oferecida ao Ministério da Guerra, para as primeiras operações militares. Fraterna amizade ligava os dois escritores. E Euclides, de volta da luta, trazia ao amigo os capítulos de sua obra-prima, à proporção que os ia completando, dêle recebendo conselhos e informações. Essa influência foi admitida também por Capistrano, que afirmou, numa de suas cartas a João Lúcio de Azevedo, ter sido Sampaio o mestre de Euclides da Cunha (33).

Mestre êle o foi de muitos estudiosos de nossa terra e de nossa gente. Mas a sua maior lição foi o exemplo que nos legou, de uma vida edificada sobre alicerces humilimos até as culminâncias da glória, à custa de trabalho paciente e incessante, em busca do bem e da verdade.

(32) Th. S. — *A memória de Euclides da Cunha no Décimo Aniversário de sua Morte* — in *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — nº 45 — 1919 — págs. 247 a 254.

(33) Vide ref. nº 1, vol. II, pág. 226.

TEODORO SAMPAIO HISTORIADOR (*)

JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHO

Chego tarde, para falar de Teodoro Sampaio, quando tantos, e tão altos, daqui já se ocuparam do notável engenheiro, geógrafo, etnólogo e historiador, homem de letras e estilo, sertanista, construtor, homem de sociedade e cavalheiro.

Minha voz soa fatigada. Desacostumei-me desta tribuna, a que regresso, depois de longa ausência, durante a qual a idade reclamou seus quinhões de usura, consumindo alguns escassos saldos de mocidade.

E vou falar receioso de redizer o que com tanta sabedoria e beleza, nas conferências anteriores, ou nos artigos de imprensa, como o de Virgílio Corrêa — «Recordando Teodoro Sampaio», já foi contado e louvado.

Bem é que o tema se restringe — *Teodoro Sampaio historiador*: ainda assim tão vasto que não caberia em uma só e rápida alocação.

Havia em Teodoro Sampaio um inato pendor para a história, para a história do Brasil; tendência estética e intelectual, alimentada, robustecida e desenvolvida pela educação, pelas convivências, pelo curso da vida em seus inícios.

Vinha-lhe desde quase a meninice o gosto pelo estudo do passado.

Restaram-nos felizmente, com carinho guardadas pelo Instituto Histórico da Bahia, as primeiras pegadas daquela inteligência, ávida de cultura e encantada do belo e da verdade.

Exercitando-se na pena, que não abandonaria jamais, cedo começou a escrever.

Estamos em 1871, tem êle quinze anos, quando coleciona passagens da história antiga com o título — *História// Ditos e Fatos//Homens Celébres*.

(*) Curso Teodoro Sampaio — Conferência pronunciada em 11 de julho de 1955.

De 1873, 1874, 1875 são vários os discursos e ensaios, salientando-se entre estes: — *Eu viajando como de Maistre*//*No meu Terraço* (sem data) e *Vãos da Mocidade* (1873).

Dá encanto verificar, nesses trabalhos de rapaz estreiante, as mesmas qualidades de equilíbrio e bom gosto, e as mesmas propensões e atributos do futuro homem feito e famoso. Delinea-se-lhe o estilo conceituoso e, digamos assim, histórico. Às vezes o tom parece forçado e arremedado. O jovem escrevia dentro da zona das influências, no ambiente das imitações. Os originais mostram, porém, o carinho, e, ao mesmo tempo, a excitação com que os compôs — nas variações e virtuosidades verbais; nas sublimações, que tendem ao êxtase do pensamento; no abuso enfático das metáforas; no hiper-abuso dos adjetivos; no excesso das alusões mitológicas. Mas em tudo ressoa uma nota serena de meio termo como voz de outra idade, a ecoar uma cadência espiritual e formal, — vinda já do futuro, de toda uma longa e laboriosa existência literária.

A eloquência é idêntica — então e depois — «abandonando as regiões do passado, donde nada espera (a mocidade), só fita o porvir... Para ela o passado é um campo ceifado e onde só respiga a reminiscência dos anciãos, é um montão de ruínas dos templos majestosos da glória, onde só se admira o que foi e se lastima o que é... O passado é legado dos velhos. — A mocidade descrê do presente... ela só respira nas auras da esperança... para ela o presente é um futuro mui próximo, despenhando-se nos abismos do passado. E o que é seu ainda vem longe. Considera o futuro, porque é o seu apanágio, porque nêle sonha ver encarnadas as grandezas e as honras que ambiciona».

A juventude árdega tentava assim libertar-se da fascinação com que o envolvia o passado e dos sortilégios com que a história o embriagava.

Igual era a ordem, semelhantes os métodos de trabalho, que conservaria até o fim.

Nos papéis, minutas e ensaios; nas notas e esboços da mocidade distingue-se bem o que, na sua personalidade, havia de inato e o que fôra adquirido.

Não há duvidar que Teodoro Sampaio, pelas maneiras de ser, viver e trabalhar, cedo adotados é fruto, em grande parte, de organização, ordem, processos de estudo e elaboração. Metade do que fez e escreveu disso resultou: — pausa que medita; meticulosidade que não dispensa minúcias; costume de registrar impressões, observações, leituras; clareza e arrumação dêsses registros. A outra metade veio-lhe do talento, da sensibilidade, das constexturas estética e moral — dotes do berço.

Si com exquisitos sentimentos que a gente devassa êsses arquivos íntimos, através dos quais a parte oculta de uma vida se desvela em nudezas sem grandeza, argamassa de uma fama, depois às claras edificada e perfeita.

Ao inverso do aplauso ou da emoção que nos inspira ou arranca a obra arrematada e cinzelada, é o bisbilhotar, sacrilegamente curioso, a perscrutar o mutilado amorfo dos tentames, dos delineamentos, das origens, no prosaísmo de notas e borrões. Tal incursão da curiosidade impiedosa infunde, por vêzes, remorsos, que mal cedem à justificativa dessa ânsia humana (mas deshumana) de dissecação crítica das grandes vidas e das grandes obras.

Ora graças, porém, que dêste esgaravatar dos começos literários de Teodoro Sampaio não se sai nem com arrependimento, nem com pesar. Ele não se afeia com os talhos de lancêta dessas anatomias, que semelham desrespeitos, porque as intimidades do espírito são semelhantes às revelações do talento e da cultura. Seu «atelier» está arrumado; não há escórias pelo chão; cada esbôço é já uma escultura, cada *croquis* um quadro. Seus vãos não dependeram do desgracioso esforço de certas aves quando se desprendem da terra — como as garças do lôdo dos mangais. Ao abrir das asas, logo se libra, e suspende no ar os remígios dominantes, a modo de como já pairasse no alto. Seus rascunhos se apresentam na redação, na caligrafia, no papel, não como tentativas, mas como parte quase completa de uma obra quase primorosa.

A meticulosidade servindo à perfeição dava a tudo o que fazia acabamento irreprensível.

Folheiem-se, por exemplo, os cadernos de seu «Diário». Aquilo era íntimo, particular, secreto, pessoal; para ser lido só por êle. São, entretanto, páginas de estudada letra, cheias de mapas, de diagramas, onde não há correção ou emenda.

Relanceiem-se os volumes de 1899-1900 e 1902-1903. Tem a gente a impressão de que então ia vivendo e compondo crítica — fazendo história. Tudo aí perpassa: contatos com o público e a imprensa; encontros e lutas com interêsses e interessados; exigências da política e dos políticos; energia e habilidade tanto com trabalhadores, quanto com Presidentes e Secretários de Estado; resistência a planos inconfessáveis... O historiador paulista daquela época não pode dispensar-se de os ler, aquêles cadernos cheios de crônica administrativa, política e social da paulicéia.

Igual maravilha é folhear outros cadernos, os das «Excursões pelo Interior»: — viagens durante as quais ia deixando, nesses livrinhos, o traço dos levantamentos, os números das sondagens e triangulações, a quilometragem dos percursos, a crônica diária

das peregrinações, as impressões do apaixonado das paisagens, as observações do naturalista, o registro de tudo o que pode servir à história. E mais os desenhos panorâmicos, ou de pontos arqueológicos ou etnográficos — tudo o que espanta pela precisão, finura, beleza; ao demais sendo traçados sobre o cabeçote da sela de viajero, ou rabiscado sobre o joelho do caminhante.

Há os que penosamente escrevem — ou por preguiça, ou porque, extrovertidos instantâneos e orais, não encontram deleite em fixar no papel notícias e sentimentos, impressões e julgamentos. Outros, porém, são do tipo dos gravadores. Era destes Teodoro Sampaio. Lendo, conversando, viajando, vendo, ouvindo, agindo ou ajuizando — guardava escrito ou desenhado, o que ocorria em torno ou dentro de si mesmo.

Possuidor de feliz e fiel memória, bem poderia dispensar-se de tantos registros. Mas nisso expandia o gosto de historiador, que estimava ter à mão aquêles instrumentos de certeza: — diários, notas de leitura, citações, observações, pesquisas. Tudo completo, perfeito, acabado, revestido já daquela forma cuidada e artística com que ornava quanto escrevia.

Capistrano de Abreu pareceu um dia orgulhar-se de certa influência de sua forma de escrever sobre os estilos de Teodoro Sampaio e Euclides da Cunha: «veio-me a idéia que minha prosa pode ter influído sobre Teodoro Sampaio, que foi mestre de Euclides da Cunha» (Corresp. II — 226).

Haveria talvez um pouco dêsse influxo, mas associado a muitos outros, de outros modelos. A verdade, porém, é que o estilo de Teodoro Sampaio êle já o trouxera, quase limado e perfeito, desde estudante, antes mesmo de ler Capistrano, que, aliás, noutra passagem de sua correspondência, por *blague*, e para não deixar de aproveitar *un bon mot*, chamou ao escrever de Teodoro, de «ruysmo encarapinhado» (Corresp. II — 394). Ora, nada menos exato e mais injusto.

Certo que a forma de Teodoro Sampaio não tinha aquela secura impertérrita da de Capistrano, mas também não possuía a riqueza ornamental do estilo de Rui Barbosa. Diria bem quem dissesse que em Teodoro havia «ruysmo alisado», porque nas páginas que escreveu não existem, como nas de Rui, aquelas apertadas voltas de sinonimias, e as espirais das seqüências e orações incidentes e interpolações, e os volteios e voltas das amplificações adornativas, — tão do gosto da «Águia de Haya». *Ruysmo* — mas singelo, candido, lizo, isso sim. Nunca *encarapinhado*.

E justamente onde o louvor pode ser irrestrito é quando gabeamos o estilo de Teodoro Sampaio.

Seu primeiro grande trabalho histórico — a conferência sobre Anchieta — em S. Paulo, é, por êsse aspecto, um primor; e a um

perito em escrever, como Eduardo Prado, pareceu — “magnífica” «extraordinária».

São ricas de arte tôdas as suas páginas. Nelas encontramos o panorama, a marinha, a cena bucólica, e tanto a tela de grandes proporções como a mancha inacabada; a escultura tendendo a ciclópica, e a estatueta de miniaturista; e mais os retratos em que a exatidão e a semelhança disputam com o desenho e o colorido.

Não possuía no mesmo altíssimo grau o excepcional poder de síntese de Capistrano de Abreu, capaz de resumir em quatro palavras ou cinco linhas uma coleção de fatos e documentos, sem ensombrar o assunto, antes lhe dando suprema nitidez. Mas, como poucos de nossos historiadores, sabia resumir ou sumariar tôda uma época em pouquíssimas frases do mais feliz acabamento literário.

Abra-se, para exemplo, a conferência «São Paulo no Tempo de Anchieta» para admirar como descreve o desastre das capitânias, ou o drama das entradas, o aspecto dos índios nos primeiros tempos dos estabelecimentos da costa, o pavor do sertão nos inícios da conquista.

Vinha êle de uma época retórica, em boa parte dela viveu; de quando imperava o gôsto e a sedução, o encanto da palavra. A frase não era apenas expressão artística da notícia ou do pensamento; era também arte pela arte, frase pela frase, fascínio verbal puro. E maneira de triunfar.

Foi êle um homem de seu tempo — mas nunca um palavroso campanudo. Soube ser, desde os primeiros começos, singelo e medido, feliz possuidor do condão de comunicar harmonia e suavidade de expressão, mesmo ao que não reclamasse senão a desataviada comunicação burocrática.

Sabia ornar fósseis e esqueletos, e recompor e embelezar o que antes dissecara com paciência instrutiva... e destrutiva. Seus estudos, mesmo os que versavam áridos e insossos problemas históricos — como a fixação de um roteiro antigo, ou a interpretação de umas inscrições lapidares, saiam-lhe castiços e harmoniosos.

Discursos e conferências desdobravam-se-lhe metódicamente desenhados e matizados, em um estilo, a que não refugiriam os mais altos escritores.

Para êle a história servia tanto à verdade quanto à eloquência.

Ajuda a esta nossa observação registrar que grande parte, talvez a maior, de sua obra histórica está em comunicações, conferências de ocasião, discursos comemorativos, orações obrigadas ao brilho das sínteses, a certo feitio panegirista, que reclama solene roupagem verbal.

Era êle, aliás, mestre nesses resumos, nesses apanhados que compendiam épocas inteiras, ou tôda a vida de um herói, com-

pondo-os com tal bravura, numa tessitura tão harmoniosa e um tão brioso ritmo oratório, que eram música literária de primeira, que enlevava ouvir e ainda hoje encanta ler.

Duas notas ressaltam de seus escritos históricos, patenteadando-lhe o modo particular de historiador: — buscar a lição moral ou a patriótica; e não atingir à lenda, ou mesmo adotá-la, quando a não contesta a evidência, a lógica ou o documento.

Eram reflexos de sua personalidade comunicados assim às suas obras — o homem alto e puro e o poeta — a lamentar talvez, que a história não fôsse um catecismo ou uma epopéia.

Seus livros, discursos, ensaios estão cheios de «lição moral», «destinos heróicos», «civismo», «ideais triunfantes».

Fiel aos documentos, e dêles investigador, não lhe parecia que, a simples falta de testemunhos probantes, bastasse para dar por inexistente ou errado tudo aquilo que de documentos não fôsse instruído.

Prevalecesse a narrativa floreada do cronista, ou a vagamente evocativa da lenda ou da tradição — até que documentos contemporâneos as viessem destruir. E ainda quando a crônica, lenda ou tradição vinham inçadas de inverossimilhança, buscava explicação, comentava, interpretava, reduzia — para que não percesse inteiramente em face da exatidão histórica.

Tais atitudes diante do passado e seus vestígios levaram-no a afirmações que algumas vêzes a investigação e a crítica posteriores e novos estudos poderiam corrigir.

Mas êle próprio não se desdourava em rever certas asserções deixadas cair da pena de historiador.

Com espírito de tolerância científica (ainda que raramente, porque raramente errava) renovava, retocava, retificava, contradizia conclusões a que chegara, e que vinha a reconhecer passíveis de emenda ou renegação.

Quando em 1932 preparava uma conferência, que não chegou a ser lida, para comemorar o quarto centenário da fundação de S. Vicente, escreveu: «houve época aqui entre nós (S. Paulo), não há ainda meio século, em que a maioria dos investigadores do nosso passado, fundados em escritores do século XVIII davam os Guaianazes como sendo o gentio da Capitania de S. Vicente... Sem mais exame o fato passou em julgado, e os guaianazes, que não eram tupis passaram para a história como sendo os povoadores de Piratininga... Na linha dos que então se batiam pelos guaianazes como da grei dos catecúmenos de Piratininga estava eu, estavam os nossos colegas do Instituto Histórico de S. Paulo, concordes todos com o autor das Memórias da Capitania de S. Vicente, o ilustre beneditino Frei Gaspar da Madre de Deus,

concordes com os linhagistas como Pedro Taques, Mendes de Almeida e outros. Era a bem dizer a unanimidade do lado paulista. Contra isto só uma voz, e esta das mais autorizadas, se ergueu, a de Capistrano de Abreu, o mais insigne dos investigadores do nosso passado que já tivemos e a quem rendo, aqui, como seu adversário que fui nesta questão, a homenagem de meu respeito e da admiração à sua memória. Opinava com bom fundamento o nosso ilustre historiógrafo...»

Em quase nenhum de seus estudos históricos está ausente a geografia. A visão retrospectiva, que resume fatos, caracteres e ações, juntava êsse faro especial de fixar-lhes os aspectos topográficos; e as influências do meio físico sôbre os sucessos ou a linha evolutiva dêles.

A geografia não se aparta da história.

Tamanho gôsto pelas localizações muita vez o conduz a deduções escudadas na lenda de que podemos, vendo as coisas a outra luz, duvidar ou mesmo divergir.

Não hesita, por exemplo, em situar a fortaleza ou baluarte de Pereira Coutinho com uma precisão que nos faz balançar a cabeça: — «construído de terra, a meia encosta do monte, pouco mais ou menos no sítio em que ora se vê a muralha curva do forte de S. Diogo» (Disc. no Inst. Politécnico, julho de 1915).

Zelava? ou criava a lenda? Se a história não acode com a certeza do documento onde há plausibilidade, bem se pode sugerir ou mesmo confirmar.

Disso é que êle usou (ou talvez abusasse) na *História da Fundação da Cidade do Salvador* que estava elaborando. E muito por isso, provavelmente, não a tinha por perfeita, recusando-se a publicar o livro que seria, quiçá, o maior de todos, mas que se encontrava ainda naquela fase de elaboração, em que o autor volta ao que tinha por acabado e reforma, e refunde e refaz.

Teodoro Sampaio amadurecia os assuntos no estudo e só aparecia com os frutos de suas pesquisas e críticas, quando sasonados pelo tempo, pela meditação, pela certeza.

Justamente na *História da Fundação* tanto nos capítulos que foram tidos por acabados pelos editores dêsse livro póstumo, quanto nas notas e rascunhos que encontramos em seu arquivo, podemos quase acompanhar o rigor de seus processos de estudo por etapas, tentativas, seleção de notas e fichas, desprezo de conclusões iniciais apuradas depois como inexatas; desenhos minudentemente acabados e entretanto abandonados.

Mais de uma vez êle se qualificou de «geógrafo militante». Também era «historiador militante».

Boa porção de sua obra histórica foi provocada.

Numa excursão para fins profissionais de engenheiro ou por outros motivos, observa, capta estímulos que eram iscas para estudo e logo a pena corre em artigos e ensaios.

Orador e presidente de Institutos Históricos; ou convidado a falar em solenidades ou comemorações, para que lhe pediam um discurso, sai sempre com trabalhos definitivos sobre assuntos altos da história nacional.

E quando não o estimulam esses convites, no silêncio da biblioteca, investiga, aprofunda a pesquisa, critica e compõe estudos e livros.

Interessam-lhe por igual uma carta de Vespúcio, um atlas de Cantino, um roteiro bandeirante — ou um croquis de lindes entre fazendas em S. Amaro. Seu espírito tanto embarca nas evocações das grandes viagens quinhentistas, como se balouça num barco da Bahia de Todos os Santos, em busca do Engenho São Gonçalo do Poço, para escrever sobre a «Itapitanga do Gentio», ou acabar um ensaio sobre o Recôncavo.

Mas em tudo entra uma larga dose de entusiasmo, de poesia. Enquanto, por exemplo, Capistrano de Abreu serve apenas, seca e rigorosamente à verdade, Teodoro deixa-se tocar da moral, do civismo, do exemplo, da beleza.

Capistrano só vê o documento. Teodoro vê e sente o campo, o cenário, o local, o panorama. O próprio Capistrano isso reconhece de certo modo, quando lhe faz este elogio: — «Conhecia de ouvir dizer, seu talento de topógrafo no campo, que quase instantaneamente traçava um mapa deixando apenas detalhes a corrigir. Apreciei-o agora na interpretação de mapas e roteiros antigos da Bahia: — é assombroso» (Corresp. II, 165).

A natureza lhe maravilha: a paisagem brasileira, especialmente a baiana.

Diante de uma ilha, um descortino, um lagamar entre verdes, um bosque a derramar-se pela encosta; ou agreste ou catinga, ou grande rio — toma-se de espanto e êxtase. E compõe páginas dignas, tôdas, das antologias.

Ei-lo num alto dominando grande parte da Bahia de Todos os Santos: — «no Coqueiro Grande cêrca de setenta e três metros sobre o mar, ostentando entre as comas das palmeiras que encimam o grande edifício da fazenda, de varanda em frente, à guisa de *belverde*. No largo horizonte do mar que dêste ponto se domina, longínquo até o panorama da cidade e fundo até as pontas mais avançadas de Itaparica, barra a fora, a vista se dilata contente sobre os morros de em tórno, vestidos de verde das matas, sobre as ilhas em pitoresco arquipélago, derramados a ocidente sobre as praias mais próximas, com os seus bancos de areia extensíssimos,

que são do contôrno da ilha de Maré por êsse lado. Se a descrição que nos deixaram os antigos das belezas da Hellade, do encanto das águas tranquilas de Salamina, e dos horizontes perdidos entre os promontórios sagrados do mar Sarônico nos seduz e nos arrebatam com emoção maior do que essa que nos produz a nossa bahia ao septentrião, certo que essa emoção não vem tanto da formosura daqueles sítios, como do prestígio histórico que é o apanágio da terra de Sócrates. — Ela certamente não é mais bela nem mais formosa do que êsse cantinho de nossa terra dourada pelo sol dos trópicos. . . » (Excursões no Interior do Estado — As denominações locais indígenas em tôrno da Bahia de Todos os Santos).

Ao falar de Teodoro Sampaio historiador não há como deixar de salientar-lhe o volume da produção, vasta e variada bibliografia na maior parte estampada nas páginas das Revistas dos Institutos Históricos Brasileiro, Paulista e Bahiano e nos Anais dos vários Congressos Históricos e mesmo Geográficos, para os quais contribuiu com trabalhos de grande fôlego.

As conferências sôbre Anchieta se apresentam como o primeiro e um dos últimos marcos de uma longa peregrinação de historiador; ponto de partida e meta final numa mesma trilha de assunto: — Anchieta. Um é a conferência de 16 de outubro de 1896, no Salão da Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo: — «São Paulo no Tempo de Anchieta»; outra a conferência — «O apóstolo do cristianismo no Novo Mundo», proferida desta tribuna trinta e sete anos depois, comemorativas do centenário de nascimento e morte do grande jesuíta.

O confronto de dois trabalhos quase sôbre o mesmo tema, em épocas tão afastadas, evidencia, de primeira mão e ao primeiro relance, a fidelidade aos pontos de vista adotados para a observação dos fatos históricos e crítica da ação dos homens; e a invariabilidade da forma literária na sua perfeição e altura.

Algumas teses ou afirmativas que êle bem pudera modificar no curso de tão largo período, voltam a ser confirmadas. Em 1896 dava a Anchieta «a glória suprema, e a honra insigne de patriarca de nossa nacionalidade», e em 1933 chama ao grande inaciano de «Patriarca de nossa Nação» «credor de grande saldo na formação da alma do Brasil».

Quase quarentanos decorridos não lhe desmerece a admiração pela catequese e suas benemerências. Outrora, com o entusiasmo de crente, ainda moço, entendia que D. João III compreendera que «para domar êsse povo, para conquistar o Brasil, só uma arma se lhe deparava irresistível — o Evangelho». E falara do que não haviam alcançado feitos e donatários mas conseguia a «palavra untuosa e persuasiva do missionário», a realizar a «sublime epopéia do Evangelho nas selvas»; «onde quer que houvesse um povo a

salvar, uma tribo errante a redimir, onde da palavra de Deus podia brotar uma sociedade cristã, a cruz redentora hasteada pela fé, mantida por sublime devotamento, regada com o sangue dos mártires, precede a bandeira das quinas».

Trinta e sete anos depois não baixa o tom a êstes entusiasmos. Idêntica inspiração religiosa ilumina os fatos memorados; e doura os heroísmos dos padres de uma eficiência construtora, que talvez não tivessem tanto.

Ainda lembra o herói como paradigma, e seus feitos como exemplo (sempre a lição moral): — «E êsse Anchieta redivivo no ideal que... queremos apresentar à sociedade brasileira hodierna e pedir-lhe que o venere, que o ame, que o imite, que imitar é ainda uma das formas mais sinceras de amar».

E pergunta se seria possível o Brasil sem a catequese do indígena, para logo responder — «afoitamente» (como êle o diz) que não existiria Brasil «sem o alicerce, que lhe lançou o missionário católico para embasamento do edificio nacional do futuro», acreditando que por ela se alcançara o «milagre» da «redenção» da raça cabocla.

Filia a fereza devassadora e conquistadora do bandeirante às branduras da catequese, — «foi sim o catecúmeno, foi o índio cristão, foram os netos mestiços dos que nasceram e cresceram nas aldeias da Doutrina, que dilataram o Brasil, até onde lhes deu a ambição de descobrir e possuir».

A própria mestiçagem, a formação da sub-raça mameluca, teria sido uma tanto obra dos castos catequistas: — «não fôra a sub-raça medrada na mestiçagem, que a catequese do índio bafejou, e não teríamos a legião das *Bandeiras*...»

A integração da raça vermelha à população do Brasil tivera por «arma maravilhosa» o «catecismo na própria língua do selvagem».

Tal fidelidade, tamanha imutabilidade de atitudes de historiador em face do passado, mostra o como envolvia a própria obra de cultor da história pátria, de seu eu moral, sua religiosidade.

Na conferência de 1933 dizia que o tempo lhe tangeria displicente «para fora dos ideais que nos douraram a existência em anos já distantes»: mostrava, entretanto, serem êstes ainda os mesmos. Envelhecera o homem fatigado de experiência e de sofrimento, mas não a alma que não perdera os moldes da mocidade. Era a mesma a visão do pretérito, igual a crítica e aquêles nobres objetivos que não desfitavam todos os seus labores intelectuais: altura, beleza, estímulo, exemplo.

Na fase paulista de suas contribuições à história do Brasil não há como deslembrar alguns grandes discursos no Instituto Histórico de S. Paulo — tais o de 1900, comemorativo do Desco-

brimento, quando versou o tema — «Que valor tem o problema geográfico na política dos povos sulamericanos?», e aquêlê, em que traçou o magistral esboço biográfico de Eduardo Prado; monografias como *São Paulo no Século XIX* (que terá *pendant* em *O Estado da Bahia*, publicado muito depois) ou *Restauração histórica da Vila de Santo André da Borda do Campo* e o grande livro que é bem de história. — *O Tupi na Geografia Nacional*, de já sucessivas edições.

Da fase, ou melhor, das duas fases baianas deixou-nos trabalhos como *O rio S. Francisco e a Chapada Diamantina*; a extensa série de seus discursos históricos, como o da inauguração do palácio do Gabinete Português de leitura e o que proferiu no Instituto Politécnico; a monografia — *Inscrições Lapidares da Igreja da Vitória*; os ensaios biográficos sôbre os Visconde de Monserrate e Rio Branco, e o em que versou as relações diplomáticas do Brasil com a Argentina; além de outros numerosos estudos, — que todos precisam ser reunidos em volumes de suas «Obras Completas».

Este Instituto Brasileiro recolheu e divulgou trabalhos de pêso; — *Peregrinações de Antônio Knivet no Brasil do Século XVI*; *Os Naturalistas Viajantes nos Séculos XVIII e XIX* e o *Progresso da Etnologia Indígena no Brasil*; *A Cultura Intelectual do Imperador*, e *Arqueologia Brasileira*.

Muitas conferências e discursos, monografias e ensaios, estão dispersos por jornais e revistas, especialmente os do Rio, da Bahia e S. Paulo.

Há ainda inéditos ou esboçados vários trabalhos históricos, que não chegou a acabar ou abandonou.

É ainda de contar a correspondência, quando acudia a consultas que lhe faziam estudiosos do porte de Capistrano de Abreu e J. Lúcio de Azevedo.

Nem relacionar, nem resumir, nem criticar a variada e numerosa obra de Teodoro Sampaio, entraria nos planos desta palestra.

Quis eu mostrar como nascera pronto e perfeito o historiador, e, até onde podemos, medir-lhe e pesar-lhe o valor dos serviços à História do Brasil. Pretendi bosquejar-lhe as qualidades de escritor de história e os atributos especiais, que o destacam entre os que se deram, no seu tempo, ao gôsto de evocar e ao mister de buscar, ou retificar a verdade. E sugerir o quanto e como suas obras escritas reverberam o homem com suas qualidades, e a vida do homem em seu longo currículo.

Em acompanhar-lhe vida e trabalhos vislumbra-se um alto destino de perfeição, realizado em longa romagem de suavidade, por mais de oitenta anos labutados.

Os requintes e refinamentos os mais subtis coexistiram naquele homem excepcional.

Não guardou do meio de onde proviera qualquer de suas asperezas. Aliás não eram assim tão humildes os seus começos como os têm entendido e proclamado, para louvar o conquistador da vida, vários de tantos que sôbre êle escreveram, especialmente Humberto de Campos e Pimenta da Cunha.

Percebi, através de seus papéis, e senti, no que escreveu, que Teodoro Sampaio sabia (e tinha certo consolo disso) que não era um filho das senzalas, não nascera da escravidão, mas ao lado dela; escravidão que êle descreve (como ela era no Recôncavo Bahiano) com tons de compreensão e brandura, tirando-lhe quase todo o colorido de opressão e crueza.

Foi — poderíamos ousadamente mas sem grande paradoxo dizer — um fidalgo de inteligência, caráter e ação, desde o berço. Por isso não deixou trair nunca qualquer esforço de adaptação às elevadas esferas em que viveu. Por isso disciplinou vida e obra em regras de equilíbrio e perfeição, que a todos nós obrigam à simpatia admiradora e à reverência.

Não perdeu jamais essa linha, mesmo quando a fatalidade o obrigou à resignação.

Triunfante alhures, foi encontrar a adversidade e a pobreza, tristes irmãs da velhice, em sua Bahia, que não cessou de amar com ternura e entusiasmo.

Depois de longos anos de ausência firmou ali um contrato com o poder público, para entrar no nevoeiro das suspeições, que lançam muitas vêzes os mais ilibados aos escolhos da calúnia. Foi prestar serviços à sua terra e sofrer por ela. E o que devia realizar — compensação de trabalho, perícia, tempo e capitais — para si e seu bolsinho, veio a ser tão pouco e tão tarde, que quase nada deixou a seus herdeiros.

Nesta época, até quase o fim, os golpes da má fortuna malhavam-lhe a conformidade — ia dizer a santidade: — os dos negócios, os da família, os da pobreza.

Posso evocar como um símbolo a cena que assisti, no Instituto Histórico da Bahia, quando, orador a relembrar os sócios mortos, refreava êle a emoção, contendo lágrimas de pai, ao falar do Engenheiro Frutuoso Sampaio, em tudo seu igual, e fiador de um futuro, tão cedo malogrado, que entretanto prometia mais glorioso ainda que o paterno.

Entre lutos e insucessos, preservando aquela serenidade de que nunca se apartou, não suspendeu a mão de escritor, nem desmedrou no afã de estudioso, e, ainda com o coração apertado em

penas; compunha, quase dia por dia, trabalhos cada qual mais a primor, quase até as vésperas de morrer — tão elegantemente como viveu.

Não temos só agradecer-lhe e quanto e como foi historiador, mas ainda e sobretudo essa constância, de tanto proveito para nossa Pátria a que êle amou e serviu, como os que mais a tivessem servido e amado.

RECORDANDO TEODORO SAMPAIO (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Na relação dos 37 alunos da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que em 1876 concluíram o curso de engenharia civil (1), figurou o nome de Teodoro Sampaio. Não lhe faltaram condiscípulos predestinados a luminosa trajetória, do vulto de Gustavo Adolfo da Silveira, que evidenciaria a sua eficiência técnica na Estrada de Ferro Central do Brasil, cuja direção lhe coube em quadra difícil, Américo Werneck, de atividade dispersa por vários domínios, na profissão e fora, Domingos Sérgio de Sabóia e Silva e tantos outros, que se distinguiriam pela sua competência. Entre os parceiros não haveria, por ventura, quem encontrasse tamanhos obstáculos à sua frente, para lhe barrarem o avanço. Primeiramente, o bêrço escravo, de que provinha, sem paternidade declarada. Apenas contaria com a proteção discreta de seu padrinho, cura da Capela do Engenho Canabrava. A côr tisonada denunciava-lhe a mestiçagem, que não agouraria bem de seu destino. Todavia, a criança nascida na freguesia do Bom Jardim, de Santo Amaro, a 7 de janeiro de 1855, não tardou em patentear energias, que lhe atenuassem os estigmas da origem espúria (2). Distinguiu-o a brandura discreta, que lhe tornaria agradável a convivência, ainda quando a inteligência não a realçasse. Embora não a ostentasse, por evitar possíveis ressentimentos alheios, extremou-se entre os companheiros, que também freqüentavam o estabelecimento primário do professor Joaquim de Passos, onde lhe começou a aprendizagem. Terminado o curso de iniciação, que lhe poderia proporcionar a cidade natal, deixou-a para empreender estudos de huma-

(*) Palestra realizada na Federação das Academias de Letras do Brasil, a 4 de junho.

(1) Relação dos Engenheiros Civis, formados em 1876, «Jubileu da Escola Politécnica do Rio de Janeiro» (Comemoração do 50.º aniversário da sua fundação (1874-1924) pág. 121. — Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do Comércio* de Rodrigues & Cia. 1926.

(2) Sampaio (Teodoro) — Autobiografia. — *Tribuna da Imprensa* — 9 de janeiro de 1955.

nidades no Colégio de São Salvador, dirigido por monsenhor João Joaquim da Fonseca Lima, orador sacro, mais tarde Reitor do Imperial Colégio de D. Pedro II. Devidamente habilitado, matriculou-se na Escola Central, que recebia candidatos civis e militares nas classes de engenharia. Madrugando-lhe a aspiração de viver sôbre si, intensificada pela necessidade, incumbiu-se da regência de várias disciplinas, sem prejuízo dos estudos, a que se consagrara, decidido a superar as desvantagens da sua condição nativa. Ao próprio colégio de São Salvador, em que se diplomara, tornaria, com as credenciais de professor, também requisitado pelo colégio Abílio, nos quais ensinou matemática, filosofia, história, geografia e latim. Poderia, se assim lhe aprouvesse, continuar no magistério, em que se revelara proficiente e capaz de grangear a simpatia dos alunos, que lhes estimula o aproveitamento. Preferiu, porém, exercer a profissão que o impelira a freqüentar a Escola Central, transfigurada em Escola Politécnica, sob a direção do Visconde do Rio Branco, quando lhe ia em meio o curso acadêmico. Ansioso de realizar as aspirações de jovem engenheiro, capacitado para as mais árduas tarefas, acompanhou atento a organização da Comissão Hidráulica, ideada pelo Ministério Sinimbu, para estudar os portos do Brasil e a navegação interior. Indício da magnitude da incumbência, a escolha do proveto americano William Milnor Roberts, para dirigi-la, alteou o gabarito, que exigia colaboradores de correspondentes credenciais. Em sua companhia, sentir-se-ia bem Teodoro Sampaio, apresentado pelo senador Viriato de Medeiros. Caber-lhe-iam os encargos de engenheiro de 2ª classe, igualmente ao que sucedeu ao companheiro da turma anterior, Miguel Antônio Lopes Pecegueiro, ao passo que Domingos Sérgio de Sabóia e Silva alcançou hierarquia mais alta. Primeiro engenheiro, atuaria Antônio Plácido Peixoto de Amarante, de quem se aproximou na ocasião, para mais tarde lhe dedicar crescente estima. Como geólogo, designou o Govêrno, para acompanhar a expedição, O. Derby, que desejava completar as suas investigações no vale afamado (3). Ambos exerceriam influência acentuada nos destinos de Sampaio, cuja competência logo se evidenciou.

Especialmente, o último, de quem se lembraria, volvidas algumas décadas, para registrar: «sem prejuízo da tarefa que me fôra então distribuída na Comissão, procurei sempre acompanhar o ilustre geólogo nas suas várias excursões, algumas apartadas do nosso verdadeiro caminho, e confesso que não pouco deve o meu espírito ao gênio operoso, culto e superior dêsse notável homem de ciência».

(3) Roberts (W. Milnor) Relatório da Comissão Hidráulica sôbre o exame do rio São Francisco — Rio de Janeiro — Tipografia Nacional, 1880.

Constituída a Comissão, os estudos do pôrto de Santos empolgaram-lhe os esforços no primeiro semestre de 79. De lá voltou Sampaio com a monografia, que se estampou na «Revista de Engenharia», da época, sôbre os melhoramentos projetados. Sem perder tempo, reunida a bordo do *Espírito Santo*, zarpou da Guanabara a 31 de julho e após breve escala em Vitória e Salvador, desembarcou, a 6, em Maceió, que oferecia aos navios o mal abrigado pôrto de Jaraguá. Em preparativos de maior peregrinação, permaneceram os expedicionários até 11 de agosto. Pouco antes da meia-noite, recebeu-os o vapor *Juquiá*, que escolheu o momento mais apropriado para embocar no São Francisco. Pelas 11 e meia da manhã, transpôs-lhe a barra, onde parou. «O mar revôlto, anotou Sampaio, e em luta com as águas do rio que coloram larga faixa, barra a fora, exhibe aqui ondas empoladas que se erguem em círculos de mais de milha de raio, formando rolos sucessivos e concêntricos por sôbre o cordão da barra que conseguimos varar sem dificuldades, com o concurso da maré» (4). Neste lance começou a revelar-se a precisão descritiva do engenheiro, que, diante da cidade, onde estacionou até 17, tomaria notas, para lhe esboçar, mais tarde, as feições peculiares. «Penedo, para quem a observa do rio, tem a bela aparência das cidades construídas em anfiteatro sôbre uma eminência que se debruça sôbre as águas. Via-a iluminada à luz do sol poente, com a casaria em alto relêvo e recebi a impressão de um sítio aprazível e de uma cidade que, com razão, se considera a segunda da Província. Penetrando-se nela, porém, a impressão modifica-se com o aspecto irregular das suas ruas, a vetustez e irregularidade das suas edificações, a falta de conforto e comodidade de seu viver». Página, como essa, de geógrafo sagaz, rompe freqüentemente de sua narrativa impressionante. Após breve demora, à espera de transporte, o *Sinimbu* tomou-os em Penedo, pela manhã, com destino a Piranhas. Rio acima, empreenderam «a viagem, que ordinariamente se faz em dois dias, pousando-se na cidade de Pão de Açúcar, que se alcança antes do pôr do sol» já estavam em plena campanha exploradora. Com a dupla habilidade, aplaudida pelos colegas, Sampaio não sômente colaborava no levantamento do rio, como ainda registava o percurso realizado, por meio de desenho e do «Diário de Viagem», de que se valeria oportunamente. Manejador perito do lápis e da pena, provou ambas as aptidões na «Carta Geográfica da Bacia», que organizou, e «foi mandada publicar pelo Govêrno em 1880», e no relatório, que Milnor Roberts anexou ao seu, da Comissão Hidráulica. Habituação a conhecer os homens, como chefe atilado, não titubeou em cometer-lhe missão relevante. Em Pirapora, última localidade atingida pelos expedicionários em conjunto, decidiu dis-

(4) Sampaio (Teodoro Fernandes) — Relatório.

tribuí-los por tarefas complementares. Enquanto regressava, águas abaixo, a bordo do *Presidente Dantas*, para retificar e completar algumas observações, com a maioria dos colaboradores, incumbiu Teodoro Sampaio de explorar a «Chapada Diamantina». Separaram-se em Carinhanha, a 22 de dezembro, quando já andaria Derby em rumo oposto, para estudar a geologia do alto São Francisco. Percorrendo 150 léguas em 35 dias, Sampaio varou os sertões interjacentes, passando por Monte Alto, Caeteté, Rio de Contas, Santa Isabel e vale do Paraguaçu. Saiu em S. Félix, onde terminou a viagem por terra. A 30 de janeiro de 80, «embarquei-me, para a Capital, onde me reuni à Comissão, chegada três dias depois», rematou. Já não era simplesmente o engenheiro, seguro de técnica eficiente, que se revelava no estudo das «condições econômicas e feições geográficas» da região perlustrada. Mas, por igual, o publicista, que possuía o dom incomparável de transformar assuntos áridos em motivos de beleza literária. Embora se distinguisse pela perícia descritiva, não seria apenas um escritor em férias, à procura de temas empolgantes. Cumpria, porém, à risca as suas obrigações, determinadas pela chefia esclarecida, que lhe proclamou os méritos. Mais tarde, voltaria ao vale de sua querença, para entregar aos prelos *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*, que êle próprio qualificou de «contribuição do ponto de vista geográfico e geológico». O gôsto com que acedeu, na velhice, em reeditá-la, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 164, evidenciará por ventura a sua preferência pelo ensaio da mocidade, em cujas páginas encontrariam os leitores informações valiosas, apresentadas em vistosa roupagem literária, porventura aparentada com os padrões de Capistrano de Abreu, que, ao rever a sua tradução do ensaio de H. Smith: «do Rio de Janeiro a Cuiabá», para nova edição, anotou, em novembro de 1921: «veio-me a idéia que minha prosa pode ter influído sobre Teodoro Sampaio, que foi o mestre de Euclides da Cunha» (5). Ultimados os trabalhos da Comissão Hidráulica, a Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco entregou-lhe, em 1882, o cálculo das pontes metálicas de que havia mister o seu prolongamento. Indiretamente, ainda continuaria a serviço do rio sertanejo, para lhe facilitar a articulação com o Atlântico, por meio de vias-férreas. Embora se ocupasse de tarefas, que lhe apraziam, não resistiu ao convite de A. Plácido Peixoto de Amarante, responsável, então, pela «Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco».

De 1883 a 1886 permaneceu sob a direção do notável engenheiro, para empreender a desobstrução das cachoeiras de Sobradinho e das que tumultuam as águas a jusante de Joazeiro.

(5) «Correspondência de Capistrano de Abreu» — Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Vol. II — pág. 226.

Contemporâneamente, o Presidente da Província, João Alfredo Correia de Oliveira, decidiu organizar a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, confiada ao saber de O. Derby, que obteve do Ministro da Agricultura, Antônio Prado, a anuência de Sampaio a novas missões. Chefiaria, como primeiro engenheiro, a Seção de Topografia, para a qual provara possuir pendores inequívocos.

Assim, foi a Comissão Hidráulica de W. Roberts que lhe proporcionou os dois postos ulteriores, sob a chefia de expedicionários ao São Francisco, Peixoto de Amarante e Derby, dos quais se tornara amigo. Transferindo a sua barraca de operador de campo, do rio lendário para São Paulo, começou pela exploração do Paranapanema e Itapetininga.

Não se poupando a trabalho algum, de tudo cuidou o exímio engenheiro, que desenhou, com a própria mão, mais de uma fôlha da carta da Província, além de lhe examinar as particularidades regionais, apontadas em relatórios, com que se creditou aos louvores dos entendidos.

«O Vale do Paranapanema, acentua, a propósito, como todo o território da Província de São Paulo, à exceção da pequena nesga do litoral banhada pelo Atlântico, faz parte da grande bacia hidrográfica do Prata, de que é êle um tributário de ordem secundária...» «A constituição orográfica desta parte do país, onde as serras mais altas, margem oriental do grande planalto que vai descaindo para o interior, quase se erguem sôbre o mar, ou dêle distam menos de um grau, trás ao seu sistema hidrográfico feição muito particular e característica. Os seus rios nascem quase sôbre o Oceano e dêle se apartam em rumo diametralmente oposto, para, após longo percurso pelo interior do continente, trazerem-lhe o tributo das suas águas». «O Paranapanema é pois um vale de terras altas que, desde as cabeceiras, onde atinge aproximadamente a altitude de 800 metros, decai pouco a pouco até a de 258, vencendo numa distância direta de cêrca de 660 quilômetros a diferença total de nível de 542 metros». Depois de lhe definir as características hidrográficas, examina-lhe as possibilidades econômicas. Projeta melhoramentos, que alterem o menos possível as condições naturais do rio.

Indica o tipo mais conveniente de embarcações, e por fim, resumiu, em *Considerações Geográficas e Econômicas sôbre o Vale do Rio Paranapanema*, as suas idéias a respeito da utilização mais vantajosa do solo, que lhe corresponde. Com a dupla autoridade, de catedrático de Hidráulica na Escola Politécnica e responsável pelos destinos de São Paulo, que promoveu a Conferência dos Governadores para o estudo dos problemas da bacia do Paraná, o Professor Lucas Nogueira Garcez afirmou que

as diretrizes adotadas pela Tennessee Valley Authority «não diferem, a não ser em assuntos especializados, desconhecidos em 1886, da orientação seguida pelo ilustre engenheiro baiano» (6). No tocante à linguagem, «o Relatório é ainda um exemplo admirável de simplicidade e concisão. Sóbrio, sem adjetivos supérfluos, dir-se-ia escrito, não por um afro-brasileiro, mas por um discípulo de Pascal, por um monge de Port-Royal». Desta maneira começou a atuação de Sampaio na Comissão Geográfica e Geológica. Para apoio da triangulação, alargada de Araçoiaba e Ipanema a Santos, mediu apropriada base em Campo Largo. Determinou coordenadas em várias localidades, ligadas entre si por poligonais, que lhe permitiam desenhar as cartas respectivas. Gabado pelos colegas e governantes, mercê da sua capacidade de trabalho, convidou-o o Presidente Prudente de Moraes para a Comissão incumbida de estudos de saneamento da Capital. Daí, a engenheiro-chefe dos serviços de água e esgotos da Companhia Cantareira, a consultor-técnico junto ao Secretário do Interior, ser-lhe-ia contínua a ascensão. Além dos encargos que normalmente lhe competiam, participou dos planos de organização da Escola Politécnica de São Paulo, com o mesmo zelo e competência que o indicariam à direção do Saneamento do Estado, para empreender obras na Capital e em várias localidades do interior. A Paulicéia ensinou-lhe oportunidade de aproximar-se de eminentes individualidades, fôssem políticas, de estôfo moral de Antônio Prado, poetas, do vigor de Vicente de Carvalho, ou sábios, da estirpe de Ihering e Derby. Todos lhe reconheciam e exaltavam o saber, embora dissimulado pela modéstia e simplicidade. Não admira que o convidassem os comungantes nos mesmos ideais para fundar, em 1894, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Quanto permitissem os graves afazeres, não deixaria de apresentar-lhes periodicamente o resultado de suas pesquisas. Ao tratar da «Restauração Histórica da Vila de Santo André da Borda do Campo» (Revista IX, de 1904) e em outras contribuições é com seu próprio desenho que as ilustra. E ao cotejar os dois núcleos sociais, que iniciaram o povoamento de Piratininga pelos lusitanos, anotou: «São Paulo opunha-se a Santo André da Borda do Campo, como uma sentinela à vista, como os polos de dois sistemas diversos e também opostos. Aquêlre representava a civilização do Brasil pela redenção do selvagem; êste, ao contrário, representava a conquista pelo que esta tinha de mais iníquo e opressor, a escravidão. Um era a persuasão, outro era a fôrça, Anchieta era a brandura, Ramalho era a violência. Venceu a brandura, frutificou a fé, converteu-se o selvagem. Santo André

(6) Garcez (Lucas Nogueira) — Conferência inaugural do «Curso Teodoro Sampaio», promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e preferida a 7 de janeiro de 1955.

desapareceu sem deixar vestígio; mas o sistema que êle representava, suplantado agora, não sofre senão um prolongado adiamento, porque em menos de um século ressurgirá vitorioso e irresistível com os bandeirantes». Tão alto subira no conceito dos contemporâneos, que, ao promover a série de Conferência Anchietanas, Eduardo Prado não titubeou em incluí-lo na lista de oradores de nomeada. Pretendeu declinar da incumbência, alegando motivos diversos, até a queixa final: «por que não me consultou?» Consultar? nisto não caía eu, respondeu-me de pronto o Eduardo. «Já viu você aceitar alguém coisas destas de bom grado?» E atalhando qualquer discussão, prosseguiu: «As teses são minhas; os conferentes fui eu quem os escolheu ... e juntou rindo-se e, como *noblesse oblige*, quero ver lá quem será capaz de recusar...» Como ainda percebesse qualquer indício de possível malôgro, auxiliou o trabalho prometido, oferecendo livros e documentos e conselhos. Certo dia, foi à cobrança dos originais. Tomando em mão o inacabado manuscrito, marcou encontro para o dia seguinte.

«Sampaio, interpelou de início, você nunca escreveu? quero dizer, nunca fêz ensaios na literatura?»

— Respondi-lhe negativamente.

— «Mas, então, prosseguiu êle, como é que conseguiu fazer isto?» e, apresentando umas tiras escritas da conferência, juntou: «magnífico... extraordinário, você excedeu a expectativa, digo-lhe francamente».

Com expressões de tal modo calorosas estimulava o estreante na tribuna, que mais tarde freqüentou com agrado geral. Interessou-se, pela cerimônia final, a que não poupou esforços, mediante propaganda apropriada, para lhe proporcionar o merecido êxito. «Inquiria se eu tinha voz bastante forte para sustentar a leitura por longo tempo; queria que a minha conferência tivesse brilho: anunciou-a com elogios pela imprensa, insistiu para que fizesse um mapa de São Paulo daqueles tempos, para se distribuir na ocasião». Bem se compreenderam os dois fervorosos batalhadores da causa anchietana, aos quais se aliaram doutos parceiros, incumbidos de outras conferências. Iniciadas a 17 de julho de 1896, na Sé Catedral de São Paulo, em comemoração ao terceiro centenário da morte do incomparável apóstolo, que se registaria a 9 de junho seguinte, seriam proferidas por oradores da nomeada de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, João Monteiro, Ferreira Viana, Brásilio Machado, e outros de correspondente quilate. Interrompidas em meio, por motivos políticos, decorrentes de acusações aos monarquistas, como aliados dos fanáticos de Canudos, que aniquilaram a imponente expedição de Moreira César, perderam o seu maior animador. Ausente Eduardo Prado, que se viu compelido a deixar o Brasil, para evitar a vingança dos exaltados, por

lhe atribuírem cumplicidade na resistência épica da jagunçada de Antônio Conselheiro, cessaram as comemorações iniciadas. Mas Teodoro Sampaio figurou entre os seis primeiros, que precederam as repesalias intempestivas. Com louvores dos ouvintes, explanou a tese referente a «São Paulo no tempo de Anchieta». Cresceu-lhe neste lance, a fama, dilatada ao âmbito da eloquência, como aos diversos domínios que perlustrasse. Não admira que lhe confiassem os confrades os encargos de intérprete oficial do Instituto. Diversas vêzes assomaria a tribuna, em desempenho de suas incumbências. E sempre se mostrava orador discreto e erudito, cujas palavras vinham a propósito nos momentos mais graves. No limiar do século, coube-lhe, assim, rememorar, em nome do Instituto, o IV Centenário do Descobrimento do Brasil, em sessão magna, que lhe realçou, não sômente o brilho da linguagem, como o admirável conhecimento dos assuntos tratados. Os aplausos, que lhe enaltecera a formosa e erudita alocução, não o impediram de alongar-se pouco depois, mais a contento, em «São Paulo no século XIX», para versar tese de suas preferências. «O bandeirante, que levava séculos a bater os sertões à aventura, que levava a audácia dos seus movimentos até as faldas dos Andes, através de províncias inteiras assoladas e destruídas, que vadeara os pantanais do Paraguai e da Bolívia, atingira os caudais do Amazonas, penetrara nas caatingas do Piauí, levava o concurso de seu braço vitorioso contra os muros da nova Tróia dos Palmares, descobrira as minas de ouro, fundara Goiás e Mato Grosso, conquistara os campos de Curitiba e de São Pedro do Sul, levando os seus estabelecimentos até a margem esquerda do Rio da Prata, o bandeirante já tinha desaparecido, mudado como estava o cenário que a sua própria audácia e intrepidez descortinaram». A energia bandeirante, porém, não esmorecera após ter engrandecido o Brasil. Retraiu-se, para atuar de maneira diferente. «A marcha ascendente do progresso paulista pode-se precisamente assinalar nestes últimos cinqüenta anos por quatro grandes fatos que valem por outras tantas épocas memoráveis nesse período de prosperidade: a cultura do café em larga escala, a construção da primeira estrada de ferro, a S. Paulo Railway, a colonização ou imigração e a autonomia da República». Explanou cada um desses temas com saber e segurança. Em nenhuma ocasião, todavia, brotou-lhe mais como vida a palavra do que ao proferir, em sessão magna de 1 de novembro de 1901, o discurso oficial, destinado ao elogio dos consócios desaparecidos, entre os quais, à última hora, sobressaiu Eduardo Prado. Eram amigos, que se compreendiam às maravilhas. Começou o orador por definir a época e o ambiente em que brotou aquela flor da civilização. «São Paulo despertava apenas de um torpor quase secular em que se mergulhara depois que o seu povo se dispersou por longas terras, fundando novas capitânias,

descobrimo ouro. A cidade era tristonha e sem comércio, a população pequena; as comodidades poucas. A despeito de ser a capital da província, a cidade não tinha outra importância além da de um centro de administração e de estudos».

Por bem apreciá-lo em suas freqüentes visitas, descreveu o solar, onde «o jovem Eduardo viu passar os seus primeiros anos entre as carícias, a vigilante solicitude de sua mãe, senhora que com justiça já se comparou à mãe dos Gracos, que estremecidamente o amava e as alegrias e a ruidosa convivência dos companheiros de infância e de estudos que êle sabia atrair à casa paterna». Com a destreza de paisagista, delineou o panorama que lhe aflorava à lembrança. «Dali daquelas eminências que se compreendem no âmbito da vasta propriedade, transpostas as aleas de jaboticabas e de magnólias, e os tapetes de grama que decoram os jardins, a vista se alonga pelas várzeas onde dorme o Tietê, alagando a planície, domina as campinas louras das Perdizes e das colinas distantes para o lado da Penha, abrange o recorte pitoresco das montanhas fronteiriças que se somem a oriente, e, pela tarde, ao pôr do sol, pode-se contemplar para além dos arvoredos esguios que ensombram o cemitério da Consolação, ao belo crepúsculo rubro-amarelo, tão freqüente no nosso céu, o quadro de melancólica poesia com que a natureza adormecida nos convida a cismar e nos levanta a alma para Deus». Era-lhe de sobejo conhecido o cenário que relembrou a primor, como que para explicar o surto daquela individualidade fidalga, que nos três primeiros decênios cuidou apenas de gozar a vida, como lhe permitiam os seus opulentos haveres. Viajou pelo mundo inteiro. Aproximou-se dos maiores vultos literários, especialmente de Paris e Lisboa, que lhe aplaudiam a aguda inteligência. Quando a Proclamação da República lhe excitou a pena de polemista, os «Fastos da Ditadura Militar» e a «Ilusão Americana» patentearam a fibra de escritor, que as circunstâncias de sua existência despreocupada mal deixariam perceber. As «Conferências Anchiitanas» indicaram o novo rumo que imprimira à sua incessante curiosidade. Em vez do presente, cuidaria de preferência do passado, estudado em suas mais atraentes fases.

Frisa, então, Sampaio: «O cultor da história pátria começa a sobrelevar ao político. O historiador, o investigador incansável dos aspectos, o estudioso, o crítico atilado e seguro do nosso passado aparece depois dessa época, dominando ao panfletário, ao batalhador da imprensa». Ao regressar da Europa em 1898, trocava, não raro, a Paulicéia pelo Brejão, que Sampaio descreveu a primor.

«O Brejão era na realidade uma coisa digna de ver-se. Entrava-se ali por entre aleas de eucaliptos e os tabuleiros verdes das pastagens, depois de uns cinco ou seis quilômetros através dos

cafezais, desde a estação do caminho de ferro até o pátio da fazenda. Tôdas as comodidades e todo conforto ali estavam reunidos. A esplêndida biblioteca, catalogada em regra e mantida com esmero, era, porém, o ponto de atração, para o qual Eduardo conduzia o seu hóspede, se este era um homem de estudos, no doce enlêvo de exhibir-lhe o seu tesouro de raridades». Deliciando-se nas conquistas do progresso, também lhe aprazia recolher-se ao refúgio campestre, onde Jacinto do seu amigo Eça encontraria o mesmo conforto, a que se habituara no ambiente parisiense da derradeira década do século XIX. Sampaio não mencionou a parecença entre ambos, o fazendeiro de gosto apurado e o enfasiado personagem de *A Cidade e as Serras*, que procurou curar-se do tédio citadino com a simplicidade da vida rural. Eduardo Prado levaria a melhor no cotejo, mercê da sua ânsia de saber e as aspirações de penetrar no conhecimento da História do Brasil. «Conhecia a fundo o seu povo e a sua terra», concluiu o panegirista, ao findar a sua luminosa alocução, em que a emoção, causada pela perda do amigo, não lhe perturbou a análise criteriosa de sua atuação em São Paulo, pela imprensa, pelo livro, pela tribuna e pelo incentivo ao trabalho intelectual alheio. Destarte, respondeu Sampaio eloqüentemente, em público, aos elogios com que Eduardo Prado lhe festejara o manuscrito glorificador de Anchieta. Tinha-lhe em alta conta o saber histórico. Apreciava-lhe a distinção do trato, que por ventura tomaria por modelo, descontadas as diferenças da situação financeira. Frequentava-lhe a casa, como também o solar paterno, realçado pela fidalguia da vida exemplar que o enobrecia. As doces recordações da convivência amistosa, que lhe acendiam a inspiração, tanto exaltavam a memória do biografado, como igualmente evidenciavam os peregrinos atributos morais e intelectuais de quem lhe traçou o perfil, em oração magistral, com que poderia ter rematado a sua incumbência no Instituto. Entretanto, ainda tornaria, a espaços, à tribuna, no cumprimento de seu dever de orador, para, até por essa forma, comprovar que o período de permanência em São Paulo, embora não completasse duas décadas, pode considerar-se o mais fecundo de sua existência. Todos os pendores que já se entremostravam anteriormente, encontraram condições propícias para plena expansão. Não há como separar, aliás, as várias atividades, que exercia simultaneamente, por vêzes. A serviço da Comissão Geológica, acumulara funções de topógrafo, explorador, geógrafo, economista, que se revesavam, interpretadas pelas destreza de cartógrafo, que também o caracterizava. Quando não perdurassem as provas de sua habilidade, bastaria o testemunho valioso de Capistrano de Abreu, sabidamente poupado em elogios: «Conhecia, de ouvir dizer, seu talento de topógrafo no campo, que quase instantaneamente traçava um mapa, deixando apenas detalhe a corrigir.

Apreciei-o agora na interpretação de mapas e roteiros antigos da Bahia; é assombroso» (7). Quando se afastava dos instrumentos de campo, ou de sua prancheta de desenhista, iria cuidar de construções civis ou de obras sanitárias, em que o Governo lhe experimentava a competência. Nos vagares, que não seriam longos, deixava-se empolgar pelos estudos históricos e de etnologia, de cujos resultados o Instituto Histórico recolheu as primícias. Entre as demais contribuições, em que a geografia e a história se irmanavam, para lhe alicerçarem as convincentes deduções, cabe, sem dúvida, a primazia a *O Tupi na Geografia Nacional*. Diferentemente dos que o precederam no estudo da «língua geral», atendeu-lhe, de preferência, nas aplicações geográficas, embora lhe acrescentasse valioso resumo gramatical, em que evidenciou cabais conhecimentos da matéria.

Para explicar a expansão das vozes do gentio costeiro, não teve dúvida em proclamar: «até o começo do século XVIII, a proporção entre as línguas faladas na colônia, era mais ou menos de três para um, do tupi para o português».

Na sessão de 20 de julho de 1900, os seus confrades ouviram a leitura de dois capítulos, continuada nas reuniões seguintes, sempre que houvesse oportunidade. Afinal, o volume VI da Revista, correspondente ao biênio 1900-1901, trouxe a lume o ensaio, indicativo de investigações criteriosas acêrca da influência, na toponímia brasileira, da linguagem dos primitivos dominadores de extensos trechos da orla atlântica. Assim que se divulgou, o ensaio tornou-se de consulta indispensável a quantos se interessam pelo assunto. Não tardou em exgotar-se a primeira edição. A segunda de 1914, empreendida pelo autor, que a aumentou sobremaneira, teve a mesma significativa acolhida, como igualmente a terceira, de 1928. Para a quarta, preparou os originais, mediante revisão esmerada, que não chegou de levar aos prelos. Ultimados os trabalhos que empreendera, na engenharia, nas letras históricas e geográficas, na etnologia, considerou finda a sua missão na terra adotiva. E em 1904, despediu-se da Paulicéia, para levar à Bahia a sua experiência profissional, comprovada por obras que projetou e construiu (8). Contratou os serviços de saneamento da capital baiana, cuja execução iniciou sem demora. Grangeara, em São Paulo, recursos suficientes para envelhecer em sossêgo, mas resolveu contribuir para o progresso de seu berço, onde a adversidade lhe atalhou a marcha. Certo, conseguiu dirigir as obras de reconstrução do edifício da Faculdade de Medicina, do Instituto Clínico do Pavilhão para tuberculosos no Hospital de Santa Isabel, do

(7) Ob. cit., pág. 165.

(8) A proposta inicial, que apresentou teve a data de 28 de abril de 1904, mas o contrato somente se firmou a 19 de maio de 1905.

Liceu Salesiano do Salvador, ajardinamento do Cais do Ouro, da Praça do Conde dos Arcos, e da Praça Duque de Caxias. Ainda mais, ampliou o abastecimento d'água na cidade, cuja rêde de esgotos projetou pelo sistema separado e com filtros baterianos para o tratamento do afluente no rio Camurugipe. Mas, em vez de honrarias, os seus esforços técnicos acarretaram-lhe o desequilíbrio financeiro, que lhe amargurou a velhice. Todavia, ainda possuía reservas de entusiasmo edificante que o impeliavam a expressivos empreendimentos. Por lhe presar os altos méritos, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conde de Afonso Celso, ao organizar, em 1933, as conferências comemorativas do 4.º Centenário do nascimento de Anchieta, convidou-o para inaugurá-la. Era o único sobrevivente da plêiade seleta, que sete lustros antes, rememorara outro centenário, do falecimento. Recordou, de entrada, antes de tratar de *O Apóstolo do Cristianismo no Novo Mundo*, análoga iniciativa, no crepúsculo do século passado. «Eramos uns doze os que então assumimos encargo de, em sucessivas conferências públicas, despertar a gratidão dos brasileiros para com os grandes obreiros do nosso passado...» Embora se lastimasse de que «o pêso dos anos já nos tolhe a nós os movimentos e nos tange displicentes para fora dos ideais que nos douraram a existência», e ainda que «nada mais há que exigir de quem já sobreviveu a seu tempo», soube evocar a individualidade incomparável do missionário canarino, pelas várias modalidades da sua atuação edificante. Contestando-lhe a desalentada confissão de enfraquecimento ideológico, perpassa-lhe na palavra o sópro do entusiasmo criador. «Vê-lo na faina de catequese, assim relembrou seu herói preferido, a descer rios caudalosos através do bramido das águas em cachão; a penetrar a mata ínvia, misteriosa, desconhecida; a galgar alcantis serrâneos em socorro de quem periga; a arrancar das mãos dos bárbaros o prisioneiro de guerra prestes a ser sacrificado no terreiro da taba em alvorôço; a libertar famílias de portugueses que o inimigo capturou traçoeiro; a oferecer-se, êle mesmo, como refém entre feros tamoios para garantia da paz ameaçada; ver essa atividade frutificada em bem do próximo, essa oni-presença que não cansa, que não falha, como que sempre bafejada por um sópro divino, dir-se-ia estar êste humilde obreiro de Jesus Cristo a viver todo um poema, de caridade e de amor, o do Evangelho nas selvas». Ainda mais, «conhecido o pendor dos índios pela música, faz-se músico para lhes ensinar o segrêdo da arte». «Dava-lhes o ensino, aos seus catecúmenos, na própria língua dêles e para tanto, aprendeu-a sem demora, cultivou-a com esmêro e profundeza». «Anchieta revelou-nos os segredos da língua brasileira», assim podia conceituar quem por sua vez a estudara a preceito, e avaliava as dificuldades com que topou o autor da *Arte de gramática da lingua*

mais usada na costa do Brasil. O mais antigo monumento que nos ficou da língua geral ou tupi.

Com tanto afinco se engolfou no assunto que, ao redigir o último trabalho, destinou o capítulo terceiro ao «Gentio», cujas peculiaridades analisou magistralmente, sem lhe desprezar o linguajar, referido em síntese expressiva. Em proporções amplas ideara a obra, que lhe deveria testemunhar, não somente o saber, como, por igual, o amor à sua gente. Não a concluiu, todavia, como ideara. Em 1927, apenas estaria completo o primeiro tomo, «que terminará antes da invasão holandesa»! conforme noticiou a Capistrano, que se mostrou espantado de que «tão pouca matéria exigisse tamanho volume». Pretendia publicá-lo, mas ainda o deixou inédito.

A Secretaria de Educação e Saúde do Estado, porém, dirigida na época pelo Professor Anísio Teixeira, houve por bem promover-lhe a divulgação, como um dos números comemorativos do 4.^o Centenário da Cidade de Salvador. E, assim, embora emudecido, Teodoro Sampaio ainda proporcionou aos festejos da capital baiana a sua contribuição cultural. Com a publicação póstuma da obra, que se reduziu à *História da Fundação da Cidade do Salvador*, em vez de abranger quadro mais amplo, como fôra planeada, começou a Bahia a resgatar a dívida de gratidão ao erudito, que se engrandeceu em São Paulo para declinar em Salvador, onde muito sofreu na derradeira fase da existência. O reconhecimento da Posteridade, porém, manifestou-se. Após a referida História, saiu a lume a 3.^a edição de *O Tupi na Geografia Nacional* promovida pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para comemorar o centenário de nascimento do seu festejado autor, ocorrência que inspirou homenagens condignas. Faz, destarte, jus a Bahia a irresistíveis louvores, por bem reparar, na atualidade, o equívoco passado, que até se patenteou no abandono da cova do sábio patricio (9). Teria desaparecido, de mistura com as dos indigentes, se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ciente da ameaça, não a tivesse poupado ao esquecimento, mercê do aprêço que lhe merecia o sócio benemérito.

(9) Em seu «Diário do Saneamento da Bahia», em que anotava, para seu uso particular, os episódios do dia, há registos expressivos, como: 10 de abril de 1912 — «Até hoje quem tem sabido cumprir o contrato de 19 de maio de 1905 somos nós do Saneamento. O Município não cumpre o contrato na parte que lhe cabe».

E a 20 de junho, ao saber que o fiscal não dissimulava a sua má vontade, a ponto de pretender reabrir debate já encerrado, desabafou: «Pelo que vejo, nesta terra não há contratos que vinguem, uma vez que de tudo se duvida e até nas coisas mais claras se controverte».

A providência que tomou oportunamente o seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, evitou-lhe o despejo da sepultura, ao terminar o primeiro prazo quinquenal.

Garantida a perpetuidade, pretenderam os admiradores promover-lhe a trasladação dos despojos para o jazigo definitivo, na capital baiana, onde pudessem os conterrâneos prestar-lhe homenagens consagradoras.

Bem as mereceu Teodoro Sampaio, que se distinguira pela dignidade no proceder, mantida em tôda sua longa existência, serena bondade, que lhe realçava a atraente fidalguia do trato, como se proviesse de nobre estirpe e pela inteligência peregrina, consagrada à ciência, a serviço de radioso idealismo, para honra do Brasil.

ESTREIA AUSPICIOSA (*)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

A série de conferências promovidas pelo Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em honra a Teodoro Sampaio, por ocasião do centenário de seu nascimento, iniciou-se promissora-mente, com os melhores auspícios. Para proferi-la, veio especialmente de São Paulo o seu preclaro Governador, a respeito de cuja personalidade profissional concordam as apreciações dos seus patrícios, ainda quando, porventura divergentes acêrca de sua atuação política. Todos lhe enaltecem a peregrina inteligência e cultura especializada a serviço do magistério, em que pontifica, na Escola Politécnica. A integridade moral, que lhe norteia o procedimento, seria mais um elo que o aproximasse do mestiço, cujos gestos e atos como alvejavam a sua epiderme bronzeada. Era pelas ações um branco e de raras qualidades, que, progressivamente, conseguiu elevar-se do berço degradado pela escravidão às mais altas posições sociais, graças aos seus próprios esforços. Por longa temporada estacionou em São Paulo, onde evidenciou admirável capacidade de trabalho quando o Govêrno lhe requisitou a colaboração. As provas de competência, que lhe assinalam a passagem pela Comissão Geográfica, organizada por O. Derby, que lhe confiou a chefia da Seção de Topografia, pela Comissão de Saneamento da Capital em companhia do Dr. A.F. de Paula Sousa, na Companhia Cantareira, de que foi engenheiro-chefe, na Secretaria do Interior, como Consultor-Técnico pela Comissão de Saneamento do Estado, cuja direção lhe coube, bastariam para lhe realçar a contribuição incomparável para o progresso de São Paulo. Bem a conhecia o Professor Lucas Nogueira Garcez, e por isso, em nome dos seus predecessores, que a requisitaram, anuiu ao instante convite do Instituto Histórico, para rememorar a ação construtiva de Sampaio, como engenheiro, justamente na data que lhe marcou o nascimento,

(*) *Jornal do Comércio*, Rio, 30-1-1955.

há um século. Não se demorou em interromper as suas preocupações governativas para traçar o perfil do baiano, transfigurado em paulista honorário, que se devotou ao Estado adotivo, com o entusiasmo dos mais diligentes ufanistas de quatro séculos. Revelou-se por fatos mais do que por palavras, embora também as proferisse de maneira eloqüente e precisa. Ao gesto edificante do Governador de São Paulo em homenagem a douto colega já emudecido, que se imortalizou pelos trabalhos profissionais e de alta cultura, sem ressonância política, o Salão de Honra do Instituto Histórico proporcionou ambiente propício e auditório correspondente. Da Mesa, além do Presidente Perpétuo, participou o Presidente Honorário, Marechal Eurico Dutra, convidado para presidir a cerimônia. Ao lado, dois Ministros de Educação e Cultura, o atual, Professor Cândido Mota Filho e o antecessor, Dr. Simões Filho. Congressistas e altas patentes militares inteiravam o conjunto admirável. Na assistência, grande número de consócios, entre os quais se incluiu o Ministro Osvaldo Aranha, que se lembrou de ter sido embora por breve prazo colega de Sampaio, na Câmara dos Deputados, onde a sua fogosa mocidade contrastava com a velhice do parceiro, de quem o aproximava todavia a fama de saber e a fidalguia do trato. Senhoras do escol social, representantes de associações culturais e pessoas interessadas em ouvir o conferencista peregrino, já se achavam nos lugares respectivos, quando teve início a sessão memorável. Após rápidas palavras, explicativas dos propósitos da reunião, o Presidente deu a palavra ao Professor Lucas N. Garcez, escolhido por ter-se extremado entre os colegas nas mesmas disciplinas em que se distinguiu Sampaio. Em suas aulas será naturalmente levado a examinar-lhe os trabalhos profissionais de engenharia hidráulica e sanitária, cuja influência não se manifestou apenas em São Paulo, embora nesse Estado desabrochassem com maior intensidade. Começou por lhe relembrar o concurso na Comissão Geográfica e Geológica, em boa hora criada pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, quando Presidente da Província e entregue à competência de O. Derby. O sábio norte-americano, que esquecera os preconceitos raciais de sua gente para acolher com simpatia o seu ajudante de côr, em quem descobrira vocação acentuada para as operações de campo, não titubeou em convidá-lo para o acompanhar a São Paulo. Que a escolha fôra acertadíssima, atestariam os fatos ulteriores, a começar da exploração do Paranapanema, de Itapetinga para jusante. O relatório, que elaborou, para examinar as condições do vale e indicar os melhoramentos, que pudessem fomentar-lhe o progresso, os mapas, por êle próprio desenhados, justificam a nomeada que sem demora granjeou, de hábil cartógrafo.

Para garantir a exatidão da poligonal, determinava, de espaço a espaço, as coordenadas, por meio das quais corrigia qualquer possível desvio nos caminhamentos percorridos. O orador citou-lhe a propósito alguns períodos, indicativos da amplitude de investigações do explorador, que ao mesmo tempo cuidava não só da cartografia da região, como de suas peculiaridades fisiográficas e economia ainda necessitada de incentivo. E para lhe demonstrar o método e esmero do trabalho, exibiu o «Atlas», em que se enfeixaram os relatórios da exploração e as cadernetas de campo que lhe registaram as primeiras impressões causadas pela observação do terreno. Os desenhos, à vista dos acidentes topográficos, dir-se-iam esboçados em condições mais propícias e tranquilas, fora dos assaltos de incomodativos insetos em geral abundantes por semelhantes paragens. As «Considerações Geográficas e Econômicas sobre o Vale do Paranapanema» e possibilidades de melhoramentos locais, mais serenamente formulados no escritório, continham inovações, que o Professor Garcez examinou, por lhe ser de sobejo conhecido o assunto, incluído no programa de sua cátedra. Estava ainda se ocupando de problemas de sua predileção, quando analisou e enalteceu os projetos de obras hidráulicas apontadas em 1889, quando não havia ainda os exemplos de empreendimentos análogos em país algum que servissem de modelo. Não se limitava o engenheiro a ajeitar o turbulento curso d'água às condições de via navegável, quando nenhuma outra havia na região, mas também, cuidava de torná-lo auxiliar prestimoso da lavoura, por meio da irrigação. E a propósito teceu considerações condenatórias da monocultura cafeeira, mais suscetível de sofrer crises perturbadoras do que a policultura praticada de acordo com os princípios racionais.

«A grande lavoura de café, observou, desdenha as terras baixas, porque o café aí não vinga, ou não produz na mesma proporção da zona do Oeste! «Grande erro êsse, comentava, de uma lavoura que só conhecia uma cultura única, e que além dos riscos a que deve estar sujeita por qualquer moléstia, superveniente ao café, está na inteira dependência da importação de produtos forasteiros quando o solo natal os pode ter melhor e talvez com menor dispêndio e esforço. E concluía: «Entretanto uma lavoura nunca é verdadeiramente grande senão quando multiplica os seus produtos, adaptando-se ao solo e ao meio». Com a autoridade que lhe confere a cátedra, a que o elevaram as provas de sua competência profissional, podia o orador apreciar o plano de melhoramentos elaborado por Sampaio. «Com exceção do aproveitamento hidrelétrico, na época ainda desconhecido entre nós, tudo está previsto para a *mise-en-valeur* seguida pelos maiores especialistas norte-americanos e europeus». «As diretrizes adotadas pela Tennessee Valley Authority,

que realizou o mais gigantesco aproveitamento econômico de curso d'água, até hoje conhecido, não diferem, a não ser em assuntos especializados desconhecidos em 1886, da orientação seguida pelo ilustre engenheiro baiano».

Não podia ser mais completo o elogio, ao cotejar os projetos de 86 com os da atualidade, após mais de meio século de progresso da técnica. Análoga circunstância ocorreu, quando se referiu aos trabalhos de engenharia sanitária que Sampaio realizou, não somente na Capital, como em várias cidades paulistas. Engenheiro Chefe do Saneamento do Estado, exerceu o cargo como quem se habilitara longamente para tais emprêsas. As soluções que adotava em cada caso revelavam cabal conhecimento dos processos seguidos pelos mais acatados especialistas. Assim provou, ao aceitar a incumbência de resolver o problema sanitário da Capital baiana, a que tornou, já afamado pelas obras que realizara em São Paulo. Os obstáculos de ordem material não seriam as dominantes, apesar da topografia conturbada, que multiplica os encantos turísticos da primeira capital do Brasil, mas dificulta a ação urbanista. Maior, entretanto, seria a incompreensão dos contemporâneos, que lhe exigiram esforços sobre-humanos, antes que se convencessem do acêrto de suas providências, não raro diferentes das indicações costumeiras. Dividiu a rede de distribuição de água em três zonas altimétricas, adotou a filtração do tipo hoje comumente, denominado «filtração lenta», aconselhou o tratamento biológico dos esgotos, «hoje universalmente difundido e aperfeiçoado, mas que na época era praticamente desconhecido entre nós». Apesar de constituir cada um desses tópicos matéria apropriada a doudas explanações do Professor, soube êle habilmente evitar a atração do tema, para não prejudicar a sóbria e douda alocução. Desta maneira conseguiu empolgar a atenção dos ouvintes, que o premiaram com irrestritos aplausos. E tamanha impressão lhes causaram as palavras proferidas com eloquência convincente que, terminada a sessão, ainda se viu o conferencista cercado pelos presentes, ansiosos de examinar os trabalhos de Sampaio, de que se munira. Era o mais expressivo elogio da formosa alocução, continuada pelas explicações a quem as solicitasse, à vista de documentos. Ninguém manifestava pressa de afastar-se do Salão de D. Pedro II, onde se verificou o fato maravilhoso de um Governador de Estado, às vésperas de deixar o cargo, ao fim do período para o qual fôra eleito, ser ouvido com inequívoca simpatia e aplaudido vivamente. É que os ouropéis da governança passam, transferidos a outrem. Mas o valor individual, inalienável, tanto se revela nos postos de mando, ou nas cátedras, diante de alunos sedentos de saber, ou nas tribunas aureoladas de tradições, como a do Instituto Histórico. E assim, o sócio benemérito Teodoro Sampaio, que lhe honrou o quadro

social, apesar de origem humilde, recebeu os louvores que merecia, como técnico. E o conferencista que os proferiu com a exímia elegância de professor habituado ao uso da palavra, verificou a espontânea sinceridade dos aplausos com que foi saudado ao terminar.

A glorificação do baiano emudecido associou-se, neste lance, a espontânea homenagem ao orador, que tão competente e sagazmente soube definir-lhe a personalidade de engenheiro eficiente.

REALIZAÇÕES DE AUSPICIOSO PROGRAMA CULTURAL (*)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Para analisar a obra de Teodoro Sampaio, nos domínios da etnografia e da linguística, houve por bem o Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, convidar a Diretora do Museu Nacional, D. Heloísa Alberto Tôrres, apresentada à assistência como um dos raros casos da continuidade do talento na descendência dos grandes homens, cuja nomeada não costuma verificar-se na geração imediata.

Alberto Tôrres porém, que legou aos pósteros contribuição admirável, e especialmente sôbre sociologia, além de traçar rumos certos aos governantes como político sagaz, ufanar-se-ia, se vivo, da trajetória intelectual da filha, que preferiu dedicar-se ao estudo da ciência em que se notabilizou. Foi-lhe fácil por isso versar o tema, que lhe empolga a inteligência investigadora. Relembrou as provas do saber de Teodoro Sampaio na Paulicéia, onde aplicava as suas atividades profissionais, desde a última década do século passado, quando começaram a aparecer os seus escritos referentes à antropologia, em meio de cogitações profissionais. Assim, para comemorar o IV Centenário do Descobrimento do Brasil, proferiu magistral oração, de que rompem conceitos comprobatórios de seus conhecimentos históricos, geográficos e etnográficos. Coteja o «castelhano ambicioso, audaz, um celerado mesmo quando o ouro o deslumbra, e a ambição o desvaria, rápido nas suas investidas, com o português, tardo, mas firme, resolutivo e hábil». Ao primeiro basta meio século «para fundar o império espanhol na América do Sul». O segundo «emprega quase um século para transpor as duas metas onde se encerravam os seus primeiros estabelecimentos coloniais, São Roque ao Norte e Cananéia no Sul. E necessitou de mais dois, triplicando o prazo para ampliar e conservar os «seus domínios dêste lado do Atlântico». Só o conseguiu,

(*) *Jornal do Comércio*, Rio, 5-6-55.

porém, mediante a colaboração de dois agentes «igualmente poderosos, antagônicos, muitas vezes, mas eficazes»: o missionário e o bandeirante. Êste, «mestiço já nascido nas terras da América, alma inculta, supersticiosa e por vêzes cruel manifestando-se por uma energia indômita e por uma audácia descomedida «deu fama à bandeira» que investe contra o desconhecido que arrosta todos os perigos imagináveis ou imprevisos, que não reconhece outro poder mais forte do que a sua ambição insaciável e diante da qual «não há fronteiras nem linhas convencionais nem tratados que prevaleçam».

«Além São Francisco, em direção ao Norte, como aquela, pelos sertões baianos, a recusa do ar, a escassez das chuvas, a falta de rios perenes, a intensidade da luz, e do calor, o vento constante, o solo pedregoso, a vegetação espinhenta monótona retorcida e baixa, cobrindo um solo fracamente produtivo constituem para o homem vermelho tisonado esbelto músculos de aço ágil, sóbrio, inteligente e corajoso, poeta rústico de uma originalidade estranha, o jagunço enfim, como se chamou, tipo adaptado por uma mestiçagem de quatro séculos, um *habitat* como não há outro no Brasil». É, todavia, «é nessa região ingrata como um deserto árido, que medra um povo de heróis, capaz de sacrifícios, a fibra resistente da nação». Embora admiradora da linguagem apurada de Sampaio, a conferencista aponta discretas restrições nas conclusões, em que se espelhavam, aliás, conhecimentos da época. Maior divergência lhe causou a monografia referente a *Os Kraês do Rio Prêto no Estado da Bahia*. Quando apareceram, em Salvador três silvícolas, pretendentes a auxílios oficiais, apressou-se, T. Sampaio em inquiri-los. O mais falante, moço bem apessoado, Katome, ou Luís de Sousa da Paz expressava-se regularmente em português, de sorte que lhe prestou abundantes informações. Dêle recolheu copioso vocabulário, além de notícias de sua gente, usos e costumes. Dizia-se provir, com o tio Uanemen, e o irmão Kaukê, que o acompanhavam, da tribo dos Kraês, versão aceita pelo ouvinte, que não dispunha de elemento algum de confronto ao redigir os apontamentos oferecidos ao Instituto Histórico. De passagem pelo Rio a 23 de maio de 1912, valeu-se de breve prazo, entre o desembarque do navio inglês *Danube*, e a partida pelo noturno da E.F.C.B. em que prosseguiu a viagem a São Paulo, para entregar o manuscrito ao primeiro secretário. Ao regressar, a 10 de junho, alegrou-se quando Max Fleiuss lhe confidenciou que o redator da Revista, Ramiz Galvão, lhe gabara o trabalho, decidido a incluí-lo no primeiro número. E assim cumpriu, conforme provou o volume XXXV, que o estampou, juntamente com a «Carta etnográfica dos povos da família Gê» que desenhou a propósito. Todavia mais tarde, Curt Nimuendaiú com a sua argúcia investigadora, teve oportunidade de encontrar o mesmo egresso das tabas, que ainda

se declarava oriundo dos Kraês do Rio Prêto, cuja linguagem interpretava. Aceitou-lhe, de princípio, as afirmativas e o vocabulário, como acontecera a Sampaio. As suas incumbências, porém, o levaram a perلustrar os sertões baianos e a verificar o embuse do informante. Os Kraês não ocupavam o vale do Rio Prêto e muito menos se caracterizavam pelas peculiaridades que lhes atribuía Katome. Tudo quanto mencionara caberia de preferência aos Anipagês de cuja tribo êle próprio derivaria. Entretanto, não seria de todo perdida a contribuição de Sampaio, conforme concluiu o conferencista, para quem o vocabulário servirá para evidenciar as semelhantes e diferenças entre o linguajar dos Kraês e dos Apinagês da mesma família. Antes e depois da erudita aula, aplaudida pela assistência, a sala de Varnhagen acolheu quantos quiseram apreciar a «Exposição de Fotografias» de intuitos educativos. A Reitoria da Universidade de São Paulo para obter opulenta documentação relativa a aspectos artísticos existentes em várias regiões brasileiras, combinou com a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro as providências necessárias à excursão de hábil fotógrafo, ao mesmo tempo conhecedor de estilos artísticos e sua evolução. Da peregrinação por várias capitais, resultou a coleção fotográfica, em que predominam as fachadas e interiores de igrejas, bem que também se exibam peculiaridades estranhas, como o nobre portal e janela de paço do Saldanha em Salvador, e casas particulares em Alcântara, entre várias outras. Facilitam o estudo de suas características, tanto para o historiador, como para quem procura atender especialmente a propósitos estéticos. Assim opinaram os visitantes, que o observaram, fôssem os que reviam, nas fotografias, os traços mais acentuados de templos que lhes eram conhecidos, fôssem os que pela primeira vez tinham diante dos olhos a reprodução de obras afamadas, de inspiração religiosa. As igrejas de Ouro Prêto, Congonhas do Campo e outras, que imortalizaram o gênio do Aleijadinho, as da Bahia, desde a da Graça, com o painel representativo de Paraguaçu, diante da aparição da sua Protetora, a da Ordem 3ª de São Francisco, de fachada pitoresca, até a Catedral Basílica, em que se transformou a primitiva capela do colégio dos jesuítas, edificada por Mem de Sá, tôdas proporcionaram como igualmente várias do Recife e Olinda testemunhas da evolução artística do Brasil. A coleção, desta maneira organizada, permite fácil e atraente cotejo das alterações assinaladas em cada fase. e constitui preciosa documentação, ao alcance de quem pretenda mais demoradamente examinar as formosas criações artísticas, de que se gloriam várias cidades brasileiras, onde se encontram.

CONFERÊNCIAS

NOVO CONCEITO DE PANAMERICANISMO (*)

ÁLVARO TEIXEIRA SOARES

A comemoração do Dia Panamericano, — Dia das Américas — instituído por iniciativa de um diplomata brasileiro da melhor estirpe, o Embaixador Silvino Gurgel do Amaral faz pensar numa ordem de considerações históricas que quadram a esta reunião numa Casa ilustre, onde se cultivava não apenas a história do Brasil, mas também a dos demais povos irmãos do Continente.

Essas considerações representam — esta será, pelo menos, a intenção do autor destas linhas — uma espécie de resumo da experiência democrática no Continente americano, bem como uma tentativa de valorização do que a América realizou em função do Antigo e do Novo, do Passado e do Presente. Desde já se prevê que se trata de um assunto vasto, versado por outros com profundidade; mas que, nem por isso, perdeu sua originalidade. Os temas de intensa sugestão ou mesmo de absoluta permanência são como águas correntes mutáveis sem cessar e sempre revelando aspectos novos em sua incessante mutabilidade.

Harold Nicolson, em sua obra prima — *The Congress of Vienna* — contou esta cena que convém ser reproduzida, mesmo porque nos círculos culturais brasileiros existe desconhecimento desse livro tão significativo: «Foi a 12 de dezembro de 1826 que Canning, tendo desafiado a Santa Aliança com o resolver a sós a situação de Portugal e com o reconhecer a independência do Brasil, foi à Câmara dos Comuns para justificar sua política. Empregou então a frase bem conhecida, mas quase sem sentido: «Chamei o Novo Mundo à vida para corrigir o equilíbrio do Velho Mundo». Observadores assinalaram que, ao pronunciar tais palavras, houve súbito sussurro, quebrado por uma leve risota de mofa (*titter* é a palavra do texto, de tradução difícil). Então, tôda a Câmara se levantou, prorrompendo em aplausos. A história não regista o nome do homem que galhofou, rindo. Até agora ficamos em dúvida se êle foi louco ou sábio». Eis a bela descrição de um grande

(*) Conferência pronunciada no dia 14 de abril de 1958, no Instituto Histórico, em sessão comemorativa do Dia Panamericano.

momento histórico devida a Harold Nicolson, que se encontra em sua obra citada (pág. 275, *in fine*).

Muito se tem escrito e ainda se escreverá a respeito do conceito de Canning — o de haver chamado o Novo Mundo à vida para corrigir o equilíbrio do Velho Mundo —, abundando em razões de filosofia da História e da Política.

Já os velhos Gregos haviam engendrado o belo mito do rejuvenescimento de Éson. Vale a pena recordá-lo: Éson, pai de Jasão, sendo já muito velho, foi rejuvenescido a instâncias do filho pela feiticeira Medéia, com sangue juvenil.

Ora, o Novo Mundo, em certo sentido, rejuvenesceu o Velho Mundo. Deu-se isso justamente quando o Novo Mundo, separando-se do Velho Mundo, contribuiu com seus ideais para que a civilização ocidental se espraiasse num conceito de democracia mais humano — e mesmo mais intenso. Através do século XIX, a Europa passara por violentas comoções, numa pendulação entre absolutismo e liberalismo, entre democracia e nacionalismo. Foram etapas violentas, que corresponderam a anelos profundos de castas ou povos. O nacionalismo europeu, no século XIX, constituiu um fenômeno de profundidade, cujas causas se encontram na ação daquele que pretendia unificar a Europa sob seu comando: Napoleão. O nacionalismo, da esquerda ou da direita, adquirirá no século XX uma intensidade paroxística, valendo por isso mesmo como propulsor de ideais que nem sempre serão fáceis de definir. É nacionalista Hitler, como é nacionalista Lenin. Também são nacionalistas Nehru e Nasser. Esse nacionalismo exaltado será uma *representação* destorcida do mundo político e econômico, dando assim razão ao que Marx dissera no século passado: «Até agora os filósofos se limitaram a interpretar o mundo... Do que se trata agora é de transformá-lo». Em sua *praxis*, o violento nacionalismo do século passado e deste século será de certo modo uma negação do conceito de Democracia, ou pelo menos pretende opor-se esse conceito, como afirmou várias vezes Hitler.

O Continente americano, desde aqueles instantes sombrios em que as colônias espanholas bem como o Brasil procuraram defender-se da ação da Santa Aliança, que se lhes afigurava ameaçadora, surgira para a vida internacional a fim de transmitir ao mundo uma *mensagem de democracia*. É a esplêndida lição de Franklin, Washington, Jefferson, Bolívar e José Bonifácio. Recordar-se-á que, ante as ameaças da Santa Aliança, José Bonifácio propusera ao governo norte-americano uma aliança ofensiva e defensiva, em face do que então se tramava entre os mais importantes gabinetes europeus. O governo de Washington, com muita

cautela, declinou o oferecimento feito por José Silvestre Rebelo, primeiro agente diplomático permanente do Império nos Estados Unidos.

Se essa mensagem de democracia será mais tarde deturpada ou mesmo falsificada por caudilhos, caudilhetes e déspotas, evidentemente a culpa não foi dos idealistas; mas sim, dos que tiveram a volúpia do poder e da prepotência.

Quando o historiador mexicano José de Vasconcelos contrapôs o Bolivarismo ao Monroismo, assinalou uma das formas específicas do pensamento internacional ibero-americano, em função da interpretação do ideal democrático encarada como grande Realidade continental, mas diversamente interpretado por norte-americanos e ibero-americanos (*Bolivarismo y Monroismo*. Temas Ibero-Americanos. Santiago, 1935).

Por certo, a evolução democrática dos países hispano-americanos foi penosa. Quando o Congresso venezuelano aprovou em 1811 a Constituição, francamente copiada da norte-americana, marcou sem dúvida uma meta histórica. Contudo, dentro de pouco tempo proceder-se-á ao desrespeito àquela obra de direito constitucional, que tem na história continental papel de alto mérito.

* * *

O Bolivarismo, que encontrará no Congresso do Panamá sua máxima cristalização, começou como princípio político ativo para transformar-se depois numa atitude — ou num enunciado internacional de conceituação por vêzes flutuante. Por exemplo, José de Vasconcelos o interpretou como o ideal hispano-americano da criação de uma federação constituída por todos os povos de cêpa espanhola; e viu no monroismo o ideal anglo-saxão da incorporação das vinte nações ibéricas ao chamado «império nórdico» (conceito do historiador mexicano) por meio da política do Pan-americanismo.

A verdade é que desde o Congresso do Panamá os países do Continente americano foram efetuando, — nem sempre por caminhos direitos e até mesmo por vias cruzadas —, uma evolução constante em direção a um grande *esforço associativo* com a finalidade de criar uma verdadeira Liga anfictionica de nações. Esse esforço associativo, lidimamente democrático, expressão de cultura democrática, foi o Panamericanismo.

Essa evolução nem sempre foi fácil.

Incompreensões, erros, deturpações, ações despóticas, tentativas de um nacionalismo truculento que degeneraram em veleidades teóricas de expansionismo territorial, tudo isso constituiu uma soma

pesada de fatores que entorpeceram a evolução com vistas àquele ideal.

Contudo, o idealismo político, na verdade de poucos, conseguiu remover tais dificuldades, exaltando-se em ensinamentos proveitosos que foram ganhando arraigo nas massas ou naquele mito chamado «opinião pública».

Conseguiram êsses poucos idealistas fazer alçar sua voz sôbre as borrascas políticas e indicar luminosos caminhos para o futuro. O aperfeiçoamento político das sociedades foi outro fator decisivo, a despeito de mil e um tropeços. Êsse aperfeiçoamento doutrinou em termos de ação, abrindo assim perspectivas novas para uma melhor interpretação do conceito de Democracia — bem como do conceito de Panamericanismo. No passado, a chamada Doutrina de Monroe prestou-se a muitas explicações — e explorações. Contudo, declaração unilateral, ela jamais constituiu regra de pensamento filosófico e jurídico. Por conseguinte, quando muito foi aplicada por uma parte, sem que as demais dela cuidassem. Essa evolução política, social e econômica dos países dêste Continente, em maior ou menor escala, foi feita ora à custa de golpes de gênio, como a ação de Portales no Chile, ora à custa de avanços, recuos e hesitações.

A lição do passado serve para a interpretação do presente. O passado é a câmara escura para as fotografias do presente. Quanto mais aprofundamos a análise do passado, mais nos convencemos da necessidade de salientar que a evolução política e econômica dos países americanos constituiu, num sentido amplo, uma demonstração de *vontade criadora*.

A liderança do mundo ocidental exercida pelos Estados Unidos representou a seu turno uma prova de que os povos amantes da paz e do progresso são muitas vezes chamados a responsabilidades mundiais, cumprindo-as com isenção de ânimo.

A medida que os povos dêste Continente foram com experiência própria enriquecendo o conceito de Democracia, também se capacitaram de que o esforço associativo em prol do Panamericanismo era uma realidade em marcha. Assim, os países continentais erigiram a Democracia e a Justiça internacional em princípios norteadores de sua convivência em comum.

Num mundo, como o atual, dividido em campos ideologicamente adversos, convém meditar nos conceitos admiráveis do Papa Pio XII, constantes de sua Mensagem do Natal, de 1954:

«Não se pode, porém, construir na verdade uma ponte entre êsses dois mundos separados, senão apoiando-se sôbre os homens que vivem num e noutro, e não sôbre

os seus regimes ou sistemas sociais. Pois, enquanto uma das partes se esforça ainda bastante, consciente ou inconscientemente, por salvaguardar o direito natural, — o sistema em vigor na outra apartou-se completamente dessa base. Não querer um sobrenaturalismo unilateral fazer nenhum caso de tal atitude por vivermos no mundo da redenção, subtraídos por isso à ordem da natureza, ou pretender pelo contrário reconhecer como «verdade histórica» o caráter coletivista daquele sistema, no sentido de corresponder êle à Divina vontade: são erros a que um católico em caso algum se pode sujeitar».

Os conceitos do Papa Pio XII assinalaram com agudeza um dos dramas do mundo presente: o desespero que cerca a pessoa humana. Do século passado para êste, quantas heresias estatais não foram cometidas para justificar, na órbita internacional, a prepotência das grandes potências sobre Estados fracos; as derivações perigosas do «Leviatan nacionalista de múltiplas cabeças», como disse o filósofo italiano G.A. Borgese, apregoando o acesso pela força ao território de outras nações, que somente confiavam na Justiça internacional; a confusão voluntária entre o *naciona*l e o *nacionalista*; o desrespeito aos princípios básicos do Direito internacional; as sinistras deturpações de um marxismo econômico transformado em força imperialista; o genocídio; o culto idolátrico da verdadeira ou falsa Personalidade histórica, seja czar vermelho ou caudilho hispano-americano; a guerra surda movida à Pessoa humana e à Democracia. Tudo isso foram facetas de uma demorada deformação filosófica realizada por conveniências do Estado e transformadas em razões de hegemonia e de imperialismo.

Tôdas essas falácias, que, na verdade, custaram imensos sacrifícios à humanidade, se desfizeram na poeira da ignomínia e no abismo das guerras. A verdadeira ou falsa Personalidade histórica, na alucinação de seus planos expansionistas, acabou montada num tigre; e como dizem os Inglêses

he who rides the tiger
finds it difficult do dismount...

Fatos benfazejos não permitiram que êsses fenômenos monstruosos atingissem o Continente americano. A América resguardou-se de tôdas essas formas de nacionalismo metamorfoseado em imperialismo, justamente por causa do seu amor à Democracia.

* * *

Mais que por fatores econômicos, as sociedades civilizadas são dominadas e orientadas por forças morais. A Democracia é

antes de mais nada, uma grande Fôrça moral. Porque permite que, numa fórmula de equilíbrio e de hierarquia, convivam poderosos e fracos, ricos e pobres, sábios e iletrados, governantes e governados. Essa harmonização de interêsse cria um metro de igualdade e de respeito mútuo.

Já alguém afirmou que a democracia é um luxo ao qual somente podem dar-se as nações muito civilizadas.

As nações americanas surgiram com uma *vocação* democrática. O Pais da Constituição norte-americana consagraram o direito da oportunidade a todos os homens livres. Bolívar sonhou com a declaração de um Direito Público Americano que resguardasse as condições peculiares às sociedades políticas organizadas no Novo Mundo em contraposição ao chamado Direito europeu. Os próceres da independência, fôssem Morelos ou Hidalgo, San Martín ou O'Higgins, Artigas ou Sucre, sonharam com «sociedades democráticas perfeitas», que evidentemente não puderam realizar. Mas, sobre um campo regado de sangue lançaram as sementes que deveriam frutificar mais tarde e legaram aos pósteros uma mensagem de confiança na vocação democrática de suas pátrias.

Jamais lhes desfaleceu o ânimo nesse extraordinário esforço construtivo. A verdade é que, muitas vêzes, no lidar com as realidades políticas econômicas de suas jovens pátrias, reconheceram que a peleja de superação em que se empenharam talvez não chegasse a bom têrmo. O que ficara consagrado nos diplomas legais representava uma aspiração — e as aspirações são como as águias que, espalhando as asas, descrevem remígios imensos. Ademais, êsses próceres tiveram de lidar com as sociedades indígenas, organizadas em seus *ayllus*, procedentes de ancestralidades várias, de *pakarinas-troncos*, criadoras de mitos, deuses e nações. Ainda hoje certos países latino-americanos procuram absorver o índio, durante séculos marginalizado.

Para vingar, essa obra imensa contou com o tempo. Animados por intenso idealismo, os próceres procuraram realizar em pouco tempo o que demandaria muito tempo. A solidez das instituições derivaria do tempo transcorrido, criador de múltiplas experiências e materializado em conquistas políticas, econômicas e sociais. Também sonharam com o rápido florescimento de sua obra, traduzido em riqueza, equilíbrio social e democracia.

A Democracia foi, sem dúvida, a chave dêsse espraio político e social.

Pouco importa que os idealistas — juristas, escritores e pensadores — tivessem de arcar com as condições impostas por ditadores e déspotas que, ofuscados por sonhos de grandeza e de

governo individual, cuidaram de contrariar o crescente espírito democrático. Procurando fazer regredir suas pátrias a uma espécie de feudalismo incompatível com as condições do século XIX, os déspotas ou ditadores prescindiram da opinião pública e conculcaram as instituições democráticas a seu bel-prazer. Mas, como os governos de força não têm conteúdo filosófico e como os ditadores ou déspotas raramente são filósofos, claro é que seus governos duraram pouco, inconformados com a verdadeira situação do país. Tôdas as formas de manifestação da opinião pública foram menosprezadas e, mais que isso, estancadas, desde a simples *informação* (que Necker em 1781 já considerava um «meio de governar») até as manifestações superiores do direito do povo na participação ativa dos negócios públicos.

Ora, êsses eclipses de espírito democrático só serviram para robustecer a tendência à democracia. Um Rosas ou um Melgarejo aspiraram à sublimação do Estado; mas, o Estado corporificado em sua pessoa. O resultado de tudo isso foi que as tensões e rupturas que se verificaram constituíram fundamentalmente *reafirmações* de espírito democrático. As intensas crises verificadas nos países latino-americanos, suscitadas ora por personalismo político ora por causas econômicas, foram sempre vencidas pelo robustecimento da democracia num sentido amplo, porque se procuraram soluções democráticas para problemas que estavam sendo falsificados por tendências individualistas no exercício do poder. A História atesta-o: o poder nas mãos de um déspota se transforma em incessante força de corrupção.

É confortador verificar, através da história dos países da América latina, que tôdas as vezes que se assinalaram *desvios* para a implantação de ditaduras e mesmo que estas houvessem durado através de certo lapso de tempo, as tendências regeneradoras da democracia suscitaram reações vencedoras. O governo do povo pelo povo, instituído pelos Estados Unidos da América, foi sempre um ideal construtivo dos países latino-americanos.

Através do tempo as fórmulas democráticas foram-se cristalizando em benefício de uma justiça política e social. A grande Revolução mexicana, que durou dez anos e ceifou numerosas vidas, constituiu uma reação em nome de princípios democráticos contra as consecutivas espoliações estabelecidas por governos personalistas e truste internacionais do petróleo. A obra de Cárdenas, que permitiu o singular enriquecimento do povo mexicano nos dias de hoje, foi sem dúvida alguma obra gigantesca processada em nome do revigoreamento dos princípios democráticos.

Paul Valéry afirmou certa vez que «a política é a arte de impedir que as gentes intervenham no que lhes concerne». É uma definição, diríamos, tendenciosa, que antes refletiria condições de países onde se procura, por tôdas as maneiras, estancar o espirito democrático.

Há, por certo, que reconhecer que essa foi a falsa filosofia posta em prática por déspotas e ditadores que, em diversos países do mundo, proliferaram em nome de absurdas razões d'Estado, tendentes à justificação de governos demagógicos dos quais fôsse a pessoa do ditador o fêcho da aróbadá.

Basilarmente, a Democracia é uma intensa conquista social e moral. Quanto maior fôr o aprimoramento das instituições governamentais por obra de fatôres econômicos e culturais (tanto é mais culto um povo, quanto mais rico fôr), mais denso se tornará o conteúdo democrático de suas instituições.

A êsse espetáculo se assiste de dia para dia nas democracias dêste Continente. Pouco importa que observadores apressados dediquem volumes a uma visão incompleta das realidades políticas, econômicas e sociais dos países dêste Hemisfério. Pouco importa que êsses volumes insistam em teses falsas do passado, ainda correntes na Europa, a respeito das nações americanas. Tudo isso tende ao desaparecimento, porque a verdade dos fatos se sobrepõe à deturpação sistemática de observadores infiéis.

O legado, que os construtores das nacionalidades americanas transmitiram às gerações vindouras, tem sido mantido e enriquecido por consecutivas conquistas econômicas, sociais e culturais. De maneira que a visão prismática de um povo dêste Continente impõe que os estudiosos das condições dêsse país sejam antes de mais nada observadores sinceros e empenhados em aprofundar uma análise espectral de suas condições humanas, políticas, econômicas e sociais.

Na análise dessas condições, por vêzes desconcertantes, há muita coisa que não deixará de chamar a atenção do observador. A verdade é que a América latina, com suas contradições, suas antinomias e seu tumulto, desde o México à Argentina, vale como repositório, — se de crises políticas, como querem apressados jornalistas estrangeiros —, também de criação de riquezas e de confiança no futuro.

Durante muito tempo, as nações latino-americanas, no desenvolvimento de seus ideais de Govêrno e de Cultura, tiveram o polo de atração na Europa. Foi a quadra de Novecentos. Foi a quadra em que Ortega y Gasset afirmou que a Espanha era um *problema*, mas que a Europa era a *solução*. Foi a quadra de intenso mimetismo político em que as nações latino-americanas procuraram,

mesmo à custa de deturpações, sacrificar o *nacional* ao *europeu*. Em muitos países hispano-americanos havia repugnância à chamada «doutrina de Monroe» — que não foi doutrina nem foi Monroe, de maneira que a «busca» do elemento europeu pela imitação política ou cultural constituiu de certa maneira uma desforra ou uma evasão em face dos Estados Unidos. Ora, por maiores que fôssem as simpatias que latejassem nos países latino-americanos em relação à Europa a guerra de 1914 veio demonstrar sem sofismas que a famosa «unidade européia», sonhada por Carlos V, Richelieu e Napoleão, não passava de um mito. A primeira guerra mundial fez os países latino-americanos perderem confiança na Europa, que por certo abdicara de sua grande missão histórica, porque se deformara e se dividira — e essa deformação e divisão tiveram um ponto crítico muito importante: a paz de Brest-Litowsky que ensimesmou a Rússia em sua «revolução nacional». De Sarajevo ao pacto de Munich, a Europa foi numa descida, de abdicação em abdicação, o que fortaleceu sobremodo a posição esquiva da União Soviética e deu ímpeto às reivindicações anti-colonialistas de povos asiáticos e africanos.

Mais que isso o enriquecimento fabuloso dos Estados Unidos da América após a primeira guerra mundial atraiu a atenção do mundo para os fenômenos políticos, econômicos e sociais que se operavam na democracia norte-americana. De 1918 em diante os Estados Unidos caminharam decididamente para a chefia do mundo numa pujante demonstração de energia pacífica, bem como com um ideal próprio de bem-estar coletivo e de filosofia política no campo internacional. Daquela data em diante os Estados Unidos passaram a exercer influência decisiva sobre a vida dos povos latino-americanos, tanto sob o aspecto de vida diária, bem como sob o aspecto educacional e social. Assinale-se que no tempo do Império tivemos três decididos admiradores do crescimento industrial dos Estados Unidos: o jornalista Justiniano José da Rocha, Diretor do *Novo Brasil*, Mauá, o máximo empreendedor de toda a nossa história, e Tavares Bastos.

Com sua pujança econômica e seu prestígio internacional, os Estados Unidos não se limitaram a viver da situação ímpar que gozavam. Projetaram sua ação através do mundo. Realizaram verdadeira revolução em suas relações com a América Latina. O magistral intérprete dessa *nova* política foi Franklin Roosevelt. Certa vez, em discurso pronunciado no Dia Americano, em Washington, afirmou aquêlê estadista êstes conceitos:

«Uma das lições mais importantes da Conferência Interamericana de Buenos Aires foi a clareza com que os delegados viram a íntima relação existente entre a se-

gurança internacional e o desenvolvimento normal das instituições democráticas. A democracia não pode prosperar num ambiente de insegurança internacional. Esta insegurança traz consigo o militarismo, a arregimentação excessiva, a denegação da liberdade de palavra, de reunião pacífica e de culto. Essa insegurança é um desafio aos ideais da democracia baseados na livre eleição do sistema de governo realizada pelo próprio povo. E, como consequência lógica, nós os cidadãos das Américas acreditamos que a constante manutenção, bem como o aperfeiçoamento da democracia constituem a mais importante garantia da paz internacional».

Conceitos admiráveis que, no seu tempo bem como agora, tem flagrante atualidade. A tradição democrática do Continente, patrimônio comum a todos os países dêste Hemisfério, constitui um legado que vem de muito longe e procede de velha árvore plantada na região mais ilustre da Europa.

* * *

Muitas outras idéias acodem à mente no instante do Dia Panamericano. Assim, poderia afirmar-se, talvez sem receio de entrar num problema filosófico, que a Democracia tem sua base no Humanismo. Mesmo nos Estados Unidos, com sua avançada tecnologia, renda, consumo, valores industriais e agrícolas, artesanato, problemas de arquitetura funcional e arquitetura rural, em suma todos os imensos valores da técnica daquele país, em sua proteiforme grandeza, representam extraordinárias emanações do Humanismo criador. Se a democracia tende à nobilitação da pessoa humana, transformando-a em eixo de toda a sua vida institucional, é evidente que as sociedades políticas dêste Continente se aperfeiçoam, aperfeiçoando o Homem. A grandeza da terra continental estimula as verdadeiras qualidades humanas: o respeito ao próximo, a liberdade de pensamento, o espírito de justiça social, a livre empresa, a criação de valores autenticamente continentais na técnica, na ciência, nas artes e nas letras. Essa é a lição que vem do passado. Lição da qual Franklin, Washington, Hamilton e Jefferson poderiam ser os marcos plantados ao longo de extensa via histórica. Emparelhando com êsses marcos, do outro lado estariam os representativos da América ibérica: Bolívar, José Bonifácio, Montalvo, Andrés Bello, Sarmiento, Castro Alves.

É sempre interessante esquadrihar o passado. Muitas vezes se pensa que uma idéia política ou filosófica, por não ter tido êxito no seu tempo, se esfumou no ar. Engano. Tomemos o caso de Bolívar. Já se afirmou, com razão ou sem razão, que Bolívar como

estadista supera Bolívar como militar. As batalhas de Carabobo, Junin, Boiacá e outras são grandes façanhas militares, por certo. Podem comparar-se com a obra política do mesmo emancipador esparsa em ação e cartas ou materializada na criação de cinco repúblicas? Como estadista, o realizador do Congresso de Panamá sonhou com a idéia de unir os povos do Hemisfério sob um Direito comum e endereçá-los à busca de um Destino comum.

O que Bolívar sonhou em 1826 estamos procurando realizar neste século. No entanto, o moribundo de Santa Marta, em profundo desalento, imaginou que sua obra estivesse de todo perdida e que seu nome se apagasse da lembrança dos pósteros...

Engano. O ideal de Bolívar, mal compreendido no seu tempo, seguiu por diante como uma bandeira que trapeja no ar. Foi preciso que uma soma imensa de sacrifícios fôsse feita por pensadores, poetas, publicistas, juristas e homens de ação, para que o ideal de Bolívar se transfundisse do passado tumultuoso ao presente clarificado.

O Panamericanismo, desde a primeira Conferência internacional americana, realizada em Washington em 1889, 1890, devido à iniciativa de Blaine, foi realizando lentas mas fortes conquistas na imaginação dos povos continentais, porque constituiu uma necessidade de associação de interesses políticos e econômicos, bem como expressão audaz de convivência internacional.

Fortaleceu-se o Panamericanismo, porque no panorama mundial forças sinistras procuraram dividir o mundo e lesar a cultura ocidental. O materialismo econômico de Marx criou uma falsa filosofia estatal baseada no monocelulismo econômico. Ambições imperialistas desencadearam as guerras de 1914-1918 e 1939-1945, podendo ainda suscitar novo conflito armado. O totalitarismo da esquerda ou da direita combateu a democracia.

No entanto, o Continente americano fugiu ao materialismo mecanicista que domina grande parte da Europa e ameaça propagar-se à Ásia. Por instinto ou por doutrina, fugiu desse materialismo e dedicou-se às mais nobres manifestações do engrandecimento da pessoa humana, ao culto da justiça e ao primado da moral internacional nas relações interestatais.

As Conferências panamericanas constituem a expressão política desse pensamento, comum ao Continente. Os Estados Unidos convenceram-se de que, ao invés do «big stick» de Theodoro Roosevelt, melhor seria caminhar para a «Política da Boa Vizinhança» do outro Roosevelt.

As condições do panorama internacional, com a profunda clivagem estabelecida entre o bloco ocidental e o bloco comunista, não falando na atitude ressentida do bloco afro-asiático, estão a indi-

car o imperativo da associação das nações dêste Hemisfério em *têrmos de ação intensa*.

Se pelo mundo correm muitos perigos, que cumpre evitar com prudência ou até mesmo com risco calculado, mais uma razão para que o Panamericanismo adquira mais modernidade, abandonando o academicismo, e se transforme numa força de propulsão de grandes ideais que emergem da consciência unanimista do Continente.

Ao academicismo preferimos a ação intensa, que saiba conciliar e desenvolver os interêsses vitais das nações dêste Hemisfério.

Problemas urgentes atormentam as nações latino-americanas, que se debatem com a carência de capitais e de técnicos para poderem levar por diante sua industrialização. Em têrmos de Riqueza e Poder, o problema é o mesmo para o México, Brasil, Venezuela, Chile, Argentina, Bolívia. As nações latino-americanas fazem esforços ingentes por saltar barreiras que lhes estorvam o crescimento econômico. O Brasil, por exemplo, deseja que seus vizinhos sejam fortes e ricos, porque quanto mais ricos e fortes forem, maior será o enriquecimento da América do Sul.

Por conseguinte, depois de haver feito cabedal de princípios jurídicos e políticos, o Panamericanismo terá de estruturar-se fundamentalmente na Economia comum do Continente. Há reclamos por parte dos países produtores de matérias primas. Há a competição vil de colônias africanas. Há o enquadramento geral do Mercado Comum Europeu com imensas possibilidades de enriquecimento e dinamização de riquezas.

Os técnicos são também promotores de grandes transformações sociais. É a lição de Veblen e de James Burham nos Estados Unidos, neste século. Ora, o Panamericanismo, encarado sob aspecto novo, que lhe dê a indispensável modernidade, terá de ser doravante eminentemente econômico.

Isto é, terá de transformar-se num instrumento poderoso de ação e de cooperação, de progresso e bem-estar, e nunca numa roupagem, mesmo suntuosa, de verbalismo que não mais convém às necessidades imediatas dos povos dêste Hemisfério.

Ademais, o Panamericanismo tem de formular planos imediatos (e isto evidentemente será obra volitiva dos Estados dêste Continente) em benefício da elevação dos níveis econômico-sociais das grandes «ilhas populacionais» — camponeses, mineiros, vaqueiros, seringueiros — existentes no coração dêste Hemisfério. Essas «ilhas» estão à espera de providências urgentes que, disciplinando produção, trabalho e mercados, as transforme sem demora em elementos criadores de riqueza. Será, pois, trabalho de intensa planificação em prol dos que devem merecer favores constantes dos governos centrais.

O Panamericanismo terá de reformular-se em bases inteiramente novas, em particular econômicas. É urgente que o faça. *Inovar* deverá ser o nosso lema, mesmo porque as necessidades de crescimento dos países latino-americanos, encaradas realisticamente, demandam incessantes esforços de inovação e renovação. O estadista é aquele que, tendo imaginação criadora, devassa o horizonte como um vidente.

O Panamericanismo tem de adotar uma atitude *vigilante* em relação aos perigos que andam pelo mundo, bem como em relação à essência dos problemas fundamentais deste Hemisfério.

Na verdade, somos uma grande Família de nações. Devemos estar unidos, sem ressentimentos e sem receio de que haja supremacias ou hegemonias. O Panamericanismo é a igualdade jurídica dos Estados; é a compenetração de interesses mútuos; é a interpenetração de culturas. Se tudo isso existe, por que motivo alimentar receios de que alguma nação possa pretender mandar nos demais membros dessa grande Família? Devemos ser solidários com todos, tanto nos momentos de alegria como nos momentos de sofrimento. Essa deve ser a nossa moral de irmãos que poderão entre-ajudar-se.

Um dos mais interessantes poetas alemães modernos, Rudolf Hagelstange, disse num poema: *Alles ist Staub. Da sind nur Stufen* — em vernáculo: — «Tudo é poeira. Aí somente existem matizes». Aplicando-se o conceito do poeta alemão, verificar-se-á que o Panamericanismo, tal como o vemos prismaticamente nos dias de hoje, apresenta verdadeira gradação de tons, entretons e matizes que precisam ser devidamente explorados. As nações deste Continente, conscientes do seu destino histórico, já superaram a fase das crises de desorganização e seguem caminhos seguros para o futuro. Numa etapa de verdadeira maturidade, querem acelerar o crescimento econômico, promovendo sua rápida industrialização. Procedem a verdadeira valorização de sua capacidade criadora (análise feita constantemente por governantes e governados), valorização à qual não é estranha a «secreta potência da dor», como disse Goethe. Nessas condições, o Panamericanismo, produto da vocação democrática dos países deste Hemisfério, necessita seguir rumos novos, dotados de objetividade e dinamismo econômico. Os países latino-americanos mudaram muito em sua maneira de ser. Já em 1950, em sua mensagem anual, Getúlio Vargas recomendou que o Brasil «precisa aprender a pensar internacionalmente». No desenvolvimento de sua ação diplomática com os países irmãos do Continente, vem o Brasil dando objetividade e dinamismo à formulação de uma intensa política econômica de entrelaçamento de interesses imediatos, por meio da Ajuda mútua, como aconteceu com o Uruguai, Chile, Peru, Paraguai e Bolívia. Obra magistral do Pre-

sidente Juscelino Kubitschek e do Chanceler Macedo Soares. Assim, ao cabo de contas, dado que as realidades econômicas estejam tomando vulto crescente nas relações inter-americanas, se há de desejar que o Panamericanismo, em seus próprios movimentos, se transforme em fator de associação crescente de interesses econômicos, sàbiamente orientados e interpretados.

O tempo faz-nos pensar nos pioneiros, nos pensadores e nos construtores de nacionalidades dêste Continente que, com seu lúcido pensamento e sua ação impetuosa, souberam afeiçoar ideais, edificar, legislar, prever. Certa vez, num desabafo trágico, Miguel de Unamuno, o grande mestre de Salamanca, exclamou: «Clamar, clamar en el desierto. Pero el desierto oye, aunque no oigan los hombres, y un dia se convertirá en selva sonora, y esa voz solitaria que va posando en el desierto como semilla, dará un cedro gigantesco que con sus cien mil lenguas cantará un hosana eterno al señor de la vida y de la muerte».

Não será o caso de aplicar os conceitos dramáticos do grande escritor espanhol, mesmo porque o Continente americano é uma terra de Esperança e não de desalento. Contudo, é preciso que vozes eloqüentes e confiantes clamem sem cessar pelo aperfeiçoamento da Paz, da Justiça, da Democracia e da Unidade continental, pensando mesmo em transformá-lo numa obra de beleza imperecedoura, digna de todos os Países dêste Hemisfério!

DA MAGNIFICENCIA DE D. JOÃO V ÀS DIFICULDADES DE D. JOSÉ I (*)

JOSÉ FRAZAO MILANEZ

Subindo D. João V ao trono a 9 de dezembro de 1706, por morte de seu pai D. Pedro II, determinou-se que o dia 1 de janeiro de 1707 fôsse o do auto do levantamento e juramento que haviam de fazer os Grandes Senhores, Seculares e Eclesiásticos e mais pessoas a isso autorizadas. Contava, então, o príncipe, 17 anos de idade, pois nascera a 22 de outubro de 1689.

Estava, nessa época, o país aliado à Inglaterra, em guerra com a Espanha e seus aliados, e, logo das primeiras vitórias que levaram os exércitos de cá por terra a dentro de Castela, desastres se acumularam de modo a 25 de abril de 1707, serem desbaratadas as armas portuguesas pelo Duque de Berwick, perdendo-se treze regimentos; e em 1709, a perda de quase toda a cavalaria na batalha junto ao rio Caya, em que o regimento de Trás os Montes foi, na maior parte passado a fio de espada, sendo feito prisioneiro o Conde de São João, seu coronel.

De 1710 a 1712, de um lado, novos rumos tomaram as coisas, de modo a permitir a entrada das tropas portuguesas em Madrid; e de outro, novos desastres e desentendimentos com a Inglaterra, levaram a um armistício que precedeu ao primeiro tratado de Utrecht, com Luiz XIV, de França, a 7 de novembro de 1712, seguido de um segundo, assinado na mesma cidade, a 11 de abril de 1713. Este veio a pôr termo as agressões ao Brasil, agressões que culminaram com o saque do Rio de Janeiro, em 1711, cujos prejuízos foram avaliados em nove milhões de cruzados, fora quatro navios de guerra queimados na Bahia.

Todavia, a paz com a Espanha só se verificou a 6 de fevereiro de 1715, e, mais tarde, em melhores relações, o tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, veio a definir, tanto quanto possível na época, a configuração geográfica do Brasil, custando-nos, entre-

(*) Conferência realizada no Instituto Afrânio Peixoto.

tanto, a cessão da Colônia do Sacramento. Não obstante, a opposição que tal tratado sofreu nos primeiros tempos do reinado de D. José I, levou a Alexandre de Gusmão, seu realizador, grandes dissabores. Mais tarde, veio a reconhecer-se a justeza de tal ato político, como bem reconheceu o Barão do Rio Branco ao escrever: «O estudo do tratado de 1750, deixa a mais viva e grata impressão de boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram êsse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se, unicamente, os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização na América». (*Exposição ao Presidente dos Estados Unidos da América*).

Temperamento avêssô à guerras com vizinhos, pois experimentara o príncipe os dissabores da herança política de seu pai, desejava, como bem diz Álvaro Lins, «um entendimento amigável entre vizinhos, uma delimitação de fronteiras que não deixasse reivindicações e ressentimentos para o futuro, aspiração bem de acôrdo com esta sua frase: *O meu sistema consiste em contentar-me com o que é meu, sem desejar o que é de outrem*».

«Não desejava uma divisão, apenas diplomática ou política, mas no espírito de família». (Álvaro Lins — Rio Branco).

«Era, contudo, liberal ali até a prodigalidade, magnífico até a ostentação, grandioso até o colossal nas suas fundações, combinando a piedade com a dissolução, e finalmente, amigo das artes, das ciências e das letras, mais por simpatia do que por aplicação própria, é um fato que no meio dêste desparatado amálgama de qualidades opostas, propondo-se a imitar o grande Luís XIV, rei de França, conseguia dar ao seu nome uma certa auréola de brilhantismo e celebridade». (*História do Reinado do El-Rei D. José I* — Vol: I, pág. 131 — Simão Soriano).

E tal, revelou-se nas solenidades dos seus esponsais, em dezembro de 1708, pelos gastos e maravilhosos presentes oferecidos à espôsa e convidados, para o que tanto concorreu a chegada do Brasil, nesse mesmo mês, «da frota mais rica e numerosa de tôdas quantas até então de lá tinham vindo: era composta de mais de cem navios, cuja carga em ouro, diamantes, açúcar e outros mais gêneros preciosos se avaliou em 54 milhões de cruzados». (Soriano).

E essa inclinação pelo fausto, magnificência e suntuosidade, crescia na razão das facilidades que lhe advinham com as grandes remessas que, do Brasil, lhe chegavam, após as descobertas das minas de ouro, em que lhe eram devidos 20% ou um quinto dêste metal ou preciosidade explorada.

A respeito dessas remessas de ouro, diz Antônio Morais e Silva, (*História de Portugal*, pág. 272, Vol. III, citação de So-

riano) ter sido no outono de 1699, que a Lisboa chegaram uma frota trazendo a primeira porção considerável de ouro do Brasil, pois até aí, muitas riquezas em açúcar e outros gêneros é que eram fornecidos a Portugal. Todavia, em 1691, quando da descoberta das minas de ouro de São Paulo, o quinto da produção já montava em oito mil onças.

Este impôsto do quinto criado desde 1700 pelo governador de Minas e São Paulo, Artur de Sá Meneses, deu lugar a grandes reclamações, vindo o novo Governador, D. Baltazar Brás da Silveira, em 1713, a receber proposta de, em vez do quinto da produção, a entrega de 30 arrobas de ouro fundido. A receita que entrava para o tesouro real, contudo, não chegava para cobrir as despesas extraordinárias do Rei que, no período de 1714 a 1746, montavam em 125 milhões de cruzados, 97.470 moedas de ouro, 1.538 marcos do mesmo metal, 12 milhões em diamantes, 22 caixas de ouro em obras, 392 oitavas, ainda, de diamantes e mais duas caixas de ouro em pó. (*Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pág. 262, Vol. XIV). E para tanto concorrera o Brasil entre 1722 a 1745, além do que fôra remetido anteriormente, «em dinheiro contado, a soma de 116 milhões de cruzados. Em direitos de diamantes e ouro, 6.417 arrobas e 23 arratéis de ouro; em direitos de prata, 324 arrobas; de cobre em chapa para cunhar dinheiro e ligas de ouro e prata, 15.679 arrobas e 24 arratéis; cobre de Algarve, 11 arrobas e oito arratéis; diamantes brutos 2.308 quilates»; (Soriano — *Idem*, pág. 156) e tudo isto parecendo um «bem para a metrópole, ao contrário estimulava a prodigalidade do soberano, que menores atenções prestava às necessidades económicas do reino, do que acumular dádivas em troca de concessões, bulas e indulgências papais, que montavam, segundo cálculos computados na época, em 180 milhões de cruzados». (*Idem, idem*).

Acresce considerar as embaixadas suntuosas que, por sua pompa e grandeza, maravilharam Roma nos pontificados de Clemente XI e Benedito XIII. O próprio título de *rei fidelissimo*, para si e seus sucessores, que lhe foi conferido por Benedito XIV, em ato de *Motu Próprio*, de 21 de abril de 1749, outra coisa não foi senão a retribuição a tanta prodigalidade.

A propósito comentava-se que essas embaixadas superaram em brilho e suntuosidade, tudo que Roma tinha visto até então, nesse sentido, incluindo a que o rei D. Manuel enviou ao papa Leão X, logo às primeiras novas da descoberta da Índia. Neste diapasão se afinavam, igualmente, os festejos de janeiro de 1729, às margens do rio Caia, pelos contratos simultâneos de casamento entre a infanta de Portugal, D. Maria Bárbara e o príncipe das Astúrias, D. Fernando, mais tarde Fernando VI de Espanha; e a infanta de Castela, D. Maria Vitória e o príncipe do Brasil, D. José,

mais tarde D. José I de Portugal. Foi tão grande o luxo que «fidalgos houve que levaram a sua faustosa ostentação, ao ponto de vestirem de estofos de ouro e prata os criados que os acompanhavam». Tal foi o despropósito que muitos dêstes nobres empenharam suas fortunas de modo a não poderem saldar as dívidas, o que os levou a mendigar favores da coroa para viverem decentemente. (Soriano — *Idem*, *idem*).

E para manter o constante luxo que, então, se instalou em Portugal, quer na côrte, quer na vida aristocrática, veio a afluir ao reino todo o requinte de França, de então, em importação de grande escala, e mesmo da Itália, que procurando obter a sua parte na divisão do ouro que, do Brasil, em Portugal aportava, introduzia ali seus artigos de arte e música. E, ainda, na pobreza de indústria que se encontrava o reino, entregue, tão somente, quase à monocultura das vinhas, em virtude dos vinhos portugueses, na Inglaterra, serem recebidos com um têrço menos de direitos, que os vinhos franceses; então importava-se, da Inglaterra, o trigo, o linho, objetos manufaturados, e tudo mais que lhe era necessário, em troca do ouro enviado.

E era tal a necessidade dessa importação que, em virtude da má colheita de trigo do ano 1740, e, como consequência, o rei inglês proibira a exportação dos seus reinos; D. João V, em ofício de 29 de dezembro ordenava a seu ministro em Londres insistir por alcançar uma exceção a favor dos portugueses. A resposta de Londres se deu através do Enviado Extraordinário inglês, Lord Tirawley, a 26 de janeiro de 1741, que a revogação, em benefício de Portugal, se daria quando as circunstâncias permitissem. (*Quadro Elementar*, Vol. XVIII, pág. 343).

Não havia reciprocidade nesse comércio, e tal política levando Portugal às portas da miséria, concorria, em grande escala, para a prosperidade inglesa, por estimular a sua agricultura, indústria e comércio, juntamente com a navegação e, portanto, meios vieram a formar-se para o surgimento da formidável potência marítima que foi a Inglaterra.

Pombal, ao referir-se ao ouro do Brasil que seguia de Portugal para a Grã-Bretanha, a fim de satisfazer seus pagamentos, enumerava as consequências imediatas: «1.º — Fazendo a afluência do nosso ouro rebaixar o preço do dinheiro, de que resultou terem os colonos mais facilidade em alcançá-lo, e, portanto, mais facilidade em fazerem valer as suas terras, melhorando-as progressivamente; 2.º — indo a sua maior circulação dar vida a muitas partes da agricultura, que dantes estavam paralisadas; 3.º — finalmente, provocando o maior consumo de gêneros, chamando a si a maior soma de dinheiro corrente, e, portanto, fazendo o Estado mais rico».

Tudo isso resultou do desastroso tratado de Methuwin com os ingleses.

A Inglaterra, diz Soriano, «nem só sustentava e vestia Portugal mas até o alojava, por ser de Londres, e em navios ingleses, que lhe vinham os materiais necessários para suas edificações. Os navios que iam ao Brasil, eram todos construídos em estaleiros ingleses, e da Inglaterra saía toda a munição de guerra e bôca de que o mesmo Brasil carecia».

Mais de 800 navios eram empregados em substituição da navegação portugueza, fazendo-a para a China, Índia, Japão e África. Os próprios artigos que, do Brasil, traziam os ingleses, para a Inglaterra, eram vendidos manufaturados a Portugal.

A propósito, o Embaixador da França, em Lisboa, oficiando a seu governo em 24 de dezembro de 1717, participa que havia muito tempo os ingleses consideravam o seu comércio com Lisboa, como um dos mais úteis para a Grã-Bretanha; e em 5 de julho de 1718, comunicava que os negociantes ingleses, residentes em Lisboa, tomavam tanto interesse pela frota francesa, quando de estadia no Brasil nessa época, que adiantaram 40 mil cruzados para se prontarem dois navios de guerra, que deveriam ir a seu encontro. (*Quadro Elementar*, Vol. XVIII, pág. 287).

Quando o governo portuguez proibiu estrangeiros se estabelecerem nas colônias, à Lisboa affluiu grande número de ingleses que, diz Soriano, sendo mais ativos, laboriosos, ousados e perfeitos conhecedores do comércio do que os da terra, abafavam todas as especulações industriais tentadas, bem como, em geral, as iniciativas comerciais, trazendo aos portuguezes um desalento completo.

Esse era o ambiente quase ao fim do reinado.

A iniciativa que D. João V tivera, quando ainda na sua fase mais brilhante, tal a da criação de uma fábrica de sedas, para a qual deu a organização de sociedade particular; bem como uma fábrica de vidros cristalinos, junto a Leiria, fundada por Guilherme Stephens, então ameaçavam fechar a minguia de capitais para seu desenvolvimento e produção. E isso se daria se não fôra o auxilio do governo sucessor.

É, entretanto, interessante assinalar certas contradições que se notam entre as inclinações deste rei pelo despropositado luxo ostensivo, sua piedade religiosa e acolhimento que fazia aos homens de ciências e letras. Não se dedicava à leitura nem ao estudo, e, como Luis XIV que, segundo dizem, perguntava em oconversa aos cortesãos: — *para que serve ler?* — e não concorreu em nada para que lhe atribuissem o titulo de protetor das ciências e letras: igualmente o foi D. João V.

Todavia, em 44 anos de reinado, e com o derrame de ouro que o Brasil e demais colônias faziam no tesouro real, empreendeu algumas obras notáveis, embora, apenas uma viesse em socorro das dificuldades econômicas e sociais do reino — O Aqueduto das Águas-Livres —, e que, assim mesmo, nada custou ao tesouro real, foi produto de impostos especiais.

É verdade que além da criação da Casa da Moeda, para cunhagem do ouro e prata como meio circulante, em 1720; por decreto criou a Academia Real de História Portuguesa, escolhendo 50 membros na corte, e outros mais nas províncias, favorecendo a impressão de livros e autorizando verbas para sua manutenção. Assim surgiu a grande obra conhecida *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, bem como livrarias de Mafra, das Necessidades, do Paço da Ribeira, etc.

As grandes obras de arte edificadas, foram o convento e basílica de Mafra, o aqueduto das Águas-Livres, a Capela de S. João Batista, o palácio e convento das Necessidades.

Conta-se que a idéia da construção da primeira, resultou do seguinte: Tendo-se casado o Rei em 1708 e temendo-se pelo tempo sem sucesso de aparecimento de um herdeiro, constituía assunto de comentários na corte e fora dela. Um frade da ordem arrábida, Antônio de São João, chegado, havia pouco, da Índia, indo à corte, recebera do Cardeal Nuno da Cunha e Ataíde, que se achava num grupo de vários fidalgos, a seguinte recomendação: — «padre, encomende El-Rei a Deus para que se digne dar-lhe filhos, e, ao reino, sucessão» — Respondera-lhe o frade: «ele terá os filhos se quizer». No dia seguinte, voltando o frade Antônio ao peditório para adquirir meios à construção de um hospital, pediram-lhe os nobres esclarecimentos da sua frase da véspera. Retrucou o frade que «El-Rei teria filhos se quisesse mandar construir um convento, em honra de Santo Antônio na vila de Mafra». A noticia correu célere, preces foram feitas na razão do pedido, e em março de 1711, anunciava-se o pêjo da rainha para dar à luz a 4 de dezembro, a infanta D. Maria Bárbara, que foi, depois, mulher de D. Fernando VI, de Espanha. (*Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*).

O Rei procurou cumprir a promessa, e a 17 de novembro de 1717, era lançada a pedra fundamental do real convento de Mafra, na qual o Patriarca, D. Tomás de Almeida, depositou, benta, uma cruz de mármore de Carrara em solenidade faustosa.

Pelo Rei foram depositadas doze medalhas com gravuras sua, da rainha e do pontífice Clemente XI, sendo quatro de ouro, quatro de prata e quatro de metal inferior, tôdas encerradas em caixas de ouro. Em outra caixa de ouro, foi encerrada a escritura real, com o voto de El-Rei. O Patriarca depositou, em caixa separada, dois vidros de óleo santo, doze moedas de ouro e mais doze de cada

cunhagem em circulação divisionária, desde a meia moeda e quartinho, até doze de três réis e doze de real e meio, despendendo-se um total com o festejo de 20 mil cruzados. Seiscentos homens abriram os alicerces, numa média de cinco metros de fundo, e na construção que, além da basílica, o mosteiro a princípio seria para dar abrigo a treze frades, passou logo para vinte, em seguida para quarenta, depois oitenta e, finalmente, terminada, com abrigo para trezentos frades.

Nesta obra que é um monumento de grandeza e arte, trabalharam entre 20 mil e 52 mil operários, em 1730, ano marcado pelo Rei para sua inauguração. Sete mil soldados ali davam guarda. Todavia, a 22 de outubro de 1720, fêz-se a sagração, embora, da basílica faltasse o zimbório, e do convento a obra ia, ainda, a meio. 114 eram os sinos, sendo 57 em cada torre; e o carrilhão, que tocava minuêtos, antes de dar os quartos de hora, compunha-se de 48 sinos, dos quais o maior pesava dez toneladas. Foi construído em Antuérpia.

As festas da sagração duraram oito dias, e a cerimônia do primeiro dia levou desde 8 horas da manhã às 3 horas da madrugada seguinte. Ao banquete popular compareceram nove mil pessoas, e estima-se em mais de 48 milhões de cruzados os gastos até então.

A obra, afinal, nunca chegou a ter o objetivo único que D. João V ideara, entretanto, em 1730, 250 arrábidos lá se achavam e eram sustentados pelo Estado, despesa da qual só se livrou quando em 1835 foram extintas as ordens religiosas (Soriano).

O Aqueduto das Águas-Livres, ainda aproveitado hoje, em parte, para o abastecimento da Capital, embora fôsse custeado por novos impostos lançados para tal fim, igualmente, é obra formidável que dignifica um reinado, e não fica a dever às portentosas obras do gênero construídas pelos romanos.

A Capela de São João Batista, que obteve a proteção d'El-Rei, por não ter irmandade que lhe cuidasse da pobreza em que se encontrava, fê-lo o soberano por ter o santo seu próprio nome, segundo disse, e foi outra obra de arte maravilhosa de risco e medidas de Agostinho Massuci. Construída em Roma com o melhor material existente, por ordem do Rei, em 1742, foi armada e sagrada em 1744 pelo papa Benedito XIV, na igreja de Santo Antônio dos Portuguezes, naquela cidade, sendo, por essa ocasião, ofertado, por D. João V ao pontífice, a esmola de 120 mil cruzados.

A obra, que é um requinte da arte italiana do século XVIII, custou ao cofre real 225 mil libras esterlinas.

Desmanchada e enviada em caixote para Lisboa, acompanhando operários especializados na sua construção; não a viu

D. João V, por se achar já muito doente e próximo da morte. Seu filho e sucessor, D. José I, ordenou a armação e o ato inaugural se deu a 13 de janeiro de 1751.

É de lamentar, entretanto, que muitos dos seus ricos objetos depositados no, então, Tesouro Velho, fôsem queimados por ocasião do terremoto de 1755 (Soriano, *Idem*).

O palácio e convento das Necessidades, resultou da devoção à Nossa Senhora das Necessidades mui acentuada ao tempo de D. João V, nem só pela gente da região, como pelos nobres e reis antecessores. Todos diziam que nos momentos de dor e aflição, a prece e a devoção permanente à Nossa Senhora da Saúde, como, a princípio, o povo, assim, chamava, sempre encontrara acolhimento de melhor alívio.

Tudo data da peste que assolou Lisboa, a 15 de dezembro de 1598, reinado de D. Filipe II de Portugal e III de Espanha e que, por cinco anos, segundo diziam, matou mais de oitenta mil pessoas. Um tecelão que se retirava pra a Ericeira, devotou-se a esta santa, colocada em pobre ermida, porém, mui venerada pela gente da localidade. Passada a tormenta, regressou o tecelão, trazendo escondida a referida imagem. Uma senhora, D. Ana Gouveia de Vasconcelos, para quem se apelou no sentido de um auxilio para a construção da nova ermida, doou, na Pampulha, a terra necessária, e as esmolas dos fiéis construíram a pequena capela, na qual se colocou a santa, dando-lhe o nome de Nossa Senhora das Necessidades. A devoção e contos de milagres espalharam-se de tal modo, que uma irmandade de homens do mar, da carreira das Índias, foi constituída e ideada uma capela maior, que se construiu em 1613.

Mais tarde, Pedro de Castilho, tendo adquirido as propriedades de D. Ana de Gouveia, tomou à sua conta a renovação da capela, aumentando-a, o que muito alegrou aos devotos, e que tantos já eram, a ponto de se formarem grandes romarias. D. João IV e D. Pedro II, freqüentaram a capela, e este último, então, todos os sábados lá ia ouvir a missa, pela manhã, e no correr do tempo, introduziu novos melhoramentos.

Quando, em 1705, se aproximou do fim, pediu D. Pedro II que lhe trouxessem a imagem ao seu quarto de moribundo; sacramentou-se e ungiu-se, teve a visita da saúde, o que muito concorreu para aumentar as lendas dos milagres, e depois, entregue a seus próprios pensamentos, levou sua alma ao Criador.

D. João V, como seu pai, também freqüentava o santuário, do qual se manifestava muito crente, e quando a 10 de maio de 1742 sofreu um ataque de paralisia, também ordenou que lhe trouxessem a santa para sua Câmara, e ali a conservou durante os oito anos de sua doença. Do mesmo modo procedeu com a Nossa

Senhora do Monte do Carmo de Lisboa. Então, adquiriu o terreno no qual se achava a capela de Nossa Senhora das Necessidades, a 8 de novembro de 1742, procedendo, igualmente, com relação a outros terrenos adjacentes, subseqüentemente, para que se pudesse construir o convento, a igreja e o palácio para sua residência, idéia a que se propôs levar por diante, como promessa de uma de suas melhoras na enfermidade. O convento foi doado à ordem dos padres da congregação do oratório de São Filipe Neri, em ato de 8 de fevereiro de 1745; porém, até o comêço de 1750, apenas o palácio e a ampliação da capela foi possível executar, do convento ainda faltava muita coisa. A obra não rivaliza com as anteriores citadas, é muito mais sóbria, porém é grandiosa.

A enfermidade do Rei agravou-lhe mais ainda a piedade religiosa, e se antes, como seu primeiro ministro, o Cardeal D. João da Mota e Silva, grande latitude desfrutava em sua autoridade; após a sua morte a 4 de outubro de 1747, com a ascensão a Ministro de Gabinete do frade Gaspar da Encarnação, maiores poderes, ainda, lhe foram conferidos, a ponto de o considerarem o verdadeiro soberano. Acusado de sectarismo religioso ao extremo, êste frade tem a sua administração mui criticada, por exceder-se em galardoar parentes e amigos devotos como êle, premiando-lhes com nomeações, bens e fortunas, com prejuízo bem acentuado do tesouro do reino. Aproveitadores não faltaram, e a desordem administrativa acompanhada de uma licenciosidade escandalosa, já havia muito notada em tôda parte, aumentava o empobrecimento, em ritmo acelerado, do erário real; pois escasseavam, havia tempo, as *naus dos quintos*, como chamava o povo as frotas vindas do Brasil peçadas de ouro e outras preciosidades, e a dívida da nação orçava por três milhões de libras esterlinas, dados os desmedidos gastos reais. (A propósito leia-se Manuel Bonfim — *O Brasil na História*, §§ 67 e 68, págs. 340 a 353).

A moléstia do Rei progredia, e nos oito anos que lhe montou guarda, poucas atenções eram devidas aos negócios do Estado, mais das vêzes entregues aos ministros; e dêstes, Pedro da Mota e Silva, irmão do Cardeal João da Mota e Silva, ministro secretário de Estado dos negócios do reino, além de natureza indolente, também se achava muito doente; sobrava em autoridade o frade Gaspar, para gaudío de grande parte dos cortesãos, liderados pelo Duque de Aveiro.

Com o passamento do Rei, que se verificou a 31 de julho de 1750, às 13^h05^m, subiu ao trono o infante príncipe do Brasil, com o nome de D. José I.

Afirma-se que D. Maria Ana d'Áustria, rainha mãe, a exemplo do que fizera auteriormente, solicitou a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo e Ataíde para secretário de Estado. Ce-

dendo o Rei, designou a 2 e a 11 de agosto publicava o decreto de nomeação de Sebastião José, para os negócios estrangeiros e guerra, e de Diogo de Mendonça Côrte Real, para os negócios da Marinha e Ultramar. (Doc. n.º 6 *História d'El-Rei D. José — Soriano*).

A respeito do grão-senhor Sebastião José, dividem-se as opiniões, as quais, de um lado se o apresenta como um válido que conseguiu dominar a vontade real, disciplinador da nobreza, a exemplo de Richelieu, levando-a até a humilhação, embora «capacitado. todavia, sem religião, sem caridade, desumano, bárbaro, cruel, infiel e excessivamente ambicioso, fazendo-se respeitar com a execução de tiranias, que, sem piedade, fazia executar, não houve direito que não violasse, imunidade que respeitasse, reputação a que atendesse ou atrocidade que não exercitasse». *Manuscrito existente na Biblioteca de Lisboa — Citação de Soriano*).

De outro lado, foi encontrado no Arquivo dos Negócios Estrangeiros, em Paris, com a designação de Correspondência d'Austria, n.º 244, um despacho do Ministro francês em Viena, Mr. Blondel, com data de 10 de janeiro de 1750, o seguinte: «Mr. Carvalho foi por muito tempo ministro de Portugal em Londres, donde o Rei, seu amo, o fêz passar por aqui com o fim de empregar suas diligências para restabelecer a harmonia entre esta Côrte e a de Roma. Foi, igualmente encarregado de fazer com que o eleitor de Mayence recuperasse a amizade do Papa. Nestes dois negócios, deu provas de habilidade, prudência, retidão, moderação, e, especialmente, grande paciência e conciliou, não sòmente, a benevolência de tôdas as partes interessadas, mas, igualmente, de todos os ministros estrangeiros, e das pessoas distintas, que residem nesta cidade. É nobre em tudo sem ostentação, sábio e muito prudente, possuído de sentimentos e princípios de honradez, não aspirando senão ao bem geral; e sei que não dependeu dêle o não adotar a imperatriz, mais cedo, sentimentos pacíficos. Êle é tão bom cidadão como íntegro, e tanto a Côrte como a cidade, tiveram muitas saudades dêle. Tem 50 a 55 anos. e há quatro anos que casou em Viena com a filha da mulher do General Daun». (Citação de John Smith).

Outro, ainda, ao referir-se ao marquês, assim o diz: — «O meu ódio, grande, entranhado e único na vida, ao marquês de Pombal, não procede de afeto ao padre, nem do desagravo da religião; é por amor ao homem».

Mais adiante: «A idade média desculpa Luís XI e os reis e os válidos espiados por adversários bárbaros como êles. O século XVIII, o século de J. Jacques e Bernardin de Ste. Pierre envergonha-se de transmitir ao XIX o Marquês de Pombal, como um precursor e adail da civilização humanitária».

«...tipo emblemático do poder absoluto que, a um tempo, tritura a fidalguia e ralê, e, simultaneamente, sobrepunha na cabeça coroas heráldicas, perpetuando-as pelas gerações provindouras com os vínculos e morgadios próprios e usurpados».

(Camilo Castelo Branco — *Perfil do Marquês de Pombal*).

Na verdade, o grão-senhor Sebastião José de Carvalho e Melo e Ataíde, dado o papel ímpar que representou no reinado de D. José I, tem antepassados remotos que ascendem pelo ano 1131, em que aparece uma escritura de doação de terras e benfeitorias feitas por Payo Gonçalves ao mosteiro de Carvão, isso com o parecer de Garcia Pais e Payo de Carvalho. Diziam os da região que os Carvalho possuíam muitos morgados ricos. E é exato que Sebastião, por morte do seu tio, o Arcipreste da Patriarcal, em 1737, herdou o morgado constituído por bens em Oeiras e Cintra, prédios de renda em Lisboa e soma, em dinheiro, acima de 50 mil cruzados.

O nascimento de Sebastião, ao contrário do que alguns afirmam ter-se verificado na localidade de Soure, perto da vila de Pombal; tudo indica haver acontecido em Lisboa, no palácio da rua Formosa, a 13 de maio de 1699, sendo batizado na freguesia da Nossa Senhora das Mercês e apadrinhado por seu avô paterno, Sebastião de Carvalho e Melo, casado com D. Leonor Maria de Ataíde. Consta do registo, serem seus pais Manuel de Carvalho e Ataíde, natural da vila do Soure, e D. Tereza Luíza de Mendonça. Teve dois irmãos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho e Ataíde.

Nos seus primeiros estudos, revelou-se inteligente e aplicado, passando, a seguir, à Universidade de Coimbra. Não chegou a formar-se em direito, como a principio pretendia; viajou para Lisboa onde assentou praça, em serviço militar. Não fez carreira neste setor em razão de, segundo uns, haver-se desgostado por preterição sofrida em promoção ao oficialato, embora contasse com a proteção do seu tio, o Arcipreste Paulo de Carvalho. Segundo outros, o desgosto teria vindo de decepções da própria carreira que, na época de então, mui pouco prestígio gozavam os militares, dizendo-se mesmo, não serem raros os casos de capitães, uniformizados, servirem as mesas de refeições de potentados, como criados de libré, em cujas casas tinham contrato.

Acordes, porém, são todos em afirmar, Sebastião, de gênio terrível e de hábitos boêmios.

Até ser parte do governo, Lisboa não tinha iluminação alguma e era costume, à noite, moços da melhor nobreza saírem em grupos, darem-se a brincadeiras condenáveis e ruidosas, provocar transeuntes, levando as provocações a cenas de sangue, duelos e mortes.

E como a cidade ficava às escuras, os assaltos à mão armada por ladrões profissionais eram comuns; quem à noite saía de casa, não raro, quando escapava dos ladrões, caía nas mãos dos nobres boêmios e de vagabundagem notívaga.

A tais hábitos, tiveram frequência, por serem considerados de bom tom, os maiores de cada época, em sua mocidade, tais como D. Pedro II, D. João V e seu irmão D. Fernando, D. José I e outros, sempre acompanhados de seus respectivos grupos. Sebastião José, também, teve a sua parte em tais costumes, das mais movimentadas e mais barulhentas, bem como os Marqueses de Marialva e Cascais, Condes de Aveiro e Óbidos, Duque de Cadaval, etc. Como não havia segurança alguma ao anoitecer, moradores, igualmente, em grupos, rondavam para defenderem suas casas e a si próprios, e por tal, muita vez, eram agredidos brutalmente. Por sua vez, marinheiros de navios em estadia no Tejo, também desembarcavam em pelotões e travavam luta, não raro, com os próprios fidalgos. As mortes, pois, eram comuns, e os reinantes nada ignoravam.

Quanto a Sebastião José, coube-lhe a má fama de homem cruel, feroz e de *cabelo no coração*, como diziam, dado o modo de sua conduta.

Não obstante, atribuíam-lhe, na sociedade que o recebia, uma boa aparência, bela estatura, amável e cativante até a doçura, olhar penetrante e dialética fácil e convincente. (Soriano).

Enamorado da viúva D. Teresa de Noronha, sobrinha do Conde dos Arcos, encontrou oposição desta família que não aprovava tal casamento. Dêste modo, resolveu raptar a eleita que, em lance romanesco, segundo dizem, fugiu da casa paterna, descendo do seu quarto por um lençol atado à uma janela, casando-se a 18 de janeiro de 1733.

Recolhido o casal à vila de Soure, não durou muito a vilegiatura, pois Sebastião desejando algo por fazer, solicitou do seu tio, Paulo de Carvalho, auxilio, e este mui o recomendou ao Cardeal D. João da Mota e Silva, então Ministro de Gabinete de D. João V.

Fato é que o Rei, talvez mesmo por essa influência, pois, no mesmo ano do casamento, Sebastião lograra, pelas mesmas razões, a nomeação de membro da Academia Real de História, recebendo, nessa ocasião, a encomenda de escrever a história de alguns monarcas portugueses, o que, aliás, nunca fez; mandou-o para Londres, como enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário, e, assim, ter a prova das suas habilidades.

Queixavam-se os portugueses, residentes em Londres, dos maus tratos que recebiam, em desigualdade do que acontecia aos ingleses

em Lisboa, que gozavam de privilégios muito especiais. O comércio só se fazia em benefício dos ingleses, e a tal ponto chegavam as coisas, que capitães de navios surtos no Tejo desrespeitavam cidadãos e autoridades do reino.

A nomeação causou surpresa a muita gente, que por tal não esperava, e, também, se atribuiu à influência de D. Maria d'Áustria, como amiga que era da família Noronha.

Seguiu a comissão ordenada, deixando sua mulher recolhida a um convento em Lisboa.

De sua ação na Corte de St. James, igualmente, as opiniões divergem. Se para uns pediu sua retirada de Londres, aborrecido pelo nenhum êxito de suas diligências; para outros, ao contrário, lá obteve isenção de impostos para os residentes portugueses, reconhecimento do direito dos portugueses prender e punir, até com a pena última, ingleses delinquentes, mesmo capitães de navios que desrespeitassem, em terras ou águas portuguesas, as leis do reino; reclamou e exigiu e obteve a liberdade, do seu médico, funcionário da legação, que, por uma desinteligência com um coletor, fôra recolhido à prisão.

A respeito de tudo isto, há a nota do Duque de New-Castle, de 20 de novembro de 1739, em que de todas as resoluções acima, quanto às relações de portugueses e ingleses nos respectivos reinos, dá conhecimento.

Aliás, diga-se de passagem, que os ingleses eram rigorosos mesmo com embaixadores estrangeiros, pois, quando, por exemplo, estes relaxavam no pagamento de suas dívidas, negavam-lhe, depois de mortos, até a sepultura. É o próprio Sebastião José que, nas suas memórias, consigna com a data de 14 de junho de 1783:

«Vimos também (na Abadia de Westminster) dois caixões em que jazem os cadáveres de dois embaixadores; um de Espanha, outro de Sardenha, que se conservam há mais de cem anos, sem se darem à sepultura, por não terem pagos as suas dividas».

A esse tempo, em virtude de uma discórdia entre as Cortes de Viena e Roma, por motivo da extinção do patriarcado de Aquilêa, entendeu D. João V, para quem o Papa Benedito XIV apelara, ordenar ao seu ministro em Londres se passasse a Viena, a fim de empregar seus bons serviços para o término de tal conflito.

Que Sebastião foi bem sucedido com as suas boas maneiras, testemunha o arrefecimento dos dissidentes e o agradecimento posterior que a Rainha Maria Teresa e o Papa fizeram.

Ainda mais, colocou-se como mediador em novo desentendimento entre a referida Corte de Roma e a de Fernando VI, em virtude do Papa haver negado breve de elegibilidade para a multi-

plicação dos benefícios e bispados na pessoa do Arcebispo eleitor de Mungunêia. Os resultados não foram negativos, pois, em breve as boas relações entre ambas as Côrtes se estabeleceram.

Cinco meses após a sua chegada à Viena, já viúvo, pois, quando em Londres, recebera a notícia do passamento de sua mulher, D. Teresa de Noronha; pediu a mão de D. Leonor Ernestina Daun, filha do Conde Henrique Ricardo Daun, e sobrinha do Marechal de Campo dos exércitos da Áustria, Leopoldo José Maria Daun, a quem Maria Teresa confessava a sua gratidão, pelas vitórias militares que lhe garantiram o trono; bem como a Imperatriz da Rússia que, igualmente lhe era agradecida. Foram provas de tal reconhecimento, a doação, pela primeira soberana, de 250 mil florins para aquisição de bens perpétuos de família; e da segunda, o presente de uma rica espada cravejada de diamantes, no valor de 30 mil florins. Na casa de campo do marechal, a pouca distância de Viena, seis canhões lá foram postados, por ordem de Maria Teresa, com inscrições honrosas após a vitória de Colin.

À essa família, pois, em ponto tão alto de prestígio, não agradou a idéia de união da condessa com o diplomata português. Salvou, porém, a situação, um pedido de informações à Corte portuguesa que a Sebastião foi-lhe todo favorável. O casamento realizou-se a 18 de dezembro de 1745, e dessa união houve cinco rebentos, sendo dois homens.

Em 1749, exonerou-se do cargo e regressou à Lisboa, conservando-o D. João V sem comissão, pois, segundo dizem os adversários do marquês, o Rei nunca escondeu a sua antipatia pelo diplomata Carvalho. Outros afirmam que o frade Gaspar, então, no auge do seu poderio, dada a moléstia do soberano que cada vez mais se agravava, foi o autor dêsse afastamento, em virtude de queixas contra Sebastião, por parte do ministro português em Roma, Manuel Pereira Sampaio, por aquêle não haver tomado em consideração as recomendações que lhe fizera em carta, quando por ocasião da desinteligência das Côrtes d'Áustria e pontificia. A respeito, há uma longa carta de Sebastião José, datada de Viena, a 9 de junho de 1746, ao reverendíssimo frade, defendendo-se e dando detalhados esclarecimentos da sua atuação. (Doc. 4-A — *História d'El-Rei D. José I* — Vol. II — Soriano).

Assim, as coisas ficaram até a ascensão de D. José I que, como dissemos, o nomeou Secretário de Estado.

Reparam os historiadores a ausência de Sebastião José no ato de Aclamação do rei D. José I, embora obrigatória fôsse sua presença como Ministro, pois que todos os outros assim o fizeram, com exceção de Pedro da Mota e Silva por se achar enfêrmo. Não temos explicação para o caso.

Fato é que o jesuíta, padre José Moreira, muito aconselhava ao Rei a favor de Sebastião, e as atenções despertadas pelas virtudes e ações do diplomata junto ao soberano, e ao Conselho Administrativo Ministerial, concorreram para sua ascendência sobre os colegas.

Dizem que nessas reuniões ministeriais, a princípio, pouca importância lhe atribuíam, mas à sua vez de falar, emitia a opinião, com ponderação e sensatez, sem demonstrar qualquer intenção de a querer valer. Se a contrariavam, calava-se modestamente e esperava que os fatos confirmassem seu modo de ver.

Tantas foram as vêzes que tais fatos se passaram, segundo suas previsões, que todos os colegas, bem como o próprio Rei, se convenceram de sua superioridade, e dentro em pouco, era Sebastião o verdadeiro guia na equipe do govêrno, para afinal, ser o único a decidir, mesmo das coisas mais graves; tanto mais quanto, não sobravam ao soberano qualidades de inteligência viva, bem como a instrução adequada às funções a desempenhar.

Dêste modo, em pouco, o govêrno, na realidade, era o de Sebastião José, que logo passou a lutar contra a indisciplina da nobreza, herança feudal, dominada por D. João II, o Príncipe Perfeito, mas um tanto recrudescida com a ascensão dos Bragança, e agravada, ainda, nos quarenta e quatro anos do reinado de D. João V, pois que entregou a sucessão a seu filho com uma formidável dívida, tesouro vasio e sem fôrças de mar e terra que o fizessem respeitar. E é Sebastião José quem o diz num discurso político:

«Encontrei uma monarquia esgotada de cabedais e enfraquecida por muitas revoluções; perturbada por algumas seitas ocultas, e empobrecida pelas suas próprias riquezas. Um povo sujeito a mais grosseira superstição, uma nação cujos costumes eram muito semelhantes aos dos bárbaros, e um Estado governado por usos quase asiáticos, não tendo de europeu mais do que o nome, de monárquico a forma, e de potência a sombra. Mas, o que em nosso século tinha dado o último golpe a êste reino, era a ignorante confiança cega, que êle tinha em uma nação estrangeira, nação ambiciosa, insaciável de grandeza e de poder, e que finge ao princípio dar a mão para socorrer, e aparece depois com infinitos braços para oprimir. As minas de ouro do Brasil, pode dizer-se que pertenciam inteiramente à Inglaterra. Depois dos descobrimentos das minas, isto é, há sessenta anos, saíram do Brasil quase mil milhões de cruzados. Isto é verídico; os manifestos de cada frota, que trouxeram ouro para a Europa, desde o reinado de D. Pedro II, andam, em Portugal, entre as mãos de todos. Êste cabedal passou inteiro para a Inglaterra; sobre esta nova riqueza que ela fundou

o colosso dessa grandeza que admira tôda Europa, e que sustenta tanta arrogância».

«Por êste modo, Portugal não era mais que um administrador das suas próprias riquezas».

«Êste Estado estava cheio de muitos centos de inglêses que possuíram todo cabedal do reino: os portuguezes em nada tinham uma inteira propriedade».

«Por esta forma, forneceu Portugal à Inglaterra os meios de pagar grandes subsidios a Sabóia, comprar as alianças da Alemanha, entreter numerosos exércitos, formar uma marinha digna de se temer; em uma palavra, de trabalhar, de se voltar, de penetrar, de se iniciar nos grandes negócios do nosso mundo político».

Pensando desta maneira, Sebastião procurou reagir, em benefício do reino, por meio de uma lei reguladora da importação da Inglaterra, que era demasiada, e da exportação do reino, que pouco ou nada representava: proibiu, então, a exportação da moeda. Foi numa carta a Lord Chatam, a tal se referiu dizendo: «Há cinqüenta anos a esta parte, tendes tirado de Portugal mil e quinhentos milhões, soma enorme, e tal, que a história não aponta igual com que uma só nação tenha enriquecido outra. O modo de haver êstes tesouros vos tem sido mais favorável, ainda que os mesmos tesouros; porque é por meio das artes que a Inglaterra se tem tornado senhora de nossas minas, e nos despoja regularmente do seu produto. Um mês depois que a frota do Brasil chega, já dela não há uma só moeda em Portugal; grande utilidade para a Inglaterra, pois que continuamente aumenta a sua riqueza numerária: e a prova é que a maior parte dos seus pagamentos de banco, são feitos com o nosso ouro, por efeito de uma estupidez nossa, de que não há exemplo em tôda história universal do mundo econômico. Assim, permitimos nós que nos mandeis nosso vestuário, bem como todos os objetos de luxo, que não é pouco considerável; e, assim, damos emprêgo a 500 mil vassallos de El-Rei Jorge, população que a nossa custa se sustenta na capital da Inglaterra».

«Também são vossos campos os que nos sustentam, e são os vossos lavradores os que substituem os nossos, quando em tempos antigos, éramos nós quem vos fornecia os mantimentos; mas a razão é que enquanto vós roteáveis vossas terras, deixávamos nós ficar as nossas sem cultura. Contudo, se nós somos os que vos temos elevado ao maior grau, também nós somos os únicos que dêle vos podemos derribar. Muito melhor podemos nós passar sem vós, do que vós podeis passar sem nós: uma só lei pode transtornar o vosso poder, e diminuir o vosso império. Não temos mais do que proibir, com pena de morte, a saída do nosso ouro, e êle não sairá. Verdade é que a isto podeis responder-me que apesar de tôdas as proibições,

êle sempre sairá, porque vossos navios de guerra têm o privilégio de não serem revistados na sua saída; mas, não vos enganeis por isso: se eu fiz com que se estrangulasse um duque de Aveiro, porque atentou contra a vida de El-Rei Nosso Senhor, mais facilmente farei enforcar um dos vossos capitães por levar a sua efígie contra o determinado por lei. Há tempos em que nas monarquias, um só homem pode muito. Vós sabeis que Cromwell, na qualidade de protetor da república inglêsa, fêz morrer o irmão do Embaixador de El-Rei fidelíssimo; sem ser Cromwell, eu me sinto, também, com o poder de imitar o seu exemplo, em qualidade de ministro protetor de Portugal».

«Fazei logo o que deveis, que eu não farei tudo quanto posso».

Esta carta que é uma modelar lição de energia, dignidade e de sentimento patriótico, a Grã-Bretanha, em desassossêgo, envia a Portugal Lord Tirawley, para obter do govêrno português a suspensão da citada lei. Tudo fêz o embaixador inglêz, e nada obtendo, passou às ameaças, enviando a El-Rei, em carta protesto, lições de procedimento, e nela admitia a possibilidade de um grande exército desembarcar no Brasil e aí se apoderar de maior quantidade de ouro do que Portugal poderia receber.

Não teve resposta.

As dificuldades, que vinham de longe, portanto, eram grandes, tudo escasseava, e não era só pelo ouro que saía em pagamento aos inglêses; as arcas pontificias estavam peçadas de presentes, sem exemplo, dados sob qualquer pretexto, e os conventos e ordens religiosas, em grande parte, também concorriam para tanto, pois muitas eram, e quase tôdas sustentadas pelo Estado. Junte-se a isto o desperdício, sem freios, das casas reais, havia mais de dois séculos. As rendas públicas, em 1754, não excediam a 9.700 mil cruzados.

Num officio de 21 de janeiro de 1755, o Embaixador da França communicava a seu Ministro que o «Rei D. José I partira para Salvaterra e diz que aquellas jornadas eram sobremaneira dispendiosas; que El-Rei estando em Palma, sem guardas, sem casa, nem pagens e sômente com a rainha, gastara em 15 dias, 500 mil cruzados; que os rendimentos iam em diminuição, as frotas do Brasil traziam menos dinheiro que dantes, e que as despesas iam crescendo; que o Ministro Carvalho partira, também, para Salvaterra, por isso que estava escarmentado do mau efeito que produzira a sua ausência de Palma, onde não tendo podido acompanhar El-Rei, o seu contrário, o Abade Mendonça, soubera tirar disso todo o proveito» (*Quadro Elementar*, Vol. VI, pág. 51).

E é, ainda, um outro embaixador francês, Conde de Merle, que, em officio de 19 de julho de 1759, diz a seu Ministro, Duque

de Choiseul: «...que todos os dias apareciam brochuras contra os Jesuítas e que o descontentamento contra o govêrno ia sempre em aumento; que o estado das finanças era miserável; que El-Rei não tinha nem dinheiro nem crédito, e a ninguém se pagava; que os soldados que estavam de guarda à porta do Conde de Oeiras, pediam esmolas a quantos o iam visitar; que a êle mesmo embaixador, viera um sargento pedir-lhe esmola à portinhola da carruagem; que o comércio estava num estado deplorável; que os mesmos inglêses disse se queixavam, e tôda nobreza estava descontente; que êle embaixador se não admiraria que a miséria horrível, que a nenhuma classe de gente perdoava, levasse os portuguezes a fazer algum tumulto só com o fim de derribar o govêrno; que o receio, que disso tinha, o obrigava a ter muita circunspeção com os empregados e com os membros principais da nobreza; que El-Rei apparecera em público no dia de Corpus Cristi, e que as pessoas que o viram, o acharam mudado e triste, o que, talvez, viesse do cuidado que lhe dava o estado de seu reino». (*Quadro Elemental*, Vol. VI, págs. 153 e 154). *Arquivo do Ministério dos Estrangeiros de França*).

Tal era a situação, naturalmente agravada com o terremoto de 1 de novembro de 1755, que destruiu a Capital, e, também, atingiu algumas provincias, particularmente o Alentejo e os Algarves.

Que Sebastião José se mostrou à altura dos acontecimentos, não há dúvida, em que pese a crítica acerba da nobreza e do clero, contidos em mercês, favores e excessos que tudo fizeram neste sentido durante séculos.

A nobreza, então, bem o diz Soriano, era «pouco instruída, vaidosa e insubordinada, açambarcava a si tudo quanto havia de honroso e útil, cedendo em favor dos seus clientes, e só para êstes, todo o mais que lhe não fazia conta ou olhava com desdem».

«Os costumes ressentiam-se desta depravação geral, tempo havendo em que os próprios cortesãos, e até mesmo os ministros válidos, empunhando nas mãos os fachos do amor ilícito do Rei, seu amo, ou dos seus irmãos, iam bater às portarias dos conventos, ou às portas das casas de solteiras e casadas, para lhes anunciar que semelhantes personagens lhes davam a honra de as ir visitar em tal e tal noite» (*Idem, idem*, Soriano, Vol. I, pág. 217).

Lúcio de Azevedo, a respeito de D. João V, di-lo enfatuado e devasso, corrompeu e gastou pervertendo-se também a si e desbaratando tôda a riqueza da nação».

«...deu ondas de cônegos à Patriarcal e teve um recanto de amores no convento de Odivelas. E neste diapasão continua, chamando-o rei devoto e lúbrico e diz: «Tinha-as de tôda sorte:

freiras, barregãs, dançarinas». «Não lhe bastavam os requintes sensuais... de luzes e incensos... comia âmbar».

E Felício dos Santos taxa-o de despótico, pusilâmine, beato, dissoluto, licencioso, passando a vida engolfado nos prazeres da sensualidade.

Essa foi a herança que veio às mãos de Sebastião, e, por isso, seu govêrno deve ser estudado a parte. É verdade que praticou muitos erros e crueldades, próprias da época medieval que vivia e com as quais se identificou, ao debater-se no Oceano de dificuldades que se lhe opunham, foi porque «vendo o miserável estado em que tudo caíra em Portugal, sentiu êle a necessidade de grandes reformas, e a própria índole o levou a medidas atrevidas e violentas...»

«Ignorância, superstição e intolerância eram os principais obstáculos que a seus desígnios se opunham, e quem em Portugal tentasse remover semelhantes males, contasse como certa a oposição do clero». (*História do Brasil* — Roberto Southey — Vol. VI, págs. 76 e 77). Se foi inflexível e, por isso, muita vez, injusto, todavia serviu seu Rei e sua Pátria com zelo e lealdade, pois que tal era a sua maior ambição, a fim de restaurá-la «quando não ao império ultramarino, que outrora possuíra, pelo menos ao antigo estado de abundância e prosperidade no reino». (Southey — *Idem*).

SENADOR CORREIA (*)

ALFREDO VALLADÃO

Prosseguindo no estudo que, ultimamente na minha elaboração histórica, venho realizando de modo especial, sôbre vultos nacionais, trato hoje, na oportunidade do cinquentenário do seu falecimento, dêsse que foi o Senador Correia, destacando-se, ao mesmo tempo, no cenário político e no cenário cultural do Império, certo redobradamente no cenário cultural, e em que ainda continuaria a destacar-se depois da República, até desaparecer em 11 de julho de 1905.

E a reerguê-lo do olvido inexplicável, no qual, de algum tempo, o tem deixado os nossos escritores.

Nas longas pesquisas a que, durante alguns meses, me consagrei para a organização desta Conferência, o mais antigo trabalho a seu respeito, que pude conhecer, foi o *Esbôço Biográfico*, da autoria de Amaro da Silveira inserto na introdução dêsse volume publicado, em 1884, por João Antônio dos Santos Cardoso, sob o título *Conferência e outros trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia*, volume o mesmo existente na Biblioteca Nacional, bem como na dêste Instituto. Seguiu-se-lhe essa *Biografia*, também existente na Biblioteca Nacional publicada em 1900, da lavra do conhecido historiador Moreira de Azevedo feita para a Escola Barão do Rio Doce. Apareceu depois o elogio proferido em 1905, no Instituto Histórico, pelo seu ilustre orador Sousa Pitanga. Finalmente, ainda a seu respeito, alguns traços biográficos foram consagrados por Almeida Nogueira nas *Reminiscências* da Faculdade de Direito de São Paulo, por Blake, no *Dicionário Bibliográfico*. É para observar também que o fichário da Biblioteca Nacional registra o seguinte trabalho — *Biografia do Conselheiro Manuel Francisco Correia — Discurso proferido por J.B. Otoni — 1915*; trabalho que entretanto não pude conhecer,

(*) Conferência que, pelo cinquentenário do seu falecimento, proteriu o Ministro Alfredo Valladão na Sessão Especial do Instituto Histórico Brasileiro, de 23 de setembro de 1955.

por se achar na encadernação, ao que me informaram. Devo ainda referir que a *Memória* de Paula Freitas, sobre a Associação Mantenedora do Museu Nacional, escrita em 1890, e existente na Biblioteca Nacional, onde a consultei, deixa muito em foco uma das grandes atividades da vida cultural de Correia.

Especialmente quanto à época em que êle desapareceu, além daquele elogio produzido no Instituto Histórico pelo seu orador, fêz-lhe o *Jornal do Comércio*, o necrológio em sua *Gazetilha*, certo em breves considerações, mas traçando a linha geral da sua personalidade. No Congresso Federal, na tribuna da Câmara, Carlos Cavalcanti, deputado pelo Paraná, exaltou-lhe a memória em rápido, mas animado discurso, focalizando os pontos culminantes da sua vida. Mas decepçiona o que ocorreu no Senado, naquela Casa a que, segundo para adiante ficará visto, estivera êle com brilho ligado no Império, o mais assíduo, e cotidiano, pode-se dizer, freqüentador da tribuna, dando expansão à sua cultura e ao seu patriotismo no debate dos mais variados assuntos. Era de esperar, pois, que em homenagem à sua memória se erguessem muitas vozes. Entretanto só uma se fêz ouvir, a de Joaquim Katunda, ilustre senador pelo Ceará, porém proferindo estas brevíssimas palavras, que constam dos Anais: «Aproveito a ocasião, Sr. Presidente para desta tribuna pedir ao Senado que mande consignar na ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do notável homem público, Sr. Manuel Francisco Correia, ex-senador do Império pela então Província do Paraná e que tantos e tão valiosos serviços prestou a sua terra e ao país».

Estendi ainda as pesquisas, como se impunha, pelos Anais do Parlamento do Império, e pela Revista dêste Instituto, além de sua biblioteca.

Organizei afinal, esta Conferência, dividida em três partes.

Na primeira, estudo a figura do notável brasileiro, no Império, principalmente quanto à vida política e administrativa; na segunda, ainda no Império, especialmente quanto à vida cultural, chegada ao ápice nas «Conferências da Glória»; e, por fim, na terceira, quanto à vida em geral da República.

I

Filho do comendador Manuel Francisco Correia Júnior, e D. Francisca Pereira Correia, nasceu êle, Manuel Francisco Correia Neto, a 11 de novembro de 1831 na então vila de Paranaguá, integrada na Comarca de Curitiba da Província de São Paulo, comarca essa em 1853 elevada a Província, hoje Estado do Paraná; nasceu naquela então vila, mas já fundada em 1648, de vivos títulos históricos, ainda recentemente cantados pelo Profes-

sor Oscar Martins Gomes, da Universidade do Paraná, em uma das passagens de seu poema *Goiabang*, comemorativo do Centenário daquele Estado.

«Seu pai», diz Azaaro da Silveira no citado *Esbôço Biográfico*, «conceituado negociante, logrou até certa época prosperidade no comércio, chegando a acumular consideráveis recursos. Havendo porém aderido ao partido legalista, e assumido o comando militar de Paranaguá, quando arrebentou a revolução paulista de 1842, — revolução que tendia a lastrar para o sul, onde por aquê tempo era o Império enêrgicamente abalado; de tal modo devotou-se ao empenho de organizar a defesa da comarca, ameaçada pelas forças revolucionárias, que nessa tarefa comprometeu a prosperidade de seus negócios».

«A comenda da ordem brasileira de Cristo fora-lhe conferida como prêmio de seus sacrifícios, e em consequência dêles veio terminar pobre uma existência de aturado e honesto trabalho».

Apesar destas circunstâncias, não faltaram ao jovem Manuel Francisco Correia os meios para encetar desde logo os estudos a que havia sido destinado, e que chegariam a conquista, em 1854, do bacharelado em direito pela Faculdade de São Paulo; meios êsses fornecidos por seu avô, a quem aliás, logo que teve recursos, se apressou a indenizar.

Feitos os estudos primários na terra natal, chega aos doze anos a Nova Friburgo, onde cursa até 1845 as aulas do conceituado Educandário ali existente, sob a direção de John H. Freese, dêsse «abonado inglês que a tantos cidadãos teve a glória de educar para bem do Brasil».

Brilhante foi o seu curso, como deixa ver o fato de que dá notícia o escritor em causa.

«Em vésperas de retirar-se do internato Freese, e no dia em que completava 14 anos, recebeu o aluno Correia uma enciclopédia Maunder, em cuja primeira página escreveu o ofertante: «Ofereço êste livro ao meu jovem amigo e discípulo, Manuel Francisco Correia Neto, o primeiro entre os meus alunos, como pequena prova da minha sincera consideração, a qual junto os meus ardentes desejos de que êle veja muitas vêzes repetir-se feliz êste dia, e viva para realizar minha cordial esperança de que será uma honra para a sua família, um crédito para si mesmo e um benefício para o seu país».

Esperança esta que foi uma profecia.

Transferindo-se em 1846, com matrícula do 4º ano, para êsse grande, modelar Educandário, o Colégio Pedro II, criação do «gigante intelectual», que foi Bernardo de Vasconcelos, continuou aí a distinguir-se o aluno Correia.

Moreira de Azevedo, por sua vez, e forrado no seu testemunho pessoal, exalta-lhe a figura: «Tivemos a glória de ser seu condiscípulo e assistimos aos seus triunfos e conquistas na carreira das letras».

E dando ainda notícia de uma outra homenagem que êle recebera em Nova Friburgo: «Assistindo aos seus exames no Colégio Freese, o Ministro russo Lamonosoff oferta-lhe também um livro com lisonjeira dedicatória».

Conquistando em 1849, nesse Colégio Pedro II, a láurea do bacharelado em letras, segue em 1850 para São Paulo, onde se matricula na Faculdade de Direito, formando-se em 1854.

«Pertence ao escol da Faculdade»; essa a síntese tão expressiva, com que nas suas clássicas *Reminiscências* da mesma Faculdade, Almeida Nogueira inicia a página descritiva da sua figura.

Síntese consubstanciando o conjunto dos seus títulos intelectuais revelados tanto no estrito campo jurídico-social, como no campo literário, no qual a mocidade acadêmica ali brilhantemente se exercitava com oradores, conferencistas, jornalistas, romancistas, e sobretudo poetas que fizeram época.

Certo, o mesmo Almeida Nogueira considera a José Maria Correia de Sá e Benevides (mais tarde um dos maiores professores da Faculdade), como o primeiro estudante dessa turma acadêmica de 1850-1854, «sem embargo, da competência de Manuel Francisco Correia».

Explicando: «A natureza dotara a Correia da mais rica imaginação, porém a Benevides, da maior perspicácia. Ambos oradores. Correia político, poeta e literato; Benevides jurisconsulto, crítico e jornalista». E salientando que os mesmos eram êmulos desde o Colégio Pedro II.

A oratória foi deveras a nota dominante da obra literária de Correia.

«O verbo», diz ainda Almeida Nogueira, «saía-lhe em ondas e impetuoso. Prodigalizava a apóstrofe e a hipérbole».

«Quando falava, as faces congestionavam-se, a voz era tonante e a gesticulação animada e combativa».

«Seu discurso era um requisitório violento e carregado de imprecisões».

«Fôra talhado naturalmente para a tribuna de combate ou para os assuntos mavórticos».

«E a sua atividade se estendia pelas reuniões acadêmicas, pelos comícios populares e pelos espetáculos de gala.

E cultivá-la-ia, a oratória, para sempre, e ilustrada com a exibição dos mais variados conhecimentos, já na tribuna parlamentar, já, e sobretudo, nas célebres «Conferências da Glória».

Certo, ao lado dessa tão alta revelação no campo da oratória, tentou aparecer em outros gêneros literários. Compôs uma pequena comédia sob o título *Magnetismo*, e ainda um romance intitulado *A Praia da Glória*. Esta produção «teve notoriedade seródia, pois foi reproduzida vinte anos depois nas colunas da *Reforma*, quando Correia no ministério, e com o fito de ridicularizá-lo por aquêlê pecado dos seus verdes anos».

Disso dá notícia o mesmo Almeida Nogueira, e que, como ficou visto, qualificou-o ainda como poeta, mas por certo no sentido amplo da palavra, da viva imaginação que enriquecia sua oratória.

Não pude conhecer-lhe alguma produção poética.

Pelo que respeita ao campo jurídico, o «estudante de escol», a quem apenas o seu colega Benevides superava, teria na vila prática de salientar-se, a cada momento, em cargos administrativos, chegando ao Conselho de Estado, bem como no Parlamento, e, afinal, nos trabalhos do Projeto do Código Civil.

Graduado que foi, em 1854, pela Faculdade de Direito de São Paulo, entra imediatamente para a vida prática.

Não escolhe, porém, a carreira da advocacia, adequada à sua oratória, mas a carreira administrativa, pois baldo de recursos, como assinala um de seus citados biógrafos, precisava de imediatos vencimentos, que só a mesma assegurava.

Escolhe a carreira administrativa, mas dentro em algum tempo adjunctada da carreira política, onde daria largas àqueles seus primorosos dotes oratórios.

Nomeado 2º Oficial da Secretaria da Fazenda, por decreto de 14 de dezembro daquele ano de 1854, foi promovido logo, em 1855, a chefe de seção, pôsto no qual passou em 1859, para a Secretaria do Império, e sendo em 1860 nomeado Secretário da Província do Rio de Janeiro, tais os seus méritos.

Não obstante o perfeito desempenho que vinha dando a êsse cargo, volta breve para a Secretaria do Império, onde os seus serviços eram considerados indispensáveis.

E aí recebe em 1861 a nomeação de chefe da Seção dos Negócios Eclesiásticos, onde permaneceria até 1871, quando, por decreto da referenda do inclito João Alfredo, ministro do Império, — e ao qual tão estreitamente se ligaria, pela consonância dos seus ideais sôbre a instrução pública e sôbre a abolição, é nomeado chefe da Repartição Geral de Estatística, então instalada.

Foi êle de 1860 até 1862 official de gabinete de todos os ministros do Império que se sucederam, Almeida e Oliveira, Saião Lobato (Visconde de Niterói), Saraiva, e Sousa Ramos (Visconde de Jaguarí); nem faltando quem exercesse ainda, interinamente, por certo tempo as funções de consultor jurídico do Ministério da Justiça, no impedimento de José de Alencar.

Pertencente ao partido conservador, então no poder, com o Ministério Caxias, foi a 29 de março de 1862, contando apenas 32 anos de idade, nomeado presidente de uma das mais importantes províncias do Império, a de Pernambuco, salientando-se, pela elevação com que exerceu o cargo, e ainda pelo acêrto das providências tendentes a conjurar a epidemia do cólera morbo que ali irrompera.

Breve, porém, foi a sua permanência nesse cargo que deixou naquele mesmo ano, pela mutação operada no cenário político do país, com a formação da Liga, ou, por outra, do partido progressista, que se manteria no poder até o ano de 1868.

Reassume, assim, as suas funções de chefe da Seção dos Negócios Eclesiásticos, do Ministério do Império.

E especializando-se, cada vez mais, no assunto, recebe afinal, em 1868, do então titular da pasta do Império, do Ministério Itaboraí, Paulino José Soares de Sousa, a incumbência de compilar as Consultas do Conselho de Estado, atinentes ao mesmo assunto.

De tal incumbência se desobriga com a publicação de três tomos, o primeiro em 1869, e os outros em 1870, os quais compõem um volume que consultei, existente na Biblioteca dêste Instituto.

E se reveste, de fato, da maior importância, o seu trabalho, pois a Compilação é acompanhada dos decretos, avisos e circulares, expedidos para a execução das Resoluções tomadas, bem como de várias e interessantes anotações do autor.

Com a ascensão do partido conservador ao poder em 1868, constituído o Ministério Itaboraí, abriu-se para êle, Correia, a plenitude da carreira política.

É logo eleito deputado geral pela Província do Paraná, à legislatura de 1869 a 1872.

E para pertencer a uma Câmara de escol, como a dessa legislatura, na qual o partido conservador dominante conta uma extensa e luzida galeria de jurisconsultos, como, por exemplo, Perdigão Malheiro, Cândido Mendes, Coelho Rodrigues, Andrade Figueira, Ferreira Viana, José de Alencar, Duarte de Azevedo, Tristão de Araripe, João Mendes de Almeida; de oradores, como, por exemplo. Gomes de Castro, Ferreira Viana, Fernandes da

Cunha, Andrade Figueira, José de Alencar, Evaristo da Veiga (sobrinho), e êle próprio, Correia; de homens de letras, como, por exemplo, José de Alencar, Barão de Paranapiacaba, Pereira da Silva, Pinto de Campos, Melo Moraes; e de figuras políticas que daí em diante, e por tão justos títulos, iriam sendo chamadas a mais altos postos, como, por exemplo, Paulino de Sousa, já deputado em anteriores legislaturas, integrante no Ministério vigente, na pasta do Império, *alter-ego* mesmo de Itaboraí, e para ser depois presidente da Câmara, e afinal do Senado, João Alfredo, integrado dentro em pouco tempo no Ministério São Vicente, e a seguir no Ministério Rio Branco, para ser o maior colaborador da sua obra, e tendo mais tarde, em 1888, a glória de ser Presidente do Ministério que promoveu a Lei de 13 de Maio, declarando extinta a escravidão no Brasil, e, finalmente, Joaquim Delfino, Vieira da Silva, Teixeira Júnior, Francisco Belisário, Rodrigo Silva, Antônio Prado. E conta ainda, José Maria da Silva Paranhos Filho (futuro Barão do Rio Branco), essa esperança, já então consagrada aqui no Instituto, e destinado a ser, mais tarde, o *Deus Terminus das nossas Fronteiras*, na feliz expressão de Rui Barbosa.

Entrando para a Câmara, logo na sessão de 20 de maio já se exhibia êle na tribuna, dando expansão à sua cultura jurídica, no trato de um projeto, atinente ao direito penal internacional, trato a que ainda mais amplamente se consagraria, estudando a matéria sob os mais variados aspectos, quando o mesmo projeto voltou a debate na sessão de 28 de julho.

E na sessão do dia 29, apresentou um projeto sôbre naturalização, o qual, com as emendas oferecidas no Senado, converteu-se na lei 1.950 de 12 de julho de 1871.

Entre os discursos que vai pronunciando daí em diante, pela sessão legislativa do ano em causa, do mesmo modo que pela do ano de 1870, sôbre assuntos administrativos de várias naturezas, deixando à vista a amplitude de sua cultura, são os mais importantes, merecendo especial registro os de 1 de junho de 1869, e 15 de julho de 1870, reveladores do seu perfeito conhecimento do complexo assunto da ciência das finanças, na análise da gestão do notável estadista Visconde de Itaboraí, na pasta da Fazenda.

Na sessão legislativa de 1870, a bem dos interesses da imigração, apresenta um projeto estabelecendo o casamento civil entre as pessoas de religião diversa da do Estado, mas com o vínculo indissolúvel.

Mais uma vez revelando assim na sua cultura jurídica, inclinação para o direito internacional.

Em 1871, constituído o Ministério de 7 de março, sob a chefia do Visconde do Rio Branco, faz êle parte do mesmo, como titular

da pasta dos Negócios Estrangeiros (hoje denominada das Relações Exteriores), que bem se lhe ajustava.

Foi em condições as mais honrosas que ascendeu a êsse posto, como dá notícia Moreira de Azevedo, na sua citada *Biografia*:

«Chamado o Sr. Visconde do Rio Branco em 1871 para organizar Ministério, convidou-o para fazer parte dêle. Recusou essa honra; persistiu o visconde em seu propósito; e, vendo que não o convencia, declarou que ia desistir da tarefa de organizar o gabinete ministerial».

«Fêz-lhe ver o Dr. Correia que não podia alegar semelhante razão, visto como era êle partidário decidido do govêrno, prestando-lhe todo o apoio no parlamento, e seria campeão dedicado da situação política que ia inaugurar-se».

«Recalcitrava o visconde, e, conhecendo que nada conseguira, declarou que além de haver o Imperador recebido a notícia do falecimento de sua filha em Viena, experimentaria outro desgosto no mesmo dia, por haver falhado a combinação ministerial».

«Não desejando aumentar a aflicção do pai e soberano entrou Manuel Francisco Correia para o Ministério, cabendo-lhe a pasta dos negócios estrangeiros».

E relevante foi o serviço que assim êle, Correia, prestou ao Brasil, concorrendo para que se levasse a efeito a organização dêsse Ministério, destinado à glória de um grande lance na benemérita obra da extinção do elemento servil, e a realizar importantes empreendimentos quanto ao progresso material do país e à instrução pública.

Sérias dificuldades, porém, cercavam o desempenho da pasta que lhe foi confiada (essa dos Negócios dos Estrangeiros), pelo que se referia ao assunto da, como chama Joaquim Nabuco, «questão argentina», quer dizer a que se originou da celebração dos Tratados de paz com o Paraguai».

Nesse delicado assunto, momento ocorreu, em que o Brasil esteve mesmo a pique de uma guerra com a Argentina, evitada pela «Dignidade, calma e paciente», com que se houve o Govêrno Imperial, como considera êsse notável historiador, na sua obra *Um Estadista do Império*.

E a respeito teve êle Correia de responder, como revelam os Anais, a fortes interpelações que da tribuna da Câmara foram feitas por Francisco Belisário, da dissidência conservadora, e Silveira Martins, das hostes liberais.

Mas impossível é desconhecer a parte preponderante que no curso e na solução dessa «questão argentina», teria tido o Visconde do Rio Branco, o grande e profundo especialista nos assuntos do Prata.

Joaquim Nabuco chega mesmo a dizer: «Num gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco está visto que os papéis diplomáticos importantes do Governo com relação ao Prata emanavam d'êle. As notas a Tejedor têm todos os sinais da sua mão, foram lidas depois por êle em Conselho de Gabinete, e submetidas, como todos os documentos ao exame e apreciação do Imperador. Na Câmara e no Senado foram francamente atribuídas, e com razão a Rio Branco».

Certo porém, que Correia lhe responderia em publicação de 1899, como para adiante deixarei visto.

Sobre outros assuntos tratados pelo ilustre brasileiro na gestão de sua pasta, e que deixam muito em foco a sua competência, já bem soube especialmente apontar Sousa Pitanga, no seu referido elogio, feito neste Instituto, a solução dos conflitos suscitados com a França e com a Bolívia, e o notável *memorandum* dirigido ao Governo da Alemanha sobre colonização alemã no Rio Grande do Sul, e o caso de oficiais alemães da corveta *Nymphe*, ancorada no pôrto do Rio de Janeiro, documento êsse que determinou a demissão dada pelo Príncipe Bismarck ao Ministro Solms.

Restrinjo-me a esta citação, deixando de desenvolver a matéria, pela mesma razão por que não o fez Sousa Pitanga, a «de que em Correia, a nota mais sonante da sua útil existência foi a sua dedicação extrema e carinhosa pela causa da instrução popular».

Em 1873, deixa êle a pasta, sem dizer a razão de seu ato; mas sem se separar da maioria.

Moreira de Azevedo, porém, assim a aponta: «Divergindo sobre o provimento da Legação de Londres, sustentando não ser decente, além de ser prejudicial a administração do país, o recebimento, sem autorização legal, de porcentagem pelos representantes do Império ao contraírem empréstimos, pediu a sua exoneração de Ministro da Coroa».

Deixa então a pasta, mas para dentro em pouco ascender a outro alto pôsto, o da presidência da Câmara, que exerce durante as sessões legislativas de 1874 e 1875, da 15ª legislatura, com todo brilho.

E disto sendo um precioso testemunho, na sessão de 9 de outubro de 1875 (última da mesma legislatura), essa manifestação assinada por todos os deputados presentes da maioria da dissidência e da opposição, em número de quase sessenta: «Os abaixo assinados, deputados a Assembléia Geral Legislativa, presentes na sessão de hoje, não podendo por falta de número, requerer em assembléia que se consignasse na respectiva ata um voto de louvor e agradecimento ao atual presidente, Conselheiro Manuel Francisco Correia, pela sabedoria, retidão e imparcialidade com que dirigiu

os trabalhos parlamentares durante tão largo espaço, o fazem por meio desta manifestação, a qual deverá ser transcrita no jornal que publica os trabalhos da casa e nos anais desta sessão».

Afinal, em 1877, apresentado em lista triplíce (e em primeiro lugar), pela Província do Paraná, é nomeado senador.

Na sua carreira de funcionário público passara em 1871, como já ficou visto, para o cargo de chefe da Repartição de Estatística, então instalada, cabendo-lhe dirigir desde 1873, os trabalhos do primeiro recenseamento da população do Império; cargo em que se apresentaria em 1879, extinta aí a mesma Repartição.

Foi a 10 de abril daquele ano de 1877, que tomou êle posse da sua cadeira de senador, e para iniciar desde logo uma importante e indefessa colaboração, que só haveria de cessar, quando extinta essa Casa em 1889, com a advento da República.

Proverbial a sua assiduidade à tribuna, senhor de tôda a ordem do dia; e que agora pude conhecer diretamente, manuseando os Anais.

A respeito é êle de fato, uma figura única na nossa vida parlamentar.

Nuleas est dies quo non dicam pro reo — exclamava com orgulho o incomparável Cícero, sôbre a sua atividade de advogado.

Parodiando-o, bem poderia êle exclamar, de igual modo, sôbre a sua assiduidade na tribuna parlamentar: *nuleus est dies quo non dicam pro patria*.

E tribuna a qual subia, realmente, possuído dos mais acrisolados sentimentos patrióticos.

Não era um exibicionista; não procurava apenas os assuntos retumbantes, para maior notoriedade de seu nome.

De todos tratava, brilhantes ou não, grandes ou pequenos, que lhe parecessem interessar ao progresso material e moral do país. E tratava no sentido mais amplo, compreensivo dos assuntos diretamente nacionais, como dos assuntos provinciais, e ainda dos municipais.

Ao mesmo tempo que compreensivo dos assuntos de tôdas as naturezas, politicos, internacionais, administrativos, juridicos, culturais, econômicos, industriais, financeiros.

Sôbre o seu poder de assimilação, no trato das matérias, fere muito especialmente a vista, o mesmo, quanto aos longos debates em que se empenhou, com perfeito conhecimento de causa, relativos aos assuntos técnicos do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha.

Paralelamente a essa atividade parlamentar, a uma outra, também com a maior dedicação se consagraria êle, na sua carreira

política, desde 1886, a desenvolvida no Conselho de Estado, para o qual fôra então nomeado.

Entra para êsse «crisol dos estadistas do Império», designado para a seção dos negócios da guerra e da marinha. E de certo tempo em diante, como refere Moreira de Azevedo, é relator da mesma, reunindo-se com seus colegas, uma vez por semana na Secretaria da Guerra, para examinar as questões e assentar nos pareceres, que tinham de ser sujeitos à deliberação do govêrno.

Refere ainda Moreira de Azevedo, que a seção em causa, da marinha e da guerra do Conselho de Estado, reuniu-se pela última vez em 14 de novembro de 1889, isto é, na véspera da proclamação da República e que deixou resolvidos todos os assuntos submetidos à sua consulta; a sua pasta ficou vazia.

E a essa exemplar atividade, aí desenvolvida pelo ilustre brasileiro, devia corresponder o brilho de seus pareceres, à vista daqueles perfeitos anteriores conhecimentos revelados nos debates parlamentares.

Finalmente, a sua figura política ainda esteve em muita evidência no último ano do Império, em 1889, quando foi o primeiro estadista a quem o Imperador cometeu a incumbência de organizar um novo Ministério conservador, em substituição ao Ministério João Alfredo. Não levando a efeito essa incumbência ao que parece, porque se mostravam irreconciliáveis as duas correntes em que se achava dividido o partido, a chefiada por Paulino de Sousa e a chefiada por João Alfredo; e tanto assim que os estadistas a seguir convidados, Teixeira Júnior e Vieira da Silva, também não puderam levar a efeito a mesma incumbência; havendo o Imperador afinal chamado ao poder o partido liberal, constituído o Ministério Ouro Preto.

E a alta consideração política e pessoal, que lhe dispensava o Imperador, teve a mais expressiva significação, quando êste, no dia 15 de novembro, no momento angustioso por que estava passando, o convida para uma conferência a sós no Paço da Cidade, da qual para adiante darei notícia.

II

Encerrada que acaba de ficar, a primeira parte dêste trabalho, passo à segunda, a relativa especialmente à vida cultural do ilustre brasileiro, fora daquelas brilhantes manifestações, na sua vida política, reveladas na tribuna parlamentar.

A atividade por êle desenvolvida nesse campo, foi multiforme, intensa e brilhante.

Alteou-se naquelas célebres «Conferências da Glória», instituídas em 1873; na Associação Promotora da Instrução, fundada em 1874; na Escola Normal, aparecida também neste mesmo ano; na Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional, vinculada ao Congresso de Instrução, de 1883; e na Sociedade Amante da Instrução».

E se manifestou ainda, em outras situações, embora com menos intensidade.

Sobre tudo isso, vou falar, mas invertendo a ordem cronológica, para falar por último, e amplamente, sobre as «Conferências da Glória», nota a mais elevada de toda essa atividade desenvolvida pelo eminente brasileiro.

A Escola Normal, primeira no gênero aparecida na capital do Brasil, fundou-a ele a 25 de março do referido ano de 1874.

Encerrou-se em dezembro do ano seguinte, mas como salienta Moreira de Azevedo, tratando da mesma, «apesar da sua pouca duração, prestou serviços à instrução, habilitando professores e professoras, e despertando a ação oficial em favor desta questão primária do ensino».

«Facultado ao governo pelo poder legislativo, o estabelecimento de escolas normais, a instituição particular suspendeu os seus trabalhos iniciados, escreve o Conselheiro Correia, unicamente para preencher sensível lacuna na organização do ensino de um município tão populoso e tão ilustrado como o da Corte».

A Associação Promotora da Instrução, representante da fusão das antigas associações Promotora da Instrução de Meninos e Promotora de Instrução de Meninas, ele a fundou em 1 de janeiro daquele mesmo ano de 1874, para difundir o ensino primário e secundário pelas classes populares.

E os seus altos destinos já foram muito bem consubstanciados por Moreira de Azevedo, na sua citada *Biografia*.

Abordando o assunto da mesma, assim inicia as suas considerações: «Guiada pelo tino e perseverança do seu instituidor, e bafejada pelo favor público, começou a progredir. Era nobilíssima a sua missão, patrióticas as suas aspirações, o ensino do povo».

E a seguir faz a síntese da sua vida, do seu contínuo progresso, pondo em foco a elevação dos seus moldes e a extensão de suas brilhantes realizações.

As Escolas por ela mantidas, em número de quatro, servindo às diversas zonas da Cidade, situavam-se, respectivamente, em São Cristóvão, Vila Isabel, rua do Lavradio, e rua São Salvador (e, a aqui situada, vindo a chamar-se Escola Senador Correia).

Fundou ainda, a mesma Associação, em 1882, uma biblioteca, inaugurada com a presença de D. Pedro II, que aliás nunca falhava em atos de tal natureza.

Os prédios, em que as escolas funcionavam, eram belos edifícios para a época, e havendo sido construídos sob a direção, gratuita, do notável engenheiro Paula Freitas.

Aos alunos fornecia a Associação também gratuitamente livros, cadernos, papel, penas, lápis e o mais necessário ao ensino. Todas as escolas estavam guarneçadas de mapas, estantes, quadros e aparelhos, as mobílias eram modernas e apropriadas às salas de estudo.

E tudo isso que acaba de ser pôsto à vista, se fazia sem subvenção alguma dos cofres públicos, «por entender o presidente Correia que no serviço que ela (Associação) presta são os esforços e sacrificios individuais que denotam o vigor cívico das nações».

Aos alunos mais distintos eram conferidos prêmios anualmente.

Havia também prêmios de bom procedimento, *prêmios de caráter*. E nas salas de estudo das Escolas se via mesmo esta máxima do seu fundador.

«Se todos não podem ter talento,
todos são obrigados a ter caráter».

Finalmente, sobre a afluência às escolas, assim pode informar Moreira de Azevedo: «Cada ano aumentava a matrícula dessas escolas, onde milhares de meninos e meninas iam beber ensino».

Passo a falar agora a respeito da atividade de Correia, na Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional.

Em 1883, reuniu-se no Rio de Janeiro um Congresso de Instrução, de que faziam parte os nossos maiores especialistas no assunto, em qualquer de seus ramos, e cujos Anais existem na Biblioteca d'êste Instituto, onde os consultei, bem como na Biblioteca Nacional.

Do mesmo fôra êle Correia um dos propugnadores em interessante Conferência proferida na escola da Glória, em 27 de março de 1881; e foi o 2.º vice-presidente.

Certo, êsse Congresso apenas realizou sessões preparatórias, por haver sido adiado pelo Govêrno, como já significou Paula Freitas na introdução da sua citada *Memória*, sobre essa Associação em causa; só lhe tendo sido possível organizar, por intermédio das suas diferentes comissões científicas, os pareceres relativos a cada uma das teses propostas ao seu exame.

Mas tais pareceres são brilhantes, honrando, sobretudo, a cultura brasileira da época, segundo também já significou êste

escritor, e a êsse juízo, acrescento que muitos dêles constituem lições que até hoje se impõem.

Nas mesmas referidas sessões preparatórias, seu presidente o Conde d'Eu, propôs «que se oficiasse ao Govêrno solicitando autorização para se levar a efeito, ao mesmo tempo que o Congresso, e no edificio em que êste funcionar, uma Exposição Pedagógica, a exemplo das que se realizaram em Paris no ano de 1878 e em Bruxelas no ano de 1880».

Proposta unânimemente aprovada; e a que o Govêrno imediatamente aderiu, oficiando às Legações Brasileiras em vários países da Europa e da América, a fim de obter-se a remessa de objetos e publicações que pudessem interessar à mesma exposição.

Sendo ainda para referir que uma daquelas teses do Congresso, apreciadas em importantes pareceres, versava mesmo sôbre Exposição Pedagógica, assim como sôbre Museu Pedagógico.

A convocação do Congresso fôra feita pelo Govêrno, e a realização da Exposição ficaria também a seu cargo; mas ao mesmo tempo que êle adiou aquêlê certame, adiou essa Exposição.

A Diretoria do mesmo, informa ainda Paula Freitas, «prevendo o efeito moral que o malôgro da Exposição teria naturalmente de causar nos países estrangeiros, ofereceu-se ao Govêrno para realizar a emprêsa, por meio de donativos que trataria de obter».

Aceito pelo Govêrno o oferecimento, os membros dessa Diretoria, Conde d'Eu, Visconde de Bom Retiro, Correia, Leôncio de Carvalho e Franklin Dória, constituíram-se, imediatamente, em comissão, sob o título de Comissão Diretora da Exposição Pedagógica, e trataram de realizar por todos os meios ao seu alcance a incumbência que haviam tomado sôbre os ombros».

E assim a Exposição, «que encetara os seus trabalhos com caráter official, passou a ser um cometimento realizado unicamente com o produto de generosas contribuições de iniciativa particular»; merecendo ainda registro, que foi a primeira das do seu gênero, destinada exclusivamente ao magno assunto do ensino primário, dentre as que se haviam efetuado em vários países da Europa e da América.

Compareceram à mesma as seguintes nações: Estados Unidos, Chile, Argentina, Uruguai, Alemanha, Austria, Hungria, Bélgica, França, Espanha, Inglaterra, Itália, Portugal, Suécia e Suíça.

A sua inauguração se verificou solenemente a 29 de julho daquele ano nos salões da Imprensa Nacional, e com a presença da Família Imperial.

Discursou o Conde d'Eu, presidente da Comissão Diretora.

Congratulou-se com a nação pelo auspicioso acontecimento, tanto mais quanto devido à iniciativa particular; e pondo em foco, aquela referida primazia do Brasil, no consêrto internacional, sôbre a matéria pedagógica, no que tange à escolha do objetivo a que se circunscreveu a Exposição, isto é, do ensino primário.

E assim se manifestando sôbre o concurso trazido pelas citadas nações estrangeiras: «O Govêrno e povos de muitos países amigos concorreram para êste certame com material, demonstrando pelo aprêço dado ao convite do Brasil, a consideração de que goza o nosso país entre os que mais adiantados se acham nos diversos ramos dos conhecimentos humanos, e permitindo-nos apresentar aos nossos concidadãos uma instrutiva coleção de publicações e objetos de todo o gênero, próprios para o ensino primário dos diversos graus, objetos que tendo na sua maior parte de ficar no Brasil, graças à generosa cessão de seus expositores, virão a constituir importante núcleo para a utilíssima criação de um Museu Pedagógico».

Sob a impressão daquele importante parecer formulado no Congresso Pedagógico, das conferências sôbre a matéria efetuadas na Sociedade Promotora de Instrução, e dessa manifestação do Conde d'Eu, operou-se, no seio da Comissão Diretora de Exposição forte movimento pela criação em causa, pleiteando um Museu Escolar Nacional permanente, em que se colecionassem não só os objetos que figuravam na Exposição, como também os que depois se adquirissem.

E por dois de seus membros, Franklin Dória e Correia, sendo a idéia defendida na Câmara e no Senado, partindo do primeiro à apresentação à Câmara de um projeto, com o respectivo plano, para a realização oficial de tal *desideratum*.

Não sendo, porém, possível, como considera Paula Freitas, visto faltarem poucos dias para a conclusão dos trabalhos anuais da Assemblêia Geral Legislativa, que ela tivesse tempo de decretar o que entendesse em sua sabedoria, e por outro lado, reconhecendo-se a urgência do caso, resolveu a Comissão Diretora oferecer os seus serviços ao Govêrno Imperial, para efetivar a idéia, e que, de acôrdo com a sugestão de Correia aceitos que fôsem os mesmos, se tratasse da formação de uma associação de caráter literário, a exemplo do que se tem praticado nos países adiantados, a qual tomaria a seu cargo a manutenção do Museu.

Imediatamente se verifica a anuência do Govêrno Imperial; e imediatamente a Comissão começa a agir.

Já a 30 de setembro, no ato do encerramento da Exposição, com a presença da Família Imperial e ilustre assistência. Correia,

vice-presidente da mesma Comissão Diretora, profere brilhante discurso, onde considera:

«Tendo-se coligido com tanto trabalho numerosos e importantes, espécimes de tudo que interessa ao melhor aproveitamento do ensino, dever-se-á consentir que se extinga tão abundante riqueza custosamente reunida não restando da Exposição Pedagógica, senão uma reminiscência saudosa? Dever-se-á consentir em que os frutos de tão proficuo trabalho, que podem também aproveitar às gerações futuras, se dissipem, como fôlhas de árvores sêcas que o tufão atira para pontos diversos e nunca mais se encontram? Seria imperdoável».

«Por que não criar definitivamente um Museu Escolar, imitando o recomendável procedimento de outras cidades, Paris, Berlim, Bruxelas, Viena, Buda-Pest, São Petersburgo, Amsterdam, Rotterdam, Munich, Dresde, Zurich e Berna?»

«Convém não perder o momento».

«Devemos recordar-nos de que foi com os elementos com que a Bélgica concorreu à Exposição Universal de Paris, que se fundou o Museu Escolar de Bruxelas, inaugurado a 24 de agosto de 1880».

Depois de outras considerações, convida os presentes a se inscreverem como fundadores da Associação Mantenedora do Museu Escolar Nacional.

E isto imediatamente se verifica, começada a inscrição com o nome do Imperador, e encerrada com o nome de Benjamin Constant.

Já em 5 de outubro se acha instalada a Associação, vindo a ser a sua Diretoria, composta das mesmas figuras que apareciam na Comissão Diretora da Exposição, entre as quais Correia, como vice-presidente.

Por fim, a 2 de dezembro inaugura-se solenemente, com a presença da Família Imperial, e com a assistência de membros do ministério e corpo diplomático, conselheiros de Estado, magistrados, chefes de repartições e senhoras e cavalheiros da melhor sociedade, como refere o *Jornal do Comércio* do tempo, noticiando essa inauguração.

No ato, pronunciou o Conde d'Eu, presidente da Associação, interessante e erudito discurso, publicado na íntegra, e que muito recomenda a sua cultura, expondo o plano organizado para a vida da instituição criada.

Louvou ainda a iniciativa individual, a que a mesma se devia, o que tanto honrava ao nosso país, a dizer:

«Não obstante o apoio com que nos favoreceram os depositários da autoridade pública, que havemos de continuar a solicitar dos representantes da administração nos seus diversos graus, é essencialmente de caráter particular a instituição que se inaugura, fruto da iniciativa de alguns e da generosidade dos que se dignaram aderir à idéia. — É ela mais um sintoma dêsse despertar da iniciativa privada que em todos os ramos do progresso se manifesta, aponta para tôdas as direções, e se nos afigura mais segura prova de que a nacionalidade brasileira contém em seu seio elementos de pujante vitalidade. Vemos que associações se fundam, que se congregam elementos, que o progresso realiza-se, especialmente em matéria de instrução, sem dependência de aceno do govêrno».

E concluiu com uma viva profissão de fé liberal, contrária à absorção pelo Estado da instrução, da educação, e outros progressos.

Da vida dessa Associação, ou, melhor, do sucesso que ela constituiu, dos serviços que prestou, do favor com que foi recebida pelo público, de tudo isso apresenta longa notícia Paula Freitas no seu citado trabalho, em que registra ainda a luzida e extensa lista dos associados.

E assim sabe, resumidamente, falar Moreira de Azevedo:

«Fundou a Associação uma biblioteca que chegou a contar mais de seis mil volumes, e o museu cêrca de novecentas coleções de objetos; abriu conferências pedagógicas, organizou exposições escolares, e para a instrução pública facultou a Biblioteca e as suas coleções do Museu, aos professores públicos e às pessoas interessadas. Preencheu assim os seus principais fins».

Surgindo porém a República, o Govêrno Provisório funda um estabelecimento de ensino profissional sob a denominação de *Pedagogium*.

E a Inspetoria da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal solicita a entrega dos materiais componentes do Museu o que faz a Associação, ao mesmo tempo que se dissolvendo.

E como informa Moreira de Azevedo, foram, no *Pedagogium*, utilizados os livros, objetos escolares, instrumentos e aparelhos para ensino de diversas disciplinas, coleções para lições tecnicológicas, para lições de coisas, e acessórios de ensino geral.

Mas rápida foi a existência dêsse *Pedagogium*, alta realização de Benjamin Constant, porém, destroçada pelo legislador, como lamentava Manuel Vitorino na tribuna do Senado, em 1892, ao discutir-se o Orçamento do Ministério do Interior.

E curioso é saber-se o fim reservado àqueles preciosos espécimes, acumulados com tanto esforço!... Teria sido o que receava Correia, os das folhas de árvores sêcas levadas pelo tufão!...

O nome de Correia com relêvo, achava-se ainda ligado ao dessa benemérita e sesquisecular Sociedade Amante da Instrução, consagrada ao mesmo tempo ao ensino e à caridade.

A princípio, em 1884, é um dos oradores juntamente com Afonso Celso Júnior (mais tarde Conde de Afonso Celso) e Ferreira Viana, dessa série de conferências realizadas no Asilo de Órfãos ali existente; e escolhendo para tema de sua conferência, justamente a história dessa benemérita Sociedade, que seria mais tarde tratada também, e com maior desenvolvimento, por Nascimento Silva, em trabalho publicado na Revista dêste Instituto, de 1893.

Em 1887, é quem na tribuna do Senado, com altiloquência, defende vitoriosamente uma determinada pretensão da Sociedade, em prol do Asilo.

Depois em 1889, essa mesma Sociedade, em momento difícil por que passa, bate-lhe à porta; elege-o seu presidente.

E do que faz por ela, dá a seguinte notícia Moreira de Azevedo: ampliou o edifício do Asilo, elevando de cinquenta a cem o número de órfãos que abrigava; fundou o Externato no terreno do Asilo, mas dêste separado em que recebem instrução gratuita as meninas que o quiseram frequentar.

Finalmente, passo a falar sobre aquelas referidas outras situações da sua vida cultural.

Em 1883, é quem promove a fundação da ilustre Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, hoje Sociedade Brasileira de Geografia; e sendo seu presidente nos atos preparatórios.

Em 1886 entra para o quadro dêste Instituto, mediante muito honroso parecer da Comissão de História, fazendo logo parte da Comissão de Admissão de Sócios, ao lado de Olegário Herculano e Visconde de Taunay.

Mas até 1889 quase que não assiste às sessões, naturalmente por aquela multiplicidade de afazeres no Senado e nas associações culturais.

E apenas na sessão de 27 de setembro sobe à tribuna, como orador incumbido de responder ao discurso de agradecimento do sócio honorário, que então se empossou, Dr. Henrique Moreno, Ministro da Argentina, que fôra signatário do importante convênio, então firmado entre o Brasil e aquêlê país, sujeitando ao Arbitramento a secular questão das Missões.

Mas, se limitada então foi, por essa forma, a colaboração do illustre brasileiro nesta Casa, extraordinária haveria de ser depois da proclamação da República, segundo porei de manifesto, na terceira e última parte dêste trabalho.

Chego agora às célebres «Conferências da Glória», como disse a nota mais elevada da atividade cultural de Correia.

Tiravam as mesmas, o seu nome, do local em que eram realizadas, a Escola da Freguesia da Glória (com a República passando a denominar-se Escola José de Alencar), sita no então Largo do Machado, a seguir Praça Duque de Caxias, e voltando afinal ao nome primitivo, depois que a estátua do glorioso soldado, ali erigida, foi transplantada para a Praça da República; e realizavam-se bissemanalmente.

Funcionava essa Escola em prédio de sólida construção, e nobre aspecto, ostentando em seu frontespício a legenda: *Ao Povo — O Govêrno*.

Prédio, o mesmo, que ainda lá se vê, salvo como por um milagre da onda avassaladora que hoje se ergue, por tôdas as formas, de desrespeito ao nosso glorioso passado.

E não é só das «Conferências» em causa, que decorre o seu valor histórico.

Terminada a Guerra do Paraguai, abriu-se uma subscrição popular a fim de ser erigido um monumento ao Imperador, representando-o na rendição de Uruguaiana.

Pediu êle, porém, o sábio e liberal D. Pedro II, que o produto da mesma fôsse aplicado à construção de prédios para condigna instalação de escolas públicas, um dos quais foi êsse da Escola da Freguesia da Glória.

Fundou Correia essas «Conferências da Glória», em 1873, sendo inauguradas a 22 de novembro, como se vê na citada Compilação de Santos Cardoso — *Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia*, publicada em 1885.

No discurso que então proferiu disse êle:

«Concebendo a idéia de fazer estas conferências para entreter-vos com assuntos que nos possam interessar, sem transpor a região serena em que se debatem as questões que a todos tocam, mas extremes das paixões políticas e de outras que se agitam no seio da sociedade, e a perturbam pela divisão de crenças e princípios, tive a fortuna de vê-la benêvolamente acolhida pelo augusto protetor de todos os cometimentos úteis, que veio honrar com a sua presença os esforços que fazemos a bem da causa pública, e a quem devo assim, bem como a Sua Majestade a Imperatriz por seu animador comparecimento a minha primeira palavra de gratidão».

E foi a proteção que D. Pedro II, desde êsse momento até a queda do Império dispensou a essas Conferências, a que comparecia, a causa principal de seu sucesso, da sua longa e tão proveitosa existência.

A exibição perante o Imperador constituia um estímulo para os conferencistas; fazer uma conferência na Escola da Glória era uma consagração.

Aliás — de par com o culto o mais escrupuloso, da Justiça e da Liberdade — o culto da Instrução, na proteção constante, e por tôdas as formas, às ciências, às letras, às artes, formava um dos títulos que immortalizam a figura do Príncipe ilustre que por meio século governou o Brasil, para a sua glória e para a glória das Américas, e a ecoar no Velho Mundo.

Depois daquele discurso inaugural, deixou Correia bem justificada a instituição das Conferências em causa, na que proferiu em Niterói a 5 de junho de 1874.

Mostrou o que ocorria a respeito em outros países (nos quais as Conferências públicas constituíam «o meio incessante de despertar o espírito», nas quais homens dos mais eminentes, como, por exemplo, na França, Guisot, Cousin, Júlio Fabre e Laboulaye e, na Inglaterra, a terra clássica dos *meetings*, Cobden, Pakington, Bright, e Gladstone, consideravam útil, importante ocupação de tempo dirigirem-se ao povo da tribuna das mesmas.

No seu referido *Esbôço Biográfico* assim resume Amaro da Silveira a vida dessas históricas «Conferências da Glória», até 1884:

«A tribuna da escola da Glória... completou em novembro de 1884, onze anos de existência, contra tôdas as previsões que na época de sua inauguração ameaçavam-na de malôgro».

«Franqueada aos cidadãos de tôdas as classes... esta tribuna conseguiu, entretanto, manter até o presente, no desempenho de seu difícil programa, um assíduo concurso de oradores, constituindo-se muitas vêzes órgãos de generosas idéias, em benefício do progresso nacional».

«Entre os cidadãos que a tem freqüentado, realizando 500 conferências, pela maior parte destinadas à divulgação de conhecimentos úteis ou ao estudo de questões relacionadas com o interesse público, encontram-se representantes das nossas academias e das nossas escolas primárias, das nossas assembléias políticas e das nossas classes industriais, das nossas armas e das nossas letras; e os nomes de alguns dêles, se fôsse possível desprezar em tal caso a mais humilde colaboração, bastariam para assinalar os resultados com que esta instituição correspondeu aos designios de seu iniciador».

Essas 500 Conferências foram realizadas por 111 oradores, cujos nomes, bem como o número das que cada um preferiu, constam de uma Relação fornecida pelo próprio Correia, publicada por Santos Cardoso, em anexo ao seu referido volume — *Conferências e outros trabalhos do Conselheiro Manuel Francisco Correia*.

Relação essa deveras, luzida, onde se podem ver, por exemplo, nomes como os que passo a citar, pela ordem cronológica, seguida na mesma e com os qualificativos de então: Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, Dr. Antônio Ferreira Viana, Conselheiro Joaquim M. Caminhoá, Dr. Nuno Ferreira de Andrade, Senador José Martins da Cruz Jobim, Dr. Antônio Coelho Rodrigues, Barão de Tautphoeus, Desembargador Tristão de Alencar Araripe, Dr. José de Saldanha da Gama, Conselheiro José Liberato Barroso, Dr. Joaquim Murtinho, Conselheiro Antônio de Almeida e Oliveira, Dr. Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo, Dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho, Doutor Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, Dr. Amaro Cavalcanti, Dr. Silva Araújo, Dr. Antônio de Castro Lopes, Senador Afonso Celso de Assis Figueiredo, Dr. José Carlos de Moura Brasil, Dr. João Barbosa Rodrigues, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Dr. Cipriano de Freitas, Dr. Hilário de Gouveia, Doutor Rozendo Muniz Barreto, Dr. J. Joaquim Meneses Vieira, Doutor Tomás Alves Júnior, Dr. Antônio Felício dos Santos, Doutor Carlos Frederico Hartt, Dr. José Pereira Rêgo Filho.

Infelizmente, a não ser quanto as de Correia, muito poucas das 500 Conferências realizadas correram impressas, e muito difícil sendo hoje encontrá-las.

Mas o valor dos oradores deixa ver, de fato, o que teriam sido a influência que teriam exercido no progresso do país.

Quem fez o maior número de Conferências foi êle próprio, Correia; contam-se por cinquenta.

Entre as mesmas vejam-se, por exemplo, as que se seguem: *Ensino Primário obrigatório; Importância das Conferências Públicas; Riqueza intelectual; Direção do ensino; Não é monopólio do Estado o ensino superior; Educação da mocidade. A igreja e a escola. Liberdade de consciência; A educação na família e na escola. Os edifícios escolares. Proscrição dos castigos corporais; Educação das crianças das ruas; Ensino moral. Religião. Família. Positivismo. Materialismo; Necessidades de escolas normais; Caridade e instrução; Necessidade de um museu escolar; Educação física; Criação de uma universidade; Congresso de instrução; Batalha do Riachuelo.*

A estreiteza do tempo não me permite apreciar, aqui, detalhadamente essas Conferências, em que a revelação da sua importância começa pelos próprios sugestivos títulos que as encabeçam.

Apenas direi que Correia versou, com muito brilho, relevantes problemas pedagógicos, sociais e morais, de amplo quadro.

Versou com lições as mais adiantadas e as mais sadias e mostrando perfeito conhecimento do que sôbre o assunto das mesmas ocorria nos diversos países; lições que tanto lhe honram a memória, e algumas das quais ainda se impondo, agora, para soerguer a geração atual, contaminada pelo agnoticismo, ou ainda pior pelo materialismo.

E do patriotismo que as animava o da eloquência com que foram proferidas, vivo, exemplo e o dessa Conferência por êle, Correia, realizada em 11 de junho de 1882, sôbre o feito heróico da Batalha do Riachuelo, em que o Brasil cobriu-se de glória.

Já bem soube dizer a Comissão de História, em 1886, pronunciando-se pela entrada do ilustre brasileiro para esta Casa:

«Eram passados dezesseis anos e ainda parecia ouvir-se ali o estampido do canhão de duas esquadras, uma triunfante, outra destroçada, e envôlto nas aclamações da vitória o hino do Riachuelo, a mais gloriosa batalha naval que se feriu na América do Sul e que assegurou o triunfo da sua civilização ameaçada pelos gaúchos da tirania».

«Dir-se-ia que o orador se retraíra dezessete anos, e achava-se nesse dia em que a nova da famosa batalha chegou ao Rio de Janeiro, entusiasmando todos os brasileiros que se abraçavam pelo grande triunfo alcançado pela armada nacional nas águas do Paraná; êsse dia em que se ouviram as narrativas das batalhas do Prata com as lágrimas de comoção patriótica a se deslizarem dos olhos com o entusiasmo da glória a palpitarem nos corações».

Não se limitou porém às Conferências as atividades de Correia na tribuna da Escola da Glória.

Ei-lo em 17 de junho de 1881, a significar na mesma:

«É meu sincero desejo que entre as vantagens que se possam porventura colher desta tribuna conte-se a de nela ecoar o louvor a todo cometimento que traga brilho ao nome brasileiro com uma saudação digna do patriota que o realizar. — Os benefícios da humanidade são sempre apreciáveis. — Se a minha admiração e o meu aplauso são sempre os mesmos, há graduações no meu contentamento pessoal, conforme o benefício é feito no estrangeiro por estrangeiro, no Brasil, por estrangeiro, no estrangeiro por brasileiro e no Brasil por brasileiro. — Neste último caso todos os meus votos ficam preenchidos».

E assim passando a saudar o Dr. João Batista de Lacerda, «pelo humanitário benefício de sua descoberta contra a peçonha das cobras».

E pela mesma forma saudará, por exemplo, no dia 21 de junho o Dr. Antônio de Castro Lopes, por haver descoberto «os meios de aumentar a força dos telescópios»; em outra data dêsse ano, o Dr. Cruls, «cidadão brasileiro naturalizado, diretor interino do Observatório Astronômico, que por estudos acêrca do cometa de 1881, estudos reveladores de proveitosa aplicação de sólidos conhecimentos, tanto lustre deu àquele nosso estabelecimento»; a 21 de maio de 1882, o lente de química orgânica Dr. Domingos Freire, pelos seus «laboriosos esforços, mais uma vez coroados de êxito feliz, com o descobrimento de processo científico para a conservação perfeita de certas substâncias, com grande proveito para a alimentação do povo».

E muito especial registro merecendo, afinal, as palavras que, a 29 de maio de 1881, em tôrno da figura de Júlio César Ribeiro de Sousa proferiu sôbre o magno problema da navegação aérea, vivamente confiante na sua breve e completa solução, mercê do progresso da ciência.

«Manifesto essa confiança», proclama êle, «porque não reputo mais difícil vencer os obstáculos a essa navegação do que remover os que outrora se opunham à navegação de longo curso. Quem corta livremente os mares, ainda que revoltos, atravessará também com afouteza os ares, onde já penetra embora timidamente».

«Em busca de solução para tão momentoso problema, tem consumido o tempo, o dinheiro e a paciência, o distinto paraense Júlio César Ribeiro de Sousa que se há tornado digno de tôda animação, tanto mais quando parece a julgar pela opinião de competentes autoridades, que êle deu um passo, conquanto não o decisivo, para a conquista do notável melhoramento».

«Para prosseguir no seu nobre empenho, convém que êste se dirija à Europa onde encontra mais vasto campo para sua atividade. Necessita porém de meios pecuniários, e não muito consideráveis. A munificência de S.M. o Imperador já se manifestou; mas não é demais que concorram todos para que se torne prática a idéia de Júlio César, que se conseguir o seu intento, tão cheio de benefícios para a humanidade, fará com que não se apague na lembrança dos homens o lugar em que foi o Brasil, ainda que um cataclisma venha a varrer da superfície do globo a região dêste vasto império».

«Não é possível esquecer neste momento, que foi um brasileiro, Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o descobridor do meio rudimentar de que os homens se têm servido para empreender a viagens pelo espaço. Seria por fortuna o anúncio providencial

de que caberá à nossa Pátria a glória imarcessível da completa transformação social que tem de operar a navegação aérea».

Se não coube a Júlio César realizar êsse máximo anseio de Correia, assinalado ficou porém o seu nome entre os pioneiros da Aeronáutica.

Naquele mesmo ano, como em seu «Dicionário Bibliográfico» Blake deixa em foco, realizara êle a sua primeira ascensão em Paris, perante os mais notáveis aeronautas franceses e grande massa de povo, e uma segunda logo depois «contra o vento e sem auxílio de propulsor algum», demorando-se no ar cêrca de três horas. Regressando ao Brasil, fêz ainda duas ascensões, uma no Pará e outra no Rio de Janeiro, em ambas com os mais felizes resultados e aplausos. Tornou à Europa, ali construiu novo e maior balão, com o qual tornou à Pátria, no mesmo porém não podendo viajar, por um lamentável acidente que o destruiu».

Tudo isso informa Blake concluindo: «Foi sem dúvida alguma um aperfeiçoador da navegação aerostática e seu invento obteve privilégio nos Estados Unidos e em vários estados da Europa, oferecendo-lhe a Rússia grandes vantagens pela compra dêle».

Mas se não lhe coube, a Júlio César, realizar assim o máximo anseio de Correia, a um outro brasileiro haveria de caber — ao glorioso Santos Dumont.

E quis o destino como para adiante deixarei visto, que o próprio Correia o houvesse de saudar quando esta Casa, jubilosa, abriu as suas portas para receber o Triunfador do Ar!

III

..

Passo agora, na conformidade do plano estabelecido, a estudar a figura do ilustre brasileiro na República, sob todos os seus aspectos e a começar pelo político.

Foi do partido conservador de São Paulo que partiram, e imediatamente, as primeiras adesões ao 15 de novembro.

Isto pelo que respeita aos componentes de «União Conservadora», chefiada pelo ilustre Conselheiro Antônio Prado, o qual aliás desde algum tempo já vinha manifestando certo pendor democrático; e não pelo que respeita à «Dissidência Conservadora», chefiada pelo ilustre jurista João Mendes de Almeida, pois esta não cedeu, antes constituiu-se um reduto de inabalável fé monárquica.

Ao lado de Antônio Prado e outros, coparticipou d'essa adesão o ilustre parlamentar e jornalista, e mais tarde professor, Almeida Nogueira, então redator do *Correio Paulistano*, e que logo expediu uma carta circular a diversos próceres dos antigos partidos

do Império, com a seguinte pergunta: «Devem os brasileiros conformar-se com o atual estado de coisas?»

E a resposta de Correia não se fez esperar, consta dessa carta por êle escrita a 28 de novembro, publicada então no *Correio Paulistano*, e pelo mesmo Almeida Nogueira, transcrita mais tarde nas suas clássicas *Reminiscências* da Faculdade de Direito de São Paulo.

Nela declara Correia:

«Tenho pra mim que, nas presentes circunstâncias do Brasil, não aproveitaria à causa pública a restauração monárquica».

«É consequência: que os brasileiros temos que nos conformar com o atual estado de coisas».

«Na pacífica anuência que por tôda a parte se nota não vejo ato de pusilanimidade: seria dar ao caráter nacional feição repugnante».

«Se não é condenação do regime anterior (e eu aceito inteira a responsabilidade da parte, embora pequena, que nela me cabe) essa anuência exprime a esperança de que o regime republicano não será desfavorável ao engrandecimento da pátria, que assenta na integridade nacional; e esta reclama a reunião, no mais curto prazo que fôr possível, de uma assembléia constituinte por meio da qual a nação manifeste a sua vontade quanto à organização definitiva da República».

E faz sentir que, se para essa assembléia o mandato legislativo lhe fôsse espontaneamente renovado, não se recusaria a servir ao Brasil, como nunca se recusara no passado.

Seguindo os ditames de sua consciência, resolveu por essa forma colaborar na República.

E fôrça é dizer que se, no Império, pertencia êle ao partido conservador era entretanto tolerante e progressista, e, como se viu, mais preocupado com os problemas culturais do que com os problemas políticos.

Finalmente aceita mesmo, em 1893, a sua nomeação para Presidente do Tribunal de Contas criado pela Constituição, e que então se instalou; cargo para o qual se recomendava por todos os títulos.

Aceita êsse cargo, para servir ao Brasil, atendendo ao convite em termos os mais honrosos que lhe foi feito pelo ilustre Ministro da Fazenda, Serzedelo Correia; e o aceita nos termos os mais dignos e os mais elevados do discurso que profere ao instalar-se o Tribunal, como tudo pode ser visto da Memória por êle escrita sobre a matéria e publicada na Revista dêste Instituto em 1894.

Mas os tempos tinham mudado.

No liberalismo do Império, absoluta era a liberdade de crenças políticas, e republicanos confessos e militantes tinham acesso às câmaras Legislativas e a cargos públicos.

Benjamin Constant pregava a República, na Escola Militar, de que era Diretor.

E na excursão que o Príncipe Consorte, Conde d'Eu, faz pelas províncias do Norte, Silva Jardim o acompanha, pelo mesmo navio efetuando conferências republicanas em todos os portos em que êle descia.

Coisas semelhantes não eram permitidas então.

E mais grave se tornou ainda a situação, com a Revolta da Armada de 6 de setembro daquele ano.

Surge a treva do estado de sítio.

E tudo passa a ser suspeito.

O próprio ex-Ministro da Fazenda Serzedelo Correia figura republicana que tanto vinha se destacando, é recolhido a uma fortaleza.

Cai o raio sôbre Correia; o Governo o destitui do seu cargo!

E outro raio ainda mais o fere, o do trucidamento do seu digno irmão e maior amigo, o Barão de Sêrro Azul, e sem que os agentes do Governo participantes do hediondo crime fôsem punidos!

Amargurado por essa forma, mas sempre forte de espírito, deixando o cargo que ocupava, volta êle a prosseguir na brilhante e indefessa atividade na vida cultural do país.

Como já antecipei, se essa atividade, no que respeita a êste Instituto foi limitada ao Império, extraordinária seria na República.

De fato.

Continua na Comissão de Admissão de Sócios, e chegará a 1º Vice-Presidente da Casa: desempenha diversas Comissões especiais, é dos sócios mais assíduos às sessões e à tribuna, a que sobe espontâneamente, ou na ausência do orador oficial, faz comunicações, e diversos trabalhos e memórias de sua autoria ainda aparecem na Revista.

Dêstes trabalhos e memórias, são de maior importância, os que, pela ordem cronológica, passo a citar e apreciar.

Circular do Govêrno do Império aos Representantes no estrangeiro, sôbre a lei de 28 de setembro. A importância da mesma, que aliás é sucinta, e expedida foi por êle, Correia, quando Ministro dos Negócios Estrangeiros, decorre do seu objeto, da sua forma, e do seu momento.

Era nuncia aos países estrangeiros, de um grande acontecimento, que tanto honrava o Brasil, o da libertação dos filhos a nascer da mulher escrava; estava hábilmente redigida, atribuindo a uma razão política, a da oportunidade, e não a um propósito menos nobre, a oposição que teve de vencer essa humanitária Lei de 28 de setembro, nas Câmaras Legislativas. E, de fato, quanto à Europa, chegava no momento em que o Brasil estava em foco, mercê da excursão que por lá realizava o Imperador.

Memória sobre o Tribunal de Contas. Ai trata êle de sua destituição da presidência dêsse alto Tribunal; e envolvendo o histórico da instalação do mesmo.

Explicações reclamadas pelo 3º Tomo da Obra do Dr. Joaquim Nabuco. Um Estadista do Império. Nesse trabalho visou responder às arguições de Joaquim Nabuco, às quais anteriormente me referi, de que as negociações realizadas no Ministério dos Estrangeiros, quando êle Correia era o seu titular, sobre assuntos do Prata, foram obra direta do Visconde do Rio Branco.

Missão Especial do General D.B. Mitre no Brasil em 1872. Interessante documento histórico sobre assuntos do trabalho anterior.

Memória auto-biográfica escrita em 1890, onde aparecem informes sobre a agitada questão militar de 1887, sobre a proclamação da República, e explica êle a atitude que tomou em face desta, e que idéias sustentaria sobre a organização do novo regime se eleito fôsse para a Assembléia Constituinte.

Exposição acerca dos fatos que se deram nas vésperas da República.

Esse trabalho de que falarei mais longamente, como se impõe, prende-se a Memória lida em sessão anterior do Instituto.

No mesmo, assim começa Correia:

«Nos aziagos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1889, o Imperador esteve sempre na altura da dignidade do eminente cargo».

E passa a narrar:

«Pouco antes de 7 da tarde de 15 de novembro o Imperador dignou-se manifestar o desejo de ouvir-me a sós, em gabinete particular, acerca dos memoráveis fatos dêsse dia».

«A conversa versou sobre a natureza e o alcance dos acontecimentos não perdendo o imperador um só instante a serenidade que o caracterizava, quando depois de expor-lhe o que sabia por haver presenciado, tive de entrar com a costumada lealdade no delicado ponto relativo à sua ilustre pessoa e à sua augusta família».

«Fácil será de imaginar a amargura com que em presença sòmente do varão respeitável vi-me obrigado a referir com verdade a situação».

«Paguei um doloroso tributo que a solenidade no momento ainda mais me impunha».

«Não notei no semblante do Imperador o mais leve sinal de despeito ou cólera».

«As suas palavras graves como de costume foram no fim quais as primeiras».

«Em ocasião de tanta angústia o Imperador soube guardar consigo o pensamento íntimo, interrogou, ouviu, refletiu e conservou-se inalterável».

«Guardo ainda bem viva a impressão dessa conferência que para mim pôs à prova a rígida tẽpera de caráter do Imperador».

«Presto-lhe assim mais uma homenagem da minha admiração».

Transcritas essas palavras da Memória, passa êle Correia a comentá-las, isto é, a referir o que interrogou, ouviu e refletiu o Imperador.

Do mais alto valor histórico, é, pois, êsse trabalho de Correia — *Exposição a cẽra dos fatos que se deram nas vãsperas da República*, e no qual fica à vista a consideração política e pessoal que o Imperador dispensava a Correia.

Revela, a tũa luz, a dignidade e a serenidade com que, em momento tão angustioso de sua vida, se houve aquẽle a quem a justiça da História já proclamou «O Magnãnimo»; e presta interessantes informes sũbre o feito de 15 de Novembro.

Não me permite o tempo fazer apreciações sũbre os seus pareceres emitidos nas Comissões especiais a que pertenceu.

Ê que preciso passar ao trato da figura que representou na tribuna do Instituto; certo que foi êle primordialmente o homem da tribuna, como anteriormente deixei visto, revelado já na mocidade em São Paulo, quer na tribuna acadêmica, quer na popular, e a seguir no Parlamento, e nas «Conferências da Glória».

Merece desde logo, especial registro o belo e conceituoso discurso que na Sessão Magna de 1892, proferiu sũbre alta missão da História e o brilho com que o Instituto, de sempre a vinha realizando.

Subiu ainda à tribuna pela recepção de ilustres sũcios, exaltando sobretudo as figuras de Joaquim Nabuco, Santos Dumont, Euclides da Cunha, e Júlio Maria, com discursos que não foram longos, mas inspirados, como sempre, neste sentido, subindo de ponto o que proferiu sũbre Santos Dumont.

Aquẽle que, tempos antes, em tũrno da figura de Júlio César já ansiava para que à nossa Pátria coubesse a glória da solução

definitiva, do problema da navegação aérea, de que o primeiro passo já havia sido dado por um brasileiro. Bartolomeu de Gusmão — transportado de júbilo saúda a vitória de Santos Dumont.

Assim começa:

«A maior descoberta que em proveito da civilização e para bem da humanidade podia assinalar o século XX, era a do balão. Vós realizastes essa aspiração, que revoluciona em seus pontos fracos a ordem social existente».

«Que glória de mais relêvo podia ambicionar um homem!»

«Querendo a sorte propícia que êsse homem seja compatriota nosso, não é justo o desvanecimento dos brasileiros?»

E para prosseguir:

«A vossa tarefa, porém, não está concluída. Transpusestes a grande barreira».

«Sois o piloto do ar. Correis por êle livremente. Brincais com êle».

«Podeis surpreender uma evolução militar desfraldando nas alturas a bandeira vossa, de nossa pátria».

«É muito, é realmente muito, mas não é tudo, são notáveis os progressos do Santos Dumont n. 1, ao Santos Dumont n. 9. O Santos Dumont n. 10 abre já mais fecunda rota para as viagens futuras».

«Com a rapidez vertiginosa da vossa atividade, em os anos dilatados que a Providência vos reserva, jovem que sois, quantos benefícios não terá de receber a navegação aérea de vossa proverbial solicitude».

«A imaginação vislumbra os proveitos que, para a raça humana, alcançará o Santos Dumont n.º 20».

«Não há em todo o mundo civilizado quem não vos conheça e não alimente a esperança das novas vitórias que vos aguardam».

«Os que aqui jubilosos vos acolhemos estamos certos de que não desfalecereis na jornada, que prosseguireis com afã na obra com todo o brilho encetada, levareis a cabo a portentosa empreza».

«Não o Brasil só, mas tôdas as nações têm, Sr. Santos Dumont, os olhos fitos em vós».

E a previsão de Correia não falharia.

Santos Dumont, afinal, amplia gloriosamente o seu invento, do campo, «do mais leve do que o ar», passando para o «do mais pesado de que o ar».

Mas o entusiasmo de Correia pelas conquistas da ciência, ainda aquelas providas de estrangeiros, e no estrangeiro, o levava também à tribuna antes, em 1898 na sessão extraordinária pelo Instituto

celebrada, em homenagem à expedição belga ao polo sul, em trânsito pelo Brasil.

E os seus títulos oratórios e a largueza de sua cultura geral como sempre, ficam à prova nos belos e vivos lances, do discurso que profere fazendo votos pelo sucesso da mesma expedição.

Vou considerar, agora, as Conferências Populares, isto é, as «Conferências da Glória», que já apreciei pelo que foram até 1884, e que desde 1885 se haviam deslocado para a Sociedade Promotora da Instrução, da qual era êle próprio, Correia, o presidente e que com o mesmo sucesso que tinham, continuaram até a queda do Império.

Subsistiram elas na República, mas, força é dizer, sem atração igual a que era determinada pela assistência de D. Pedro II.

Certo porém que, da parte de Correia, a sua atividade nas mesmas Conferências continuou sempre com todo o brilho e extremada dedicação até que êle em 1905 falecesse; e atividade que somou por três décadas!

Ao lado de toda essa obra extraordinária, que ia realizando, aqui no Instituto, e nessas Conferências Populares, como ainda na Sociedade Promotora da Instrução, foi eleito sócio, e logo presidente da histórica Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que contava no seu acervo a glória da fundação desta Casa; todas as associações do gênero solicitavam sempre os seus altos serviços.

Finalmente, em 1901, a sua cultura jurídica fica muito em foco, a respeito do Projeto do Código Civil.

É um dos juristas convidados, pela respectiva comissão da Câmara dos Deputados, para tomar parte nos estudos.

Clóvis Bevilacqua, em nota aos seus Comentários ao Código Civil, ao citar os nomes desses convidados, o coloca logo em seguida a Andrade Figueira e Coelho Rodrigues.

Comparecendo a primeira reunião da mesma Comissão, pronuncia Correia, de início as seguintes palavras: «Senhores em uma das minhas muitas Conferências que correm impressas lê-se: «Os brasileiros sabemos que para o serviço da Pátria, o cidadão só perece quando a luz se lhe apaga dos olhos».

Com êsse ânimo, é que passa a trabalhar, e para deveras salientar-se.

Trata longamento do «Direito de Família», sob os seus variados aspectos, e de modo considerável, do «Direito Autoral». E aborda problemas tanto da *Introdução do Projeto*, como da *Parte Geral, do Direito das Coisas*, do das *Obrigações*, e do das *Sucessões*.

Deve-lhe assim o Brasil, mais êste assinalado serviço.

Essa que acabo de descrever, foi a vida do Conselheiro Manuel Francisco Correia, mais conhecido por Senador Correia; longa vida de brilhante e indefessa atividade, pela causa da Cultura e pela causa da Pátria.

DESCOBRIMENTO DAS TERRAS DA REGIÃO ACREANA (*)

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO SOBRINHO

PRIMORDIOS

Ainda a América do Sul não havia sido descoberta, e, já o *Mundus Novus*, devido a questões surgidas entre os dois reinos ibéricos, era dividido no ano de 1494, em duas partes, cujo traço de separação passava pelo delta do rio Amazonas em direção ao Rio da Prata, ficando o quinhão de Castela ao ocidente do da Lusitânia.

Por êsse tratado, que se denominou de *Tordesilhas*, as terras em que assenta a atual acreânia, ficavam fora da esfera de ação do govêrno luso.

Esta linha, porém, não seria definitiva. Apesar de sancionada por uma bula papal, ia sofrer várias mutações, não só por meio de atos internacionais, como de acontecimentos regionais.

Antes que o tratado de Madrid fôsse assinado, já o govêrno da colônia fundava a capitania do Pará, expulsando de terras além Tordesilhas, holandeses e inglêses que ali se aboletaram. Aleixo Garcia, Pedro Teixeira e Antônio Raposo Tavares haviam removido essas barreiras, de maneira ousada e assombrosa, alargando tanto os horizontes brasileiros, que chegaram a alarmar os dirigentes do vice-reinado peruviano; secundados, no século seguinte, por outros expedicionários, como Francisco de Melo Palheta, Manuel Félix de Lima e João de Sousa Azevedo.

O Tratado de 1750, reconhecendo, em parte, essas entradas, arquitetou uma linha reta do Madeira ao Javari, que partiria da distância média entre as confluências do Mamoré e Madeira, revogado pelo de 1761 (Prado), restabelecido aquêlo pelo de 1777 (Santo Ildefonso) seguido do de 1801 (Badajoz), que, por sua vez, anulou o de Santo Ildefonso; deixando êsses limites, entre as

(*) Conferência no Instituto Histórico a 16 de maio de 1958.

duas colônias, sem solução, que sòmente se estabeleceria no limiar do século XX, provocada pela conquista da região por nordestinos brasileiros.

A linha de Tordesilhas havia sido rompida pelos portugueses, paulistas e pernambucanos num lance arriscado e árduo; a de Madrid e de Santo Ildefonso ainda por lusos-brasileiros, na contínua arrancada para oeste, e a de Ayacucho, ajustada entre o Brasil e a Bolívia, em 1867, seria derrocada por sertanejos nordestinos, os quais, tangidos dos seus lares por um flagelo assolador, destruíram-na, sem alarde, quando, «largados de Deus e dos homens», como diria o padre Vieira, procuravam fundar nas margens de rios sem donos novas tendas de trabalho.

* * *

Entrementes, êstes últimos estavam, apenas, dilatando as raias do seu país, ao ocupar terras dos antigos *Gran-Paititi*, *Gran-Paru*, *Gran-Mayu*, *Enin* ou *Guanaco Marca*, já na planície amazônica que tinha ao poente o grande império *Incaico*, do *Sol* ou *Peruviano*; terras que eram banhadas por águas das altas bacias do Purus e do Juruá, assim como do rio Abunã, do sistema do Madeira, tocadas ao norte pela nascente do Javari, de onde parte para oeste e sul, uma enfiada de montes formadores do divisor de águas do caudaloso Ucaiale com aquêles dois outros grandes tributários do majestoso Amazonas e a divisória que separa o Estado dêste nome do Território do Acre.

Os espanhóis, se apoderando do império dos Incas e dominando a cordilheira andina, permaneceram durante os séculos XVI a XVIII nos seus cimos e contrafortes, e, quando se dispuseram a descê-los não passaram dos vales do Mamoré, Beni, Madre de Dios e Ucaiale, não só na época em que os soberanos de Castella distribuíam *gobernaciones* aos seus súbditos, como no tempo do vice-reinado do Peru e audiência de Charcas, agitando-se êles em redor dos paralelos de 12º e 13º austrais, ao sul da zona acreana, situação que perdurou até a última década do século XIX, quando os Bolivianos penetraram no curso superior dos rios Abunã e Acre e os Peruanos apareceram no alto Juruá, de onde, ao dealbar do século XX, irradiaram-se pelos rios Tarauacá, Embora e Purus, encontrando a região componente da atual acreânia, ocupada por brasileiros, que, algumas dezenas de anos antes, a havia revelado ao mundo civilizado, quando procuravam um caminho para a Bolívia, sem o fim precípua de descobrir outras terras.

* * *

Êste, o panorama do lado dos castelhanos e seus sucessores, ao passo que os lusos e seus herdeiros, no século do descobrimento, apenas arranhavam a costa atlântica; no seguinte, penetravam no

Amazonas, fixando-se em vários pontos de suas margens, porém, ainda mui longe do futuro Território, passando as canoas da expedição de Pedro Teixeira milhares de quilômetros ao norte e as de Raposo Tavares, dezenas de quilômetros ao sul da fronteira acreana, no vale do Abunã. Outros que se seguiram ao intemorato Raposo, não levaram as suas investigações além das cachoeiras dêste rio.

Pouco depois de iniciado o século XVIII, já os agarradores de índios e os coletores de drogas invadiam as ribeiras do Purus e Juruá, exploração esta que foi proibida por um dos governadores do Pará, mas, restabelecida, na centúria seguinte, pois, antes do meado desta, já as suas igaras sulcavam as águas dessas duas ribeiras, a cata dos produtos do sertão em troca de álcool e bugi-ngas.

Todavia essas entradas, ainda em 1847, não passavam das imediações do rio Pauinim, no tocante ao vale do Purus, e de pouco acima da incidência do Tarauacá, quanto ao do Juruá, distante da fronteira acreana mais de duzentas milhas no primeiro e cêrca de quatrocentas no segundo dêsses caudais.

Não havia notícia por êsse tempo do rio Aquiri ou Acre e muito menos do Hiucu ou Iaco e de outros que lhe ficavam a montante.

Sòmente após o contornar do meado do século XIX, foi que diretores de índios, cumprindo missões dos dirigentes da recém instalada província do Amazonas, foram incumbidos de encontrar uma comunicação com a república da Bolívia, superior às cata-dupas do rio Madeira, e viu-se o pernambucano Serafim da Silva Salgado cursar o rio Purus, durante 153 dias, ao arrepio de suas águas, e atingir várias malocas de indígenas a que denominou, erradamente, de Cucamas, numa distância que foi calculada em 1.300 milhas, a contar da foz do Purus, exorbitando, assim, dos sítios em que desembocam os rios Acre e Iaco, sem penetrá-los, de maneira que não alcançou terras da atual Acreânia, passando simplesmente ao largo; descobrindo, contudo, êsse pedaço do Purus que vai da zona do Pauinim às proximidades da fronteira acro-amazônica; trecho em que os silvícolas marginaes diziam nunca terem visto pessoas civilizadas.

* * *

DESCOBRIDORES

É tido como descobridor da região em que foi assentado o território do Acre, o encarregado ou diretor de índios da parte superior do Purus, o mestiço amazonense Manuel Urbano da Encarnação que, além de coletor de drogas do sertão, foi catequi-

zador do gentio local, fundador de aldeias, inclusive a de Canutama, que alcançou a categoria de cidade; «o herói descobridor da primeira seringueira do rio Purus», como proclamou a assembléia legislativa amazonense e «imperterritito dilatador de sua grandeza econômica».

Nenhuma dúvida há sobre essa afirmativa, no tocante ao desvendamento da região puruense e de seus contribuintes da margem direita, como os rios Aquiri, Hyuacu e Aracá, hoje, Acre, Iaco e Chandless, cujas águas êle penetrou por vários dias, em 1861, banhando todos êles o território criado pelo governo federal, em 1904. Há quem afirme ter sido o Território Federal do Acre criado em 1903, o que não é exato, pois, o Tratado de Petrópolis, datado de 17 de novembro de 1903, apenas, resolveu a questão sobre os limites entre o Brasil e a Bolívia. Não tendo o governo federal entregue as terras recém adquiridas, ao Estado do Amazonas, conforme êste pleiteou, resolveu, então, o primeiro transformá-las numa entidade governamental, a parte, e instituiu o Território do Acre, por força da lei n.º 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, a qual autorizava o presidente da República a administrá-lo provisoriamente, ante o que foi expedido o decreto n.º 5.188, de 7 de abril de 1904, organizando o Território e dividindo-o em três departamentos administrativos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, que foram instalados em 22 de agosto, 25 e 28 de setembro de 1904, respectivamente.

Antes disso, porém, o paraense, natural de Cametá, João da Cunha Corrêa, numa viagem memorável, apesar de pouco significativa na época, atingia a barra do rio Juruá Mirim, no alto Juruá, em terras naquele tempo tidas como pertencentes à província do Amazonas ou à república do Peru, porém, mais tarde, incorporadas ao dito território do Acre, acontecimento êste que deu maior ressonância, ao ato que, naquela ocasião, apenas foi apontado pelo governo provincial como um simples reconhecimento do rio «nada constando de importante do seu relatório, a não ser que as hordas de índios que encontrou são pacíficas».

Realmente, pretendendo o presidente Tenreiro Aranha descobrir uma via de comunicação com a Bolívia, organizou não só uma expedição ao rio Purus, como pretendeu realizar uma outra ao rio Juruá.

Nenhuma deu o resultado desejado.

No Purus, apesar de Serafim da Silva Salgado, em 1852, o ter cursado cêrca de 1.300 milhas, não alcançou o objetivo a que se propôs e, no Juruá, o encarregado de índios Romão José de Oliveira, apenas, apresentou à administração da província, informações sobre a extensão do rio, navegabilidade e população indígena.

Os presidentes que se seguiram agiram no mesmo sentido, de maneira que o principal, ou talvez, único objetivo, era a descoberta dessa comunicação. O resto era secundário.

Assim, descobrir terras, não era mais do que um alargamento do território já conhecido, sem a repercussão que deve ter atualmente, por se saber que êsses empreendimentos tiveram como consequência a descoberta de uma região, não sòmente rica em goma elástica, como constitutiva de uma entidade governamental da república brasileira.

Por êsse tempo, os bolivianos e peruanos ignoravam a região, lendo-se, em mais de um mapa cartográfico referente à mesma, frases como estas: «Países desconocidos», «Partie entièrement inconnue», «Paizes incógnitos», «Tierras no descubiertas»; sendo de notar que o notável historiador peruano Antônio Raimondi, ainda em 1879, referindo-se à exploração de rios como o Marañon e Ucaiale, acrescentava — «pero nadie, hasta estos ultimos años, habia intentado la exploracion de los situados al E. del Ucayali», como «el Purus y el Yuruá».

Os rios eram riscados segundo os informes dos silvícolas ou de seus aliciadores, preponderando na sua feitura a imaginação dos cartógrafos.

O Juruá, o Purus e o Javari se confundiam ou se ligavam ao Amarumaio, Beni, Paucartambo, Madre de Dios, Azara, Rio de Cuzco; e até próximo ao meado do século XIX, o Juruá era considerado menor do que os rios Tefé e Jutai. O despropósito era tal que as águas do Madeira chegaram a ser confundidas com as do Paraguai.

* * *

Retornando aos exploradores brasileiros, verificou-se que Serafim Salgado, na viagem de maio a novembro de 1852, não atingiu terras do atual Território do Acre.

Passou pela foz do Aquiri ou Acre, a que apelidou de Canaquiri, e pela do Hyuacu ou Iaco, rios que regam o referido Território, mas, cuja fronteira estava distante dessas barras no primeiro rio mais de cem, e no segundo — cerca de dezessete milhas; indo mais longe do que o seu antecessor João Rodrigues Cametá que, no mesmo ano de 1852, depois de março, chegou a Sepatini, a montante da boca do Ituxi, bem como dos coletores de drogas ouvidos pelo historiador francês Castelnau, em 1847; descobrindo terras do rio Purus, numa distância de umas trezentas milhas.

Depois de Salgado, segue-se a viagem empreendida por João da Cunha Corrêa, também encarregado de índios, realizada de 13 de outubro de 1857 a 30 de abril de 1858.

Cunha Corrêa, pelo meado do século XIX, fazia o comércio entre Nauta, na república do Peru, e a cidade de Belém, capital da província brasileira do Pará, em escunas de propriedade de seu irmão João Augusto Corrêa, um dos maiores animadores do comércio regional, empreendedor que se propôs a estabelecer a navegação a vapor do Amazonas e Solimões, e fundador da Companhia Fluvial Paraense.

Foi amigo do geógrafo Chandless e do botânico Bates, aos quais forneceu várias informações sobre o Juruá, exerceu cargos policiais e judiciários na comarca de Tefé, representou o seu povo na assembléia legislativa provincial, em várias legislaturas, chegando no ano de 1882, em que faleceu, a presidi-la, com aplausos, até dos deputados da oposição. Foi coronel da guarda nacional, terceiro vice-presidente da província e um dos mais prestimosos chefes do partido liberal amazonense. Defendeu a causa do abolicionismo; trabalhou para desenvolver o comércio juruaense, ribeira em que, cumprindo ordens do seu referido irmão João Augusto Corrêa, estabeleceu os dois primeiros núcleos comerciais, por volta do meado do século XIX, nos lugares *Joanico* e *Lago Cerrado*, no baixo Juruá.

Por esse tempo, somente os coletores de drogas e os encarregados dos índios conheciam o rio, numa extensão que pouco ia além da foz do Parauacu, também conhecido por Tarauacá, nome este que prevaleceu e ficou até hoje.

Os primeiros subiam-no a cata dos produtos naturais, em que se destacava a salsaparrilha e os segundos procuravam catequizar e aldeiar os indígenas, cujas tabas principais ficavam na parte inferior do rio, na região chamada «dos paranás».

Os índios já adiantavam que, do Tarauacá passava-se ao vale do Purus, de modo que João da Cunha Corrêa, quando subiu o Juruá em 1857-1858, aproveitou a viagem e foi até o vale do Purus.

Este destemeroso sertanista iniciou a sua memorável jornada, partindo de Tefé, no rio Solimões, não mui longe da bôca do Juruá, a 13 de outubro de 1857, retornando à mesma localidade a 30 de abril do ano seguinte, gastando nesse percurso duzentos dias.

A viagem é comprovada pelo relatório que o explorador apresentou ao diretor do serviço de índios da província do Amazonas, Dr. João Wilkens de Matos; referindo-se a ela o notável historiador amazonense Ferreira Reis, o geógrafo inglês Chandless e o botânico Henry Bates, além de um filho do explorador, Guilherme da Cunha Corrêa, em carta que me dirigiu a 9 de agosto de 1923.

Sabe-se o dia do seu início, bem como o da sua chegada, restando esclarecer o dia ou o mês em que o expedicionário atingiu à zona atualmente considerada como pertencente ao território federal do Acre.

Procurei obter uma certidão ou cópia do relatório que João da Cunha Corrêa apresentou ao governo amazonense, mas, apesar da busca realizada persistentemente por funcionários do arquivo público, secretaria do governo e da biblioteca pública amazonense, não foi encontrado o original, nem qualquer publicação do mesmo, concluindo os funcionários que realizaram a busca haver sido o documento consumido pelo fogo por ocasião do incêndio da biblioteca pública do Estado, em cujo prédio também funcionava o arquivo referido.

Este relatório, talvez, contivesse dados a respeito da chegada do viajor nos pontos principais por onde passou, como bôcas do Tarauacá, Juruá-Mirim, Embira, Jatuarana-Paraná, do pequeno Tarauacá, e do Chandless, os dois últimos já na bacia do Purus.

E, como não foi possível consegui-lo, por já ter cogitado disto tardiamente, vamos procurar por meio de cálculos, encontrar uma data que se ajuste, de acôrdo com as distâncias e o tempo gasto pelo expedicionário, a descoberta da zona em que mais tarde estabeleceu-se o território do Acre.

Fiz várias viagens em canoa, não só de grande porte, como de pequeno, desde o batelão até a montaria; na época da enchente, meia enchente e vazante, particularidades que muito influem na andadura das embarcações. Anotei as passagens em que o geógrafo inglês Chandless se refere aos dias consumidos em determinadas distâncias, bem como as de Serafim Salgado, Manuel Urbano e outros navegadores dêsses rios, como o próprio João da Cunha Carrêa, chegando a conclusão de que a média mais acertada para uma viagem em canoa grande, como a usada por João da Cunha Corrêa, seria de 15 milhas diárias.

Adotada essa média, e, sendo da cidade de Tefé à foz do Juruá, cêrca de cem milhas, daí a do Tarauacá — 920, e dêste ponto a Cruzeiro do Sul, cidade já dentro do território acreano — 424, temos ao todo 1.444 milhas, ou sejam 96 dias de viagem, de Tefé a Cruzeiro do Sul, pelo que deveria ter penetrado na região acreana, no dia 16 de janeiro de 1858, descobrindo desta maneira, sem saber e sem alarde o futuro território do Acre.

Mesmo, a 18 milhas diárias, numa viagem puxada, êle teria transposto essas raias, no dia primeiro de janeiro referido.

Além disso, ainda viajou 62 milhas pelo Juruá acima até a bôca do rio Juruá Mirim, distância que poderia vencer em quatro dias, pelo que teria percorrido a Juruá federal de 17 a 20 do

mês referido; salvo se perdeu alguns dias entendendo-se com os indígenas.

Uma vez aceite a cota de quinze milhas diárias para a subida do rio, torna-se preciso adotar um número para descê-lo, e, esta média, segundo a minha experiência, deve girar em torno da metade do tempo gasto na subida. De sorte que, sem contratempos, o explorador poderia ter aportado à foz do Tarauacá, de baixada, a 6 de fevereiro seguinte. Estando-se na estação chuvosa (janeiro e fevereiro), mais acertadamente se pode aplicar esta proporção.

Dêste ponto, deveria Cunha Corrêa descer a corrente do Juruá em busca de Tefé, onde residia, mas, resolveu encetar uma outra viagem a procura da comunicação que se tinha em mira, pelo que subiu o rio Tarauacá, do qual passou ao Embira e dêste ao Jatuarana-Paraná ou Jurupari. Do curso dêste rio, havia dois trilhos indígenas no rumo do rio Purus: um partindo da sua seção inferior e que saíria muito abaixo da foz do Chandless e um outro, começando próximo às nascentes do Jurupari, alcançava as do pequeno Tarauacá, cujo desaguadouro incidia na margem esquerda do Purus, em local mais próximo do Aracá ou Chandless, e, como o filho do explorador, de nome Guilherme da Cunha Corrêa diz que o pai «alcançou o vale do Purus em um dos seus afluentes que hoje chamam Chandless», é mais provável que houvesse feito o percurso subindo o Jatuarana Paraná e descendo o pequeno Tarauacá, desprezando o trilho de que os Conibos se serviam para se comunicarem com os Maneteneris aldeados a jusante do Chandless.

Ainda na atualidade, o trajeto via Jurupari-pequeno Tarauacá, é seguido por pessoas que, partindo das margens do Javari, varam para as vertentes do Ipixuna, alcançam o Tarauacá, pelo Juruá, sobem o Embira e o Jurupari e dos mais altos manadeiros dêste, palmilham o varadouro que leva ao «Furo do Juruá» ou pequeno Tarauacá, descem-no, atingindo o Purus, pelo qual vão ao Ituxi, de onde passam ao Abunã, chegando ao rio Madeira, após uma derrota de cerca de três mil quilômetros.

Se êsses viajores de tão grande travessia preferem o caminho pelo curso do Jatuarana é porque o atalho indígena que parte de sua seção inferior, apesar de seguir um percurso menor, certamente, não conta com um curso d'água mais favorável ou contém obstáculos que o tornam menos transitável.

Admitido, dessa forma, a via Jatuarana — furo do Tarauacá, para a travessia de Cunha Corrêa e a mesma proporção de quinze milhas diárias de subida e cerca do duplo dêsse número para a descida dos rios, teremos da foz do Tarauacá a do Embira oito dias; daí a do Jatuarana ou Jurupari quatro dias; daí às nas-

centes dêste rio 12 dias; destas origens às do pequeno Tarauacá ou «Furo do Juruá» dois dias; descendo êste furo dois dias; e da bôca dêste à foz do Chandless (baixando) dois dias; somando tudo trinta dias, ou seja de 7 de fevereiro, caso haja partido da bôca do Tarauacá neste dia, a 8 de março, ensejando, assim, a chegada ao território puruense, no primeiro decêndio de março de 1858, época em que descobriu mais um trecho do atual território do Acre.

Poucos dias antes, em fins de fevereiro, êle sulcava o rio Jatuarana, hoje chamado Jurupari, cuja metade pertence ao mesmo território, de maneira que, pelos nossos cálculos, êle descobria terras do Juruá federal, em janeiro; do Jurupari, em fevereiro; e do Purus, em março, tudo de 1858.

Chegando à bôca do Aracá, atualmente Chandless, e pedindo Cunha Corrêa aos índios informações sôbre o seu colega Manuel Urbano da Encarnação, teve como resposta que o *tapaúna catu* (o preto bom), como êle era conhecido entre os silvícolas, havia subido o Purus, pelo que Corrêa retornou ao Juruá, levando em sua companhia uma índia quase branca, de rosto oval e bem conformado, que lhe fizera presente o tuchaua da localidade.

A presença de Manuel Urbano, nesse ano de 1858, na zona do Purus acreano, não é apontada em documento algum, mas, não era impossível, uma vez que êle exercia a função de diretor de índios da região, desde 1853, podendo, dessa forma, ter contato com êles, mesmo antes de 1858.

Era natural que Cunha Corrêa chegando à circunscrição em que Manuel Urbano exercia idêntico encargo ao seu, por êle indagasse, mas isto não significava que o *preto bom* por ali andasse, tanto que o próprio Guilherme da Cunha Corrêa, filho do explorador e a única pessoa que se refere ao caso, diz numa carta que me escreveu em agosto de 1923, aludindo a esta viagem — «me parecendo pelos índios informados que o *tapauna catu* tinha subido o Purus e atravessado o Iquiri».

O final da frase dá a entender que Manuel Urbano subiu o Purus e daí passou ao Iquiri, apelido êste que pode corresponder ao rio Ituxi, a cuja parte superior aplica-se êste nome, ou ao rio Acre, que, a princípio, chamava-se Aquiri, palavra esta fácil de confundir com Iquiri, rios êstes que domoavam centenas de milhas abaixo da foz do Chandless. A ocorrência, contudo, denota que os índios Maneteneris, informantes de Cunha Corrêa, pelo menos, conheciam de nome o preto Manuel Urbano.

Retornando ao Juruá, pela mesma via, Cunha Corrêa, descansando aí um dia, teria encetado o seu regresso a dez de março, podendo ter chegado à foz do Tarauacá a 31 do referido mês, desde que guardasse, nesse trajeto, a mesma proporção empregada na viagem de ida, subindo ou descendo rios; dispondo ainda

de trinta dias para alcançar Tefé, em cujo pôrto entrou a 30 de abril de 1858.

Esses números não se referem a medidas e datas exatas, e sim a médias razoáveis, estimadas, dentro do prazo de 200 dias, gastos por Cunha Corrêa, nessa exploração. Êste explorador percorreu nesta viagem cêrca de 3.982 milhas, sendo 100 de Tefé a bôca do Juruá, 1.406 daí ao Juruá Mirim, 186 da foz do Tarauacá à do Jurupari, 190 no curso dêste rio, 10 no varadouro das nascentes do Jurupari às do pequeno Tarauacá, 52 neste rio e 47 da bôca dêste à do Chandless, no Purus.

Subindo os rios, êle poderia ter vencido as 1.991 milhas em 133 dias e, descendo, poderia gastar 66, dentro da proporção adotada, somando, assim, 199 dias, número êste que se ajusta ao total dos dias dispendidos pelo referido explorador, na sua viagem redonda.

Na época, a viagem não teve repercussão, uma vez que o fim principal não foi conseguido — a descoberta de uma comunicação com a Bolívia.

O encontro com índios e a enumeração de suas tabas, bem como a investida contra o desconhecido, não eram tão importantes.

No entanto, Cunha Corrêa, penetrara em três pontos do futuro território do Acre: alto Juruá, rio Jurupari e alto Purus, num percurso superior a 250 milhas; sendo 64, no Juruá; 90 no Jurupari; 52, no furo do Tarauacá ou Juruá, e 47, da bôca dêste furo à do Chandless.

Estava, assim, descoberta grande parte da atual Acreânia, por João da Cunha Corrêa, que, para comprová-la, conduziu para Tefé uma índia da tribo Maneteneri, do Alto Purus e três da dos Nauas, do Alto Juruá, aquela da grande família aruaque e estas de origem pano.

Vejamos, porém, a ação desenvolvida por Manuel Urbano da Encarnação, na parte meridional dessas terras.

Êste antigo sertanista amazonense, para uns informantes, viveu mais de cem anos, para outros, não atingiu à casa dos noventa anos. Contudo, alcançou, apesar das intempéries e endemias próprias de região, de uma vida cheia de trabalho árduo e fatigante, uma idade muito além da média da existência humana.

Tinha pouca instrução mas, segundo Chandless, era muito inteligente e sagaz; acrescentando Silva Coutinho que, além do alto discernimento para tratar com os selvagens, tinha uma nobre virtude — o seu grande amor à pátria; ressaltando Torquato Tapajós os serviços de pioneirismo nas selvas puruenses, sua convivência com os selvagens, num trabalho ignorado e sem recompensa, apesar de levar «àqueles desertos a vida, a luz, a civilização e o progresso».

Foi o verdadeiro desvendador dos rios Aquiri, Hyuacu e Aracá, mais tarde chamados Acre, Iaco e Chandless.

Já vimos que Serafim Salgado ladeara as terras do atual território acreano, cursando o rio Purus e transpondo a bôca do Ituxi, do Acre e do Iaco, sem invadi-los, pelo que ficou distante delas.

Manuel Urbano, no entanto, além de percorrer o Purus até as imediações do Rixalá, atravessou tôda a atual zona federal do Purus, viajou no Aquiri vinte dias; no Iaco cinco a seis; e no Chandless, dez dias, tudo isto no ano de 1861, de fevereiro a novembro.

Como o fim principal da jornada era descobrir uma ligação fluvial, entre o Purus e o Madeira, acima das cachoeiras dêste, era natural que examinasse logo de subida os afluentes da margem direita do Purus, e, assim, segundo os informes de que dispomos, deveria ter penetrado no rio Aquiri, na última década de maio, atingindo a extrema da acreânia federal, no princípio de junho; voltando das proximidades do rio Xapuri.

A penetração nos Iaco e Aracá deve ter sido de julho para agosto seguintes.

Apesar de não haver encontrado a passagem para o vale do Madeira, sua missão essencial, não foi de todo improficua a jornada, uma vez que, além de reconhecer a navegação do rio numa extensão de seiscentas léguas, descobriu vasta área de terras do atual território do Acre, percorrendo os maiores cursos d'água da região, sem saber o que estava realizando; e deu bons informes sôbre as tribos indígenas marginais, sua vida, costumes, agricultura, indústria, vestes e número de indivíduos.

Não tendo sido cumprido o principal ou único objetivo que se tinha em vista, foi Manuel Urbano encarregado pelo govêrno de continuar as suas investigações, no vale do Ituxi, «rio que, por sua importância, e pela direção que toma, poderá acaso oferecê-la», e no qual deveria subir em tôda a sua extensão, bem como de seus afluentes, e, na falta de comunicação fluvial, procurasse o mais curto trajeto, na altura que salvasse as cachoeiras; verificando também a que província pertencia o território por onde atravessasse de um a outro rio.

Partindo Manuel Urbano de Manaus, em maio de 1864, penetrou no Ituxi e o subiu até ouvir distintamente o ruído de uma cachoeira, deixando de prosseguir por haver se acabado os seus mantimentos.

Frustrava-se, assim, mais um empreendimento neste sentido. Contudo, é possível que o explorador houvesse alcançado terras acreanas, desvendando, se assim foi, mais um ponto dessa região,

pois, o Ituxi, já com o nome de Iquiri, percorre grande parte do Território do Acre, em cujo âmbito nasce.

O engenheiro Silva Coutinho, apesar de sair de Manaus, com idêntica finalidade, em fevereiro de 1862, no vapor *Pirajá*, tendo como prático o referido Manuel Urbano, não passou das barreiras de Hiutanahã, distantes da fronteira acreana mais de 400 milhas; alegando também falta de provisões.

O geógrafo inglês William Chandless, em 1864-1865, subiu o Purus, bem como o Acre, até próximo de suas nascentes, ultrapassando destarte a exploração de Manuel Urbano, e apresentou um mapa de cada um desses rios, anotando afluentes; sendo que nas memórias que apresentou à Sociedade Geográfica de Londres, assinala as milhas, altitude e coordenadas de vários pontos em que passou; refere-se às tribos indígenas encontradas, fósseis, produtos regionais, alimentação, fauna, flora e aspecto físico da bacia.

No rio Purus, Chandless só descobriu terras de jurisdição, atualmente da república peruana, e no vale de Aquiri ou Acre, êle desvendou as margens que começam na região do rio Xapuri e vão até as proximidades dos seus manadeiros, trecho êste que deslisa, a princípio no território do Acre, e, em seguida, por entre as repúblicas da Bolívia e do Peru, ao sul, e o território do Acre, ao norte.

Depois, surge o explorador norte americano Asrael Piper que, de 1871 a 1872, esteve no país dos Ipurinãs, e de 1873 a 1874, no dos Maneteneris, chegando a construir casas na boca do Aracá, já no fim de 1872, ou princípio de 1873.

Pelo que se vê, não descobriu terra alguma, porquanto, esta porção do rio Purus, já estava revelada aos civilizados, por Manuel Urbano da Encarnação e William Chandless; sendo que, antes disso, alguns de seus trechos, já haviam sido descobertos por Serafim da Silva Salgado e João da Cunha Corrêa, em 1852 e 1858, respectivamente.

Segue-se o brasileiro Antônio Rodrigues Pereira Labre, natural do Estado do Maranhão, tenente-coronel da guarda nacional, possuidor de alguma cultura intelectual; fundador da cidade de Lábrea, no baixo Purus, vereador desse município, no tempo do Império e seu superintendente no regime republicano, assim como deputado provincial, desde 1874. Comerciante, catequizador de índios, fundador de fazendas de gado e construtor de estradas; foi o mais diligente instigador do progresso dos vales do Purus e do Ituxi, tendo publicado a respeito um livro (1872) e pronunciado uma conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1888).

Quanto ao rio Purus, nada descobriu, mas explorou o rio Ituxi ou Iquiri e seus afluentes, por várias vezes, a contar de 1872

até depois de 1883, conhecendo-o numa extensão de 600 quilômetros, distância esta que certamente alcançou o território do Acre, sobreexcedendo o trajeto percorrido por Manuel Urbano que não o subiu tanto.

Em 1887, Labre empreendeu a viagem de Lábrea a Manaus, e daí subindo o rio Madeira, entrou no Beni e dêste passou ao Madre de Dios, de cujas margens partiu para o rio Acre, e transpondo o Tauamanu (Orton) e o Caramumu (Abunã), alcançou o rio Aquiri (Acre), a 30 de agosto.

Êste rio já estava povoado, mas Labre teve a glória de ser o primeiro que fêz o trajeto por terra das ribas do Madre de Dios às do Acre, numa extensão de cêrca de 150 quilômetros, segundo cálculo do viajor, devassando uma zona atravancada por densa floresta, rios caudalosos e um gentio hostil.

A viagem redonda dessa exploração, de Labre a Lábrea, pode ser estimada em mais de 4.700 quilômetros.

De 1875 a 1876, o tenente da armada nacional Augusto José de Sousa Soares de Andréa, comandando o vapor *Rio Branco*, teve a incumbência de procurar a suposta comunicação entre os rios Purus e Madre de Dios, para o que deveria explorar o rio Purus, bem como os seus afluentes Hyuacu, Aracá, Richalá e Caspahá, até as suas nascentes, levantando cartas, tomando alturas, fazendo descrições, etc.

Não conseguimos encontrar o relatório do expedicionário, mas, da leitura dos poucos jornais da época e de outras fontes que se referem ao acontecimento, pode-se deduzir que foram estudados cinco rios: Hiusacu (Hiuacu), Arica (Aracá), Yrixá (Rixalá), Purus e Acre; sem se saber se a exploração foi completa por falta da exposição do explorador.

Contudo, foi o primeiro que navegou em vapor nesses afluentes do Purus, e remontou êste rio, da foz do Chandless para as cabeceiras, uma vez que Silva Coutinho, em 1862, no vapor *Pirajá*, não passou de Hiutanahã, último ponto de escala, desde 1869, da linha dos barcos da Companhia do Amazonas; e o norte americano Piper, em 1874, na sua lancha *El Pioner*, não ultrapassou das imediações do rio Aracá ou Chandless; sem constar que houvesse penetrado nos afluentes do Purus, nesse *vaporzito*, como êle a denominou.

Outros viajantes completaram o desvendamento do Território, já numa fase em que mais se tratava de povoar do que de descobrir terras ou passagem para os países vizinhos.

Foi, de 1880 em diante que os flagelados da sêca de 1877, do nordeste brasileiro, atingiram o atual limite da fronteira acro-amazonense, e se disseminaram pelas margens do Acre, Iaco e de seus tributários, descobrindo novas terras e povoando-as,

empreendimento êste que só alcançou as raias setentrionais do futuro Território, no rio Juruá, em 1888, depois do que os destemerosos nordestinos, já impelidos por outra devastadora estia-gem, espraíram-se neste volumoso caudal e nos seus confluente, devassando seringais até muito além da atual fronteira brasilio-peruana.

A determinante dêsses cometimentos não era mais um motivo político (a comunicação com a Bolívia) e sim uma calamidade pública (sêca no nordeste brasileiro).

* * *

E dessa maneira, expondo as realizações de alguns despreten-siosos patrícios e audaciosos sertanistas, que romperam as raias da nacionalidade, engrandecendo o seu território, dando-lhe uma nova região em que a flora e a fauna tanto contribuíram para enriquecer o tesouro nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aproveitando o ano que corre e no qual se completa o primeiro centenário do seu descobrimento, presta uma pálida homenagem aos protagonistas dêsse notável acontecimento.

COMEMORAÇÃO DE OSÓRIO

NO SESQUICENTENÁRIO DE SEU NASCIMENTO

CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES

«Heróis como o cedro augusto
Campeia rijo e vestuto
Dos séculos ao perpassar,
Sois dos cedros da História
A cuja sombra de glória
Vai-se o Brasil abrigar».

Castro Alves

«Um verdadeiro cidadão se esquece de si mesmo quando se trata do bem do Estado, servindo-o sem se preocupar se as idéias que põe em prática são suas ou de outrem».

Frederico II — O Grande

Há século e meio nasceu Osório. Surgiu na facha litorânea que enquadra as *campanhas* do sul do Brasil; enquadra a região das *coxilhas* meridionais, o descampado que se estende pela bacia do Prata e vai formando as *pampas*. . . O descampado onde o *charrua* e, principalmente o *minuano*, imperaram, não raro cruzando-se com os ibéricos, a formarem estirpes como os Pinto Bandeira e Aiala. . . Descampado em que surge, vive, impera e prospera o gaúcho, êsse tipo humano cujas origens Aurélio Pôrto tão bem regista em *Missões Orientais do Uruguai*; cujas modalidades psicológicas, José Hernandez grava no seu *Martin Fierro*; e, Ramiro Barcelos, em seu *Antônio Chimango*, o Érico Veríssimo, em seu *O Tempo e o vento*, nos apresentam já em fases avançadas do processo evolutivo da civilização, operado no ambiente brasileiro da região do extremo sul.

Então, quando surgiu Osório, aí apenas desabrochava a civilização advinda da Europa, após cerca de três séculos de embates contínuos com os condicionantes locais da geografia fi-

sica e humana. Havia ainda a *civilização do couro*, de que fala Sarmiento.

O campo, a campanha sulina, era a bem dizer-se um teatro de atividades sem divisas nem possuidores definidos, onde perambulavam as gentes dos países limítrofes sem distinção de origens. Não havia posses de terras precisamente delimitadas por aramados, como ocorreu cêrca de um século depois... A população era escassa e, mais ou menos, ambulante... As cidades, em que hoje se polarizam as atividades regionais, não existiam... Onde se ergueram havia, às vêzes, apenas alguns pontos de pouso ou sementes de vilarejos... E o homem aí vivia sempre em *ambiente de luta armada*...

A população que na época da *Independência* era calculada em cêrca de 4.000.000 de almas em todo o Brasil, compreendia no Rio Grande apenas cêrca de 150.000. E aí se amontoava, em mais de 50%, na zona litorânea... Meio século mais tarde, já por efeitos, principalmente da imigração européia, a germânica, alcançava a cifra dos 450.000! Hoje, excede dos 3.000.000...

Então, a riqueza aí era o gado, que os espanhóis introduziram no Paraguai, e os jesuítas levaram, através das Missões, a proliferar nas Campanhas sulinas...

* * *

Há século e meio, quando Osório nasceu, a civilização ocidental vibrava com os efeitos advindos da Revolução Francesa, lançando a coroa lusitana, a buscar abrigo no Brasil.

Já então, a disputa entre Espanha e Portugal, pelo domínio na América Meridional, que se intensificara na bacia do Prata, em fins do século XVII atingira sua fase final. Mas, daí advem as razões dos novos embates que se dão no correr dos tempos, sob novas formas e por diversos pretextos, até a segunda metade do século XIX nas paragens do Sul do Brasil.

As colônias espanholas, que formaram o vice-reinado do Prata, fazem-se autônomas, desligando-se o Paraguai e o Uruguai de Buenos Aires. O Uruguai, porém, incorpora-se à coroa lusitana sediada no Rio de Janeiro, enquanto D. Carlota Joaquina conspira para fazer-se a herdeira de Buenos Aires... Nada obtém, mas seu espôso consegue acrescer às suas posses com a incorporação ao Brasil, da Cisplatina... É a época das *duas intrigas*...

Disto advém razões para novas disputas, que conduzem às lutas de que resulta a *independência do Uruguai*.

Enquanto tais coisas ocorrem, o Paraguai que França soubera fazer autônomo e lhe dar um viver peculiar ao seu sucessor,

Carlos Lopes, consolidara e fortalecera, próspera. Próspera tanto que o seu filho e sucessor Francisco Solano Lopes acredita ser influência decisiva no ambiente do Prata, vindo a desencadear a guerra, sob o pretexto de proteger os governantes que dominam no Uruguai, contra o Brasil, e da *tríplice aliança*...

Então, melhor, até então, viceja na bacia do Prata o caudilhismo, que Sarmiento regista em seu Facundo e cujo apogeu é marcado pelo domínio de Rosas em Buenos Aires, sem, no entanto, conseguir absoluto poder, notadamente na zona de Entre-Rios e Corrientes.

No Uruguai, fermentam incessantes os embates entre *blancos* e *colorados*, tendo os primeiros como base Buenos Aires, e, por fim, por ponto de apoio Solano Lopes... No seu debate, decide-se o Brasil a intervir, apoiando a corrente que aspira por um Uruguai plenamente autônomo...

Ocorrem até aí muitos acidentes. Ocorrem até se fixarem definitivamente os autônomos nacionais naquela zona da América com as linhas geográficas que delimitam hoje seus teatros de ação...

No âmbito exclusivamente brasileiro, logo após a proclamação da Independência, surgem os choques entre interesses secundários que levam à queda de José Bonifácio. Vêm depois as legítimas reações do *espírito de plena autonomia nacional* que conduzem à abdicação de Pedro I. Surge a regência, e advêm as desordens conseqüentes dos abusos ou deficiências dos governantes, cujo término se marca com a paz no sul findando a *guerra farroupilha*.

Mas, enquanto tal ocorre em nossa terra não cessam os bulícios e intranquilidades na zona fronteira. Ai, a Guarda Nacional, criada em 1831, por motivos de política interna, mantém-se constantemente em estado de alerta.

Rosas, dominante de Buenos Aires, ameaça-nos diretamente ou por intermédio de suas influências no Uruguai, onde não cessa a fermentação interna...

Advém então, em plena metade do século XIX, as reações contra seu despotismo, que o Brasil coadjuva, ou melhor, centraliza em prol dos interesses do Uruguai, dos seus próprios e das províncias argentinas vizinhas.

Rosas sucumbe... Sua queda porém, não basta para pôr termo aos impulsos caudilhescos, notadamente na Cisplatina... Ai *blancos* e *colorados* não cessam de lutar à mão armada pelo domínio político, com embates repercutentes em nossas fronteiras, as quais, não raro, invadem. Via de regra, essas contendas envol-

vem numerosos brasileiros que têm interêsses sociais e econômicos no Uruguai. E, não raro, a política de nosso próprio govêrno, não lhes fica indiferente...

O Paraguai também não fica totalmente abstêmio nestas contendas e a partir de 1862, quando Solano Lopes assume a chefia dêsse Estado, torna-se mais ostensivo o seu intrometer... Visa a influir na política do Prata como fator decisivo, em prol da expansão de seus domínios... E isto sem as precauções do seu pai e antecessor que tinha por norma evitar conflito armado com o Brasil...

Quando surge nova luta no Uruguai, o seu govêrno, não conseguindo o apoio de Buenos Aires, então chefiado pelo inteligente e culto General Mitre, busca a ajuda de Solano Lopes.

O Brasil intervém em prol da pacificação do Uruguai, sem macular-lhe a independência, apoiando Flôres que reage de armas na mão. Lopes intima-o a manter-se ausente da contenda e, porque não é atendido, declara-lhe a guerra. Declara? Inicia-a...

Inicia a luta que evidencia ter por um dos seus objetivos a incorporação ao território em que domina, do Sul de Mato Grosso... E, porque julga poder contar com a colaboração de Urquiza, de Entre Rios, e de caudilhos secundários de Corrientes, invade o território argentino e busca alcançar o brasileiro, rumo ao Uruguai...

Surge então, tal referimos já, a guerra chamada da tríplice aliança formada pelo Brasil, a Argentina e o Uruguai, onde Flôres assumira o poder político, graças a ajuda militar do Brasil.

É o embate de cinco anos, de heroismos e sacrifícios, no qual a força decisiva é evidentemente a do Brasil. Embate durante o qual a personagem de Osório, que labuta nesses entreveros desde seus preâmbulos até a decisão final, assume relêvo deslumbrante, empolgando os aliados, a sua admiração e respeito, e até mesmo a estima dos adversários.

Finda a guerra, ficam liquidadas, a bem dizer-se, as heranças das contendas coloniais. Findo o *caudilhismo* na Argentina e no Uruguai, embora algumas reminiscências se manifestem depois por diversos modos... Estão liquidadas as disputas internacionais da região sulina com o Brasil.

* * *

Em nossa terra, onde os efeitos da revolução industrial começam a se fazer sentir na formosa década dos 50, surge então uma nova era...

Há as conseqüências do desequilíbrio econômico financeiro causado pelos dispêndios da guerra; excitam-se as ânsias pelo progresso industrial, que reclama a eliminação da escravatura; surge o movimento organizado pró-república...

Acirram-se ainda mais as disputas partidárias, pela posse do Governo do Estado, mais ou menos neutralizados pelo Poder Moderador. Não se efetuam, porém, reformas que a opinião pública, e o progresso nacional, reclamam, tais como a *autonomia* da província, e a *libertação dos escravos*, a *verdade* do mecanismo eleitoral, etc.

A fermentação vai crescendo dia a dia, levando à eclosão da República em 1889... Até 1880, porém, duas forças morais dominavam nas forças armadas, Osório e Caxias, contendo-as, impedindo que se deixassem levar pelas excitações do fermentar da política partidária e das propagandas...

* * *

No ambiente *geográfico internacional e nacional, físico, humano e político*, que vimos de recordar em mui largos traços foi que agiu e reagiu Osório. Nascido em 10 de maio de 1808 e falecido em 4 de outubro de 1879, viveu empolgado em seu labutar, pelos impulsos patrióticos, no ambiente do sui. Das contendas dos povos do Prata, repercutentes no Brasil cujos acontecimentos balisamos em largos traços, nunca esteve ausente... Sim desde *menino*... *Menino* nascido na zona litorânea que emoldura a campanha das fronteiras. No trâmite para a juventude, vai se formando na Cisplatina, onde seu pai comanda um regimento de nossas forças lá estacionadas. Em Salto...

Criado no campo, não consegue instrução, além do ensino primário daqueles tempos, mas exercita os seus primores anímicos no labutar rústico da campanha, onde o bom êxito reclama capacidade de previsão; golpe de vista, rápido, nítido e profundo; calma imperturbável; coragem persistente; decisões prontas e, se necessário, enérgicas; tranquilo repousar após os feitos, sem descuidos, porém...

Mas nesse pleno labutar do ambiente campeiro, o ensino primário que adquiriu, excita em seu espírito a vontade de se instruir, vontade a que o pai não pode contentar, mandando-o para a *Côrte*, por falta de recursos. Tenta-o o próprio Osório satisfazê-la quando já ingresso nos quadros do Exército, mas os acontecimentos político-militares da zona sulina não permitem levar avante seu desejo...

Osório, menino, não aspira ser militar. No fim de sua vida, já glorioso, afirma considerar a guerra um retardo nos progressos da civilização... Mas, seu pai vê nêles qualidades de um soldado de escol e por não poder dar-lhe melhor caminho para a sua formação, leva-o consigo, quando se trava a luta por nossa independência para a expulsão das tropas lusitanas, restantes na Cisplatina. Então o meu jovem Manuel Luís, que não havia alcançado ainda a idade de *cadete*, é apenas um espectador dos acontecimentos. Mas, porta-se de tal modo que o pai se certifica haver nêles as aptidões de soldado que supunha ter...

Depois, faz-se *cadete* e não tarda em ser *alferes*, tais os seus procedimentos nos campos daquelas lutas...

Desde, então, dia a dia, de acontecimento em acontecimento, jamais estando ausente nas lutas daquelas campanhas, o seu vulto vai se tornando dia a dia mais imponente. Sua personalidade vai cada vez mais impressionando pela retidão, o acêrto e o denodo de suas reações, sem jamais se verem nêles quaisquer temores, nem ânsias de conquista de interesses personalísticos. Nada o turva, nem o faz hesitar... Mas, que o inspira e guia? O patriotismo, a consciência de seus deveres humanos...

No seu agir e reagir nos campos de batalha, ou nos labores que os antecedem ou circundam, jamais se vêem hesitações, ou desgarrs da rota do bom e justo proceder, testemunhando deficiências anímicas...

É soldado disciplinado, respeitoso da autoridade, sem ser mero *janizaro*... Cumpre suas missões, atento mais para o que visam as ordens que recebe que para a rigidez das letras que as definem... As vêzes, não trepida em reagir mais ou menos enêrgicamente, conforme as circunstâncias, contra falhas ou erros dos que o enquadram...

No seu pelejar de soldado, de personagem cívica, ou no âmbito estritamente *doméstico*, a conduta de Osório merece ser meditada, como sementeira de magníficos ensinamentos...

Basta saber vê-lo, nas épocas e ambientes de sua atuação...

Assinalemos as características dominantes na personalidade moral de Osório, relembando aqui dois fatos, colhidos *entre muitos outros*... Um, ocorrido em sua juventude; outro, em sua plena madureza, quando a sua personalidade começava a impressionar todo o Brasil.

Em 1831, antes da guerra *farroupilha*, durante a qual a conduta do Tenente Osório foi modelar, êle não trepida, não hesita, não vacila em socorrer os habitantes da fronteira do *Quaraí* que estavam sendo vitimados pelas incursões vandálicas

da gente que Rivera trouxera das Missões para instalar no Uruguai, na época da batalha do Passo do Rosário... Isto importava, segundo o pensar do chefe militar então no Rio Grande, em agir contra a política de *neutralidade ditada* pelo Governo do Império...

Era uma indisciplina contra a *letra das ordens* então expedidas. O comando conhecedor da iniciativa do Tenente Osório, pelos relatos que se lhe fizeram, providencia para a sua punição. Prende-o e submete-o a um conselho de justiça... Não encontra, porém, como constituir êsse conselho... Os que eram escalados para isso, sob várias razões, excusam-se de tal encargo... Osório foi a final libertado, por não haver como culpá-lo, judiciousa e judicialmente...

O outro fato, *entre muitos outros*, a que nos referimos, ocorreu em 1865, trinta e quatro anos mais tarde... No desabrochar da guerra do Paraguai, como registamos já, Lopes mandara Estigarribia invadir a fronteira do Brasil, através das terras argentinas de Corrientes.

Estigarribia, entra por S. Borja e vai ter a Uruguaiana, recalcando as forças de Canabarro que guarneciam a fronteira. O oficialismo, insuflado pelo aulicismo, culpa o velho gaúcho de incapacidade ou conivência com o invasor, sem reparar que a sua *manobra em retirada*, impedira êste de se internar pelo Rio Grande... E sem considerar o que eram as forças de que dispunha... Canabarro vê-se desamparado... É submetido a um conselho de guerra... Mas, é absolvido...

Nem um só momento, embora único testemunho a seu favor, Osório, titubeia em lhe dar pleno apoio moral, em justificar sua conduta, que testemunha ter sido adotada com seu pleno acôrdo... E nesse momento as intrigas do partidarismo político não o favoreciam...

Entre essas duas épocas, ocorrem a guerra farroupilha e a luta contra Rosas. Na primeira Osório se conduz de tal modo que se faz, talvez, o elemento decisivo da contenda, antes da atuação de Caxias. E, depois, é o seu braço forte...

Na luta contra Rosas, às missões que desempenha, nos seus preparativos e no início das operações, só êle poderia dar satisfatório êxito... No auge da luta, na batalha decisiva de Caseiros, refulge tanto que as gravuras de então o apresentam entre Porto Alegre e Caxias, seus chefes, como a imagem central...

Quando Caxias, o comandante em chefe, se despede do teatro da Campanha, chama-o o *maior guasca da Província*.

Advinda a guerra do Paraguai, Osório se faz o *legendário*. Dá surpreendente acabamento a organização inicial de nossas

fôrças; neutraliza hãbilmente os intrometidos como Lopes, como Urquiza; esteia em Buenos Aires a formação da tríplice aliança; e vai em incessante labutar até a batalha decisiva de *Tuiuti* que complementa a *batalha naval* do Riachuelo...

Depois, doente e combalido pelos esforços que despendeu nessa campanha, desde seus preâmbulos no Uruguai, em 1864, retira-se do teatro da luta. Mas, Caxias, nomeado para o Comando em chefe de nossas fôrças, reclama o seu retôrno à frente de fôrças que êle deve reunir no Rio Grande. Osório não hesita... Dá a Caxias, diz êste, a resposta que esperava... Resposta que o desenrolar dos feitos vai confirmando, por sua repetição constante, ter sido de sumo valor...

Após isto, Osório ferido gravemente em Avaí retira-se outra vez, do teatro da luta. A guerra, porém, que atinge o seu têrmo, ainda não está finda...

De novo se reclama o retôrno do *legendário*... Ao que êle não se nega se lhe derem a assistência permanente de um médico...

Volta...

Mas, por que isto? Por que isto se não faltavam no Brasil outros chefes militares de denodo e valor?... É porque Osório parecia uma personagem de lenda, lembrando os registos de Homero! Empolgava brasileiros, argentinos e uruguaioes que não viam como prosseguir a luta sem êle... E o paraguaio também sentia a sua fascinação!...

* * *

Finda a guerra, nenhum prestígio maior aflorava no Brasil. Êle, porém, mantem-se retraído e se excusa quanto pode em receber homenagens. Labuta na sua província na *política liberal* e se nega às seduções da propaganda *republicana*, por considerar que a República *deveria advir a seu tempo*...

Só vem à côrte, já como Senador, depois do terceiro escrutínio em que fôra indicado pelo eleitorado, sete anos após finda a guerra do Paraguai. Nada de explícito há a tal respeito, mas é evidente que, com êsse proceder, evitava viesse a se melindrar Caxias, que era *conservador*, enquanto êle era *liberal*...

Até falecer, em 4 de outubro de 1879, êle já o Marquês do Herval, Senador e Ministro da Guerra, procedia como sempre, à altura das expectativas sensatas... E com *bondade e justiça*...

Em sua vida, se sabemos vê-lo no seu *ambiente e no seu tempo*, não notamos máculas nem frustrações, embora certos accidentes nos façam lembrar o dizer de Mme. Stael.

Mais comment résister à l'influence de son temps, quel homme dont le génie même n'est pas, à beaucoup d'égards l'ouvrage de son siècle?

Sim, mas se sabemos ver sua vida, em seu conjunto e no esplendor do seu labutar cívico, militar e doméstico, não hesitamos em incorporá-lo à coorte dos construtores da evolução humana, atuantes nestas terras da América.

Lembramo-nos então do dizer de Pascal: «*Toute la succession des hommes pendant la longue suite des siècles, doit être considérée comme un seul homme qui subsiste toujours et que apprend contumellement*».

* * *

O que vimos de discorrer em honra da memória de Osório, fazendo-o um mero cumprimento de um dever humano e patriótico, parece bastante para relembrar o valor de sua excelsa formação anímica e de sua exemplar atuação em bem da Pátria, e mesmo da Humanidade podemos dizê-lo sem temer estar exagerando.

Osório reagiu no seu tempo como um tipo de escol, daqueles que operam em prol do progresso sem desordem... A meditação de seus procedimentos na época e no ambiente em que atuou ensina-nos, *mutatis mutandis*, a reagir a nosso turno nas condições em que vivemos, sem nos desviarmos da trajetória, que demarca o avançar da civilização.

É uma vida cuja meditação ensina a bem viver, visando por isto, a contribuir para a informação dos estudiosos sobre o que ela foi, consignamos aqui o que a seu respeito existe na *biblioteca, arquivo e museu do I.H.G.B.*

E podemos fazê-lo graças à boa vontade e mui acentuada capacidade de trabalho de D. Adelaide Morosini Alba, chefe da secretaria do I.H.G.B. que organizou a relação seguinte:

MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO

Ao General Osório — Marquês do Herval — Rio de Janeiro.
(Medalha em gesso).

O Rio Grande do Sul ao General Manuel Luís Osório 1933
-- Comissão Promotora e realizadora de Monumento: General Cipriano da Costa Ferreira, Presidente: Coronel João Cândido Maia, Secretário — Coronel Manuel Joaquim Faria Corrêa, Tesoureiro. (Of. do Embaixador Macedo Soares). (Medalha em bronze).

RETRATOS E QUADROS

— Ministério de 1878 (Homenagem ao) — Litografia publicada pelo jornal *Comédia Popular* em homenagem ao Ministério de 1878. Com retratos do Presidente do Conselho Cansansão Sinimbu; Manuel Luís Osório, Marquês do Herval (Ministro da Guerra); Gaspar da Silveira Martins, Ministro da Fazenda; Domingos de Sousa Leão, Ministro dos Estrangeiros; Eduardo de Andrade Pinto, Ministro da Marinha; Leôncio de Carvalho, Ministro do Império. (Observação: ao alto lê-se: O Ministério de 5 de janeiro de 1878 não assinada).

— Homenagem ao General Manuel Luís Osório (Marquês do Herval) — Litografia que representa uma homenagem ao General Manuel Luís Osório, por ocasião de sua vinda ao Rio de Janeiro para tomar assento no Senado. Assinado: A. (Publicação da Revista Ilustrada).

Fotografia do General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval.

— Litografia que representa o General Osório prestando juramento no Senado em 2 de Maio de 1879. (Desenho tomado do natural por Bordalo Pinheiro). Publ. do *O Mosquito* Ano, 9 n.º 413.

— Cópia fotográfica colorida de uma pintura que representa o General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, em grande uniforme. N/assinado.

— Diversas fotografias da espada ofertada ao General Manuel Luís Osório pelo Exército Brasileiro, na Guerra do Paraguai (Oferta feita ao Instituto Histórico por sua filha D. Manuela Osório Mascarenhas).

— Fotografia de duas lanças que pertenceram ao General Manuel Luís Osório, (Oferta feita ao Instituto Histórico por sua filha D. Manuela Osório Mascarenhas).

— Litografia representando cenas da recepção do General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, no Senado, a 28 de abril de 1877. Assinado J. Nunes.

— Fotografia do Gal. M. Luís Osório, Marquês do Herval, quando Tenente-Coronel. Não assinada.

— Fotografia tomada por ocasião da inauguração da estátua equestre do General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, na praça 15 de Novembro. Não assinada.

— Fotogravura que representa uma alegoria em homenagem ao General Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, por ocasião de sua morte. Desenho de Angelo Agostini. Galeria.

— Litografia que representa uma alegoria por ocasião de sua morte. (Agostini).

— Litografia alegórica ao General Manuel Luís Osório, M. do Herval. (Revista Ilustrada de 28 de abril de 1877 (Assinado: A. (Angelo Agostini)).

— Idem — ano 4 — nº 179 — Rio de Janeiro, 4 de Outubro de 1879.

— Litografia que representa a manifestação do povo fluminense à chegada do General Manuel Luís Osório, M. do Herval, ao Rio de Janeiro para tomar assento no Senado. Não assinada.

— Retrato do general Osório a cavalo — Semana Ilustrada — nº 283 — 13 de maio de 1866, pág. 3.163.

— Retrato em busto — Semana Ilustrada — nº 258 — 5º ano — 11 nov. 1865, pág. 2.059.

— Quadro representando o reconhecimento de 6 de julho de 1866 — Semana Ilustrada — nº 402 — 8º ano — 23-8-1868, pág. 3.211.

— Retrato do General Manuel Luís Osório. Vida Fluminense — ano I — 8 de agosto de 1868 — nº 32, pág. 387/388.

— Retratos e foto da espada oferecida pelo exército. Ilustração Brasileira — Rio de Janeiro, ano VI — nº 62, Outubro 1925.

— Retrato do Tenente Cel. Manuel Luís Osório, comandante do 2.º Regimento de Cavalaria, na Batalha do Moron em 1852.

— Retrato do Marquês do Herval (M. Luís Osório) 1808-1879

— General Manuel Luís Osório (M. do Herval) — Foto, e pintor da ex-Casa Imperial.

— Glórias do Exército Brasileiro — Composição e desenho de Henrique Fleiuss. Foto (Supl. da Semana Ilustrada de 1869).

— Foto da Praça General Osório (Album do Amazonas) — Manaus, 1901-1902.

— Retrato de Osório a cavalo -- Um século de Pintura por Laudelino Freire (1816-1916), pág. 361 — Rio de Janeiro, 1916.

— Retrato e nota sobre General Osório — Revista da Semana, ano XXII — Maio (28) de 1921 nº 22.

— O 24 de maio de 1866 por Hermeto Lima — e retrato. Revista da Semana, nº 22 de 24 de maio de 1924 (Retratos de Mitre, Osório e Flores) pt. 32.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO

— Osório (Manuel Luís) — Comunicação do falecimento do... (1879) — vol. XLII — 2ª — págs. 257/275.

— Parecer acerca da proposta de Luís Francisco da Silva para que o Instituto mande compreender entre os seus sócios falecidos o general (1879) T. XLII — 2ª — pág. 275.

— Elogio histórico do General M. Luís Osório pelo Dr. J. M. de Macedo (1879) T. XLII — 2ª — pág. 342.

— Notas históricas sobre o General Osório (1879) — T. LXIV — 2ª — pág. 87.

— Manuel Luís Osório, Barão, Visconde e Marquês do Herval (v. Joaquim Luís Osório) Carta oferecendo ao Instituto Histórico todo o arquivo de seu avô, o general... 1911 — Tom. LXXIV, 2ª — pág. 492.

— Efemérides Brasileiras — Tomo 82 — 1917 — vol. 136.

— Primeira Batalha de Tuiuti — conferência pelo General Moreira Guimarães (Palavras de Afonso Celso sobre Osório e Mitre). T. 94 — 1923, vol. 148, págs. 503/519.

— Guerra do Paraguai — Cap. Otaviano Pereira de Sousa (Rev. I.H.G.B.) — Tomo 102 — v. 156 (2º de 1927).

Rio de Janeiro, Imp. Nac. — 1929.

— Conferência de J. P. Calógeras (sobre Osório) 1929, vol. 160, tomo 106, págs. 412/432.

— Osório (Manuel Luís) — Marquês de Herval — Conferência de Rodrigo Otávio Filho — 1931, vol. 164, págs. 488/509.

— A Paz com o Paraguai depois da guerra da Tríplice Aliança pelo General Augusto Tasso Fragoso (Rev. I.H.G.B.) — vol. 174 — Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1940.

— Estudo sobre o Patronato do Exército — Pelo Cel. J. B. Magalhães (Publ. no *Jornal do Comércio*, agosto, 1947). (Rev. I.H.G.B. — vol. 202 — pág. 234 — 1949) — Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1949.

— Comemoração de Osório — palestra realizada na Fundação Osório em 10 de maio de 1952. Rev. Inst. Hist. Geog. Bras. — Bl. 216 — pág. 175. — Rio de Janeiro, Imp. Nac. — 1952.

ARQUIVO DO GENERAL OSÓRIO

— Latas nº 224 a 265 — total de documentos 10.619.

— Latas nº 269 a 276 — Col. Saraiva.

BIBLIOTECA DO INSTITUTO HISTÓRICO

— Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América na guerra de 1851 e 1852 e 1827 por Ladislau dos Santos Titara. Rio Grande do Sul, Tip. de B. Berlim, 1852.

— Exército em Operações na República do Paraguai — Ordens do Dia da Guerra do Paraguai (1865/1870).

Rio de Janeiro, Tip. de Francisco Alves de Sousa, 1865-1870 (11 vols.)

— Apontamentos Biográficos para a História das campanhas do Uruguai e Paraguai desde 1864. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1866 c/fots., págs. 37/48.

— Reflexões sobre a brochura do Sr. Ch. Expilly (Le Brésil-Buenos Aires-Montevideu et le Paraguai devant la civilisation) por João Carlos Moré — Porto Alegre, Tip. Liv. Marcus, 1868.

— Les Républiques de La Plata et la Guerre du Paraguai — Le Brésil — Par John Le Long. — Paris, Imp. Dubuisson et Cie, 1869.

— História da Guerra contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai (contendo considerações sobre o exército do Brasil e suas campanhas do Sul até 1852 — Campanha do Est. Oriental em 1865. — Rio de Janeiro, Liv. de A.G. Guimarães & Cia, 1870-1871.

— Homenagem aos heróis brasileiros na Guerra contra o Governo do Paraguai sob o comando dos Merechais de Exército S.A.R. o Sr. Conde d'Eu e Duque de Caxias. Por A.J. Santos Neves. — Rio de Janeiro, Tip. Universal de E. & H. Laemmert (1870) C/iltrs.

— Guerra do Paraguai. Resposta ao Sr. Jorge Thompson, autor da *Guerra del Paraguay* e aos anotadores argentinos D. Sewis e A. Estrada. Por A. de Sena Madureira. — Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1870 (Trad. em espanhol ed. 1869 (Bibl. em 67, 6, 1 (I.H.)).

— Guerra do Paraguai — O Almirante Visconde de Inhaúma por A. J. Vitorino de Barros. — Rio de Janeiro, Tip. do Imperial Inst. Artístico, 1870 — pág. 376/446.

— Guerra do Paraguai pelo 1º Tenente E. C. Jourdan. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1871.

— General Osório defendido por seu filho em sessão de 11 de junho de 1880 — Discurso pronunciado por Fernando Osório na Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, 1880.

— Recuerdos de la Guerra del Paraguay por José I. Garmenda. Campaña del Pikiciry. — Buenos Aires, Imp. y Casa Ed. de Jacobo Peuser, 1884.

— Passagem do rio Paraná — Apontamentos de Campanha do Capitão Luís Vieira Ferreira (1866). — Paraná, Tip. A. dos Santos, 1890.

— Guerra do Paraguai por E. C. Jourdan. 2ª edição. — Rio de Janeiro, Tip. de Laemmert & Cia. 1890.

— Dicionário Geográfico e Histórico das Campanhas do Uruguai e Paraguai — Pelo Coronel do Estado Maior da Artilharia João Vicente Leite de Castro. — Rio de Janeiro, 1892 e 2ª ed. de 1894.

— Guerra do Paraguai — Tujuty — Ataque de 3 de novembro de 1867 por Francisco Manuel da Cunha Júnior. — Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1892.

— Album de La Guerra del Paraguai. Publicaciones Bimensual — Diretor José C. Soto. — Buenos Aires, Febrero 1.º — años I-II n.º 1-39 — 1893, pág. 53.

— História do General Osório por Fernando Luís Osório. — Rio de Janeiro, 1894.

— História do General Osório por Fernando Luís Osório (2º vol. Por Joaquim e Fernando Luís Osório Filho). — Rio de Janeiro, Tip. de G. Leuzinger & Filhos — 1894 (1º vol.), 2º vol. 1915.

— Datos Históricos de la Guerra del Paraguay con la Triple Alianza — por General Don Francisco Isidoro Resquin el año 1875. Publicado por el Dr. Angel M. Veneroso. — Buenos Aires Cia. Sud-Americana de Billetes de Banco, 1895.

— Guerra do Paraguai — Monografias Históricas por Juan Silvano Godói com um apêndice contendo o Cap. VIII do Livro de Benjamim Mossé sobre a Campanha do Paraguai e o depoimento de D. Francisco Isidoro Resquin — Versão e notas de J. Artur Montenegro. — Rio Grande — Of. a Vapor de Liv. 1895.

— Campanha do Paraguai — A Marinha Brasileira — Carlos Baltasar da Silveira. — Rio de Janeiro, Tip. J. Comércio de Rodrigues & Cia. — 1900.

— A guerra da Tríplice Aliança contra o Govêrno da República do Paraguai (1864-1870) C/cartas e planos por L. Schneider. Trad. do alemão por Manuel Tomás Alves Nogueira — Anotado por J.M. da Silva Paranhos. — Rio de Janeiro, H. Garnier, 1902 (3 vols.) (1ª ed. Col. Bormann).

— Historia de la Guerra del Brasil — contribución al estudo razonado de la história Militar Argentina, por J. Amadio Baldrich, Buenos Aires, Imprensa La Harlem, 1905.

— Guerra do Paraguai — O onze de voluntários da Pátria (Depois 42º Corpo da mesma denominação) Sua fé de ofício e relatório dos serviços militares prestados na Campanha de 1865 a 1870. Por Joaquim S. d'A. Pimentel. — Rio de Janeiro, Ofs. Grafts. do *Jornal do Brasil*, 1909.

— La guerra del Paraguai — Por Jorge Thompson — (acompanhada de un bosquejo histórico del país y apuntes sobre la ingeniería Militar de la guerra). Traducida del inglés. — Buenos Aires, Ed. Juan Palumbo 1910 C/8 mapas, ilustrs.

— Pela verdade Histórica. Rebatendo perfídias — Por Joaquim Luís Osório — Fernando Luís Osório Filho. — Rio de Janeiro Ofs. da C. 1914 c/retr. e autogr.

— Guerra do Paraguai — Antônio Américo Pereira da Silva, Capital Federal, Imp. Militar Est. Maior do Exército, 1915.

— Guerra do Paraguai. A campanha das Cordilheiras. Fim da guerra. Golpe de vista sobre a formação da nacionalidade paraguaia pelo Coronel Dr. Antônio José Dias de Oliveira. — Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1917 (Anais do 1º Cong. Hist. Nacional, Tomo especial — 1914, vol. 5, pág. 295).

— Fase inicial da Guerra do Paraguai. Marcha dos exércitos aliados anteriormente ao comando de Caxias. Operações da esquadra, pelo Major Dr. Liberato Bittencourt, in Anais do 1.º Congresso Hist. Nacional — Tomo especial — 1914 — vol. 5, pág. 175.

— Guerra do Paraguai, pelo Marechal José Bernardino Bormann (Anais do I Congresso de História Nacional — Tomo especial — 1914, vol. 5, pág. 211) — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

— O espírito das Armas Brasileiras — Nossas Guerras. Fatos e depoimentos com dezenas de gravuras explicativas. Por Fernando Luís Osório (F.º) — Rio Grande do Sul — 1918 c/iltrs.

— Historia del Paraguay desde 1747 hasta 1767 del P. Domingo Muriel — Traducida por el P. Pablo Hernandez. — Madrid — Lib. General de Victoriano Suárez, 1919, pág. 337.

— La Guerra del Paraguay (Las operaciones de la Guerra en territorio argentino y brasileño) Teniente Coronel Juan Beverina. — Buenos Aires, Est. Gráf. Ferrari Hnos. 1921 — 7 vols.

— O General Osório — Por José Ferraz de Sampaio Penteado. São Carlos — Livr. Pap. Paulista, 1921.

— Dicionário Histórico e Etnográfico do Brasil — História Militar, págs. 1.231-1.248. — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922 (2 vols.)

— A Guerra entre o Brasil e a República Argentina em 1827 (Questões do Rio da Prata e as guerras que originaram a de 1827). Amílcar Salgado dos Santos. — São Paulo, Esc. Prof. do Liceu Coração de Jesus, 1923.

Osório — Vinte e quatro de Maio — 1866 por Escragnolle Dória (Revista da Semana — 23-5-1925 — ano 26 n.º 22). — Rio de Janeiro, 1925.

— Guerra do Paraguai — Por Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho (Contribuições para a Biografia de D. Pedro II) — Parte I — Tomo especial — Rio de Janeiro, Imp. Nacional 1925, pág. 325.

— A Guerra do Lopes Gustavo Barroso (João do Norte) Contos e episódios da Guerra do Paraguai — 3ª ed. — São Paulo — Cia. Ed. Nacional, 1929.

— A Política Geral do Brasil por José Maria dos Santos. — São Paulo, J. Magalhães, 1930.

— Da regência à queda de Rosas — (A Política Exterior do Império — Vol. III). Por Pandiá Calógeras. (Bibl. Pedagógica Brasileira) — São Paulo, Comp. Ed. Nacional — 1933.

— História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai pelo General Augusto Tasso Fragoso. — Rio de Janeiro, Imp. do Est. Maior do Exército, 1934, 5 vols.

— David Canabarro — Estudo biográfico por H. Canabarro Reichardt. — Rio de Janeiro, Henrique Velho, 1934.

— Reminiscências da Guerra do Paraguai (Com um prefácio do Contra-Almirante Raul Tavares) — Pelo Almirante Artur Jaceguai. — Rio de Janeiro, 1935, pág. 293.

— A Marinha d'Outrora (Subsídios para a história) pelo Visconde de Ouro Preto. In. Rev. Inst. Hist. — vol. 166 (2.º de 1932) — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935.

— Civilización contra Barbarie — Batista Pereira — Traducción del Portugues por Luiz Terau Gómez. — La Paz — Bolivia — Imp. Arnó Hnos. 1935.

— Bento Manuel Ribeiro — Ensaio histórico — Olinto Sanmartin. — Pôrto Alegre. Tip. do Centro, 1935.

— Antônio Vicente da Fontoura por De Paranhos Antunes, Pôrto Alegre — Ed. da Livraria do Globo, 1935 — c/iltrs.

— Nobiliário Sul-Riograndense. Por Mário Teixeira de Carvalho — Pôrto Alegre, Of. Gráf. do Globo, 1937 — c/ret. e braço, pág. 107.

— De Caseros ao 11 de setembro. Por Ramón J. Cárcano (Libertação, construção sucessão de Buenos Aires). Ed. 1933 em espanhol. Rio de Janeiro, Est. Gráficos de Cocahman Carbone & Cia. Ltda. — 1937 — pág. 77.

— A Revolução Farroupilha (1835-1845) Pelo General Augusto Tasso Fragoso. — Rio de Janeiro. Imp. Almanack Laemmert, 1939.

— Guerra dos Farrapos — Por Castilhos Goycochêa — Prefácio de E.F. de Sousa Doca. — Rio de Janeiro, Coachman, Casbone & Cia. Ltda. 1938.

— Panorama do Segundo Império — Nelson Werneck Sodré. São Paulo. Rio, Cia. Editôra Nacional, 1939.

— Breve notícia sumária acêrca dos vários quadros existentes no Salão de Leitura do edifício do C.P.O.R., destinado aos Cadetes do Colégio Militar Argentino. Pelo Cap. Salm de Miranda. — Rio de Janeiro, Set. 1939 — Impr. Militar, c/retr.

— A Paraná na guerra do Paraguai — Davi Carneiro (Edição do Dr. Dicesar Plaisant) Publicação sob os auspícios da Ac. Para-

naense de Letras. — Curitiba — Paraná «Empresa Gráf. Paranaense» — 1940 c/retr.

— Inspetoria da arma de Cavalaria, Chefes da Cavalaria Brasileira — Pelo General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. — São Paulo, Rio de Janeiro, 1940 — Livr. José Olímpio Editôra (Capa e vinhetas de Alberto Lima) n. do explr. 62.

— História Militar — Guerra do Paraguai (Apontamentos das aulas do Coronel Cordolino de Azevedo (mimeografados em 1926 e reeditados em 1941) — Rio de Janeiro, 1941.

— Osório — Conferência realizada na Escola Naval. Por Carlos Pena Boto. — Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia. 1942 c/mapas.

— História da Guerra Cisplatina por David Carneiro (Brasiliense vol. 246). — São Paulo, Rio Edit. Cia. Nacional, 1946 (Ed. ilustrada).

— Osório — Símbolo de um povo, síntese de uma época. Pelo Coronel J.B. Magalhães. — Rio de Janeiro, Liv. Agir Editôra, 1946 c/retrs. e iltrss. mapas.

— Comemorações de Osório (1952-1954). Pelo Cel. Ref. Ex. J.B. Magalhães. — Rio de Janeiro, Gráfica Olimpia Edit. 1954.

— Pequena História do Brasil por perguntas e respostas pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda. Nova ed. aumentada por Luís Leopoldo Fernandes Pinheiro. — Rio de Janeiro, H. Garnier, Liv. Ed. s/dat — c/retrs.

— Reminiscências da Campanha do Paraguai — pelo General Dionísio Cerqueira. — Paris, Imp. E. Arrault. s/data.

— Archivo del General Mitre.

— Guerra del Paraguai. Tomo I — VI. — Buenos Aires — Bibl. de *La Nación*.

— A Batalha do Passo do Rosário — Max Fleiuss — Tréplica ao Sr. General Augusto Tasso Fragoso.

— Uma linhagem Sul-Riograndense: — Os Antunes Maciel — Por J. F. de Assunção Santos — Rio, Ind. Graf. Taveira Limitada, 1957, pág. 197.

REVISTAS DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS

— Campanha do Paraguai (Passo da Pátria e Itapiru, 16, 17 e 18 de abril 1866). Por Eunápio Deiró. — Rio de Janeiro, extraído do *Jornal do Brasil* n.º 108 de 18-4. (Rev. I. G. Hist. Bahia — março 1897 — vol. IV — n. 13).

— Invasão Paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai, pelo Cônego João Pedro Gay (Rev. I.H.G. do Rio Grande do Sul) — 1.º e 3.º T. ano II — 1922 — pág. 103 — 1/2.º t. — ano III — 1923 — pág. 227. — Pôrto Alegre — Barcelos, Bertaso & Cia., Livr. do Globo — 1921.



Os oficiais efetivos e honorários do Exército Brasileiro, da Guarda Nacional e dos Exércitos Aliados, que tomaram parte na Guerra contra o Govêrno do Paraguai.

la Luis, pto)
(Thayer)
-11).

Foram os membros Honorarios do Exército Augusto
do Instituto Historico Geographico Bra.

1900

Exército Brasileiro,
Aliados, que toma-
Paraguai.

d'Eu, Amiralante
exonados, Marechal Duque
Comandante; à esquerda
Conde de Porto Alegre,
Visconde de Pelotas,

o porque do criterio

1919 (28.9)

— Osório, infante, Poeta, político, soldado (Conferência realizada pelo Dr. Oscar R. Tollens no «Centro Gaúcho» de São Paulo). (Rev. I.H.G. do Rio Grande do Sul) — I-II — ano IX, pág. 259. — Pôrto Alegre — Tip. do Centro, 1929.

— Monumento ao General Osório — Rev. do I.H.G. do Rio Grande do Sul, IV, Trim. ano XIII. — Pôrto Alegre, Ofs. Gr. Liv. *Globo* — 1933 — pág. 261.

— A Revolução dos «Farrapos» e os anais da Assembléia Legislativa da Prov. de São Paulo (1835-1846). Fernando Calage. (Rev. I.H.G. Rio Grande do Sul — 1934 — ano XIV — pág. 179) — Pôrto Alegre — Ofs. Grafts. Liv. *O Globo*, 1934.

— Tradição Histórica por Leopoldo de Freitas (Centenário Farroupilha) — (Rev. do Inst. Hist. Geog. do Rio Grande do Sul — ano 1935 — ano XV — pág. 101). — Pôrto Alegre — Ofs. Gr. de Liv. *O Globo*, 1935.

— O Decênio Farroupilha em São Gabriel por Celso M. Schroeder (Rev. I.H.G. do Rio Grande do Sul — III Trim. ano XVIII) — pág. 55. — Pôrto Alegre, Ofs. Gr. do *O Globo*, 1938.

— Aerostação na «Guerra do Paraguai» — Conferência no Inst. Hist. Geog. Pará, em 20 de janeiro de 1932 — Pelo Major Lisias Rodrigues (Rev. I.H.G. Pará — Vol. VII — 1932-1 Trim., Pará, Tip. Inst. D. Macedo Costa, 1932.

— Primeira Batalha de Tuiuti. Conferência feita pelo Des. Jorge Aurley no «Palácio Teatro», em Belém a 24-5-1934. (Rev. I.H.G. Pará — Vol. X — ano 1936 — págs. 509/520. — Pará, Of. Grafts. do Inst. Lauro Sodré.

— Brasil no Segundo Reinado Guerra do Paraguai — Perfis de Caxias, Osório e Guião. (Rev. Inst. Hist. Geog. Pará — Vol. XI — 1938, pág. 281. — Pará — Ofs. Graph. Inst. Lauro Sodré, 1938.

— Osório — Por Nelson Carvalho (Rev. I.H.G. do Pará — págs. 61/79) — Pará, 1951.

MAPAS

— Mapa, das Cordilheiras do Paraguai.

— Plano do sítio de Humaitá pelo Chaco — levantado por ordem de S. Ex. o Vice-Almte. Visconde de Inhaúma por I.M. Guimarães (Supl. da *Semana Ilustrada*).

— Mapa Geográfico indicando as longas e penosas marchas dos diferentes Corpos do Exército, assim como as das Colunas inimigas paraguaias em 1865-66. Operações Militares. — Rio de Janeiro, Lith. Imp. do Ed. Rensburt — s/data.

-- Guerra do Paraguai — Planta de Humaitá (Supl. da Semana Ilustrada) — Desenhada pelo Major R.A. Hodosiewicz — abril, 1868. (Mapoteca).

— Planta de Humaitá e terrenos adjacentes com a linha de sitio occupada pelo exército aliado, demonstrando igualmente a expedição aliada pelo Chaco no dia 30 de abril de 1868. Des. pelo major R.A. Hodosiewicz (Supl. da Semana Ilustrada).

— Plano de la parte de la Rep. del Paraguay actualmente occupada por los Ejercitos Beligerantes encontrado en una de las Plazas Armadas del Mariscal Lopez en uno de los ultimos combates — 1869.

— Atlas Histórico da Guerra do Paraguai organizado pelo 1.º Tenente E.C. Jourdan — Rio de Janeiro — Lith. Imperial de Eduardo Rensburg, 1871.

ESPÍRITO MILITAR E CIVIL DO GENERAL OSÓRIO

CLAUDIO GANNES

O rigor da pragmática militar não tolera que o inferior venha a discutir determinações superiores.

Recruta sem muita convicção, mas assim mesmo disciplinado — quando o General Leitão de Carvalho, presidente da *Fundação Osório*, me designou para esta posição honrosa e arriscada, na substituição de quem não pôde vir, não hesitei um instante: dei um passo em frente, saindo do anonimato das fileiras, e aqui estou, apenas para cumprir as suas ordens.

* * *

Comemora-se hoje, nesta casa benemerita e cinquentenária, fundada pelo Marechal Malet — o sesquicentenário natalício de seu glorioso patrono, o legendário Marechal Manuel Luís Osório, que, pela nobreza de seu invulgar merecimento, foi em vida o Marquês do Herval.

Osório, bem o sabeis, entre os que exornam a prulhante galeria histórica e prestigiosa dos generais brasileiros, é aquêlê que, ao lado do Duque de Caxias e outros eminentes soldados, reuniu, em sua personalidade singular, as maiores virtudes militares e civis.

Desde menino, aos quatorze anos (1822) até a velhice augusta, em cêrca de 50 anos de trabalhos árduos, combates rudes e intervenções ousadas, foi êle dos nossos soldados mais representativos. Passou altaneiro, das guerras pela nossa Independência, no sul, ao lado do Pai, para as lutas da Cisplatina. Em 1824 já era alferes. Esteve em Sarandi (1825) e em Passo do Rosário (1828). Combateu ao lado dos *Farrapos*, desligando-se dêles quando se tornaram separatistas: presente em Rio Pardo e Piratini. Combateu o caudilhismo de Chico Pedro (1850). Combateu contra Oribe, em Montevidéu. Lutou contra Rosas, em Montecaseros (1852) ao lado de Pôrto Alegre, e contribuiu decisiva-

(*) Discurso pronunciado na *Fundação Osório*, em 10-5-1958.

mente para a vitória dos exércitos aliados. Lutou de novo no Estado Oriental (1863-1864), na direção do famoso regimento de cavalaria, constituído pelos indômitos lanceiros gaúchos, assumindo o comando das tropas, desde quando Mena Barreto se retira, por doente.

A seguir, na guerra do Paraguai, destaca-se por feitos gloriosos, desde a organização do 1.^o Exército, assistindo à tomada de Uruguaiana, na presença do Imperador; aparecendo, o primeiro, em Passo da Pátria, depois em Estero Belaco, Passo Cidra e na sangrenta Tuiuti (1866). Depois de doente, retornando ao teatro da luta, por imposição de Caxias, na direção do 3.^o Corpo, iluminando o seu porte marcial; e depois sob o seu comando, em Humaitá, Itororó e Avaí (1868), quando é ferido no rosto, naquela nobre atitude que Pedro Américo immortalizou na tela. Por fim retornando ao campo de batalha, com o Conde d'Eu, já autêntico e legendário titan, que atemoriza os inimigos, em Peribibui (1869).

Esse é o sumário currículo militar, que consta da sua extraordinária fé de ofício, das mais belas, de que se orgulham os fastos do exército brasileiro — pela sua bravura pessoal, e pela galhardia no combate, que roçavam na temeridade; pela serenidade e pela visão panorâmica, com que, olhar de águia, descortinava de relance, o desenrolar dos acontecimentos, em face do inimigo. Estão aí, realmente, as surpreendentes virtudes militares que compõem a sua personalidade, a de um autêntico chefe.

* * *

Há, na vida de Osório, dois episódios, que denunciam a sua alta capacidade de negociação. Do militar-diplomata. O primeiro é quando, já, ao lado da legalidade parlamenta, com os *farrapos*, e consegue afastá-los de Frutuoso Rivera.

O segundo, já no início da guerra do Paraguai, no quartel-general das forças aliadas, para vencer a hesitação de Urquiza, indica a Mitre o seu nome, para comandar o 1.^o Exército. Ante tamanha prova de confiança, consegue com êsse golpe de habilidade, arrastar de vez o caudilho argentino para o nosso lado.

Tudo isso está gravado, em nossa história militar, em letras de ouro, cingindo-lhe a fronte de louros imarcessíveis. As verídicas façanhas sulinas de Osório que, ao entrar da juventude eu lia encantado, como se fôsem a continuação das fantásticas correrias do famoso «sete botas», que me povoavam a imaginação, nos idos da infância...

Mas não é só dêsses florões gloriosos, que desejo aqui falar. Felizes os homens que ultrapassam com êxito as marcas de sua nobre profissão, e nela não abafam as linhas da sua própria figura humana. Quero falar de Osório, sim, mas também do espírito

civil de Baiardo brasileiro, como o crismou o General Tibúrcio — do centauro dos Pampas — onde se destacam a sua lealdade exemplar, a sua rude franqueza, que não direi sejam apenas virtudes dos pagos gaúchos, do torrão natal de onde êle proveio, mas dons do seu caráter peregrino, do seu temperamento civil. A farda de soldado nunca lhe escondeu as pulsações do coração humano.

Dois episódios, sob êsse aspecto, ilustram de luz própria, a sua vida.

O primeiro foi quando, tendo todos os generais do sul (inclusive Pôrto Alegre e Mena Barreto) — assinado memorial de apoio ao Presidente da Província, Silva Ferraz — êle só, entre tantos oficiais superiores ficou isolado, na recusa a essa iniciativa política. E respondeu ásperamente aos companheiros: — «Se hoje manifestar-me a favor, amanhã tenho o direito de ser contra. Como militar só devo servir ao governo, sem partidatismo!»

O segundo — recusando-se, em 1870, a emprestar o prestígio da sua espada destemerosa, a pedido dos republicanos de Jaguarão — para a derrubada das instituições monárquicas. Então escreve: «A minha espada, que desembainhei nos campos da guerra, para defender a Pátria e a Ordem, nunca a desembainharei, no meio da Paz para derramar o sangue dos meus compatriotas».

E, em outra ocasião, acentua: — «O despotismo não pode medrar numa nação que tenha consciência dos seus deveres e os queira defender».

* * *

Não lhe faltou ainda, a Osório, para emoldurar-lhe, compondo-a melhor, a figura simpática e humana, certos laivos de ironia esfuziante, o contato com as musas e a réplica incisiva, em palavras de espírito. O seu anedotário está cheio dêsses traços expressivos.

Certa vez, uma dama lhe pergunta, o que fazia para ganhar tantas batalhas: — O receio de não ser bem recebido, de volta, pelas minhas belas patricias.

Outra vez — é Mitre, o general argentino, quando chefe supremo dos três exércitos, que lhe manda pedir bois, para abastecer os seus soldados. E diz-lhe no bilhete brincalhão: — «Mande-os logo, senão vou tomá-los à força!» E Osório responde incontinentemente, pelo mesmo portador: — «General, os bois vão logo, para não ter o desprazer de derrotá-lo em combate!».

* * *

Filho de estancieiro e militar, cedo, êle que já era peão e cavaleiro exímio, acompanha-o nos «entreveros» e combates da

fronteira sul. Sem vocação para as armas, como Aníbal e Napoleão, é forçado, por falta de recursos na família pobre (tinha nove irmãos!) a seguir a carreira, que o pai lhe destina. E aí, com o talento natural da sua inteligência viva, com a destreza e agilidade, aprendidas na vida livre da campanha, com a sua robustez física, destaca-se enormemente, e dentro em pouco, com aquela sua faculdade maravilhosa de adaptação, já é um perfeito soldado. Trata-se de um auto-didata: afora algumas escassas primeiras letras, tudo que aprende é quase só na rude escola da experiência da vida!

* * *

Estamos em Passo da Pátria. Osório é o primeiro que entra a lança em território paraguaio. Investe logo com o seu piquete para adiante, arriscadamente.

Se não fôra o refôrço de Deodoro, quase é envolvido por fôrças inimigas que o surpreendem.

Amistosamente admoestado por companheiros, pelo ato temerário, responde, calmo:

«— Comando muitos recrutas, ainda bisonhos. Não quero que êles pensem que posso mandá-los à frente, em pontos onde eu mesmo não possa ir.»

E atos como êsses criam na tropa admirações que vão ao fanatismo, dedicações que vão a todos os sacrifícios.

Assim é que se fazia amado dos soldados.

E interessante é que êsse homem altivo com os superiores, mas tão humano ao tratar com os inferiores, de tão acentuado brio patriótico, como cidadão, nunca distinguiu, como Chefe militar, entre os seus comandados, os que fôsem seus correligionários, dos que fôsem seus adversários políticos. «Somos todos brasileiros, em defesa da Pátria» — acrescentava.

* * *

Outra expansão característica, que deixa ver bem o fundo do seu temperamento compassivo. Perguntaram certa feita a Osório, quais as impressões que tinha, como soldado, quando ia para o combate. Respondeu, depois de refletir:

«Antes de entrar em combate: *entusiasmo*; na luta: *medo*; no fim da batalha: *pena*». Resposta digna de Tourrene.

* * *

Em outra ocasião — conta ainda J.B. de Magalhães, o seu melhor crítico — biógrafo — Osório, no sul, na guerra farroupilha, desce à porta de um rancho:

Reconheceu no dono da casa um desertor, do seu regimento. Êste também o reconheceu, mas tratou de disfarçar e, respondendo

às perguntas de Osório, disse-lhe que morava com sua mãe e algumas sobrinhas destas, das quais era arrimo.

— Quero vê-las, disse Osório.

Elas vieram. A velha conta a história da sua miséria e Osório, penalizado, dá-lhe algum dinheiro.

Então, um dos que o acompanhavam, pergunta-lhe:

— Coronel. V.S. conhece êsse homem?

— Não conheço. E impôs-lhe silêncio.

Depois despediu-se e saiu.

* * *

Eis agora esta máxima política, proferida já no fim da vida em discurso, no «Clube da Reforma», em resposta a Sinimbu:

«O tempo é das ciências, das letras e da civilização; a força do govêrno não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas sim no império da justiça, no respeito ao direito de todos à liberdade».

* * *

Em outra ocasião, em pleno acampamento um recruta do norte, procura curioso, seguido pela fama, a barraca de Osório. Queria conhecê-lo.

Não o encontrou. Mas deparou à porta de outra, sentado um velho gaúcho, sem insignias, que lhe ofereceu a cuia de chimarrão e, com êle conversando, fêz camaradagem. Antes de sair, disse quem era. Depois acrescentou:

— Já somos amigos. Mas não lhe sei o nome...

— Chamo-me Manuel Luís.

Ao despedir-se, pois já anoitecia, mandou que um cabo o acompanhasse, para não se perder.

— Que bom companheiro é aquê! Deu-me mate e ainda manda v. me guiar. Pena é não ter visto o General Osório.

E o outro o esclarece: — Pois aquê é que é o General.

* * *

Em Corrientes — narra ainda J.B. de Magalhães, hábil coletor de todos êsses episódios — no comando do 3.º Corpo de Exército, recebe Osório a visita de importante personagem. Nesse momento, seu bagageiro e o seu cozinheiro, desavindos, entram em luta corporal.

Osório contraria-se vexado, por causa da visita. Nada no entanto deixa a perceber.

Retirada, porém, aquela, faz vir à sua presença os indisciplinados, repreende-os e manda castigá-los severamente.

Saem ambos da sua presença, trêmulos e temerosos. Vendo-os assim Osório diz a um official do seu estado-maior:

— «Afinal, são aquêles infelizes uns pobres diabos. Olhe, faça-os voltar e peça-me, diante dêles, que os perdoe por essa vez. Hei de relutar, mas você insistirá e eu cederei afinal. Com o susto e, enquanto se lembrarem da escapada difficil, não cairão noutra».

Era assim o General Osório. Nesses instantâneos rápidos, estão fixados alguns traços da sua grandeza d'alma, a sua simplicidade, as suas extraordinárias virtudes humanas.

* * *

Finda a guerra do Paraguai, a popularidade de Osório é enorme: transbordara da tropa para o seio da população civil. O velho soldado, que no fim da guerra só cavalgava em ação decisiva, por inflamação da perna — inspeciona os seus comandados do alto de uma caleça — recolhe-se à sua casa de Pelotas. Se fôsse um ambicioso, que quisesse explorar a vanglória passageira, teria vindo logo ao Rio e a São Paulo, acudindo a apelos incessantes dos seus correligionários e da opinião pública. É sabido o prestígio que cerca os generais vitoriosos.

Osório recusa sempre atender a essas manifestações, que lhe parecem um tanto demagógicas. Depois de tantos combates o que êle verdadeiramente tem é *pena* dos mortos. Não tinha temperamento para bonapartista.

Depois, na Côrte, se achava Caxias, seu companheiro de armas, que não fruira dessas manifestações. Não queria chocá-lo certamente com o espetáculo de demonstração evidente da sua popularidade, muito maior que a do seu antigo chefe.

Espera sete anos, silenciosamente. Só vem ao Rio, quando foi escolhido senador. O júbilo do povo foi então extraordinário. Preparam-lhe festejos e manifestações durante sete dias, em face de um ministério conservador que se absteve.

No ano seguinte é ministro da guerra. Morre em outubro de 1879 (no ano seguinte Caxias, a 7 de maio) aos 72 anos de idade, 48 dos quais passara, como um pampeiro audaz, nas lutas internas e externas, na defesa da Pátria!

* * *

Veio depois o monumento glorificador, na praça pública, que é obra esplêndida de Bernardeli (1893), e lhes serve de túmulo. Veio a seguir a exaustiva e carinhosa biografia, feita pelo filho

(1894) apoiada nos seus arquivos, continuada pelos netos (1915). Veio a bela estátua de Pôrto Alegre. Vieram os estudos técnicos e históricos de Tasso Fragoso, Calógeras, Tobias Monteiro, Alfredo de Toledo Costa, (Hofkemayer) Gustavo Barroso, Rodrigo Otávio Filho e J.B. de Magalhães — narrando-lhe a vida, comentando-lhe os feitos, os combates e as batalhas e tirando-lhe as induções necessárias para a apreciação e aproveitamento dos pósteros.

Pedro Américo, Rocha Fragoso (1870) e Blanes (uruguaio) (1868-70) fixam, em telas célebres, momentos decisivos e heróicos da sua carreira fulgurante ou a sua serena figura de cavalariano. A sua efigie é estampada em medalhas.

E, afinal se ergue essa admirável *Fundação Osório*, cuja semente econômica foi o saldo da subscrição pública, destinada ao seu monumento. Aqui se acolhem as órfãs dos militares, emprestando-se o seu nome aureolado ao patrocínio de uma iniciativa generosa, que a sua ilustre descendência prestigia, com a prodigalidade de um sentimento bem feminino.

Mais entretanto que as estátuas, mais do que os livros, mais do que as telas, as medalhas e condecorações merecidas, mais do que o enobrecimento, na nobiliarquia patricia — imagens vivas do reconhecimento da Pátria aos seus ídolos — creio que ao coração humano de Osório será grato receber no andar dos tempos, de geração a geração, esta glorificação permanente e mais alta, sentindo-se ligado a outros corações agradecidos, nesta obra que aqui admiramos, de tão alto teor cívico e humano.

Senhores: à memória do general legendário, do Baiardo brasileiro, do invencível soldado, do chefe-cavaleiro, do bravo dos bravos, do liberal sul-riograndense, do senador do Império, do marquês do Herval — salve!

O SESQUICENTENARIO DE OSÓRIO

Programa das comemorações

O transcurso, a 10 de maio último, do 150.^o aniversário de nascimento de Manuel Luís Osório foi comemorado condignamente, tanto na Capital Federal como nos Estados, por todos os setores da sociedade brasileira.

Por sugestão da Fundação Osório, Educandário das órfãs dos militares, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída, pelo Ministro da Guerra, uma comissão, encarregada de elaborar o programa das solenidades comemorativas do sesquicentário do ilustre brasileiro.

Essa comissão ficou composta do General de Exército, reformado, Estevão Leitão de Carvalho, como presidente, e do Contra-Almirante César Augusto Machado da Fonseca, representando o Ministério da Marinha; Major Gilberto Cordeiro de Miranda, representando o Ministério da Aeronáutica; Coronel-Professor Umberto Peregrino Seabra Fagundes, representando o Ministério da Guerra; Coronel reformado do Exército, João Batista Magalhães, representando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Coronel farmacêutico reformado Valdemiro Pimentel, representando o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; Dr. Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional; Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional; Dr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; e Dr. Álvaro Behrendorf Osório, representando a família do herói. Como secretário serviu o Major professor Arivaldo Silveira Fontes.

O programa elaborado pela comissão e aprovado pelo Ministro da Guerra compreendeu solenidades de caráter militar e cultural, para serem executadas na capital e nas principais cidades do país.

Por Decreto n.^o 43.403, de 18 de março de 1958, o Presidente da República instituiu a «Semana de Osório», compreendendo os dias 5 a 10 de maio, e determinou que os Ministérios e a Prefeitura do Distrito Federal colaborassem na execução das sole-

nidades, atendendo às solicitações que lhes fôsem feitas pela comissão.

As solenidades de caráter militar consistiram, na Capital Federal, em homenagem prestada à memória de Osório, na manhã do dia 9, véspera de seu nascimento, por destacamentos de tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, junto ao monumento erguido na Praça 15 de Novembro, traduzindo a gratidão nacional por seus serviços à Pátria. Estiveram presentes à homenagem o Presidente da República, o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, ministros de Estado, parlamentares, generais de terra, mar e ar, outras autoridades e pessoas gradas, membros da família de Osório, assim como oficiais das três corporações armadas, cada uma das quais fez ler, no ato, ordem do dia alusiva à efeméride.

A frente da tropa, por ocasião do desfile, que encerrou a cerimônia, vinha a carruagem de que se servia o herói de Tuiuti, no campo de batalha, depois da enfermidade na perna, carruagem que pertence hoje ao Museu Histórico Nacional.

Por ocasião dessa solenidade, o Presidente da República inaugurou uma coroa de louros, em bronze, colocada no pedestal da estátua, em nome das Forças Armadas.

Solenidades militares foram realizadas, por determinação dos titulares das pastas militares, em tôdas as guarnições, bases aéreas e navais da esquadra, em todo o país.

As solenidades de caráter cultural consistiram na sessão conjunta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Museu Histórico Nacional e Arquivo Nacional, na sede da primeira dessas instituições, na noite de 7 de maio, tendo como oradores o General Humberto de Alencar Castelo Branco e Dr. Eugênio Vilhena de Moraes; na sessão solene do Clube Militar, na noite de 8, em que foi orador o Coronel-Professor Manuel Cavalcanti Proença; no «Curso sobre Osório», promovido, em sua sede, pelo diretor da Biblioteca do Exército, no qual dissertaram: o acadêmico Gustavo Barroso, sobre «Osório, soldado»; o coronel Umberto Peregrino, sobre «Osório, homem»; e o acadêmico Raimundo Magalhães Júnior, sobre «Osório, político e estadista»; e na distribuição de uma pagela sobre o glorioso e bravo soldado, organizada pelo Doutor Eugênio Vilhena de Moraes.

Por intermédio do Ministério de Educação e Cultura, assim como por intermédio da Prefeitura do Distrito Federal, foi recomendado à direção dos Estabelecimentos de ensino da República fôsem feitas pelos professores aos seus alunos, durante a «Semana

de Osório», dissertações sobre os inesquecíveis serviços prestados à Pátria pelo bravo cabo de guerra.

Nesse mesmo sentido, a comissão dirigiu-se diretamente a todos os Institutos Históricos do país, pedindo-lhes que tomassem a iniciativa de promover homenagem à memória do herói, na data de seu 150.º aniversário de nascimento, ao mesmo passo que interessassem, por todos os meios, nas comemorações, as autoridades estaduais e municipais e a população em geral.

Ela se dirigiu igualmente à imprensa, da Capital e dos Estados, a fim de que relembresse ao público os feitos do herói, que motivavam aquelas demonstrações da gratidão nacional.

A fim de atrair a atenção da juventude para a existência exemplar do soldado e do cidadão, a comissão promoveu um concurso sobre a vida e os feitos de Osório, entre os alunos dos cursos primário e ginásial das escolas da Prefeitura do Distrito Federal, e os dos cursos científico e clássico do Colégio Pedro Segundo, com a distribuição, aos dois melhores classificados, de prêmios em dinheiro, oferecidos por Dona Francisca Osório Mascarenhas, neta do legendário batalhador.

Com o fim de difundir o mais amplamente possível, nas classes armadas, a memória dos feitos heróicos do soldado e os exemplos de abnegação e sacrifício pela Pátria, que lhe enriqueciam a vida, interessou-se a Comissão por que fôsem tirados números especiais da Revista Marítima Brasileira, Marinha em Revista, Revista Militar Brasileira, Revista do Clube de Aeronáutica, Revista do Clube Militar e A Defesa Nacional, dedicados ao 150.º aniversário natalício do egrégio brasileiro.

E, tendo em vista pôr o público brasileiro em contato com os sentimentos cívicos dos membros do Governo, que estavam colaborando no preparo das comemorações, apelou para os ministros de Estado e o Prefeito do Distrito Federal, a fim de que pronunciassem uma curta oração, sobre a efeméride, na Voz do Brasil, na Agência Nacional, durante a Semana de Osório, apêlo que foi correspondido patrioticamente.

Outra cerimônia constante do programa e realizada com grande brilho foi a sessão solene efetuada na Fundação Osório, no dia 10, em comemoração à data natalícia do seu patrono. Foi orador na cerimônia o historiador Dr. Cláudio Ganns, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que percorreu brilhantemente sobre a vida e os feitos memoráveis do bravo e abnegado patriota.

Nessa oportunidade, foi inaugurado, no Educandário, um novo pavilhão, com o nome de D. Manuela Osório Mascarenhas,

construído mediante os recursos doados pela generosa neta do patrono da Fundação Osório.

Associando-se às homenagens prestadas ao Marquês de Herval, no transcurso de seu 150.^o aniversário de nascimento, incluiu o Jockey Clube Brasileiro um páreo nas corridas de 10 de maio, no seu Hipódromo da Gávea, sob a denominação de «Sesquicentenário do Marechal Manuel Luís Osório», para assistir o qual convidou os chefes militares das três corporações armadas.

A comissão fêz colocar placas de bronze, com inscrições alusivas à estada do corpo do herói na igreja da Cruz dos Militares, onde fêz rezar missa solene em sua intenção; foi orador o Dr. E. Vilhena de Moraes; na capela do Asilo dos Inválidos da Pátria, em que o féretro esteve depositado durante alguns anos; falou o General João Pereira de Oliveira; e na parte antiga do Museu Histórico Nacional, remanescente do Arsenal de Guerra do Calabouço, onde também esteve o corpo para visitaçã pública; pronunciou uma oraçã o Dr. Gustavo Barroso.

Ela fêz cunhar uma medalha comemorativa do evento e imprimir um selo referente à efeméride.

Por proposta da comissão, o Ministro da Guerra mandou adquirir os exemplares disponíveis da obra *Osório*, de autoria do Coronel J. B. Magalhães, a fim de que fôsses distribuídos pelas bibliotecas das unidades militares das três corporações armadas do país.

Outra proposta da comissão, constante do programa das solenidades e adotada pelo Ministro da Guerra, foi a desapropriação, por utilidade pública, do prédio à rua Riachuelo n.^o 303, antigo 117, em que viveu e expirou Manuel Luís Osório, a fim de ser incluído no patrimônio histórico nacional e servir de sede ao Museu Militar e ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

E. L. C.

TRANSCRIÇÕES

RECORDAÇÕES DA BAHIA (*)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Pela antemanhã de 21 de março, quando se envolvia o aeroporto Santos Dumont em sombras, fora da faixa pontilhada de sinais luminosos, manobrou o DC-3, que deveria rumar para o norte.

Rompeu pela meia escuridão, afastando-se rapidamente da cidade profusamente iluminada, cruzou a baía de Guanabara, em que faiscavam luzes, dispersas, aqui, agrupadas, além. Pormenor algum se distinguia de comêço, no lusco-fusco indeciso.

A pouco e pouco, todavia, foi despontando o rosicler da aurora. Às 5,45, exsurgiu do mar, pela direita, aproximadamente em ângulo de 45° com a direção tomada pelo avião, o sol, semelhante a pequeno disco rubro.

Oferecia-se à vista dos viajantes, que em breve não mais poderiam encará-lo. Côr de ferro em fusão, ao sair de alto forno, já resplandecia, ofuscando os olhos desprotegidos, quando transpôs a linha do horizonte, como se emergisse do mar tranquilo, que a baixada perlonga, à direita.

Pela esquerda, encrespa-se o terreno, a que a Serra do Mar imprime feições peculiares, com o eriçado pitoresco dos seus picos de varia altura, cuja silhueta se distende, serrilhada.

Eram seis horas, quando se deparou à observação o rio Paraíba, em cuja margem aglomeração urbana denuncia, ao longe, a cidade de Campos, à direita. Rápida mente sai do campo de observação, como igualmente as usinas rodeadas de canaviais, que não tardam em sumir. Às pressas, não há oportunidade de fixar minúcias do panorama. Sômente sobressai o contraste da baixada, em que serpenteia o rio fecundante, e a cortina da serraria que a limita ao poente.

De permeio, os empolamentos dos tabuleiros interrompem a uniformidade da planura, propícia à conservação de lagoas.

(*) *Jornal do Comércio*, 5 de junho de 1949.

Nuvens esbranquiçadas, à semelhança de algodão, substituem os tons verdejantes da paisagem, que sòmente reaparecem de raro em raro, pelos rasgões momentâneos.

Quando se adelgaçaram mais largamente, a morraria afigurou-se menos elevada, e assim continuou até se aproximar de Vitória, onde os esgalhamentos montanhosos de novo se abeiram do mar, como sucede em tôrno da Guanabara.

A própria ilha, em que se edificou a Capital, encrespa-se de altos e baixos, que lhe individualizam e adornam a fisionomia.

Em um dos picos, sobressai a igreja da Penha, de que tomou o nome. Reproduções do Pão de Açúcar indicam a incidência de análogos agentes de degradação dos morrotes granito-gnaissicos, de empolgantes efeitos paisagísticos. O aspecto montuoso acentua a exceção, que o singulariza em dilatado trecho litorâneo, conforme acentuou S. Fróis Abreu. «Essa topografia acidentada dos arredores da Capital do Estado marca os limites de dois segmentos costeiros bem diferenciados: a costa do norte, baixa e sem relêvo notável, com um hinterland também baixo, e a costa do sul, com uma estreita faixa plana e baixa e um hinterland mais alto e acidentado».

A afirmativa do sagaz geógrafo assinala à justa as peculiaridades fisiográficas regionais, em tôrno da saliência oriental da Serra do Mar, cujos prolongamentos ali mergulham nas ondas, em contraste com a planície mais ou menos longa, que se dilata de um lado e de outro, perlongando o Atlântico.

Ao sul, como que será a continuação da Baixada Fluminense, bastante conhecida, com a sua evolução estudada magistralmente por A. Lamego.

Entre a morraria, ajeita-se o aeroporto, onde o aparelho desce para reabastecimento.

A 14 quilômetros do centro urbano, consoante informações locais, não há ensejo de percorrer-lhe as ruas. Apenas, do alto, distingue-se-lhe a ilha montanhosa e a ponte que a liga ao continente.

Para o norte, afastam-se as elevações de rochas cristalinas, separadas do Atlântico por formações terciárias e quaternárias.

Entre o verde, que domina, espreguiçam-se os rios, listrando-o de côr barrenta.

Transversais, os mais calibrosos denunciam longo curso, como, entre outros, o Mucuri, o Jequitinhonha, que vem de Minas, o rio de Contas, enquanto vários acompanham a costa.

Unem uma a outra as lagoas, que se enfileiram, à maneira de contas de rosário, até desaguarem em coletor mais amplo.

A depressão do terreno permite êsses armazenamentos de água, seja pluvial, seja resultante do transbordamento dos rios volumosos. De tal maneira se anastomosam que não será difícil «navegar em canoa, com poucas interrupções, do rio Doce ao São Mateus, em extensão de 100 quilômetros», informa abalizado conhecedor da região.

Do alto, não serão notadas estas particularidades, que o levaram a asseverar, «os rios da planície do norte são todos preguiçosos e divagantes e não raro de avião se percebem os vários leitos antigos, colmatados pelos aluviões e formações sapropélicas. O mesmo acontece com as lagoas temporárias, já sêcas, representadas apenas por uma mancha circular ou oval, de vasa escura, contrastando com o manto verde claro das gramíneas».

De um lado o mar, de outro, mais longe, azulam as elevações da serra dos Aimorés, que se notabilizou pela contenda a que deu lugar a sua caracterização no terreno. Não disputam apenas os geógrafos, que poderiam chegar a fácil acôrdo, desde que a solução independesse de injunções políticas.

Sentença que as partes aceitaram tomou-a por divisa entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Acordes no tocante à definição, começaram a divergir quando cuidaram de interpretá-la.

Em eras remotas, o maciço arqueano avançava para leste, donde foi recuando, mercê do desmonte causado por enérgicos agentes de erosão. Ainda perduram, todavia, morrotes dispersos pela planura, testemunhos da faixa primitivante eriçada de serrarias.

À vista de semelhante fenômeno, concluem os paladinos da tese mineira que a linha divisória determinada pelo Supremo Tribunal corre pelo viso dêstes remanescentes da carcomida estrutura.

Opostamente sustentam os contendores que a lindeira judicial deverá adaptar-se à linha da cumiada atual, que recuou para oeste, em relação à posição primitiva.

Entre ambos, intercala-se a faixa litigiosa, que os tribunais, os governantes, os interessados, não conseguiram ainda atribuir a quem deva possuí-la definitivamente.

As discussões continuam calorosas, entre os geógrafos, políticos e publicistas. Ao recordá-las, o viajante sente as sacudidelas que lhe interrompem as reflexões.

É que ventos ponteiros sacolejam a aeronave, como chucro animal em corcoveios, até que desce em Canavieiras, com o atraso de vinte minutos.



Vista panorâmica da Cidade Baixa, com o elevador à direita.

À margem do rio Pardo, nas proximidades de sua foz, a cidade alonga-se até o aeroporto, onde modesto núcleo de prédios denuncia residências anteriores ao início da aeronavegação.

Aliás, a chanura circunjacente facilitaria a escolha de local apropriado à abertura de pistas. Contíguo, por assim dizer, à zona suburbana, estende-se o gramado de granjas-fazendas, sombreadas variamente de coqueiros, em paisagens aprazíveis. A fartura denuncia-se no botequim próximo, minguido de outros produtos, mas bem provido de cocos, ainda verdes, para quem queira saborear-lhes a água apeteçada.

Além de seus palmares, cuja cultura se intensifica daí para o norte, ainda cuida o município de cana de açúcar, de cacau e extrai a piaçaba.

Para diante, não se deparam maiores elevações. Ao contrário, a vista alonga-se para oeste, sem perceber alturas, confirmando a indicação de atilado geólogo, para quem a costa do norte fisiograficamente é a continuação da costa sul-baiana, enorme planície coberta pelas formações terciárias e quaternárias, cuja natureza e espessura são totalmente desconhecidas.

Bem caberá, nessa região, a hipótese da bacia sedimentar «que, se existir, será, por sua extensão, muito mais importante que as bacias cretáceas do Recôncavo, de Sergipe, ou de Paraíba», cujas conseqüências econômicas ressaltam ao mais apressado exame.

Interrompendo a uniformidade topográfica, varia a vegetação. Adensa-se em tom verde carregado do arvoredo, aqui, para se abrir, além, em campinas, de coloração mais clara.

Sem maiores alterações, contorna o litoral arenoso, até que, pelas dez e pouco, em reta, o piloto deixa o continente, para não lhe acompanhar a concavidade, a partir de Camamu.

Em baixo, apenas o mar azul-escuro, que fiapos de nuvens mal encobrem. Decorrida meia hora, Itaparica denuncia-se vagamente pela esquerda, assim como pequena faixa da cidade.

Dilata-se a fita praieira, da qual o avião se aproxima, em busca de Ipitanga, onde pousa rapidamente.

Embora um tanto afastado do centro urbano, por mais de trinta quilômetros, o aeroporto acompanhou-lhe o ritmo progressista, para se ampliar, com as exigências do tráfego.

Mais de natureza militar, quando as operações de guerra predominavam em sua utilização, na atualidade acolhe em maior número os aparelhos de emprêsas comerciais. A distância não impede a gentileza dos amigos que vão receber os viajantes.

Lá se encontrava o engenheiro O. Carrascosa, credenciado pela fidalguia baiana para proporcionar acolhida ao delegado do

Conselho Nacional de Geografia, a que presta proficiente colaboração.

Tomou-o em automóvel à sua disposição, que rodou pela magnífica rodovia, traçada em terreno revolto.

Serpenteia em planta e perfil, como se pretendesse variar as paisagens, oferecidas à admiração dos forasteiros.

O leito, porém, alonga-se, firme e liso, apropriadamente asfaltado, e conservado com esmero. As rampas não excedem os limites da tolerância. A espaços, rasgam-se variantes, que irão melhorá-las nos trechos mais acidentados.

Maior alteração, porém, resultará da sua substituição pela que prolongará alvacentas praias, em continuação à de Amaralina. Será diferente o panorama por trecho dilatado. E evitada a frequência de subidas e descidas, por morros e vales, com acréscimo de comprimento virtual da estrada, que vai o carro percorrendo, enquanto o recém-chegado ouve o relato de sucessos recentes. Inaugurara-se, no dia anterior, o I Congresso de História da Bahia, para cuja mesa diretora entrara o representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Conselho Nacional de Geografia, como primeiro Vice-Presidente.

Urgia apresentar os agradecimentos por tamanha honra e então se dirigiu o automóvel para o centro urbano, onde se ergue o admirável edifício, sede do Instituto, graças à perseverança incessível ao cansaço de Bernardino de Sousa e desprendimento de seus decididos parceiros de campanhas culturais.

Em continuação à rodovia asfaltada, enfileiram-se ruas, largas e estreitas, antigas e modernas, flanqueadas de prédios, que serão mais de espaço examinados.

A Cidade Baixa, de feições coloniais, que se vão alterando com os melhoramentos modernos. As ladeiras, ainda transitadas, apesar das facilidades proporcionadas pelo «Elevador» e «Plano Inclinado», aos quais não escasseiam passageiros que, em minutos, sem fadiga, vencem a diferença de nível até a Cidade Alta, esparramada por maior área.

Alongam-se-lhe as ruas aclivosas, a partir do núcleo estabelecido por Tomé de Sousa, há quatro séculos.

Não se lhes modificou a fisionomia em alguns pontos, onde se conserva a tradição local. Aspirações progressistas, porém, impeliram a Capital às transformações urbanas, que alargaram ruas, rasgaram avenidas e praças, acordes com as exigências do tráfego crescente. Não há vagar, entretanto, para observação de minúcias, pois que ainda havia a possibilidade de encontrar em atividade as seções pelas quais se repartiram os exames das 118 teses recebidas pela Comissão Organizadora.

Em verdade, no Instituto ainda se achavam os seus diretores, a começar do Dr. Wanderley de Pinho, que a preceito acumulava o cargo de Prefeito da Capital e de Presidente do Congresso, Cônego M. Barbosa, seu Secretário Geral, Dr. Alberto Silva, Professor Conceição Meneses, Secretário do Instituto, e outros amigos, cujas amabilidades propiciaram ambiente de impressões agradáveis ao visitante.

II

À primeira vista, a cidade lendária do Salvador desnorteia o forasteiro apressado. Quem lhe percorrer as ruas, em continuação à rodovia, distendida do aeroporto de Ipitanga até Brotas, ao longo do litoral, logo se perturbará com a topografia acidentada, que lhe caracteriza a fisionomia urbana.

Certo, perlonga as praias extensa orla aplainada, que as ondas invadiam, na era de Tomé de Sousa. Alargou-se, mais tarde, graças ao trabalho humano, que lhe entulhou as depressões maiores, e a cintou, em grande parte, com apropriado muro, a que se acostam as embarcações.

À beira-mar, cresceu a Cidade Baixa, pouco acima do nível das águas, para melhormente cuidar das suas transações mercantis, a que se entregam os armazens, pelos quais transitam os artigos de importação e os exportados, os atacadistas, alojados em amplos edifícios, os estabelecimentos bancários, os escritórios de empresas de navegação, os mercados, tanto o da «Água dos Meninos», semelhante a feira, como o principal, onde não faltam os produtos típicos das circunjacências, conduzidos geralmente em saveiros apropriados a trafegar pelo Recôncavo. Pequena porção, todavia, utiliza-se de burricos, avesados à cangalha e que servem também para a distribuição de mercadorias aos fregueses até nos bairros residenciais.

Não se diferencia grandemente, no trecho praiano, das zonas portuárias dos empórios mundiais, embora se alargue moderadamente nas praças do Conde dos Arcos e do Visconde de Cairu.

Em cada uma alteia-se respectivamente a estátua do seu patrono, cuja benemerência a Bahia enaltece. O primeiro foi o governante que empreendeu a construção do edifício da «Bolsa», em que se aloja na atualidade a «Associação Comercial», como símbolo de suas aspirações progressistas.

«Ao Conde dos Arcos, D. Marcos de Noronha e Brito, homenagem do Comércio da Bahia, 1811-1932», assim reza a inscrição que se lhe gravou em uma das faces do pedestal, para significar a gratidão da classe ao administrador operoso.

O segundo, polígrafo insigne e economista de amplo descortino, ideou o decreto da abertura dos portos do Brasil aos navios estrangeiros, que extinguiu o monopólio colonial. De um lado e do outro, estreitam-se as ruas, flanqueadas de estabelecimentos comerciais.

A parte mais aparente, para quem desembarque de navio, que poderá ser de simples cabotagem, ou acostumado às viagens transatlânticas, afigurar-se-á moldada pelo mesmo tipo cosmopolita destinado a análogas atividades.

Além da estreita e longa faixa, que se comprime entre o cais e o sopê da elevação gnaissica, estadeia a Capital baiana as peculiaridades que a individualizam. Erguem-se-lhe as escarpas, não raro aprumadas, quando não lhes rasgam os flancos as ladeiras, que permitem a ligação entre a Baixa e a Cidade Alta.

Aclivosas, exigem penoso esforço dos pedestres, que poderão evitá-lo, por meio do «Elevador», inaugurado a 14 de setembro de 1930, com 72 metros de altura, ou do «Plano Inclinado».

Conservam nomes antigos, que a moderna toponímia urbana vai a pouco e pouco substituindo, à revelia dos tradicionalistas. Mais íngremes as próximas ao pôrto, declinam, as afastadas, com menores rampas, em rumo das praias de fora, da Barra a Amaralina.

Entre as demais, com as suas feições peculiares, singulariza-se a da «Conceição da Praia», ladeada por muralhões de arrimo, cujos vãos abobadados se transformaram em abrigos, de frente aberta regularmente, por meio de portas e janelas, mas tapadas ao fundo, à semelhança de amplos nichos embutidos em paredes, onde se estabeleceram artífices de várias profissões.

No alto, compreende-se a escolha do local preferido por Tomé de Sousa para edificar a cidade do Salvador. À sua vista perspicaz, deparou-se, entre o mar e a baía acolhedora, a ponta, que se chamaria do Padrão, por assinalar a extremidade meridional da Capitania, doada por D. João III a Francisco Pereira Coutinho, mercê de carta de 5 de abril de 1534. Para lhe servir de sede, cêrca de um quilômetro ao norte, iniciou o agraciado a construção do arraial, que ingressaria, mais tarde, na toponímia regional com o rótulo de Vila Velha.

Por ela passou o Governador Geral, sem homologar o gôsto do inditoso donatário, que os tupinambás martirizaram. E preferiu avançar até o local que se lhe afigurou propício à ocupação definitiva. De um lado, expandia-se o abrigo tranqüilo, onde caberiam poderosas esquadras. Do outro, verdejava a mata sombria, através da qual serpenteavam as trilhas indígenas. Espêssa vestimenta vegetal encobria os acidentes do terreno, que aos poucos se foram, todavia, patenteando, à medida que progredia o devassamento.



Rampa do Mercado, a que se dirigem saveiros carregados de mercadorias procedentes do Recôncavo.

Além do rio dos Seixos, a cuja margem acampara Diogo Álvares, garantido por título de propriedade, que lhe firmara Coutinho, ao reconhecer-lhe os méritos de audaz desbravador, o mapa de Teodoro Sampaio, dos «arredores da Cidade do Salvador entre 1550-1557», menciona o Camurugipe e o afluente Urucaia.

Os seus tributários mais ocidentais prolongavam-se até as vizinhanças da área demarcada, em que o mestre Luís Dias se incumbiu de traçar as ruas e erguer os principais edifícios, destinados ao serviço público.

Os ensinamentos derivados do infortúnio de Pereira Coutinho aconselhavam precauções castrenses no projeto do povoado, que desde o princípio teve as insígnias de cidade. Não conviria, portanto, a nesga praiana, acanhada e acessível a qualquer inimigo em repentina acometida.

Escalaram o morro próximo, que lhes agradou ao primeiro exame. No cimo, trabalhosa derrubada abriu clareira na mata, que lhes permitisse bem conhecer o chão escolhido. Não teria a regularidade que desejavam, mas ainda assim lhes facultou o assentamento da fortificação de forma aproximadamente triangular.

O lado maior, denteado, para se afeiçoar aos acidentes da crespa topografia, sobranceava a baía, do alto do paredão natural, de mais de sessenta metros. Os dois menores acompanhavam as linhas mais favoráveis do terreno, que adiante descia rapidamente. A estacada que circundava o reduto abria-se em quatro portas, orientadas, respectivamente, pelo meridiano e paralelo. A mais freqüentada pelos embarcadinhos fronteava a ribeira, ao passo que a do sul proporcionava ligação com o caminho de Vila Velha, onde permaneciam remanescentes da malograda tentativa povoadora de Francisco Pereira.

As duas restantes, para o Norte e Leste, constituíam desafio aos afoitos, que pretendessem devassar as terras sem fim, dilatadas por essas direções. Não faltariam obstáculos, que lhes atalhassem a marcha. Primeiramente, pelos manadeiros que sulcavam os arredores.

Numerosos, aprofundavam-se em pirambeiras, que iriam onerar futuros planos de urbanização. Apesar da formação granítica da morraria, destacada da Serra do Mar, naquele trecho, a decomposição da capa sobremaneira facilitava a erosão, que lhes golpeava as encostas. E a cada passo rasgão mais ou menos largo interrompia o avanço de quem pretendesse evitar rampas excessivas. Sòmente pela sinuosa crista do divisor de águas seria praticável a caminhada, sem amofinações de subidas e descidas. Equivalia, na época, a segura vantagem, por dificultar a investida de inimigos. Por água, esbarravam diante do muralhão inexpugnável, cujas rampas de acesso favoreciam o rechaço.

E por terra, não menores impecilhos resultavam das excavações naturais, devidas ao dinamismo incontrolado das águas, que os assaltantes deveriam transpor, caso não escolhessem o caminho pela cumiada, mais vigiado pelos defensores.

A medida, porém, que se foi engrandecendo a cidade, por séculos de atividades fecundas, menos propícias se mostraram as singularidades do relevo. Não derivam apenas do desnível entre a Cidade Baixa e a Alta, estimado em 64 metros, como indica a altitude da Praça Municipal. Aquela, entregue aos afazeres do comércio e indústria, estende a sua avenida litorânea e curtas ruas transversais por superfície aproximadamente horizontal, de suaves condições para o tráfego intenso. A segunda, que abrange edifícios públicos destinados a ocupações administrativas, bairros residenciais, associações de cultura, e estabelecimentos de ensino, hospitais, dilata-se por maior área, sobremaneira sulcada de vales e alteadas em colinas. Raramente haverá alguma rua que não comece ou termine em rampa, ou que não se arqueie em meio do percurso, como lhe denuncia o perfil longitudinal. Não cabem, em maioria, na uniformidade a que se acomodam os traçados, em xadrez, das cidades construídas em terreno aplainado. Dessa penosa desvantagem para o trânsito, resulta-lhe a compensação dos panoramas impressionantes, que surpreendem a cada passo o forasteiro.

O cenário muda-se de contínuo, dispensando o observador de se deslocar para sítios distantes. Multiplicam-se os topos, mais resistentes à erosão incessante, que lhes deprimiu o terreno ao redor.

Em cada um alteia-se admirável mirante, donde a vista se alonga pelas circunjacências, sem todavia, abranger o conjunto urbano, cuja sementeira Tomé de Sousa inaugurou em área diminuta.

Dai se expandiu, não obstante o acidentado do terreno, assim pelo dorso dos espigões, como pelos vales próximos até as praias. Tanto nas imediações do cais, que diques bem orientados protegem contra vagas açoitadas por tempestuosos ventos sulinos, quanto nos trechos de menor atividade portuária, fora do ancoradouro, até Bonfim e Penha, na baía, e Amaralina e Itapoã, à beira do Atlântico. Formam os bairros de veraneio, para os quais se vai dilatando a cidade.

A Barra, com seus edifícios de apurado gosto arquitetônico, evidencia a preferência que lhe manifestam os moradores de opulentos haveres. Rio Vermelho, adiante, lembra o naufrágio do qual se salvou Diogo Álvares nas imediações, para ingressar na história, como astuto pioneiro, escape à sanha dos tupinambás, de quem

logrou a estima e obediência, a ponto de acaudilhá-los em grande número.

Na atualidade, o vocábulo Mariquita, designação de baixios não distantes da barra, mal encobre a origem expressiva, cuja interpretação Teodoro Sampaio apontou: Mairiqui, de que se utilizaram os tupis, para significar «povoação pequena dos franceses». Dos seus companheiros de aventura, não há memória que tivessem vencido a fúria das ondas e a sentença fatal dos nativos, a cujas mãos pereceram trágicamente. É personagem que a lenda aureola de traços heróicos, à mingua de suficiente documentação, comprobatória dos seus feitos reais.

Teria mantido, por duas décadas, comércio ativo com os franceses, quando Portugal preferia mandar à Índia os seus conquistadores, dotados de suficientes recursos, a cuidar do Brasil, que lhe não prometia retribuir com vantagem as despesas exigidas pelas expedições.

Nessa quadra, seria Caramuru o maioral da indiada, cuja amizade a sua aliança íntima com a Paraguaçu garantia. Formaram o primeiro casal de mútua compreensão das duas raças, embora, antes, já tivesse Fernão de Magalhães admitido em sua frota de circumnavegação o mameluco, por ventura número um da série, em cujas veias estava o sangue lusitano do piloto João Lopes de Carvalho, então estabelecido à margem da Guanabara, e da índia anônima.

Eram efêmeras, porém, tais ligações, diversamente do que sucedeu com Diogo Álvares, apelidado de Caramuru pelos amigos vermelhos, e a filha do principal de uma das tribos locais, que, batizada, tomou o nome de Catarina, para melhormente evidenciar a sua adaptação ao convívio social, em moldes diferentes da sua aldeia natal. Entenderam-se a primor. E avultam na história, como o símbolo da perfeita união das raças, que dessa maneira poderiam evitar penosos conflitos.

Casados pelo regime indígena, as leis portuguesas revalidaram-lhes o matrimônio, de que resultou numerosa prole.

A contribuição que prestaram à Pátria, diretamente, no decurso de longa existência, e por intermédio de seus descendentes, registou-se nos anais de maneira indelével. E na atualidade, mais de um baiano, sabedor da árvore genealógica de sua família, ufanar-se-á de provir daquela princesa das tabas, cuja conversão espontânea se manifestou pela construção de apropriada capela, assim que teve em mãos a imagem que lhe aparecera à noite, em sonho.

Era uma náufraga a implorar-lhe socorro, e tanto se empenhou em descobri-la que, afinal, conseguiu salvá-la das mãos do bronco silvícola, que a recolhera, como trofeu de embarcação afundada, para lhe proporcionar fervorosa acolhida.

III

O oratório que Diogo Álvares preparou, por solicitação de Paraguaçu, envolveu em lendas a edificação da primeira casa religiosa na Bahia.

O naufrágio da nau castelhana em Boipeba despertou os sentimentos humanitários de Caramuru, que rondou pelas imediações, decidido a proteger os sobreviventes da catástrofe, condenados a trágico extermínio, caso fôsem colhidos pelos tupinambás.

Enquanto se ocupava de salvar os forasteiros escapos das ondas, a sua companheira viu, em sonho, uma senhora branca a pedir-lhe socorro.

Trazia ao colo uma criança, que maravilhou a mais famosa das índias do «Recôncavo Baiano».

Tão impressionada se mostrou com a visão, que rompendo o dia, ordenou fôsem em busca dos náufragos.

Embora escolhido pela sua sagacidade, não conseguiu o investigador das selvas descobrir-lhe o paradeiro.

OuvIU, de mais a mais, que a bordo só viajavam homens, sendo escusado prosseguir a indagação.

Repetido o sonho na seguinte noite, tresdobraram os esforços pesquisadores, com auxílio do próprio Caramuru, a quem, afinal, um nativo mostrou a imagem que retirara dos destroços da embarcação e levava para sua taba. Ao vê-la, reconheceu Paraguaçu a mesma aparição com que sonhara e apressou-se em dar-lhe refúgio condigno.

Construído pela técnica indígena, não se diferenciaria grandemente dos ranchos cobertos com palmas.

Era, porém, a casa da desconhecida, a quem chamaram de «Nossa Senhora da Graça».

E seria o germe de inúmeras igrejas mais tarde erguidas pela cidade.

Logo lhe fez companhia a «Nossa Senhora da Vitória».

Qual a mais antiga? Divergem os sabedores dos fastos regionais.

Em breve desapareceu uma delas, perdurando apenas a outra.

Rústica embora, concretizava piedosa aspiração, que se fortaleceu, quando veio Tomé de Sousa estabelecer o Governo Geral.

Em sua companhia, além das autoridades, que o auxiliaram na administração, também viajou o Padre Manuel da Nóbrega, abrasado em zelos apostolares.

Não atuaria sôzinho, pois que dispunha da colaboração de abnegados parceiros.



A cidade Alta, vista tomada das Docas, vendo-se o elevador Lacerda

Quando, porém, contasse apenas com os seus próprios esforços, a criação de Loiola estaria bem representada. Valia operosa legião.

Ao desembarcar a 29 de março de 1549, apenas encontrou, em Vila Velha, «uma maneira de igreja», ao lado da qual se abrigou.

Não tardaria, porém, a edificar a sua, com as próprias mãos, adiante, na cidade do Salvador, onde se ergueu a Sé de Palha, consagrada a N.S. da Ajuda, ao mesmo tempo que, na praia, o Governador promovia a construção da igreja de N.S. da Conceição.

Reconstruída em 1579, com alvenaria de pedra e cal, e cobertura de telhas, acolheu a imagem de Santo Antônio do Arguim, trazida por piratas franceses, que saquearam uma das fortalezas de Portugal na costa africana.

E a chasqueavam a bordo, em meio de blasfêmias, antes que resolvessem atirá-la ao mar, para lhes servir de guia às naus.

Tremendo temporal sem demora causou o naufrágio de tôdas, com exceção da que transportara o taumaturgo na travessia do Atlântico.

Desgovernada, porém, foi dar à costa, onde a tripulação não evitou o aprisionamento.

Os náufragos, «presos e remetidos, por terra, ao Governador da Bahia», afirma J. C. de Macedo Soares, em seu admirável livro, consagrado a *Santo Antônio de Lisboa Militar no Brasil*, encontraram, na praia de Itapoã, o mesmo santo que vilipendiaram, «de pé, apesar da areia movediça», batida «constantemente pelos ventos».

A «Casa da Torre» de bom grado acolheu a imagem, transferida, mais tarde, à igreja da Ajuda, donde, por fim, a 23 de agosto de 1595, solene procissão a conduziu ao convento de São Francisco.

Padroeiro da cidade, carta régia de 7 de abril de 1707 confirmou-lhe a promoção a capitão, outorgada pelo Governador da Bahia.

Não se contentou El-Rei em assinar o diploma indicativo de sua devoção.

Decidiu beneficiar a instituição, que se orgulhava de possuir um militar em seus altares.

Mandou-lhe azulejos, que lhe revestem as paredes, além de custear as despesas do douramento do altar de Santo Antônio.

Uma vez legalizada a carreira, em que inesperadamente ingressou, mercê de milagres militares, ainda obteria os galões de sargento-mor em 1811 e de tenente-coronel, a 25 de novembro de 1814.

«Na Bahia, apurou o autor da mais completa obra sobre o assunto, foi até 1907 pago ao guardião do convento de São Francisco o sôlido a que tinha direito o Tenente Coronel Santo Antônio».

Na atualidade, porém, apenas conserva dos postos, que lhe concederam reis de Portugal, as insígnias militares, desacompanhadas dos proventos pecuniários.

Maior transformação, entretanto, sofreu a primeira igreja, que o recebeu na cidade.

Expulsos os construtores, na era de Pombal, tornou-se próprio nacional, que em 1827 a irmandade do «Senhor Bom Jesus dos Santos Passos a Vera Cruz» recebeu por doação, confirmada pela Assembléia Geral Legislativa.

Modernos planos de urbanização determinaram-lhe a demolição parcial em 1912, após a missa derradeira, celebrada a 16 de agosto pelo arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva.

Reedificada pela Prefeitura, inaugurou-se na década seguinte, ao comemorar-se o primeiro centenário da Independência.

Das linhas primitivas, poucas restarão, mas a tradição mantém-se, de sua ancianidade.

Contemporânea lhe seria a segunda, ao alcance dos marujos, na praia, em cujas obras resolutamente se empenhou Tomé de Sousa, que dava exemplo aos patrícios, conforme espalhou a versão registada por frei Vicente do Salvador.

«Ouvi dizer a homens do seu tempo (que ainda alcancei alguns) que êle era o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiros afável».

Matriz da freguesia da «Conceição da Praia», desde 1623, foi, volvido mais um século, demolida, para que tomasse as feições ainda conservadas na atualidade, com a sua cantaria lavrada em Lisboa, donde também vieram os paramentos e alfaias e jóias, mercê de opulentas doações dos comerciantes, a cuja devoção a destinaram.

Como seja das mais antigas, de veneráveis tradições, foi escolhida para a celebração de solene pontifical comemorativa da fundação da cidade. Assenta-lhe a primor a chefia do cônego Manuel de Aquino Barbosa, autor da *A Igreja no Brasil*, cuja atuação incansável contribuiu eficientemente para o êxito do «Primeiro Congresso de História da Bahia», com as responsabilidades de secretário geral.

Da mesma época ainda provém a terceira igreja — do «Salvador» — nome tirado de uma das naus da expedição povoadora, como sucedeu às anteriores, da «Ajuda» e «Conceição».

Iniciada a construção pelos discípulos de Loiola, deu-lhe maior impulso o Governador Mem de Sá.

Catedral desde 1765, assim a descreveu Raul Lino: «Há obras do princípio do século XVII, como a Sé da Bahia, antigo colégio dos Jesuítas, no estilo austero e fino de S. Roque de Lisboa, com um côro alto de lindas proporções e sentimento clássico, capelas laterais da época posterior, muito belas, e uma sacristia rica, provida de grande arcaz, de jacarandá com espaldar guarnecido de quadradinhos pintados sobre chapa de cobre.

O todo é muito interessante, mas, em especial a arquitetura da igreja, na sua severidade e nobreza, é padrão imponente da admirável obra da Companhia de Jesus — o mais importante veículo da civilização — na América Latina». (Apud. Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. I).

Não lhe regateou louvores o sisudo botânico, em sua clássica *Viagem pelo Brasil*, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro editou em vernáculo, mercê da tradução empreendida pela sua douta bibliotecária, D. Lúcia Furquim Lahmeyer.

Ao passar pela Bahia, assinalou Martius:

«O mais notável edificio da cidade alta é, incontestavelmente, o antigo colégio dos Jesuítas, com a sua igreja contígua. Esta última, que serve de Sé, substituindo um antigo edificio arruinado, é atualmente, pelas suas condições arquitetônicas, o templo mais digno e mais suntuoso de todo o Brasil, monumento do poderio e da opulência dos seus edificadores. Alguns quadros de mestres espanhóis, as decorações de bronze do côro, os preciosos dourados dos altares e um excelente órgão, foram trazidos da Europa, e os ricos painéis, com labores de tartaruga, que guarnecem a sacristia, vieram das Índias Orientais».

Os gabos do arquiteto lusitano afinam-se a primor com as apreciações do sábio da Baviera que se afeiçoou ao Brasil.

Todavia, bem que imponente por sua fachada harmoniosa e opulência artística da sacristia de teto artezado, apenas contém a Catedral parte das magnificências da arquitetura religiosa da Bahia.

Mais rica, em estilo apropriado às exuberâncias tropicais, será a igreja de São Francisco.

IV

Em verdade, maravilha como logrou a Bahia colonial concretizar a devoção e aspirações artísticas de sua gente em monumento indicativo de cultura admirável e robusta economia capaz de custear despesas vultosíssimas.

Entre as afamadas pela harmonia das suas linhas arquitetônicas e valia das decorações internas, sobreleva a Igreja de São Francisco, em cuja planta se abre uma cruz.

Destarte, a nave central amplia-se pela transversal, terminada em altares fronteiros e pelas laterais, cada uma dotada de três capelas.

Separam-se da principal por balaustrada de jacarandá, em cujo trabalho aplicou frei Luís Torneiro, ou Luís de Jesus, toda a sua destreza profissional, inspirada pela devoção.

A respeito de sua técnica, bem se ajusta a apreciação de Manuel Bandeira.

«Era um artista habilíssimo, que além daquela talha notável, deixou as mesas e os ricos armários da sacristia, as cadeiras de estantes do côro e a escadaria que leva ao 1.º andar do convento, tudo de jacarandá».

Outros decoradores completar-lhe-iam a obra, que incitou os arrobos comunicativos de Afrânio Peixoto.

«Nenhuma igreja barroca no mundo católico atestou o douto polígrafo, supera São Francisco: seus ouros sobre suas talhas rendam conjunto de colunas, altares, retábulos, todos de maior fino labor: conseguem juntar a riqueza ao bom gosto. Quase se pode dizer, em São Francisco, o barrôco se torna clássico, tanto é perfeito e magnífico».

Por milagre descobrir-se-á, em torno do altar-mor e do púlpito, alguma nesga de parede que não esteja revestida de ouro, sobre as decorações opulentas. De jacarandá, a balaustrada lateral também se apresenta esculpida a primor.

Análogo esmêro valoriza armários de igual madeira na sacristia, as portas, especialmente da biblioteca.

Cobrem-se as paredes do pátio de azulejos portugueses, mimo de D. João V, em que se misturam «arabescos mouriscos a volutas da renascença», em cenas bíblicas, episódios profanos, representações mitológicas e quadros alegóricos.

Não no altar-mor, mas em um dos laterais, à direita de quem entra, impressiona a angústia piedosa de São Pedro de Alcântara, que Manuel Inácio da Costa insculpiu em momentos de inspiração.

Como o Aleijadinho, também o nomeava expressivo apelido — o Seis Dedos — que lhe caracterizavam a mão direita.

A respeito de sua devoção, refere S. Boccanera Júnior que lhe era costume reservar de todas as quantias recebidas certa porcentagem, destinada a encomenda de missas por alma dos escravos, cujo número ultrapassou de quatro mil.

Ainda que fôsse mais reduzido, comprovava edificante convicção religiosa, que lhe realçava a habilidade artística.



Ladeira da Conceição da Praia, uma das mais antigas ligações entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta, ainda freqüentada. (Desenho de Percy Lau.)

Além da imagem maravilhosa de São Pedro, que o Imperador debalde cobiçou, ao visitar a Bahia, o mesino santeiro, que faleceu nonagenário, faz precisamente um século, entalhou a do «Senhor Morto, exposta à veneração dos fiéis nas procissões promovidas pelos carmelitas».

E firmou, ainda mais, a sua reputação de artista consumado em trabalhos inúmeros a que os entendidos não regateiam louvores.

O convento, iniciado em 1587, e mais de uma vez reformado, para comportar maravilhas tamanhas, ufana-se de contar em suas anais os nomes célebres de frei Vicente do Salvador, o pioneiro da historiografia brasileira, frei Jaboatam, apreciado pelas suas investigações genealógicas, frei Santa Rita Baraúna, cujo talento desperdiçado alimentou boêmio anedotário em tórno de sua vida pecaminosa.

Também os possui, de lisonjeira fama, a Ordem dos Carmelitas, na qual ingressou Eusébio de Matos, transfigurado em frei Eusébio da Soledade, depois de permanecer por mais de três decênios entre os inacianos, que principiaram a ocupação do Monte Calvário.

Pretendeu Nóbrega edificar-lhe no cimo a residência dos seus legionários, mas desistiu, e no local foi, mais tarde, erguido o Convento do Carmo, que merece referência, acorde com a sua influência histórico-religiosa.

Colgada a uma das partes da vasta sala, os visitantes poderão ler a cópia da ata da rendição, ali assinada, mediante a qual desistiram os holandeses da conquista empreendida.

Em baixo, deparam-se-lhes as sepulturas de J. V. de San Felice, duque de Bagnuolo, que lutou contra os invasores, em defesa do Brasil, e de Bernardo V. Ravasco.

Irmão do padre Vieira, emudeceu dois dias depois do insigne orador, em julho de 1697, derreados ambos pela mesma enfermidade.

Se, por fora, a igreja estadeia as suas feições arquitetônicas do século XVIII, por dentro, maior lhe avultará a magnificência, com o frontal de prata, que em 1731 Caetano Costa lavrou, a capricho, o sacrário, os enormes tocheiros da capela-mor, também de prata, cada um dos quais pesará cêrca de cem quilos.

Em correspondência com tal opulência metálica, abunda o jacarandá, entalhado artisticamente no cadeiral e balaustrada.

Ê, porém, na sacristia do convento que constitui uma das jóias mais resplendorosas do nosso barrôco no Brasil, e não sei de nenhuma outra que em Portugal se lhe possa comparar», assegura Reinaldo dos Santos.

«É o mais belo exemplo, continua, de suntuosidade decorativa — talha, imagens, arcazes, armários, medalhões, mármore, policromos, pinturas, tetos e um admirável lavatório do mais belo estilo barrôco. Tudo se harmoniza com tal gosto, sentido decorativo e das proporções, que julgo não ter sido nunca excedido na arte do Brasil».

Em verdade, combinam os painéis do teto com as decorações das paredes a que se encostam os arcazes, cujos gavetões, às vêzes duplos, exigem duas pessoas que os abram, com simultâneo esforço, nos puxadores de bronze, de aprimorado acabamento. Já houve quem se propusesse a substituí-los por outros mais simples, e também fortes, mediante pingue indenização aos frades, que a recusaram, contentando-se em continuar na penúria de recursos pecuniários, em meio da opulência artística e das tradições da Ordem, que regista em seus anais os feitos memoráveis de frei José Maria Brainer, a cujas pregações patrióticas acudiu o povo para se alistar no batalhão dos «Couraças», de fama entre os lutadores, a quem deve o Brasil a sua emancipação.

Assim é que das refregas contra os holandeses à campanha da Independência, a colaboração dos carmelitas não se restringiu às orações, mas também se manifestou em ações de paladinos resolutos.

Diversamente das pompas artísticas da Catedral, do convento de São Francisco, da igreja do Carmo, e de várias, que lhes seguiram o exemplo, a basílica do Senhor do Bonfim grangeou notoriedade pela propaganda incessante dos fiéis.

A principiar do capitão de mar e guerra T. de Faria, que trouxe de Portugal imagem do Crucificado e proporcionou-lhe abrigo provisório, donde foi levada em procissão, a 24 de julho de 1754, para a sua casa atual, no alto do Itapagipe.

Sobranceiro às circunjunções, ergue o templo as duas tôrres que flanqueiam a parte central, de três portas, uma larga, ladeada por duas mais estreitas.

A sóbria elegância de suas linhas por ventura favoreceu o desenvolvimento do culto ali mantido pelas multidões crescentes.

Especialmente na semana consagrada aos seus festejos, de que fazia parte, outrora, a famosa «lavagem» do chão sagrado, em meio de profano delírio.

«Por essa ocasião, registou a propósito Xavier Marques, a venus hotentote — lá exhibia as suas opulências carnaís e os seus rebolados de dançarina; os ranchos de aguadeiros despejavam os barris e sambavam, com garganteios estentóreos. Soavam bacias como sinos rachados, o estrépito das palmas formava um matraquear ensurdecador. Num mesmo instante joelhos que se

dobravam diante dos altares estiravam-se àgilmente nos passos e voltas de mais atrevido fandango.

Enquanto as vassouras chapinhavam nas lajes da nave, olhares caprinos, incendiados em chamas alcoólicas, devoravam colos negros e impantes, onde as contas do rosário vibravam como guizos de mascarado.

Não faltavam, ao espetáculo, nem as gaiatices do espirituoso capadócio, nem músicas apropriadas ao tom da colossal pagodeira».

É a festa popular por excelência, cujos abusos as autoridades eclesiásticas mais de uma vez proibiram, para evitar os resquícios de paganismo.

Não se resume, porém, a êsse ato.

Por dez dias de janeiro, repetem-se concorridas cerimônias religiosas, culminadas no segundo domingo do mês.

A missa cantada solenemente prolonga-se de costume até além do meio dia, assistida, não obstante, por volumosa massa popular, que anima o famoso outeiro.

E, pela noite, o céu ilumina-se com os fogos de artifício, que encerram as tradicionais festividades.

Cessada a concentração popular, ainda é a basílica freqüentada pelos fiéis e forasteiros, a quem as barraquilhas espalhadas pelo adro oferecem objetos relacionados com o culto, de mistura com decorativos produtos industriais.

Não há, na Bahia, igreja que se compare com a do Bonfim, por êsse aspecto, embora dezenas de outras atraíam devotos de varia classe social.

Cada qual se caracteriza por traços peculiares, que imprimem à cidade as feições de monumental museu de arte religiosa.

É, sem dúvida, uma de suas características. Não resume, todavia, o conjunto de singularidades, que lhe distinguem a fisionomia urbana e maneira de viver.

Sentimentos piedosos inspiraram ao povo tendências de cooperação em benefício das igrejas, para cuja decoração concorreram os esforços de gerações sucessivas e a propensão para os empreendimentos de utilidade coletiva, que, sem dúvida, testemunham a favor da índole do povo baiano.

E o amor às tradições, não sòmente lhe anima as festividades religiosas, como também estua nas comemorações cívicas, de que se beneficiou o «Primeiro Congresso de História da Bahia».

O que foi aquela reunião de doutos, empenhados em contribuir para o exame de tudo que se relacionasse com as quatro centúrias da vida baiana, bem se lembram quantos participaram das dis-

cussões, não raro acaloradas, em que se lhe espelhou a vitalidade e competência, no decurso das sessões iniciadas a 19 de março.

Por dias de intensa vibração cívica, desenvolveram-se as cerimônias comemorativas, que transbordavam do Instituto Geográfico e Histórico para as ruas e sítios evocativos, percorridos pelos congressistas.

A sombra do edificio acolhedor, erguido pelo esforço coletivo, solicitamente coordenado por Bernardino de Sousa, reuniam-se as comissões para o exame das teses recebidas e o plenário, que as julgava por fim.

Eram 118, ao todo, número que bem evidencia a simpatia da acolhida, pelos estudiosos, da solicitação do seu concurso.

E distribuíam-se pelas seguintes seções:

História Geral	40
História Política e Administrativa	7
História Econômica e Social	18
História Religiosa da Bahia	6
Letras e Artes	17
Etnologia	2
Biografia	16
Bibliografia	12
	<hr/>
	118

Fora, ultimavam-se os preparativos para o grandioso cortejo histórico, formado com engenho e arte, que maravilhou, na tarde radiosa de 29, o povo baiano e os visitantes, irmanados no mesmo entusiasmo comunicativo, que alagava os ares.

Do expressivo desfile, de impressionante simbolismo, à frente do qual surgia, imponente, o vulto de Tomé de Sousa, acompanhado de numerosa comitiva, participaram individualidades insignes, da classe do Padre Vieira, Castro Alves, Rui Barbosa, e grupos sociais, que sobremaneira contribuíram para o engrandecimento progressivo da Bahia, em quatro séculos de perseverantes atividades, em vários domínios, das letras, artes e ciências, da agricultura, do comércio, das indústrias.

V

Exame, ainda que perfunctório, das instituições que medram na cidade do Salvador, apontará, além das irmandades religiosas e de beneficência, pelo menos três de alcance cultural e social, geradas pela contribuição espontânea de grande número de benfeitores.



Coqueiral em Itapoã.

Pode a Bahia orgulhar-se do que obteve de tal maneira, mercê da ativa abnegação de quem soube despertar a boa vontade geral.

Primeiramente, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, erguido à Avenida Sete de Setembro.

Como tôdas as associações congêneres, nada tinha de seu, além do devotamento dos sócios, afervorados nos estudos históricos.

Certo dia, porém, um baiano adotivo, Bernardino de Sousa, decidiu angariar meios para lhe dar casa condigna. Já possuía terreno, doado pelo Presidente Seabra.

Nos cofres, porém, nenhuma reserva se mantinha para despesas, além das costumeiras, de mero expediente.

O sergipano, que se afeiçoara à capital baiana, onde se educou e por fim constituiu o seu lar, saiu a campo, com o ardor dos cavaleiros andantes de nobres causas.

Não lhe faltaram parceiros de igual naipe, e porfiados em levar a bom termo a promissora iniciativa.

Mas ninguém pedia com tamanha ênfase, como quem sabia conquistar a bolsa dos amigos e também dos desconhecidos.

Em solene sessão de 3 de maio de 1920, desdobrou o seu programa, destinado a comemorar dignamente o Centenário da Independência, que se avizinhava.

Para tanto, necessitava de auxilio que lhe permitisse concretizar empresa grandiosa, e então dirigiu «apêlo soleníssimo aos poderes públicos do Estado e de todos os municípios, às colônias estrangeiras da Bahia, a todos os baianos aqui residentes ou não, a todos os compatriotas de boa vontade».

Que pretendia o diligente Secretário?

Em periodo embebido de radioso idealismo, justificou claramente o intuito, em que punha a mira:

«À inauguração de um novo prédio, mais amplo, mais próprio, mais condigno, será o nosso número particular nas festas centenárias por cujos resplendores fomos os primeiros a falar na Bahia: e êle será meus senhores um dos monumentos erguidos em memória do fato culminante da nossa história, o maior de todos pela idealidade de sua fundação, o mais simbólico, porque fala, sente e produz, o mais duradouro, porque debaixo de suas abóbadas adejará sempre o pensamento criador, o mais expressivo e eloquente porque a palavra e o livro hão de memorar, na passada dos anos, a generosidade dos que o criaram em dias de esplêndidas reminiscências invisas».

Intérprete de patrióticas aspirações, a propaganda em que se empenhou, inacessível ao cansaço, pelo Estado inteiro, frutificou abundantemente.

E a 2 de julho de 1921, assentava-se a pedra fundamental, com a presença do Governador J. J. Seabra.

Decorrido o primeiro mês, o engenheiro arquiteto Júlio Conti firmou contrato para a respectiva construção, confiante na palavra da diretoria.

Em cofre, apenas havia a importância de 30:000\$000, ao passo que a previsão de despesas montava a 540:000\$000.

Entretanto, as obras prosseguiram sem interrupção, à vista da população maravilhada, que não titubeou em corresponder às solicitações dos empreendedores, entre os quais se extremou Bernardino de Sousa.

Com inexcédível dedicação, colocou-se à frente de caravanas culturais, da qual participaram outros membros de sua família, em excursões por mais de um município, a cuja população transmitia a flama do seu civismo.

E desta maneira foi-se erguendo progressivamente o edifício, que o povo começou a chamar de «Casa da Bahia».

Até que, a 2 de julho de 1923, pôde afirmar o lutador tenaz, por ocasião de inaugurar o «palácio monumento comemorativo da gloriosa data»: a «construção foi conseguida graças ao êxito alcançado pelas subscrições públicas abertas, há cêrca de três anos a esta parte, e nas quais lançaram donativos, além dos governos de outros Estados, colônias estrangeiras domiciliadas na Bahia, grande parte dos governos municipais baianos, numerosos capitalistas dêste Estado, muitos baianos residentes fora e a grande massa do povo, sem distinção de classe e haveres, sexos e idade, cada qual na medida de suas fôrças».

Lápide chumbada em lugar visível, «entre o primeiro e o terceiro lance da escadaria nobre» conservou formosas expressões que sintetizam a primor os claros propósitos dos promotores do monumento.

«Esta casa, assim gravaram no mármore, é uma árvore de remotas raízes, amplas ramagens e inesgotáveis frutos. Fê-la medrar a própria alma da Pátria que há de mantê-la imperecível. A sua sombra sentir-se-ão unidos, indissolúvelmente, o passado, o presente e o futuro. Templo votivo e tenda criadora, relicário de tradições e abrigo de esperanças, com ela se celebram os primeiros cem anos de emancipação e se comemoram os feitos que asseguraram a Independência do Brasil, consumada na Bahia e cimentada pelo sangue dos baianos».



Fachada da Igreja da Ordem 3ª de São Francisco.

Estava concluído o grandioso empreendimento e o Instituto, em sede apropriada, achou-se em condições de melhor desenvolver claro programa cultural, de que foi prova eloqüente o «Primeiro Congresso de História da Bahia».

Não lhe faltou espaço para o trabalho simultâneo das comissões de estudo, nem salão amplo, em que se reuniam as sessões plenárias, cuja frequência atestava à justa o apoio social grangeado pela instituição consagrada a estudos históricos.

Não obstante desaparecida a velha guarda, com Teodoro Sampaio, Bernardino de Sousa, Brás do Amaral, para sòmente citar as vagas mais recentes, nova geração de pesquisadores se esforça por manter-lhe o prestígio adquirido.

Pela sua significação cultural, será sem dúvida a mais expressiva criação do concurso coletivo.

Outra existe, mais ampla, que de preferência cogita de problemas sociais, em suas múltiplas modalidades.

É obra franciscana, feita de paciência e amor ao próximo.

Teve um apóstolo, ou melhor, tem, pois que em maio último, o 25.º aniversário de sua chegada ao Brasil foi assinalado com o título de naturalização, que lhe entregou, em festiva cerimônia, o digno Prefeito da Capital baiana, Dr. Wanderley de Pinho.

Chama-se frei Hildebrando Krusthaup, e pouco importa saber donde vem.

Como discípulo de São Francisco, abraçou-se com a pobreza, para aligeirar as preocupações individuais.

Mas sentira em tórno as incompreensões, os sofrimentos, as injustiças, e decidiu procurar alívio às dores alheias.

Não vê classes em conflito inevitável.

São compostas de homens, que as mais das vèzes apenas necessitam de assistência material e conforto moral.

E então, saiu frei Hildebrando a campo, confiante em sua inspiração.

De seu, nada possuía, além de boas intenções e a decisão de empenhar-se a todo o seu poder na campanha idealizada.

Gigante de corpo e de ação, começou por fundar o «Circulo Operário da Bahia», cujos 15.000 associados, mediante a mensalidade mínima de um cruzeiro, tem direito ao tratamento médico, com exames de laboratório, abatimento de 50%, nas entradas de dois cinemas, ao ensino primário e profissional de costura e corte, de alfaiataria e sapataria, em que já se matricularam 1.593 alunos. Três médicos, quatro dentistas e quatro enfermeiras prestaram os seus serviços à instituição, que de manhã à noite não cessa de atender aos clientes gratuitos.

E para melhormemente alojar os serviços em franca expansão, planeou apropriado edificio, de estrutura de concreto armado, previsto para conter moderno ambulatório, com 11 gabinetes, pôsto de Puericultura, 12 salas para cursos primários, seis oficinas de aprendizagem, salão de recreio, para reuniões e festas operárias e demais dependências administrativas.

Que seja o frade franciscano capaz de levar a bom têrmo a obra empreendida não duvidará quem lhe conhecer a «Casa de Retiro São Francisco».

Com que intuito lhe empreendeu a construção? É elle mesmo quem o diz. «A casa é exclusivamente para a coletividade. Nela poderão as pessoas interessadas recolher-se uns dias, para gozarem de descanso e tranquillidade».

Para tal fim não poderia ser mais bem escolhido o local!

Em Brotas, à Avenida Dom João, que desce ao Rio Vermelho, florescente bairro litorâneo, entre chácaras de copado arvorelo, abriu-se ampla clareira, condicionada a monumental construção.

Suave lombada recebeu-lhe os alicerces, em solo firme.

À entrada, encimada por divisa franciscana, velha mangueira, testemunha de extinto pomar, sombreia as imediações.

Da porta majestosa aproximam-se fâcilmente os automóveis, abrigados pela cobertura saliente, proporcionada pelo terraço no primeiro andar, para o qual dão três aberturas.

De cada lado, cinco janelas, inclusive duas nas alas salientes, completam os vãos da fachada.

Lateralmente, outras tantas assinalam a forma retangular do edificio, que encerra pátio aproximadamente quadrado, em cujo centro há lugar para o funcionamento de repuxo, rodeado de flôres.

Clareadas pelo exterior, tôdas as salas comunicam-se com a galeria em tórno do jardim interno, como se houvesse o propósito de arejâ-las ao máximo.

Maior contato com a Natureza, porém, facilita o remanescente da plantação antiga, de propósito conservada nos fundos do terreno de 43.000 metros quadrados.

Mangueiras frondosas, cuja aparência lhes denuncia a idade centenária, proporcionam aos visitantes aprazível sombra hospitaleira, bafejada, à hora da maior insolação, por acariciante brisa do mar próximo.

De permeio, sobem pela percola de comunicação da casa com o refúgio verdejante, trepadeiras, de tons vivos, ladeadas de canteiros em formação.



Claustro Superior do Convento de São Francisco.

Mangabeiras aqui e ali imprimem à paisagem feições sertanejas. Nativas? Ou plantadas, talvez, por algum apreciador de seus frutos adocicados?

Esculturas expressivas distribuem-se apropriadamente pelo jardim, lembrando cenas religiosas, ou passagens da vida de São Francisco.

Aliás, o conjunto acha-se impregnado de seus ensinamentos, do limiar ao afastado recanto bucólico.

Embora aparenta, não se destina o empreendimento apenas a oferecer confortável abrigo aos hóspedes de vária espécie em busca de repouso.

Facilitar-lhes-á igualmente «cursos para casados, senhoras, moças, rapazes, crianças, associações religiosas», assim como «especiais para médicos, advogados, professores e professoras de curso primário, secundário e superior, intelectuais em geral, militares e operários».

Com que fim, perguntarão os contribuintes da obra impressionante?

«Pretendemos particularmente, assevera frei Pio, guardião do Convento de São Francisco, sem cujo apoio não poderia atuar rei Hildebrando, educar uma mocidade de escol, uma mocidade mais sadia, inculcando-lhe sentimentos nobres, focalizando-lhe verdadeiros ideais, prevenindo-lhe a inexperiência, apontando-lhe os múltiplos perigos e formando-lhe o caráter, o espírito e o coração para os embates da vida».

Assim vai pacificamente operando a congregação abnegada, para neutralizar as causas que ameaçam malignar a formação moral das gerações futuras.

De maneira análoga procede outra instituição, em que predominou a iniciativa particular, estimulada por monsenhor Flaviano Osório Pimentel.

Fundada em 5 de outubro de 1923, só em 1938 conseguiu sede própria.

Alojado em majestoso edifício, mercê do auxílio de D. Henriqueta Martins Catarino, consagrou-se a «trabalhar pela elevação da mulher, para a maior glória de Deus e grandeza do Brasil».

Tal o programa que lhe inspira as atividades, dilatadas pela divisão de cultura, de economia doméstica, de assistência à saúde e assistência apostolar.

A primeira abrange a biblioteca, de mais de 8.000 volumes, o museu de arte feminina, e as escolas, de dactilografia, técnica de comércio, e ginásio.

A outra cuida especialmente da «Pensão São José», para «dar às jovens, quando longe dos seus lares, convívio agradável

e seguro», de cursos domésticos, de corte, costura, cosinha e arte decorativa.

A assistência, médica e apostolar, completa a ação benfazeja do estabelecimento que trás o nome expressivo de «Instituto Feminino da Bahia». Orientado por sua fundadora, pode ufanar-se de estar desempenhando relevante função educativa, quer diretamente por meio de seus vários cursos, quer pela sábia influência exercida nas pensionistas, mercê dos ensinamentos, da exemplar diretora, que se compraz em amparar a juventude.

Senhora de opulentos haveres, não quis egoisticamente gozar-lhes as vantagens.

Planeou obra de altos propósitos moralizantes e, obtida a cooperação de individualidades impregnadas de análogo idealismo, conseguiu organizar singular instituição, de que justamente se orgulha a Capital baiana.

Para as comemorações do quarto centenário, contribuiu com mais de uma exposição em seu Museu, cujos visitantes tiveram ensejo de percorrer-lhe as diferentes seções, nas quais se realizam as atividades do modelar estabelecimento.

VI

Quem se contente em visitar apenas a capital baiana, capaz de empolgar os mais exigentes observadores, com os seus contrastes de ancianidade, testemunhada pelas feições coloniais de cidade primaz brasileira, e juventude, rompente de edificações modernas, de traços expressivos, com as suas igrejas, cujo prestígio lhes decorre de séculos de atuação piedosa, como do aprimorado das linhas arquitetônicas e esmêro dos labores decorativos, com os seus empreendimentos fecundos, com as tradições e costumes do seu povo, inspiradores de opulenta literatura, não terá ensejo de conhecer-lhe a parte complementar, do Recôncavo, que lhe robusteceu a economia no passado e promete causar-lhe maiores esplendores futuros, mercê do petróleo, que lhe jazia no sub-solo, ignorado até recentemente.

A semelhança do que sucede ao sul da Guanabara, emoldurada pela Serra do Mar, que se rompeu em falhas, permitindo a formação da «Baixada», entre o maciço principal e os menores, mais próximos ao litoral, também a baía de Todos os Santos aprofundou-se entre as elevações gnaiss graníticas que seguem a costa brasileira e o bloco destacado na península oriental. Encrespa-se-lhes o terreno, embora de cumiadas menos incisivas que as serras do Distrito Federal. Falta-lhe um «Corcovado», um pico da Tijuca, ou qualquer outro comparável, mas, ainda assim, os morros que se erguem desde as praias, da ponta do Padrão



Portada monumental do Paço do Saldanha.

para noroeste, estadeiam singular contraste, de que derivou a diferenciação do agrupamento urbano em dois níveis, Cidade Baixa e Cidade Alta.

Ostentam feições inconfundíveis, mercê das condições propícias do relevo.

Naquela, a nesga praiana, achanada, favoreceu o tráfego, estimulando as transações mercantis, a que se destinaram amplos armazens, e estabelecimentos bancários e comerciais. A outra, que a sobranceia, do alto de mais de meia centena de metros, acompanhou o solo ondulado, descendo pelas quebradas e trepando pelas colinas, indiferente aos obstáculos que lhe pudessem contrariar a circulação futura.

Os acidentes topográficos sem dúvida contribuíam para diversificar a paisagem, aformoseando-a. Tanto bastou para que os aproveitassem os povoadores, para os seus bairros residenciais e instituições de cultura e assistência.

Intermediário, ainda se distinguirá, a meia altura, em vale de erosão mais avançada, o da «Baixa do Sapateiro», em cujas placas de esquina se ostenta o nome do «Dr. Seabra». Impriem-lhe fisionomia peculiar as atividades interessantes, de feira dispersa pelas calçadas, indústrias várias e comércio popular, mantido pela clientela numerosa, que anima o bairro. Próximo, o elevador do Taboão completa a descida, conduzindo os passageiros aos arredores da praça do Conde dos Arcos, que flagrantemente contrasta com as asperezas de cima, onde não será apenas a rua Silva Jardim a declinar em rampa forte. Mais expressivo ainda, em diferente rumo, arqueia-se o perfil longitudinal da rua Saldanha da Gama, distendida à maneira de catenária, com os ramos ascendentes, de um lado e do outro do vale, em que se lhe deprime a parte central.

Flanqueando-o, na esquina de Guedes de Brito, ergue-se o edifício em que se alojou o Liceu de Artes e Ofícios, a 20 de outubro de 1872.

Conserva, não obstante, o nome tradicional de «Paço do Saldanha», e exhibe a porta monumental, única dêsse tipo, emoldurada, com a janela correspondente, como se fôsse uma só abertura, pela mesma cantaria primorosamente entalhada.

Remanescente do perdido fastígio, em que o antigo proprietário podia mandar insculpir à entrada do seu solar os braços de que se ufanava, estua-lhe nos salões afidalgados doutroa a aprendizagem da mocidade para a vida industrial, que lhe atualiza a utilização, com mira no futuro.

Lembra o passado, como também as estreitas ruas da vizinhança, a caminho do Pelourinho, afeiçoadas às encostas dos outeiros, que estonteantemente eriçam o terreno.

O aspecto montuoso, que o individualiza, não se dilata, entretanto, por vasta área.

Tumultua, todavia, entre o mar, que o limita a leste, a baía, a sudoeste, e a depressão, que a separa, a noroeste, do maciço de análoga formação arqueana.

Entre as duas elevações gnaiss-graníticas, afastadas de cerca de meia centena de quilômetros, processou-se tranqüilamente a sedimentação de camadas cretáceas, geradoras do solo famoso de massapê.

«A bacia sedimentária do Recôncavo, assim a caracteriza o geógrafo S. Fróis Abreu, que a examinou com a sua costumeira agudeza, se acha encravada entre dois núcleos cristalinos antigos, um a leste, outro a oeste, cujas bordas têm aproximadamente a direção nordeste-sudoeste. «Essa bacia tem um caráter de *graben*, e bastante alongada, estendendo-se muito para o norte, além de Alagoinhas, e ultrapassando completamente os limites geográficos do Recôncavo».

Não é porém, sòmente o folhelho cretáceo, que lhe forra o chão, aprofundando-se por altura variável.

Também a formação das Barreiras lhe empola a superfície, por maneira que «a associação dos morros arredondados estabelece uma fisionomia muito semelhante à das meias-laranjas do vale do Paraíba, no Estado do Rio». Como lhes seja fortemente arenosa a argila que os formam, da sua erosão fácil resulta, por vêzes, a desagregação do material, ao extremo de constituir extensos areais, a exemplo do que circunda Camaçari, com o seu lençol estéril. Não é, portanto, o Recôncavo integralmente amantado pelas terras de massapê, interrompidas, aqui e ali, de manchas menos propícias à agricultura, como, aliás, indicam as falhas de povoamento, com a ausência de moradores por longas distâncias.

Não obstante, sustentou o esplendor da lavoura canvieira baiana, que ainda na atualidade cultiva a prestante gramínea na mesma região em que se opulentou a fidalguia rural doutroira.

De tal maneira perdurou a ocupação, iniciada pelos contemporâneos de Tomé de Sousa, que se tornou possível ao escritor Wanderley de Pinho assinalar, em *História de um engenho do Recôncavo* (1552-1944), a evolução do estabelecimento açucareiro fundado na sesmaria que Mem de Sá concedeu a Sebastião Álvares, «uma légua defronte da ilha de Maré». «Cavaleiro da Casa de El-Rei Nosso Senhor», transmitiu ao filho, Sebastião de Faria, as terras agricultadas ainda na atualidade, decorridos quatro séculos de utilização constante.

Os folhelhos cretáceos, que lhes garantem a fertilidade, quando expostos às intempéries, transformam-se no massapê «argila



Ruínas da Tõrre de Garcia d'Ávila, fotografia tirada a 17-2-1924.

escura, rica em matéria orgânica, praticamente isenta de partículas graúdas (grãos) e dotadas de propriedades coloidais». «Quando absorve água, continua o douto geólogo, — e a capacidade de absorção é colossal — aumenta muito de volume e torna-se altamente plástica». Daí se causa a relativa proteção do solo contra a erosão. Saturado de água, de que se embebe, como desmedido colção de esponja, alisa-se-lhe a superfície, que se fortalece contra a penetração e lubrifica-se, facilitando a passagem, sem conseqüência desmanteladora dos filetes líquidos, que não logram sulcá-lo.

Suavizam-se-lhe as feições, em contraste com a topografia mais acidentada das Barreiras, de material menos resistente ao trabalho erosivo. E quanto mais lhe cresce a porcentagem de areia, tanto mais lhe avultam as saliências, por vêzes golpeadas a pique.

É o aspecto que domina em larga faixa.

«Em tôda a parte oeste e sul do Recôncavo, afirma sagaz observador, as Barreiras escondem a formação cretácea, de modo que tôdas as formas do relêvo aparecem esculpidas nas barreiras argilosas ou nos arenitos terciários». Propício à medrança da cana de açúcar, em cujo plantio madrugou a colônia, estimulada por Tomé de Sousa, o massapê contribuiu para a transformação da paisagem.

A medida que se afastavam os silvícolas, dominados pelas armas de fogo, espalhavam-se os engenhos, que substituíam os aldeamentos destruídos.

Pela orla praieira, primeiramente, acompanhando tôdas as reintrâncias das enseadas, em que se arqueia a baía, pelas margens dos rios, que insinuavam convite para mais ousadas penetrações, foram se erguendo edificios destinados à produção do artigo valioso, de que eram ávidos os mercados europeus. A pouco e pouco se transfigurou a fisionomia regional. Verdejaram canaviais, assenhoreando-se do terreno outrora sombreado pela mataria frondosa. Em vez dos trilhos indígenas, começaram a rasgar-se estradas, pelas quais rodavam os tardinheiros, mas prestadios, carros de bois, em constantes viagens das roças aos engenhos e dêstes aos portos de embarque.

Por água, trafegavam os saveiros e canoas de tipos diferentes das usadas pelos tupinambás. De tal maneira floresceu a indústria, que se tornou cobiçada pelo invasor de alto coturno. Não lhe sorriu, todavia, o cobiçado êxito.

E, rechaçado, Nassau desistiu de estender a Bahia o domínio holandês. Contentou-se com Pernambuco e vizinhanças, até que os seus sucessores fôssem também expulsos do Nordeste.

Continuou o Recôncavo a desenvolver-se, adstrito às mesmas diretrizes traçadas pelos primeiros povoadores lusitanos.

Vida faustosa em que esbanjavam as suas rendas anuais, gozavam os senhores de engenho, que a opulência alucinava. A escravaria nas roças garantia-lhes pingues lucros, que dariam para avolumar as reservas, caso fôsem aplicadas precavidamente. E souberam gastar na campanha contra os holandeses, afinal derrotados, após aparente vitória inicial.

Na luta emancipadora, quando serviu de núcleo de resistência contra as legiões de Madeira, forçadas, por fim, à rendição.

Na criação da aristocracia rural, personificada em seus barões e viscondes, cujas raízes mergulhavam no fecundo massapê, donde retiravam os proventos, que lhes permitia gastos desmedidos na Capital onde mantinham o seu solar brazonado.

Entre os demais, extremaram-se dois que passaram pelo mais antigo engenho conhecido, de que foram proprietários. O Visconde do Passê, que se alistou no Exército Libertador e mais tarde tomou partido contra a Sabinada, conquistou o primado entre os opulentos senhores de engenho do seu tempo, antes de se entristecer na decadência.

Vivia fidalgamente, apesar de operoso em sua labuta agrícola. continuada pelo Barão de Cotegipe, que também teria sido agricultor progressista, caso não o desviasse o destino, do engenho para os salões e tablado político, onde se tornou mais útil ao Brasil.

Atuou o primeiro no âmbito regional, em que logrou nomeada, ao passo que êste ampliou a sua atuação pelo país inteiro, afastando-se da gleba.

A exemplo de ambos, a quem pertenceu o engenho da «Freguezia», dezenas de lavradores afidalgaram-se nos canaviais, que lhes proporcionavam recursos para os seus empreendimentos construtivos e dispendiosas festanças na Capital, em cujo aspecto urbano mais de um traço indicará influxo da opulência do Recôncavo.

E assim lhe continuou o ritmo de trabalho até que a Lei de Treze de Maio, ultimando a inquietação, que se desencadeava nos canaviais, como acentuou Xavier Marques, ao descrever admiravelmente os episódios impressionantes do crepúsculo da escravidão, no seu romance: *As voltas da Estrada* — silenciou as senzalas, ermas de escravos. Já nenhum haveria, obrigado ao eito.

Com o trabalhador assalariado, recomeçou a faina agrícola até que a modernização dos processos de tratamento da cana apagasse os fogos de inúmeros engenhos, substituídos por usinas, mais possantes na moagem, de que se tornaram aquêles tributários, apenas para o fornecimento de matéria prima.



Basílica do Bonfim — (Desenho de Percy Lau).

Maior transformação, todavia, decorrera da surpreendente revelação de Lobato, onde se encontrou petróleo, a pequena profundidade.

VII

As crônicas referentes ao primeiro poço, do qual jorrou petróleo, a 21 de janeiro de 1939, assinalam os logros a que a aparência falaz das coisas submete por vêzes os apressados intérpretes dos segredos da Natureza.

Ergue-se, em Lobato, imponente pedreira, fornecedora de rocha viva para as construções próximas.

A pequena distância da cidade, as observações geológicas de relance concluíram pela impossibilidade flagrante da ocorrência do óleo nacional naquela formação.

A dedução amparava-se na mais rigorosa lógica.

O complexo cristalino brasileiro poderá conter outros produtos de interesse econômico. Menos combustível.

O antagonismo patenteou-se irremediavelmente insanável. Decorria, porém, de premissas, que a realidade se incumbiu de repudiar.

O arqueano, que se empina, talhado pelos cavouqueiros, não continua, mar a dentro, a forrar-lhe o fundo, como supuseram os condenadores das tentativas de investigações petrolíferas locais.

Ao revés, enorme falha rompeu-lhe a continuidade, permitindo a sedimentação cretácea, que lhe atinge o sopé.

Não seria, portanto, no gnaiss que a sondagem aprofundaria os seus poços investigadores.

Os folhelhos, porém, na vizinhança, alternados com arenitos, responderiam satisfatoriamente a quem os perfurasse, curioso de conhecer-lhes o conteúdo.

Neste lance triunfou o empirismo de Oscar Cordeiro, que porfiava em seus pressentimentos de encontrar petróleo, no mesmo sítio taxado de estéril pelo técnico Oppenheim, baseado na configuração e estrutura do paredão empinado. Verificada a primeira ocorrência auspiciosa da região produtiva, ensaios ulteriores viriam confirmar a possibilidade prevista de maiores resultados.

Assim sucedeu em Aratu, cuja baía avultou de importância, mercê das perfurações próximas, coroadas de êxito.

De igual modo, Candeias, já afamada pelo Santuário local, erguido em aprazível outeiro, donde se descortina imponente panorama, ingressou nos anais científicos, graças aos trabalhos dos geólogos especialmente dedicados às pesquisas do óleo mineral.

Tôrres metálicas apontam, aqui e ali, os poços que atingiram camada fecunda, assim como os indícios de outros, abandonados por improdutivos.

Não será, pois, continua a bacia impregnada de combustível líquido, como sucede nas regiões privilegiadas. Daí se causa a diminuta estimativa da reserva existente, que não bastará ainda para atender às exigências do consumo nacional.

Todavia, já alimenta esperanças promissoras, estimuladas pelo jacto de petróleo, em um dos poços, que a Administração destinou a maravilhar os visitantes.

E, assim, naquela manhã de 24 de março, reuniam-se, na mesma hora e local, aspectos característicos da vida baiana, uns que vinham do mais remoto passado, outros que se projetavam no futuro. No tocante à economia, ainda verdejavam canaviais, dos quais se aproximavam as tôrres metálicas, ameaçando impedir-lhes a continuação, onde fôsse favorável o exame do subsolo.

Sobranceando essas atividades, que o lucro estimula, frequentam o Santuário de N.S. das Candeias os romeiros, que para ali convergem, não sômente da Capital baiana, como de paragens mais distantes, com os seus ex-votos e promessas piedosas. Ainda que não seja festivo o dia, começam as suas orações no interior e completam com a ladainha, em voz alta, enquanto rodeiam o edifício, como se apresentaram naquela ocasião as duas dezenas de devotos aos forasteiros, cuja presença não os perturbou.

Era a tradição que arraigadamente se mantinha, apesar dos agentes adversos que não deixarão de influir para atenuá-la.

Decorridos dois dias, o Forte de Garcia d'Ávila acolhia, em suas ruínas eloqüentes, curiosa caravana.

Por longo período, seria o pôsto avançado, que esbarrava a investida da bugralhada por aquelas bandas e ao mesmo tempo vigiava o litoral, atento à aproximação de qualquer navio suspeito, para aviso rápido às autoridades da Capital.

O Pôrto de Tatuapara facilitava-lhe a comunicação por mar, embora fôsse mais frequentado o caminho das boiadas, que se internava pelos sertões, através das fazendas pastoris iniciadas pelo amigo de Tomé de Sousa, e ampliadas pelos seus descendentes, por centenas de léguas.

«Duzentas e sessenta pelo rio S. Francisco acima, à mão direita, indo para o sul», assinalou Antonil, que ainda acrescentou: «indo do dito rio para o norte, chega a oitenta léguas».

A pecuária, que destarte foi gradativamente povoando os campos do ilimitado latifúndio da Casa da Torre e das propriedades contíguas, ainda anima, na atualidade, a «Feira de Santana»,

de nome expressivo, para onde convergem as boiadas das fazendas circunjacentes e das mais distantes, para as transações avultadas.

Currais apropriadamente construídos recebem os lotes de vários criadores e os encaminham, uma vez negociados, para a pesagem em balança capaz de conter duas dezenas de rézes.

A cidade ufana-se de sua atividade peculiar, que lhe fomenta o comércio, onde não falta a carne verde de boa qualidade, nem os artigos expostos em seu mercado, em condições vantajosas.

A aparência de fartura alegrou os visitantes, acostumados ao regime de racionamento alhures (*). Por diferente feição revelou-se desta maneira a vida baiana, que não mantém a secular continuidade apenas em canaviais, que a estrada flanqueia, nas proximidades de S. Sebastião da cabeceira do Passé, de Tanquinho e outras manchas, mais ou menos dilatadas, de ubertoso massapê cretáceo.

A indústria pastoril também teve principio na era de Tomé de Sousa, cuja chegada à Bahia foi comemorada a primor.

A oportunidade evidenciava-se propícia para a demonstração de quanto viçou, em frutificação opulenta, a sementeira cultivada pelo primeiro Governador Geral. Tanto na Capital, com a sua urbanização original e instituições culturais, como igualmente à distância, por Candeias, Feira de Santana, e regiões intermediárias, mais de um aspecto acentuava o surto progressista do Estado, sem desprezo das tradições, com as quais se harmoniza às maravilhas.

Podia ufanar-se da trajetória percorrida em quatro séculos, a partir do desembarque em terra baiana da expedição povoadora.

E bem mereceu as homenagens glorificadoras que lhe prestaram quantos, e contavam-se por milhares, tiveram ensejo de observar-lhe os múltiplos aspectos de prosperidade.

(*) Visita feita em 1949.

PEREIRA DA COSTA

HÉLIO VIANNA

A 16 de dezembro de 1851 nasceu no Recife, na rua Bela, sendo batizado na igreja matriz de Santo Antônio, o menino Francisco Augusto, filho de Manuel Augusto Meneses Costa e de Maria Augusta Pereira da Costa.

Fêz estudos primários no Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho. Por dificuldades financeiras dos modestos pais, teve de interromper, mais de uma vez, os estudos de humanidades, necessários à desejada matrícula na Faculdade de Direito. Suspendeu-os, afinal, aos 16 anos de idade, para empregar-se como caixeiro de uma livraria da rua do Imperador. Aí se reuniam os intelectuais dessa época de fins da Guerra do Paraguai: Abreu e Lima, Franklin Távora, Soares de Azevedo, Feitosa, Tôrres Bandeira, Vitoriano Palhares, Joaquim Portela, Antônio Joaquim de Melo, Lopes Machado e outros. Ouvindo suas conversas, interessou-se pelos temas que debatiam, inclusive os históricos. Fêz-se sócio-subscritor do Gabinete Português de Leitura, engolfando-se nesse excesso de descobrimentos literários que tantas vezes é o início de uma vocação. Adquiriu um exemplar da *Sinópsis ou Dedução Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil*, de Abreu e Lima, e a *Galeria Pitoresca dos Homens Célebres*. Esta última compra indignou o seu patrão, que julgou melhor adquirisse êle um livro de escrituração mercantil. Incentivado por Abreu e Lima, Antônio Joaquim de Melo e cônego Rochaël de Medeiros (que lhe apontava o exemplo do estadista Visconde de Sousa Franco, também antigo caixeiro), prosseguiu nos estudos, mesmo depois de deixar a livraria e de empregar-se numa casa comercial atacadista.

Aos vinte anos ingressou no funcionalismo provincial, passando pelas repartições das Obras Públicas, Conservação dos Portos, depois à Secretaria do Govêrno e a primeiro oficial da Câmara dos Deputados, onde chegou a diretor-geral da Secretaria, cargo em que se aposentou.

Do ano seguinte, 1872, data o início de sua colaboração no *Diário de Pernambuco*, mantida por pouco mais de meio século, até o mês de sua morte, quando ainda comemorou o 98.º aniversário do velho órgão da imprensa recifense.

Não tardou que outros trabalhos escrevesse, dando-lhe direito à admissão, em 1876, como sócio efetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, onde já havia sido amanuense, e seria, mais tarde, sócio benemérito, secretário, vice-presidente e, longamente, redator da *Revista*. Eram êsses primeiros escritos o *Estudo Histórico e Biográfico do Padre João Ribeiro Pessoa, Mártir da Revolução de 17*, *Estabelecimento de Tipografia em Pernambuco* (que depois ampliaria para *Estabelecimento e Desenvolvimento da Imprensa em Pernambuco*), *Cultura do Café em Pernambuco* e *Estudo sobre a Biblioteca Pública* — que também assiduamente freqüentava e perfeitamente conhecia.

Recebido no Instituto por Maximiano Lopes Machado, seu discurso de posse «foi uma profissão de fé histórica», despertando «acirrada polêmica» a maneira pela qual considerou o período de invasão holandesa e a figura do Conde João Mauricio de Nassau-Siegen (1).

Da instituição faria parte até a morte, por 47 anos, tornando-se um dos mais distintos e assíduos colaboradores de sua *Revista*, em que publicou mais de 50 trabalhos históricos, muitos dos quais também aparecidos em volumes isolados.

Dêstes, o primeiro de vulto foi o *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, duas centenas de biografias, contidas em pouco mais de 800 páginas. Para sua impressão contribuiu a província com o auxílio de 2:000\$000, votado pela Assemblêia. Apesar «de suas falhas e defeitos, próprios de um trabalho tão difícil», na opinião do Desembargador Adelino Antônio de Luna Freire, deu causa à admissão de Pereira da Costa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2); apresentada a proposta em 1883, mediante parecer de Olegário Herculano d'Aquino e Castro, Joaquim Norberto de Sousa Silva e M.D. Moreira de Azevedo, foi aprovada três anos depois, mas somente em 1908, por ocasião de sua primeira viagem à capital do país, pôde tomar posse, como sócio correspondente da instituição, o historiador do Recife. Saudando-o em sessão presidida pelo Barão do Rio Branco, disse o orador oficial, Conde de Afonso Celso, que êle iria «aumentar o grupo dos pernambucanos eruditos e laboriosos do Instituto:

(1) Artur Muniz — Discurso na sessão de 20 de junho de 1902, do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em que foi inaugurado o retrato de Pereira da Costa no Salão de Honra da instituição; na *Revista do mesmo Instituto*, vol. X, de março de 1903, fascículo 57, pág. 346.

(2) Artur Muniz — Discurso cit., 349.

Alfredo de Carvalho, Artur Orlando, Oliveira Lima, Manuel Cicero e outros» (3).

Apenas numa ocasião deixou Pereira da Costa de servir em sua província, fazendo-o na do Piauí, como secretário do governo, na presidência de Raimundo Teodorico de Castro e Silva, em 1884-1885. Organizou, então, o Arquivo a seu cargo, separando os documentos de caráter histórico e reunindo-os em seção especial. Colaborou na imprensa de Teresina, inclusive com artigos sobre o governo de D. João de Amorim Pereira (1797-1799 e 1803), a independência do Piauí, suas repartições, estabelecimentos e instituições públicas. Incumbido pela presidência, de ordem do governo imperial, redigiu uma *Notícia sobre as Comarcas da Província do Piauí*, trabalho que também já havia feito quanto a Pernambuco, a fim de servir de base à nova classificação oficial das comarcas, por entrâncias. Porém o maior serviço prestado por Pereira da Costa àquela província foi, sem dúvida, a coleta de materiais para a *Cronologia Histórica do Estado do Piauí desde os seus primeiros tempos até a Proclamação da República*, somente publicada em 1909.

Novamente em Pernambuco, continuou a trabalhar pelo melhor conhecimento de seu passado histórico, examinando e relatando o conteúdo das bibliotecas dos conventos do Recife e Olinda, como depois também dos arquivos públicos desta última cidade. Pôde assim revelar e salvar preciosidades bibliográficas e documentárias do maior valor, uma das quais, por exemplo, serviu para o esclarecimento de antiga controvérsia, quanto ao local do sepultamento de João Fernandes Vieira, na capela-mor da igreja do Convento do Carmo em Olinda, e não na igreja da Misericórdia, da mesma cidade, ou do Funchal, na ilha da Madeira, como se supunha. Achados, ali, de acôrdo com as indicações que descobriu, os restos mortais identificados como do Castrioto Lusitano, foram êles em 1942 trasladados, com os de André Vidal de Negreiros, da catedral da Madre de Deus para a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos montes Guararapes, por iniciativa do Instituto Arqueológico (4).

Era Pereira da Costa, naquele tempo, convicto abolicionista. Pertencia à Comissão Central Emancipadora do Recife, que o encarregou de descrever as festas pernambucanas em homenagem à libertação dos escravos no Ceará. O produto da venda desse opúsculo de 1884 — *Pernambuco ao Ceará*, destinou-se à reden-

(3) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118 (Rio de Janeiro, 1909), págs. 512/517.

(4) *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, fasc. 34, de dezembro de 1887, págs. 3/32; *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. XXXVIII, de 1943, págs. 221/230.

ção de cativos. Em 1887, no Teatro de Variedades, na Nova Hamburgo, pronunciou conferência sobre *A Idéia Abolicionista em Pernambuco*, reivindicando prioridade na matéria para sua terra natal, o que mereceu calorosos elogios de Maciel Pinheiro no jornal *A Província* (5).

Depois de proclamada a República, formou-se Pereira da Costa em direito, quase aos quarenta anos de idade, realizando antiga aspiração.

Surgiu, alguns anos mais tarde, a oportunidade para versar outro tema de sua predileção, a expansão da capitania de Pernambuco no período colonial. Publicou, em 1896, a propósito da reivindicação pernambucana da antiga comarca do São Francisco ou do Sertão, a documentada obra intitulada *Em Prol da Integridade do Território de Pernambuco*, que mereceu transcrição nos *Anais* do Senado Federal, amplos elogios da imprensa e de historiadores, mas também algumas contestações que não diminuem o seu valor (6), sendo ainda reeditada em 1918. Contribuíram, o descobrimento da sepultura de João Fernandes Vieira e o exame dos arquivos públicos de Olinda, por incumbência do Instituto Arqueológico, para sua elevação à categoria de sócio benemérito da instituição (7).

Inteiramente devotado à História, mas prezando sobretudo a verdade dos fatos, não deixou de lembrar que a prioridade no descobrimento do Brasil competia ao espanhol Pinzón, que a 26 de janeiro de 1500 atingiu terras pernambucanas do cabo de Santo Agostinho, antes, portanto, da chegada da frota de Cabral a Pôrto Seguro, a 22 de abril do mesmo ano (8). Mas igualmente não deixou de propor que o Instituto Arqueológico comemorasse o quarto centenário do descobrimento oficial português, encarregando-se, êle mesmo, de elaborar o ensaio intitulado *Pero Vaz de Caminha — Primeiro Cronista do Brasil*, que serviu de prefácio à edição pernambucana da famosa *Carta ao Rei D. Manuel*, em 1900. Como «apêndice», preparou-lhe Pereira da Costa outros substanciosos estudos relativos a *Pedro Álvares Cabral — A Frota Portuguesa do Descobrimento do Brasil — O Monte Pascoal, a Terra da Vera Cruz, o Brasil — A primeira Missa no Brasil — D. Frei Henrique Soares* (9).

(5) Transcrita na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, fasc. 42 (Recife, 1891), págs. 247/272, com três documentos anexos.

(6) Conforme as opiniões incluídas na *Revista* cit., fasc. 50 (Recife, 1897), págs. 3/58.

(7) Artur Muniz — Discurso cit., pag. 346.

(8) Publicou, a propósito, o folheto intitulado — *Quarto Centenário do Descobrimento de Pernambuco em 26 de janeiro de 1500*.

(9) Incluídos na *Revista* cit., fasc. 53, págs. 1/74.

Tendo sido membro do Conselho Municipal do Recife, foi eleito deputado estadual em 1901, e teve o mandato sempre renovado, apesar das alterações políticas posteriores. Embora infenso à oratória, era verdadeiro órgão consultivo da Câmara, a êle recorrendo com proveito os colegas.

Do Instituto Arqueológico recebeu nova homenagem no ano seguinte: a inauguração de seu retrato na galeria existente no Salão de Honra da associação. Em resposta aos discursos então proferidos pelo 1.º vice-presidente, Desembargador Antônio Pedro da Silva Marques, e pelo orador oficial, Artur Muniz, disse que o Instituto fôra a sua escola, a sua tenda de trabalho. Evocou, então, os companheiros dos primeiros tempos, Nascimento Feitosa, Antônio Joaquim de Melo, Tôrres Bandeira, Lino do Monte Carmelo, Aprígio Guimarães, Tavares Belfort, José Higino, Soares Brandão, Regueira Costa. Não esqueceu, porém, os que ali estavam mostrando a continuidade de sua missão, e escolheu Alfredo de Carvalho para representar a nova geração (10).

Outras homenagens receberia mais tarde Pereira da Costa. Mas basta uma para que se possa aquilatar o valor de sua contribuição à história pernambucana e brasileira. Um artigo de Oliveira Lima no *Diário de Pernambuco* de 17 de julho de 1917, escrito em apoio a uma das freqüentes correções históricas de nosso biografado, começava pelas seguintes palavras: «O Doutor Pereira da Costa, que é mestre de todos os que estudamos a história pernambucana...» (11). Era a consagração. Não será necessário insistir na matéria. Assim reconhecido pelo mais credenciado de seus pares, encerrou sua passagem pela terra a 21 de novembro de 1923, merecendo, ainda, os louvores unânimes da imprensa e dos oradores das instituições de que fazia parte, a Câmara dos Deputados pela voz do presidente Otávio Tavares, o Instituto Arqueológico também por intermédio de seu presidente Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (12).

Na mesma associação dêle posteriormente se ocuparam os oradores Samuel Campelo e França Pereira (13). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez o necrológico de Pereira da Costa o orador oficial Barão de Ramiz, que salientou os méritos do «trabalhador indefesso, investigador assíduo e metuculoso da

(10) *Revista cit.*, fasc. 57, págs. 362/363.

(11) Transcrita na *Revista cit.*, vol. XX, fasc. 99, de janeiro a março de 1918.

(12) Transcritos na *Revista cit.*, vol. XXV, de 1923, págs. 295/299.

(13) *Revista cit.* vol. XXVII, de 1925/1926, págs. 448/449; volume XXX, de 1930, pág. 386.

nossa História e particularmente da História de seu torrão natal* (14).

Vista assim, embora rapidamente, a vida do historiador cujo centenário de nascimento em 1951 se festejou, vejamos, a seguir, de modo tanto quanto possível sistematizado, a sua obra.

Salientamos, em primeiro lugar, aquilo que nos parece ser a predominante característica do seu trabalho de meio século: o constante aprêço pelo documento, o amor ao fato acompanhado de provas. Numa época em que tantos falsos historiadores afirmavam por simples convicção, por partidarismo e até por simpatia ou antipatia a determinados temas — constitui honrosa exceção êsse provinciano autodidata, que antepondo-se a diretrizes científicas muito mais tarde fixadas, baseava-se em dados concretos para a elaboração de seus julgamentos. Assim procedeu, por exemplo, ao descer João Fernandes Vieira do pedestal em que o colocaram seus panegiristas, num «estudo cuidadosamente traçado sob uma severa documentação, e sem uma proposição, siquer, que não venha comprovada com a indicação das fontes originárias» (15).

Desde 1880 encarregara-o o presidente Franklin Dória (depois Barão de Loreto), de coligir documentos nos arquivos públicos da província, a fim de figurarem na Exposição de História do Brasil, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Resultado: Pernambuco obteve o primeiro lugar no magnífico certame (16).

No Piauí, quando secretário do Governo, vimos a sua atividade nesse setor. Acrescente-se, porém, que outros documentos daí encaminhou à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a que também pertenceu, relativos aos rios Parnaíba e Tocantins e a duas tribos indígenas ainda existentes em 1827 em seu território (17).

Em Pernambuco, também já mencionamos o *Relatório sobre as Bibliotecas dos Conventos do Recife e de Olinda*, ainda em fins do Império, e o *Relatório em que deu conta da sua incumbência de examinar os Arquivos Públicos de Olinda e escolher os documentos mais interessantes à História* (18), êste já nos primeiros tempos da República. Dasquelas Bibliotecas, graças ao levantamento feito

(14) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, 1924, vol. 150, pág. 473.

(15) *João Fernandes Vieira à luz da História e da Crítica* (Recife, 1907), pág. 107. Estudo antes incluído na *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XII, fasc. 67, de março de 1906, págs. 169/280.

(16) Artur Muniz — Discurso cit., pág. 351.

(17) *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo II, de 1886, 1.º Boletim, págs. 31/40.

(18) *Revista do Instituto Arqueológico*, fasc. 43 (Recife, 1893), páginas 21/100, com numerosos anexos documentais.

por Pereira da Costa, foram obtidos para a Biblioteca Pública mais de cem volumes, inclusive raras edições dos séculos anteriores.

Menos feliz tarefa, no mesmo setor, foi a que também lhe coube, no sentido de escolher os papéis relativos à escravidão que deveriam ser queimados, conforme resolução do governo federal (19).

Outro aspecto essencial das atividades de Pereira da Costa foi o de corretor de erros históricos. Missão das mais necessárias, entre nós, tantas e tão graves são as erronias que por aí circulavam e ainda circulam, aceitas como verdades comprovadas e indiscutíveis, não só pelos leigos mas também por muitos que tinham e têm o dever de não ignorar o passado nacional.

Já vimos como coube a Pereira da Costa localizar com exatidão os restos mortais de João Fernandes Vieira, corrigindo anteriores interpretações de seu testamento.

Já vimos, também, que um de seus primeiros trabalhos referia-se ao *Estabelecimento de Tipografia em Pernambuco*. Aparecendo, a propósito, em 1897, um artigo no *Jornal do Comércio carioca*, em que se atribuía a prioridade dêsse acontecimento ao Rio de Janeiro — logo o Instituto Arqueológico encarregou Pereira da Costa de dar-lhe resposta, a fim de que fôsse confirmada a primazia pernambucana no caso (20).

Mencionamos, igualmente, sua honestidade em não negar a prioridade espanhola no descobrimento de Pernambuco e do Brasil, embora sem desprestígio para o descobrimento oficial português, ligeiramente posterior.

Outra questão em que sua tese obteve completa vitória, foi a relativa à naturalidade pernambucana do segundo índio Camarão, herói da luta contra os holandeses. Demonstrando-a, com irrespondíveis argumentos, em 1903, com o apoio, por exemplo, de Alfredo de Carvalho, acrescentou-lhe, como tiro de misericórdia, uma *Última Verba*, em 1908 (21). Apesar do caráter inapelável de seu julgamento, insistiu um partidário da opinião adversa, conseguindo que a respeito se pronunciasse, como árbitro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escolheu êste, para decisivamente julgar o pleito, um historiador dos mais competentes: João

(19) Artur Muniz — Discurso cit., pág. 352.

(20) *Revista* cit., fasc. 50 (Recife, 1897), ata da sessão de 10 de junho de 1897, págs. 115.

(21) *A Verdadeira Naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão (Século XVII)*, na *Revista* cit., vol. XI, fasc. 60, de dezembro de 1903 (Recife, 1904), págs. 119/159. No mesmo fasc., a crítica de Alfredo de Carvalho a respectiva separata, págs. 296/299. *A Última Verba* na *Revista*, vol. XIII, fasc. 73, de setembro de 1908, págs. 464/573, com 23 notas em apêndice, incluindo muitos documentos.

Pandiá Calógeras. E sua sentença, favorável à naturalidade pernambucana de D. Antônio Filipe Camarão, Pereira da Costa infelizmente não teve ocasião de conhecer, pois já era falecido (22).

Também já aludimos à questão dos méritos de João Fernandes Vieira, muito exaltados por seus panegiristas, mas que sofrem grandes descontos quando examinados com imparcialidade. O trabalho de Pereira da Costa — *João Fernandes Vieira à luz da História e da Crítica* (23), constitui ampla demonstração de sua coragem, na luta pela verdade histórica, contra as mentiras geralmente aceitas e o habitual respeito aos heróis. Despertou essa revisão de julgamentos a atenção do Conde de Afonso Celso, quando recebeu o seu autor como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Salientou o futuro presidente perpétuo da instituição, então orador oficial, que Fernandes Vieira havia sido um homem muito feliz, quando vivo, e mais ainda, depois de morto, graças à auréola de que o cercaram seus interessados biógrafos. «Pois o Dr. Pereira da Costa, tranqüilamente, implacavelmente, formidavelmente armado de documentos inconcussos, fez isto: apeou João Fernandes Vieira do alto pedestal onde campeava, há dois séculos e meio, desatou-lhe a auréola, arrebatou-lhe a formosa máscara colada à figura pela tradição, exonerou-o de grande homem, arrancando-lhe uma a uma as vistosas penas com que em nossos anais pavoneava». Foi além, o Conde de Afonso Celso. Usando expressões da gíria política então em curso, acrescentou que João Fernandes Vieira era, assim, o fundador, entre nós, do *adesismo*, homem da *cavação*, mestre máximo do *avança*, inventor e cultivador genial do *engrossamento* e do *auto-engrossamento*. Mas concluiu, honestamente, que tendo examinado essa violenta opinião outro esclarecido pernambucano, o ponderado conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, achou êste, em carta a Pereira da Costa, que se João Fernandes Vieira amou talvez demasiadamente o dinheiro, «em lance decisivo para o Brasil, arriscou vida e haveres, mostrando amar também a terra em que se domiciliara» (24). Assim também pensamos.

Outro erro, embora de menor vulto, mas nem por isso de pequena repercussão, também eliminou Pereira da Costa, consequindo, como sempre, o apoio de notáveis historiadores brasileiros. Apesar de todo o respeito que lhe mereciam Antônio Joaquim de

(22) «A Naturalidade de Camarão — O Instituto Histórico Brasileiro, estudando a dualidade dos Potis indígenas, opina que o Camarão herói da Guerra Holandesa era pernambucano». Na *Revista* cit., vol. XXIX, de 1928/1929, págs. 283/288.

(23) *Revista* cit., vol. XII, fasc. 67, de março de 1906, págs. 169/280. Teve separata no ano seguinte, conf. nota 15.

(24) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118, cit., págs. 512/517.

Melo e Abreu e Lima, corrigiu-os, como sempre baseado em sólidos documentos, quanto à data do rompimento da Confederação do Equador, a 2 e não a 24 de julho de 1824. Fê-lo em trabalho apresentado ao Instituto Arqueológico em maio de 1903, mas somente publicado em 1908 (25). Continuando, entretanto, o costume das comemorações oficiais a 24 de julho, reabriu a questão, a 17 de julho de 1917, o já citado artigo de Oliveira Lima no *Diário de Pernambuco*, publicado sob o título — «2 ou 24 de Julho?» Nêle concordou o mestre de Parnamirim com aquêlê que considerava o mestre de todos os estudiosos da história pernambucana. Tanto bastou para que no Instituto Arqueológico a sentinela alerta das glórias de Pernambuco, o Sr. Mário Melo, logo propusesse que com a intervenção do govêrno estadual fôsse modificada aquela data errada. Comparecendo à discussão, novos argumentos trouxe ao debate o próprio Pereira da Costa. Nomeada uma Comissão para opinar a respeito, noutra sessão apresentou parecer favorável ao dia 2, o qual, comunicado ao govêrno, entrou em immediata aplicação, mediante a comemoração, pelo Instituto, pela primeira vez naquela data certa, no mesmo ano de 1917. No jornal *A Província* opôs-se, entretanto, à correção, seu redator-chefe, Gonçalves Maia, em vários artigos. Responderam, pelo *Diário de Pernambuco*, o Sr. Mário Melo e Oliveira Lima, êste em artigo significativamente intitulado — «História e histórias». Tendo o govêrno do Estado aprovado a sugestão do Instituto, insistindo Gonçalves Maia em sua crítica, mandou Oliveira Lima os artigos em questão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que sôbre êles opinasse. Fê-lo, em nome da instituição, o sócio Basilio de Magalhães, em parecer sôbre «A verdadeira data da Confederação do Equador», também favorável à tese de Pereira da Costa. Discordou, ainda, Gonçalves Maia, havendo réplica; mas o Instituto do Rio de Janeiro, para terminar a questão, entregou-a ao mais alto juiz que então poderia apresentar o país, jurista que não desdenhava a História, Pedro Lessa. Inútil será acrescentar que ainda uma vez a irrecorrível sentença de 16 de junho de 1918 foi favorável à correção de Pereira da Costa, hoje de incontestada aceitação (26).

A mais importante das correções históricas do historiador recifense não será, porém, nenhuma das citadas, nem mesmo a relativa

(25) Na *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XIII, fasc. 72, de junho de 1908, págs. 272/342, inclusive as anotações documentais, sob o título — *Confederação do Equador. Investigações históricas sôbre o dia preciso em que teve lugar a sua proclamação em Pernambuco, no ano de 1824*.

(26) Toda a matéria consta, sob o título — *Confederação do Equador*, do vol. XX, fasc. 99, de janeiro a março de 1918, na *Revista cit.*, págs. 1/95.

a João Fernandes Vieira, que aliás já havia sido esboçada por Varnhagen. Será a que fez quanto ao início do devassamento do território do Piauí, atribuindo-o ao bandeirante vicentino Domingos Jorge Velho, em 1662 ou 1663, de acôrdo com documento do Arquivo da Secretaria do Govêrno de Pernambuco, incluído pela primeira vez em sua *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, publicada em 1909. Contestava, assim, a corrente que desde Sebastião da Rocha Pita, em sua *História da América Portuguesa*, de 1730, atribuía essa prioridade ao entradista baiano-português Domingos Afonso Mafrense ou Domingos Afonso Sertão, rendeiro da famosa Casa da Torre, que teria atingido o interior hoje piauiense em 1674.

De tanta importância para o caso foi a contribuição do historiador pernambucano que desde a sua publicação nela preferentemente se apoiam os defensores da prioridade de Domingos Jorge Velho.

É, para todos os efeitos, considerado decisivo o intitulado «documento de Pereira da Costa». Aceitam-no, como tal, Anísio Brito, na *Síntese Histórica do Estado do Piauí*, incluída no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (27), e o maior de nossos historiadores vivos, o Sr. Afonso de Escragnolle Taunay, na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (28). Rejeitam-no, porém, apenas naquele sentido modificador de datas, não quanto ao interesse e fidelidade, outros estudiosos de hoje, inclusive os Srs. Pedro Calmon (29) e Barbosa Lima Sobrinho, este autor de todo um volume dedicado ao assunto — *O Devassamento do Piauí* (30).

Quanto a nós, como já tivemos de opinar na matéria, quando de nosso concurso para a cátedra de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, aqui não a podemos calar. Então, sob a presidência do Sr. Afonso de E. Taunay, e tendo como outro dos examinadores o Sr. Pedro Calmon, representantes, portanto, das duas correntes opostas, sustentamos outra tese, que é a de Rodolfo Garcia em nota à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen (31). O documento de Pereira da Costa, como opina o Sr. Barbosa Lima Sobrinho, é confuso, discorde de outros papéis contemporâneos (32). Tem, em branco, pela impossibilidade

(27) Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do Centenário da Independência, vol. II (Rio de Janeiro, 1922) págs. 353/358.

(28) *Op. cit.*, tomo IV (São Paulo, 1928), págs. 332/344.

(29) *História da Casa da Torre* (Rio de Janeiro, 1939), cap. VI; *História do Brasil*, vol. II (São Paulo, 1941), págs. 288/291.

(30) *Ensaio sobre o Devassamento do Piauí* (Rio de Janeiro, 1929), depois transformado em *O Devassamento do Piauí* (São Paulo, 1946).

(31) *Op. cit.*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, 3ª ed. integral, tomo III (São Paulo, s.d.), pág. 297.

(32) *O Devassamento do Piauí*, cit., pág. 190.

da leitura do manuscrito setecentista, cinco trechos da introdução, entretanto essencial à interpretação quanto às datas, parte em que merece contestação. De modo que, se pudéssemos contar o período de residência dos vicentinos no interior piauiense, «de vinte e quatro ou vinte e cinco anos», a partir da data citada no texto para a sua saída, 1687, então seria exata a hipótese de Pereira da Costa, de que Domingos Jorge Velho lá teria chegado em 1662 ou 1663.

Mas, à vista das omissões do texto, de sua evidente falta de clareza, julgamos mais prudente a interpretação de que àquele prazo deva ser contado a partir da data das assinaturas do pedido de sesmarias, isto é, de 1704 e, conseqüentemente, os vicentinos lá teriam chegado em 1679 ou 1680, depois, portanto, do Mafrense. Ficamos, assim com a corrente tradicional, de Rocha Pita e Varnhagen, de Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e Rodolfo Garcia, embora sem desprezar a revelação de Pereira da Costa.

O terceiro aspecto sob o qual queremos examinar a obra do historiador pernambucano é o do prestimoso catalogador, o do utilíssimo e modesto trabalhador que investiga questões de nomes e datas, facilitando as tarefas dos que vêm depois, e que, só inconscientemente poderão menoscar a missão tão digna e necessária. Não foi sem razão que ao tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro salientou êle a função, tradicional em Portugal, na Espanha e mesmo no Brasil, dos *cronistas-mores* do Reino, *das Índias, do Ultramar e do Império* (33), cujas atribuições competem, hoje, a tantos devotados membros dos Institutos Históricos existentes em todo o país.

Já em 1883 preparou Pereira da Costa um trabalho do gênero — *Primeiras Eleições em Pernambuco, e seus representantes às Constituintes e Assembléia Geral do Brasil — 1831/1883* (34). Depois, entre 1896 e 1909, também nas páginas da *Revista do Instituto Arqueológico*, levantou anotada e biográfica lista de todos os governantes de Pernambuco, de 1534 a 1889. Donatários, capitães-mores governadores loco-tenentes dos donatários, governadores e capitães-generais, os intrusos governantes da holandesa Companhia das Índias Ocidentais, juntas dos Governos Provisórios e revolucionários, presidentes da província, efetivos e interinos — todos aí estão pacientemente arrolados e comentados, para benefício dos consultantes seguintes, muitas vêzes desconhecedores e

(33) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, cit., páginas 501/512.

(34) *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. IV, fasc. 29, do 2.º semestre de 1883 (Recife, 1884), págs. 183/204.

apressados julgadores do trabalho que dá qualquer honesto empreendimento do gênero (35).

Levantamento de outra natureza, mas também exigentes de minuciosas pesquisas, e que, uma vez realizado, torna-se imprescindível fonte de informações (e de cópias dos menos criteriosos), foi o que fez Pereira da Costa por ocasião do quarto centenário do descobrimento do Brasil e intitulado *Estudo Histórico Retrospectivo sobre as Artes em Pernambuco* (36). Será, sem dúvida, dos mais completos até hoje efetivados na região, abrangendo diversos setores artísticos, e isto numa época em que o autor não podia contar com trabalhos de antecessores, de que pudesse louvar-se. Declarou, então, que este capítulo faria parte de um nunca publicado *Dicionário Histórico e Geográfico Pernambucano*, que com o tempo se transformou nos projetados *Anais Pernambucanos*, cujos direitos autorais adquiriu o governo do Estado, em 1922.

Outro aspecto da obra de Pereira da Costa é o relativo a reivindicações de territórios estaduais. Já mencionamos a intensa repercussão obtida por seu trabalho *Em Prol da Integridade do Território de Pernambuco*. Questões menores, ainda do mesmo gênero, abordou posteriormente. Assim, sempre fiel aos assuntos do Piauí, defendeu os direitos desse Estado às ilhas do delta do Parnaíba, baseando-se tanto em documentos históricos como em argumentos jurídicos. Ao Instituto Arqueológico apresentou em 1901 um *Estudo sobre as Causas Eficientes da Emancipação Política do Estado de Alagoas*. Publicado em jornal, provocou fracas contestações, motivo pelo qual vinte anos depois o incluiu na *Revista do Instituto*, como sempre acompanhando o texto de documentos, em número de 26 (37). Ainda uma questão pernambucana-baiana, embora de caráter local, foi seu último trabalho da espécie: a *Contradita às Pretensões do Município Baiano de Curuçá sobre a passagem da Boa Vista no Rio São Francisco*, de 1905. Advogou, então, a reivindicação, pelo município pernambucano de Boa Vista, de seu direito sobre uma passagem no grande rio, mantida pela municipalidade desde época remota, mas que, por desídia de certas administrações, havia passado ao vizinho município da Bahia.

Note-se porém, que se algumas vezes Pereira da Costa defendeu direitos de Pernambuco e Piauí contra outros Estados da federação, nem por isso deixou de exaltar, na Introdução ao *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, um dos aspectos essenciais da história da formação brasileira: o auxílio mútuo desde o

(35) *Revista* cit., fasc. 48, 50, 51, 55, 57, 58, 59, 62, 68, 69, 75, do ano de 1896 ao de 1909.

(36) *Revista* cit., fasc. 54 (Recife, 1900), págs. 3/45.

(37) *Revista* cit., vol. XXIII, de 1921, págs. 5/70.

período colonial realizado pelas capitanias, verdadeira antecipação do sentimento da unidade nacional. No caso especial da Bahia publicou, em 1900, o estudo intitulado — *Pernambuco nas Lutas Emancipacionistas da Bahia em 1822-1823*.

Também simpática foi, sem dúvida, a sua característica de grande historiador da própria cidade natal, do Recife que tanto amou e superiormente conheceu. Já em 1884 publicou um trabalho sobre o *Teatro Santa Isabel*. Data do início da República excelente estudo sobre *As Portas da Cidade do Recife, o Arco e Capela do Bom Jesus* (38). De 1897 é uma *Notícia Histórico-Topográfica da Povoação do Poço da Panela* (39), então distribuída pela «Comissão de Solteiras promotoras da Novena e Festividade do dia» 1.º de fevereiro. No ano seguinte, pretendendo o governo federal entrar de posse do edifício do Forum do Recife, em quinze dias preparou Pereira da Costa o documentado protesto do Instituto Arqueológico, pedido pelo Conselho Municipal, que encerrou a questão. Intitulava-se o folheto de publicação oficial *Memória Justificativa do Direito de Propriedade que assiste à Municipalidade do Recife sobre o Edifício em que Funciona o Forum desta Capital*. Já do novo século foi a *Notícia sobre a Fundação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Bairro da Boa Vista* (40). Seguiu-se-lhe interessante polémica sobre o Passo (e não «Paço») do *Fidalgo*, em que detidamente estudou a importante função dos antigos armazéns ou trapiches de açúcar, depósitos em que permanecia a principal mercadoria da colônia, antes do embarque para a Europa (41). *Duas Instituições Inglêsas em Pernambuco — O Cemitério Britânico e o Templo Protestante*, consequência do Tratado de 1810, documentadamente examinou em 1903 (42). Já de 1920 é o estudo — *Origens de algumas Praças e Ruas do Recife* (as praças da Independência, Boa Vista e Paraíso; rua da Aurora, atêrro de Afogados e rua Imperial). Do ano da morte de Pereira da Costa é a documentada história de vinte e quatro arrabaldes da cidade — *Os Arredores do Recife*, que ocupa 141 páginas da *Revista do Instituto Arqueológico* (43). Suas origens principalmente em antigos engenhos de açúcar, aí ficaram plenamente confirmadas. Também de publicação póstuma é o capítulo intitulado de *Viaturas Coloniais*, em que assegurou ter chegado

(38) *Revista cit.*, fasc. 42 (Recife, 1891), págs. 285/299.

(39) Reproduzida na cit. *Revista*, vol. XXV, de 1923, págs. 114/121.

(40) *Revista cit.*, vol. X, fasc. 55 (Recife, 1901), págs. 271/288, inclusive 7 anotações documentais.

(41) *Revista cit.*, vol. X, fasc. 56, de março de 1902, págs. 53/74 e 171/173 — «Corrigendas e Adições».

(42) *Revista cit.*, vol. X, fasc. 50, de setembro de 1903, págs. 526/536.

(43) *Revista cit.*, vol. XXV, de 1923, págs. 10/150.

ao Recife a primeira carruagem somente em 1785 (44). Como os dois trabalhos anteriores, trás êste a indicação de pertencer aos *Anais Pernambucanos*.

Temos visto como a biografia aparece em boa parte da obra de Pereira da Costa, sempre cuidadoso das glórias pernambucas, em todos os setores. Um de seus primeiros ensaios do gênero foi o *Estudo Histórico e Biográfico do Padre João Ribeiro Pessoa, Mártir da Revolução de 17*. Seguiram-se-lhe o *Modesto Monumento à Memória de Demétrio Acácio de Albuquerque Melo* e o *Escoço Biográfico do Desembargador Nunes Machado*.

Seu primeiro livro de vulto, o *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, de 1882, representa sete anos de elaboração de suas duzentas biografias, contidas em mais de oitocentas páginas. Se contém enganos, como é natural, devemô-los mais à precária situação dos estudos biográficos, naquela época, que a descuidos do autor, somente admissíveis quando involuntários.

É o que se observa, por exemplo, na biografia seguinte, de *Bento Teixeira Pinto*, acompanhada da *Prosopopéia* (45), grandemente modificada por estudos posteriores.

Mesmo um não pernambucano, mas que em Pernambuco longamente viveu e morreu, mereceu a atenção de Pereira da Costa. Referimo-nos à *Notícia Biográfica do Dr. Antônio de Morais Silva, Autor do primeiro «Dicionário da Língua Portuguesa»*, trabalho feito para o *Almanaque de Pernambuco para 1907* (Recife, 1906), no qual, considerando lacunosas as informações de Pereira da Silva, Varnhagen e Joaquim Manuel de Macedo, serviu-se de dados inéditos, existentes em poder de descendentes do dicionarista carioca e senhor de engenho na Muribeca, para reconstituir sua vida, obra, viagens e especialmente a permanência em Pernambuco (46).

Extremado nassovista já se havia revelado Pereira da Costa, quando admitido ao Instituto Arqueológico, em 1876. Confirmou-o, em 1908, ao tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicando em sua *Revista a Reabilitação Histórica do Conde de Nassau, Governador do Brasil Holandês em 1637-1644* (47). Terminou-o com o julgamento de José Higino — «mais amado dos portugueses que dos seus próprios conterrâneos», deslembado de que João Maurício de Nassau-Siegen nunca deixou

(44) *Revista cit.*, vol. XXX, de 1930, págs. 25/30.

(45) *Revista cit.*, fasc. 40 (Recife, 1891), págs. 111/129.

(46) Comentada por Alfredo de Carvalho na cit., *Revista*, vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, págs. 825/826.

(47) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118 (Rio de Janeiro, 1909), págs. 1/105.

de ser alemão, e, conseqüentemente, simples mercenário estrangeiro a serviço da Companhia das Índias Ocidentais.

Por ocasião do centenário da Revolução de 1817, ativamente participou Pereira da Costa das comemorações organizadas pelo Instituto Arqueológico. Escreveu a biografia de *José Luís de Mendonça*, divulgou o *Hino Realista* de 1817, estudou *A Poesia na Revolução Emancipacionista* e, vencendo seu desamor à tribuna, discursou na inauguração da lápide no local do fuzilamento de Frei Caneca (48).

Também o folclorista Pereira da Costa mereceria detido estudo de um especialista. Seu *Folclore Pernambucano — Subsídios para a História da Poesia Popular em Pernambuco*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1908 (49), e em separata do mesmo Instituto, trabalho de 641 páginas, não é somente o maior, mas também o melhor que no gênero possui este Estado. Contém — «Superstições populares — A poesia popular — Romanceiro — Cancioneiro — Pastoris — Parlendas e brinquedos infantis — Miscelânea — Quadras populares». Merece atenção a importância na obra concedida à poesia histórica, conforme observou Alfredo de Carvalho em nota publicada na *Revista do Instituto Arqueológico* (50).

Ainda como linguista Pereira da Costa mereceria atenção especial. Seu maior trabalho a respeito é o *Vocabulário Pernambucano*, de que publicou, em vida, apenas as letras *A* e *B*, em 1916 (51), mas que o Instituto Arqueológico incluiu totalmente em sua *Revista*, vinte anos depois (52). Contém termos regionais. Chegou a ser anunciado como *Dicionário de Pernambucanismos* (53), mas afinal prevaleceu a denominação primitiva. Imenso é o valor de sua contribuição à linguística brasileira, na unânime opinião dos entendidos.

(48) *Revista do Instituto Arqueológico*, no vol. XIX, de 1917, os três primeiros trabalhos; no vol. XX, fasc. 99, págs. 26/34, o quarto.

(49) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 70, parte II, de 1907, vol. 116 (Rio de Janeiro, 1908), págs. 3/641.

(50) *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XIII, fasc. 74, de dezembro de 1908.

(51) Apareceu, na *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XIII, fasc. 92, de abril a junho de 1916, págs. 103/170, a letra *A*, com o título: *Apontamentos para um Vocabulário Pernambucano de termos e frases populares e de vocábulos vernáculos correntes no Estado com acepções diferentes*. À letra *B* na *Revista* cit., vol. XVIII, de 1916. (Recife, 1917), págs. 279/369, com a nota de que a publicação continuaria.

(52) *Revista* cit., todo o vol. XXXIV, de 1936 (Recife, 1937), páginas 7/763.

(53) *Revista* cit., vol. XXV, de 1923, pág. 301.

Além dessa obra maior, pequenos estudos histórico-linguísticos igualmente publicou Pereira da Costa, todos relativos à terra natal. Tais foram: *Origem do nome «Pernambuco»*, em 1918; *Marim-Olinda*, em 1920; ambos com a indicação de pertencerem aos inestimáveis *Anais Pernambucanos* (54). E, decerto com o mesmo destino, de publicação póstuma, *Leão do Norte*, explicação dêsse apelido de Pernambuco e do nome do município de Floresta dos Leões (55).

Não podendo existir historiador que não seja também geógrafo, não escapou à regra Pereira da Costa, que muitas vezes mereceu também essa classificação, em numerosos escritos aqui citados. Além de ter confeccionado um repertório sistemático dos trabalhos relativos às ciências geográficas, conforme o plano adotado no Congresso Internacional de Berne (56), alguns trabalhos predominantemente de geografia também publicou. Tais foram as mencionadas *Notícias sobre as Comarcas de Pernambuco e do Piauí*; os documentos sobre os rios *Parnaíba e Tocantins*, enviados à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; a monografia sobre *A Ilha de Fernando de Noronha*, de incumbência oficial, «Notícia Histórica, Geográfica e Econômica», de 1887; e, enfim, *Investigações sobre a Mineralogia, Flora e Fauna de Pernambuco*, vários artigos publicados no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, em 1897-1898, reproduzidos na *Revista do Instituto Arqueológico*, em 1909 (57).

Estudioso preocupado com todos os aspectos do passado pernambucano, é natural que também a história econômica regional tenha figurado nos escritos de Pereira da Costa. Assim realmente aconteceu, tendo sido um de seus primeiros trabalhos o intitulado *Cultura do Café em Pernambuco*. Realizando-se, no Recife, uma *Conferência Açucareira*, a ela compareceu como representante do Estado, com duas memórias: uma sobre as origens históricas da indústria do açúcar em Pernambuco, dos engenhos coloniais às modernas usinas, outra sobre a necessidade da elaboração de um *Código Florestal* (58), meritória matéria, em que, com justiça, deve ser considerado um precursor, visto que somente muito mais tarde foi realizada, entre nós, essa idéia de Pereira da Costa, de 1905.

(54) *Revista* cit., vol. XX, fasc. 101, de julho a setembro de 1918, págs. 166/173; e vol. XXII, de 1920, págs. 128/136, respectivamente.

(55) *Revista* cit., vol. XXXII, de 1932 (Recife, 1934), págs. 15/20.

(56) Artur Muniz — Discurso cit., pág. 352.

(57) *Revista* cit., vol. XIV, fasc. 78, de dezembro de 1909, páginas 500/628.

(58) Conforme nota de Rodolfo Garcia, sobre o folheto *Na Conferência Açucareira do Recife* (Recife, 1905), 56 pág., na *Revista* cit., vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, pág. 825.

Interessando-se também por outro importante produto nordestino, publicou, em 1916, um estudo sobre *O Algodão em Pernambuco*.

* * *

Terminando o exame das obras de Pereira da Costa, queremos chamar a atenção para o fato de que a maior delas, cuja preparação ocupou metade de sua existência, somente agora será publicada totalmente, talvez num conjunto de doze grandes volumes, por ordem do governo do Estado, em obediência à antiga disposição, a serem afinal editados pelo Arquivo Público, sob a competente direção do Sr. Jordão Emerenciano. Trata-se dos *Anais Pernambucanos*, de que vimos algumas amostras, em várias publicações esparsas, aqui mencionadas. Em dois outros tomos da *Revista do Instituto Arqueológico* foram transcritas da extinta *Revista de História de Pernambuco* mais duas de suas partes cronológicas, relativas aos períodos de 1493 a 1540 e de 1541 a 1565 (59). Tudo isto é, porém, apenas um prólogo, pois somente a obra completa contentará aos estudiosos, aos amigos de Pernambuco, de sua gloriosa história, como de seu desenvolvimento em quatro séculos. E a maior homenagem que pode ser prestada a um escritor — já o assinalou Rui Barbosa em um volume de sua biblioteca — não é a estátua, não são as festas comemorativas, entretanto tão justas e convenientes; é, pura e simplesmente, a publicação de suas obras. Bem haja, portanto, o governo pernambucano que assim o entendeu, quanto à obra máxima de Francisco Augusto Pereira da Costa (60).

(59) *Revista* cit., vol. XXXII, de 1932 (Recife, 1934), págs. 89/228; e vol. XXXIII, de 1933/1935 (Recife, 1935), págs. 201/309.

(60) Conferência pronunciada no salão do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, em dezembro de 1951, nas comemorações do centenário de Pereira da Costa, promovidas pelo governo pernambucano e organizadas pelo Arquivo Público Estadual sob a direção do prof. Jordão Emerenciano; publicada no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 20 e 22-10 e 2-11-1957.

A. DE TAUNAY E O INSTITUTO HISTÓRICO

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Quando M. Fleiuss, A. Verneck, Conde de Afonso Celso, Eduardo Peixoto, Artur Guimarães, A.C. Gomes Pereira, propuseram a 15-7-1911, o seu nome para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não tinha ainda Afonso d'Escragnoille Taunay revelado, em tôda pujança, a peregrina formação intelectual, que o extremaria entre os contemporâneos.

Como que ainda procurava o seu destino, para manifestar de quanto seria capaz.

Certo, diplomado engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1900, tornou-se em breve prazo lente catedrático da que se fundara em São Paulo, para onde transferiu a sua residência.

De mais a mais, prefaciara o *Diário da Viagem ao Alto Nilo* redigido por D. Pedro II, e preparara biografias de artistas.

Na ocasião, porém, publicara apenas a «Crônica do tempo dos Felipes» sob o pseudônimo de Sebastião Corte Real, que lhe serviu de credencial para a indicada admissão.

«Sem ser uma obra histórica prôpriamente dita, afirmou o relator, B.F. Ramiz Galvão, apoiado pelos outros membros da Comissão incumbida de dar parecer, B. de M. Leite Velho. Antônio Jansen do Paço, a referida composição traduz e revela cuidadosos estudos históricos na pintura dos costumes da época e em episódios notáveis.

Sente-se em todo o livro o pulso de um investigador estudioso, que se não quis limitar as frases banais de intrigas galantes.

«Como estréia, é auspiciosa. O tempo e o estudo acabarão por libertá-lo de alguns senões e de certas demasias...»

Bem compreendeu, todavia, que a ficção não lhe apontava o rumo certo para a glória.

E assim, o romance histórico, mais tarde crismado de «Leonor de Ávila» não constituiu o primeiro de alguma série. Permaneceu,

como único, enquanto o autor, com o nome verdadeiro, se enveredava pelos domínios esquadrihados pelos historiadores.

Que acertara ao tomar semelhante decisão, evidenciou a «Missão Artística em 1815», que o Instituto premiou com medalha de ouro, em sessão de 20 de outubro de 1917.

Ao ter ciência da decisão dos consócios apressou-se em enviar-lhes a carta de agradecimento, indicativa de sua peregrina formação moral, realçada por esmerada linguagem.

«S. Paulo, 20 de outubro de 1917.

Exmo. Sr. Conde de Afonso Celso,

Digno Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Acabo de receber o telegrama por V. Excia. assinado e pelos Exmos. Srs. Barão de Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Roquete Pinto, Tavares de Lira, Laudelino Freire, Antônio Olinto, Agenor de Roure, Basílio de Magalhães, Juliano Moreira e Souto Maior, em que se me comunica a honra extraordinária, que do Instituto acabo de merecer com o se conferir à minha monografia. *A Missão Artística de 1816*, o prêmio D. Pedro II.

Cheio da mais legítima ufania ante a consagração de meu modesto estudo pelo órgão de tão ilustres autoridades em matéria de História brasileira — não posso contudo deixar de enxergar nesse gesto de V. Excia. e de seus consignatários da missiva telegráfica, a expressão de uma simpatia e, sobretudo de uma generosidade que, se imenso me penhoram e desvanecem, igualmente traduzem a benevolência com que pretenderam galardoar os esforços conscienciosos, embora despidos de relêvo, de que se originaram as páginas de minha monografia.

Doe-me sobremaneira não poder atender ao instante pedido que V. Excia. e nossos demais consócios me fazem em relação ao meu comparecimento amanhã à nossa grande festa anual.

A melindrosa situação de saúde de pessoa de minha família faz que não me seja dado ausentar-me de São Paulo neste momento.

Assim, pois, venho pedir a V. Excia. queira servir de intérprete do meu reconhecimento ao Instituto, de quanto, desvanecido e encorajado, envidarei todos os esforços para melhor servi-lo de ora em diante, grato a tanta generosidade e benevolência.

A V. Excia., apresentando a expressão da minha mais alta consideração, tenho a honra de assinar-me, de V. Excia. muito afetuoso admirador e patricio obrigado...»

Contemporaneamente, os bons fados lhe ensejaram oportunidade de patentear admiráveis faculdades de administrador diligente.

O Museu Paulista organizara-se à luz da ciência do naturalista Von Ihering que lhe imprimira feições peculiares aos seus ramos de estudos prediletos.

O estabelecimento creditava-se, em verdade, à fama entre os sábios devotados às pesquisas zoológicas e etnográficas.

Mas, de paulista pouco mais teria que o rótulo, pois que análogo estabelecimento poder-se-ia encontrar em alguma cidade européia ou americana, embora com os espécimes colhidos no Brasil ou países vizinhos.

Sobreveio, porém, a guerra, que em campos opostos colocou a Alemanha e os aliados.

Entre a sua pátria estremecida e a adotiva não conseguiu manter a harmonia.

Suspeito aos nacionalistas, teve que se afastar da chefia, em que o substituiu, em 1916, o Dr. Armando Prado.

Ao fim de alguns meses, deixou também o cargo, impellido pelos seus afazeres, e a sucessão coube ao catedrático da Escola Politécnica de São Paulo.

Começaria, então, por volta de 1917, a fase mais luminosa da trajetória de Affonso d'E. Taunay, que, identificado inteiramente com o Museu Paulista, cuidou de nacionalizá-lo.

Apenas dois quartos se reservavam, então, para acolher objectos referentes ao passado brasileiro, depositados por quem não demonstrava o mínimo interesse de lhes dar o devido realce.

Apoiado pelo governo estadual, o novo diretor, inspirado por ensinamentos da História, não tardou em conseguir, em 1918, as «duas primeiras salas consagradas à tradição paulista, no Ipiranga».

Depois, mais oito novas lhes alargaram a área, ao mesmo tempo em que se procedia à decoração do edificio, antes vazio das «pinturas e estátuas que a arquitetura reclamava».

Para maior incentivo das reformas empreendidas, o governo criou, por sugestões suas, a seção de História, que evidenciava as diretrizes adotadas pelo operoso dirigente do Museu, decidido a contribuir para a comemoração do Centenário da Independência, de maneira condigna.

Aos visitantes, franquearam-se ampas salas, em que se lhes deparariam quadros, desenhos e objetos, vultos e episódios históricos.

E a quem não pudesse aproximar-se do histórico vale do Ipiranga, em que se ergue o majestoso monumento da Independência.

dência, fronteira ao edifício, publicações várias indicariam o labor desenvolvido.

Especialmente no tocante ao passado.

Umas seriam de esforço coletivo, como os *Anais do Museu Paulista*, da série cujo tomo inicial veio a lume em 1922, comemorativo do Primeiro Centenário da Independência Nacional, e ainda continua, para maior proveito dos pesquisadores a quem são oferecidas contribuições e documentário de alta valia.

Provinham os outros, em maioria, da exuberância intelectual do escritor, que parece ter-se expandido no ambiente propício do Museu, que ele próprio moldara ao seu feitio.

A *Grandes Vultos da Independência Brasileira* juntaram-se ensaios inúmeros, cuja simples relação apontaria mais de uma centena de títulos.

Entre as demais, duas obras sobrelevam, garantidoras da glória do autor.

Trata a primeira da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, cujos onze tomos esmiuçam os feitos dos sertanistas que desbravaram a quase totalidade do território nacional.

Refere-se a outra à *História do Café no Brasil*, explanada em quinze tomos.

Também, a *História seissentista da Vila de São Paulo* desenvolveu-se por quatro tomos, como a provar que não havia assunto de somenos importância para o investigador arguto.

Não seria somente de tais temas que se ocuparia Taunay, devotado igualmente a questões de linguística.

Por lhe apreciar as boas letras, a Academia Brasileira elegeu-o para a cadeira de Adelino Fontoura.

A hora da posse, a 6 de maio de 1930, mostrou-se reconhecido a «simpatia com que avaliastes o esforço de longos anos de trabalho intenso e honesto, pôsto ao serviço de antiga preocupação pelo maior desvendamento dos fatos da nossa terra».

Nestas expressões espelhava-se mais fielmente o novo acadêmico de que na ironia com que pretendeu desmerecer a própria personalidade.

Confessou, todavia, que, obedecendo a conselho de Capistrano de Abreu, seu mestre e amigo, «me dispus a uma empresa que apenas vale pela exigência árdua do labor, a fidelidade da consulta às fontes e o desejo de servir à verdade».

«Pois a narrativa da dilatação do Brasil pelos paulistas avassaladores de milhões de quilômetros quadrados, que, por direito de bulas e tratados, deviam ser castelhanos, é tentame cujas dimen-

sões cada vez mais se alargam e exige, para sua explanação, o concurso de muitos trabalhadores animosos e encarniçados no trabalho».

Sem levantar mão dos estudos do bandeirismo, em que se tornou autoridade reverenciada pelos sabedores, a curiosidade insaciável impeliu-o a investigações diferentes, explanadas em «Léxico de Lacunas» — Vocabulário de omissões — «Coletânea de Falhas» — «Reparos ao Dicionário de Cândido de Figueiredo» — «Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses» e outras contribuições, que lhe evidenciavam a amplitude dos conhecimentos do idioma pátrio.

Em tudo quanto examinasse, não deixaria minúcia por esclarecer, como demonstrou em opulentas monografias acêrca de Bartolomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática.

Dir-se-ia, pela abundância documental dos seus escritos, que Taunay dispunha de idônea turma de colaboradores, capazes de multiplicar-lhe a capacidade de trabalho, sem lhe restringir a unidade da concepção.

A verdade, todavia, é que lhe sobejavam predicados, que raramente se reúnem na mesma pessoa. A agudeza da inteligência, valorizada pela memória admirável, a incansável capacidade de trabalho, cujo rendimento se afigurava exigir a cooperação de vários colaboradores, a quem não lhe conhecesse a eficiência.

Descendente de fidalga estirpe de artistas, governava o Pai, mais tarde agraciado com os braços de Visconde de Taunay, a província de Santa Catarina, quando, em sua capital, ainda apelidada de Destêrro, nasceu a 11 de julho de 1876.

Não tardaria a voltar para a Côrte, onde apenas a infância lhe medrou à sombra do prestígio crescente do major de engenheiros, que em 1885 se demitiu da militança, para se dedicar inteiramente às atividades políticas.

Era senador, quando sossobrou a monarquia, a que se conservou fiel no ostracismo, recusando tôdas as propostas para colaborar com seus antigos companheiros de armas.

Sofrera as conseqüências calamitosas do «Ensilhamento», que descreveu em um dos seus livros e não mais poderia oferecer ao filho outras vantagens, além da educação aprimorada e do exemplo de quem só desejava na década angustiosa, morrer dignamente, como sempre vivera.

À medida que esmorecia o prestígio do visconde, a quem o amor às letras e das artes deparou atraente consolação, avançava-se a cultura do filho, que se viu impellido a adquirir, pelo seu esforço próprio, o realce que não lhe pudera transmitir o parlamentar derrotado com o trono.

Dai porventura o seu desencanto pela política partidária, a que sempre se mostrou refratário.

Não lhe atendia às seduções em sua marcha ascendente, que não se desviava para cogitações subalternas.

Os políticos logo perceberam que não o lograriam encadear às suas hostes, embora sempre o tivessem ao alcance para qualquer incumbência que exigisse competência especializada e dedicação ao trabalho.

Não cessariam de proclamá-la, em suas palestras, os amigos, recrutados entre os mais doutos, do naipe de Capistrano de Abreu, Augusto Carlos da Silva Teles, Martim Francisco III, o sarcasta inexcedível, José Vicente de Azevedo Sobrinho, Washington Luis, da primeira fase, quando freqüentava os arquivos, que lhe permitiram elaborar ensaios de reconhecido mérito.

Todos lhe exaltavam o saber, antes até que se estampasse em páginas duradouras.

Não havia mister de longas peregrinações para aumentar os seus conhecimentos que a memória assombrosa retinha, para oportuna utilização.

Sem arredar pé do seu gabinete de estudos, esquadrinhou os arquivos nacionais e estrangeiros, que lhe pudessem fornecer úteis elementos informativos.

Semelhantemente ao Barão do Rio Branco e a Capistrano, que de longe guiavam as pesquisas dos seus colaboradores, indicando os documentos que deveriam copiar e onde provavelmente os encontrariam, Taunay conseguiu transcrever nos *Anais do Museu Paulista* manuscritos, que os brasileiros puderam desta maneira consultar facilmente.

E como se consagrasse integralmente ao trabalho, em longa vida edificante, o resultado concretiza-se nas dezenas de volumes que escreveu, nos livros do visconde que reeditou, acompanhados de anotações e também de autores vários, da classe de Marcgrave, Gaspar da Madre de Deus e tantos outros.

E por se considerar «o que as exigências da vida me forçaram a permanecer, um viajor infatigável, mas entre quatro paredes», como solenemente declarou, perante a Academia de Letras, também preparou a «Coletânea de mapas de cartografia paulista antiga» e o «Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulistas».

São interpretações cartográficas das explanações contidas em seus ensaios escritos, que lhe alicerçam a nomeada gloriosa, exaltada carinhosamente pelo Instituto Histórico.

Excepcionalmente, sem que houvesse alguma, foi indicado «para a primeira vaga que se verificar na classe de sócios bene-

méritos», a 23 de abril de 1924. Adiada a votação, por mingua do que preencher, sòmente na sessão de 27-4-25 voltou a plenário, para ser aprovada por unanimidade, mercê de parecer favorável firmado por Epitácio Pessoa — Ramiz Galvão, Manuel Cícero — Tavares de Lira.

Ainda recentemente, a 19 de outubro de 1957, uma subscrita por mais de 40 consócios conferiu-lhe o título de «Grande Benemérito», em cuja lista ocorrera vaga recente.

Era a maior consagração que lhe poderia dedicar o Instituto, ora enlutado com o desaparecimento do pesquisador incansável, do historiador opulento, que escreveu até as vésperas por assim dizer de emudecer, do amigo prestante, cuja estima empolgava quantos tiveram a boa sorte de tratá-lo de perto.

BIO-BIBLIOGRAFIAS DOS SÓCIOS DO INSTITUTO

MANOEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Por *Maria Carolina Fleiuss*

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, filho de Pedro da Cunha Pedrosa e de Antônia Xavier de Andrade Pedrosa, natural do Estado de Pernambuco, Município de Timbaúba, nasceu a 22 de julho de 1892. Fêz os estudos secundários no Colégio Diocesano e no Liceu Paraibano em João Pessoa. Matriculou-se em 1908 na Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se em 1911 para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde cursou os três anos finais do curso médico. Formou-se em dezembro de 1913, defendendo tese de doutoramento. *Das Eletividades Patogênicas Biotóxicas em Neuropatologia*, aprovada com distinção e citada por Ausregésilo em seu livro *Psiconeuroses*, pág. 23.

De 1914 a 1915 viajou pela Europa, demorando-se em França, Suíça, Itália, Portugal. Achava-se em Evian-les-Bains quando se deu a declaração da guerra de 1914.

De 1916 a 1919, tirocinio clínico no interior do Estado de São Paulo, em Cafelândia, antiga Presidente Pena, Estrada de Ferro Noroeste.

Regresso ao Rio em 1920, instalação de consultório, freqüência às Clínicas da Santa Casa, Curso de Higiene na Saúde Pública. Nomeado pelo Provedor da Santa Casa, Médico adjunto do Hospital São João Batista da Lagoa, onde serve até hoje como Chefe de Clínica da Enfermaria São Francisco.

Em 1922, com a fundação do Hospital São Francisco de Assis, foi nomeado pelo Dr. Carlos Chagas, médico interno dêste nosocômio.

Casou-se em 1924. Em 1925 fêz segunda viagem á Europa com objetivo de estudar na Alemanha doenças da nutrição e do aparelho digestivo. Aluno ouvinte da Universidade de Berlim. (Comunicação feita pelo Secretário da Universidade de Berlim, 29-4-25. Ficha de presença assinada pelos Professôres Retzlaff, Israel, Arnoldi, Gudzent, Dresel, Zondeck). Praticou nos Hospitais «Charité» e «Westendkrankenhaus» respectivamente nos Serviços dos

Professôres His, Umber, Arnoldi e Rosemberg. (Atestado firmado por Arnoldi. Artigo de Umber, publicado no *O Hospital* de 2 de janeiro de 1933, citando-o como seu assistente). Ainda nesta viagem foi designado pelo Dr. Carlos Chagas para estudar o problema alimentar nos hospitais alemães. (Autorização oficial do Ministro da Prussia para visitar as instalações clínicas da Universidade. Berlim, 9-6-1925). (Idem do Ministério da Cultura, alemão, permitindo visitar os Hospitais e outros Estabelecimentos congêneres. Berlim, 9-6-1925).

Depois de 21 anos como médico clínico do Hospital S. Francisco de Assis, foi voluntariamente desligado dêste em 1943. (Desligamento, Elogio e Agradecimento, do Dr. Odilon Barroso, Diretor do Hospital S. Francisco de Assis, da Secretaria de Saúde e Assistência. Boletim da Secretaria Geral de Saúde 27 de julho de 1943).

Em julho de 1943 passa a servir no Departamento de Alimentação da Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura, Setor de Coordenação. Em 1946, passou a trabalhar no «SIS» Serviço de Informação Sanitária, dentro da mesma Secretaria.

Em 1950 foi transferido para o Hospital do Servidor da Prefeitura, da Secretaria do Pessoal, onde atualmente se acha lotado no — Ambulatório de Clínica Médica.

Em gozo de licença-prêmio, em 1956, de maio a novembro, viajou pela Europa. Designado pelo Governo, representou o Brasil no IV Congresso Internacional de Doenças do Torax, promovido pelo American College of Chest Desease, realizado em Colônia, em agosto, sob os auspícios do Governo alemão. (Relatório apresentado ao Ministro do Exterior, novembro de 1956. Ainda nesta viagem compareceu ao IV Congresso Internacional de Medicina Interna, realizado em Madrid, de 19 a 23 de setembro, seguindo-se no mesmo local, (Cidade Universitária), o XV Congresso Internacional de História da Medicina, 23 a 30 de setembro de 1956.

Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos:

— A Anatomia Patológica, e seu valor na clínica hospitalar alemã. Colaboração enviada de Berlim para a *Fôlha Médica* 1925.

— A Vesícula Biliar e sua revelação ao Raio X. Primicia dêste exame radiológico. *Fôlha Médica*, 1925.

— O Congresso de Viena. Impressão do Certame. Contacto com as grandes figuras da Medicina Européia. Relação dos trabalhos. *Revista Brasileira de Medicina*, 1926.

— Comunicação na Academia Nacional de Medicina, sôbre Metabolismo Basal na Clínica, com apresentação do aparelho. 1927.

— Ação dinâmica da Albumina, como prova funcional da Hipófise. Em *Patologia Geral*, 1928. (Incluída na bibliografia do trabalho do Professor B. Houssay, de Buenos Aires, publicado na revista *Klinische Wochenschrift*).

— Diagnóstico diferencial entre diabete e glicosúria. *O Hospital*, 1928.

— Ação fisiológica das Águas Minerais. *Fôlha Médica*, 1928.

— Água de Santa Cruz, como recurso de Terapêutica. *Fôlha Médica*, 1929. (Citado pelo Professor Renato de Sousa Lopes em seu livro — *Águas Minerais Brasileiras*).

— Diabetes insípido e hipofisina por via nasal. *O Hospital*, 1929.

— Do equilíbrio ácido básico e sua importância em clínica. *O Hospital*, 1929.

— A alimentação na Idade Escolar. Indicação para os alunos do Colégio Pedro II. *Fôlha Médica*, 1931.

— Cálculo engasgado no Coleduco. *O Hospital*, 1932.

— Relatório ao Professor Umber. (De férias no Rio de Janeiro), sobre a Diabete no Brasil. *O Hospital*, 1933 (Mencionado a propósito de Glicemia, na «Endocrinologia Prática», de Max Goldzhier. Editora Científica, 1943, revista e anotada pelo Professor Capriglione, Págs. 409 e 410).

— Régua Dietética para regimes quantitativos. (Abaco) (Direitos reservados), 1934.

— Determinação da reserva alcalina em doentes hospitalizados. *O Hospital*. (Citado no livro — *Doença dos rins* — de W. Berardineli, à pág. 92. Edição Guanabara, 1934).

— Aspecto metabólico de um caso de Coréia de Sydeham. *Medicamenta*, 1935.

— Hiperinsulinismo espontâneo, seu diagnóstico e quadro clínico. *O Hospital*, 1935. (Mencionado no verbete *Hiperinsulinismo espontâneo* do Dicionário de Síndromes e Sinais Clínicos do Dr. Abel Tavares Lacerda, pág. 267).

— O Brasileiro e a diabete. *Medicamenta*, 1936.

— Hipófise e Metabolismo da Água, em *Constituição, Endocrinologia e Metabolismo*, fascículo III, 1936.

— Novos aspectos do estudo das Vitaminas. *Medicamenta* 1936.

— Contribuição ao estudo da Disvitaminose C. *O Hospital*, 1937. (Citado por Franklin de Moura Campos, no apêndice — Contribuição brasileira ao estudo das Vitaminas e das Avitaminoses — pág. 489 do livro *Vitaminas e Síndromes de Avitaminoses*,

Manual de Fisiologia, Clínica e Terapêutica, por Bergamini, Toni, Lorenzini, Manteni, Ronicato, Pelegrini, e Moura Campos. Texto italiano traduzido para o português. Livraria Umberto Chiggin, S. Paulo, 1950).

— Mil determinações de Metabolismo Basal. Estudo estatístico apresentado ao I Congresso Pan Americano de Endocrinologia, Rio, 1938. *Anais do Congresso de Endocrinologia*. Vol. I, páginas 361, 376.

— Aspecto próprio da patologia hepática. (A transmineralização e o edema inflamatório de Rösler). Conferência na Sociedade Médica de Recife, 1939.

— Migração espontânea de Cálculo Vesicular. *O Hospital*, 1940.

— Quisto Hidático do Fígado. *O Hospital*, 1941.

— Resenha dos Órgãos federais e municipais que cogitam do problema alimentar na atualidade. Relatório ao Serviço de Coordenação do Departamento de Alimentação. (D.A.L.), 1944.

— Dietoterapia nas doenças da glândula tiróide. Lição professada no Curso do Professor Peregrino Júnior sobre as doenças desta glândula. Serviço de documentação do Ministério de Educação e Cultura, Caderno n.º 9, 1945.

— Informes tecnológicos sobre a indústria alimentar brasileira. Trabalho apresentado ao Serviço de Coordenação do D.A.L., 1946.

— Situação atual da Indústria Alimentar Brasileira. Conferência ilustrada com mapas geográficos, da localização da indústria brasileira de alimentos. Conferência feita por ocasião da Primeira Jornada Bromatológica na Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo. 1946 (Designação do Secretário Geral de Saúde e Assistência para representar o Rio de Janeiro nesta jornada. 12 de março de 1946).

— A fiscalização dos gêneros alimentícios em 25 anos de atividade. Síntese estatística da mesma tendo em vista os autos de penalidade. Trabalho apresentado ao Diretor do Serviço de Informação Sanitária. 1948. *Revista Municipal*, 1948.

— Educação física, como fator de permanência de hóspedes nas Estações Balneárias e Climáticas. Tese ao 1.º Congresso de Estações Balneárias do Brasil Central, 1949. (Em colaboração com o Dr. J. Seixas).

— Palestras sobre alimentação, feitas pelo Rádio, enfeivadas no volume *Saúde e Assistência*, 1947.

— Alimentação nos Hospitais da Prefeitura. Em colaboração com os Drs. Messias do Carmo e Francisco Albuquerque, por incumbência do Secretário de Saúde e Assistência, Dr. Luiz Capriglione, 1949.

— Do prognóstico médico e seu significado para o médico católico. Número especial do *Brasil Médico*, em comemoração ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, 1955.

Cursos, Júri, Bancas de Concurso

— Curso de Higiene Alimentar, na Associação Brasileira de Educação, 1927.

— Professor de Dietética na Escola de Enfermeiras Luísa de Marillac. (Nomeado em 1 de maio de 1940).

— Professor da Cadeira de Tecnologia Alimentar, do Curso de Nutricionista do SAPS.

— Participante da Comissão Julgadora do primeiro Júri instituído pelo SAPS, para concessão de prêmio ao melhor trabalho sobre o problema alimentar brasileiro. 1948. (F. de Moura Campos, *Problemas Brasileiros de Alimentação* (pág. 17, 1948).

— Fêz parte da banca de Metabologia, no Concurso promovido em 1939, pelo Instituto dos Industriários para a seleção de seus médicos. (Convite do Dr. Plínio Catanhede, Presidente do I.A.P.I., 10-1-1939, para integrar a Comissão examinadora de Metabologia juntamente com os Drs. Eurico Villela e Dauro Mendes, em lugar do Dr. Artur Vasconcellos.

Sociedades e Associações

— Sócio do Instituto Histórico da Paraíba, empossado em 1915. Discurso sobre Pedro Américo. Na mesma ocasião publicou no jornal *A União* da Capital da Paraíba, um artigo ilustrado com reproduções de quadros do pintor paraibano, ainda existentes em Florença, à Via Meso 4, residência da família do pintor, que em 1914 visitara. Este trabalho foi comentado por Isabela Nelson, em *O Paiz* de 1 de maio de 1915, artigo feito sob o título «Arte Nacional».

— Sócio do Centro Dom Vital desde 1928, com participação na Diretoria.

Publicações feitas na Revista *A Ordem* do Centro Dom Vital:

“O Catolicismo na Alemanha”, 1929;

“Serviço religioso nos hospitais”, 1932;

«Eutanásia», 1932;

«A Educação Física, e seus propósitos», 1933;

«Jackson de Figueredo... depois da morte», 1938;

«A Eucaristia, remédio incomparável», 1940;

«Uma figura anti-nazista, o Padre Rupert Mayer», 1957 (Conferência).

Colaboração na sessão do *O Jornal* — «Coluna do Centro», mantida pelos sócios do Centro Dom Vital.

— Sócio da Sociedade Médica de São Lucas. (Comunicações, Participação em debates).

— Sócio da Sociedade de Gastroenterologia e Nutrição do Rio de Janeiro.

Sócio do Centro de Estudos do Hospital do Servidor da Prefeitura.

— Membro do Sindicato Médico.

— Membro da Irmandade São Cosme e São Damião de Madrid.

— Colaborador do IV Congresso Nacional de História do Brasil, realizado em 1947. (Comemoração da mudança do Governo Geral da Bahia). Trabalhos apresentados:

Letras e Ciências no século XVI e XVII.

A Medicina dos Índios brasileiros.

O exercício da medicina nos séculos XVI e XVII e metade do século XVIII.

— Estudantes brasileiros na Escola de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII.

Um documento do Arquivo do Itamarati sobre aquisição de instrumentos cirúrgicos para as recém-fundadas Escolas Médicas do Brasil — 1816.

O espírito médico no Brasil Colonial.

Doenças do Brasil no século XVI e XVII conforme depoimento dos cronistas. (Anais do IV Congresso Nacional de História do Brasil, volume VIII, págs. 250 a 362.

Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito em 15 de agosto de 1949. No biênio atual faz parte da Di-

retoria como 2.º Secretário, da Comissão de Admissão de Sócios. Votos e comunicações diversas. (Ver á pág. 137 do livro — *Meio Século de trabalho* de Ernesto de Sousa Campos, trechos do voto pedido em sessão de 13 de julho de 1954, de louvor ao Dr. Ernesto de Sousa Campos, pela publicação de sua obra *História da Universidade de São Paulo*.)

— Participação no Concurso promovido pela Comissão Promotora dos Festejos, do IV Centenário da Fundação de São Paulo, 1954, com a tese sob pseudônimo «Manoel de Chaves»: *Esbôço histórico da Capitania de São Vicente através do Epistolário dos Jesuítas, Século XVI*.

— Sócio do Instituto Brasileiro de História da Medicina. Posse no dia 29 de dezembro de 1949, conferência *A vida de Miguel Pereira*, publicada na *Revista do Instituto Histórico*, número 218, janeiro a março 1953.

— Colaborador do 1.º Congresso Brasileiro de História da Medicina, 1951. Trabalhos apresentados — *A Diabete no Brasil — evolução dos conceitos patogênicos*.

O Diabetes no Brasil — documentário bibliográfico.

— Titular remido da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, diplomado em 20-6-1945.

— Membro efetivo do Instituto Teuto Brasileiro de Alta Cultura, desde abril de 1935.

— Representação — Orador na Sessão magna de inauguração do novo edificio do Instituto Histórico de São Paulo, em nome do Instituto Histórico do Rio de Janeiro. 1954.

— Diploma e Medalha Cultural, Imperatriz Leopoldina, comemorativa da transladação dos despojos do Convento Santo Antônio do Rio de Janeiro, para o Panteão do monumento da Independência, no Ipiranga, em São Paulo. (Comunicação do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da resolução aprovada na Sessão de 16-4-1955).

Condecorado com a medalha da Ordem de São Carlos, da Colômbia, no grau de Cavalleiro, em 1958.

— Fêz os Cursos, «Gonçalves Dias» e «Camões», promovidos pela Academia Brasileira de Letras, em 1943.

OSVALDO RODRIGUES CABRAL

Oswaldo Rodrigues Cabral — Nascido em Laguna (Santa Catarina) em 11 de outubro de 1903. Filho de Ari Cabral e de D. Luíza Rodrigues Cabral. Diplomado pela Escola Normal Catarinense (1919). Professor primário em S. Francisco, Joinville e Curitiba — (1920-1923). Doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1929). Diretor do Hospital Municipal de Joinville (1930-1934). Diretor da Assistência Municipal de Florianópolis (1935-1945). Membro do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina (1936-1938). Presidente da Filial da Cruz Vermelha Brasileira, Seção de Santa Catarina (1939-1945). Deputado à Assembléia Constituinte Estadual de Santa Catarina (1947). Deputado à Assembléia Legislativa pela União Democrática Nacional (1947-1954). Presidente da Assembléia (1954). Docente livre de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1952) por concurso. Professor da dita cadeira (1954). Catedrático de Antropologia Cultural da Faculdade Catarinense de Filosofia e interino de História de Santa Catarina, da mesma. Chefe do Serviço Médico do I.A.P.C. em Santa Catarina.

PERTENCE AS SEGUINTESS ASSOCIAÇÕES

- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- Institutos Históricos e Geográficos de: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Paraná.
- Instituto Histórico da Ilha Terceira (Açores) e Instituto Cultural de Ponta Delgada, São Miguel (Açores).
- Instituto Etnografia de Madrid e Associação Peruana de Folclore.
- Instituto Genealógico Brasileiro e Heráldico Genealógico de São Paulo.
- Instituto Paulista de História da Medicina.

- Instituto Brasileiro de História da Medicina.
- Membro Honorário da Sociedade Joinvilense de Medicina.
- Academias de Letras de: Santa Catarina, Piauí e Paraná.
- Secretário-Geral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore.
- Pen Clube do Brasil.

É AUTOR DOS SEGUINTE TRABALHOS

Medicina

- 1 — O Ensino de Higiene nas Escolas Públicas de Santa Catarina, 1927.
- 2 — Problemas Educacionais de Higiene, 1929.
- 3 — O Segrêdo Médico, 1932.
- 4 — O Segrêdo Médico em Face da Lei Penal e da Deontologia, 1951.
- 5 — Aspectos Sociais, Jurídicos Médicos e Médico-legais dos Problemas da Idade, 1954.

Medicina e História

- 6 — Medicina, Médicos e Charlatães do Passado, 1942.

Medicina e Folclore

- 7 — A Medicina Teológica e as Benzeduras, 1950.
- 8 — Vocabulário de Consultório Médico, 1951.
- 9 — A Medicina Caseira, 1952.

História

- 10 — Santa Catarina, 1937.
- 11 — Laguna e outros Ensaios, 1939.
- 12 — A República Juliana e as Comemorações do seu Centenário, 1929.
- 13 — Os Jesuítas em Santa Catarina e o Ensino de Humanidades na Província, 1940.
- 14 — Notícia sobre as ruas do Destêrro Colonial, 1940.
- 15 — Laguna — Rio Grande, 1940.
- 16 — Evolução Histórica, Econômica e Social de Santa Catarina, 1940.
- 17 — A Vitória da Colonização Açoriana, 1940.

- 18 — A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Ilha de Santa Catarina, 1945.
- 19 — Assuntos Insulanos, 1948.
- 20 — Anita Garibaldi, 1949.
- 21 — A Irmandade de N. Sra. do Rosário e S. Benedito, 1950.
- 22 — Os Açorianos, 1951.
- 23 — Nossa Senhora do Destêrro — Os Juizes de Fora — 1951.
- 24 — A Música em Santa Catarina no Séc. XIX, 1951.
- 25 — A Vida Pública do Padre Vicente Pires da Mota, 1953.
- 26 — Para um destino eternamente ignorado, 1954.
- 27 — Nossa Senhora do Destêrro — Casas, Sobrados e Chácaras, 1954.
- 28 — A Organização das Justiças na Colônia e no Império e a História da Comarca de Laguna, 1955.
- 29 — Raízes Seculares de Santa Catarina, Destêrro, 1953.
- 30 — Raízes Seculares de Santa Catarina — Laguna — 1955.
- 31 — O Poder Legislativo de Santa Catarina, Subsídios para a sua História — Inédito.
- 32 — João Maria — Interpretação do Contestado — Inédito.
- 33 — Brusque — Em impressão.

Folclore e Etnologia

- 34 — As Congadas da Lapa, 1926.
- 35 — A Setra, a Funda e o Bodoque, 1950.
- 36 — Calungas de Barro cosido, 1951.
- 37 — Antigos Folguedos Infantis de Santa Catarina, 1951.
- 38 — A Olaria Josefense, 1951.
- 39 — As Danças de Congos no Sul do Brasil, 1951.
- 40 — A Ciência do Folclore, 1952.
- 41 — O Folclore do Jôgo do Bicho, 1953.
- 42 — Contribuição ao Estudo dos Folguedos populares de Sta. Catarina, 1953.
- 43 — Cantos do Natal, 1953.
- 44 — Cultura e Folclore, 1954.
- 45 — Do Culto dos Mortos ao Direito de Família — Inédito.

- 46 — O Sobrenatural e os Antropônimos — Aula Inaugural, 1957 — Inédito.

Viagem

- 47 — Terra da Liberdade, 1944.

Ficção

- 48 — Fortunato Barbosa, Escriturário Padrão F — 1951.

Diversos

- 49 — Discurso de Recepção na Academia Catarinense de Letras, 1938.
50 — Mar Catarinense, 1940.
51 — A Unidade Étnica, 1940.

Em Preparo

Compêndio de Antropologia Cultural.

1.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARTE

DA NECESSIDADE URGENTE DA CRIAÇÃO DE UM «INSTITUTO DE PESQUISAS DE HISTÓRIA DA ARTE» NA UNIVERSIDADE DO BRASIL OU NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Indicação aprovada no 1.º Congresso Brasileiro de Arte realizado em Pôrto Alegre por Mário Barata, professor catedrático de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes, da Universidade do Brasil.

A atual posição de relêvo da História da Arte, dentro da cultura do nosso tempo, faz com que se esteja expandindo nas Universidades européias e americanas a criação de cursos superiores para o ensino dos diversos aspectos dessa matéria e a de institutos de investigações ou pesquisas da referida disciplina.

Na América Latina, êsse movimento de expansão cultural já se desenvolve, com sucesso, em vários países. Citarei alguns dos exemplos mais atuantes e significativos.

A Argentina possui o Instituto de Arte Americano e Investigaciones Esteticas na Universidade de Buenos Aires. A capital do México reúne Institutos de Investigações Estéticas, de História e de Arqueologia. A Universidade do Chile organizou um Instituto de Extension de Artes Plásticas, na sua Escola de Belas Artes. Só o Brasil está em retardo neste terreno, se bem que se anuncie, para breve, a criação do primeiro Instituto de Pesquisas de História da Arte em nosso país, na Universidade do Recife, por iniciativa de meu amigo Professor José Maria de Albuquerque, catedrático de História da Arte da Escola de Belas Artes de Pernambuco.

A ausência de quadros para a pesquisa e o ensino de História da Arte é o maior problema com que se depara esta disciplina em nosso país. Daí a existência de dificuldades intransponíveis, no momento, para uma rápida expansão da mesma, em bases científicas, no Brasil. Para conseguir-se a especialização crescente de profissionais é indispensável a criação de cargos ou funções correlatas entre si, permitindo que as novas gerações venham a dedicar-se integralmente a êste ramo essencial do saber humano.

Abandonar a pesquisa, em escolas de nível universitário, é condená-las, paulatinamente, à esterilização: doença grave de que sofre parte da educação brasileira, como todos sabem. Não acredito que o necessário avanço, nesse setor, possa ser considerado dispensável numa matéria de caráter histórico e estético. A extensa bibliografia de trabalhos originais de história da arte, publicada na Europa e nos EE.UU., prova que estamos em face de importante campo de estudos, em que os métodos científicos e a sistemática da documentação já penetraram. É triste que continuemos lamentavelmente atrasados, neste setor.

Devido a incompreensão existente entre nós em torno do valor da pesquisa na História da Arte e na Estética, estamos aí, praticamente na estaca zero.

A História da Arte fez, sobretudo nos últimos decênios, verdadeiro progresso metodológico e informativo, graças à seleção e à crítica da documentação histórica, à objetividade do estudo dos monumentos de pintura, arquitetura ou escultura, valores de método que caracterizam hoje esta disciplina. Na Europa e nos EE.UU., os problemas fundamentais da metodologia do estudo da história da arte já estão estabelecidos em bases firmes. Existem mesmo Manuais que divulgam os rigorosos critérios de pesquisa e de apresentação dos documentos artísticos ou do exame dos textos como a «Introduction aux Etudes d'Archeologie et d'Histoire de L'Art», Tournai-Paris, 1946, de autoria de Jacques Lavalleye, professor de História de Arte da Universidade Católica de Louvain. É esse aspecto científico, rigoroso, que desejamos trazer, na medida do possível, à História da Arte da Universidade do Brasil.

É importante estudar os monumentos ou obras de arte, em suas características formais e no seu desenvolvimento cronológico, com atribuições de autoria, estabelecidas segundo as principais fontes escritas existentes ou, na falta destas, de acordo com o método empírico Morelliano, seguido por Berenson, no estudo da arte italiana. Mas como escreveu o historiador de arte André Michel: — «após anotarmos as formas e os fatos, veremos a sua significação».

É necessário levar em conta, no limite das condições brasileiras, o problema, hoje importantíssimo, da documentação — isto é — das indicações bibliográficas ou de fontes manuscritas para o estudo mais profundo e original da matéria, sem «double-emploi» ou perda de tempo, socorrendo-se de bibliotecas modernas suficientemente aparelhadas para esse estudo. Bibliotecas que constituem instrumento de trabalho insubstituível para o progresso da cultura especializada. Bibliotecas, infelizmente, ainda insuficientes para as necessidades atuais da História da Arte, no Brasil.

E ainda a localização de obras, sobretudo em museus — êsses acervos preciosos de monumentos para a história da pintura, da escultura e das artes menores ou aplicadas, que tanto possibilitaram o surto dos estudos sérios e rigorosos da nossa disciplina nos dias que correm. Museus que, infelizmente, não se situam em nosso país, dificultando de modo imenso o estudo de parte do programa da Cadeira.

No momento existem perspectivas para o intensificação e ampliação do caráter sério e científico dêsses estudos em vários setores, universitários ou não. Esperemos que lhes sejam concedidos os recursos necessários, para que os prognósticos se transformem em realidade.

Entre as medidas necessárias de desenvolvimento neste setor e os cargos ou funções a serem estabelecidos, permito-me apontar, na qualidade de professor catedrático de História da Arte e Estética da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, as seguintes:

a) Intensificação da atividade de pesquisa do *Seminário de Estudos e Pesquisas de História da Arte* já existente na Escola Nacional de Belas Artes, com o futuro trabalho de alguns bolsistas estagiários, que serão possivelmente subvencionados por alguma Instituição que coopere com a pesquisa universitária, neste setor.

b) Futura criação de Curso Superior de História da Arte, com cargos de professores catedráticos, objeto de outra tese por mim apresentada a êste Congresso.

c) Criação na Universidade do Brasil ou no Ministério da Educação e Cultura do Instituto de Pesquisas de História da Arte, que desenvolverá a atividade pesquisadora, na especialidade, hoje indispensável, com a profissionalização dos especialistas no assunto, em vista das atuais necessidades brasileiras neste campo de estudo.

Proponho, pois, a êste 1º Congresso Brasileiro de Arte que seja sugerido aos órgãos competentes a criação, com a imprescindível urgência, no Rio de Janeiro, do referido Instituto de Pesquisas de História da Arte. Destinar-se-á a estudos e pesquisas originais sobre a arte brasileira e a de outros países que com esta se relacionem.

Êsse Instituto teria arquivo fotográfico e de outros tipos de documentação, sala de exposições e um corpo de pesquisadores. Futuramente, editaria documentos originais e trabalhos de caráter científico. Realizará intercâmbio cultural com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e outros órgãos de pesquisa e documentação.

DA NECESSIDADE DE COLOCAR A HISTÓRIA DA ARTE, OPTATIVAMENTE NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO

INDICAÇÃO APROVADA NO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARTE,
REALIZADO EM ABRIL DE 1958

Apresentada por Mário Barata (Professor catedrático de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil)

Foi, realmente, comovedor, o interesse que o público do Rio de Janeiro manifestou em 1954 pela exposição italiana «De Caravaggio a Tiepolo» e, neste mês, pela mostra do Museu de Arte de São Paulo, exibida no Museu Nacional de Belas Artes. Revelou-se verdadeira sede de arte, de poesia, de cultura. Em qualquer sala em que um monitor levantasse a voz, afluíam dezenas de pessoas, ávidas de cultura estética, ansiosas por saber mais alguma coisa sobre os quadros, os artistas, a época das obras de arte exibidas. Cito êstes dois fatos como simples exemplos representativos de um estado de espírito que ocorre em tôdas as grandes cidades do país.

Nada contribuiu para forçar a onda do público, inteiramente espontânea, marcada pelos mistérios mais secretos do entusiasmo e da sede de conhecimentos da classe média e das grandes massas que, na expressão de Anísio Teixeira, estão, no nosso tempo, forçando a entrada do templo da cultura, outrora reservado a poucos privilegiados.

Quatro mil visitantes por dia na última semana, desfilando ante as obras, ininterruptamente, das 12 às 22 horas, conferências à noite com o salão nobre repleto de pessoas aglomeradas à porta de entrada, 300 catálogos (a Cr\$ 30,00) vendidos diariamente honraram a exposição «De Caravaggio a Tiepolo», que, pela primeira vez, abriu-se à noite, no centro do Rio, com sucesso inesperado.

De passagem podemos acentuar que o sistema didático da referida exposição, em virtude desse entusiasmo, funcionou perfeitamente. Trinta alunos da Escola Nacional de Belas Artes se apresentaram, espontaneamente, para realizar as visitas guiadas diárias que, de três ao principio, se multiplicaram para 8 e 10, devido ao próprio «elan» dos jovens que repetiam o circuito comentados em horas não programadas, sempre com êxito.

Esse sucesso sem precedentes encerra preciosa lição para nossos legisladores e para os dirigentes das atividades pedagógicas do país, experiência já prevista pelo ministro da Educação da época, professor Cândido Mota Filho, e desejada pelo atual titular da pasta, Ministro Clóvis Salgado, coincidindo com o desejo de

ambos de ampliar os quadros do ensino da história da arte no país.

Torna-se imprescindível colocar essa disciplina — como matéria facultativa no currículo do ensino secundário brasileiro, a exemplo do que ocorre nos liceus e colégios de outras nações.

Na França e na Itália, a cadeira é mesmo obrigatória. Nesse último país, isso acontece tanto no liceu clássico como no científico com excelentes resultados.

A sede de saber e de aprender que o nosso público revelou, não resulta, unicamente, do grande surto das artes plásticas e dos museus no mundo moderno. É também, consequência da completa falta de ensino da história da arte no sistema educacional médio e na sua quase inexistência no nível superior. Médicos, advogados, engenheiros, professores, por exemplo, ignoram a mais elementar das definições do barrôco, num país em que êsse conceito estilístico deveria ser parte usual e um dos fundamentos do mínimo exigível de cultura, de um cidadão.

O retardo dos estudos da arte no Brasil é acintoso a nossos brios de país civilizado, mesmo em comparação a países latino-americanos (México-Argentina, etc.). E êsse fato repercute infelizmente sobre a cultura geral do país, prejudicando o desenvolvimento dos estudos estéticos e das pesquisas de ordem literária, histórica, filosófica, sociológica, etnográfica ou de outras atividades culturais relacionadas com os fenômenos estéticos.

Chegou a hora, parece-me, de preencher essa lacuna. O público do Rio (como anteriormente, o de São Paulo) proclamou a necessidade de ser revista a atual organização do ensino colegial no tocante aos estudos da História da Arte. Mesmo matéria facultativa, ela não pode deixar de ser lecionada às novas gerações do país. É sentimento, hoje em dia, generalizado, nas mais diversas camadas da população brasileira e deve ser aprovado por êste Congresso e, transformado em moção, encaminhando assim aos Poderes Legislativo e Executivo brasileiros, e, em particular às autoridades competentes do Ministério da Educação e Cultura e das Comissões especializadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

DA CRIAÇÃO DE UM CURSO SUPERIOR DE HISTÓRIA DA ARTE, NO BRASIL

INDICAÇÃO APROVADA NO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ARTE
(ABRIL DE 1958)

Apresentada por Mário Barata (Catedrático da Escola Nacional de Belas Artes)

ção de um Curso Superior de História da Arte, na Universidade do Brasil, de preferência na Escola Nacional de Belas Artes.

Seriam estudos de aperfeiçoamento para pintores, escultores e gravadores interessados em desenvolver seus conhecimentos da matéria e, ao mesmo tempo, de formação de especialistas, pesquisadores e professores de História da Arte.

Como já o fizemos em 1955, relembremos agora, especialmente para este Congresso, as linhas principais da organização do referido curso:

— haveria exame vestibular, como exigência de certificado do curso colegial, como ocorre no de professorado de desenho e está sendo previsto para o 2.º ciclo de todos os cursos das Escolas de Belas Artes e, na medida em que se tornar necessário noutras partes do país e no ensino. Uma lei federal estabeleceria o currículo ou seriação das matérias, criando cargos para os professores de grupos afins de disciplinas.

No primeiro ano estudar-se-iam:

1 — Introdução à História da Arte (metodologia e problemas principais); 2 — Arte da Pré-História, Artes Primitivas e Artes Populares (1 semestre) (*), História da Arte da Antiguidade Egípcia e Oriental (1 semestre); 3 — História da Arte da Antiguidade Clássica; 4 — Arqueologia brasileira e americana; 5 — História do Desenvolvimento Material e Cultural do Brasil.

No 2.º ano:

1 — Estética e Ciência da Arte; 2 — História da Arte da Idade Média; 3 — História da Arte do Renascimento; 4 — História da Arte no Brasil (séculos XVI e XVII).

No 3.º ano:

1 — Estética e Ciência da Arte; 2 — História da Arte dos Séculos XVII e XVIII; 3 — História da Arte no Brasil (século XVIII); 4 — História da Cultura (Antiguidade, Idade Média e Renascimento).

No 4.º ano:

1 — Sociologia e Psicologia aplicadas à Arte; 2 — História da Arte dos séculos XIX e XX; 3 — História da Arte no Brasil (séculos XIX e XX); 4 — História da Cultura (Idade Moderna e Contemporânea).

A cadeira de História da Cultura, de caráter comparativo, estudará a evolução da literatura, da música, da filosofia e outros

aspectos culturais através de cada época. Nas de História da Arte da Idade Média e da Idade Moderna serão incluídos, resumidamente, as artes Muçulmana, Indu, Chinesa e Japonesa. No estudo de artes primitivas fica entendido que o tema será tratado de maneira a não duplicar o exame da arqueologia do continente americano.

Com êsse curso, a Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil e, na medida em que êsse ensino se tornar necessário em outros pontos do país, as suas congêneres contribuirão mais uma vez para o desenvolvimento da cultura do Brasil e atenderão às necessidades urgentes do ensino e da expansão da História da Arte no país.

(*) Morales de Los Rios Filho cita o projeto dêsse Instituto em seu importante trabalho *O Ensino Artístico — Subsídios para a sua História*. Anais do 3.º Congresso de História Nacional, v. 8.º, Rio de Janeiro, 1942.

QUADRO SOCIAL

Foi elevado a sócio grande benemérito na assembléia-geral de 6-5-1957 o sócio benemérito, Professor Afonso d'Escragnolle Taunay.

Na assembléia-geral de 18-12-57 ingressou no Instituto Histórico, na vaga de sócio correspondente, pelo falecimento do Doutor Washington Luis, o embaixador Álvaro Teixeira Soares.

Pelo falecimento do Dr. Afonso de Taunay, ocorrido em 20-3-58 e pelas perdas ainda dos sócios honorários: General Cândido Rondon, Professor Paul Rivet e Diego Carbonell — outras promoções, substituições e ingressos se deram nos quadros do Instituto.

Assim é que, na assembléia-geral de 16 de maio último, foram promovidos a sócios grandes beneméritos: o Dr. Virgílio Corrêa Filho e Professor Pedro Calmon; a sócios beneméritos: os efetivos Dr. Artur César Ferreira Reis e Coronel João Batista de Magalhães; transferência da classe de correspondente para a de sócio efetivo: o embaixador Hildebrando Acioli; ingresso na classe de efetivo: o Dr. Pedro Muniz de Aragão; e ingresso na classe de honorários: os Drs. Eustáquio Duarte, Ministro Dr. Orosimbo Nonato da Silva e Edmundo Moniz.

CORRESPONDÊNCIA

Com a remessa de Ms. espanhol de Gabriel Soares, em cópia fotográfica, o Dr. Celso Cunha envia o seguinte ofício ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares:

«Senhor Embaixador,

A Biblioteca Nacional recebeu, em começos de 1956, uma cópia, em microfilme, do Mss. espanhol do trabalho de Gabriel Soares de Sousa, existente na Biblioteca do Palácio Real de Madrid *Derrotero General de la Costa del Brasil y memorial de las grandezas da Bahia*, ali descoberto pelo historiador brasileiro, Doutor Cláudio Ganns.

Para os estudos que êsse ilustre pesquisador teve de realizar, entendeu esta Direção de fornecer ao generoso doador cópias fotográficas ampliadas do referido e precioso Mss.

Agora, acaba de ser editada, em Madrid, pelo Instituto de Cultura Hispânica, o referido trabalho de Gabriel Soares de Sousa — acompanhado de erudita «introdução» do Dr. Cláudio Ganns e «notas finais» de F.A. de Varnhagen.

Em consequência, o Dr. Cláudio Ganns devolveu-nos as referidas cópias fotográficas. Como já possuía a Biblioteca Nacional o microfilme original, sugeriu-nos o Dr. Ganns que essas cópias fotográficas fôsem oferecidas ao arquivo do Instituto Histórico, o que, no interêsse da divulgação de peças duplicatas, fazemos agora, por intermédio de V. Excia., que melhor julgará do interêsse que essa oferta representa.

Renovando a V. Excia. os meus protestos de alto apreço e distinta consideração, subscrevo-me atenciosamente

(a) Celso Ferreira da Cunha
Diretor Geral

O Presidente do Instituto Histórico, agradecendo a valiosa oferta, respondeu pela seguinte forma:

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1958

Tenho o prazer de acusar o recebimento do ofício de V. Excia., acompanhando valiosa oferta feita ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de fotografias ampliadas do Mss. original de Gabriel Soares de Souza *Derrotero General de la Costa del Brasil y memorial de las grandezas da Bahia*.

Trago a V. Excia. os agradecimentos do Instituto Histórico pelo generoso oferecimento de tão importante documentação, já editada em Madrid, acompanhada de «notas finais» de Varnhagen e de excelente introdução do nosso ilustre consócio Cláudio Ganns.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Excia. os meus protestos de estima e consideração.

(a) José Carlos de Macedo Soares
Presidente Perpétuo

SÓCIOS FALECIDOS

Desembargador Henrique Jorge Hurley — Informação atrasada, só agora chegada ao Rio, traz a infausta notícia de haver falecido, em fins do ano passado, na cidade de Belém (Pará) — o magistrado e historiador do norte — Desembargador Jorge Hurley — sócio correspondente do Instituto.

O aludido intelectual redigira diversos trabalhos, entre os quais se destacam: *Nos sertões do Gurupy* (Belém, 1928), *Pre-história americana* (Belém, 1931); *Amazônia ciclópica* (Rio, 1931), *Itarana e Cabanagem* (Belém, 1936) e *Noções de história do Brasil e do Pará* (Belém, 1936).

Foi proposto para o Instituto quando exercia a presidência do Instituto Histórico do Pará, sendo o parecer favorável da comissão de história assinada por Basílio de Magalhães (relator), Max Fleiuss e H. Canabarro Reichardt, a 12-4-1939. O parecer da comissão de admissão de sócios, relator Braz do Amaral, foi assinado também por Tavares de Lyra e Epitácio Pessoa. A Assembleia-Geral de 31-5 seguinte, aprovou essa designação por unanimidade.

O Dr. Jorge Hurley, residindo em Belém, concentrou a sua atividade de historiador no Instituto Histórico local, de cuja Revista era redator em 1931 (vol. VI). Nesse número aparecem trabalhos seus sobre: *Prehistória Americana* (págs. 1-100); *O serviço hospitalar do Pará* (pág. 153); *Palma Muniz e o Instituto Histórico* (pág. 205).

No vol. III — colabora com artigo sobre: *Viagem à aldeia dos Tembés* (pág. 283).

No vol. VII (1932) escreve sobre *Corografia do Pará e Maranhão* (págs. 3-44), *Pro catequese do aborigene brasileiro* (pág. 223); *Vocabulário dos aborígenes do rio Tombetas, Cachorros e Jacucui* (pág. 229); *Eu e o meu professor de Apingé* (pág. 237); *Dialeto urubú amerabás da raça tupy, do Gurupy* (pág. 245).

No vol. VIII (1933, já sob a direção de Jorge Hurley) encontra-se o seu estudo: *No domínio das águas* (págs. 23-121).

No vol. IX (1934) ainda sob a sua direção, aparece o estudo *Itarana* (págs. 13-212).

No vol. X (1935) continuando na direção da Revista publica: *Traços cabanos* (págs. 3-284); *Farrapos e cabanos* (página 325), e *1ª batalha de Tuyuty* (pág. 509).

No vol. XI (1936), sob a sua direção, publica as *Noções de história do Brasil e do Pará* (573 págs.).

Dr. Ordival Cassiano Gomes — Faleceu subitamente, nesta Capital, a 30 de maio, êsse ilustre sócio efetivo do Instituto Histórico.

Nascido na Bahia em 17 de novembro de 1903, o Dr. Ordival Cassiano Gomes era formado em medicina pela Faculdade do Rio, em 1927. Especializado em neurologia, fez incansáveis pesquisas sobre a história da medicina. Dedicando-se aos estudos históricos, ligados à sua profissão, publicou: *O Pai de Ruy* editado pela Casa Ruy Barboza, e *Manoel Victorino, médico e cirurgião* (ed. Agir). Tinha ainda, quase a concluir uma *História da Medicina no Brasil, no século XVI*.

Foi secretário-geral e um dos fundadores do Instituto Brasileiro de História de Medicina.

Foi proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico, em data de 27 de maio de 1949, por indicação de Feijó Bittencourt e mais oito sócios. Aí se aludia aos seus trabalhos sobre: A escola de Salerno, Tomas Sidenham, o Visconde de Sta. Isabel, Alfredo Nascimento, Vieira Fazenda, Vida e Obra do Cirurgião Antônio José Alves, pai de Castro Alves; A Escola de Alexandria, Fundação do Ensino Médico no Brasil — e aos seus estudos sobre medicina no Brasil, nos séculos XVI e XVII.

Em 14 de outubro essa proposta mereceu acolhida pelas comissões de admissão de sócios (relator A. Tavares de Lira) e de história (relator Feijó Bittencourt). Destaca-se ainda o seu trabalho sobre: *Mel. Fernandes Nabuco, cirurgião e professor no século XVIII*.

A assembléia-geral, dessa mesma data, aprovou êsses pareceres, sendo o candidato desde então admitido aos quadros do Instituto.

Dr. Eustáquio Duarte — O Instituto Histórico viu-se desfalcado, a 12 de junho, do quadro dos seus sócios honorários, do nome ilustre do Dr. Eustáquio Duarte, que para êle entrara havia

menos de um mês — pois fôra eleito na assembleia-geral de 16 de maio último.

O competente investigador, dotado de uma formosa cultura e erudição invejável, nascera no Estado de Pernambuco, a 31-5 de 1906 e era filho do Cel. Alfredo Duarte e D. Emilia Araújo Duarte.

Estudou no Ginásio Oficial e depois na Faculdade de Medicina do Recife, onde se graduou em 1928.

Periodista de 1924 a 1930 exerceu ali o cargo de redator-chefe do *Correio Jornal*, e de redator secretário de *A Província*, quando êste era dirigido pelo escritor Gilberto Freire. Posteriormente escreveu comentários e ensaios de crítica literária em revistas e jornais do Recife, Salvador e Rio.

No terreno da medicina foi, a princípio, interno da cadeira de clínica médica, na Faculdade do Recife, em 1926. Depois exerceu as funções de médico oficial do Serviço Nacional de Saúde, como oficial sanitário, chefe de dispensário do Serviço de Profilaxia Rural e como inspetor sanitário de Saúde Pública. Últimamente era médico da Companhia de Seguros de Vida «S. Paulo» — realizando nessas funções várias viagens pelo interior do Brasil.

Fêz ainda viagens de estudos ao Uruguai, à Argentina e ao Paraguai. Participou de vários congressos científicos, entre os quais: Congresso Brasileiro de Higiene, em 1943; reunião Latino-Americana de História de Medicina, em Buenos Aires, em 1944; Congresso Brasileiro de Geografia (Rio, 1945). Era membro da Associação Brasileira de Escritores (seção do Rio de Janeiro).

A bibliografia de Eustáquio Duarte é extensa. Entre os seus trabalhos, há que destacar: *Naturalistas holandeses no Brasil colonial* (Recife, 1936); Os primeiros estudos de medicina no Brasil (Rio, 1936); *Geografia médica da Amazônia* (Rio, 1941); *Origens da febre amarela no Brasil* (Buenos Aires, 1944); *Distribuição geográfica da infecção Schistosomótica no nordeste brasileiro* (Rio, 1944); *Ensaio de história médica brasileira* (Rio, 1944); *Elementos para a história da peste bubônica no Brasil*.

Eustáquio Duarte foi proposto para sócio honorário do Instituto em indicação datada de 27-5-1953 e assinada por 15 sócios. Nesse documento faz-se referência aos seus trabalhos, até então publicados. Quando ocorreu a vaga que lhe cabia, êle pediu ao Presidente do Instituto que desse antes preferência ao nome do seu amigo e companheiro — o sociólogo e ensaista Gilberto Freire, que de fato, assim se elegeu a 13-7-1954.

Ficou Eustáquio Duarte aguardando nova vaga, que só se verificou mais recentemente, quando insidiosa moléstia, há cerca de dois anos, já o retinha no leito.

Nesse intervalo saiu publicado o esplêndido livro: *Mourão, Rosa e Pimenta* de colaboração com Gilberto Osório de Andrade, estudo de profunda erudição de três médicos coloniais, em primorosa edição realizada pela Imprensa Oficial de Pernambuco (1956). A êsse trabalho fez referência o parecer da comissão de admissão de sócios, de 4-5-1958, de que foi relator A. Tavares de Lira e está assinado ainda por Alfredo Valadão, Xavier Pedrosa e J. B. Magalhães.

Sobre êsse estudo, a Revista publicou em seu número 236 de 1957 (págs. 503 a 550) uma apreciação crítica.

Da sua lavra é ainda o artigo: *O Bacharel mestre João* publicado na Revista (n.º 231 — 1956 — pág. 317).

Eustáquio Duarte, com o aparelhamento singular da sua erudição histórica estava ultimamente coordenando, para publicação, a pedido da família de Rodolfo Garcia, os estudos dêsse ilustre historiador — tendo deixado concluída a tarefa relativa ao 1º tomo (Século XVI). Como se sabe as «obras completas» de Garcia darão cerca de cinco tomos — sendo um para cada século.

Eustáquio Duarte também traduziu e publicou o ensaio do educador norte-americano John Dewey sobre «*liberdade e democracia*» (ed. Revista Branca) que fez acompanhar de excelente introdução.

D. Emilio Rodrigues Mendoza — Vem de Santiago do Chile a má nova de haver ali falecido o ilustre diplomata e historiador chileno, que era o membro mais antigo do Instituto, pois foi para êle proposto, em 24 de outubro de 1902, como sócio correspondente (Revista, tomo 65 — II parte — pág. 518).

A proposta estava assinada por Henri Raffard Cunha Barbosa e Luís de França Almeida e Sá — e fundamentada pelo trabalho histórico: *Ultimos dias de la administración Balmaceda*. Ele era na ocasião, 2º secretário da legação chilena no Rio. Escrevia então sob o pseudônimo de A. de Gery.

Em 7 de novembro é lido parecer favorável da comissão subsidiária de história, assinado por Max Fleiuss (relator), Afonso Celso e F. R. de Melo Rego (Revista, tomo 65 — II parte, pág. 521).

Na sessão de 6 de dezembro seguinte foi lido ainda o parecer favorável da comissão de admissão de sócios — de que

foi relator A. de Paula Freitas, sendo aprovado nessa mesma data.

Em 1953, (24 de junho), ao ocorrer o 80º aniversário de Emilio R. de Mendoza, já retirado da vida diplomática, o embaixador Hélio Lobo propôs que a assembléia se congratulasse com o ilustre consócio. Esse voto foi-lhe transmitido em carta de 7 de agosto, pelo Presidente perpétuo, e respondida por outra do homenageado de 25 de agosto em que há referências lisonjeiras ao Brasil. Essa correspondência foi publicada em *El Mercurio*, de Santiago, de 2-9-1953.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1958

- Engenharia* — ano XVI — vol. XVI — nº 181 — Dezembro, 1957, São Paulo.
- Portugal pela Imagem* — ns. 17 e 18 — ano II — Setembro e outubro, 1957. Lisboa.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — vol. 5 — nº 3 — Julho e setembro, 1957. Rio de Janeiro.
- Atti* — ano acadêmico CXIX 1956-57 — tomo CXV — Classe de Scienze Morali e Lettere. Venezia.
- The Atlantic* — November, 1957 — vol. 200 — nº 5. Boston.
- The National Geographic Society and its Magazine* — vol. II — 1957. Washington.
- A Pequena Obra da Divina Providência* — Março, 1958 — ano V — nº 22. Rio de Janeiro.
- Revista del Archivo Nacional del Perú* — julio-diciembre de 1957 — tomo XXI — entrega II. Lima.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — fevereiro de 1958 — nº 2 — vol. IV. Rio de Janeiro.
- Revista de Tecnologia das Bebidas* — março de 1958 — nº 3 — ano X. São Paulo.
- Subsídios para a História Marítima do Brasil* — vol. XVI — 1957. Rio de Janeiro.
- Cronica de la Unesco* — vol. IV — nº I — enero de 1958. Paris.
- Buchkatalog Silikattchnik* — Veb Verlag Technik — 1958. Berlin.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — janeiro a março de 1958 — nº 67 — ano XIX. Rio de Janeiro.
- D.A.E.* — *Revista do Departamento de Aguas e Esgotos* — ano 19 — janeiro, 1958 — nº 30 — Secretaria da Viação e Obras Públicas de São Paulo. São Paulo.
- Carta mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio* — abril, 1958 — nº 37 — ano IV. Rio de Janeiro.
- Italia informazione* — 15 de março de 1958. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — ano IX — nº 181 — 15 de março de 1958. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — abril de 1958 — nº 178 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — february, 1958 — vol. 62 — nº 2. New York.
- Buchkatalog* — Bergbau — Geowissenschaften — Veb Verlag Technik. Berlin.
- Rodovia* — ano XIX — outubro de 1957 — nº 212. Rio de Janeiro.
- Para Todos* — nº 44 — 1ª e 2ª quinzena de março, 1958 — ano II. Rio-São Paulo.
- Italia informazioni* — 28 de fevereiro de 1958. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — nº 211 — setembro, 1957 — ano XIX. Rio de Janeiro.
- Boletim de Superintendência da Moeda e do Crédito* — janeiro de 1958 — nº I — vol. IV. Rio de Janeiro.

- Revista Historica* — Publicacion del Museu Histórico Nacional — enero de 1957 — ns. 79-81 — T. XXVII — año LI (2ª epoca) — A. Monteverde & Cia. Montevideo.
- Revista del Instituto de História del Derecho* — nº 8 — Imprenta de la Universidad. Buenos Aires, 1957.
- Catálogo — New Books Macmillan* — january-june, 1958 — International Edition. New York.
- The Geographical Journal* — december, 1957 — part 4 — vol. CXXIII. London.
- Revista Nacional* — abril-junio de 1957 — nº 192 — tomo II — año II — Impressora Ligu. Montevideo.
- Correio do Senac* — 15 de janeiro de 1958 — nº 179 — ano IX. Rio de Janeiro.
- Revista da Faculdade de Letras* — III série — nº I — Imprensa de Coimbra, Ltda. Lisboa.
- Catalogue* — nº 283 — Eastern Europe — E. J. Brill Leiden. Netherlands.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 17 e 24 de fevereiro e 2 de março de 1958 — 132ª, 133ª, 134ª cartas. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — ano XXV — vol. L — dezembro de 1957 — nº 6 — Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Técnica* — dezembro de 1957 — nº 38. Salvador, Bahia.
- Catálogo nº 145* — Livraria Kosmos Editora, publicado no *Jornal do Comércio* de 2 de junho de 1957. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico de la Secretaría de Hacienda y Credito Publico* — Com um suplemento pedagógico — ns. 120-121 — 1 e 20 de noviembre de 1957. Mexico, D.F.
- Revista Geográfica* nº 46 — tomo XX — 1º semestre de 1957 — Instituto Pan-Americano de Geografia e História — Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro.
- Américas* — vol. X — nº 2, de fevereiro de 1958. Rio de Janeiro.
- Revista do Professor* — nº 37 — ano XV — dezembro de 1957. São Paulo.
- Boletim mensal do Departamento Nacional de Educação* — janeiro e fevereiro de 1958 — ns. 1 a 5 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — nº 3 — junho-setembro e nº 4 — outubro-dezembro, 1956 — Serviço de Documentação — 1956. Rio de Janeiro.
- Geologia e Metalurgia* — nº 16 — ano 12, 1957 — Publicação do Centro Morais Rego. São Paulo.
- Revista Nacional* — julio-setiembre de 1957 — nº 193 — Tomo II — Segundo ciclo — año II. Montevideo.
- Endeavour* — Volumen XVII — nº 65 — 1958 — Euer. Londres.
- Para Todos* — ns. 45-46 — ano II — 1ª e 2ª quinzena de abril, 1958. Rio-São Paulo.
- Boletim Informativo do 1º Congresso Brasileiro de Arte* — nº 3 — 22 a 30 de abril de 1958. Porto Alegre. Rio Grande do Sul.
- A Fátima Brasileira* — maio de 1958 — nº 94 — ano VV. Rio de Janeiro.
- Catálogo Karl & Faler* — auktion 63-29-30 — april, 1958. München.
- Boletim Cultural Mexicano* — novembro de 1957 — nº 67. Mexico, D.F.
- Carta Semanal do Serviço de Informação Agrícola* — 24 de março de 1958 — 137ª carta. Rio de Janeiro.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exatas, Fisicas y Naturales* — octubre de 1957 — nº 39 — vol. X — Editorial de la Litografia Colombia, S.A. Bogotá.
- Boletim Bibliográfico de la Secretaría de Hacienda y Credito Publico* — 1 e 15 de diciembre de 1957 — ns. 122-123. Mexico, D.F.
- Boletim Bibliográfico* — setembro, 1957 — nº 5 — vol. 1. Rio de Janeiro.
- Katalog* — Antiquariats, 147. Münster, Westfalen.

Ciencia y Naturaleza — Revista del Instituto de Ciencias Naturales de la Universidad Central — octubre de 1957 — volumen 1 — n° 2 — Quito, Ecuador.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1958

Cultura Universitária — LXIII — septiembre octubre, 1957 — n° 63. Caracas. Venezuela.

Catálogo n° 123 — Livraria Kosmos, Editora. Rio de Janeiro.

Revista do Professor do Centro do Professorado Paulista — n° 38 — janeiro. 1958 — ano XVI. São Paulo.

Boletim Bibliográfico Brasileiro — maio-junho, 1957 — n° 3 — vol. V. Rio de Janeiro.

Columbia University in the City of New York — Summer session July 7 to August 15, 1958. New York.

Américas — março de 1958 — vol. X — n° 3. Rio de Janeiro.

Boletim de la Academia Nacional de la Historia — n° 160 — octubre-diciembre de 1957 — tomo XL. Caracas.

Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — março de 1958 — n° 3 — vol. LV. Rio de Janeiro.

Boletim Informativo do Serviço Geográfico — 3° e 4° trimestres de 1957 — n° 2 — ano I. Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de Política Internacional — março de 1958 — n° 1 — vol. I. Rio de Janeiro.

Boletim de la Academia de História del Valle del Cauca — febrero, 1958 — n° 110 — cuarta época — año XXVI. Cali.

Douro-Litoral — Boletim da Comissão de Etnografia e História — oitava série — VII-VIII Edição da Junta de Província, 1958. Porto.

Rodovia — n° 213 — novembro de 1957 — ano XIX. Rio de Janeiro.

A Tribuna — 13 de maio de 1958 — n° 40 — ano LXV. Santos.

Revista Shell — n° 81 — outubro-dezembro, 1957. Rio de Janeiro.

Boletim A.E.C. — fevereiro-março de 1958 — n° 114 — ano XI. Rio de Janeiro.

Bulletin Société Suisse des Americanistes — mars 1958 — n° 15 — IX année. Genève, Suisse.

Diário Oficial — 22 de março e 10 de abril de 1958 — ns. 12.630 e 12.632 — ano XXXIX. Aracaju, Sergipe.

Boletim Bibliográfico Brasileiro — setembro-outubro de 1956 — n° 5 — vol. IV. Rio de Janeiro.

Geographical Review — april, 1958 — number 2 — vol. XLVIII — The American Geographical Society. New York.

Brasil Açucareiro — março de 1958 — n° 3 — vol. LI — ano XXVI. Rio de Janeiro.

O Puritano — 10 de maio de 1958 — n° 2.149 — ano LIX. Rio de Janeiro.

Bulletin of the New York Public Library — april, 1958 — vol. 62 — number 4. New York.

Informação Agrícola — janeiro, 1958 — n° 147 — ano XII. Rio de Janeiro.

Orientación Campesina — Revista mensual — enero, 1957 — n° I — año XVII. La Habana.

Catalogue n° 784 — Francis Edwards Ltd. London, 1958.

Revista do Instituto Genealógico da Bahia — n° 10 — ano 10 — Tipografia Manú Editora Ltda.

Boletim — Órgão informativo da Biblioteca do Exército — abril de 1958 — n° 29 — ano XX. Rio de Janeiro.

- Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos* — janeiro-dezembro, 1957 — nº 23 — vol. XIII — Gráfica Laemmert Ltd. Rio de Janeiro.
- Catálogo nº 139* — Livros raros pertencentes a famosas bibliotecas da nobreza européia — Livraria Kosmos Editora. Rio de Janeiro.
- Cronica de la Unesco* — boletim mensal — febreiro de 1958 — nº 2 — vol. IV. Paris.
- Ciência Médica* — janeiro de 1954 — ano XXII. Rio de Janeiro.
- Antropologia e História de Guatemala* — junio de 1957 — nº 2 — vol. IX — Publicaciones del I.D.A.E.H. Guatemala.
- Carta mensal do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.*
- Problemas Nacionais* — maio, 1958 — nº 38 — ano IV. Rio de Janeiro.
- Abside* — Revista de Cultura mejicana — XXII — nº 1, 1958. Méjico.
- Estatística Industrial* — 1955 — Província de Moçambique, 1957. Lourenço Marques.
- Indonésia* (Boletim) — 17 de maio de 1958 — vol. V — ns. 5-6. Rio de Janeiro.
- El Pais* (Jornal) — 21 de março de 1958 — nº 12.770 — año XL. Montevideo.
- Italia Informazione* (Boletim) — 31 de marzo e 15 de abril de 1958. Rio de Janeiro.
- La Universidad del Zulia* — segunda epoca — 14 de diciembre de 1957 — nº 57 — año II. Maracaibo.
- Boletim Bibliográfico* — ns. 126-127-128 — 1º a 15 de febreiro — 1º de marzo de 1958. Mexico, D.F.
- A Catalogue of Books Manuscripts and Documents in English Literature y History* — nº 776 — 1958. London.
- Revista do Club de Engenharia* — abril de 1958 — nº 260. Rio de Janeiro.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar* — 27º vol. — 1957 — Gráfica Santelmo. Lisboa.
- Boletim Geográfico* — julho-agosto-setembro-outubro, 1956 — ns. 133-134 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Geografia* — julho-setembro, 1956 — nº 3 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Catalogue* — nº 783 — Tudor Britain a Catalogue of Books on All Phasers of Life During the Tudor Period 1845-1603 — Francis Edwards Limited. London, 1958.
- Para Todos* — nº 47-48 — ano II — 1ª e 2ª quinzena — maio, 1958. Rio-São Paulo.
- Rodovia* — dezembro, 1957 — nº 214 — ano XIX. Rio de Janeiro.
- Moçambique* — documentário trimestral — dezembro, 1956 — nº 88 — Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Brasil Açucareiro* — janeiro e fevereiro de 1958 — ns. 1 e 2 — ano XXXVI — Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Público* — julho e agosto de 1957 — ns. 1 e 2 — vol. 76. Rio de Janeiro.
- O Momento* — abril, 1958 — nº 357 — ano 34 — Gráfica Editora Jornal do Comércio S.A. Rio de Janeiro.
- Boletim informativo I.B.B.D.* — ns. 5-6 — setembro-dezembro de 1957 — págs. 253-406 — vol. 3. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — vol. 1 — nº 6 — págs. 1-155 — outubro de 1957 — Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro.
- Ocidente* — Revista Portuguesa Mensal — nº 240 — abril, 1958 — vol. LIV. Lisboa.
- Ciencias Políticas y Sociales* — abril-junio de 1957 — nº 9 — año III — Universidad Nacional Autonomo de Mexico.
- General Catalogue* — Academia Press — 1958. New York.

- Revista de História* — janeiro-março de 1958 — n° 33 — ano IX — vol. XVI. São Paulo.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — vol. 29 — n° 4 — 1957 — 31 de dezembro. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — outubro-diciembre de 1957 — n° 194 — Tomo II — segundo ciclo — año II. Montevideo.
- Kriterion* — janeiro a junho de 1958 — n° 43-44 — Imprensa da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Boletín de la Real Sociedad Geográfica* — tomo XCII — ns. 1 a 12 — enero-diciembre de 1957 — Real Sociedad Geográfica. Madrid.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO

- Revista Brasileira de Estatística* — Janeiro-junho de 1957 — n° 69-70 — ano XVIII — Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Genealógico da Bahia* — n° 10 — ano 10 — 1958 — Tipografia Manú Editora Ltda. Bahia.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch* — heft 1 — 1958. Frankfurt/M.
- Catalogue 6* — Altertum Scientia Antiquariat — Aalen.
- Catálogo* — n° 165 — Livraria Kosmos Editora, publicado no *Jornal do Comércio* de 1 de junho de 1958. Rio de Janeiro.
- Informação Agrícola* — Março de 1958 — n° 149 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Boletín quincenal del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social* — vol. I — 28 de febrero de 1958 — n° 46. Santa Fé, Republica Argentina.
- Colégio de Ingenieros de Venezuela* (Revista n° 262) — enero, 1958. Caracas.
- Nova* — Boletín Literario y Bibliográfico — mayo, 1958 — n° 11 — Editora Nova. Buenos Aires.
- Boletim* — Órgão informativo da Biblioteca do Exército — n° 29 — ano XX — abril de 1958. Rio de Janeiro.
- The Geographical Society*. London.
- Boletim mensal do Departamento Nacional de Educação* — Março-abril de 1958 — ano I — ns. 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Rio de Janeiro.
- Suplemento Pedagógico del Boletín Bibliográfico* — ns. 124 e 125 — 1 e 15 de enero, 1958. Mexico, D.F.
- Sesquicentário do Arquivo do Exército* — 1808-1958 — Arquivo do Exército. Exposição de documentos Históricos. Ministério da Guerra — Vários impressos. Rio de Janeiro.
- Lista de Obras de Engenharia* — Livraria da Revista Forense. Rio de Janeiro.
- Saúde* — Ano X — n° 118 — outubro de 1957. Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 25 de abril e 26 de maio de 1958 — ns 2.147-2.150 — ano LIX. Rio de Janeiro.
- Catalogo Die Bunte Liste* — n° 3 — april-mai, 1958 — Antiquar Ervin. A. Cudek Garnisonsgasse.
- Coop* — Maio-junho-julho-agosto, 1957 — n° 133 — ano XVI. Bahia.
- Journal Français du Brésil* — n° 145 — 15 de juin, 1958 — 6eme année. Rio de Janeiro.
- Catálogo de Libros Antiguos. Raros y Curiosos* — n° 11 — 1958 — Ediciones Iberoamericanas S.A. España.
- Catálogo* — O Mundo do Livro — Boletim mensal de Livros novos e usados abril, 1958. Lisboa, Portugal.
- Boletim Italia Informazone* — 15 e 30 de maio de 1958. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Maio de 1958 — n° 179 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Catalogue de Livres Anciens et Modernes* — Janvier, 1958 — n° 54 — Librairie D'Amérique et d'Orient. Paris.

- Carta semanal do serviço de informação agrícola* — 31 de março e 7 de abril de 1958 — 139^a cartas. Rio de Janeiro.
- C.B.A.* — 1º Congresso Brasileiro de Arte — Boletim Informativo — ns. 1 e 2. Porto Alegre.
- Boletim del Archivo General de la Nacion* — ns. 178 e 179 — octubre, noviembre y diciembre de 1957 — tomo XLV e enero, febrero y marzo de 1958 — XLV. Caracas, Venezuela.
- Bulletin of New York Public Library* — March, 1958 — vol. 62 — n° 3 — New York.
- The Catholic Historical Review* — April, 1958 — n° 1 — vol. XLIV — The Catholic University America Press. Washington.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch* — Heft 6/1957. Frankfurt / M.
- O Puritano* — 10 e 25 de março e 10 de abril de 1958 — ano LIX — ns. 2.145-2.146 e 2.147. Rio de Janeiro.
- Revista do Livro* — Órgão do Instituto Nacional do Livro — n° 9 — março, 1958 — ano III. Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática* — Novembro-dezembro, 1957 — janeiro e fevereiro de 1958. Rio de Janeiro.
- Catalog of Books* — The Ronald Press Company, 1958. New York.
- Acción Indigenista* — Boletim Mensual del Instituto Nacional Indigenista — octubre-noviembre de 1957 — ns. 52-53. México.
- Catalogue* — n° 258 — English Literature — 1958 Stechert — Hafner Inc. New York.
- Ciencias Políticas y Sociales* — Enero-marzo de 1957 — n° 7 — año III — Universidad Nacional Autonoma de Mexico.
- Katalog* — Antiquariats — II Geographie. Leipzig.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa* — Janeiro a julho de 1957 — Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, 1958.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — De janeiro a dezembro de 1956 e outubro a dezembro de 1955 — Academia das Ciências de Lisboa, 1955-56.
- Catálogo IV* — 1958 — Hesperia — Libreria Anticuaria. Zaragoza.
- Santa Catarina Filatélica* — Março-dezembro, 1956 — ns. 26-29 — ano VII. Santa Catarina.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — Abril, 1958 — n° 4 — vol. IV. Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico* — 15 de março e 1º de abril de 1957 — ns. 129 e 130. México, D.F.
- Boletim do Instituto Paulista de Oceanografia* — Tomos I a VII — anos de 1950-1956 — Instituto Oceanográfico — Universidade de São Paulo.
- Contribuições Avulsas do Instituto Oceanográfico* — n° L — 1955 — ns. 1 a 3 de 1956. São Paulo.
- Boletim Informativo da Câmara do Distrito Federal*. Rio de Janeiro.
- Serviço de imprensa Inter* — Ano I — ns. 1 a 16 — maio e junho de 1958. Rio de Janeiro.
- Relatório n° 109 da Companhia Paulista de Estrada de Ferro para a Assembléa Geral Ordinária de 1958* — exercício de 1957. Rio de Janeiro.
- Lista dos Srs. Acionistas em 31 de dezembro de 1957, anexo do Relatório n° 109 da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. Rio de Janeiro.
- Acción Indigenista* — Boletim Mensal del Instituto Nacional Indigenista — ns. 50 e 51 — agosto e septiembre de 1957 e ns. 54 e 55 — diciembre de 1957 e enero de 1958. Mexico.
- Catedral* — Organon Oficial de la Asociacion Nacional de Caticultores — março de 1958 — n° 143 — ano XIII. La Habana, Capital Marti.

- Bulletin of the New York Public Library* — May 1958 — vol. 62 — n° 5
— The New York Public Library. New York.
- Catalogue* — n° 782 — Bibliography etc. — Francis Edwards Limited.
London, W.I. England, 1958.
- Boletim do órgão informativo da Biblioteca do Exército* — n° 20 — janeiro
de 1958 — ano XX. Rio de Janeiro.
- Revista do Livro* — n° 10 — junho de 1958 — ano III. Rio de Janeiro.
- O Momento* — Maio, 1958 (panfleto n° 358) — ano 34. Rio de Janeiro.
- Anales de la Universidad de Santo Domingo* — 77-80 e 79-80 — julio-
diciembre e enero-junio de 1956. Ciudad Trujillo, Rep. Dominicana.
- Crónica de la Unesco* — Boletim Mensual — abril e marzo de 1958 —
ns. 3 e 4 — vol. IV. Paris.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1958

- MARCHANT (Anyda) — *A New Portrait of Mauá, the Banker: a Man of
Business in XIX Century Brasil*. Reprinted from The Hispanic American
Historical Review — vol. XXX — n° 4 — november, 1950. Oferta
do Dr. Claudio Ganns.
- SOUZA (Gabriel Soares de) — *Derrotero General de Costa del Brasil y
Memorial de las Grandezas de Bahia*. (Manuscrito del siglo XVI).
Introducción de Claudio Ganns. Notas finales de F. A. Varnhagen.
Ediciones Cultura Hispanica. 1958. Madrid. Oferta do Dr. Claudio
Ganns.
- MICHENER (James A.) — *As Pontes de Toko-Ri*. Tradução de Agenor
Soares Santos. Edições Melhoramentos. São Paulo.
- SCHAUB-KOCH (Emile) — *Contribuição para o Estudo do Fantástico no
Romance*. Tradução de Antônio Gomes da Rocha Madakil. Tip. Gaspar.
Lisboa, 1957.
- SCHAUB-KOCH (Emile) — *A Obra Animalista e Monumental de Anna Hyatt-
Huntington*. Tradução de Antônio Gomes da Rocha Madakil. Gráficas
da Livraria Cruz Braga. Portugal, 1955.
- COUVREUR (Raul da Costa) — *Inauguração dos Caminhos de Ferro em
Portugal — Uma data e um nome*. Conferência comemorativa do
1° Centenário. Editôra Gráfica Portuguesa Ltda. 1956. Lisboa.
- NIVEN (P. Mac) — *No Mundo*. Editora Minerva Ltda. 1956. Rio de Janeiro.
- Relatório* — 1957 — Ministério das Relações Exteriores — Imprensa Na-
cional. Rio de Janeiro, 1958.
- IRIA (Alberto) — *Descobrimentos Portugueses — O Algarve e os desco-
brimentos*. Com prefácio de João Martins da Silva Marques — vol. II
— Tomos I e II. Edição do Instituto de Alta Costura. Lisboa, 1956.
- CARVALHO (Monsenhor João Batista de) — *O Clero Solidário com o povo
em 32*. Imprima-se (a) Monsenhor Lafayette — 16 — XII — 1957.
São Paulo.
- LLAVERIAS (Joaquim) — *Contribucion a la Historia de la Prensa Periodica*
— Tomo I. La Habana; 1957. Archivo Nacional de Cuba. XLVII.
- SANTOS (J. F. de Assunção) — *Uma Linhagem Sul Rio Grandense —
Os Antunes Maciel*. Ind. Gráfica Taveira Limitada. Rio de Janeiro, 1958.
- CAVALHEIRO (Antônio Rodrigues, Dr.) — *Prefácio de Cartas de Mousinho
de Albuquerque ao Conde de Arago* — 1957. Tip. da Liga dos
Combatentes da Grande Guerra. Lisboa.
- AZEVEDO (Moraes de) — *No Tempo do Rei*. Livraria de J. G. de Aze-
vedo & Com. Editores — 1899. Oferta do Professor Mário Barata.
Rio de Janeiro.
- SARTON (Carlos) — *As Estátuas do Rio de Janeiro*. Leo Editores. Rio.
Oferta do autor.

- LEITE (Aureliano) — *Recepção de J. P. Leite Cordeiro na Academia Paulista de Letras em 23 de março de 1956.* (Discurso do Recipiendário e resposta de). Gráfica Canton Ltda. São Paulo. Oferta do Dr. J. P. Leite Cordeiro.
- LINHARES (Joaquim M.) — *Mudança da Capital — Ouro Preto-Belo Horizonte*. Imprensa Oficial — 1957. Belo Horizonte.
- BRANDÃO (Paulo José Pires) — *A Princesa D. Isabel a Redentora.* Tipografia do Patronato — 1946. Rio de Janeiro.
- GORDON (E. Le Roy) — *Human Geography and Ecology in the Sinu Country of Colombia.* University of California Press. Berkeley and Los Angeles — 1957. California.
- COSTA (Luís Monteiro da) — *O Convento das Ursulinas de Nossa Senhora das Mercês.* Separata da Revista do Instituto Histórico da Bahia — n° 80. Imprensa Oficial da Bahia — 1956.
- VIVEIROS (Jerônimo de) — *Benedito Leite um verdadeiro republicano.* Edição comemorativa do Centenário de seu nascimento. Indústrias Gráficas Taveira Limitada. Rio de Janeiro — 1957.
- LINHARES (Joaquim Nabuco) — *Mudança da Capital (Ouro Preto) Belo Horizonte.* Imprensa Oficial. Belo Horizonte — 1957.
- CÂMARA JR. (J. Matoso) — *Manual de Transcrição Fonética.* Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro — 1957.
- SOUZA (T. O. Marcondes de) — *A Monomania invade o campo sereno da história.* Separata do n° 33 da Revista de História de São Paulo, 1958.
- VIVANCO (Julian) — *Dicionário Americanista* — tomo III-IV. Editorial «El Sol». La Habana — 1957.
- LESBOA (Antônio Francisco) — *O Aleijadinho* — Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — n° 15. M.E.S. Rio de Janeiro.
- A Tua Marinha.* Rio de Janeiro.
- Relatório do Exercício de 1956.* Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. Irmãos Bressane Ltda. — 1957. São Paulo.
- Aproveitamento Hidráulico do Rio Paraná.* Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí. Irmãos Bressane Ltda. São Paulo.
- WILSON (Roberto A.) — *Genesis of the Meiji Government in Japan 1868-1871.* University of California Publications in History — vol. 56. Los Angeles.
- OSTRANDER (Gilman M.) — *University of California Publications in History* — vol. 57. Los Angeles.
- Museu Imperial (Anuário do)* — vol. XV — 1954. M.E.C. Petrópolis.
- ZAVALA (Silvio) — *Influencia del Medio Geográfico Americano en Varias Colonizaciones Europeas* — 1956. Mexico, D.F.
- ZAVALA (Silvio) — *Aspectos Económicos y Sociales de la Colonización en America* — 1956. México, D.F.
- Contributions from the Museum of Paleontology* — vol. XIII-XIV — ns. 2, 3 e 7 — november, february, april — 1957 — University of Michigan. Ann Arbor.
- GOELDI (Emílio) — *Boletim do Museu Paraense* — nova série — ns. 1 a 3 e 6 a 8 e tomo XII. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Belém — Pará. 1956.
- LAMBERT (Jacques) — *Le Bresil Structure Sociale et Institutions Politiques.* Librairie Aronand Colin — 1953. Paris. (Oferta do General Estêvão Leitão de Carvalho). Imprimerie R. Foulon.
- Documentos Históricos* — 1549-1559 — 1559-1577 — vols. XXXV-XXXVI. Provimentos Seculares e Eclesiásticos, Biblioteca Nacional — 1937. Rio de Janeiro. Oferta do Dr. Claudio Ganns.
- S. LETTE — C. R. BOXER — *Opusculum de Rebus Brasiliens Indiciis.* Archivum Historicum Societatis Jesu. Extractum e vol. XXVI — 1957. Roma

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1958

- KESHI (Ohara) — *Japanese Trade & Industry in the Meiji* — Taisho Era. Obunsha. Tokio, Japan — vol. I.
- KI (Kimura) — *Japanese Literature, Manners and Customs in the Meiji*. Taisho Era. Obunsha. Tokio, Japan — vol. II.
- MANGILI (Sac. Enrico — P. Tosino) — *I Tasso E. Le toste* — Società Editrice S. Alessandro — Bergamo. Vitale. Roma — 1942.
- VASCONCELOS (Vasco Smith de) — *História da Província Eclesiástica de São Paulo*. Oficina Gráfica de Saraiva S.A. — 1957. São Paulo. (Oferta do autor).
- BRETO (Farias) — *Finalidade do Mundo* — 1º, 2º e 3º volumes — 2ª edição. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro — 1957.
- PESSOA (Epitácio) — *Pareceres Legislativos (1914-1918)*.. Instituto Nacional do Livro — vol. VI. Rio de Janeiro — 1957.
- Ofertas do Dr. Claudio Ganns:
- HOLANDA (Sérgio Buarque de) — *Caminhos e Fronteiras*. José Olímpio Editora. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro — 1957.
- GONZAGA (Tomás Antônio) — *Poesías Cartas Chilenas* — I — Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro — 1957.
- GONZAGA (Tomás Antônio) — *Tratado de Direito Natural* — II — Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro — 1957.
- DUNLOP (C. J.) — *Subsídios para a História do Rio de Janeiro*. Impresso pelo Jornal A Cruz. Rio de Janeiro — 1957.
- VILLARES (Henrique Dumont) — *Santos Dumont, o Pai da Aviação*. Impresso pela Companhia Melhoramentos de São Paulo — São Paulo, 1956.
- Memória apresentada à Câmara dos Vereadores pelo Prefeito Francisco Negrão de Lima*. Exercício de 1957. Rio de Janeiro — 1958. Imprensa Nacional.
- LINHARES (Joaquim Nabuco) — *Mudança da Capital — Ouro Preto-Belo Horizonte*. Publicação do Conselho da Medalha da Inconfidência. Imprensa Oficial de Belo Horizonte — 1957. Oferta do Dr. Mascarenhas.
- BANDECCHI (Brasil) — *Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, proferido na sessão do dia 15 de março de 1958. Edições Alarico. São Paulo. Oferta do autor.
- BROWN (Truesdill S.) — *Timaeus of Tauromentum* — vol. 55 — University of California Press, Berkeley and Los Angeles — 1958.
- WILBERGER (Arnold) — *Biografia e descendência do Marechal de Campo Francisco Pereira de Aguiar — 1820-1903*. Salvador, Bahia, 1957. Oferta do autor.
- CORREIA (Professor Dr. Fernando da Silva) — *V Centenário do nascimento da Rainha Dª Leonor*. 2 de maio de 1958. Gráfica Biblos Ltda. — 1958. São Paulo.
- LESEN (Herbert van) — *L'Espagne — Choses vues et essais historiques*. Imprimé en Suisse. Hurdig Geneve. Oferta do autor — 1958.
- 150 anos de Tipografia Oficial* — Exposição comemorativa dos setuicentenário da criação do Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro — 1958.
- SERPA (Phocion) — *Alberto de Oliveira — 1857-1957*. Livraria São José. Rio de Janeiro, 1957. Oferta do autor.
- CASTRO (Tito Livio) — *Questões e Problemas* — Publicação póstuma com um prefácio de Silvio Romero. Empresa de Propaganda Literária Luso Brasileira — 1913. São Paulo. Oferta do Dr. Cláudio Ganns.
- Memoria*, leida en la Junta General de Accionistas celebrada el dia 27 de marzo de 1958. Madrid. Oferta do Dr. Cláudio Ganns.

- CASTRO (M. Viana de) — *Flagrantes do Brasil Hodierno*. 3ª série. Casa Vallele Ind. e Com. de Papelaria Ltda. Rio de Janeiro — 1958.
- COSTA (Luís Monteiro da) — *D. Antônio Felpe Camarão*. (Em torno de uma monografia de J. A. Gonçalves de Melo). Estudos Baianos. Salvador, Bahia.
- RIGGS (Robert E.) — *Politics in the United Nations*. A Study of United States Influence in the General Assembly — vol. 41. The University of Illinois Press, Urbana — 1958.
- CAULET-BOs (Prof. Ricardo R.) — *Trabajos y Comunicaciones*. Universidad Nacional de la Plata. Impreso en la Argentina. Establecimientos Gráficos E. G. L. H. Buenos Aires.
- KENNEDY (William F.) — *Humanist Versus Economist* — The Economic Thought of Samuel Taylor Coleridge. University of California Press. Berkeley and Los Angeles — 1958.
- BAKER (Sheridan, Editor) — *Papers of the Michigan Academy of Science Arts, and Letters* — vol. XLII. Ann Arbor. The University of Michigan Press — 1957.
- Anais do Primeiro Congresso Nacional de Hospitais e da Primeira Conferência Nacional de Diretores de Serviços de Assistência Hospitalar* — 1º e 2º vols. de 26 de junho a 2 de julho de 1955. Rio de Janeiro, I.B.G.E.
- CARVALHO (Francisco Pereira da Bulhões) — *Estrutura e Evolução do Universo* — Editor Bozoi. Rio de Janeiro.
- BOITEUX (Lucas Alexandre) — *Floranduba Catarinense*. Edição da Comissão Catarinense Folclore. Florianópolis — 1957.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1958

- S. LEITE (C. R. Boxer) — *Operum de Rebus Brasilicis Indicia* — Archivum Historicum Societatis Iesu. Extractum e vol. XXVI — 1957. Roma.
- FERNANDES (Antônio Fernandes) — *Colaboracion a la Solucion de un Problema Colonial* — año del nacimiento de D. Cristobal Colon — 1446 — fascículo II. Vigo — 1957.
- FONSECA (Anibal Freire da) — *Rosa e Silva* — Centenário de seu nascimento — 1857-1957. Rio de Janeiro.
- CASANOVA (Felipe Iapata) — *Catalogo Sumario de los fondos existentes en el Archivo Nacional*. Imprenta del Archivo Nacional. La Habana, Cuba — 1958.
- SOUSA (T. O. Marcondes de) — *Uma recente biografia de Fernando Magalhães* (Separata do nº 31 da Revista de História). São Paulo.
- SOUSA-ARAÚJO (Heraclides César de) — *30 anos de atividades do laboratório de leprologia do Instituto Oswaldo Cruz*. Sessão de 25 de julho de 1957 na Academia Nacional de Medicina. Manguinhos. Rio de Janeiro.
- Anais da Câmara dos Deputados*, organizados pela Diretoria de Documentação e Publicidade — vol. XXXVII, XLV, XLVI, XLVIII — 1956 e vols. I, II, III, IV — 1957. Rio de Janeiro. I.B.G.E. (Serviço Gráfico) — 1958.
- Petróleo* (Projetos II) — IV vol. — 1957. Serviço Gráfico do I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Anuário Acadêmico de 1956*. Academia das Ciências de Lisboa.
- BREUIL (L'Abbé H.) — *L'Occident patric du grand art Rupestre*. Lisboa, 1957.
- KÖTHE (Gottfried) — *A teoria dos espaços localmente convexos e as suas aplicações à Análise*. Lisboa — 1954.
- HOMMEL (Luc) — *Le siècle D'Or de Pays Bas*. Lisboa — 1956.
- LELAR (Suzane) — *Le Théâtre de Maurice Maeterlinck*. Lisboa — 1958.
- Arquivos do Museu Nacional* — vol. XLIII — 1957. Rio de Janeiro.
- State of Illinois -- Report of Investigations* -- 202 e 203 — 204 e 205

- Illinois State Geological Survey. Urbana — 1957-1958. Illinois.
Illinois State Geological Survey. Urbana.
Contributions from the Museum of Paleontology — vol. XIV — 1958 — ns. 8, 8 e 9. University of Michigan. Ann Arbor.
MIRANDA (Fernando Marques y CGLIANO (Eduardo Mário) — *Ensayo de Una Clasificación Tipológico*. Cronológico de la Cerámica Santamariana. La Plata. Republica Argentina.
Flagrantes Brasileiros — I.B.G.E. Rio de Janeiro — janeiro de 1958.
Clamor dos municípios — Anais do IV Congresso Nacional de Municípios. Editora Ersol. Rio de Janeiro, 1957. Organização e apresentação de Osório Nunes. Associação Brasileira de Municípios.
THOMPSON (Edgar T.) — *Bibliografía de las Plantaciones* — IV Estudos Monográficos. Union Panamericana. Washington, D.C. — 1957.
MATOS (Francisco Gomes de) — *Aspectos da Técnica da Venda em Loja* — 1957. SENAC. Rio de Janeiro.
PINTO (L. A. Costa) e EORGES (F. P. Accioly) — *O Comércio Metropolitano do Distrito Federal*. SENAC — 1957. Rio de Janeiro.
SOARES JÚNIOR (Rodrigo) — *Jorge Tibiriçá e sua época* — 1º e 2º vol. — edição ilustrada brasileira — vol. 304 — A. Companhia Editora Nacional. São Paulo. Adquirido por compra.
GARTHER (Willa) — *A Morte do Arcebispo*, traduzido por Licia de Sousa. Edição Caravela Ltda. Rio de Janeiro.
FORBER (Kathryn) — *Minha Família é Formidável*, tradução de Milton Claro. Edições Melhoramentos. São Paulo.
OLIVEIRA (A. Gonçalves de) — *Limites entre Minas Gerais e Espírito Santo ao Norte do Rio Doce*. Gráfica Editora Jornal do Comércio S.A. Rio de Janeiro.
FONSECA (Dr. Olimpio Oliveira Ribeiro da) — *Relatório Geral*. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. I.B.G.E. — 1958. Rio de Janeiro.
SOUSA (F. O. Marcondes de) — *Algumas Acheegas à História dos Descobrimentos Marítimos* (Críticas e Controvérsias). Editora Herder. São Paulo, Brasil — 1958.
GARCES G. (Jorge A.) — *Las Minas de Zamora — Cuestas de la Real Hacienda — 1561-1565* — vols. XXVII. Departamento Municipal de Educacion y Cultura — 1957. Quito, Ecuador.
ELLIS (Myrian) — *Aspectos da Pesca da Baleia no Brasil Colonial* (II) — Separata do nº 33 da Revista Histórica. São Paulo — 1958.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1958

TRIMESTRE	Abril	Mai	Junho	Total
Obras oferecidas	38	32	31	101
Revistas nacionais e estrangeiras	57	59	74	190
Catálogos recebidos	6	5	14	25
Documentos recebidos	—	—	—	—
Jornais recebidos	6	6	6	18
Mapas recebidos	1	—	—	1
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	3.594	3.758	3.467	10.819
<i>Museu</i>				
Visitantes	130	96	45	271
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas:				
Obras	4.964	5.943	4.748	15.655
Jornais	2.710	3.218	845	6.773
Revistas	3.696	4.156	2.756	10.608
Mapas	1.957	2.124	579	4.660
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos	87	126	107	320
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	230	245	138	613

ÍNDICE

VOLUME 239

ABRIL A JUNHO — 1958

I — TRABALHOS ORIGINAIS

- 1) *José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) Resumo Bibliográfico* — Dr. Phocion Seipa 3
- 2) *O Ensino Artístico* — Prof. Adolfo Morales de los Rios Filho 52
- 3) *Um grande nome do Império* — Prof. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt 119
- 4) *Ainda o Globo de Behaim* — Desembargador Vieira Ferreira 130
- 5) *Minas, Fazendas e outros bens de Alvarenga Peixoto e Bárbara Heliadora* — Miguel Costa Filho .. 138

II — CURSO TEODORO SAMPAIO — Promovido pelo Instituto Histórico comemorativo do centenário de seu nascimento.

- 6) *Teodoro Sampaio (Engenheiro)* — Prof. Lucas Nogueira Gazez 152
- 7) *Teodoro Sampaio (Geógrafo)* — Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães 161
- 8) *Teodoro Sampaio (Historiador)* — Dr. José Wanderley de Araújo Pinho 179
- 9) *Recordando Teodoro Sampaio* — Eng. Virgílio Corrêa Filho 192
- 10) *Estréia auspiciosa* — Eng. Virgílio Corrêa Filho . 206
- 11) *Realizações de auspicioso programa cultural* — Virgílio Corrêa Filho 211

III — CONFERÊNCIAS

- 12) *Novo conceito de Panamericanismo* — Embaixador Alvaro Teixeira Soares 214
- 13) *Da Magnificência de D. João V às dificuldades de D. José I* — Almirante Prof. José Frazão Milanez ... 228
- 14) *Senador Corrêa* — Ministro Alfredo Valladão 247
- 15) *Descobrimento das Terras da Região Acreana, pelo Des. José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho* 278

IV — COMEMORAÇÃO DE OSÓRIO

- | | |
|---|-----|
| 16) <i>No Sesquicentenário de seu nascimento</i> , pelo Cel. Ref. Ex J. B. Magalhães | 292 |
| 17) <i>Espírito Militar e Civil do General Osório</i> , pelo Dr. Cláudio Ganns | 311 |
| 18) <i>O Sesquicentenário de Osório</i> — Programa das comemorações, pelo General E. Leitão de Carvalho | 318 |

V — TRANSCRIÇÕES

- | | |
|--|-----|
| 19) <i>Recordações da Bahia</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho | 322 |
| 20) <i>Pereira da Costa</i> — Dr. Hélio Vianna | 354 |
| 21) <i>A. de Taunay e o Instituto Histórico</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho | 371 |

VI — BIO-BIBLIOGRAFIAS DOS SÓCIOS DO INSTITUTO

- | | |
|--|-----|
| <i>Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa</i> , por Maria Carolina Max Fleiuss | 378 |
| <i>Oswaldo Rodrigues Cabral</i> , por Maria Carolina Max Fleiuss | 385 |

VII — NOTICIÁRIO

- | | |
|---|-----|
| <i>Congresso Brasileiro de Arte</i> | 289 |
| <i>Quadro Social</i> | 396 |
| <i>Correspondência</i> | 397 |
| Sócios falecidos: Desembargador Henrique Jorge Hurley | 399 |
| Dr. Ordival Cassiano Gomes | 400 |
| Eustáquio Duarte | 400 |
| Dr. Emílio Rodrigues Mendoza | 402 |

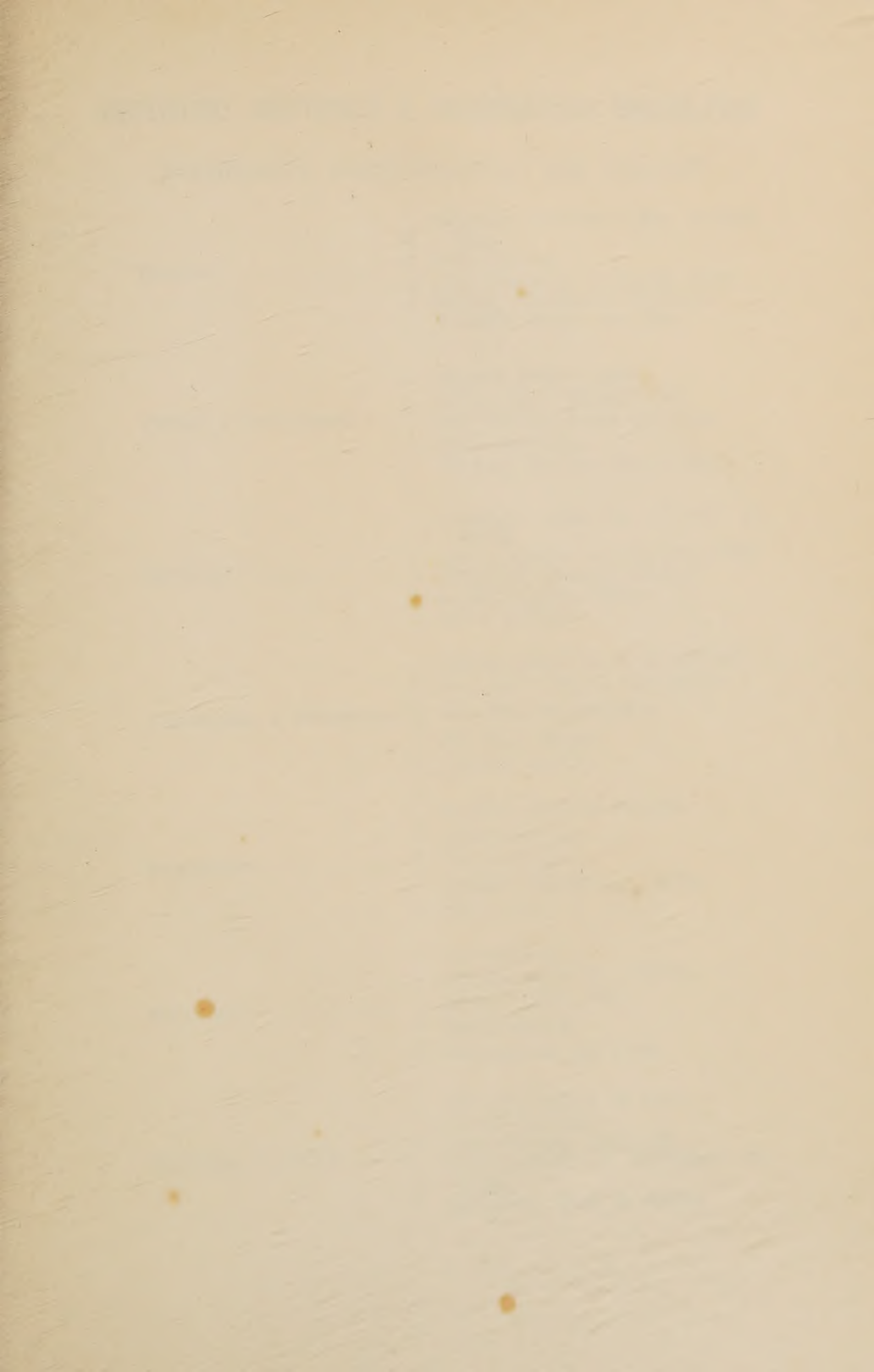
VIII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

404

IX — ESTATÍSTICA

415

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958





INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

COMISSÕES PERMANENTES EM 1958-1959

	<p>Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho</p> <p>Helio Vianna</p> <p>José Wanderley de Araújo Pinho</p> <p>Herbert Canabarro Reichardt</p> <p>Valentim Benicio da Silva</p>
HISTÓRIA:	
	<p>Affonso Penna Junior</p> <p>Arthur Cesar Ferreira Reis</p> <p>José Antonio Soares de Souza</p> <p>Thiers Fleming.</p> <p>Ildefonso Mascarenhas da Silva</p>
FUNDOS E ORÇAMENTOS: ...	
	<p>Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos</p> <p>Adolfo Morales de Los Rios Filho</p> <p>Carlos da Silveira Carneiro</p> <p>Virgilio Corrêa Filho</p> <p>Lucas Boiteaux.</p>
GEOGRAFIA:	
	<p>Rodrigo Melo Franco de Andrade</p> <p>Francisco Marques dos Santos</p> <p>José Honório Rodrigues</p> <p>José Luis Batista</p> <p>Gustavo Barroso.</p>
ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA:	
	<p>Américo Jacobina Lacombe</p> <p>Claudio Ganns</p> <p>Vieira Ferreira</p> <p>Eugênio Vilhena da Mota</p> <p>Mucio Leão</p>
BIBLIOGRAFIA:	
	<p>Levi Carneiro</p> <p>Estevão Leitão de Carvalho</p> <p>Rodrigo Otávio Filho</p> <p>Pedro Calmon</p> <p>Edmundo da Luz Pinto.</p>
ESTATUTOS:	
	<p>Augusto Tavares de Lyra</p> <p>Alfredo Valadão</p> <p>João Baptista Magalhães</p> <p>Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa</p> <p>Christovam Leite de Castro.</p>
ADMISSÃO DE SÓCIOS:	

